

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

CONCEIÇÃO MARIA ROCHA DE ALMEIDA

As águas e a cidade de Belém do Pará:
história, natureza e cultura material no século XIX

DOUTORADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO
2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

CONCEIÇÃO MARIA ROCHA DE ALMEIDA

As águas e a cidade de Belém do Pará:
história, natureza e cultura material no século XIX

DOUTORADO EM HISTÓRIA

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História sob a orientação da Prof^a Doutora Denise Bernuzzi de Sant'Anna e co-orientação do Prof. Doutor Antonio Otaviano Vieira Júnior.

SÃO PAULO

2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Almeida, Conceição Maria Rocha de

As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX / Conceição Maria Rocha de Almeida; orientadora, Denise Bernuzzi de Sant'Anna; co-orientador, Antonio Otaviano Vieira Júnior. - 2010

Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2010.

1. Belém (PA) - História - Séc. XIX. 2. História social. 3. Abastecimento de água - Belém (PA). 4. Água - Uso - Belém (PA). 5. Cultura material - Belém (PA). I. Título.

CDD - 22. ed. 981.15

BANCA EXAMINADORA

Dedicado

À Lívia e à Larissa, minhas filhas.

Ao Antonio Carlos, meu marido.

Agradecimentos

A construção do presente trabalho, fruto de uma jornada longa de pesquisa, leituras, aulas, discussões teóricas e metodológicas, reveste-se de um contentamento muito especial. Por tudo isso, é fundamental para mim, agradecer àqueles que ao seu modo, somaram comigo para que essa tese pudesse fluir.

A Prof^ª Dr^a Denise Bernuzzi de Sant’Anna agradeço o privilégio de contar com sua orientação. Pela confiança que depositou em minha capacidade de produzir essa tese e a interlocução que mantivemos durante toda a preparação do trabalho. O carinho com que sempre me acercou, sobretudo nos momentos difíceis que vivenciei, seu rigor acadêmico acrescido de inegável e reconhecida competência, foram fundamentais na construção desse estudo.

Ao Prof. Dr. Antonio Otaviano Vieira Júnior, meu co-orientador, sou imensamente grata. Primeiramente por conceder-me a honra de tê-lo como interlocutor. Desde os tempos do mestrado, quando me orientou, dedicou longas horas à leitura dos textos que escrevi. Reconhecendo meus limites jamais cessou de estimular-me, insistindo que “eu não precisava dele”. Sua autoridade acadêmica, generosidade e amizade foram meus grandes aliados (novamente) nessa caminhada.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em História Social que ministraram cursos em Belém: Denise Bernuzzi de Sant’Anna, Maria Odila Leite da Silva Dias, Estefania Knotz Canguçu Fraga, Fernando Londoño, Maria Izilda Santos de Matos, Ivone Dias Avelino, por propiciarem momentos importantes de aprendizagem, fundamentais para a construção da tese.

Aos professores Janes Jorge e Estefania Knotz Canguçu Fraga, encaminho um agradecimento especial pelas valiosíssimas contribuições em meu exame de qualificação. Indubitavelmente, a feição que essa tese assumiu deve em muito às críticas e sugestões enunciadas pelos referidos professores.

À Universidade Federal do Pará e à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP, pela oportunidade de cursar o Doutorado Interinstitucional/DINTER PUC-SP/UFPA e nesse ponto, registro minha profunda gratidão à Prof^ª Dr^a Maria de Nazaré Sarges, querida Naná, Coordenadora do referido DINTER na UFPA, pelo empenho e responsabilidade irretocáveis, como também pela solidariedade com que sempre pude contar.

Ao Grupo de História da Escola de Aplicação da UFPA, na qual sou professora, por garantir-me a liberação de minhas funções docentes a fim de cursar o doutorado. Devo

também um agradecimento à Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa/FADESP, que mediante edital de fomento a projetos vinculados a mestrados e doutorados interinstitucionais, disponibilizou recursos que concorreram para a pesquisa referente a esta tese.

Aos funcionários de todas as instituições em que realizei a pesquisa, pela sensibilidade e presteza com que sempre me trataram, colaborando para que o trabalho chegasse ao seu termo. Destaco a seguir: Centro de Memória da Amazônia/UFPA, Arquivo Público do Estado do Pará, Biblioteca Pública “Arthur Vianna” (seções de microfilmagem, obras raras e obras do Pará), Biblioteca do Museu Paraense “Emílio Goeldi”, Biblioteca da Comissão Demarcadora de Limites/PA, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/RJ, coleções cartografia e iconografia da Fundação Biblioteca Nacional, Museu Paulista/USP, Arquivo do Tribunal de Contas de Lisboa. Com todos compartilhei minha (conhecida) ansiedade, mas também o contentamento que marcaram o percurso dessa produção.

Registro um agradecimento especial aos que me atenderam no Museu da Casa Brasileira, em São Paulo e principalmente, no Arquivo Histórico do Exército/AHEX, no Rio de Janeiro, cidade na qual permaneci poucos dias para coleta de fontes. Continuo sem palavras que expressem minha gratidão à generosidade dos funcionários dessas duas Instituições.

Aos professores Serge Gruzinski e Antonio Otaviano Vieira Junior, pela oportunidade de frequentar suas aulas, nos cursos que ministraram no Mestrado em História do IFCH/UFPA.

Aos colegas do doutorado, com os quais tive o privilégio de compartilhar momentos de aprendizado acadêmico e companheirismo.

À Eliana, amiga incondicional, pelo incentivo constante, pelo carinho e diálogos acadêmicos com os quais sempre me presenteou, mesmo imersa nos rigores da produção de sua própria tese. À Bila, Tatsuo, Stela e Catarina pela ternura, confiança e apoio, compartilhando livros e textos que tanto me valeram. À Nilda, amiga querida que me acolheu em sua casa lá em São José dos Campos, no período em que fiquei em São Paulo, cercandome de atenção e carinho. Ao Eduardo Silvério, que além de me receber em sua casa carinhosamente, orientou-me nas caminhadas para a pesquisa no Rio de Janeiro. À Rosana pela preciosa ajuda com os quadros e as tabelas. Sempre disposta a ouvir-me e a descomplicar meu trabalho, ajudou-me imensamente com a formatação do texto. À Rosa Claudia, que dedicou horas também para auxiliar-me com os quadros, tabelas e imagens, sempre dizendo

“que era tudo fácil”. Ao Luiz Antonio, amigo desde os tempos do mestrado, por sempre me estimular e compartilhar as valiosas produções historiográficas de sua biblioteca.

Aos meus pais – Carlos e Cloris - que partiram a certo tempo, mas que seguem comigo em meu coração. Com eles, especialmente, aprendi a amar minha querida cidade – Belém do Pará - lugar em que amo viver e do qual, não gosto de me afastar.

E finalmente meu agradecimento mais que especial ao Antonio Carlos, meu marido, à Livia e à Larissa, nossas “meninas”, por serem incansáveis em proporcionar-me apoio e estímulo, por serem tão pacientes, inclusive quando não fiz por merecer, por simplesmente me amarem como sou. A eles dedico essa tese.

“Tanto geográfica quanto historicamente, a cidade floresceu em função da água. “Flor das águas” – eis uma antonomásia que se ajustaria muito bem à capital paraense, tal a significação do elemento hídrico na sua vida.”

Eidorfe Moreira

RESUMO

No decorrer do século XIX, os habitantes de Belém do Pará deram prosseguimento à construção da cidade em meio ao convívio com as águas. Assim sendo, a história de Belém é também a história do controle desse elemento, o que implicou em conhecer e organizar de diferentes modos, as muitas águas presentes – desde a constituição de saberes sobre a localização das mesmas, até as opções relativas ao seu uso. A presente tese tem por objetivo apresentar uma história social da água em Belém do Pará no decorrer do século XIX, a partir do estudo de inventários, testamentos, relatórios de dirigentes, textos jornalísticos, dentre outros documentos. Nesse sentido foi considerado que os usos das águas guardaram conexões com modos de pensar relacionados às ideias de natureza, civilização e com a recorrência a uma produção material importante. Os sujeitos enfocados são diversos, como diversos, também, a etnia, condição social, gênero, nacionalidade e naturalidade dos mesmos, suscitando discussões sobre sensibilidades esboçadas em relação aos objetos e/ou recursos pertinentes à lida com a água. No interregno proposto, o processo de apropriação das águas ocorreu mediante determinadas continuidades de procedimentos, ou seja, as águas usadas por muitos moradores de Belém eram coletadas nos exteriores de suas moradias e prédios em geral, não raramente nos poços. Pelos logradouros da cidade elas foram transportadas, adentrando os interiores das casas através do uso de pipas, potes, bilhas, bacias e demais recipientes, numa reprodução de ações indispensáveis à vida na cidade. Por outro lado, o processo de relação dos habitantes de Belém com as águas também passou por mudanças, conectadas aos modos de pensar o viver numa cidade que abrigava moradores variados e que “deveriam” observar regras de progresso e civilização. Daí, a recorrência crescente aos encanamentos, às torneiras, aos lavatórios, às latrinas entre outros. Nessa perspectiva, a água foi organizada mediante princípios de invisibilidade, percorrendo ruas e prédios através do encanamento, jorrando pelas torneiras em consonância à intervenção de cada morador e sendo “esgotada” por intermédio de um sistema de canalização específico. Mas esse não foi um processo definitivamente concluído. Em meio à expansão da cidade, no decorrer do século XX e primeira década do XXI, inúmeros são os habitantes de Belém atingidos pela carência de água e às voltas com a abertura de poços e usos de baldes, latas, bacias, potes e bilhas.

Palavras-chave: Água. Cidade. Belém do Pará. História Social. Natureza. Cultura Material. Século XIX.

ABSTRACT

During the XIX century, the inhabitants of Belém (Pará) continued with the construction of the city amid the living with the waters. Therefore, the history of Belém is also the history of controlling this element, which implicated in knowing and organizing by different ways, the many present waters – since the constitution of knowledges about the location thereof, until the relative options to their use. The present thesis aims to show the social history of water in Belém of Pará during the XIX century, from the inventory and testament studies, chief reports, journalistic texts, among other documents. In this sense, it was considered that the uses of waters maintained connections with ways of thinking related with the ideas of nature, civilization and with the recurrence to an important material production. The subjects focused are diverse, as diverse, also, the ethnicity, social condition, gender, nationality and naturally thereof, evoking discussions about delineated sensibilities regarding to the objects and/or resources that were relevant to the work with water. In the proposed interregnum, the appropriation process of waters occurred by some continuities of proceedings, that is, the waters used by many residents in Belém were collected outside their habitations and buildings in general, not rarely in wells. Around the public areas of the city, they were transported, entering inside the houses through the use of casks, pots, pitchers, bowls and other recipients, in a reproduction of actions, which were indispensable to the city life. On the other hand, the relation process of the inhabitants of Belém with the waters also passed through changes, connected to the ways of thinking the live in a city that housed diverse residents, who “should” observe rules of progress and civilization. Whence, the crescent recurrence to the plumbings, taps, lavatories, latrines, among others. In this perspective, the water was organized according invisibility principles, coursing streets and buildings through the plumbings, flooding through the taps in consonance to the intervention of each resident, and being drained through an specific canalization system. But that was not a definitely concluded process. Amid the expansion of the city, during the XX century and the first decade of XXI, many are the inhabitants of Belém, who were reached by the lack of water and involved with the opening of wells and uses of buckets, cans, bowls, pots and pitchers.

Key-words: Water. City. Belém of Pará. Social History. Nature. Material Culture. XIX Century.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Prospectiva da CIDADE DE St. ^a MARIA DE BELEM do Grão Pará	43
FIGURA 2	Prospecto da Cidade de S. Maria de Belém do Graõ Pará	45
FIGURA 3	Santa Maria de Belém do Gran Pará	50
FIGURA 4	Mapa da costa do Pará, com os rios Guamá, Acará, Capim e Gurupy. 1900	52
FIGURA 5	Plano Hidrographico da Entrada do Pará – 1805	61
FIGURA 6	Planta da Fortaleza da Barra	63
FIGURA 7	Canoa Amazônica	73
FIGURA 8	Planta Hydrographica do Porto do Pará entre a Fortaleza da Barra e a Bocca do Rio Guamá	87
FIGURA 9	Planta do Pantano chamado Piri	107
FIGURA 10	Planta da Cidade de Grampara - 1773	112
FIGURA 11	Projeto de Gronsfeld - 1773	113
FIGURA 12	Plano Geral da Cidade do Pará	115
FIGURA 13	Carta Topographica da Cidade do Pará	117
FIGURA 14	Theatro N.S. da Paz	128
FIGURA 15	Theatro da Paz	128
FIGURA 16	Planta da Cidade do Pará	134
FIGURA 17	Planta da Cidade de Belém do Pará – Comissão de Saneamento	141
FIGURA 18	Bombas	143
FIGURA 19	Anúncio de latrinas, canos e variado serviço de encanamento	143
FIGURA 20	Mapa da cidade de Belém	147
FIGURA 21	Largo da Trindade	154
FIGURA 22	Reservatório d'agua em ferro	156
FIGURA 23	Planta da cidade de Belém com a rede de abastecimento d'água	158

FIGURA 24	Sistema de pipas usadas pelos aguadeiros no século XIX	170
FIGURA 25	Travessa de São Matheus	172
FIGURA 26	Igarapé das Almas	190
FIGURA 27	Planta da Cidade de Belém de 1905	191
FIGURA 28	Tacho de cobre sem tampa	202
FIGURA 29	Caldeirão de cobre sem tampa	202
FIGURA 30	Caldeirão de latão com tampa	202
FIGURA 31	Tacho de latão	202
FIGURA 32	Talha ou filtro de cerâmica lisa com leves ornamentos de frisos	208
FIGURA 33	Bule para café com tampa, em prata, século XIX	209
FIGURA 34	Bule para chá com tampa, em prata, século XIX	209
FIGURA 35	Mercado Municipal em Belém do Pará. 1867	214
FIGURA 36	Chaleira de cobre com tampa e corrente	234
FIGURA 37	Chaleira de cobre com tampa	234
FIGURA 38	Planta da Cidade do Pará	244
FIGURA 39	Prato fundo com borda recortada, séc. XIX	268
FIGURA 40	Púcaro com concha em coco e cabo de madeira	270
FIGURA 41	Púcaro em prata, usado em batizados, séc. XIX	270
FIGURA 42	Pote encaixado na cantareira e púcaro denteado	270
FIGURA 43	Bacia para lavatório	279
FIGURA 44	Lavatório em mármore	279
FIGURA 45	Lavatório (outro modelo)	279

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Criminalidade em Belém 1884 a 1900	33
QUADRO 2	Movimentação portuária de longo curso entre 1862-3 – (embarcações que entraram)	64
QUADRO 3	Movimentação portuária de longo curso entre 1862-3 – (embarcações que saíram)	65
QUADRO 4	Pedidos de passe - anos setenta (abaixo-assinados)	67
QUADRO 5	Embarcações Relacionadas no século XIX	76
QUADRO 6	Potes e bilhas de moradores de Belém – 1810/1905	259

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Quantidade de potes, com respectivos valores, comprados por José Antonio Nunes	263
TABELA 2	Objetos adquiridos pelo morador José Antonio Nunes e valores dos mesmos	265
TABELA 3	Objetos adquiridos pelo morador Manoel Pinto Marques e valores dos mesmos	266

LISTA DE SIGLAS

APEP – Arquivo Público do Estado do Pará

AHEX – Arquivo Histórico do Exército Brasileiro

CMA/UFPA – Centro de Memória da Amazônia/Universidade Federal do Pará

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE SIGLAS

INTRODUÇÃO 1

PARTE I:

AS ÁGUAS E A CIDADE 20

CAPÍTULO 1

AS ÁGUAS E A CIDADE DE BELÉM 21

1.1. OS RIOS E A CIDADE, A CIDADE E OS RIOS 41

**1.2. PARA NAVEGAR, COMERCIAR E SE DESLOCAR: IMPORTÂNCIA DAS
PONTES, CANOAS E PRÁTICOS NAS AGUAS DE BELÉM** 53

**1.3. POR UM “PORTO DE MAR”: O CAIS E O PORTO DE BELÉM NAS
PALAVRAS DE DIRIGENTES** 80

1.4. AS ÁGUAS E OS BANHOS 88

CAPÍTULO 2

EM MEIO ÀS ÁGUAS, A CONSTRUÇÃO DA CIDADE 97

2.1. PÂNTANOS E CIDADE 103

2.2. AS ÁGUAS DE CHUVAS E OS ESGOTAMENTOS 118

2.3. VALAS E CANOS DE ESGOTO 133

**2.4. DIRECIONANDO A ÁGUA AOS INTERIORES DAS CASAS: A
COMPANHIA DE ÁGUAS** 145

PARTE II:	
ÁGUAS, CASAS E MORADORES	160
CAPÍTULO 3	
ENTRE O TRANSPORTAR, O LAVAR E O COZINHAR: OFÍCIOS DA ÁGUA E CASAS DE MORADA	161
3.1. AGUADEIROS DE BELÉM DO GRÃO-PARÁ	166
3.2. A ÁGUA E A LABUTA COM AS ROUPAS	183
3.3. ÁGUA E ALIMENTAÇÃO: A ÁGUA DOMICILIAR E A PREPARAÇÃO DE ALIMENTOS	198
CAPÍTULO 4	
OBJETOS DA ÁGUA EM CASAS DE MORADA	220
4.1. ADENTRANDO AS MORADIAS	230
4.2. DIMENSÃO SOCIAL DOS OBJETOS DA ÁGUA NO DOMICÍLIO	257
CONSIDERAÇÕES FINAIS	288
FONTES	299
BIBLIOGRAFIA	308
ANEXOS	319

INTRODUÇÃO

(...) A posição geográfica do Pará, ou melhor da cidade de Belém, é de 1°21' de latitude Sul e 48°28' de longitude Oeste. Assenta-se sobre um elevado promontório, à margem do rio Pará que é o braço mais importante do delta amazônico. A cidade fica a oito milhas do mar e é vista a grande distância, do rio. (...).

Daniel Kidder¹

Pará possui cerca de 15.000 habitantes e não ocupa um terreno muito extenso. Não obstante, é a maior cidade à beira do maior rio do mundo, o Amazonas. E é capital de uma província cuja área iguala a de toda Europa ocidental!

Alfred Russel Wallace²

O presente trabalho pretende desenvolver uma discussão acerca das relações entre moradores da capital do Pará e as águas da cidade ao longo do século XIX. No processo de elaboração textual, busco desenvolver uma abordagem que focaliza modos de pensar historicamente sobre natureza e usos da água, conectados à construção da cidade de Belém daqueles tempos. Da mesma forma, também busco entender os modos de lidar com a água a partir de concepções sobre natureza, domicílio, privacidade, intimidade e domesticidade naquele contexto. A respeito disso, parto do pressuposto de que os moradores da Belém do período dezenoveano, vivenciaram a cidade através também dos usos da água e o fizeram mediante uma multiplicidade de experiências, construídas cotidianamente.³

É importante (re)lembrar que nem todos que de algum modo deixaram registros, ou são referidos na documentação, residiram suas vidas inteiras na cidade de Belém durante o século XIX. Vários foram aqueles que partiram depois de breve estadia. Dentre estes, houve os que cunharam suas impressões em cadernos, ou diários como foi o caso de Kidder e Wallace, mencionados na epígrafe deste texto e que estiveram na Cidade do Pará nos anos trinta e quarenta, respectivamente.⁴

As palavras de Kidder, por exemplo, situam-se no contexto de sua viagem rumo ao Pará, realizada em 1839. Aparentando encantamento, o viajante referiu-se às águas que singrou como “*o imenso lençol prateado*”, posto era noite de lua cheia. As águas em conjunto

¹ KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. P. 183.

² WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. Pp. 17. Wallace esclarece que o termo “Pará” era empregado para designar a capital da Província no século XIX.

³ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. P. 26. A autora afirma que “(...) a história do cotidiano não é um terreno relegado aos hábitos e rotinas obscuras. As abordagens que incorporam a análise do cotidiano têm revelado todo um universo de tensões e movimento com uma potencialidade de confrontos, deixando entrever um mundo onde se multiplicam formas peculiares de resistência/luta, integração/diferenciação, permanência/transformação, onde a mudança não está excluída, mas sim vivenciada de diferentes formas (...)”.

⁴ No século XIX, Belém era também conhecida como “Cidade do Pará”. Essa denominação aparece em vários tipos de fontes tais como processos criminais, relatos de viajantes e naturalistas e jornais.

com a floresta exuberante, registrou ele, proporcionavam aos “viandantes solitários, indescritível impressão de grandiosidade”.⁵

Alfred Russel Wallace que chegou em Belém juntamente com Henry Bates no ano de 1848, também fez referências ao rio e à chuva. Segundo ele o clima era “excelente”. “Pela manhã e ao anoitecer a temperatura era agradavelmente fresca, e tivemos quase sempre uma boa chuva e uma aprazível brisa durante as tardes, o que era bastante refrescante, servindo para purificar o ar. (...)”.⁶

De modo similar, ao concluir o seu “Ensaio Corográfico sobre A Província do Pará” no ano de 1833, Antonio Ladisláo Monteiro Baena já afirmava que “(...) he uma região imensa, amena e fértil, (...) o numero dos rios capitaes e dos seus defluentes, que formão a sua admiravel hydrografia, he portentoso (...)”⁷

Viajantes, missionários, naturalistas, como Kidder e Wallace, ressaltaram em suas produções aquilo que era entendido como “grandioso”, “majestoso”, “curioso” na flora, fauna, clima e águas que constituiriam a natureza em contato com a cidade.

Desde a sua fundação em 1616, a cidade de Belém guarda relação com as águas. A história da sua fundação está relacionada à construção de um forte localizado na confluência da baía do Guajará com o rio Guamá. Tratava-se do “Forte do Presépio”, situado estrategicamente ao sul do estuário amazônico e protegido do oceano. Este forte contribuiu para a expansão lusa ao norte do Brasil.⁸

Estudos denominam a fase inicial de crescimento da cidade de Belém, de “ribeirinha”, devido às primeiras ruas haverem surgido paralelamente do “rio”. A rua do Norte, por exemplo, teria surgido ao lado do rio Guamá. Mas, o processo de expansão da cidade deu-se no sentido norte-sul, próximo ao Forte do Presépio, posto que no sentido horizontal a existência do alagado Piri demandou longas obras de drenagem durante o século XIX, com vistas a possibilitar o referido crescimento.⁹

⁵ KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. P. 179.

⁶ WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. Pp. 24.

⁷Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras. BAENA, Antonio Ladisláo Monteiro. *Ensaio Corografico sobre A Província do Pará*. Pará: Typographia de Santos Menor, 1839. P. 3. Ver BARROS, Michelle Rose Menezes de. “*Germes de grandeza*”: Antônio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma província do norte durante a formação do Império brasileiro (1823-1850). Dissertação (mestrado). UFPA/CFCH/PPHIST, 2006.

⁸ CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Belém: UFPA, 1973. 2v. (Coleção Amazônia. Série José Veríssimo). A história da fundação de Belém também é abordada por este estudioso.

⁹ Ver RIBEIRO, Karla Tereza Silva. *Água e Saúde humana em Belém*. Belém: Cejup, 2004 (Coleção Megam/2). Pp. 81-3.

Quanto mais se expandia a cidade, maior se tornava o número de habitantes que se dirigia às fontes, rios ou igarapés em busca da água, além de precisaram abrir poços para consumo da água. Segundo Antonio Ladisláo Baena, nos anos trinta, por exemplo, havia dez poços públicos. Destes, seis eram de pedra e quatro em madeira.¹⁰

Em relatório de 1840, o presidente da Província João Antônio de Miranda declarou que a fonte das Pepes fornecia a melhor água da Cidade do Pará e que esta não dispunha de um chafariz sequer.¹¹ As famílias ou os moradores que não dispunham de meios para buscar água, recorriam aos serviços daqueles que a vendiam e que eram denominados genericamente como aguadeiros. A presença destes nas ruas, travessas, largos de Belém, tornou-se cada vez mais regular no transcurso do século XIX, conectando-se ao processo de expansão da cidade.

Mais regulares também se tornaram as manifestações de dirigentes da província do Grão-Pará, os quais expressavam preocupação com a questão do fornecimento de água considerada de boa qualidade, aos moradores da cidade. No ano de 1856, o presidente da Província Sebastião do Rego Barros, registrou sua preocupação com o encanamento das águas potáveis, bem como com o esgotamento de águas retidas em pântanos que circulavam a cidade.¹²

O teor do discurso pode ser observado em outros documentos reproduzidos ao longo das décadas que se seguiram, ou seja, os dirigentes da Província continuaram a expressar suas intenções de “*melhorar*” o fornecimento de água através de encanamento. Todavia as empresas com as quais eram estabelecidos contatos e tentativas de acordo, não levaram a efeito a obra e assim, com o avançar do século XIX, os mananciais do Paul d’Água continuavam a ser o local de onde era colhida grande parte da água consumida na cidade. Aliás, mesmo com o estabelecimento da Companhia de Águas do Pará nos anos oitenta, as cacimbas do Paul d’Água continuavam a ser frequentadas pelos aguadeiros.¹³

A partir da proclamação da República e a intensificação na propagação dos ideais sanitaristas, as autoridades dirigentes da cidade de Belém proibiram a permanência de poços

¹⁰ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras. BAENA, Antonio Ladisláo Monteiro. *Ensaio Corografico sobre A Provincia do Pará*. Pará: Typographia de Santos Menor, 1839. P. 3. P. 235.

¹¹ “Discurso recitado pelo doutor João Antonio de Miranda, Prezidente dA Provincia do Pará, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1840”. Disponibilizado em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 set. 2005.

¹² “Exposição apresentada pelo Conselheiro Sebastiao do Rego Barros, Presidente da Província do Gram-Pará ao Tenente Coronel de Engenheiras Henrique de Beaurepaire Raham, no dia 29 de Maio de 1856, Por occasião de passar-lhe a Administração da mesma Província.” Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 26 fev. 2005.

¹³ “Falla com que o Doutor José Coelho da Gama e Abreu Presidente da Provincia Abriu a 2ª Sessão de 21º Legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Gram-Pará, em 16 de Junho de 1879(...)”. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 24 ago. 2006.

públicos e em 19/04/1893, a Companhia de Águas foi desapropriada e declarada de utilidade pública.

Mas teriam os moradores acatado passivamente tais mudanças? Essa é uma pergunta cuja resposta precisa guardar certos cuidados. Grande parte dos moradores não dispunha de água encanada em suas moradias, e recorriam, portanto, aos poços, mesmo nos anos oitenta do século XIX, assim como no século XX. É provável também que alguns buscassem água em torneiras públicas e se ressentissem tanto das cobranças impostas ao líquido, como das falhas no fornecimento da água por parte da Companhia.

Importante considerar também que o serviço da Companhia talvez deixasse a desejar inclusive para os poucos moradores que puderam efetuar o encanamento em suas moradias, ou seja, parece que água não chegava de modo satisfatório para aqueles que esperavam recebê-la no interior de suas residências via encanamento.

É provável então que para a grande maioria de moradores, as questões relacionadas ao fornecimento de água pela Companhia diretamente no domicílio, não tenham implicado em momentos de tensão e/ou manifestações de indignação, uma vez que mesmo com o transcurso da segunda metade do século XIX, a maioria das moradias de Belém não dispunha do encanamento recomendado para o fornecimento da água. Muito provavelmente, contudo, houve também moradores insatisfeitos com os custos da água cobrados em torneiras públicas, daí a reclamação contida no jornal.

Além disso, a própria irregularidade do fornecimento da água favoreceu inquietações para com os dirigentes em relação às normas que proibiram o acesso aos poços públicos, por exemplo. É importante considerar também que embora fosse proibido o acesso aos referidos poços, restaram os particulares, não raramente compartilhados pelos moradores mais próximos do local. Afinal, ainda valia o velho costume de não se negar água a ninguém.

Nessa perspectiva e considerando o processo de expansão da cidade de Belém durante os oitocentos, os moradores desenvolveram formas de obtenção, acondicionamento e utilização da água de tal maneira que pudessem satisfazer necessidades vivenciadas no domicílio. Nesse estudo pretendo discutir a importância do trabalho dos aguadeiros, bem como de lavadeiras e cozinheiras, sobretudo nas relações dos mesmos com as casas de morada. Da mesma forma também objetivo discutir transformações operadas na infraestrutura da cidade de Belém, a partir das necessidades diversas do consumo de água.

Nesse sentido a urbanização da cidade bem como as políticas de saneamento, das quais a água consumida e esgotada pelos moradores de Belém era alvo importante, relacionaram-se com as questões econômicas e sociais então elaboradas, não apenas para a

cidade como também para o Grão-Pará, e que de modos múltiplos afetavam Belém, posto que esta, nos oitocentos, era um importante centro comercial da Província.

Finalmente, no presente trabalho, procuro discutir questões relacionadas ao processo de domesticação da água por moradores da Belém do século XIX, recorrendo à intermediação metodológica da cultura material. Para tanto, desenvolvi pesquisa em inventários, testamentos e autos de prestação de contas, entre outros documentos.

À guisa de melhor entender o cotidiano de alguns moradores de Belém, sobretudo no que concerne aos processos de obtenção da água e uso da mesma nos misteres domésticos bem como nos cuidados no armazenamento da água (considerada) potável, busquei *adentrar* residências de diferentes padrões sociais edificadas em Belém durante o século XIX.

Nesse sentido acredito que tenha ficado atenta às conjunturas nacional e internacional bem como às alterações ocorridas nestas que, de algum modo, interferiram nos modos de viver dos moradores da Cidade do Pará ao longo dos oitocentos e mais especificamente nas relações dos mesmos com as águas presentes na cidade.

Para concretizar meus objetivos, optei por desenvolver a pesquisa em tipos diversos de documentação: ocorrências policiais e autos crimes, jornais, códigos de posturas do município, autos cíveis de inventários *post mortem*, de testamentos e de prestação de contas de testamento, abaixo-assinados, falas, mensagens e relatórios de dirigentes da Província/Estado do Pará e da cidade de Belém, plantas/mapas da cidade e/ou de locais específicos da mesma, entre outros.

A diversidade documental demandou o desenvolvimento da pesquisa em várias instituições a saber: Arquivo Público do Estado do Pará, Biblioteca Pública “Arthur Vianna” (Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/PA), Centro de Memória da Amazônia (UFPA), Biblioteca da Academia Paraense de Letras, Biblioteca do Grêmio Recreativo e Literário Português, Museu Paraense “Emílio Goeldi” (Belém/PA), Arquivo Histórico do Exército Brasileiro (RJ), Fundação Biblioteca Nacional (RJ), Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RJ), Arquivo Público de São Paulo, Museu Paulista/USP, Museu da Casa Brasileira(SP).

A análise documental e construção da tese ocorreram mediante um norteamento teórico-metodológico pertinente à linha de pesquisa “Cultura e Cidade”, uma vez que o presente trabalho pretende dar prosseguimento a estudos relacionados à natureza, cultura material, cidade e trabalho em Belém do Pará no século XIX.

1. O espaço e o tempo

Conforme já afirmei anteriormente, optei por um recorte temporal que se estende entre o início do século XIX e o início do XX, período em que os moradores da cidade de Belém conviveram com os conflitos da luta cabanal, as vagas epidêmicas, a expansão da economia da borracha, o aterramento do alagado do Piri. Um período marcado pela escravidão (a princípio indígena e negra) e o processo de finalização da mesma, o crescimento comercial, celebrações religiosas, surgimento e circulação de jornais, questões pertinentes às migrações, à moradia, à expansão da cidade, à iluminação pública, ao fornecimento de água entre outras. Mas sinceramente, amigo leitor, não foram essas questões que me instigaram e sim o fato de eu já desenvolver, há certo tempo, pesquisas contextualizadas na cidade de Belém do século XIX.

As pesquisas que desenvolvi com vistas à construção de minha dissertação de Mestrado, instigaram-me para a possibilidade de produzir uma história das relações dos moradores da cidade com as águas. A motivação despertada pela pesquisa foi ratificada pelas discussões sobre história e cultura material.

Com o avançar da pesquisa, pensei em redefinir o recorte temporal, todavia, duas questões motivaram-me a permanecer com minha opção inicial, uma vez que delimitam momentos singulares do relacionamento entre (alguns) moradores da cidade com as águas: o dessecamento do Piri, iniciado em princípios do século XIX, e a criação da Companhia de Águas nos anos oitenta dos oitocentos, combinada com as discussões acerca do saneamento da cidade, recrudescidas com o advento da República.

Pretendo, assim, direcionar esforços para dar conta da investigação dos usos da água em Belém, atenta às tensões e contentamentos experimentados pelos moradores da cidade que crescia, como também às reflexões possibilitadas pelas leituras de Robert Lenoble, Keith Thomas, Fernand Braudel, Daniel Roche, Sheila de Castro Farias, Ulpiano Bezerra de Meneses, Vânia Carvalho, Otaviano Vieira Júnior, Jane Beltrão, Denise B. de Sant'Anna, entre outros, que a despeito das diferenças contextuais e de objetos, foram fundamentais para o processo de construção da tese.

1.1. Uma historiografia da água

Sobre o problema proposto nesta tese, a produção historiográfica voltada para o que hoje se denomina Amazônia, ainda pouco se deteve. Destaco, então, a contribuição de alguns

trabalhos referentes ao abastecimento da água em Belém e aos processos de domesticação desse recurso com vistas ao seu consumo no interior das residências.

A obra de Ernesto Cruz publicada em 1944, “*A Água de Belém: sistemas de abastecimento usados na capital desde os tempos coloniais até os dias hodiernos*” discute os modos pelos quais os moradores da cidade obtinham água para o seu consumo regular, ou seja, tanto para serviços domésticos quanto para beber.

Ao longo desse trabalho, Cruz menciona os vários poços e fontes públicas, a localização dos mesmos e o pensamento das autoridades sobre as condições de potabilidade da água contidas nesses mananciais. Procedem comentários acerca dos aguadeiros, muitos dos quais seriam portugueses e que abasteciam suas pipas principalmente nas cacimbas do Paul d’Água.¹⁴

Enfoca também as políticas públicas voltadas para o abastecimento de água, como, por exemplo, os contratos assinados pelos governantes com empresas que se responsabilizariam pelo encanamento da água até os chafarizes públicos a serem construídos. Este compromisso, embora registrado em documentos, constituiu-se em motivo de reclamações dos governantes, uma vez que não se concretizava.

O autor relata o desenvolvimento dos trabalhos da Companhia da Águas do Grão-Pará e nesse ponto aborda a persistência de problemas no abastecimento, as reclamações dos moradores, expressadas através dos jornais e a expansão do serviço de água encanada a partir da década de oitenta dos oitocentos.

Cruz mostra ainda traços dos confrontos com os aguadeiros, o desaparecimento desse serviço, bem como dos poços públicos situados em praças e ruas de Belém, mediante a expansão do serviço de água encanada na cidade.

A dissertação de Ivo Pereira da Silva “*Terra das Águas: uma história social das águas em Belém, século XIX*”, trata-se de produção recente e específica sobre esta temática. Nesta produção, o autor “*procura analisar o processo de abastecimento de água em Belém no século XIX e suas mudanças ao longo desse período*”.¹⁵

Argumenta que durante praticamente todo o século XIX a população de Belém apropriou-se empiricamente da água, uma vez que recorria aos poços, igarapés e fontes.

¹⁴ Ernesto Cruz explica que o Paul d’Água era um alagadiço que posteriormente teria sido transformado em manancial, sendo explorado por particulares. Sua localização era na estrada de São Jerônimo (atual José Malcher) próximo ao Largo da Pólvora (atual Praça da República). In: CRUZ, Ernesto. *A Água de Belém: sistemas de abastecimento usados na capital desde os tempos coloniais até os dias hodiernos*. Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1944. P. 9.

¹⁵ SILVA, Ivo Pereira da. *Terra das Águas: uma história social das águas em Belém, século XIX*. Dissertação (mestrado). Belém: UFPA/IFCH/PPHIST, 2008..

Todavia, com a expansão da cidade, as transformações experimentadas na segunda metade do século XIX motivaram a procura por parte dos moradores em geral, pela “*melhoria no processo de abastecimento de água*”.

Diante desse contexto, o autor focaliza os aguadeiros, as propostas de canalização de água e a criação da Companhia das Águas indicando conflitos e negociações que permearam a história do abastecimento de água em Belém.

Destaco também as produções voltadas para o estudo das doenças que, como em outras capitais do Brasil, também se espalharam sobre Belém e foram relacionadas com as águas.

Nesse sentido, refiro o trabalho de Arthur Vianna “*As Epidemias no Pará*”, cuja primeira edição data de 1906. O de Iracy Ritzmann “*Belém: cidade miasmática (1878-1900)*” e o de Jane Beltrão “*Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*”.¹⁶

Em “*As Epidemias no Pará*”, o autor discute a incidência de doenças como varíola, febre amarela, sarampo, cólera e peste negra no Pará, principalmente ao longo do século XIX.

No desenvolvimento de suas considerações Vianna refere-se à cidade de Belém afirmando que esta “*(...) possui apenas um terço se tanto da sua area urbana calçada, de modo que, pelo inverno, o acumulo de aguas pluviais é enorme, já nas vias publicas, já nos quintais das casas e nas baixas pantanosas*”.¹⁷

Vianna registra os chamados problemas de esgoto na cidade, o que levava os moradores a despejarem águas servidas nos quintais, causando encharcamento no terreno e possibilitando a reprodução de mosquitos transmissores de doenças, dentre as quais a febre amarela. Adverte que a população parecia pouco interessada nessa questão, mas que isso não deveria servir de desestímulo para a campanha contra os culicídeos.¹⁸

O autor defendia a necessidade de combater o transmissor da doença, tal como fora efetivado em Havana e no Rio de Janeiro, pontos em que a febre amarela também ocorreu. Nesse sentido adverte que a comunicação do mosquito com a água deveria ser impedida, que

¹⁶ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras. VIANNA, Artur. *As Epidemias no Pará*. Pará: Imprensa do Diário Oficial, 1906. Alem de Vianna, RITZMANN, Iracy de Almeida Gallo. *Belém: Cidade Miasmática. (1878 – 1900)*. Dissertação (mestrado). PUC – SP, 1997.. BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004.

¹⁷ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras. VIANNA, Artur. *As Epidemias no Pará*. Pará: Imprensa do Diário Oficial, 1906. Pp. 62-3.

¹⁸ Sobre esta é interessante verificar o trabalho de TEIXEIRA, Luis Antonio. *Da Transmissão Hídrica a Culicidiana: a febre amarela na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo*. – Revista Brasileira de História, ano/vol. 21, nº 041. Associação Nacional de História. São Paulo, Brasil. Pp. 217-242. Disponível em www.scielo.br/pdf/rbh/v21n41/a12v2141.pdf. Acesso em 11 fev. 2009.

em tanques, chafarizes e lagos, tanto em praças quanto nas residências, houvesse a “*manutenção cuidadosa de uma fauna ictiológica*” e que se desprezasse a superfície das águas paradas.¹⁹

Além dos trabalhos já mencionados, “*Belém: cidade miasmática*”, de Iracy Ritzmann, trata-se de uma produção que “*situa-se numa história social das doenças, que buscou recuperar o entrelaçamento das políticas públicas de saúde, preocupadas com a varíola e a febre amarela e as experiências populares no cotidiano de vida e trabalho, entre os anos de 1878 a 1900*”.²⁰

A autora chama a atenção para os projetos de higienização efetivados por dirigentes administrativos que pensavam para a cidade, a construção da “*civilização*”. Nessa perspectiva, Ritzmann enfoca doenças como a varíola e a febre amarela, que vitimaram moradores nacionais e estrangeiros da cidade de Belém.

A autora adverte para o entrelaçamento existente entre a crença nos miasmas, as doenças, o lixo e os cortiços. Os miasmas, por exemplo, poderiam ser emanados da água, considerada por alguns estudiosos como causa de enfermidades como a febre amarela.²¹ O trabalho de Ritzmann mostra, também, a atenção que as autoridades dirigentes, bem como médicos e engenheiros demonstraram ter para com a “*limpeza e desinfecção dos canos de esgoto, aterramento dos covões e drenagem dos pântanos*”.²²

Em “*Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*” Jane Beltrão objetiva “*realizar um trabalho historiográfico revendo a epidemia da cólera ocorrida em Belém, no século XIX, incorporando a experiência das gentes ameaçadas, afetadas e mortas pela cólera, cujas lembranças ainda produzem medo*”.²³

¹⁹ Possivelmente Vianna se referia ao fato de que muitas espécies da fauna ictiológica mundial apresentassem como base alimentar larvas de inseto. Para melhor entendimento acerca dessa questão, considero interessante ver PAMPLONA, Luciano de Góes Cavalcanti, LIMA, José Wellington de Oliveira, CUNHA, Jane Cris de Lima, SANTANA, Eddie William de Pinho. *Avaliação do impacto na infestação por Aedes aegypti em tanques de cimento do Município de Canindé, Ceará, Brasil, após a utilização do peixe Betta splendens como alternativa de controle biológico*. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical 37(5):400-404, set-out, 2004. Disponível em . Acesso em 08 jul 2008.

²⁰ RITZMANN, Iracy de Almeida Gallo. *Belém: Cidade Miasmática. (1878 – 1900)*. Dissertação (mestrado). PUC – SP, 1997.

²¹ Acerca dessa questão ver TEIXEIRA, Luis Antonio. *Da Transmissão Hídrica a Culicidiana: a febre amarela na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo*. – Revista Brasileira de História, ano/vol. 21, nº 041. Associação Nacional de História. São Paulo, Brasil. Pp. 217-242. Disponível em www.scielo.br/pdf/rbh/v21n41/a12v2141.pdf. Acesso em 11 fev. 2009.

²² RITZMANN, Iracy de Almeida Gallo. *Belém: Cidade Miasmática. (1878 – 1900)*. Dissertação (mestrado). PUC – SP, 1997. P. 186.

²³ BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004. P. 23.

Nessa perspectiva, a autora registra a ausência de “*abastecimento d’água e poços na maioria das residências*”.²⁴ Observa também as dificuldades dos moradores pobres em lidar com as exigências higiênicas emanadas do poder público. À época da cólera, as pessoas eram obrigadas, após a morte de alguém residente no domicílio, a proceder a lavagem da casa, dos móveis e objetos em geral mediante supervisão policial. Muitos ficaram, provavelmente, ressentidos com tanto esforço, principalmente aqueles que precisaram arcar com os custos da compra da água aos aguadeiros.

A respeito do abastecimento, Jane Beltrão enfoca a presença de criados nos poços públicos, como também a frequência das pessoas em banhos nos rios e igarapés.

A autora ressalta que os locais frequentados pelas “*gentes de cores*” eram pensados pelas autoridades como lugares perigosos, pois ao se encontrarem para obter água ou banhar-se, ou lavar as roupas, as pessoas trocavam ideias e informações, assenhoreavam-se dos espaços e fragilizavam o controle social.

Além das produções voltadas para os estudos historiográficos sobre o “contexto amazônico”, também foi importante para minhas reflexões sobre o tema em questão o trabalho de Denise Bernuzzi de Sant’Anna, “*Cidade das Águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*” no qual a historiadora discute usos das águas na São Paulo do século XIX, quando aguadeiros, zeladores de chafarizes, sentinelas de ponte e barqueiros eram trabalhadores presentes nos espaços da cidade e em conjunto com “*lavadeiras, pescadores, comerciantes de pescados, construtores de poços, funcionários de chalets e casas de banho formavam uma parte da paisagem social intimamente relacionada às águas da capital paulista*”.²⁵

A autora analisa as disputas que se estabeleceram em torno dos usos da água e que envolveram homens e mulheres, estrangeiros e nacionais, equipamentos e seres humanos, e até mesmo, os equipamentos entre si. Demonstra desse modo que a história dos usos da água foi construída em meio a dores e alegrias, numa cidade que se expandiu em enormes proporções.

As obras de Carlos Teixeira de Campos Júnior, “*O Estudo da Construção como uma Contribuição á História da Cidade*”, e de Julio Cesar Bellingere, “*Água de Beber: a filtração*

²⁴ BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004. Pp. 220-1.

²⁵ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das Águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. P. 12.

doméstica e a difusão do filtro de água em São Paulo” contribuíram para a presente pesquisa.²⁶

O primeiro tem por referência o estudo de um momento da construção da cidade de Vitória, Espírito Santo, entre os anos de 1890 e 1896. Nesse contexto o autor enfoca o caso da Companhia Brasileira Torrens, na produção dos serviços de águas e esgoto na cidade.

O segundo trabalho trata do surgimento e difusão do filtro de água no estado de São Paulo, ao longo do século XX. Mostra que, em São Paulo, ao final do século XIX e início do XX, deu-se o aumento da urbanização e a cidade se expandiu, daí a qualidade da água consumida cresceu em importância devido aos graves problemas de saúde pública, principalmente as epidemias geradas pelas águas impróprias para beber.

2. Natureza e cultura material

O desenvolvimento da pesquisa e a construção da tese levaram-me à recorrência a duas discussões básicas para o desenvolvimento de minhas reflexões: sobre natureza e cultura material.

Conforme afirmei anteriormente, o processo de expansão da Cidade do Pará implicou em longos momentos de lida com as águas, os quais, mediante os modos de pensar vigentes, refletiram em custos elevados, tais como trabalho e tensão, mas também em sentimentos de realização e triunfo. Por outro lado, a lida com as águas em Belém também poderia implicar em momentos de lazer, como os banhos de praia e/ou de rio e igarapé, além disso, os moradores também precisavam realizar coletas de água com a finalidade de prover suas necessidades pessoais e domiciliares. Ou seja, trata-se de uma escrita direcionada à história social das águas na cidade de Belém, em outras palavras, uma história das relações construídas pelos moradores de Belém com as águas.

Ao longo do desenvolvimento desse trabalho foram fundamentais alguns diálogos teórico-metodológicos voltados para a discussão acerca de história e natureza, entre os quais a obra de Keith Thomas, *“O homem e o mundo natural – Mudanças de atitude em relação às*

²⁶ TEIXEIRA, Luis Antonio. *Da Transmissão Hídrica a Culicidiana: a febre amarela na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo*. – Revista Brasileira de História, ano/vol. 21, nº 041. Associação Nacional de História. São Paulo, Brasil. Pp. 217-242. Disponível em www.scielo.br/pdf/rbh/v21n41/a12v2141.pdf. Acesso em 11 fev. 2009. E BELLINGIERI, Julio Cesar. *Água de beber: a filtração doméstica e a difusão do filtro de água em São Paulo*. Anais do Museu Paulista, junho-dezembro, ano/vol 12, nº 012. Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil. Pp. 161-192. Os *Anais do Museu Paulista* são publicados desde 1922. Desde 1993 circulam em nova série, com o subtítulo *História e Cultura Material*.

plantas e aos animais (1500-1800)”. De acordo com o autor, seu trabalho tem por objetivo investigar

As origens intelectuais do Patrimônio Nacional, do Conselho para Proteção da Inglaterra Rural, da Libertação Animal ou dos Amigos da Terra. Mas o objetivo do livro não é somente explicar o presente; ele também procura reconstituir um mundo mental anterior segundo seus méritos próprios. Visa expor os pressupostos, alguns tenuamente articulados que fundamentaram as percepções, os raciocínios e os sentimentos dos ingleses no início da época moderna frente aos animais, pássaros, vegetação e paisagem física, em cujo meio eles passaram a vida, muitas vezes numa proximidade que hoje mal podemos imaginar.²⁷

O próprio Thomas pondera que, embora seja uma produção voltada para Inglaterra, é possível encontrar paralelos em países da Europa e América do Norte. Todavia a leitura da mesma foi fundamental para mim no sentido metodológico, considerando a documentação recorrente na obra (produção de filósofos, teólogos, geógrafos, críticos literários) e a construção textual, voltada para a discussão a respeito dos esforços humanos para exercer seu (pré)domínio sobre o mundo animal e vegetal.

O autor adverte ainda que no alvorecer do século XIX, o “*antropocentrismo inglês*” havia cedido lugar a “*sentimentos confusos*” pois “*o mundo não podia mais ser visto como feito somente para o homem, e as rígidas barreiras entre a humanidade e outras formas de vida haviam sido bastante afrouxadas*”. Tal ponderação foi importante para minhas reflexões com referência às relações dos habitantes de Belém do Pará com as águas no século XIX.²⁸

Essa apreciação do mundo requereria, contudo, uma “*educação básica e algum conhecimento de história e literatura*”, uma vez que se constituiria num gosto demarcado pela sofisticação advinda desse preparo.²⁹ Nessa perspectiva mesmo a apreciação estética do chamado mundo natural exigiria uma instrumentalização adequada e certamente compatível com o processo civilizador que avançava pelo ocidente no século XIX. Nesse quadro que brevemente apresento aqui, é possível situar viajantes e naturalistas, por exemplo, que

²⁷ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural – Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. P. 19. O livro é uma versão ampliada das Conferências “George Macauley Trevelian”, proferidas na Universidade de Cambridge, durante a Quaresma de 1979.

²⁸ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural – Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. P. 357.

²⁹ Acerca da questão aqui enfocada, Thomas é comentado por Márcia Naxara no trabalho “*Natureza e Civilização: sensibilidades românticas em representações do Brasil no século XIX*”. In: BRESCIANI, Stela e NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2004. Pp. 434-5.

DULLEY, Richard Domingues. *Noções de Natureza, Ambiente, Meio Ambiente, Recursos ambientais e Recursos Naturais*. In: Agricultura, São Paulo, v. 51, n.2, p. 15-26, jul/dez, 2004. Disponível em www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-04-2.pdf. Acesso em 28 jun. 2008. Sobre o conceito de “natureza” considero importante ressaltar a contribuição desse autor. Dulley sublinha que a discussão desse tema é extensa, envolvendo aspectos filosóficos, religiosos. Dentre os autores enumerados por ele cito R. Lenoble segundo o qual há diferentes ideias de natureza, ou seja, “*o significado de natureza não é o mesmo para grupos sociais de diferentes lugares e épocas na história. A natureza é pensada a partir de relações sociais.*”

visitaram a Cidade do Pará em diversas décadas do século XIX, sobretudo as situadas na primeira metade daquela centúria.

Ainda relativamente a esse ponto, foi importante para a pesquisa como também para a construção textual, a recorrência à obra de Norbert Elias, “*O processo civilizador*”, uma vez que essa, tendo “*como tema fundamental os tipos de comportamento considerados típicos do homem civilizado ocidental*”, possibilitou maior fluência de reflexões concernentes aos modos de pensar de habitantes de Belém no decorrer do século XIX a respeito dos modos de lidar com as águas, com artefatos relacionados aos usos do líquido e como os ofícios relacionados à coleta, transporte e usos da água na cidade.

A documentação permite entrever que para diversos moradores chegava a ser considerado vergonhoso transportar vasilhas com água pelos espaços da cidade, por exemplo, ou, desgastar-se fisicamente e expor-se em lugares pensados como expressamente públicos, tais como praças e poços públicos, lavando roupas. Tais tarefas, a despeito da importância que pudessem ter no cotidiano dos moradores, eram desenvolvidas à longa data pelos criados, e/ou trabalhadores livres, libertos ou escravizados, de condição social considerada inferior, os quais ganhavam as ruas em busca de trabalho, moradores desprovidos de recursos na capital do Pará, aos quais, tipos de trabalhos como os que mencionei anteriormente, eram considerados destinados.³⁰

A despeito dos registros referentes à grandiosidade hidrográfica da Província do Pará, em relação à Belém, o século XIX foi um período marcado pela preocupação das autoridades públicas para com a facilitação do abastecimento da chamada *água de boa qualidade* aos moradores da capital da província. Quanto aos moradores, também precisaram desenvolver estratégias para garantir o suprimento doméstico de água tendo em vista as atividades regulares, necessárias ao funcionamento de diversas residências.

As manifestações em geral, em relação às águas na cidade e, por conseguinte, aos modos de pensar e recorrer aos usos das mesmas, revelam sensibilidades que não foram específicas da Cidade do Pará, ou seja, em outras capitais de províncias/estados do Brasil, uma documentação pesquisada, também revela modos de compreender as relações sociais nos usos das águas perpassados pelas ideias de apropriação do líquido, submissão da água ou enquadramento da mesma aos modos de viver dos moradores, limpeza de objetos, asseio dos corpos.

³⁰ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. V.1. *Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. P.13.

Em outras palavras, a documentação denota modos de perceber a água, entre membros de grupos locais, tais como dirigentes, médicos, redatores de jornais, advogados, como um elemento da natureza que precisava ser submetido às transformações geradas pelo progresso, pelo processo inexorável da civilização. Uma vez realizada a “submissão” do líquido aos ditames do progresso, acreditava-se que a sociedade seria beneficiada com o fornecimento de água de boa qualidade e em quantidade adequada.

A pesquisa que empreendi indica, contudo, que em relação ao fornecimento da água, esse não era um modo único de pensar entre os habitantes de Belém. Destes, a grande maioria percorreu o século XIX buscando a água em fontes, poços ou cacimbas, alguns armazenando o líquido em questão, em tanques domésticos, ou mandando cavar poços, ou ainda comprando-a aos aguadeiros, que por sua vez, também buscavam-na em poços. Ou seja, para a grande parcela de moradores da Cidade do Pará, os séculos de busca das águas naquelas condições, levaram-nos a reproduzir e considerar natural os modos de obtenção do líquido.

Para melhor entender os modos de pensar e os conectados às relações com a água, também foram importantes as considerações de Robert Lenoble sobre o conceito de natureza. Para ele “*esse conceito de natureza só na história toma todo o seu sentido: exprime menos uma realidade passiva apercebida que uma atitude do homem perante as coisas*”. Ou seja, os homens construíram ideias acerca da natureza e tais ideias são datadas, construídas historicamente, conectadas às relações sociais. Nesse sentido, as próprias ideias que o homem construiu sobre si mesmo e de tudo quanto o cerca, as condições econômicas, políticas que vivencia são essenciais também para formatar suas ideias sobre natureza.³¹

Nessa perspectiva foi importante a leitura de José Augusto Pádua. Em “*Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia no Brasil*”, o autor dedica-se “*a pensar as origens da ecologia política no Brasil*”.³²

Nesse texto, Pádua discute, por exemplo, a proposta de José Bonifácio de Andrada e Silva, no que se refere ao relacionamento entre homem e natureza. Nesse sentido, Bonifácio propunha o uso do conhecimento científico da natureza em prol do crescimento da riqueza nacional, a ignorância das leis naturais era causadora de desperdícios. Logo, era fundamental que a natureza não fosse destruída, pois se assim o fosse, obstaculizaria o desenvolvimento da nação, todavia, Bonifácio não propunha uma atitude contemplativa perante a natureza, ela

³¹ LENOBLE, Robert. *Historia da ideia de natureza*. Porto: Edições 70, 1990. P. 200.

³² PÁDUA, José Augusto. *Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia no Brasil*. In: PÁDUA, José Augusto (org.). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987. P. 14. (Coleção Pensando o Brasil).

deveria ser usada mediante os saberes proporcionados pelas ciências, ou seja, tratada mediante os fundamentos da racionalidade.³³

Ainda com relação ao pensamento brasileiro no século XIX, e mais especificamente à “*crítica do relacionamento com a natureza no Brasil*”, J. A. Pádua destaca Joaquim Nabuco e André Rebouças, os quais seriam, segundo o autor, herdeiros intelectuais de Bonifácio, adeptos do liberalismo que relacionavam a luta em defesa da natureza com a luta pela civilização.³⁴

No caso de Belém do Pará, destacam-se tanto nos textos jornalísticos, como em documentos governamentais, pensamentos afinados com as ideias em defesa da civilização inclusive nas questões relativas também à lida com as águas. Diante do exposto, tornou-se necessário submeter os pântanos, as áreas alagadas indesejáveis que comprometiam o crescimento da Cidade do Pará, assim como combater os lamaçais que se avolumavam em decorrência das chuvas. Também se revelou importante a construção de valas, pontes, portos, poços e chafarizes, bem como o uso de objetos através dos quais a água seria enquadrada, acondicionada, transportada, despejada, utilizada e finalmente, esgotada.

Todavia, submeter às águas a todo aquele processo de enquadramento não se constituiu em tarefa simples para aqueles que viveram na Belém daqueles tempos. Percebendo essa questão ao longo da pesquisa, entendi que a história dos usos das águas na Cidade do Pará, requereria um certo entendimento entre a história natural, construída em grande parte no século XIX, e a história social.³⁵

Em outros termos, na Belém do século XIX, a lida com as águas revelou-se constante e duradoura em diversos âmbitos e provavelmente, assim precisasse ser para tantos que buscaram construir uma vida na Cidade do Pará, uma vez que naquele século a cidade, apesar das inúmeras mortes em função das lutas políticas e das doenças, também vivenciou uma expansão física e populacional, sendo essa associada à questão da imigração e ao desenvolvimento comercial associado à economia da borracha, sobretudo a partir dos anos sessenta do século XIX.³⁶

³³ PÁDUA, José Augusto. *Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia no Brasil*. In: PÁDUA, José Augusto (org.). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ. P. 32.

³⁴ PÁDUA, José Augusto. *Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia no Brasil*. In: PÁDUA, José Augusto (org.). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ. Pp. 40-1.

³⁵ DRUMMOND, José Augusto. *A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 177-197. Disponível em professores.cds.unb.br/.../pub/down.cfm?...%20%20história%20ambiental. Acesso em 11 fev. 2007.

³⁶ Sobre experiências diversas de migrantes cearenses no Pará e, mais especificamente, em Belém, ver LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. USP/FFLCH.

Afinal, a documentação indica que para as elites, fora considerado necessário realizar inúmeras obras de contenção das águas, uma vez que o líquido abundante, também de modos diversos estabelecia limites às ações humanas, retardando mudanças que eram consideradas necessárias para uma cidade que precisava expandir-se.

Esclareço, contudo, que não abraço ou proponho neste estudo, a ideia de um determinismo natural das águas, reafirmo que busco analisar os modos pelos quais aqueles que habitaram Belém construíram suas relações com as águas tão presentes na mesma, considerando questões basilares da história da cidade, tais como, por exemplo, a reincidência de epidemias, as lutas políticas, as mortes numerosas, o crescimento econômico, a prosperidade comercial e a própria expansão da cidade. À primeira parte desse estudo, constituída de dois capítulos, dedico, principalmente, a essas reflexões.

O desenrolar da pesquisa apontou-me também a possibilidade de desenvolver uma história de vida e/ou cultura material da água nos domicílios da Belém dezenoveana, bem como a conexão de tais usos com o processo de civilização pensado para a cidade e que norteou também, entendimentos sobre a lida com as águas e com a natureza tão próxima à mesma.

A tarefa implicou em realizar tentativas de adentrar residências e identificar uma multiplicidade de objetos recorrentes no “dia-a-dia” dos moradores e que guardavam, muito possivelmente, relação com os usos da água nos interiores da moradia, com a condição social dos moradores, seus sentimentos e motivações. A respeito disso, recorro às palavras de José Veríssimo quando este afirma que “*a casa revela a constituição da família que a habita*”.³⁷

Na verdade, estudos mais direcionados à família não se constituem no foco do presente trabalho, todavia, considere a importância, conforme informei anteriormente, de adentrar as residências, no sentido de entender formas de domesticação da água, em meio a relações construídas nos interiores domiciliares. Afinal, inevitavelmente todos os habitantes necessitaram recorrer ao líquido em questão, fosse para mitigar a sede, ou preparar os alimentos, ou ainda para as lavagens de objetos, cômodos, corpos e alimentos.

Para as “*casas de família*” de Belém foi necessário buscar a água no universo “*porta afora*”, junto aos aguadeiros, ou aos poços e fontes, aos igarapés e rios presentes na cidade,

São Paulo, 2006. (Tese de Doutorado). Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16072007-105321/>. Acesso em 26 jun. 2008.

³⁷ Ver VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. E também ROCHE, Daniel. *História das coisas banais, o nascimento do consumo séc. XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. E também REDE, Marcelo. *História a partir das Coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material*; In: Anais do Museu Paulista, nova série V. 4. 1996. E ainda, ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador – Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. Vol. 1.

recorrendo a inúmeros objetos associados à coleta e transporte e submetendo-a ao uso doméstico. Diante disso, a recorrência aos baldes, latas, bacias, potes, tinas, pipas, entre outros, marcou as vidas dos moradores da cidade ao longo de décadas que antecederam inclusive, o século XIX.

À guisa de refletir a respeito dessas questões recorri a várias produções essenciais relativas à pesquisa da história da vida material. Dentre elas destaco “*Civilização Material, Economia e Capitalismo – século XV-XVIII*”, de Fernand Braudel, sobretudo o primeiro de seus três volumes, “*as estruturas do cotidiano*”, no qual o autor dedica algumas laudas à discussão sobre “*bebidas e dopantes*”, incluindo aí a água e a recorrência à mesma por moradores de cidades da Europa, por exemplo, através das construções de poços e cisternas, bem como o uso de bombas e a recorrência aos aguadeiros.

Aliás, em Belém do Pará, durante o século XIX, em meio às disputas políticas dos anos vinte, ao vigor da luta cabanal dos anos trinta, à incidência de epidemias e mortes e à reverberação das atividades agrícolas e comerciais, os habitantes, particularmente ou através dos dirigentes locais, cavaram seus poços, e recorreram ao uso de pedra e cal e madeira no processo de construção dos mesmos. Também recorriam aos aguadeiros, presentes desde as primeiras décadas do século dezanove, na documentação.³⁸

Na obra em questão, Braudel também adverte para as diversas concepções relativas à importância e à qualidade das águas, isto é, que elementos concorriam para as águas fossem consideradas boas ou más em diferentes contextos.

A leitura de Jean-Marie Pesez, sobretudo a relação entre cultura material e história foi também extremamente esclarecedora. Segundo o autor “*(...) a cultura material só se exprime pelo concreto, nos e pelos objetos. Em suma, a relação entre o homem e os objetos (sendo aliás o próprio homem, em seu corpo físico, um objeto material), pois o homem não pode estar ausente quando se trata de cultura.*”³⁹

Respalhando-se em Braudel, Pesez adverte que o estudo da vida material se reveste da dignidade de priorizar a história das massas, as realidades de longa duração, pois os gestos dos homens comuns se constroem numa cotidianidade de longa duração.

No presente trabalho, optei por desenvolver o estudo sobre usos da água ao longo do século XIX, primeiramente por já vir desenvolvendo pesquisas em torno desse período há algum tempo, o que possibilitou contato com documentos que remetiam para possibilidades

³⁸ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII: As Estruturas do Cotidiano, o possível e o impossível*. Vol. 1, São Paulo: Martins Fontes, 2005.

³⁹ PESEZ, Jean-Marie. *História da Cultura Material*. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. P.242.

de discussão sobre usos da água e também porque, sendo um século no qual os habitantes de Belém conviveram com questões significativas ou marcantes, que ficaram consagradas na historiografia regional e nacional, tais como a luta social cabana, a expansão da economia gumífera além do próprio crescimento da cidade à revelia dos terrenos alagados nela existentes. Busquei, então, relacionar as formas de lidar com as águas ao longo dos oitocentos com as questões que referi, uma vez que essas se apresentaram prenes de significados para a diversidade de moradores da Belém daqueles tempos.

Advirto, contudo, que ao longo do período dezenoveano, muitas formas de lidar com a água foram repetidas no cotidiano dos moradores da Cidade do Pará, a despeito das epidemias reincidentes, da luta cabanal, do enriquecimento gerado para alguns setores através de atividades econômicas bem sucedidas, da expansão da cidade em si. Ou seja, os moradores da Belém do século XIX, conviveram com águas de rios e igarapés em abundância e conviveram também com as águas obtidas através da abertura de poços ou cacimbas. Em função disso, precisaram desenvolver um gestual específico e repetitivo de coleta da água, de transporte e armazenamento da mesma e para tanto recorreram à intermediação de numerosos artefatos. Aqueles modos de lidar com as águas não foram específicos do século XIX foram anteriores e construídos ao longo de dezenas de anos.⁴⁰

Nesse ponto reporto-me também às contribuições de discussões sistematizadas por Marcelo Rede e Ulpiano B. Menezes. Em trabalhos como “*História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material*”, Marcelo Rede adverte para a importância da perspectiva interdisciplinar no estudo dos objetos materiais, e sobretudo, para a questão da historicidade dos mesmos, ou seja, alerta para o fato de que a constituição dos objetos, bem como os usos dos mesmos não estão à margem do contexto social no qual se inserem, contrariamente segundo o autor seria “*uma ilusão pensar que um objeto incorpora seus atributos morfológicos e semânticos em um único ato criador e os mantém por toda sua trajetória*.”⁴¹

⁴⁰ Igualmente importante foi a contribuição de Daniel Roche. Em “*História das coisas banais: o nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*”, o autor dedica um capítulo à discussão acerca da utilização da água, numa temporalidade de longa duração, na França. O autor discute a relação entre o sagrado e as águas, a abertura de poços e construção de chafarizes, bem como as concepções em trono da água considerada pura. ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

⁴¹ REDE, Marcelo. *História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material*. In. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.4 jan./dez. 1996.

Em “*Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público*”, Ulpiano Meneses discute “o deslocamento de objetos e coleções do campo pessoal para o público e que implicações precisariam ser consideradas no que diz respeito à pesquisa histórica”.⁴²

Adverte que os artefatos contêm atributos em si, os quais se constituem em “propriedades de natureza físico-químicas: forma geométrica, peso, cor, textura, dureza etc, etc.”. Tais atributos de sentido são construídos historicamente, ou seja, gerados por intermédio de relações sociais. De outro modo, os atributos de sentidos estão fora do objeto e são ressignificados no tempo e no espaço pelas sociedades, pelos grupos e pelos indivíduos. “*Daí a importância da narrativa e dos discursos sobre o objeto para se inferir o discurso do objeto*”.

Mas, adverte o autor, contrariamente à “*verdade objetiva*” contida na “*integridade física*” do objeto, os discursos sobre o mesmo “*podem ser falsos*”. Então, os objetos contêm sinceridade, mas não a verdade em si, daí necessitar de outros textos para serem compreendidos, pois eles não se esgotam em si mesmos. “*Os objetos materiais têm um trajetória, uma biografia*”, afirma Meneses.⁴³

Ainda considerando o objeto da pesquisa bem como o período em que centrei a discussão do presente trabalho, foi importante recorrer às contribuições de estudos contidos nas coleções “*História da Vida Privada*” - em relação a esta tese, mais especificamente o volume quatro - o qual foi “*fonte originária de inspiração*” para a “*História da Vida Privada no Brasil*”.

Em relação ao volume quatro da coleção francesa, foram importantes as reflexões a respeito de vida privada, domesticidade e intimidade, principalmente para o capítulo final da segunda parte do presente estudo, no qual desenvolvo o debate acerca dos usos da água nos interiores da moradia. Foram também importantes as discussões atinentes à relação entre a casa e a família no século XIX, bem como os modos de morar, a discriminação social manifestada nas moradias, às precariedades enfrentadas pelos desafortunados, o menosprezo dos burgueses pela “*classe proletária*”. E também as discussões voltadas aos cômodos da moradia e da relação dos mesmos com os sentidos de domesticidade e construção da intimidade.⁴⁴

⁴² MENESES, Ulpiano T. Bezerra. *Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público*. In: Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. II, nº 21, 1998.

⁴³ MENESES, Ulpiano T. Bezerra. MENESES, Ulpiano T. Bezerra. *Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público*. In: Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. II, nº 21, 1998. Pp. 91-2.

⁴⁴ PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

No caso da coleção brasileira, recorri, sobretudo, embora não unicamente, aos trabalhos de Leila Mezan Algranti, *“Famílias e vida doméstica”*, e de Mary Del Priore, *“Ritos da vida privada”*. O primeiro possibilitou reflexões sobre a relação entre família e domicílio no período colonial do Brasil, bem como as discussões sobre os sentidos de intimidade e a relação dos mesmos com os modos de construir moradias, sobretudo entre segmentos mais abastados da sociedade. Para a autora a organização familiar e a vida doméstica nos séculos XVI e XVII, sofreram a influência de elementos que *“marcaram profundamente a formação da sociedade brasileira e o modo de vida de seus habitantes: a distância entre a colônia e a metrópole; a falta de mulheres brancas, a escravidão negra e indígena, a expansão territorial e as precariedades relativas aos produtos e recursos”*.⁴⁵

Recorrendo a uma documentação diversa, incluindo inventários e testamentos, a autora adverte para as diferentes conotações relativas ao privado e ao público, cuja distinção melhor delineada no século XIX, não se aplica ao período enfocado por ela. Da mesma forma, os sentimentos, a intimidade e as solidariedades também encontraram formas diversas de expressão.

Em linha semelhante de abordagem, sendo que a partir dos registros – cartas pessoais, anotações financeiras - de um senhor de engenhos decadentes da Bahia do século XVIII, o trabalho de Mary Del Priore busca analisar especificidades da privacidade na América portuguesa nos séculos XVII e XVIII, período em que *“a oposição entre o público e o privado começava a delinear-se”*.

Aliás, a autora adverte que em 1718, Raphael Bluteau, um dicionarista jesuíta, esclarecia que *“Privado: (referia-se a) uma pessoa que trata só de sua família e de seus interesses domésticos”*, o que ficava bem explicitado na documentação do endividado senhor de engenhos, Antonio Gomes Ferrão Castelo Branco.⁴⁶

Além dos trabalhos que mencionei, foram também importantes teórica e metodologicamente para minha pesquisa, as produções de Sheila de Castro Faria, Antonio

SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. A expressão *“fonte originária de inspiração”* foi utilizada por Fernando Novais (coordenador geral dessa coleção) no prefácio do volume 1 da coleção. Novais esclarece que *“convergência e autonomia hão de guardar, portanto, nossa relação com a fonte originária de inspiração. Convergimos, sim, mas não tomamos vida privada em sentido muito estrito, antes ampliamos o seu contorno para o universo da intimidade e do cotidiano, ou como diz Duby, “zona de imunidade oferecida ao recolhimento”. (...)”*.

⁴⁵ ALGRANTI, Leila Mezan. *Famílias e vida doméstica*. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. P. 84.

⁴⁶ PRIORE, Mary Del. *Ritos da vida privada*. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1997. P. 278.

Otaviano Vieira Júnior, Vânia Carneiro Carvalho e João Luiz Máximo da Silva. Os dois primeiros já publicados respectivamente em 1998 e 2004 e voltados para a discussão acerca da família no período colonial, com recorrência a uma documentação ampla e seriada e que concorreram para minhas reflexões sobre os ofícios da água na cidade de Belém, assim como os percursos da mesma nos interiores domiciliares e/ou em “*casas de família*”, expressão cunhada em vários documentos do período dezenoveano.⁴⁷

Em “*A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*”, Sheila de Castro Faria propõe-se a discutir a “*importância da família na montagem e funcionamento das atividades econômicas coloniais, em particular as ligadas ao mundo agrário*”. Para ela todos os aspectos integrantes da cotidianidade, estivessem eles mais no âmbito do que fosse considerado público ou privado, convergiam para a família.

O termo (família), por sua vez ligava-se a elementos para além da consanguinidade, ou seja, envolvia “*parentela e coabitação, incluindo relações rituais*”. Tal importância conferida à família justifica-se pela absoluta relação entre este grupo e “*todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada*”. A autora afirma inclusive que não construiu em seu trabalho uma história da vida privada e sim uma história do cotidiano, pois “*analisa as formas de produzir, as famílias, as casas de morada etc*”. Para ela, no período colonial a casa não era o local do privado, ela alerta para o fato de que a referência ao termo “casas” na documentação,

Demonstrava a proximidade do local de beneficiamento da produção, das senzalas (quando havia), das casas de agregados, das casas dos filhos, das casas onde se cozinhou e se dormia, dos animais em torno delas ou de lavouras, de paióis ou casas de despejo, formando um complexo. Posso até mesmo dizer que as casas eram um local público.⁴⁸

Em “*Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)*”, Antonio Otaviano Vieira Júnior analisa “*os múltiplos significados das organizações familiares cearenses a partir da investigação das relações entre família e domicílio, e família e violência*”. Para tanto, o autor estabelece relações permanentes e cuidadosas com as transformações econômicas ocorridas no Brasil e mais especificamente no Ceará, no

⁴⁷ FARIA, Sheila de Castro. *Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

VIEIRA Jr. Antonio Otaviano. *Entre Paredes e Bacamartes: história da família no sertão (1780 -1850)*. Fortaleza/CE: Ed. Demócrito Rocha; São Paulo: Ed. HUCITEC, 2004.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e Artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material São Paulo, 1870-1920*. Tese (doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2001.

SILVA, João Luiz Máximo da. *O Impacto do gás e da eletricidade na Casa Paulistana (1870-1930): estudos de cultura material no espaço doméstico*. Dissertação (mestrado). São Paulo: FFLCH/USP, 2002.

⁴⁸ FARIA, Sheila de Castro. *Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. Pp. 388-9.

interregno indicado acima. Nesse sentido o trabalho focaliza “*a família numa região colonizada a partir da pecuária, que mesmo após entrar em decadência enquanto atividade exportadora deixou significativas marcas nas relações sociais e econômicas da região*”.⁴⁹

Nessa perspectiva o autor discute a relação entre família e domesticidade, enfatizando a relação entre família e domicílio numa área marcada pelo desenvolvimento da pecuária e a incidência da seca, a estrutura material dos domicílios e o uso social dos espaços ocupados pelas famílias. Em seguida, o autor discute relações entre família e violência, enfatizando a presença marcante deste no cotidiano cearense, assim como as relações entre famílias abastadas e violência e as tensões de gênero.

Os trabalhos de Sheila C. Farias e Vieira Júnior, apresentaram pesquisas da vida material de famílias de diferentes condições sociais, recorrendo a uma documentação escrita e analisando, portanto, os discursos sobre os objetos referidos na mesma.

Ainda com relação à recorrência aos estudos da cultura material, foram também esclarecedores os trabalhos de Vânia Carneiro de Carvalho, “*Gênero e Artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material - São Paulo, 1870-1920*” e, João Luiz Máximo da Silva, “*O Impacto do gás e da eletricidade na Casa Paulistana 1870-1930: estudos de cultura material no espaço doméstico*”.

No primeiro, Vânia Carvalho analisa “*as relações de gênero a partir dos padrões de organização material da moradia*”. Nesse sentido a autora discute que o processo de escolha dos objetos a serem dispostos nos espaços da casa, bem como as normas que regem a ornamentação de tais objetos e dos cômodos em si, assim como a especialização destes, a própria rotina doméstica, ocorreram buscando sempre a reprodução de “*diferenças sexuadas, inculcadas de maneira inconsciente e automática nos comportamentos cotidianos*”.⁵⁰

Como em outros estudos mencionados, o trabalho em questão relaciona a temática com o contexto histórico, enfatizando o estado de São Paulo e respectiva capital. Ao longo da tese, a autora analisou inicialmente as identidades de gênero constituídas e atribuídas aos objetos. Em seguida focaliza a localização dos objetos em relação aos cômodos da casa, ou seja, o contexto espacial dos objetos, mediante uma série de elementos inclusive atributos masculinos e femininos. Em seguida, a autora dedica-se à análise de movimentos, ou seja, “*pessoas e objetos analisados num contexto performático*”. As ações corporais, nas quais corpo e objeto conectam-se e reproduzem um determinado modo de viver, são sexuadas e

⁴⁹VIEIRA Jr. Antonio Otaviano. *Entre Paredes e Bacamartes: história da família no sertão (1780 -1850)*. Fortaleza/CE: Ed. Demócrito Rocha; São Paulo: Ed. HUCITEC, 2004. Pp. 12-3.

⁵⁰CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e Artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material - São Paulo, 1870-1920*. Tese (doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2001. P 15.

ocorrem por sua vez, num “*sistema que as retroalimenta com valores e sistemas já cristalizados*”. Nesse sentido a autora afirma que

(...) o fenômeno sexuado da aculturação burguesa, européia, tecnológica e urbana conhece sua forma mais irreversível na adoção de novos padrões corporais, (uma vez que) são esses que freiam, filtram ou permitem a instalação de uma nova cultura, já que é através deles que esta se transforma em hábito – ação inconsciente e automatizada.⁵¹

A seguir Vânia Carneiro discute formas de luxo, através de um duplo foco espacial: a casa e a rua. “*O luxo e o conforto são associadas às funções femininas de ornamentação tanto nos espaços públicos da cidade, como nos interiores domésticos*”. Finalmente, ela discute as relações entre o espaço material e o imaterial e nesse ponto, “*a estética é retomada como um sistema classificatório e distintivo de gênero e classe que articula as formas materiais de conforto às necessidades de gratificação simbólica*”.⁵²

O trabalho de João Luiz Máximo da Silva procura identificar impactos físicos, sociais e culturais no espaço doméstico paulistano a partir do emprego das tecnologias do gás e da eletricidade na cidade. De acordo com o autor, “*o objetivo do trabalho foi mobilizar os objetos, o espaço doméstico e toda e qualquer fonte para compreender aspectos das relações sociais e não os objetos e seu quadro material em si*”, consideração essa que vai ao encontro das discussões teóricas sobre cultura material enquanto metodologia de trabalho historiográfico.⁵³

Nessa perspectiva o autor discute as transformações da cidade de São Paulo em centro urbano de destaque devido á bem sucedida economia do café do oeste paulista, bem como o estabelecimento de grupos estrangeiros atuantes na prestação de serviços no âmbito urbano. As mudanças vivenciadas na cidade influenciaram as constituições das casas paulistanas, os jornais, por exemplo, anunciavam equipamentos domésticos que otimizariam a lida doméstica assumida geralmente pela figura feminina.

O autor analisa as questões que marcaram esse impacto tais como as modificações operadas em várias casas, além do próprio uso de equipamentos a gás e eletricidade. Máximo da Silva adverte ainda que “*a escolha da cultura material como plataforma de análise,*

⁵¹ CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e Artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material São Paulo, 1870-1920*. Tese (doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2001. P. 165.

⁵² CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e Artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material São Paulo, 1870-1920*. Tese (doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2001. Pp. 21-2.

⁵³ SILVA, João Luiz Máximo da. *O Impacto do gás e da eletricidade na Casa Paulistana (1870-1930): estudos de cultura material no espaço doméstico*. Dissertação (mestrado). São Paulo: FFLCH/USP, 2002. P. 5.

*possibilitou que o enfoque recaísse não nos objetos em si, mas na sociedade que os produziu ao mesmo tempo em que foi por eles, (re)produzida”.*⁵⁴

O trabalho de Luiz Antonio Valente Guimarães, *“As casas & as coisas: um estudo sobre vida material e domesticidade nas moradias de Belém – 1800-1850”*, também profundamente contributivo para a presente produção, posto que estuda as moradias urbanas de Belém na primeira metade do século XIX. Para tanto, analisa *“as relações sociais construídas nestes ambientes domésticos, investigados através do uso e consumo de objetos encontrados nos inventários post mortem, jornais, relatos de viajantes e outras documentações”*.⁵⁵

Nesse estudo o autor buscou construir uma articulação entre os múltiplos registros acerca de objetos materiais localizados nos domicílios da Cidade do Pará e a estrutura das moradias em busca de entender os modos de viver dos moradores de Belém na primeira metade dos oitocentos, e nessa perspectiva a relação dos mesmos com o consumo, as noções de conforto e privacidade.

Estas foram algumas das contribuições recorrentes na presente tese.

3. Sobre os capítulos que integram o trabalho

Passo a seguir a uma breve apresentação dos capítulos que compõem essa produção.

A tese que proponho se encontra organizada em duas partes: “as águas e a cidade” e “águas, casas e moradores”. Cada parte encontra-se subdividida em dois capítulos, que são respectivamente: “as águas e a cidade de Belém” e “em meio às águas, a construção da cidade”, que integram a primeira parte, e “entre o transportar, o lavar e o cozinhar: ofícios da água e casas de morada” e “objetos da água em casas de morada”, que constituem a segunda parte.

No primeiro capítulo, “as águas e a cidade de Belém”, pretendo desenvolver discussões sobre modos de pensar a cidade de Belém a partir dos registros de viajantes e moradores, suas chegadas e/ou partidas e como estabeleceram conexões com as águas presentes, sobretudo, no entorno da cidade. Nesse ponto pretendo analisar também

⁵⁴ SILVA, João Luiz Máximo da. *O Impacto do gás e da eletricidade na Casa Paulistana (1870-1930): estudos de cultura material no espaço doméstico*. Dissertação (mestrado). São Paulo: FFLCH/USP, 2002. P. 5.

⁵⁵ GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. *As casas & as coisas: um estudo sobre vida material e domesticidade nas moradias de Belém – 1800-1850*. Dissertação (mestrado). UFPA/PPHIST. Belém, 2006. Resumo. Foi também importante a leitura de AUGUSTO, Isabel Teresa Creão. *Entre o ter e o querer : domicílio e vida material em Santa Maria de Belém do Grão-Pará (1808 – 1830)*. Dissertação (mestrado). Campinas, SP: [s.n.], 2007. - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

pensamentos associados às águas (consideradas) amigas, ou seja, as águas que banhavam nas folgas, que possibilitavam passeios, que saciavam a sede e as águas (tidas como) inimigas, por acarretarem problemas para os moradores da Cidade do Pará.

No segundo capítulo, “em meio às águas, a construção da cidade”, pretendo discutir as relações entre natureza e civilização através dos pensamentos externados por alguns moradores, em relação à questão da canalização das águas.

Também neste capítulo serão focalizadas as relações com os pântanos, as águas de chuva, a constituição de valas para esgotamento das águas estagnadas, bem como o uso de canalização para escoamento de águas. Com esse propósito, a discussão será direcionada para os processos considerados facilitadores para o controle das águas que “precisavam” ser removidas na cidade, posto que poderiam prejudicar os moradores, comprometendo-lhes o bem-estar.

Na documentação trabalhada não são incomuns as expressões “*água potável*”, “*boa água*”, “*boa água para beber*”, só para citar alguns exemplos. Por outro lado, a expressão “*água turva*” indicava comprometimento na qualidade da água. A respeito disso pretendo relacionar este problema com os discursos das autoridades dirigentes, os discursos jornalísticos e com as discussões científicas sobre esta questão, pois apontam para os perigos que significava para os moradores, sobretudo na segunda metade do século XIX, o descuido com águas paradas nos terrenos, ruas, quintais e no interior do domicílio. Entre os perigos apontados estavam, por exemplo, as doenças. Nesse sentido, as águas seriam veículos de enfermidades muitas vezes fatais para vários moradores da cidade.

Ainda no capítulo em questão, discuto o estabelecimento da Companhia das Águas, nos anos oitenta do século XIX. Nesse ponto procurei destacar uma história da instituição da Companhia, relacionada aos locais referentes à preservação de mananciais, expansão da rede de canalização, algumas tensões sociais importantes naquele contexto e, a despeito das transformações emergentes no processo de controle da apropriação da água, às permanências que marcaram (e ainda marcam) o cotidiano de moradores de diferentes espaços de Belém.

No capítulo primeiro da segunda parte, “entre o transportar, o lavar e o cozinhar: ofícios da água e casas de morada”, objetivo discutir três ofícios que guardavam estreita relação com usos da água em Belém: o de aguadeiro, de lavadeira e de cozinheira (o). A escolha desses ofícios guardou conexão com as fontes que acessei durante a pesquisa e que denotam a recorrência dos habitantes de Belém aos aludidos serviços.

Referidos em uma variada documentação os aguadeiros e/ou condutores de água integraram o universo social da cidade de Belém. O trabalho mais diretamente relacionado ao

deslocamento dos carros com pipas pelas ruas da cidade era uma função essencialmente masculina, exigia esforço físico e grandes habilidades de manobra por parte dos trabalhadores a fim de percorrerem as ruas da cidade com seus carros. Nesse contexto, pretendo discutir aspectos das relações entre aguadeiros e demais moradores da cidade, inclusive com os que representavam o poder público, no processo de apropriação da água, posto que tal relacionamento foi marcado tanto por momentos de solidariedade quanto por conflitos.

Além dos aguadeiros, também serão focalizadas nesse capítulo as lavadeiras. A documentação aponta para um interesse significativo de vários moradores para com o processo de lavagem e engomagem da roupa. Tais serviços eram aparentemente desenvolvidos apenas por mulheres, escravizadas ou não. A lavagem era um serviço que poderia ser realizado fora ou dentro das moradias, neste caso poderiam acontecer nos quintais, mediante a intermediação de tinhas e/ou bacias e o uso de vários outros objetos para a sua execução.

Além de aguadeiros e lavadeiras, o outro ofício que destaquei foi o de cozinheira (o). Dentre os saberes da cozinha, no que concerne ao uso da água estava a limpeza das vasilhas assim como a dos alimentos e a preparação dos mesmos. O uso da água era importantíssimo no processo de preparação de vários alimentos, no caso específico de Belém a documentação revela a recorrência ao uso dos caldos e sopas, por exemplo.

Algumas cozinheiras também eram obrigados a proceder a compra dos alimentos. Quanto aos homens, encontrei com maior incidência, a preferência pelos mesmos em cozinhas de hotéis, hospitais e restaurantes. De todo modo, a conduta morigerada e a preocupação com o asseio eram elementos considerados importantes por moradores com possibilidades de dispor daqueles trabalhadores.

No segundo capítulo da segunda parte, “objetos da água em casas de morada” pretendo estabelecer conexões entre as ideias de riqueza, pobreza, ostentação e diferenciação com as alterações promovidas nos interiores das casas de morada e, sobretudo, com os tipos de objetos da água que foram adquiridos, bem como os usos e/ou os desusos relacionados aos mesmos. Ou seja, busco relacionar a obtenção e os usos dos diversos objetos da água nos domicílios e as construções de necessidades por parte dos moradores de Belém, necessidades essas marcadas por múltiplas questões, tais como a condição social, o trabalho, o gênero, a formação intelectual, a nacionalidade enfim...

Sobre os usos das águas no interior das moradias, potes, bilhas, copos, garrafas, bacias, dentre outros, foram os objetos referidos nas fontes pesquisadas, o que suscitou a discussão sobre a relação dos mesmos com os moradores de Belém. Logo, serão objetos de meu enfoque, as ideias acerca de potabilidade, bem como outros elementos norteadores de

atribuição de importância, construídos em relação aos objetos da água encontrados nos interiores das residências.

Nesse capítulo também procuro analisar a relação entre a qualidade da moradia e a disponibilidade de água na mesma mediante modos de pensar expressados na documentação. Nesse sentido existe a indicação de que durante o século XIX, parecia ser importante informar-se as “casas de moradia”, anunciadas nos jornais, dispunham de poço. Além disso, não raramente acoplada a essa referência, havia a observação quanto à qualidade da água ali existente.

A presente tese tem por objetivo, portanto, apresentar uma história social da água em Belém do Pará no decorrer do século XIX. Não é um trabalho único sobre as relações dos moradores de Belém com as águas, conforme esclareço ao longo do mesmo, a problemática já instigou outros estudos que dirigiram seus focos para a investigação sobre as permanências e continuidades que marcaram os modos de lidar com as águas abundantes encontradas tanto nos arredores, quanto nos interiores da cidade.

Sendo uma produção historiográfica social, a história apresentada não pode deixar de focalizar as relações sociais construídas na capital da província, contudo, tais relações são estudadas em torno dos usos e não usos das águas pelos habitantes da cidade naquele período. Esses, por sua vez, são analisados em conexão com modos de pensar e/ou sentir as ideias de natureza, civilização, público e privado e com a recorrência a uma produção material associada, embora não unicamente, aos usos da água.

Os sujeitos históricos enfocados são diversos, reflexo irrefutável da população que constituiu a cidade de Belém desde o século XVII. Tal diversidade fundamentou-se em questões relativas à condição social, etnia, gênero, nacionalidade e naturalidade, que por sua vez vieram à tona a partir da pesquisa documental.

À guisa de resposta para a problematização que apresento, desenvolvi um exercício de reflexão acerca de sensibilidades esboçadas com relação aos usos de poços, fontes, pipas d'água, tinas, potes, bilhas, copos, garrafas, entre outros objetos e/ou recursos pertinentes aos usos da água.

No decorrer do interregno que proponho, o processo de apropriação das águas ocorreu mediante determinadas continuidades de procedimentos, ou seja, as águas usadas por muitos moradores de Belém eram coletadas nos exteriores de suas moradas e prédios. Pelos

logradouros da cidade elas foram transportadas, para enfim adentrarem os interiores de habitações e casas em geral, para o que fizeram uso de potes, bilhas, baldes, bacias e demais vasilhas com vistas a múltiplos usos, numa reprodução de ações indispensáveis à vida na cidade ao longo do tempo.

Por outro lado, o processo de relação dos habitantes de Belém com as águas também passou por mudanças, conectadas aos modos de pensar o viver numa cidade que abrigava moradores diversos e que “deveriam” observar regras de progresso e civilização. Daí, a recorrência crescente aos encanamentos, às torneiras, aos lavatórios, latrinas entre outros, num persistente processo de (re)educação dos habitantes. Ou seja, como em outras tantas cidades, a água usada pelos moradores de Belém deveria ser organizada com base numa certa invisibilidade, percorrendo ruas e prédios através do encanamento, jorrando pelas torneiras mediante o comando de cada morador e sendo esgotada por intermédio de um sistema de canalização específico.

Enfim, busco discutir essas questões que marcaram as relações sociais construídas em torno das águas doces da Cidade do Pará. Você, prezado leitor, é um convidado a compartilhar desse mergulho. Seja então, muito bem-vindo.

I PARTE: AS ÁGUAS E A CIDADE

CAPÍTULO 1

As águas e a cidade de Belém

No presente capítulo, pretendo analisar a construção da cidade de Belém, considerando as relações constituídas pelos moradores da mesma ao longo do século XIX, em meio à lida com as águas. Mais especificamente, optei por focalizar modos de pensar relacionados à lida com as águas dos rios e igarapés - abundantes tanto nas cercanias quanto no interior da cidade -, bem como à qualidade e utilidade das águas, o que, para diversos moradores, esteve associado às ideias de águas “boas” e águas “más”.

Nesse sentido, proponho-me a discutir conexões que foram estabelecidas entre tais concepções e as ideias sobre natureza, uma vez que tais modos de pensar imprimiram marcas importantes nas relações dos mesmos com as águas presentes na área em que a cidade se expandiu.

Pretendo então, desenvolver uma leitura sobre a Cidade do Pará a partir das águas localizadas principalmente no entorno e, em conexão com este, no interior da mesma.⁵⁶ Dessa forma, busco analisar sentimentos diversos, construídos em relação à capital do Pará, considerando ideias sobre natureza, e mais especificamente, sobre as águas com as quais foi imprescindível estabelecer saberes de convivência, uma vez que a cidade, fundada em 1616, expandiu-se cada vez mais nos oitocentos, constituída por habitantes marcados por diversidades explícitas, de ordem social, étnica, política, de gênero, de nacionalidade, enfim.

Em outras palavras, desde a sua fundação, Belém era uma cidade de migrantes, que foi se formando mediante a presença de muitos estrangeiros, considerando indígenas, europeus, norte-americanos, africanos, assim como os descendentes e/ou mestiços de todos esses, muitos dos quais nela se fixaram, construindo suas vidas, enquanto outros, que estavam de passagem, partiram depois de algum tempo de permanência.

A título de exemplificação, entre 1884 e 1900, registros criminais em Belém apontam réus portugueses, paraenses e de outras províncias/estados do Brasil.⁵⁷ A tabela a seguir apresenta um demonstrativo mais detalhado dessa questão:

⁵⁶ Belém era denominada “Cidade do Pará”. Inúmeros documentos, inclusive narrativas de viajantes, autos cíveis, autos crimes e jornais, só para citar alguns exemplos, contêm esta expressão, ao longo de décadas do século XIX.

⁵⁷ As citadas informações integram um banco de dados sobre criminalidade em Belém no período de 1884 a 1900, construído a partir de pesquisa desenvolvida no CMA/UFPA. Entre os que tinham como local de origem o Pará, constam nascidos em Belém, Acará, Igarapé-Miri, Vigia, Colares, Curuçá, entre outras localidades. Agradeço ao Centro de Memória da Amazônia a possibilidade de acesso a essa produção.

Quadro1- Criminalidade em Belém 1884 a 1900

ORIGEM DOS ACUSADOS	QUANTIDADE DE ACUSADOS
PORTUGAL	17
PARÁ	76
MARANHÃO	05
CEARÁ	10
PERNAMBUCO	03
BAHIA	01
RIO GRANDE DO NORTE	01
TOTAL	113

Fonte: CMA/UFPA. Banco de dados sobre criminalidade em Belém no período de 1884 a 1900. (elaboração minha)

Ao longo do século XIX, a cidade teve moradores originários de Portugal, Espanha, Itália, Inglaterra, Estados Unidos, além de diversas províncias do Brasil. Entre os anos oitenta e o segundo decênio do século XX, por exemplo, trinta e oito italianos foram autuados em crimes como furto, ferimentos leves, agressões físicas, homicídios, contrabando, contravenção por jogo do bicho, estelionato, entre outros.⁵⁸

Embora de modos distintos, fossem temporários de maior ou menor tempo, ou estabelecidos de longa data na cidade, todos os moradores precisaram lidar com as águas, tanto com aquelas que cercavam Belém, quanto com as que se faziam presentes no interior da mesma através dos igarapés, das chuvas, dos alagados, dos pântanos e dos canais e valas que foram construídas para o escoamento das águas indesejáveis. Questões que pretendo discutir nos dois primeiros capítulos, que integram a primeira parte da tese, ao focalizar a importância de intermediários como trapiches, pontes, práticos, canoas e canoeiros, para as atividades relativas ao comércio e à navegação, bem como os modos de lidar com os alagados e pântanos existentes em Belém.

⁵⁸ CMA/UFPA. Banco de dados sobre criminalidade em Belém no período de 1884 a 1900, construído a partir de pesquisa desenvolvida no CMA. Agradeço ao Centro de Memória da Amazônia a possibilidade de acesso a essa produção.

Outrossim, cabe ressaltar que a lida com as águas prosseguia no interior das moradias também, bem como nas demais edificações da cidade, o que me proponho a discutir na segunda parte da tese. Ou seja, os moradores lidaram com as águas nos sentidos mais diversos, ora confrontando-as, ora cortejando-as, ora lamentando-as, ora celebrando-as. Tal diversidade de sentidos guardou relação com a constituição de sensibilidades em relação às águas – medo, nojo, alívio, constrangimento, regozijo. Sensibilidades que foram forjadas em meio a práticas culturais vivenciadas por moradores marcados por semelhanças e diferenciações.⁵⁹

Para muitos moradores, por exemplo, as águas dos rios foram o local por excelência do exercício do trabalho. Vários indígenas, homens e mulheres descendentes e mestiços destes, envolveram-se nas atividades atinentes à navegação pelos rios da província. Eram conhecedores dos caminhos, da flora e fauna locais. Nas mesmas águas muitos recrearam, se banharam e confraternizaram.

Entretanto, nas águas também ocorreram perdas fatais, houve moradores, alguns em razão da embriaguez, que encontraram a morte ao caírem de suas embarcações nas águas em frente ao cais de Belém, ou ainda através dos naufrágios, ou mesmo em função dos mergulhos em busca de alívio para o calor local.

Além de poderem representar perigo iminente, em determinados momentos as águas revelavam-se “inconvenientes” para alguns habitantes da cidade. Tal “inconveniência” se traduziu, por exemplo, nos empoçamentos e lamaçais que se formaram nas ruas, estradas e caminhos, no desgaste das pontes construídas nas estradas e caminhos em função de pântanos e alagados que obstaculizavam a passagem dos que se encontravam em viagem.

A cidade emergiu então em meio às inúmeras ambiguidades que marcaram (também) as relações construídas no decorrer desse processo, não raramente adverso e sempre diverso, de “conquista da água”.⁶⁰ Tal processo guardou conexões com sensibilidades interiorizadas de

⁵⁹ Valeram nesse ponto, algumas interlocuções com a antropologia. Destaco então a leitura de GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008. E também SAHLINS, Marshall David. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. Este autor, na introdução de sua obra afirma que “A história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática. A síntese desses contrários desdobra-se nas ações criativas dos sujeitos históricos, ou seja, as pessoas envolvidas. Porque, por um lado, as pessoas organizam seus projetos e dão sentido aos objetos partindo das compreensões preexistentes da ordem cultural. Nesses termos a cultura é historicamente reproduzida na ação.” P. 7.

⁶⁰ Apropriei-me da expressão “conquista da água”, focalizada na obra homônima de Jean-Pierre Goubert. Segundo esse autor “L’eau est donc objet de conquête. Après avoir été investie par la science et la technique, elle devient progressivement au cours du XIXe. siècle un produit industriel et commercial. Mais, parce qu’elle lave, parce qu’elle débarrasse le corps de ses déchets, parce qu’elle “purifie”, elle conquiert cette fois l’homme qui l’a

modos e níveis distintos pelo conjunto dos moradores e que se refletiram em práticas culturais relacionadas às águas, observadas ao longo dos oitocentos.

A respeito disso, o que considero importante reforçar é que a presente tese emergiu da constatação de que o processo de construção da cidade de Belém, foi também um embate com as águas. No percurso desse confronto, vários moradores buscaram submetê-las às (supostas) necessidades dos habitantes. Mas, tais necessidades não eram idênticas, daí a opção de forjá-las também, a partir do que era pensado como verdadeiro e, portanto, correto em relação aos modos de lidar com as águas. Além disso, consolidava-se a importância da construção de sensibilidades afinadas com a ideia de progresso, de civilização, de melhorias para a cidade como um “todo”, o que significava, em relação às águas, na organização espacial e nos cuidados devidos para com elas, ou seja, era preciso escoá-las devidamente, encaná-las, acomodá-las nos devidos objetos, conservá-las limpas, refazer as obras por elas destruídas ou desgastadas, enfim.

Em nome da construção de sensibilidades consideradas necessárias para uma cidade que era pensada como próspera, os governantes legislaram, por exemplo, em favor da proibição de banhos nos chamados locais públicos, como a frontaria da capital provincial. Em função dessa determinação e de outras similares, foi importante a recorrência à utilização de sentimentos como o medo – da morte por afogamentos e de punições – e o constrangimento regido pela punição legal, os quais, uma vez instrumentalizados, reorientavam as condutas e interferiam nos modos de pensar, sentir, agir.⁶¹

A luta em prol da interiorização de sensibilidades relacionadas à ideia de progresso e construção da civilização na Belém dos oitocentos foi efetivada através da legislação, das obras públicas, da formação escolar, da construção de discursos jornalísticos, das manifestações de dirigentes, de festividades e celebrações religiosas de cunho cristão, enfim, por meio do que eram trabalhadas concepções de construção de uma cidade cada vez mais próspera, cujos moradores dotavam-se de sensibilidades regidas pelo desejo da ordem e do

asservie. C'est une conquête lês deux sens”. GOUBERT, Jean –Pierre. *La conquête de l'eau. L'avènement de la santé à l'âge industriel*. Paris: R. Laffont éditeur, 1986. P. 33.

“A água é, por conseguinte, objecto de conquista. Após ter sido investida pela ciência e pela técnica, torna-se progressivamente aos corações do século XIX um produto industrial e comercial. Mas, porque lava, porque desembaraça o corpo dos seus desperdícios, porque purifica, conquista esta vez o homem que dominou-a. É uma conquista em dois sentidos”. (tradução minha).

⁶¹ Foram importantes as leituras de DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente (1300 - 1800)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. DA MATTA, Roberto. *Em torno da representação da natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações*. In: BOURG, Dominique (direcção). *Os Sentimentos da Natureza*. Lisboa: Instituto Piaget. 1993 (Coleção – Perspectivas Ecológicas). E de modo fundamental GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008. E também ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador – Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. Vol. 2.

controle. Em relação às águas implicaria em buscar estabelecer sobre elas o controle considerado acertado, embasado na suposta superioridade do homem e, por conseguinte, na autoridade do mesmo sobre a natureza.⁶²

A respeito disso, creio na importância de retomar registros e estudos acerca da constituição multifacetada dos habitantes de Belém. Wallace e Bates escreveram sobre a enorme “mistura de raças”, pensada por eles como diversa e interessante no Pará: ingleses, americanos, portugueses, negros, indígenas, bem como os resultados das múltiplas relações inter-raciais - os mestiços.⁶³

Dentre os habitantes que referi, eram os indígenas e mestiços destes, os que conviviam mais estreitamente com as águas. Vários deles desenvolviam atividades relativas à navegação, conheciam os caminhos de rios e nadavam com desenvoltura. Não são raras as referências acerca dessa questão. Ao discutir os “*usos e costumes*”, José Veríssimo anotou que

Os usos e costumes dos tapuios e seus descendentes do Pará e Amazonas devem ser estudados aí onde a arte não veio ainda mudar o seu modo de viver semi-selvagem, nem transformar sequer a sua maneira de sentir. Se, entretanto, o leitor paraense, ou versado nas cousas da Amazônia, notar nesta resenha costumes e modos que se encontram também nas cidades mais civilizadas das duas províncias, e até nas duas capitais, mesmo em grupos estranhos às raças de que me ocupo, não veja nisso senão a influência poderosa de um meio que obrigou-os a abraçar inconscientemente crenças, linguagem e usos de outra e inferior gente, **os quais ainda se mantêm, no mais adiantado centro da região, na cidade do Pará.**⁶⁴(grifos meus)

⁶² Os dirigentes, entre outros habitantes, preocupavam-se com a superação da “barbárie” e, por conseguinte, com o progresso da capital da província. A “barbárie” referia-se aos modos de vida das camadas consideradas inferiores e /ou subalternas, entre os quais estavam relacionados de modo geral, os negros escravizados, livres e/ou libertos, indígenas e mestiços destes, brancos desafortunados, desprovidos de bens, dependentes do trabalho direto que realizavam. A expressão barbárie aparece nos registros de relatórios de dirigentes provinciais, sobretudo nos anos mais próximos de repressão à luta Cabana, conforme discutirei em páginas adiante.

⁶³ WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. P. 20. Ver também BATES, Henry Walter. *Um Naturalista no Rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. P. 12. E ainda BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra na Amazônia (Sécs. XVII – XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2001.

⁶⁴ VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: UFPA, 1970. (Coleção Amazônica). P. 70. Trata-se de uma coletânea de obras desse autor, organizada pela UFPA.

José Veríssimo era etnógrafo e historiador. Sobre ele, José Maia Bezerra Neto observa que foi um homem que percebeu males do seu tempo enquanto heranças da época colonial e pensou a nacionalidade brasileira a partir da região Amazônica. Ver BEZERRA NETO, José Maia. *Os Males de Nossa Origem: O Passado Colonial Através de José Veríssimo*. In: BEZERRA NETO, José Maia e GUZMÁN, Décio de Alencar (orgs.). *Terra Matura: Historiografia e História Social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002. Nascido em Óbidos, filho do médico José Veríssimo, em 8 de abril de 1857. Deslocou-se para Belém aos nove anos de idade, cursando o Seminário Episcopal durante três anos. Em seguida viveu no Rio de Janeiro, onde desenvolveu estudos em diferentes colégios. Retornou ao Pará em 1876. (Texto de Inácio José Veríssimo, filho de José Veríssimo, que escreveu uma biografia de seu pai. Este texto integra a obra “Estudos Amazônicos”, já referida). Ver também FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *A cidade dos encantados: pajelança, feitiçaria e religiões afro-brasileiras na Amazônia – 1870 - 1950*. (Coleção Vicente Salles). Belém: EDUFPA, 2008.

Afinado com os avanços científicos eclodidos durante o século XIX, Veríssimo discutiu temáticas diversas, embasado nas considerações do positivismo, do evolucionismo, acerca da crença na forte influência do meio sobre os humanos e na ideia de classificação, organização e hierarquização dos animais. Em relação aos “*usos abraçados*”, estariam os atinentes às águas, tais como os banhos de rio, tomados em horários diversos na frontaria da cidade ou nos igarapés, por exemplo, as habilidades com pesca, as manobras com canoas.

Estudioso que buscava adequar-se ao paradigma de investigação das chamadas ciências naturais, Veríssimo preocupou-se em analisar os “*costumes*” mediante o padrão de investigação dessas ciências e mais especificamente pelas explicações via hereditariedade, aptidões e tendências. Nessa perspectiva, ele advogou a necessidade da identificação das “*causas*” e dos “*efeitos*”, relacionados aos acontecimentos históricos. Uma vez esclarecidas as “*causas*” e compreendidos os possíveis “*efeitos*”, tornava-se necessário organizar os fatos cronologicamente, em um relato coerente que viesse a somar no processo de compreensão do presente.

Nesse sentido, os genuínos representantes dos chamados mestiços - de branco com índio e do tapuio - eram os habitantes mais “*humildes*” da Amazônia. Com esses, registrou o etnógrafo, “*a civilização fora madrastra*”, posto que viviam miseravelmente, retendo em si “*as marcas dos sofrimentos de seus antepassados*”. Como “*humildes*” que eram, viviam “*da mesquinha lavoura de maniva*”, da caça e da pesca nas águas de rios e lagos e/ou ainda de trabalhos em canoas e regatões, além da extração da seringa e da castanha.⁶⁵

Outrossim, discutindo a relação do “*elemento indígena*” da Amazônia com as águas, o estudioso Alfredo Ladislau ressalta que seriam elas as responsáveis pela condução do “*homem nativo*” à “*ociosidade*”, ou “*degradação*”. Para ele, as águas seriam as maiores responsáveis pela inadaptação de indígenas e descendentes destes, os tapuios, ao trabalho. Nos lagos e igapós, os tapuios sabiam onde e como encontrar o alimento e tão logo o obtinham e salgavam, punham-se a fumar e a dormir.⁶⁶

⁶⁵ Tais atividades, que implicavam na lida direta com a natureza, eram consideradas inferiores por vários outros moradores de Belém, conforme observei anteriormente neste estudo. Sobre a pesca é importante ver VERÍSSIMO, José. *A pesca na Amazônia*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C. 1895. E também MOREIRA, Eidorfe. *Os Igarapós e seu aproveitamento*. Belém: Imprensa Universitária, 1970.

⁶⁶ LADISLAU, Alfredo. *Terra Imatura*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971. (Coleção literatura paraense. Série Inglês de Souza). Pp 88-9. Ladislau nasceu no Ceará em 1882, chegou ao Pará em 1898, diplomou-se em Direito em 1908. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Faleceu em 1934. “*Terra Imatura*” foi editada pela primeira vez em 1923, com edições posteriores em 1925 e 1933.

Ladislau, em obra de 1923, também adverte que “*o lago amazônico (...) seria o núcleo embrionário, de onde surgiram as maiores concepções do fabulário das sub-raças indígenas*”.⁶⁷ Referentemente a essa questão, ele registrou, entre outras ideias, que

Foi no seio abismoso das águas que a credice aborígene colocou morada dos poderosos ‘cariuanas’, espíritos vigilantes pela felicidade da raça e manejadores das forças sobrenaturais que ainda insuflam prestígio à claudicante magia dos pajés. Nesses recônditos indevassáveis, as louras e lânguidas ‘uiaras’ acendem os glaucos olhos fosforescentes, guardadas por essa limosa ‘cobra-grande’, que nos rios produz o cataclismo das ‘terras caídas’. É ainda das suas águas que o bôto encantado vem às festas ‘sitieiras’, para seduzir as cunhas ingênuas e descuidosas (...).⁶⁸

E nas noites, anotou Ladislau, ao escutar ruídos de peixes grandes, o caboclo acreditava tratar-se de “*uiaras*”, que escapando dos olhos curiosos, adentravam as águas. Nessa perspectiva, construiu concepções de águas boas e/ou más, mediante a incidência de “*fenômenos*” nas mesmas: “*voracidade e profundidade dos peraus, engolindo vidas incautas; o soçôbro das igarités, tresmalhando tripulantes; as canoas que flutuam sem donos, desaparecidos misteriosamente (...)*”.⁶⁹

Nas relações dos moradores de Belém com as águas dos arredores e presentes na cidade, havia inúmeros intermediários – canoas, canoeiros, pontes e práticos eram alguns destes. Nos jornais que circularam em Belém ao longo dos oitocentos, foram frequentes as publicações sobre canoas, por exemplo, - vendas, desaparecimentos, construção eram os temas mais comuns, ou seja, elas eram muito recorrentes no “dia-a-dia” de inúmeros moradores da cidade. Além das numerosas embarcações, as relações com as águas contaram com a intermediação das pontes, como também de trabalhadores, como remeiros e práticos.

Reporto-me também à questão das obras do porto, pois estas foram objeto de preocupação das manifestações escritas de inúmeros dirigentes e redatores de jornais no decorrer do século XIX. A ideia corrente nessa documentação que mencionei, era a de que Belém deveria contar com um porto digno e formoso, que estivesse de acordo com o fluxo

⁶⁷ LADISLAU, Alfredo. *Terra Imatura*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971. (Coleção literatura paraense. Série Inglez de Souza). Pp 88-9.

⁶⁸ LADISLAU, Alfredo. *Terra Imatura*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971. (Coleção literatura paraense. Série Inglez de Souza). P.90.

⁶⁹ LADISLAU, Alfredo. *Terra Imatura*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971. (Coleção literatura paraense. Série Inglez de Souza). E também FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *A cidade dos encantados: pajelança, feitiçaria e religiões afro-brasileiras na Amazônia – 1870 - 1950*. Belém: EDUFPA, 2008 (Coleção Vicente Salles).

comercial verificado numa capital provincial e que tornasse melhor organizado o sistema de arrecadação fiscal.

Ao longo do século XIX e adentrando o XX, foram elevados os gastos comprometidos com obras de reparos e construção de partes do cais da cidade. Entretanto, não conseguiu constatar na documentação, uma preocupação mais generalizada dos moradores de Belém para com a construção de um belo e eficiente porto. Possivelmente então, para muitos deles, a lida com pontes e ou trapiches não se constituísse em problemas dignos de tanto empenho dos dirigentes.

É também neste capítulo que me proponho a discutir as relações dos moradores com as águas através dos banhos. A pesquisa indicou-me que moradores de Belém, por motivações diversas, buscavam regularmente estreitar contatos com as águas dos rios e igarapés por intermédio dessa prática. Muitos, sobretudo indígenas e mestiços destes, moviam-se nas águas com destreza, adentrando nas mesmas a partir da vegetação – saltando de árvores, por exemplo - de embarcações e mesmo das pontes e trapiches. Buscar alívio nos momentos de extremo calor parecia ser normal para muitos. Não foram poucos os que abandonaram as vestes para usufruir do banho na frontaria da cidade, assim como houve aqueles que pereceram neste contato mais direto com as águas. Há registros de vários afogamentos, inclusive nas águas da frente da cidade.

Finalmente, creio que seja de bom alvitre reiterar que a cidade de Belém foi construída em meio a uma diversidade étnica, social e, portanto cultural importante e que tal composição efetivou-se desde o século XVII, em meio às alterações político-administrativas ocorridas no Pará ao longo dos séculos XVIII e XIX, uma vez que o recorte temporal desse trabalho abrange este último século, no qual o Brasil, até os anos vinte, mantinha-se na condição de Colônia portuguesa, tornando-se, em seguida Império e finalmente, nos anos oitenta, República.⁷⁰

⁷⁰ Em 1621, durante a união das Coroas Ibéricas, a América Portuguesa foi dividida em Estado do Maranhão e Estado do Brasil. O primeiro com capital em São Luís e o segundo com capital em Salvador.

O Estado do Maranhão abrangia a Capitania do Pará, a Capitania do Maranhão e a Capitania do Ceará. Em 1737 esse Estado passou a ser denominado Estado do Grão-Pará e Maranhão e a capital passou a ser a cidade de Belém do Pará.

No ano de 1755, foi criada a Capitania de São José do Rio Negro, separada do Estado do Grão-Pará e Maranhão, com capital estabelecida na vila de Mariuá até 1804. Todavia, ao longo dos anos noventa, a capital situava-se de modo informal no Lugar da Barra (correspondente à cidade de Manaus), que foi oficializada em 1804. O Estado do Grão-Pará e Maranhão passou a compreender, assim, quatro capitanias: a de São José do Rio Negro, a do Grão-Pará, a do Maranhão e a do Piauí. Em 1772, o governo português dividiu o Estado do Grão-Pará e Maranhão em Estado do Grão-Pará e Rio Negro, sediado em Belém, e Estado do Maranhão e Piauí, sediado em São Luís.

Com a independência em 1822, as capitanias passaram a ser denominadas províncias e a partir de 1823, o Estado do Grão-Pará e Rio Negro passou a ser denominado província do Grão-Pará. No ano de 1850, essa

Estabeleci como demarcação os anos iniciais do século XIX, considerando as obras de dessecação do alagado do igarapé denominado Piri, decidido em função da necessidade de expansão da cidade e do enfrentamento com as águas do mesmo, pensadas como perniciosas aos moradores.

Ressalto que os registros acerca das águas do Piri e a convivência dos moradores com elas, remontam à segunda metade do século XVIII. O período, portanto era o colonial. Tanto a documentação quanto estudos a respeito do igarapé e alagado indicam a inquietação de autoridades com relação principalmente a este último. Elas acreditavam na irregularidade da disposição daquelas águas na cidade, logo, conservá-las significaria persistir em um erro grave que poderia acarretar problemas no que dizia respeito ao ordenamento de Belém.⁷¹

Ordenar a cidade, construir o território naquele contexto, corroborar para o progresso da mesma, implicava em recorrer aos saberes da engenharia e ao enfrentamento de enfermidades através das regras de higiene dos espaços da cidade, entre as quais estava o combate aos alagados e pântanos. Nesse ponto os engenheiros tiveram um importante papel, com seus desenhos, plantas, cálculos e argumentos, muitos dos quais, respaldavam-se em fundamentos eivados de preconceitos estabelecidos, tais como aqueles que se relacionavam às hierarquizações entre povos, levando em conta as diversas e diferenciadas práticas culturais.

Retomo que desde os primeiros anos dos oitocentos os moradores de Belém vivenciaram o processo de dessecação do alagado Piri. Valas e mais valas foram abertas e muitos homens, escravizados e livres, foram empregados na transformação que viabilizou a abertura de ruas efetuando a “correção” da cidade e formalizando o crescimento da mesma.

provincia sofreu um desmembramento a partir do qual foram criadas A Provincia do Pará e a provincia do Amazonas. Com a proclamação da República em 1889, A Provincia do Pará, passou a ser um dos estados membros da república brasileira - estado do Pará.

Reuni essas informações a partir de CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Belém: UFPA, 1973. 2 v. (Coleção Amazônia. Série José Veríssimo). REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Síntese de história do Pará*. Belém/PA; Amazônia Edições Culturais LTDA. (AMADA), 1972. BAENA, Antonio Ladislão Monteiro. *Compêndio das Eras da Provincia do Pará*. Coleção Amazônia. Série José Veríssimo. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969. BAENA, Antonio Ladislão Monteiro. *Ensaio Corografico sobre A Provincia do Pará*. Pará: Typographia de Santos Menor, 1839.

⁷¹ Refiro-me ao trabalho de ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP, 1998. A autora afirma que “a consecução do projecto (de dessecação) só se fará no século XIX, com a secagem total do pantano e o seu arruamento.” P. 253.

Essa sensibilidade, relativa às transformações avaliadas como necessárias à cidade que buscava o progresso conectava-se⁷²

Como marco final, estabeleci os anos oitenta do século XIX, devido basicamente a duas questões, há muito destacadas na historiografia local e conectadas aos usos da água, sobretudo no que se refere ao fornecimento da mesma às moradias e demais construções da cidade, como também ao aprofundamento das questões higienistas relacionadas à ideia de progresso: a criação da Companhia das Águas e a proclamação da República. Ambos, porém, constituem-se em marcos flexíveis e até imprecisos para a discussão desse tema, pois a história de Belém é uma história de encontros com as águas que não ficou restrita aos oitocentos. Trata-se de uma história que nasce com a própria cidade, no século XVII, e estende-se aos dias de hoje, no século XXI. Daí minha dificuldade em estabelecer rigores no recorte temporal.

Finalmente, a construção desse capítulo emergiu da pesquisa em mensagens, falas e relatórios de dirigentes da província do Pará, textos jornalísticos, abaixo-assinados, requerimentos, ocorrências policiais, registros produzidos por naturalistas, viajantes e literatos, mapas e plantas referentes à Cidade de Belém do Pará, um manual de higiene, uma coletânea de contos.

1.1. A cidade e os rios

Felizmente são os rios as nossas principais estradas.
Jeronimo Francisco Coelho (1848)⁷³

⁷² ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP, 1998. A autora afirma que “a consecução do projecto (de dessecação) só se fará no século XIX, com a secagem total do pantano e o seu arruamento.” P. 253

⁷³ “Falla dirigida por Jeronimo Francisco Coelho, presidente da Provincia do Gram-Pará á Assembleia Legislativa Provincial na abertura da sessão ordinária no dia 1 de outubro de 1848. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 27 set. 2005.

Jerônimo Francisco Coelho (1806-60) era natural de Santa Catarina. Foi presidente da província do Grão-Pará, entre março de 1848 e maio de 1848. Seguiu carreira militar, foi ministro da guerra e da marinha, conselheiro do Império, deputado provincial e geral por Santa Catarina, vice-Presidente dessa província. Foi também membro da maçonaria. Ver SORIANO NETO, Manoel. Jerônimo Coelho – Ministro da Marinha (Uma Abordagem Sumária). Disponível em http://www.cdcoxeb.mil.br/Arquivos%20em%20PDF/Jeronimo_Coelho.pdf. Acesso em 05 fev. 2010.



Figura 1 "Prospectiva da CIDADE DE St.ª MARIA DE BELEM do Grão Pará"⁷⁴

Para o dirigente Jeronimo Francisco Coelho, o Grão-Pará era uma província de grande especialidade geológica e fluvial, na qual a natureza realizara prodígios vegetais e animais. Belém, a capital do Grão-Pará, deveria corresponder à riqueza da província e para tanto eram necessárias várias obras públicas, ou seja, a natureza produzira riquezas diversas, mas cabia ao homem a edificação de obras que dessem à Belém a possibilidade de ser “realmente” a “*primeira Cidade do Norte*”.

Em sua “falla” de dirigente, ele menciona as carências observadas, entre as quais, um chafariz ou fonte pública em condições, um cemitério, um teatro, enfim. Afinal, que cidade no ocidente, principalmente uma capital não deveria dispor de tais obras? Ou seja, essa concepção de cidade parecia fortalecer-se no período em questão. Estradas, segundo ele, não havia e sim, ruas, a maioria desprovida de calçamento ou então, “*defeituosamente calçadas*” o que engrandecia a importância dos rios, estradas de águas fundamentais ante o comércio realizado na Província e centrado em Belém.

Aliás, em discurso de 1838, o presidente provincial Soares D’Andrea também afirmava que A Província do Pará tinha “*vantagem sobre as outras do Império, de poder realizar quase todas as suas comunicações por água (...)*”. Propugnava, contudo, que

⁷⁴ A imagem acima consta da obra de REIS FILHO, Nestor Goulart. CD-ROM, *Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, 1999. Segundo Reis, o “autor é Ignácio Antonio da Silva. O desenho mostra Belém no final do século XVIII. (...)”. Fonte: Original manuscrito do Serviço Geográfico do Exército, Rio de Janeiro”.

fossem construídas estradas que encurtassem distâncias, sobretudo até o Maranhão, pois as viagens através de estradas poupariam os viajantes de enfrentar as “*contracorrentes nos tortuosos rios por que hoje se comunicao*”.

Além disso, os cuidados para com esses caminhos, tais como “*limpeza e reparos*”, seriam realizados pelos “*vadios e vagabundos*” existentes na província, ou seja, eles seriam os trabalhadores diretos, empregados em atividades que exigiam proximidade maior com a natureza, conforme era esperado em relação aos chamados subalternos, tais como, no caso de Belém, os indígenas, os negros escravizados ou libertos, mestiços de ambos, brancos desafortunados, enfim.⁷⁵

A respeito disso, lembro que devido à abundância de rios e igarapés, a construção de pontes seria inevitável, o que também demandaria recursos, mão-de-obra e conhecimentos afinados com as obras relacionadas ao controle das águas. Sobre essa questão, o presidente d’Andrea registrou, nos anos trinta dos oitocentos, que faltavam na província “*artistas*”, “*mestres*”, assim como homens capazes de dirigir trabalhos de “*Construções civil*” tão necessários numa província na qual “*faltava tudo*”.

São as águas também o destaque da imagem que apresento. Ela mostra justamente a fronteira da Cidade do Pará observada a partir do rio, denominado pelo possível autor como “*das Amazonas*”. Além das águas, também foi destacado tudo quanto era considerado mais importante ou mesmo essencial na Belém do final do século XVIII e início do XIX. Ou seja, os prédios construídos e que seriam dignos de admiração por marcarem o desenvolvimento do território efetivado pela metrópole principalmente a partir do século XVIII, através do aprofundamento do conhecimento dos chamados elementos constitutivos da natureza das áreas conquistadas – espécies vegetais e animais, modos de vida dos chamados habitantes

⁷⁵ “Discurso que o presidente da Provincia do Pará Soares D’Andrea fez na abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial em 2/03/1838”. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 set. 2005.

Francisco José de Souza Soares d’Andrea era marechal, presidente e comandante de armas da Provincia. Foi o comandante das tropas legais que retomaram a cidade de Belém de dirigentes e participantes da luta cabana em 13/05/1836. Ao recorrer às expressões “*vadios e vagabundos*”, Soares d’Andrea referia-se àqueles que eram considerados para além de ociosos ou sem ocupação “regular” durante o período em questão, ou seja, referia-se aos que eram pensados como perigosos, ameaçadores da ordem, criminosos, entre os quais estariam indubitavelmente, os cabanos e apoiadores desses. Segundo Claudia Maria Fuller, “*em todo o territorio brasileiro as autoridades e “elites” estruturavam seus discursos perseguindo alguns temas comuns aos legisladores paraenses. A civilização, o progresso, o ordenamento e ocupação da mão-de-obra livre pobre, a constituição de uma população brasileira com hábitos renovados e voltados para um conceito de desenvolvimento pautado no trabalho constante e no aumento da produção*”. FULLER, Cláudia Maria. *Os Corpos de Trabalhadores: política de controle social no Grão-Pará*. Belém: UFPA/Laboratório de História/Dptº de História - CFCH, Fascículos, nº 1, 1999. Pp. 1-5. Sobre “trabalho e vadiagem” no Brasil valeu a leitura de FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Hucitec / Bahia: EDUFBA, 1996. E também SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

nativos, possibilidades de usos das águas e nesse sentido principalmente, as vias de acesso que favoreceriam a ampliação de domínios, como, por exemplo, os rios.⁷⁶

Ressalto que não apenas para o autor do prospecto os espaços enfocados eram importantes, como também para outros sujeitos, moradores ou visitantes da cidade de Belém tanto nos anos finais do século XVIII, quanto no decorrer do século XIX, haja vista a frase registrada por Jerônimo Coelho, meio século depois da produção de Antonio Ignacio, com relação aos rios.

São vários, aliás, os relatos sobre o impacto em ver a cidade após longas viagens através de águas caudalosas e estreitos canais, o avistar de numerosas ilhas e finalmente o contato visual dos grandes prédios da frontaria que identificavam a cidade de Belém. A referência aos canais é vasta na documentação. De acordo com a documentação poderiam ser naturais ou construídos, os naturais também eram chamados “*furos*”. Naturais ou não, os canais comunicavam as águas de rios, baías, lagoas. Furos e/ou canais seriam principalmente os caminhos de águas destinados às embarcações de menor porte. O canal de Igarapé Miri, muito citado pelos dirigentes, dava passagem às canoas que saíam de Belém em direção ao Tocantins, evitando a travessia pela baía do Marajó, considerada arriscada.⁷⁷

Considerando o período inicial do século XIX, é importante mencionar Alexandre Rodrigues Ferreira, que também descreveu a cidade de Belém dos anos oitenta do século XVIII, baseando-se no que considerou mais significativo.

Nas anotações de Ferreira sobre Belém, a água é um elemento referido várias vezes, pois, para além da viagem até a cidade, pareceu impressioná-lo os alagamentos em vários

⁷⁶ Para o desenvolvimento da presente discussão considere útil a recorrência aos conceitos de território e territorialidade. Para tanto foi importante ver RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. Para esse autor “É essencial compreender bem que espaço e território não são termos equivalentes”. (...) o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. (...) O território é uma produção a partir do espaço e a produção se inscreve num campo de poder. (...)”. E também SPINDOLA, Haruf Salmen. *Territorialidade em Minas Gerais durante a crise do sistema colonial*. In: FERREIRA, Leila da Costa e DUARTE, Laura (orgs). *Diálogos em Ambiente e Sociedade no Brasil II* (Coleção Cidadania e Meio Ambiente). São Paulo: Annablume. 2008. Para Haruf Spindola “O território abarca um conjunto de relações entre atores, contidas em diversas categorias, tais como Estado, mercado, circulação, trocas materiais e intercâmbios imateriais, hábitos, tradição, entre outras, que expressam um processo de territorialidade que lhe foi particular e, desta forma, transformou aquele espaço em um âmbito territorial de processos sociais. Portanto são os processos sociais, o grau e modalidade do desenvolvimento das forças produtivas, o sistema político, a correlação das forças sociais e as teias de interesses mercantis e as mentalidades que dão sentido e alcance a um determinado território.” P. 85.

⁷⁷ Ver “Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da Provincia do Pará pelo presidente Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1 de setembro de 1862”. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 16 set. 2005.

espaços da mesma durante o inverno, os terrenos encharcados, a mistura de águas e matas, bem como a recorrência dos moradores às águas de rios e igarapés para beber.⁷⁸

Para Rodrigues Ferreira, era necessário vencer as agruras impostas pela natureza por intermédio das águas, ou seja, era preciso impor a construção da cidade - um espaço dos moradores que não deveriam conviver com águas empossadas em meio às matas. Nesse sentido, era preciso enxugar a cidade, escoando as águas estagnadas em vários pontos e entulhando outros e, além disso, buscar boas águas de beber.

Em consonância com esse modo eurocêntrico de pensar a relação com as águas no interior da cidade, Rodrigues Ferreira não deixou de salientar, como muitos outros, as águas volumosas à frente da mesma, como é possível observar na imagem a seguir, constante da obra “*Viagem Filosófica*”.⁷⁹



Figura 2 “Prospecto da Cidade de S. Maria de Belém do Graõ Pará”⁸⁰

Mais de meio século depois, a partir de viagem realizada em 1859, Robert Avé-Lallemant deixou registros acerca das águas locais e da visão da cidade a partir do rio.

⁷⁸ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras. FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Miscelânea Histórica: para servir de explicação ao prospecto da Cidade do Pará 1783-1784*, (texto datilografado). Estudos que referem Alexandre Rodrigues Ferreira sobre usos da águas em Belém são, por exemplo, ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP, 1998. P. 252. A autora adverte para as discussões de Alexandre Rodrigues Ferreira acerca da água em Belém: “*abastecimento público e as questões de ordem sanitária, em função das águas estagnadas*”, assim como a importância dos poços públicos para os moradores. GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. *As casas & as coisas: um estudo sobre vida material e domesticidade nas moradias de Belém – 1800-1850*. Dissertação (mestrado). Belém: UFPA/CFCH/PPHIST, 2006. E SILVA, Ivo Pereira da. *Terra das Águas: uma história social das águas em Belém, século XIX*. Dissertação (mestrado). Belém: UFPA/IFCH/PPHIST, 2008.

⁷⁹ O título do trabalho de Antonio Ignacio guarda semelhança com o de Rodrigues Ferreira. Comentários referentes podem ser vistos em REIS FILHO, N. Goulart. CD-ROOM, *Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, 1999.

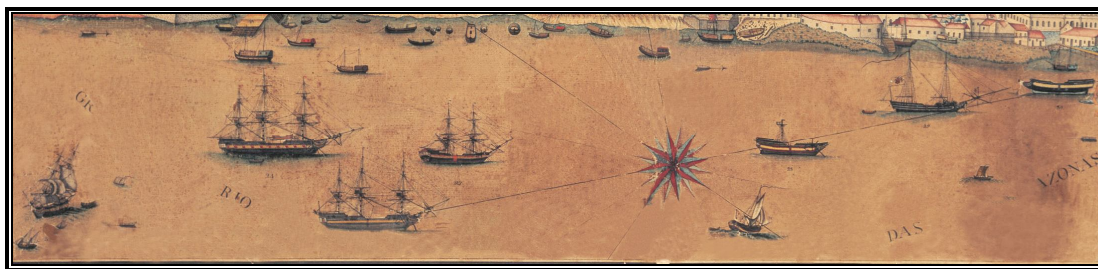
⁸⁰ Segundo Nestor Goulart Reis, essa imagem data de 20/05/1784. O autor seria J.J. Codina (atribuição). “Fonte: Ilustração do livro “*Viagem filosófica*” de Alexandre Rodrigues Ferreira (FERREIRA - 1784-1792) da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro”. Informações contidas em REIS FILHO, N. Goulart. CD-ROM, *Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, 1999.

Cerca de meio-dia, o vapor alcançou uma cadeia de ilhas, que dividia o largo rio em dois, no sentido do comprimento, ou antes cortava-lhes uma estreita faixa a sudeste. Aí saudamos um pequeno forte redondo, no meio do rio, e do qual recebemos sinais para a rota do Pará.

Subimos por essa faixa lateral do rio, chamada Guajará, aproximando-nos cada vez mais da Cidade do Pará, depois de a termos avistado a boa milha de distância. E não tardou fundeássemos diante dela.

Pará, ou antes S. Maria de Belém do Pará, uma cidade de 25.000 habitantes, causa boa impressão, vista do rio, embora tudo nela pareça velho. Destacam-se vetuscas igrejas; a Alfândega mesmo é um antigo convento de grandes dimensões. O magnífico palácio do presidente é sem dúvida uma dos melhores edifícios do Brasil; desejaria especialmente que o Imperador tivesse um igual no Rio de Janeiro.⁸¹

Rodrigues Ferreira, Antonio Ignacio da Silva, Avé-Lallemant, entre outros, registraram cada um ao seu modo, leituras eurocêntricas, embora em períodos distintos, de Belém do Pará. Além desse ponto em comum, suas observações foram construídas a partir das águas, situadas tanto nas proximidades como na entrada da cidade - que Antonio Ignacio registrou como “Rio das Amazonas” - e da aparente “receptividade” destas. No desenho, por exemplo, o autor destacou um estado de “serenidade” das águas para com aqueles que chegavam e/ou partiam, por intermédio dos diversos tipos de embarcações, tais como “hiates, brigues e galeras”. Já no relato de Lallemant, ao final dos anos cinquenta, é mencionado o vapor.



Detalhe A, Figura 1

⁸¹ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No rio Amazonas* (1859). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. Pp. 29.

“Robert Christian Berthold Avé-Lallement nasceu em Lübeck, Alemanha, em 25/07/1812. Faleceu (...), em 13/10/1884. Após estudos em Berlim, Heidelberg e Paris, formou-se em Kiel, em 1837. Veio para o Rio de Janeiro, tornando-se médico chefe de hospital. Atuou no combate à febre amarela. Retornou à Alemanha em 1855. Dois anos depois retornou ao Brasil, sendo nomeado médico do Hospital dos Estrangeiros. A seguir, realizou várias viagens ao sul e ao norte do Brasil. Ocupou-se com questões da imigração. (...)” Disponível em <http://www.akademie-brasil-europa.org/Materiais-abe-78.htm>. Acesso em 05 fev. 2010.

Esse, aliás, não é o único documento no qual o rio Amazonas é referido como aquele em cujas margens foi fundada a cidade de Belém do Pará. É importante destacar que mesmo no século XIX, em tempos não enquadrados no período colonial, tal tipo de observação constava de registros como, por exemplo, o de Alfred Russel Wallace, que chegou à “Cidade do Pará” juntamente com Henry Bates no ano de 1848, e registrou que “*Pará (...) é a maior cidade à beira do maior rio do mundo, o Amazonas. E é capital de uma província cuja área iguala a de toda a Europa ocidental*”.⁸²

Em seus registros Wallace afirma que transcorreram vinte e nove dias desde sua partida de Liverpool, uma viagem rápida, segundo ele, através das águas oceânicas, cuja grandiosidade não impediu a indistinção com as águas do rio. Ou seja, como de muitos outros que chegaram à Cidade do Pará, sua primeira visão da mesma deu-se a partir do rio. Vista daquela perspectiva, Belém parecia situar-se às margens de um grande rio, além de “*rodeada por densa floresta*” e possuidora de grandes prédios.⁸³

O desenho de Antonio Ignacio, como outros registros referentes à Belém do Pará, também evoca a cidade marítima. A respeito dessa questão, concordo com a ideia de que não apenas para os dirigentes e funcionários/representantes da metrópole portuguesa era importante a recorrência à expansão marítima datada de séculos, mas para muitos outros, como viajantes, por exemplo, os quais, após suas viagens de dias e dias através de oceanos, podiam avistar as cidades, não raramente consideradas altaneiras através de seus portos e prédios, fundadas às margens de rios ou mares. Em outras palavras, no processo de representação de várias daquelas cidades através de desenhos em geral, bem como nas narrativas a elas referentes, era possível perceber a conexão com o imaginário luso da grandiosidade dos feitos expansionistas, com a expansão dos domínios no Novo Mundo e, portanto, com a ampliação dos poderes metropolitanos.⁸⁴

A respeito disso, considero importante transcrever a seguir, as palavras do sargento-mor José Gonçalves da Fonseca, que chegou à Cidade do Pará em 1753. Segundo Fonseca,

⁸² WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. P. 17. Nessa obra, há uma nota do tradutor, esclarecendo que “*Por Pará, simplesmente, costumava-se designar, no século passado, a cidade de Belém, enquanto que se dava à Província, geralmente, o nome de Grão-Pará*”. P. 25.

⁸³ WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. P. 17.

⁸⁴ Apud ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP, 1998. Pp. 207-11. E também BUENO, Beatriz Piccolloto Siqueira. *Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. V. 12. P. 193-234, jan./dez. 2004.

He hoje o Gram Pará, capital de todo o Estado, situada a um grau e 28 minutos de elevação Antartida (...) na margem Oriental da Embocadura do canal inferior do grande Rio das Amazonas, que com mais de mil léguas de caminho vem este gigante fluido alabastro a oferecer a imensidade das suas águas a outros confluente peras nelas, como em plano de cristal estampar-se a bela construção de sua perspectiva, que na verdade he de tão distinto e agradável aparato aos que de fora buscam o seu porto, que pode competir com Messina e Goa, conhecidas pelas de melhor representação entre as cidades marítimas do mundo.⁸⁵

Em sua “*nota das côsas*”, constante no desenho, o autor também destacou os lugares considerados relevantes naquele período, tais como conventos, igrejas, palácios, quitandas, a alfândega, o forte, algumas ruas e praças, enfim, o que avaliava como imprescindível a uma cidade constituída no mundo colonial, desbravado através do percurso das águas, e, sobretudo, por representarem o poder político e econômico que se consolidava naquele espaço, em princípio através do governo português e posteriormente, da consolidação do império brasileiro.

Ao fundo, após os prédios, constam alguns vegetais, poucas árvores restantes da intervenção dos moradores, no sentido de expandir a cidade, impedindo a absorção da mesma pela floresta. Algumas árvores, inclusive, não conseguem ultrapassar a altura de certos prédios, o que poderia também indicar a necessidade do avanço do processo de construção da cidade, considerado essencial a partir de uma perspectiva expansionista, sobre a floresta e apesar da abundância de águas. Importante ressaltar, contudo, que são vários os registros acerca do encantamento ante as numerosas espécies vegetais e animais encontradas em áreas próximas à cidade do Pará e, muito facilmente, adornando os caminhos de águas.⁸⁶

⁸⁵ Citado por ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP, 1998. P. 211. José Gonçalves da Fonseca é referido a partir da pesquisa realizada por esta autora, no acervo da Coleção Pombalina e secção de iconografia da Biblioteca Nacional de Lisboa (POMB) 139, Conquista Recuperada..., fl 5V.

A autora em questão destaca ainda a importância da construção das fortalezas e/ou fortes, no longo processo de expansão ultramarina portuguesa. Segundo Renata Araújo, o acto de “fazer fortaleza” consta como motivo de orgulho no processo de conquista das Índias. ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP, 1998. P. 26. José Gonçalves da Fonseca integrou a Comissão Demarcadora de Fronteiras, que chegou à Belém em 1753. Ver REIS, A.C.F. *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*. 2a. ed., Belém: SECULT, 1993, vol. 2., pp. 71-94. Citado por GUZMAN, Decio de Alencar Guzmán. *Ciência e Censura: a Inquisição e os engenheiros-matemáticos no Grão-Pará (séc. XVIII)*. Disponível em <http://www.forumlandi.com.br/bibliotecaArq/cienciaecensura.pdf>. Acesso em 05 mar. 2009.

⁸⁶ Ver ARRUDA, Gilmar. *Monumentos, Semióforos e Natureza nas Fronteiras*. Nesse trabalho, o autor “busca perceber como são construídas as narrativas sobre o processo histórico referente à devastação da mata atlântica e sua substituição pelo urbano, focalizando as relações entre o viver urbano dos homens e as relações destes com o mundo natural”. O estudo é voltado para a cidade de Londrina. P. 2. In: ARRUDA, Gilmar (org.). *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2005.

A respeito dessa questão, em vários registros a Cidade de Belém, bem como o Pará de modo geral, foram referidos como “verdadeiras dádivas da natureza”, aos homens. Nos inquietos tempos de princípios dos anos vinte do século XIX, os redatores do jornal “O Paraense”, ao expressarem suas insatisfações para os governantes locais, estabelecidos através da junta Administrativa do Pará, não deixaram de referir-se a essa questão, ou seja, a natureza, considerada perfeita em inúmeros aspectos, sempre favoreceu ao Pará, todavia o mesmo nem sempre ocorreu, por iniciativa daqueles que a dirigiam.

Nossa vasta e rica província, tão favorecida pela Natureza, conserva-se quase no mesmíssimo embrião: o gênio dos seus nobres e virtuosos habitantes, sufocado á toda força no próprio berço não tem podido tomar os vôos da sua nativa direcção.⁸⁷

O favorecimento a que se refere o jornal é justamente o conjunto constituído por águas consideradas “*fecundas*” e ricas florestas. A ideia de fecundidade remete para uma outra – a de natureza como mãe, aquela que procriava, como também provia o sustento de seus filhos mediante a concessão de dádivas, tais como a diversidade animal e vegetal, a qual era possível recorrer em diferentes momentos e necessidades, e o clima, que embora acalorado, era amenizado pela frequentes chuvas, numa regularidade que se estendia ao longo dos meses do ano.⁸⁸ Ou seja, seria o lugar do meio, do equilíbrio, no qual as chamadas forças da natureza conviviam harmoniosamente, grande parte do tempo, estando, de muitas formas, à disposição dos homens para servi-los.

⁸⁷ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “O Paraense”, nº 2 de 25/05/1822. P.3. Vale lembrar a efervescência política que marcou os princípios dos anos vinte do século XIX em Belém do Pará, por conta das tensões relacionadas ao vintismo português, ideias liberais, separação entre Brasil e Portugal e adesão do Pará à independência em agosto de 1823. Foi nesse contexto que foi instalado em Belém do Pará, o jornal “O Paraense”, no qual fluíram intensos debates acerca da situação econômica e política, considerada precária, no Pará à luz de princípios liberais. Sobre essa questão ver COELHO, Geraldo M.. *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém, CEJUP, 1992. E também SOUZA JÚNIOR, José Alves de Sousa. *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820-1823)*. Dissertação (mestrado). Campinas/SP, 1997.

⁸⁸ Keith Thomas refere-se à visão tradicional que se constituiu na Inglaterra dos séculos XV e XVII de que “o mundo fora criado para o bem do homem e as outras espécies deviam se subordinar a seus desejos e necessidades.” Ainda segundo ele “os teólogos e intelectuais que sentissem necessidade de justificar tal pressuposto podiam apelar prontamente para os filósofos clássicos e a Bíblia. A natureza não fez nada em vão, disse Aristóteles, e tudo teve um propósito. As plantas foram criadas para o bem dos animais e esses para o bem dos homens. Os animais domésticos existiam para labutar, os selvagens para serem caçados. Os estóicos tinham ensinado a mesma coisa: a natureza existia unicamente para servir os interesses humanos.” O autor adverte que vários teóricos que discutiram a relação entre o homem e a natureza eram cristãos e antropocêntricos e defendiam relações de exploração dos homens sobre a natureza, todavia, embora dotado de alta carga de antropocentrismo, o cristianismo não era/é a única religião com esta característica. THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural – Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. PP. 21-2.

Para os redatores do jornal era necessário maior empenho dos dirigentes locais no sentido de impulsionar o crescimento provincial, compatibilizando-o com a grandeza da magnanimidade da natureza. Ou seja, se a província fora tão favorecida, seus moradores deveriam cumprir o papel que lhes cabia, explorar as benesses e consolidar seu domínio sobre aquelas áreas.

De modo similar Johann Spix e Carl Von Martius, registraram sua viagem ao Pará em um brigue. Que devido às especificidades dos caminhos de águas, necessitaram recorrer, como inúmeras outras embarcações, às orientações de um prático, muito importante naquelas águas e que após o desembarque na Cidade do Pará, em julho de 1819, foram visitar o Conde de Vila Flor, Governador-Geral da província, que os recebeu com grande cordialidade.⁸⁹

Em meio aos registros imagéticos referentes à viagem dos dois naturalistas ao Pará, consta uma imagem de Belém, vista, como nos desenhos de Antonio Ignacio e Rodrigues Ferreira, a partir do rio. Nesse registro, cuja imagem exponho a seguir, o autor representa as águas em movimento e percorrendo-as, diversas embarcações. Retomo que, ao longo do século XIX, o porto de Belém foi regularmente freqüentado, por diversos tipos de barcos. Nesse sentido vale ressaltar a presença expressiva de comerciantes portugueses na capital do Pará, os quais praticamente monopolizavam o comércio local e mantinham comunicação permanente com Lisboa.



Figura 3 Santa Maria de Belém do Gran Pará⁹⁰

⁸⁹ SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. V. 2. P. 294. Spix e Martius integravam a chamada missão austríaca - grupo de artistas e pesquisadores que chegaram ao Brasil, juntamente com a princesa Leopoldina de Habsburgo em princípios do século XIX (1817), para se casar com o príncipe D. Pedro. Sobre os práticos apresento discussão mais pormenorizada em páginas adiante.

⁹⁰ A imagem consta da obra de REIS FILHO, Nestor Goulart. CD-ROM, *Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, 1999. De acordo com Reis, o autor dessa imagem não foi identificado, a fonte é uma “ilustração do atlas de Spix e Martius (SPIX e MARTIUS - 1825-1834). Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional, Rio de

Nos registros iniciais sobre “Santa Maria de Belém do Grão-Pará”, Spix e Martius destacaram as águas e a cidade em relação a elas.

(...) distante do mar 16 léguas em linha reta, situada numa ponta de terra plana e baixa, ao longo da margem oriental do grande rio, que pela união da foz do Rio Tocantins com as águas do Amazonas (no canal Tajipuru) e com muitos tributários da terra firme e da ilha do Marajó, toma o nome de Rio Pará. Aquela parte dessa larga superfície de água, compreendendo um arquipélago de ilhas pequenas, que se estende ao norte da foz do rio Moju, entre a ilha de Marajó e o continente, até à cidade e à Baía de Santo Antonio, chama-se baía de Guajará. (Outros designam com esse nome a embocadura baixa, coberta de matas, interrompida por algumas ilhas do rio Guamá). A largura do rio aqui, do continente até Marajó, avalia-se em légua e meia; porém, uma parte da outra margem está escondida das nossas vistas pela ilha das Onças, de igual aspecto, situada a oeste, quase uma hora daquela outra. Ao sul da cidade, reúne-se à grande massa de água do Rio Guamá, rio importante, que vem do continente a leste. (...).⁹¹

Tal como em outros relatos, chamou a atenção dos viajantes, a extensão das águas. Admiraram-se pela salubridade observada no clima da cidade, uma vez que o “*terreno*” da mesma, além de muito baixo, tinha grande volume de águas por perto.

Produzida ao final do século XIX, a imagem a seguir apresenta a abundância de rios nas proximidades da cidade de Belém. Vários deles, assim como as baías de Guajará e Santo Antonio e ilhas, estão citados no relato dos dois estudiosos, apresentado em linhas anteriores.

Para os dois estudiosos as águas locais favoreciam os moradores com fartura de peixes, como também com a presença dos índios que se ocupavam com pescarias, todavia aquele era um alimento, segundo eles, quase sempre mal aproveitado, pois havia um consumo regular de peixe seco, acompanhado de farinha d’água, o que poderia causar febres intermitentes.

Janeiro”. A gravura ilustra o livro sobre botânica dos pesquisadores alemães (SPIX e MARTIUS - 1825-1834). A viagem foi realizada entre 1817 e 1820, pouco antes da Independência (1822), sendo a imagem provavelmente dessa época. A disposição geral é semelhante à adotada na ilustração do livro de Alexandre Rodrigues Ferreira (PARÁ - 301), um desenho mais compacto. Do mesmo modo que naquela, a cidade é vista pelo lado do rio, tendo ao centro a igreja das Mercês, à esquerda Santo Antônio e à direita o forte, com a Sé e Santo Alexandre à sua retaguarda”.

⁹¹SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. V. 3. P. 23.

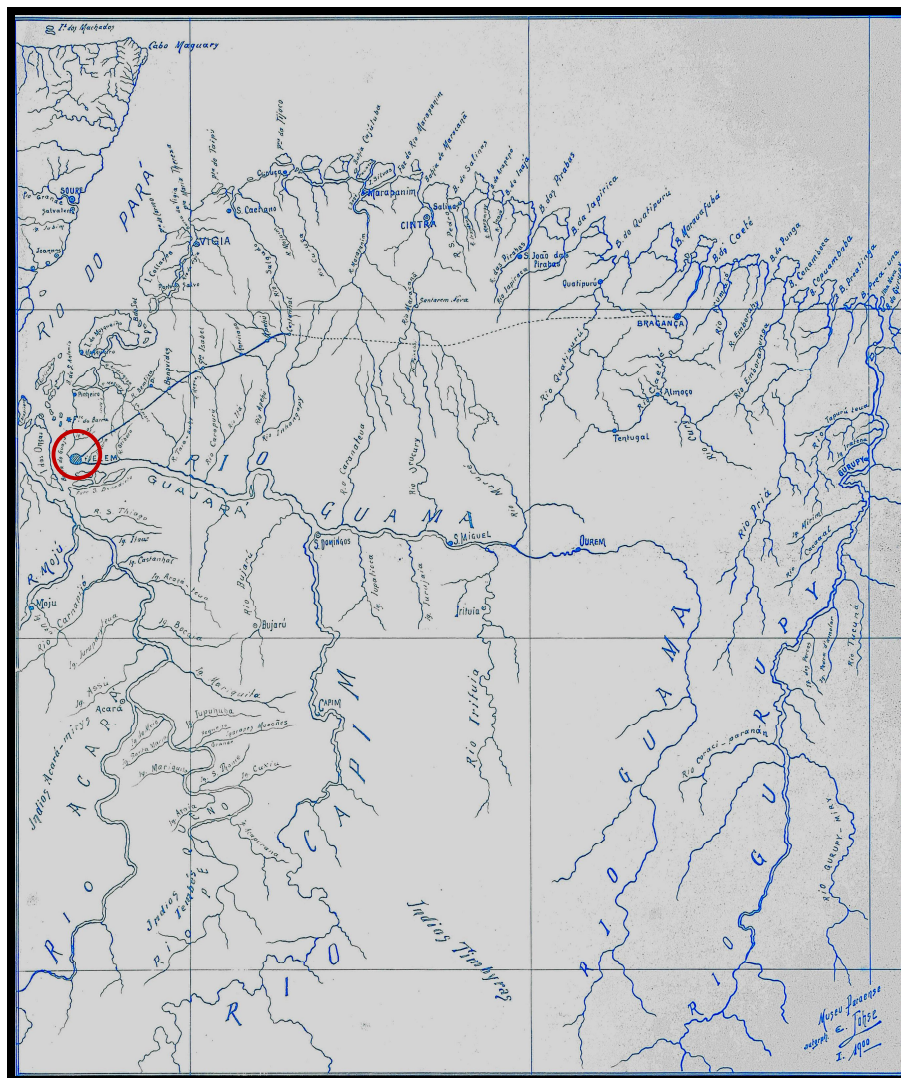


Figura 4 “Mapa da costa do Pará”. Destaque meu – cidade de Belém⁹²

Uma vez alojados em uma chácara próxima à cidade, os dois estudiosos refletiram sobre o maravilhoso que era encontrarem-se no equador “*lugar do equilíbrio da mais bela harmonia de todas as forças terrestres*”. Expressaram forte contentamento por poderem partilhar da “*feita da natureza*”, levados que foram “*pelas águas do mais caudaloso rio da terra às imensas matas onde o homem primitivo vive no imutável hábito de vida da natureza hereditária*”. Entendiam por “*feita da natureza*” o conjunto constituído pelo resplandecer do sol, o “*azul profundo do céu, o campo cintilante de orvalho, o sussurro das palmeiras, o*

⁹² Fonte: Museu Paraense “Emílio Goeldi”/Coordenação de Informação e Documentação/Biblioteca. “Mapa da costa do Pará, com os rios Guamá, Acará, Capim e Gurupy. 1900”.

canto de bandos de pássaros".⁹³ Ou seja, os sons emitidos pelas aves, bem como aqueles oriundos do contato dos ventos com as palmeiras, adquiriam contornos humanos no relato, ao mesmo tempo que compatibilizavam com o *imutável hábito de vida da natureza hereditária*.

Retomando o desenho de Antonio Ignacio, os espaços nele representados foram também registrados pelos naturalistas. Entretanto, Spix e Martius adentraram a cidade, percorreram suas ruas e mencionaram em seus escritos impressões acerca da solidez das casas construídas em pedra de cantaria, quase sempre térreas, várias ruas largas, "*que se cortam em ângulos retos*", além da "*dignidade*" observada no palácio governamental. Advertem que a Cidade do Pará situa-se em terreno plano e que, em função disso, a visão dela, a partir do rio, não revela inúmeros outros aspectos da construção da mesma.⁹⁴

1.2. Para navegar, comerciar e se deslocar: importância das pontes, canoas, canoeiros e práticos nas águas de Belém.

De qualquer modo, entre aqueles espaços constituintes da cidade e as águas, havia importantes intermediários, através dos quais era possível o atrelamento de diversos tipos de embarcações, oriundas de diversas localidades. Neste caso refiro-me às pontes, elementos materiais essenciais em cidades entremeadas de águas como Belém do Pará e desprovidas, durante dezenas de anos, de um porto considerado amplo, digno e formoso.

Além disso, a abundância de águas reforçou a necessidade da construção de pontes que tornasse viável a abertura de estradas. Tal modo de pensar conectava-se justamente à profusão de igarapés que "atravancavam" o deslocamento dos viajantes. Ou seja, quando as águas obstaculizavam o caminhar do progresso, fazia-se necessário enquadrá-las de tal maneira que os moradores sentissem minimamente quaisquer incômodos. Em 1873, por exemplo, foi registrada a edificação de "*dezessete pontes construídas e em construção*" na estrada de Bragança, com o propósito de possibilitar a travessia sobre igarapés, e que seria conveniente aumentar o número de pontes para trinta.⁹⁵

Na verdade, os dirigentes avaliavam que a não construção de pontes, inutilizaria as estradas, assim como dificultaria a passagem dos moradores e viajantes, além de desvalorizar

⁹³ SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. V. 3. P. 23.

⁹⁴ SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. V. 3. P. 23.

⁹⁵ "Relatório apresentado ao exm. sr. Barão da Villa da Barra em 5 de novembro de 1872, por ocasião de passar a administração da província ao 2º vice-presidente o exm. Sr. Barão de Santarem. E Relatório em que o exm. Sr. doutor Domingos José da Cunha Junior, presidente da província, abriu a 2.a sessão da 18.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial em 1 de julho de 1873. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1873. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 24 ago. 2006.

os terrenos que margeavam a mesma. Ou seja, o princípio da civilização das águas relacionava-se também ao processo de especulação de propriedades localizadas em áreas consideradas de maior valor na província e, mais especificamente, na capital da mesma. A respeito disso, em relatório de 1881, consta que “*a estrada da Constituição, no ponto em que era cortada pelo igarapé do Chermont, formava uma grande depressão que, no estado em que estava, tornava quasi impossível por ali o transito*”.⁹⁶

As dificuldades apresentadas eram motivo de preocupação, porque muitos moradores buscavam aquela estrada ao dirigirem-se ao cemitério de Santa Izabel. Diante disso, as autoridades provinciais e municipais assumiriam as obras, ficando a municipalidade com a responsabilidade dos trabalhos entre o igarapé e o quartel do 11º batalhão e a província com a parte situada entre o igarapé e a travessa imediata, “*bem como a reconstrução da ponte*”.⁹⁷ Ou seja, a estrada parecia conter pelo menos dois grandes incômodos aos habitantes que precisavam recorrer a ela: a depressão no solo e o igarapé. Prevaleceu neste, como em outros casos,

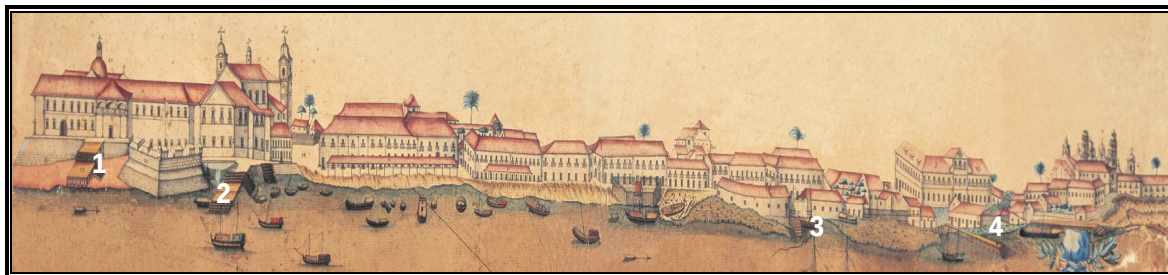
As pontes também eram importantes no tocante ao comércio e à navegação, desenvolvidos na província através da intermediação da capital. Neste caso, refiro-me aos trapiches espalhados pelo litoral da cidade. A importância destes intermediários era considerável tanto para a entrada quanto para a saída de produtos, mesmo que, para alguns dirigentes, a precariedade e/ou aparência de algumas delas, chegasse a comprometer a beleza da frontaria de Belém.

Na perspectiva de Antonio Ignacio, é perceptível o destaque que ele conferiu a algumas daquelas pontes - a ponte do Bispo, a ponte do Ver-o-Peso, a ponte do Pelourinho, a ponte da Alfândega, a ponte das Mercês.

⁹⁶ Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1881 pelo exm. sr. dr. José Coelho da Gama e Abreu. Pará, Typ. do Diario de Noticias de Costa & Campbell, 1881. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 24 ago. 2006.

A estrada da Constituição foi depois denominada avenida Gentil Bittencourt. CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. P. 79. Nos dias de hoje, nono ano do século XXI, moradores de quatro, cinco décadas atrás, dos arredores da avenida Gentil Bittencourt, recordam das falas de seus pais e avós acerca do igarapé e do igapó, existentes naquela área, ambos referidos na documentação dos oitocentos.

⁹⁷ Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1881 pelo exm. sr. dr. José Coelho da Gama e Abreu. Pará, Typ. do Diario de Noticias de Costa & Campbell, 1881. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 15 out. 2005.



Detalhe B, Figura 1–
Destaques meus, sinalizando as pontes (1 a 4)

A importância das pontes em cidades litorâneas como Belém pode ser percebida em momentos diversos da construção histórica das referidas cidades. Nos anos oitenta do século XVIII, por exemplo, na cidade de Belém, a construção de um outro prédio para funcionamento da alfândega, reparação da ponte da mesma, as despesas com o práctico e as obras com guindaste, constituíram-se em temas discutidos entre os dirigentes locais e a metrópole portuguesa, em documentos que tratam de questões relativas ao uso e movimento portuário.⁹⁸

A Junta da Fazenda Real dessa Capitania representou na carta que me dirigio com data de oito de agosto de 1782 a necessidade que há de se construir nessa Cidade huma nova Alfandega, não só por se achar arruinado o edificio irregularissimo em que actualmente existe, mas tambem por cauza da aceleração com que se despachão as fazendas, evitando-se desta sorte o estrago que nellas faz o bicho chamado cupim, quando alli se demorão; **a qual obra junta com a do reparo da Ponte da mesma Alfândega**, e com a da factura de hum guindaste veyo orçada em 8:000\$000 (...) (grifos meus)

Além do que é exposto no trecho selecionado, o qual foi assinado por José Xavier de Mendonça ou Marquez de Angeja, o documento também comenta acerca dos pedidos de 200\$000 anuais para os custos referentes à manutenção das obras e mais 600\$000 para custeio de manutenção de um práctico da barra. Ou seja, além das pontes, essenciais durante grande parte do século XIX para o embarque e o desembarque em Belém, também era muito importante o trabalho dos prácticos, conhecedores que eram dos estreitos furos e/ou canais situados às proximidades da cidade e que guiavam as embarcações até à cidade.

⁹⁸ ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE LISBOA. Conjunto Documental: Erário Régio (1762-1833). “Carta para Martinho de Souza Albuquerque, Governador e Capitão General da Capitania do Pará na data de 21 de maio de 1787.” Tal “Carta” respondia a outra, escrita pelo referido governador e capitão general em 08 de agosto de 1782 e “(...) na qual dá parte da necessidade que há de se construir na dita Cidade uma nova Alfandega”. A referida “Carta” foi assinada pelo Marquez de Angeja, que à época em questão era D. José Xavier de Noronha Camões Albuquerque Sousa Moniz.

Ao longo do século XIX é possível identificar na documentação oriunda da presidência da Província, registros referentes aos reparos necessários ou realizados em pontes, sobretudo quando se tratava de obra considerada de importância para o funcionamento da atividade comercial ou arrecadação de impostos. Tomo por exemplo a Ponte de (as) Pedra (s). Essa ponte integrava o chamado cais de marinha, ou cais de Belém, o qual levou longas décadas em obras. Trata-se de uma ponte muito referida - pelos governantes provinciais, por exemplo - sobretudo quando tratavam das obras do cais da cidade. A respeito da Ponte de Pedras, ao narrar a chegada de Eduardo Angelim – terceiro presidente cabano - em Belém em 1835, Raiol registrou nos “Motins ...” que Angelim “(...) *desembarcou de bordo em direção à Ponte de Pedras, onde hoje á o mercado público, era então praia e servia de porto e doca para as embarcações miúdas que se empregavam no comércio do interior da província*”.⁹⁹

Os registros denotam a preocupação em desenvolver as obras do cais, entre as quais necessariamente as pontes, tanto pela questão do embelezamento da frontaria da cidade, quanto pelas atividades comerciais desenvolvidas no Pará com necessária intermediação de Belém. Nesse ponto, é oportuno não esquecer que várias daquelas atividades eram efetivadas através do uso de canoas, acessíveis a um número significativo de moradores menos afortunados da província, ou seja, era preciso despender recursos com a reparação das pontes, melhorando as condições de embarque e desembarque e o controle fiscal, conforme afirmo anteriormente.

Quanto à preocupação com o “aformoseamento” da entrada ou frente da cidade e/ou melhoria do porto, não foi uma questão específica dos dirigentes de Belém, ela foi notoriamente observada em outras cidades litorâneas do Brasil, sobretudo com o avançar do século XIX e a consolidação de ideias de progresso, higiene, construção da civilização, como essenciais para a melhoria de vida dos moradores das cidades.

Desde a primeira metade dos oitocentos, o porto da cidade de Fortaleza, por exemplo, foi objeto dos registros de viajantes, como Koster e Kidder o que voltou a ocorrer nos anos sessenta, quando a cidade foi visitada pelo casal Agassiz. Para todos eles o porto deixava a desejar, principalmente pelas dificuldades de desembarque. Nos anos trinta, por exemplo, o presidente da província registrou suas considerações acerca das precariedades do porto. E nos anos quarenta novas reclamações de dirigentes sobre a necessidade reforçaram a necessidade de investimentos para conter as águas e facilitar o desembarque, ao ponto de o governo

⁹⁹ RAIOL, Domingos Antonio. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, vol. 2. Pp. 579. A primeira publicação data de 1865, constante no prefácio, escrito pelo autor.

imperial, em 1849, demandar à presidência da província informações relativas à construção ou não de uma ponte boiante.¹⁰⁰

Em relação à Belém, há indícios fortes de que a movimentação das águas na Ponte de Pedras era causadora de danos diversos tais como a quebra de pedras e desmoronamento das mesmas e até mortes por afogamento e/ou naufrágios. A rigor, a Ponte de Pedras não foi construída para ser local de banhos, era sim, mas um local para recepção de embarcações principalmente de menor porte, entretanto acabou por ser frequentada por vários moradores para esse fim. Todavia, a despeito do lazer que poderia significar, para alguns, o hábito do banho de rio naquele local, resultou em afogamento.

Muito possivelmente, por conta dos perigos que a movimentação das águas poderia causar, além das mortes por afogamento, alguns dirigentes reclamassem sobre o desgosto de trabalhadores em cumprir seus ofícios na Ponte de Pedras.

Esta obra que começou em 16 de janeiro do corrente anno tem marchado com morosidade não só pelo pouco tempo que as agoas da maré dão para o trabalho, diminuindo ainda com as chuvas copiosas que neste anno tem havido, como pela repugnancia dos operários em trabalhar ali.¹⁰¹

Não é difícil concordar com os registros do presidente Araujo Brusque, afinal já fora necessário demolir a velha ponte e extrair alicerces antigos da mesma, tarefas difíceis devido aos movimentos da maré e à resistência da alvenaria. Mas as obras envolvendo a ponte não cessaram nos anos sessenta e tampouco nos seguintes, tendo em vista à permanente lida com as águas do rio. E embora o dirigente tenha sido econômico no esclarecimento acerca da repugnância dos trabalhadores para com aquele serviço, existe a possibilidade de que essa estivesse relacionada aos modos de ver e lidar com a mistura de terra, pedra e água, ou à lama enfim, que se formava naquele local.¹⁰²

¹⁰⁰ O estudo acerca das condições portuárias de Fortaleza, bem como de outros aspectos urbanos foi desenvolvido por VIEIRA JR., Antonio Otaviano. *Entre o futuro e o passado: aspectos urbanos de Fortaleza (1799-1850)*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005. (Coleção Outras histórias, 31). Pp. 29-33.

¹⁰¹ “Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa da Provincia do Pará dirigido pelo Presidente da Provincia Francisco Carlo de Araujo Brusque no dia 1 de novembro de 1863. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 16 set. 2005.

¹⁰² Norbert Elias observa que a “vergonha”, a “repugnância” ou o “embaraço” são elementos caracterizadores do processo civilizador da conduta humana ocidental. Segundo ele, a partir do século XVI, deu-se um avanço cada vez mais significativo do patamar da vergonha no processo de constituição do homem no ocidente. “*Trata-se de um sentimento configurado por uma exaltação específica, uma espécie de ansiedade que automaticamente se reproduz na pessoa em certas ocasiões, por força do hábito*”. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador* – v.2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1993. P. 242. Apud ALMEIDA, Conceição M. R. de. *O termo insultuoso: ofensas verbais, história e sensibilidades na Belém do Grão Pará (1850-1900)*. Dissertação (mestrado). Belém: UFPA/CFCH/PPHIST, 2006.. P. 160. Ver MARTINS, José de Souza (org.). *Vergonha e Decoro na Vida Cotidiana da Metrópole*. São Paulo: Hucitec, 1999.

A repugnância que chamou a atenção do dirigente era um sentimento manifestado diante de determinadas questões relacionadas ao trabalho direto com as águas da maré e chuvas regulares em meio a um processo de reforma de ponte. Para muitos moradores, independente da condição social ou nível de instrução dos mesmos, aquele tipo de trabalho, malgrado sua essencialidade, poderia ser considerado degradante, apropriado portanto para pessoas consideradas inferiores na sociedade da época, um trabalho para escravos, para os desafortunados e/ou iletrados, por exemplo. Afinal, tratava-se de lidar com lama, com a exposição do corpo à sujidade, aos rigores do calor a céu aberto, além do considerável desgaste físico, da necessária sujeição ao movimento das águas, às marés e à intensidade das chuvas, o que impunha ritmos de trabalhos, por vezes difíceis de serem controlados, uma vez que determinados pelas águas.

Ressalto também que a execução de reparos nas pontes, tratava-se de um “ofício de águas” desenvolvido especificamente por homens, denominados em alguns documentos como “operários”.¹⁰³ Não encontrei na documentação, referências ao emprego de mulheres no mesmo. Além do gênero masculino, os “operários” eram pessoas de camadas sociais menos favorecidas, possivelmente, alguns fossem escravizados cedidos por seus senhores, tal como ocorreu em 1803, durante as obras de dessecamento do Piri, outros eram livres e libertos, não raramente desprovidos de propriedades.¹⁰⁴

Com relação às questões expostas, considero importante lembrar que, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, ocorrera a expansão da economia gumífera, bem como diversificação e crescimento populacional. A ideia de que a cidade se civilizava ganhava força e para alguns habitantes tornava-se importante evitar envolvimento com trabalhos considerados humilhantes. No rol dos ditos trabalhos “menos dignos”, embora essenciais e relacionados às águas nos espaços da cidade, estavam, além dos reparos e construção de pontes, a limpeza de valas, calhas e ruas, a coleta de água em poços públicos, a venda de água, a lavagem de roupas.

A despeito disso, a efetivação desses trabalhos era de extrema importância no processo de construção da cidade, no “dia-a-dia” de todos os moradores da mesma e diante disso, a

¹⁰³ A expressão “ofício de água” é recorrente na segunda parte desta tese, na qual há um capítulo dedicado a estudar alguns dos ofícios da água encontrados em Belém do Pará no decorrer do século XIX.

¹⁰⁴ Correspondência do Conde dos Arcos ao Mestre de Campo, Sr. Joze Manoel Seabra. IN: VERGOLINO-HENRY, Anaiza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A Presença Africana na Amazônia Colonial: Uma notícia histórica*. Belém: Arquivo Público do Pará. 1990. P. 190. Discuto mais detidamente a questão do dessecamento do alagado do Piri, em páginas posteriores.

manifestação do presidente provincial com relação à repugnância dos trabalhadores ao serviço na ponte, ganha maior dimensão.

Advirto, contudo, que os sentimentos dos moradores em relação a tais ofícios, eram diversos, ou seja, se para alguns a execução de um deles poderia implicar em forte tensão, ou por molhar e sujar seus corpos diante de outros – vergonha, repugnância - ou pela exposição ao esforço físico considerável, o mesmo poderia não ocorrer em relação a outros, pois afinal consagrava-se o princípio de que era necessário e até imprescindível trabalhar lícitamente, ser disciplinado e morigerado e o trabalho com as águas não deveria ser exceção.

De qualquer modo, os consertos repetitivos das pontes ocorreram ao longo dos oitocentos, conforme deixaram registrado os dirigentes da província, e diferentes gerações de homens certamente foram empregadas para desenvolvê-los, como ocorreu em 1869 com as obras da ponte do Porto do Sal, nas quais teriam sido usadas anteriormente madeira já deteriorada. Os reparos na Ponte de Pedras, bem como na do Reducto.

Para manter as atividades comerciais e portuárias concernentes ao comércio praticado entre o Pará e inúmeras outras localidades, era imperioso manter em execução todo um processo de intervenção do qual as pontes faziam parte, e ao mesmo tempo, de convivência com as águas de rios e baías locais. Nesse sentido, era fundamental construir saberes acerca dos movimentos das águas e atentar e providenciar reparos nos locais mais atingidos pelo fluxo das mesmas. Tais necessidades ficaram explicitadas em diversos registros do século XIX. Ou seja, conforme já afirmei anteriormente, era necessário contar não só com o conhecimento dos grandes rios e canais existentes nas proximidades da cidade. A navegação por esses caminhos de águas não era considerada simples, daí a recorrência ao trabalho dos chamados “práticos”.

Em relação a essa questão, Antonio Ladisláo Monteiro Baena nos informa sobre a criação, em 04 de fevereiro de 1804, da Escola de Práticos da costa do Pará.¹⁰⁵ E em sua “Viagem pelo Brasil”, realizada entre 1817 e 1820, Spix e Martius também registraram suas impressões acerca da importância fundamental dos práticos para todos que se dirigiam à Cidade do Pará.

Às três horas da tarde, ancoramos na profundidade de oito braças, defronte da costa de Salinas, (...) avisamos, com alguns tiros de canhão, ao piloto, na casa de guarda da Ponta da Atalaia, **que precisávamos dele a bordo**. Este práctico é mantido aqui com um soldo de 600\$000, **para guiar os navios do Pará**. À noite, deu-nos ele

¹⁰⁵ BAENA, Antonio Ladisláo Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Coleção Amazônia. Série José Veríssimo. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969. P. 269.

a entender, com dois sinais luminosos, que estava presente e que na manhã seguinte viria ter conosco.”¹⁰⁶(grifos meus)

Spix e Martius relataram o restante da viagem até a Cidade do Pará a partir de Salinas, com o auxílio das manobras do prático. Este era um conhecedor dos caminhos de águas locais, ou seja, detinha saberes relativos às manobras necessárias para que as embarcações chegassem à cidade.

Quando afinal o prático, perto do meio-dia de 24 de julho, **chegou remando**, assistimos a sua subida a bordo de uma escuna real, que estava ancorada antes de nós. Não nos restava senão **acompanhar de perto esse barco, em todos os seus movimentos**.¹⁰⁷ (grifos meus)

A imagem a seguir, de 1805, apresenta um plano hidrográfico da entrada para a Cidade do Pará, que permite entender melhor o percurso registrado pelos dois estudiosos.

O relato recorre a palavras como “*o barco faz volteios por entre os escolhos*”, ou seja, as embarcações, inclusive as que eram consideradas de maior calado, precisavam ser adequadamente manobradas a fim de navegar nos estreitos furos localizados entre “*a terra firme e aqueles bancos de areia*”. Percorrido o (de certo modo) labirinto, as águas salgadas cediam espaço às águas “*turvas, terrosas*”, anunciando a proximidade da foz do rio Pará, e, portanto, “*de certo modo, no maior rio da terra, o Amazonas*”.¹⁰⁸

Explicitamente, as manobras desenvolvidas pelos práticos eram essenciais para numerosos viajantes que buscavam adentrar a Cidade do Pará. Do mesmo modo também eram essenciais os **remeiros**, ou **remadores**, aos quais, durante séculos precisaram recorrer inúmeros viajantes que buscavam tanto os arredores de Belém, quanto os interiores mais diversos do Pará. Além desses obreiros da água, recrutados entre camadas sociais consideradas inferiores - sobretudo indígenas e mestiços desses - é indispensável relembrar os meios de deslocamento, recorrentes naqueles caminhos de águas e representados em diversas obras: as embarcações.¹⁰⁹

¹⁰⁶ SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. V. 2. P. 292.

¹⁰⁷ SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. V. 2. Pp. 293.

¹⁰⁸ SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. V. 2. Pp. 292-3.

¹⁰⁹ Vale relembrar que os moradores de Belém apresentavam grande diversidade ao longo do século XIX. É importante referir a divisão entre livres, libertos e escravos, mas também é fundamental considerar a divisão entre brancos, indígenas, africanos e mestiços, além daquela entre proprietários e não-proprietários, enfim. As camadas consideradas inferiores que refiro no texto, compreendiam a grande maioria dos habitantes, sobretudo os não-proprietários, os escravizados, os libertos, muitos dos quais, desprovidos de fortuna, eram levados a desenvolver atividades consideradas degradantes, tais como as vendas pelos logradouros da cidade, os serviços

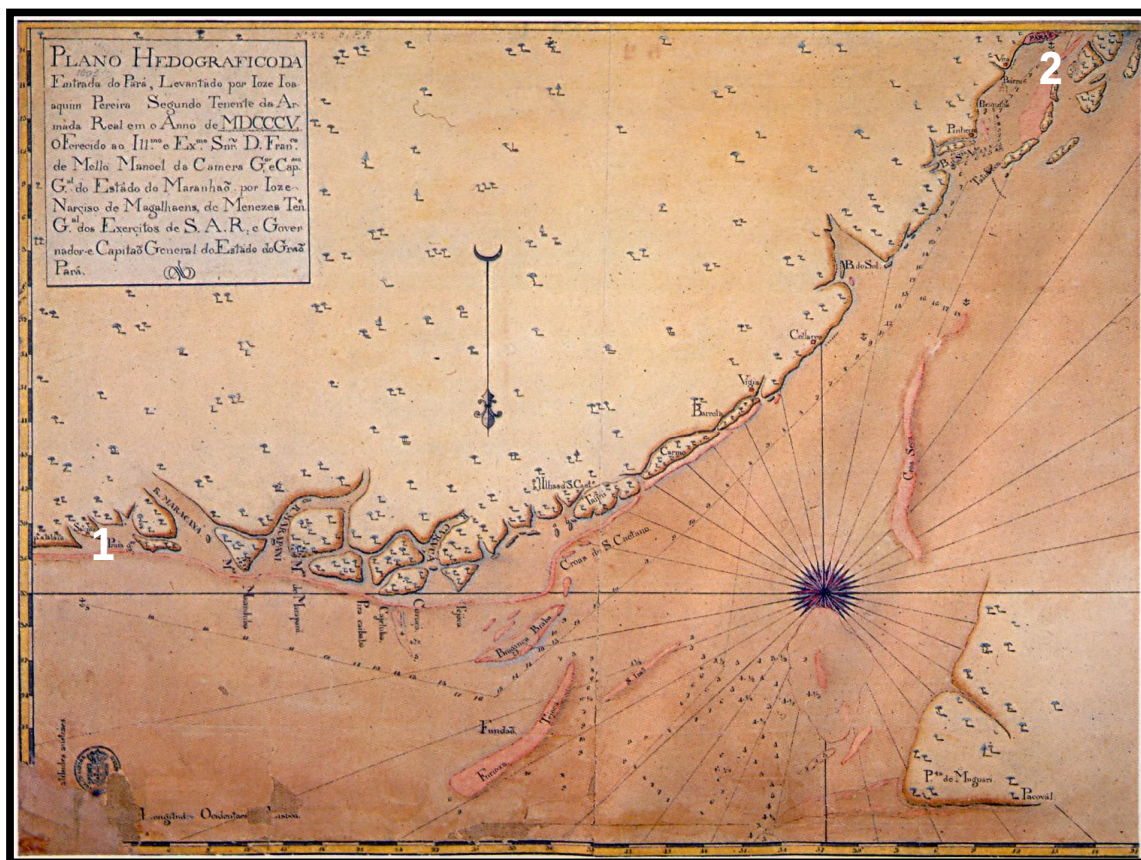


Figura 5 “Plano Hidrographico da Entrada do Pará – 1805”-
Destaques meus: Salinas (1) e Cidade do Pará (2)¹¹⁰

Em outras palavras, não era fácil chegar-se à Cidade do Pará. Era necessário recorrer aos saberes capazes de superar os obstáculos que a “natureza interpunha” por intermédio das águas e de todo um conjunto de elementos constitutivos do meio aquático, tais como os bancos de areia, e que poderiam resultar em transtornos para os viajantes.

A lida com as águas revestia-se de importância fundamental na Cidade do Pará e na capitania/província como um todo, e nesse sentido era essencial, por exemplo, o conhecimento acerca dos movimentos das marés, da localização das correntes, afinal como

domésticos, o trabalho em obras públicas, tais como as obras no cais, os reparos nas pontes, a limpeza das valas, a condução de canoas, entre outros. Domingos Antonio Raiol referia-se a esses como os homens das “últimas camadas sociais”. RAIOL, Domingos Antonio. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, vol. 2. Pp. 543.

¹¹⁰ O “plano” em questão consta da obra de ADONIAS, Isa e FURRER, Bruno. *Mapa: Imagens da Formação Territorial Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emilio Odebrecht, 1993. P. 60. Sobre a produção de planos da costa portuguesa, cartas hidrográficas, geográficas, militares e hidráulicas entre os séculos XVIII e XIX, ver GUERREIRO, Rui e GODINHO, Sónia. *Sobrevalorização da Cartografia Náutica Antiga*. In: *Anais do Instituto Hidrografico*, N° 18/2005-2006. Ministerio da Defesa Nacional Marinha. Lisboa. P. 09 a 24. Disponível em http://websig.hidrografico.pt/www/content/documentacao/anais/anais_2005_2006.pdf#page=9. Acesso em 05 fev. 2010.

lidar com águas que poderiam apresentar-se “serenas” e/ou “calmas”, mas que também poderiam mostrar-se “agitadas” e/ou “furiosas”?

Na busca pelo conhecimento das águas e convivência com as mesmas, os moradores da cidade mesclaram saberes ao longo dos séculos que se seguiram à fundação de Belém em 1616. Alguns resultantes da vivência de longa data com mares e oceanos, outros, fundamentais no processo de construção da cidade e, portanto constituição territorial ao longo do século XIX, emanados da convivência secular entre moradores e os rios.

Nesse ponto, retomo o que afirmei anteriormente em relação aos desenhos e perspectivas referentes a Belém, ou seja, neles às águas representadas os autores atribuíram um estado de placidez, mediante o qual, elas acolhiam as embarcações e respeitavam as margens estabelecidas com suas pontes, quitandas e prédios.

É fato que a constituição do espaço belenense relacionou-se imbricadamente com a entrada daqueles que vinham de diferentes localidades, inclusive de fora da província, como os portugueses, por exemplo. Ou seja, inúmeros moradores da Belém daqueles tempos adentraram-na por intermédio das águas da baía, denominada Guajará. A respeito disso, nos desenhos que apresentei há mais um elemento comum: a (quase completa) exclusão dos habitantes da cidade, ou seja, a cidade parecia vazia, encravada em terras que margeiam as águas doces e adormecida sob imenso céu. Estava, entretanto, receptiva às variadas embarcações que, de lugares distantes ou não, rumavam para o Pará ou partiam do porto de Belém para múltiplos destinos, indicando a profícua atividade comercial e de navegação.¹¹¹

A respeito disso, estudos realizados com abaixo-assinados sobre a movimentação portuária do Pará nas duas primeiras décadas dos oitocentos, indicam que muitas embarcações passavam necessariamente pelas proximidades de Belém, muitas em função das atividades comerciais no Pará, outras pela necessidade de percurso e assim necessitavam obter, na Fortaleza da Barra, autorização para prosseguir viagem até o destino final.¹¹² Apresento a seguir uma planta da referida fortaleza, datada da primeira metade do século XVIII.

¹¹¹ CORBIN, Alain. *O Território do Vazio; a praia e o imaginário social*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Nessa obra o autor analisa a relação entre a elite europeia e o litoral, o desenvolvimento do desejo da beira-mar, das chamadas praias de veraneio. Para tanto recorre a romances, poesias, diários, tratados de medicina entre outros.

¹¹² Ver VIEIRA JR, Antonio Otaviano e BARROSO, Daniel Souza. *Histórias de “movimentos”: embarcações e população portuguesas na Amazônia joanina*. Artigo apresentado no **V Seminário Internacional sobre Migração Portuguesa entre Mares**. Tema: "O Brasil dos Portugueses". Realizado entre 21 e 26/09/09 em Belém do Pará. IFCH/UFPA. (grifos meus)

Informações trabalhadas em banco de dados referente a estudos sobre a presença portuguesa na Amazônia, a partir de pesquisa realizada pelo CMA/UFPA. Agradeço ao Centro de Memória da Amazônia a possibilidade de acesso a essa produção.

Em 1808, por exemplo, as sumacas “Quebra Mangue”, “Santo José Entrudo”, “Três Corações Perola do Mar” e “Filipina da Cidade do Maranhão”, saíram de Portugal com os seguintes destinos respectivamente: Pernambuco, Maranhão, Bahia e, novamente, Maranhão. Todas tiveram como porto de retorno a Cidade do Pará. Já no ano de 1810, constam registros de dezenove embarcações, classificadas como brigues, navios, bergantins, escunas, goletas e galeras, cujos portos de origem estavam localizados nos Estados Unidos da América, Portugal e Inglaterra. E embora não constem informações sobre o destino de várias delas, sabe-se que todas aportaram na capital do Pará e várias seguiram para Maranhão, Caiena, Lisboa, Ilhas do Cabo.¹¹³

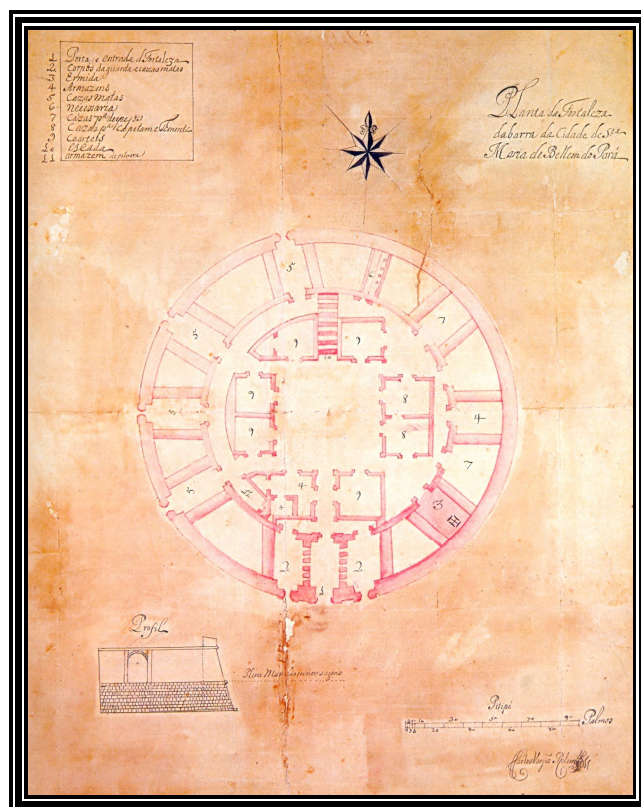


Figura 6 “Planta da Fortaleza da Barra”¹¹⁴

Sobre a Fortaleza da Barra, Oswaldo Coimbra registra que a mesma foi construída a uma distância de oito quilômetros de Belém. “Uma edificação militar em pedra e cal, em forma arredondada, sobre um banco de pedras, numa posição de domínio do canal de entrada da cidade. Nele foram instalados 35 canhões de vários calibres, dispostos em duas baterias. Ficou pronta em 1685 (...) e ali permaneceu por 262 anos.” COIMBRA, Oswaldo. *A Saga dos primeiros construtores de Belém*, Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2002. Pp 183-4.

¹¹³ CMA/UFGA. Informações trabalhadas em banco de dados referente a estudos sobre a presença portuguesa na Amazônia, a partir de pesquisa realizada pelo CMA, conforme citado anteriormente.

¹¹⁴ ADONIAS, Isa e FURRER, Bruno. *Mapa: Imagens da Formação Territorial Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993. P. 55. Segundo Adonias, a planta data dos anos quarenta do século XVIII e o autor da mesma seria o Sargento-mor e Engenheiro Carlos Varjão Rolim, cujo nome consta no desenho.

Nos anos dez e vinte, o número de embarcações que frequentou o porto do Pará foi expressivo: em 1810 há registros de trinta e duas, em 1812, constam trinta, já em 1816 foram quarenta e seis registros. Nos anos de 1816 e 1817 passaram pela Barra sessenta e quatro e setenta e duas embarcações respectivamente. E nos anos de 1821 e 1822, elas somaram sessenta e três e sessenta e seis, sequencialmente. Várias embarcações tiveram suas passagens pelo porto do Pará, registradas inúmeras vezes, ou seja, nelas foram realizadas viagens ao longo de anos como, por exemplo, o brigue “Flor do Pará”, a goeleta “Crioula”, a escuna “Capaz”, entre outros.¹¹⁵

Em outros períodos do século XIX a movimentação portuária continuou intensa. Sobre o interstício de 1862-3, o relatório da presidência provincial contém os seguintes dados com relação à navegação de longo curso.¹¹⁶

Quadro 2 - MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA DE LONGO CURSO ENTRE 1862-3 - embarcações que entraram

EMBARCAÇÕES QUE ENTRARAM DE PORTOS ESTRANGEIROS	QUANTIDADE	NACIONALIDADE / ORIGEM	QUANTIDADE
GALERAS	03	BRASILEIRAS	02
BARCAS	33	INGLESAS	36
PATACHOS	34	FRANCESAS	23
BRIGUES	38	NORTE-AMERICANAS	23
ESCUNAS	07	PORTUGUESAS	26
IATES	13	ESPAÑHOLA	01
LUGRES	02	DINAMARQUESA	07
	130	HAMBURGUESA	05
		HOLANDESA	01
		OLDEMBURGUESA	01
		HANOVERIANA	04

Fonte: relatório do presidente provincial Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1/11/1863

¹¹⁵ CMA/UFGA. Informações trabalhadas em banco de dados referente a estudos sobre a presença portuguesa na Amazônia, a partir de pesquisa realizada pelo CMA, conforme citado anteriormente.

¹¹⁶ As embarcações que entraram de portos estrangeiros atingiram um total de 36,366 ½ toneladas, e somaram 1.374 tripulantes. As embarcações que saíram para portos estrangeiros atingiram 36,008 ½, com 1.354 tripulantes. Dados constantes no “Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da Provincia do Pará dirigido pelo Presidente da Provincia Francisco Carlo de Araujo Brusque no dia 1 de novembro de 1863”. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 16 set. 2005.

Quadro 3 - MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA DE LONGO CURSO ENTRE 1862-3 - embarcações que saíram

EMBARCAÇÕES QUE SAIRAM PARA PORTOS ESTRANGEIROS	QUANTIDADE	NACIONALIDADE / ORIGEM	QUANTIDADE
GALERAS	02	BRASILEIRA	01
BARCAS	33	INGLESAS	36
PATACHOS	32	FRANCESAS	23
BRIGUES	34	NORTE-AMERICANAS	24
ESCUNAS	07	PORTUGUESAS	23
IATES	13	ESPAÑHOLA	01
LUGRES	03	DINAMARQUESA	05
POLACA	01	HAMBURGUESA	04
GALÍOTA	01	HOLANDESA	01
	126	OLDEMBURGUESA	01
		HANOVERIANA	04

Fonte: relatório do presidente provincial Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1/11/1863

Para o mesmo período de 1862-3 foram registrados os seguintes dados para navegação de cabotagem: entraram 65 embarcações totalizando 26,030 toneladas, 1.939 tripulantes, 37 vapores, 1 brigue, 2 brigue-escunas, 2 patachos e 24 iates. Saíram 64 embarcações com um total de 25,583 toneladas, 1.915 tripulantes, 36 vapores, 1 brigue, 2 brigue-escunas, 2 patachos e 23 iates.¹¹⁷

Em relação à navegação fluvial, o presidente da província, Araujo Brusque, pede que seja observada a estatística do relatório anterior referente ao período de 1861-2, segundo a qual

a navegação dos rios, lagos e bahias da província é feita por 271 embarcações classificadas do modo seguinte: 5 vapores, 3 escunas, 3 hyates, 3 cutters, 13 batellões, 26 barcos, 1 gabarra, 13 cobertas, 6 alvarengas, 20 vigilengas, 2 igarités, 14 botes, 157 canôas, 5 catraias. Destas pertencem 104 à comarca da capital, além de 4 vapores, 2 hyates, 1 cutter, 5 batellões, 8 barcos, 1 gabarra, 3 cobertas, 6 alvarengas, 10 vigilengas, 63 canôas, 5 catraias. (Totalizando) 1.941 toneladas, 590 pessoas de tripulação, das quaes só 28 são escravas.¹¹⁸

¹¹⁷ Dados constantes no “Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa da Provincia do Pará dirigido pelo Presidente da Provincia Francisco Carlos de Araujo Brusque no dia 1 de novembro de 1863”. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 16 set. 2005.

¹¹⁸ Dados constantes no “Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa da Provincia do Pará dirigido pelo Presidente da Provincia Francisco Carlos de Araujo Brusque no dia 1 de novembro de 1863”. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 16 set. 2005.

A documentação aponta fortes indícios acerca da importância da movimentação nos trapiches da cidade em todo o século XIX. A exceção teria ocorrido em parte dos anos trinta, mais especificamente no ano de 1835, período de ocupação da capital pelos cabanos, contudo haveria uma ressalva em relação a essa questão. É possível que navios estrangeiros, ou mesmo de outras províncias do Brasil tenham realmente evitado atracar em Belém durante a efervescência da luta cabana, mas, a julgar pela preocupação dos dirigentes posteriores à luta com as obras do porto, tanto para aformosá-lo, como para conseguir realizar a “devida” arrecadação fiscal, o comércio portuário ocorreu com certa regularidade, uma vez que embarcações dos interiores da província dirigiam-se até Belém para comerciar, não raramente burlando o fisco, abastecendo a cidade com produtos diversos.

Logo, diante da mobilização dos dirigentes provinciais com relação à regularização do comércio realizado através dos rios, é possível que mesmo sob o impacto da luta cabana, o ir e vir das embarcações, sobretudo canoas e “montarias”, tenha garantido de modos diversos, o abastecimento da cidade de Belém e arredores da mesma, dando prosseguimento à uma prática que vinha de longa data.

Outrossim, estudos diversos referentes ao Pará dos tempos da Cabanagem indicam que as atividades econômicas teriam sofrido o impacto da redução da produção durante aquela luta social, uma vez que ela absorveu muitos braços. Além disso, é preciso lembrar a incidência de mortes, tanto nos confrontos quanto por doenças, como a varíola. Tantos problemas teriam atrasado o “progresso” econômico da província, conforme registrado por dirigentes provinciais, entre os quais, Soares D’Andrea. Para ele, a “perversidade” reinante na província somada à “indolência” de moradores comprometeram as rendas locais.¹¹⁹

As Rendas desta Provincia, pertencão ellas á Renda Geral ou á Provincial são muito poucas, e não tem relação nenhuma; nem com sua immensa extensão; nem com a belleza, espaço, segurança e vantagens do seu Porto; nem com o número, e quantidade de seus gêneros de exportação, e de uso interno; nem com o numero de seus habitantes, bem que muito inferior ao que se devia esperar das vantagens que offerece o terreno: só poderão estar em relação com a indolência de muitos, e com a perversidade de alguns; nem pode dizer-se outra coiza, se tiver-mos em lembrança

¹¹⁹ Sobre esta questão existe a referência ao trabalho de CRUZ, Ernesto. *História da Associação Comercial no Pará*. Belém: Editora da UFPA, 1996. P. 112. Apud LOPES, Siméia de Nazaré. *O Comércio Interno no Pará Oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855*. Dissertação (mestrado). Belém: UFPA/NAEA/PLADES, 2002. P. 38. Disponível em http://www2.ufpa.br/naea/prog_lista_defesa.php?id=3. Acesso em 21 mar. 2009.

quantas revoltas e quanta impunidade tem estragado o que existia, e retardado todo o progresso d'agricultura e Commercio.¹²⁰

A despeito das palavras do dirigente, e mesmo das determinações legais, o “ir e vir” das canoas persistiu, elas continuaram atracando no Igarapé das Almas, no Reduto e no Arsenal, por exemplo, quase sempre burlando o fisco e inquietando os dirigentes.¹²¹

Acerca do movimento portuário, inúmeros eram os jornais circulantes em Belém, que apresentavam informações, entre eles estava o “Treze de Maio”, sobretudo a partir dos anos quarenta do século XIX. Conforme expus há pouco, o movimento do porto também pode ser constatado através de abaixo-assinados, nos quais os comandantes das embarcações declaravam os nomes dessas, bem como o destino das mesmas. No quadro a seguir apresento algumas informações sobre petições assinadas nos anos setenta dos oitocentos.¹²²

Quadro 4 - PEDIDOS DE PASSE - ANOS SETENTA (abaixo-assinados)

EMBARCAÇÃO	DENOMINAÇÃO	NACIONALIDADE	DESTINO	PEDIDO EM
NAVIO	JOE KELLY	INGLESA	NEW YORK	11/05/1871
NAVIO	EUROPA	ALEMÃ	VENEZUELA	28/06/1871
BARCA	NORTE ALLEMÃ MERCK	ALEMÃ	S. THOMAS	28/06/1871
ESCUNA	M ^a GERTRUDES	HOLANDESA	LONDRES	16/09/1871
HIATE	GERSH B(?.)	AMERICANA	NEW YORK	24/10/1871

(Continua...)

¹²⁰ Discurso com que o Presidente da Província do Pará Soares D'Andrea fez a abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial no dia 2 de março de 1838. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 set. 2005.

¹²¹ Ver LOPES, Siméia de Nazaré. *O Comércio Interno no Pará Oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855*. Dissertação (mestrado). Belém: UFPA/NAEA/PLADES, 2002. P. 38. Disponível em http://www2.ufpa.br/naea/prog_lista_defesa.php?id=3. Acesso em 21 mar. 2009. E também McGRATH, David. *Parceiros no Crime – o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional*. Novos Cadernos NAEA, vol 2, nº 2 – dezembro 1999. Disponível em www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/. Acesso em 18 jun. 2009. E ainda ACEVEDO-MARIN, Rosa Elizabeth. *Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX*. Trabalho apresentado no I SITREAMA. Belém, 26-8 de março de 2002. Disponível em www2.ufpa.br/naea/gerencia/ler_publicacao.php?id=196. Acesso em 02 abr. 2009. A Autora adverte para a Resolução Nº 182, de 9/12/1850, segundo a qual “*explicava-se que essas ‘canoas navegavam fora dos portos das cidades, vilas e freguesias da província e funcionavam como ‘lojas ou tabernas flutuantes, vendendo e permutando gêneros e objetos de comércio pelos sítios, fazendas, fábricas, engenhos e feitorias’*”(APEP. Coleção das Leis da Província do Gram Pará. Tomo I, Parte 1).

¹²² APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Abaixo-assinados. Ano: 1870-1875.

(Cont) Quadro 4 - PEDIDOS DE PASSE - ANOS SETENTA (abaixo-assinados)

EMBARCAÇÃO	DENOMINAÇÃO	NACIONALIDADE	DESTINO	PEDIDO EM
HIATE	GERSH B(.?.)	AMERICANA	NEW YORK	15/01/1873
HIATE	A. L . PUTNAM	AMERICANA	NEW YORK	25/01/1873
BARCA	FIDELITÉ	FRANCESA	HAVRE	10/06/1873
PATACHO	NORTH ALLEMÃO CATHARINA	ALEMÃ	(.?.)	22/10/1873
PATACHO	EMANUEL	ALEMÃ	HAVRE	22/11/1873
PATACHO	VETERAN	INGLÊS	NEW YORK	08/01/1874
PATACHO	JOVEM ARTHUR	NÃO CONSTA	PERNAMBUCO	24/01/1874
PATACHO	FLORA	DINAMARQUESA	HAITI	31/01/1874
HIATE	MARTHA M. HEATH	AMERICANA	NEW YORK	16/04/1874
BRIGUE	AXELSTAD	DINAMARQUESA	LIVERPOOL	06/05/1874
PATACHO	MEIL (.?.)	ALEMÃ	CANAL D'INGLATERRA	30/06/1874
HIATE	J. P. AUGER	AMERICANO	NEW YORK	20/07/1874
PATACHO	PLANET	ALEMÃ	CANAL D'INGLATERRA	18/07/1874
BARCA	AMALIE	ALEMÃ	PORTO DE ST. THOMAS	01/09/1874
LUGRE	HARRY WHITE	AMERICANA	NEW YORK	25/01/1875
BRIGUE	GEMMA	ALEMÃ	ST. THOMAS	27/25/1875
NAVIO	NAGGIE	INGLESA	PORTO DE BULL RIVER	14/06/1876
PATACHO	HERMANN ANTON	ALEMÃ	HAVRE	22/06/1876
HIATE	HENRY H. LEAVEY	AMERICANA	NEW YORK	22/07/1876

Fonte: APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Abaixo-assinados. (elaboração minha)

A respeito dessa questão existem relatos esclarecedores. Considerados uma camada social inferior em relação aos chamados “*brancos*”, os indígenas e mestiços desses, desenvolveram as atividades de pescadores e remadores em canoas utilizadas nos rios, marinheiros nas “*embarcações costeiras*”, além de criados domésticos, carregadores, enfim, trabalho considerado inferior, até mesmo degradante para vários moradores, embora o reconhecimento da necessidade dos mesmos no dia-a-dia da cidade.

Spix e Martius registraram que, não raramente, os indígenas foram forçados a assumir a condução das canoas, e que vários fugiam durante o trabalho, deixando os passageiros por conta própria nos rios, o que os forçava a assumir os remos.¹²³

Referindo-se às águas percorridas até adentrar a cidade de Belém, bem como o trabalho de indígenas, denominados “*canoeiros*” pelo viajante, Daniel P Kidder, cuja viagem data de 1839, ressaltou o enorme valor do conhecimento das correntes, dos rios e baías para a realização de viagens mais curtas entre o Maranhão e o Pará. A respeito disso registrou que obteve informações de um homem acerca das crescentes dificuldades em conseguir-se contratar indígenas para a realização daquele trabalho, mesmo pagando-se valores mais elevados. Segundo o informante de Kidder, em épocas passadas, fora possível contratar indígenas “*a quatro vinténs por dia*”, contudo, naqueles finais dos anos trinta, o referido homem não conseguiu contratar canoeiros mesmo a “*oitocentos réis diários*” e precisou submeter-me a uma viagem mais longa.¹²⁴

É relevante considerar que a abundância da mão-de-obra indígena, e possivelmente o baixo custo do emprego da mesma, ocorrera em épocas anteriores à Cabanagem (1835-40). A chegada de Kidder no Pará data de 1839, período em que o processo de repressão à rebelião cabana havia gerado inúmeras mortes, sobretudo entre os homens negros, indígenas e mestiços de ambos. Além disso, os dirigentes do Pará guardaram um zelo expressivo pela chamada ordem pública tanto da cidade de Belém como do Pará em geral que perdurou durante os anos quarenta e cinquenta do século XIX, para o que foi exemplar o recurso aos Corpos de Trabalhadores, instituição que vigorou entre os anos de 1838 e 1859.¹²⁵

¹²³ SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. V. 3. Pp. 28-9. Spix e Martius registraram também a presença de negros e mestiços desses na Cidade do Pará. Ressaltaram, porém, a preponderância da mão-de-obra indígena nos trabalhos que mencionei acima.

¹²⁴ KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. P. 179. Kidder era missionário metodista norte-americano e primeiro correspondente da Sociedade Bíblica Britânica no Brasil.

¹²⁵ Sobre os corpos de trabalhadores é interessante ver FULLER, Cláudia Maria. *Os Corpos de Trabalhadores: política de controle social no Grão-Pará*. Belém: UFPA/Laboratório de História/Dptº de História-CFCH,

Talvez o informante de Kidder desconhecesse que a luta cabana bem como o intenso processo repressivo a mesma, gerou um elevado número de mortos, o que também pode guardar relação, além das fugas de “rebeldes” por entre matas e águas, com o reduzido número de indígenas remeiros disponíveis naquele final de anos trinta do século XIX. Nesse sentido importa refletir que a luta dos cabanos percorreu as águas da Província do Pará e através delas ocupou a cidade de Belém.¹²⁶

Nos “Motins Políticos”, por exemplo, Raiol fez inúmeras referências às relações dos “rebeldes” e forças da legalidade com as águas na província. Em ofício de 2 de novembro de 1834, o presidente da província Lobo de Souza, ordenou ao juiz de paz da freguesia de Abaeté que não acolhesse em seu distrito os revoltosos que haviam causado distúrbios no Acará, entre os quais o Cônego Batista Campos.¹²⁷ Este, buscando escapar das forças legais, percorria rios, furos e canais alternando abrigo em diferentes propriedades. Raiol refere uma “*portaria ao segundo comandante dos municípios permanentes para prender o cônego*”, na qual são ordenadas buscas no canal de Igarapé-Miri, com o uso de duas lanchas armadas.

É também Raiol que relata as reuniões de “rebeldes” na ilha das Onças, as tentativas de vigilância dos rios por parte das forças legais e a presença de “*homens do campo*” na capital nos primeiros dias de janeiro de 1835, muitos dos quais certamente chegaram à Belém por intermédio de canoas, recorrentes no deslocamento pelos rios, furos, canais e igarapés da província.

Fascículos, nº 1, 1999. FERREIRA, Eliana Ramos. *Em tempo cabanal: cidade e mulheres no Pará imperial – primeira metade do século XIX*. Dissertação (mestrado). Belém:1999. São Paulo: PUC. GAIA, William. “Os Corpos de Trabalhadores no Pará: Estado, Controle Social e Resistência ao Recrutamento”. In: FONTES, Edilza (org.). *Contando a História do Pará, v.I: da conquista à sociedade da borracha (séc. XVI – XIX)*. Belém: E. Motion, 2002. RICCI, Magda M. O. *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*. Disponível em www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02.pdf. Acesso em 12 mar. 2009.

¹²⁶ Magda Ricci afirma que “A revolução social dos cabanos que explodiu em Belém do Pará, em 1835, deixou mais de 30 mil mortos e uma população local que só voltou a crescer significativamente em 1860. Este movimento matou mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, mas também dizimou boa parte da elite da Amazônia”. Segundo a autora os dados numéricos foram retirados de Raiol, *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*, 2a edição, Belém. Universidade Federal do Pará, 1970, vol. 3, p. 1000 (1ª edição 1865-1891). RICCI, Magda. *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*. Disponível em www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02.pdf. Acesso em 12 mar. 2009. P.01. Ainda sobre as vidas ceifadas na cabanagem, Jane Beltrão informa que “Os dados apresentados por Souza Franco somam vítimas num total de 15.795 almas. Raiol informa que não é exagero falar em 30 mil homens perdidos pelas forças rebeldes e legais. (...) Segundo Raiol só escaparam ao “furor dos malvados” Cametá, Abaeté, Macapá e pequenas povoações do Xingu. (...) Para uma população que não somava 150 mil almas, a depopulação foi um desastre! (...)”. BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004. Pp 26.

¹²⁷ RAIOL, Domingos Antonio. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, vol. 2. Pp. 532-3. Para algumas autoridades dirigentes, Batista Campos seria o “principal agente da revolta que teve princípio do distrito do Acará”.

Em 7 de janeiro, Felix Antonio Clemente Malcher, primeiro presidente cabano, adentrou à cidade de Belém a partir das águas, pois encontrava-se nas imediações da mesma, na Fortaleza da Barra.¹²⁸ De forma similar, Eduardo Angelim também chegou à cidade em meio às tensões entre líderes cabanos através das águas, em um escaler. Foi o terceiro presidente cabano e ao fugir da cidade de Belém em 1836, por conta da (re)ocupação da mesma pelas tropas legais, novamente recorreu aos caminhos das águas, em um barco e sob forte chuva, rumo ao rio Acará. Juntamente com ele, inúmeros outros participantes do movimento também empreenderam fuga pelas águas dos rios, desta feita em canoas, sob os tiros das forças legais.¹²⁹

Ainda com relação aos conturbados anos trinta, há discussões historiográficas que apontam para o revigoramento do movimento portuário a partir de 1836, uma vez que no ano de 1835 com a tomada da cidade pelos cabanos, vários navios teriam evitado atracar na cidade. Já nos anos quarenta, jornais e relatórios de dirigentes provinciais revelam uma movimentação portuária importante, com a chegada e partida de embarcações com inúmeros produtos, o que se intensifica a partir dos anos cinquenta, inclusive com o crescimento da economia gumífera, que se prolongou nas décadas seguintes.¹³⁰

Por intermédio das águas a cidade era abastecida de produtos variados tais como chapéus, chá, sabão, pentes, pimenta, bacalhau, farinha, pregos, suspensórios, trazidos pelo patacho americano “J. Piterson”, vindo de Salem, que chegou em Belém a 29 de abril de 1845.¹³¹ E também barricas de cerveja, carvão, gigos com louça, manteiga, vinho, lenços de algodão, chapéus de sol, importados trazidos pela barca inglesa “Princess Royal” em dezembro de 1853. Nesse mesmo mês saíram para o Maranhão, Lisboa e Havre, as seguintes embarcações, respectivamente, barca nacional “Lusitania”, brigue português “Elisia” e patacho português “Mello” e barca francesa “Flor do Pará”. Através dessas saíram da cidade

¹²⁸ RAIOL, Domingos Antonio. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, vol. 2. Pp. 542 e 555.

¹²⁹ RAIOL, Domingos Antonio. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, vol. 3. P. 961. Ver também RICCI, Magda M. O. *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*. Disponível em www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02.pdf. Acesso em 12 mar. 2009.

¹³⁰ Ver LOPES, Siméia de Nazaré. *O Comércio Interno no Pará Oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855*. Disponível em http://www2.ufpa.br/naea/prog_lista_defesa.php?id=3. Acesso em 21 mar. 2009.

¹³¹ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Treze de Maio”, 21º trim., nº 503, de 03/05/1845. P. 2.

de Belém produtos como chá, potes e bacias de barro, farinha d'água, esteiras, urucu, arroz graúdo, açúcar bruto, cacau, castanha, cravo de sertão, óleo de copaíba, tamarinos e tucupi.¹³²

Portanto, no ano em que o missionário Kidder visitou a cidade de Belém, essa já apresentava um movimento portuário considerável que se intensificou nos anos e décadas seguintes.

Aparentando intenso encantamento Kidder referiu-se às águas que singrou como “o imenso lençol prateado”, posto que era noite de lua cheia. As águas, em conjunto com a floresta exuberante, proporcionavam aos “viandantes solitários, indescritível impressão de grandiosidade”.

À semelhança de outros, que já mencionei em algumas linhas atrás, nos registros de Kidder, a Cidade do Pará é apresentada a partir das águas. O porto da cidade, considerado extenso pelo missionário, apresentava segundo ele, condições de acomodar vários navios de porte significativo e garantia imponência à cidade. O conjunto que compunha a paisagem pareceu impressioná-lo também, em decorrência da avalanche de encantos: as águas das marés, a brisa perfumada que soprava da terra, as luzes da cidade, os navios ancorados á frente da mesma.¹³³

Os registros de Kidder apresentam-se impregnados de impressões acerca da cidade pós-cabanagem. Ele não deixou de referir, por exemplo, os “*sinais de balas nas paredes do Convento de Santo Antonio*”, o que seria um dos “*efeitos da revolução de 1835*”. Entretanto, afirma também que “*pouca cousa atrai tanto a atenção do estranho como as empetecadas embarcações fluviais. A todas as variedades de barcos, desde a corveta até a chalupa, dão a designação comum de canoas*”, assinalou o missionário. Estas observações de Kidder vão ao encontro de registros contidos em diferentes tipos de documentação, segundo os quais a passagem e/ou presença de uma diversidade de embarcações na cidade de Belém seguida uma regularidade importante ao longo de várias décadas dos oitocentos.¹³⁴

Para esse viajante, as embarcações denominadas “*canoas*” pelos moradores de Belém, corresponderiam às chamadas “*montarias*”, que ele observou no Maranhão, aliás, essa expressão consta de relatórios, falas e discursos de dirigentes da Província do Pará. A

¹³² Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Treze de Maio”, 14º ano, nº 265, de 13/12/1853.

¹³³ KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. Pp. 185.

¹³⁴ KIDDER, Daniel Parish.. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. Pp. 186.

imagem a seguir é um desenho de uma “*canoa amazônica*”, constante na obra de Kidder, ou seja, as embarcações, dos mais variados tipos, bem como aqueles que as conduziam, eram essenciais no cotidiano dos moradores, de distintas camadas sociais, e essa importância não ficou restrita à Belém daqueles tempos.¹³⁵

A imprensa local, por exemplo, desde os anos vinte dos oitocentos, reportava-se regularmente às canoas, fundamentais numa cidade cercada e interpenetrada por águas, na qual grande contingente de moradores recorria a esse meio de transporte para singrar as águas.



Figura 7 Canoa Amazônica¹³⁶

As canoas não apenas deslocavam pessoas de um lugar a outro, como também eram importantes para a atividade comercial em diferentes períodos do século XIX. Para Kidder, por exemplo, era muito interessante apreciar os numerosos indígenas às proximidades das canoas atracadas no desembarcadouro conhecido como “*Ponta das Pedras*”. O leitor há de lembrar-se dos dados disponibilizados no relatório do presidente Araújo Brusque, para o período de 1861-2, discutido em páginas anteriores, no qual ele registrou a expressiva quantidade de canoas utilizada na navegação fluvial da província, incluindo Belém.

Nessa perspectiva é importante lembrar também a atividade dos chamados regatões, os quais viajavam com suas embarcações abarrotadas de produtos diversos, comercializando ao longo dos rios. Alguns deles recorreram à mão-de-obra indígena em seus barcos, tanto para

¹³⁵ KIDDER, Daniel Parish.. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. P 184-6.

¹³⁶ KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. P 186.

orientação da navegação, quanto para os serviços de ordem geral, como arrumação dos gêneros a serem comercializados e preparação dos alimentos.¹³⁷

Estudos mais direcionados para esta questão discutem as relações entre regatões e moradores com os quais tratavam através dos rios, inclusive porque a atividade era vista como ilegal, uma vez que não assumia compromissos fiscais. De qualquer modo, eles singraram muitas águas das províncias do norte do Brasil, interagindo com diversos habitantes em decorrência do comércio realizado. Viajantes, como Avé-Lallemant, por exemplo, também fazem referência a eles ao registrar os batelões que se deslocavam com muitas arroubas de produtos para comercialização.¹³⁸

Kidder reflete também, sobre a farta produção indígena e da prodigalidade da natureza que dispunha nas mãos dos moradores sua valiosa produção. Ou seja, para o viajante missionário, como para tantos outros, a ideia de natureza estava associada a de “mãe natureza”, que naquelas terras onde a abundância animal e vegetal prevalecia, bastaria aos moradores a utilização adequada das riquezas naturais, inclusive desenvolvendo a agricultura, para enriquecer. Para Kidder, aliás, a abundância de águas fluviais implicava numa vantagem do Pará sobre as demais províncias, justamente porque as águas agilizavam a comunicação, no entender do missionário.¹³⁹

A respeito disso, retomo as palavras citadas na epígrafe deste capítulo - “*felizmente são os rios as nossas principais estradas*”, nos anos quarenta dos oitocentos. A mesma certeza foi também referida por Soares D’Andrea, em seu discurso de 1838. A abundância de rios e furos possibilitava tanto o escoamento de produtos, como a rapidez na comunicação entre localidades da província, uma vez que não eram disponibilizados recursos para construção de estradas e pontes que diminuíssem distâncias entre as localidades da província.

¹³⁷ TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. *O Vale do Amazonas e a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas*. São Paulo: Ed. Nacional, Brasília, INL, 1975. ACEVEDO-MARIN, Rosa Elizabeth. *Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX*. Disponível em http://www.ufpa.br/naea/gerencia/ler_publicacao.php?id=242. Acesso em 02 abr. 2009. McGRATH, David. *Parceiros no crime – o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional*. Disponível em www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/109/367. Acesso em 18 jun. 2009. BEZERRA NETO, José Maia. *José Veríssimo: Pensamento Social e Etnografia da Amazônia (1877/1915)*. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000300006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt#back. Acesso em 11 fev. 2010. SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos. *O povo das águas pretas: o caboclo amazônico do rio Negro*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.113-143, dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v14s0/06.pdf>. Acesso em 18 jun. 2009.

¹³⁸ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No rio Amazonas (1859)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. Pp. 62.

¹³⁹ KIDDER, Daniel Parish. . *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. P 188 e 190.

Importante lembrar ainda que os rios também aproximavam moradias, tanto na cidade de Belém quanto nos interiores da província. Nestes, muitas propriedades dispunham de contato próximo com pelo menos um rio, pelo qual as canoas podiam singrar, facilitando os contatos, inclusive com a capital da província. Ou seja, fosse na cidade de Belém, ou nos arredores desta, ou ainda nas vilas e cidades do interior do Pará, os moradores recorriam aos rios para estabelecer formas diversas de contato e para tanto, a recorrência às embarcações era essencial.

A recorrência no uso de embarcações, sobretudo canoas na capital do Pará pode ser percebida em inúmeros documentos. Os jornais do século XIX, por exemplo, apresentam uma profusão de textos relacionados a esses objetos e que denotam, entre outros sentimentos, o de preocupação pela possibilidade de perda dos mesmos.

Quem for dono de uma **canoa grande** com toldo de páu e de dous mastros, que na segunda-feira 13 ia fugindo na **corrente da maré na boca do Guajará**, dirija-se a rua do Norte n. 16 aa.¹⁴⁰ (grifos meus)
 Declaro eu abaixo assignado, que tendo pegado uma **canoa grande de dois mastros que ia fugindo na corrente da maré na boca do Guamá** em 13 do corrente como se vê n'um annuncio feito neste jornal, não ninguém se me tendo accusado della ser dono e como a dita canoa se acha encalhada na praia (no Beco da Roza) declaro não me responsabilizar desta data em diante se a mesma tiver algum descaminho do lugar aonde se acha encalhada. Pará 23 de junho de 1859. – Luiz Antonio Fernandes.¹⁴¹ (grifos meus)

Não era incomum a conexão entre as canoas e as praias no Pará. Frequentemente muitas embarcações eram postas, após as viagens, como que em “repouso” e segurança, o que evitaria as referidas “fugas”, sobretudo durante os movimentos oscilatórios das águas e fluxos recorrentes, conforme referido nas notícias acima e consequente perda de objeto tão caro a muitos moradores de Belém.¹⁴² Quando uma canoa era perdida ou roubada, poderia implicar em momentos de transtorno. Isso é perceptível em anúncios de perda em jornais de todo o século XIX. Não raramente ao serem publicados, os anúncios continham a descrição das canoas, inclusive os tipos de madeira empregados.

Além dos jornais, autos cíveis de inventário e prestação de contas de testamento, também possibilitam a constatação da relação entre vários moradores de Belém com as

¹⁴⁰ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “A Epocha”, anno II – nº 135. 18/06/1859 – P.03.

A rua do Norte, identificada como a primeira rua de Belém, atualmente é denominada Siqueira Mendes. In. CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém: CEJUP, 1992. P. 37.

¹⁴¹ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “A Epocha”, anno II – nº 139. 25/06/1859 – P.04.

¹⁴² CORBIN, Alain. *O Território do Vazio; a praia e o imaginário social*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. E também LENOBLE, Robert. *Historia da ideia de natureza*. Porto: Edições 70, 1990.

embarcações, sobretudo as de pequeno porte tais como canoas, montarias e/ou igarités. Em vários documentos elas foram mencionadas entre os bens descritos para avaliação. No quadro a seguir, apresento alguns exemplos referentes a moradores que tiveram seus bens relacionados em diferentes décadas dos oitocentos.¹⁴³

Quadro 5 - Embarcações Relacionados no século XIX

Morador	Ano do auto	Embarcação	Madeira usada	Valor da embarcação	Montante	Fonte (autos cíveis de)
José Lopes da Fonseca	1810	1 bote usado 1 botinho 1 montaria	"madeiras inferiores" Piquiá e pau rosa Andiroba jaruba	20\$000 25\$000 2\$000	Não consta	Inventário
José Joaquim Cordeiro	1810	1 bote	Não consta	160\$000	Não consta	Inventário
João Soares da Costa	1811	1 igarité 1 igarité velha 1 canoinha	Quariúba e louro Acapu e Angelim Louro	18\$000 22\$000 18\$000	Não consta	Inventário
Jozefa M ^a de Macedo	1821	1 casco de canoa	Não consta	5\$000	3:680\$600	Inventário
José Carlos Correa de Miranda e Joanna M ^a Ferreira de Gusmão	1838	1 igarité velha	Pau rosa	4\$000	5:452\$280	Inventário
Joana Assunção Guerreiro	1843	3 canoas velhas	Não consta	1\$500 (as três)	Não consta	Inventário
Maria Victoria dos Santos	1848	1 igarité pequena 1 igarité velha 1 montaria Outra montaria	Pau rosa Tatajuba e louro Pau rosa Pau rosa	16\$000 6\$000 8\$000 6\$000	Não consta	Inventário
Antonio Jozé Machado	1851	1 igarité possante, em mau estado	Louro	140\$000	16:422\$599	Inventário

(Continua...)

¹⁴³ O referido quadro foi constituído a partir dos seguintes documentos: Inventário a que se procedeo por falecimento de Jozé Lopes da Fonseca. Inventário a que se procedeo por falecimento do Tenente José Joaquim Cordeiro. Inventário a que se procedeu dos bens de João Soares da Costa. Inventário dos bens do casal de Jozefa Maria de Macedo. Autos de Inventário dos Bens dos falecidos José Carlos Correa de Miranda e Joanna Maria Ferreira de Gusmão. Autos Cíveis de Inventário dos bens de Joana D'Assunção Guerreiro. Traslado dos Autos de Inventário dos Bens do Casal de Francisco José da Costa, por falecimento de sua mulher Maria Victoria dos Santos. Autos Cíveis de Inventários e Partilhas Amigáveis que entre si fizeram a viúva e herdeiros do finado Antonio Joze Machado. Autos Cíveis de Partilhas Amigáveis que entre si fazem os herdeiros de Raymundo Pedro da Costa. Autos Cíveis de Inventários e Arrolamento de Anna Perpétua de Miranda Mello. Autos Cíveis de Inventários de Manoel Pinto Marques. Autos Cíveis de Contas de Testamentaria de Manoel Jose Lourenço de Carvalho. Todos sob a guarda do CMA/UFPa. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA/PA.

(cont....) Quadro 5 - Embarcações Relacionados no século XIX

Raymundo Pedro da Costa	1864	1 igarité	Não consta	30\$000	Não consta	Inventário
Anna Perpétua de Miranda Mello	1889	1 batelão	Não consta	300\$000	Não consta	Inventário
Manoel Pinto Marques	1890	2 barcos grandes	Não consta	10\$000 (os dois)	9:931\$400	Inventário
Manoel José Lourenço de Carvalho	1890	1 batelão muito velho 1 batelão novo 1 igarité	Piquiá Pau de rosa Pau de rosa e louro	130\$000 80\$000 300\$000	29:767\$000	Contas de testamentaria

Fonte: CMA/UFPA - inventários *post mortem*. (elaboração minha)

Inúmeras embarcações eram construídas no Pará, inclusive em Belém e para tanto era usada a madeira local. Na construção de embarcações ocupava-se grande parte da população indígena. Inclusive nos primeiros decênios do século XIX eram, sobretudo, esses e seus mestiços, os trabalhadores primordiais desse ofício, porém, com a proibição da escravidão indígena e emprego crescente de escravos negros e respectivos mestiços, expandiu-se a diversificação da mão-de-obra.

De qualquer modo, ao longo dos oitocentos continuou a ser muito importante indicar o tipo e/ou qualidade da madeira empregada na construção das embarcações, principalmente se essa estivesse em oferta ou precisasse ser identificada, à semelhança do que foi exposto em anúncios publicados em jornais de Belém do Pará, nos anos cinquenta e sessenta.

Vendas. Vende-se uma **canoa vigilenga nova, construída de muito boas madeiras, de porte de mil arrobas, com duas toldas de madeira**, e prompta a navegar, quem a mesma pretender dirija-se ao anunciante, em casa de Antonio Gomes de Oliveira (Valha-me Deos) na doca do reducto.”¹⁴⁴ (grifos meus)

Na noite de 13 do corrente, desapareceu do estaleiro do mestre Romão, a **canoa Linda Flôr**, sendo construída das **seguintes madeiras**: o casco é de **matámatá**, braçame de **sapupira**, tolda de palha, tendo três taboas em cada lado: estava dentro d’ella todo o aparelho, que consta do seguinte: vellas, amarras, ferros, remos, e mais pertences. Dentro da mesma estava um **casco feito de ubá**; quem a tiver achado, queira dar parte nesta typ. Ou na rua das Flores casa nº 115, que será generosamente gratificado.”¹⁴⁵ (grifos meus)

¹⁴⁴ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “A Epocha”, anno II, nº 134, de 17/06/1859. P.04.

¹⁴⁵ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Diario de Belém”, anno I, nº 36, de 19/09/1868 – P.02.

O pensamento que norteava o emprego de determinados tipos de madeira na construção das embarcações, baseava-se no princípio do conhecimento das espécies que integravam a vegetação local. Ou seja, era sabido que nem todas as madeiras podiam ser utilizadas na fabricação de embarcações e desse modo, era preciso não só identificar as árvores como também classificá-las para “melhor” usá-las. Com o avançar do século XIX, deu-se o refinamento desse conhecimento baseado no acúmulo de saberes acerca das riquezas locais.

Em outras palavras, era um modo de pensar afinado com o pensamento europeu ilustrado, que pode ser identificado nos registros dos viajantes, em textos jornalísticos, nas falas dos dirigentes, no sentido de que era preciso conhecer e saber aproveitar os recursos disponibilizados pela natureza no processo de construção de uma cidade interpenetrada por águas, na qual deveriam predominar mais e mais, os valores da civilização.¹⁴⁶

A respeito disso, retomo Antonio Ladislau Baena, em seu *“Ensaio Corografico da Provincia do Pará”* concluído em 1833. O autor apresenta uma longa relação de vegetais, com breve descrição de cada um e “utilidade” para os humanos, inclusive para *“construção náutica e construção de casas e canoas”*. Ou seja, o chamado uso correto dos numerosos caminhos de águas da província, requeria a construção de saberes acerca da natureza local, inclusive dos vegetais, conforme registrou Baena.¹⁴⁷

Uma vez construídos, esses conhecimentos favoreceriam a constituição dos modos civilizados de lidar com as águas de rios, furos e igarapés tão encontrados no Pará, inclusive em Belém. Tais modos civilizados estariam relacionados (também) com o conhecimento das madeiras locais, a recorrência a elas para diferentes fins, tais como a feitura de embarcações de distintos portes. O resultado seria, conforme discutido anteriormente, a classificação das próprias embarcações, ou seja, se a madeira recorrente na fabricação das mesmas era avaliada como de boa qualidade, ou “superior”, o objeto construído poderia adquirir maior valor

A rua das Flores foi posteriormente denominada Lauro Sodré e depois Ó de Almeida, denominação que conserva até hoje. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. P.37.

¹⁴⁶ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador* – v.2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1993.

¹⁴⁷ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras. BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corografico sobre A Provincia do Pará*. Pará: Typographia de Santos Menor, 1839. Pp. 62-3. Na classificação registrada por Baena, havia, entre outras, *“árvores de construção náutica”*, *“árvores de construção de casas e canoas”*. As referidas árvores seriam *“as madeiras que julgarão proprias para ambas as construcçoens pela sua solidez e consistência, que não as deixão empenar depois de lavradas; nem alterar-se facilmente expostas ao ar”*.

perante outros, construídos com madeira “inferior”, suscetíveis a maior desgaste na lida com as águas.¹⁴⁸

A respeito disso creio que seja interessante relembrar o valor de 20\$000, atribuído ao “*bote usado*” e construído com “*madeiras inferiores*” de José Lopes da Fonseca – um dos moradores relacionados no quadro que apresento em página anterior - e o “*botinho*” em piquiá e pau rosa, que somava trinta palmos de comprimento por nove de largura, também pertencente a José Lopes, avaliado em 25\$000, no mesmo ano de 1810.¹⁴⁹

Todavia, a despeito das diferenças de valores atribuídos às embarcações, ao longo do século XIX elas foram importantes para os moradores da cidade de Belém, em meio à convivência dos mesmos com as águas que serpenteavam a capital do Pará. Daí a abundância e variedade de registros acerca das mesmas, indicadores da valorização atribuída àqueles objetos por inúmeros moradores.

A recorrência às embarcações de diversos tipos, trapiches do porto da cidade, bem como aos serviços de remeiros e práticos integrou a rotina de inúmeros moradores de Belém. Moradores, permanentes ou temporários, de uma cidade construída em meio às águas buscaram desenvolver recursos que possibilitassem suas vidas na capital do Pará, bem como nos arredores da mesma. Em função dessa busca conviveram não só com as águas dos rios, furos e igarapés, como também com as chuvas, regularmente presentes na cidade.

Registros diversos, de diferentes períodos da construção de Belém, guardam notícias sobre as águas que tornavam a cidade quase sempre molhada, úmida e lamacenta. No decorrer dos oitocentos a cidade foi expandida, ruas, estradas e largos foram abertos, moradias e prédios públicos em geral foram erguidos, mas é indispensável relembrar que o crescimento da cidade ocorrera em meio à convivência com as águas, o que requeria recursos guardados de longa data, tais como as embarcações e as pontes atreladas ao cais.

Sobre esta questão refiro o desenvolvimento da navegação a vapor, elemento altamente contributivo no processo de expansão comercial, sobretudo na segunda metade do século XIX, uma vez que promoveu o aumento no número de toneladas de produtos comercializados e a redução no tempo das viagens realizadas pelas antigas embarcações.¹⁵⁰

¹⁴⁸ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. BAENA, Antonio Ladisláo Monteiro. *Ensaio Corografico sobre A Provincia do Pará*. Pará: Typographia de Santos Menor, 1839. Pp. 62-3.

¹⁴⁹ Informações constantes do quadro 5, sobre “Bens Relacionados no século XIX”, referente a moradores e embarcações.

¹⁵⁰ Ver estudo de ACEVEDO-MARIN, Rosa Elizabeth. *Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX*. Disponível em http://www.ufpa.br/naea/gerencia/ler_publicacao.php?id=242. Acesso em 02 abr. 2009.

Assim como estudos anteriores que discutem esta questão, penso que o crescimento comercial contribuiu para a insistência de dirigentes, entre outros interessados, com relação à necessidade da melhoria do porto da cidade – conforme discutirei mais adiante - daí os repetidos reparos nas pontes do cais, as incansáveis exposições em torno da necessidade de recursos para implementar as obras do porto, as leis proibitivas ao comércio dos regatões, uma vez que comercializavam sem pagar impostos.¹⁵¹

Não obstante o empenho do poder público no sentido de enquadrar nos rigores da lei as atividades comerciais ocorridas nas águas, muitas décadas foram necessárias para aformosear e adequar o porto de Belém mediante os ditames do progresso, segundo os quais o porto deveria ser apropriado, ou ainda, correspondente às necessidades do comércio desenvolvido de longa data na província. Um porto distinto, reflexo da chamada prosperidade que marcava a cidade que crescia ao longo dos oitocentos. Para muitos moradores, a despeito das intempéries que se derramavam sobre a cidade – ondas epidêmicas, mortes, conturbações políticas - era importante que a frontaria de Belém refletisse o progresso que se buscava.

1.3. Por um “Porto de mar” – o cais e o porto de Belém nas palavras de dirigentes

(...) Se falamos desta Província, podemos dizer que nos falta tudo. Precizamos cercar com hum caes, bem construído, toda esta cidade, não só pela beleza que disto rezulta; mas sobre tudo para o commodo de seus habitantes, melhor arrecadação dos direitos públicos e melhor fiscalização policial.(...)
Soares D’Andrea¹⁵²

As palavras do presidente Andrea foram registradas num contexto pós-cabanagem, no ano de 1838. O discurso por ele proferido remete para a obra de pacificação da província após o confronto com “*homens ignorantes*” capazes de “*imoralidades*” e sem “*religião*”. Para ele, um conjunto de obras seria fundamental para superar o “*gentilismo*”, ainda observado não longo dos muitos rios da província, o estado de “*barbárie*” entre muitos dos moradores locais e construir a civilização na província.

¹⁵¹ “(...) Na Resolução Nº 182 de 9/12/1850, explicava-se que ‘essas canoas navegavam fora dos portos das cidades, vilas e freguesias da província e funcionavam como lojas ou tabernas flutuantes, vendendo e permutando gêneros e objetos de comércio pelos sítios, fazendas, fábricas, engenhos e feitorias.’” Apud ACEVEDO-MARIN, Rosa Elizabeth. *Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX*. Disponível em http://www.ufpa.br/naea/gerencia/ler_publicacao.php?id=242. Acesso em 02 abr. 2009.

¹⁵² Discurso com que o Presidente da Provincia do Pará Soares D’Andrea fez a abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial no dia 2 de março de 1838. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 set. 2005.

Entre as muitas obras e serem efetivadas, estava a melhoria da comunicação interna, ou seja, através dos rios e canais. Isso feito, também seria necessário melhorar a alfândega a fim de que essa se tornasse “*capaz de corresponder ao volume futuro do porto*”. Ou seja, para Soares D’Andrea era essencial a construção de obras capazes de assegurar o controle das águas, com vistas à melhoria da agricultura e do comércio. Esse controle era pensado através da construção de um cais, extenso o bastante para cercar a cidade e oferecer os benefícios que reverteriam em progresso para a província.¹⁵³ O controle das águas e o controle dos habitantes eram entendidos como ações entrelaçadas e essenciais na luta para tornar o Grão-Pará, uma província ordeira.

No ano de 1837, Andrea convocou pessoas da cidade de Belém, negociantes sobretudo, para constituírem uma companhia capaz de impulsionar “*á navegação de todos os Rios e Águas do Pará por meio de Barcas de Vapor*”. Não obstante o interesse de alguns em serem acionistas, os valores iniciais não seriam suficientes para iniciar a Empresa. Além do que, segundo o próprio Andrea, ela não renderia desde o início o retorno talvez esperado por aqueles que nela investissem. Mas ele afirma também que havia interesse por parte de investidores ingleses e nacionais, mesmo que de outras províncias, em realizar investimentos na dita companhia e que dependeria da Assembleia Provincial, para que fosse levada adiante aquela obra, para a qual ele já reunira alguns trabalhos.¹⁵⁴

Talvez sob os ecos das palavras do dirigente acerca da necessidade urgente de melhoria do cais, em 1839 o poder público informa que a obra do cais da rua da Boa Vista seria

Concluída com modica despesa, ajudada por meio de subscrição dos proprietários das casas vizinhas, feita com a pedra extrahida da Fazenda do Pinheiro, e com trabalho de alguns presos artífices (...). Seu fim he não só fazer communicaçã pela marinha á alfândega com a rua da Boa Vista e aformozear aquella parte da cidade como interpor uma rua as cazas cujos fundos dão agora sobre o rio, e dar passagem aos fiscalizadores dos direitos públicos.¹⁵⁵

¹⁵³ Discurso com que o Presidente da Provincia do Pará Soares D’Andrea fez a abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial no dia 2 de março de 1838. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 set. 2005.

¹⁵⁴ Discurso com que o Presidente da Provincia do Pará Soares D’Andrea fez a abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial no dia 2 de março de 1838. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 set. 2005.

Nos anos quarenta, a presidência da província reitera a necessidade de pelo menos uma barca a vapor. “Discurso recitado por João Antonio de Miranda, presidente da Provincia do Pará, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1840”. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 set. 2005.

¹⁵⁵ Discurso recitado pelo Presidente da Provincia do Pará Bernardo de Souza Franco, por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15/08/1839. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 set. 2005.

O dirigente, em questão, referiu a necessidade da construção de um “caes” localizado entre o Forte de São Pedro Nolasco e o do Castelo, o que possibilitaria a abertura de uma rua na marinha da cidade. Novamente os argumentos recorrentes – arrecadação dos direitos públicos e aformoseamento da cidade - e além desses a necessidade de impedir a construção de casas ao longo da marinha, uma vez que os quintais e cercados de várias delas adentravam o rio, possibilitando a ação de contrabandistas, comprometendo a boa aparência da frontaria de Belém e o tão desejado ordenamento da cidade. Ou seja, uma vez superados tais obstáculos, o frontispício da cidade obteria a “*aparência digna de um porto de mar*”.¹⁵⁶

Além de advertir para a questão do cais e/ou porto, o presidente Souza Franco alerta também para a necessidade de limpeza de canais, como o de Igarapé Mirim, o qual somente nas grandes marés permitia passagem de embarcações de maior porte, devido ao acúmulo de entulho. Inúmeros relatórios depois, novamente a presidência da província continuou a referir o estado precário do canal de Igarapé Mirim, bem como a necessidade de limpeza do mesmo. Ou seja, expressões como desobstrução, limpeza, associadas a melhor navegabilidade aparecem em várias manifestações de dirigentes. Era necessário remover o entulho, tudo quanto obstruía e atravancava o percurso das águas que possibilitariam o singrar das embarcações.¹⁵⁷

Essas questões pontuaram vários relatórios. Em outras palavras, para inúmeros moradores da capital do Pará era fundamental desenvolver modos de lidar com as águas dos rios. Afinal havia a necessidade imperiosa do intercâmbio comercial como também da navegação. Nesse sentido as maneiras de pensar, bem como as ações em relação às águas destoaram mediante as motivações em foco, ou seja, para alguns habitantes da cidade era interessante possibilitar contatos com comerciantes que burlavam o fisco, mesmo sendo essa uma atitude reprovada pela oratória dos dirigentes, pois tal ação poderia implicar em trocas favoráveis para os envolvidos, tais como o recebimento de uma gratificação, o apreço a algum familiar, a preservação das relações de amizade, enfim, trocas que, em contrapartida, eram desfavoráveis para o poder público que avaliava a lacuna na arrecadação.

Segundo Ernesto Cruz, a rua da Boa Vista foi anteriormente denominada rua da Praia. Posteriormente, passou a ser chamada rua da Imperatriz e finalmente 15 de Novembro, denominação que conserva até hoje. Ver CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. P. 37.

¹⁵⁶ “Discurso recitado pelo Presidente da Província do Pará Bernardo de Souza Franco, por ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 15/08/1839”. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 set. 2005.

¹⁵⁷ “Discurso recitado pelo Presidente da Província do Pará Bernardo de Souza Franco, por ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 15/08/1839”. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 set. 2005.

Em 1841 as obras de ampliação do cais já estavam principiadas, de conformidade com o discurso de Bernardo de Souza Franco. As referidas obras seguiam do porto denominado “*escadinha*”, até o “*Fortim de São Pedro Nolasco*”, tendendo a prosseguir até a ponte da Alfandega na rua da Boa Vista. A partir daí seria aberta uma comunicação com a rua do “*Assougue*”, pela travessa ao lado do Arsenal de Guerra que foi alargada a partir da compra de terrenos. Também foi providenciado o alargamento e embelezamento da Praça da Alfandega do lado do mar, “*facilitando igualmente a construção de uma melhor ponte para o serviço desta repartição por ter entrado o caes pelo rio adentro*”. Naquele tempo a obra tinha um orçamento em torno de onze contos de réis. A ideia do dirigente era dar prosseguimento às obras até o Forte do Castelo, “*deixando duas pequenas docas ao lado da ponte de pedras e abertta a que vem de junto á Cazinha do Ver-o peso*”.¹⁵⁸

O andamento das obras dependeu, naquele período de pessoas que pudessem ser contratadores a fim de financiá-las. Em 1845, por exemplo, parte das obras do cais localizada em frente ao beco do Açougue foi concluída a partir de uma contratação obtida com Manoel Joaquim dos Santos. Mas a obra demandava maiores recursos e demorou a avançar. No ano de 1850, o dirigente informa que parte dos recursos emanava do orçamento municipal, bem como “*uma pedreira montada pela mesma inspecção na Ilha da Cotijuba*”, da qual eram extraídas as pedras usadas na obra do cais de Belém. A obra aliás, requeria, em diversos trechos o uso de madeira também, numa lida constante de contenção das águas do rio. O amigo leitor há de lembrar-se que o trabalho era considerado pesado e exaustivo para os trabalhadores diretos, ou “*operários*” – como eram denominados por algumas autoridades. Importante atentar também que a recorrência à mão-de-obra dos Corpos de Trabalhadores não foi eterna.¹⁵⁹

¹⁵⁸ “Discurso recitado pelo Presidente da Provincia do Pará Bernardo de Souza Franco, por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 14 de abril de 1841”. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 set. 2005. Segundo o dirigente, o custo de onze contos poderia ser elevado para aquela obra, entretanto, os custos mensais da mesma haviam sofrido redução, o que considerava compensador. Declara também que as obras da Catedral estavam em andamento e que com elas haviam sido gastos doze contos e quatrocentos réis. Nesse sentido, registrou também os gastos com a limpeza do Canal de Igarapé Miri, na qual foram gastos dois contos e duzentos réis. Tanto as obras da Catedral quanto as do cais, são indicadas como indispensáveis para a cidade. Outros valores foram registrados, em relação a consertos de igrejas em outras localidades da província, tais como 279\$400 para a igreja do Moju; 1:300\$000, para a Igreja de Cameté; 311\$800, para a Igreja de Abaeté. Tais valores são apontados como “módicos” o que impossibilitou a efetivação de melhorias reais nos templos.

A rua do Açougue foi denominada posteriormente da Industria e finalmente Gaspar Viana. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. P. 37.

¹⁵⁹ “Discurso recitado pelo Dr. João Maria de Moraes, Vice-Presidente da Provincia do Pará, por ocasião da abertura da 2ª Sessão da Quarta Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 15 de agosto de 1845”. E “Relatorio feito pelo Presidente desta Provincia Jeronimo Francisco Coelho e entregue ao 1º Vice Presidente em exercício o Dr. Ângelo Custodio Correa em 1 de agosto de 1850”. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 24 fev. 2005.

Em 1858, o presidente João da Silva Carrão, em discurso proferido à Assembleia Legislativa, chamou a atenção para os “sacrifícios” demandados pela província em função das obras do cais e que ainda assim exigia vultosos recursos para ser prosseguida. Considerava que aquela obra deveria ser enquadrada como uma “obra geral”, para tanto o dirigente levava em conta “a natureza do serviço a que é destinada”, e como tal deveria ter suas despesas custeadas, ou seja, a construção do cais não era, na visão de Silva Carrão, uma obra especificamente provincial, portanto deveria ser encaminhada e concluída com recursos dos “cofres gerais”. Nos anos sessenta, essa questão permaneceu em debate, todavia as obras do cais continuaram a aparecer na parte referente às obras provinciais.¹⁶⁰

Em relatório de 12 de maio de 1860, o dirigente provincial esclareceu que foram construídos “14.960 palmos cúbico de paredão com revestimento de cantaria” na parte do cais de marinha junto a Santo Antonio, adverte porém que a obra deveria prosseguir mediante arrematação, ou seja, a partir de anúncios em jornais e admitindo-se concorrência, para o que havia mandado elaborar a planta e o orçamento referentes a 17 braças lineares de muralha, ou seja, defendia que a obra não podia onerar os cofres provinciais como já vinha ocorrendo de longa data e precisava da “imediata proteção do Governo Imperial”. Também para ele a construção do cais constituía-se numa necessidade ante a imprevisibilidade das águas, sobretudo quando ocorriam as grandes marés.¹⁶¹

Apesar das reclamações dos dirigentes, a obra prosseguia, mesmo que às duras penas, ante a alegada pobreza dos cofres provinciais. Ainda em 1860 o cais da Doca do Reduto teve 12.544 palmos cúbicos de paredão e a doca do Ver-o-Peso passou por desobstrução, uma vez que as pequenas embarcações que nela atracavam, precisavam de proteção contra as violentas ressacas do rio.

Em 1862 foi traçado um novo plano, com vistas a viabilizar pontos de desembarque nos quais os carros pudessem buscar cargas mais pesadas. O plano proposto previa a construção de um largo passeio que ligaria a Sacramenta à doca do Reduto. Essa era uma obra que avançava para a conclusão e que os dirigentes discutiam o quanto seria importante para a valorização crescente dos imóveis localizados próximos a ela. Uma vez finalizada ela se

O termo “operários” aparece, por exemplo, em relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará pelo Presidente da Província Francisco Carlo de Araujo Brusque em 01/11/1863. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 17 set. 2005.

¹⁶⁰ “Discurso da abertura da Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial do Pará em 7 de abril de 1858. Pelo Presidente Dr. João da Silva Carrão”. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 16 set. 2005.

¹⁶¹ “Relatório que o Presidente da Província do Pará Antonio Coelho de Sá e Albuquerque apresentou ao Vice-Presidente Fábio Alexandrino de Carvalho Reis ao passar-lhe a administração em 12 de maio de 1860.” Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 16 set. 2005.

ligaria ao cais, que por sua vez também “*orna*” a cidade. Ou seja, a ideia do embelezamento da frente da cidade, através do cais, percorreu várias dezenas de anos do século XIX.

Nos anos setenta a obra foi dividida em 4 secções, com vista a novamente agilizar o avanço da mesma: a primeira secção situada entre as pontes da guardamoria e de pedras; a segunda localizada entre a ponte de pedras e a doca do Ver-o-Peso; a terceira, entre a travessa das Mercês e o beco do Açougue; a quarta, situada entre o extremo da Alfandega e o porto da Sacramento, ou travessa dos Mirandas. A primeira secção estava em andamento por administração, foi concluída e paga. As demais estavam em processo de construção de pagamento.¹⁶²

Não é demais ressaltar que no período em questão, a economia gumífera representava grande parte dos lucros provinciais com exportação: entre janeiro e junho de 1871 a goma elástica exportada atingiu 2.647,206 kgs, seguida pela castanha da terra, com 1.554,541 kgs e só sendo superada pelo cacau com 3.069, 264 kgs. Os dirigentes associavam as necessidades de prosseguimento incessante das obras do cais e porto ao desenvolvimento econômico da província.¹⁶³

Nos anos oitenta a obra ainda prosseguia, em 1881, o presidente José Coelho da Gama e Abreu declarou que tentava dar prosseguimento a elas, a partir do Arsenal de Marinha até o antigo Castelo, mas ressentia-se com falta de engenheiros suficientes. Nos demais anos da década a obra ainda permaneceu em andamento, embora alguns dirigentes insistissem em registrar em seus relatórios que a mesma estava em fase conclusiva, assim prosseguindo até o final do século XIX. Parecia mesmo que a obra demandava recursos externos, ou seja, não atingia o desfecho a que se propuseram as autoridades, sem que houvesse o concurso do governo central, fosse o império ou a república.

Já no século XX, o governo federal abriu concorrência para o encaminhamento das obras. Em abril de 1903, o engenheiro Percival Farquar assinou contrato para a construção. Para tanto foi organizada a companhia “Port of Pará”, através da qual uma nova longa etapa de trabalhos foi encaminhada.¹⁶⁴

¹⁶² “Relatorio apresentado á Assembleia legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1872 pelo Presidente da Provincia Abel Graça”. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso 16 set. 2005.

¹⁶³ “Relatorio apresentado á Assembleia legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1872 pelo Presidente da Provincia Abel Graça”. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso 16 set. 2005.

¹⁶⁴ “Relatório apresentado pelo presidente da Provincia José Coelho da Gama Abreu á Assembleia Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1881”. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 ago. 2006.

A planta a seguir auxilia na visualização da dimensão pensada para o porto e/ou cais de Belém. Trata-se de um plano datado de 1889 e mostra a extensão do porto, com alguns de seus cais, entre a Fortaleza da Barra e a foz do Rio Guamá.

As palavras de Andrea, nos anos trinta dos oitocentos reverberaram ao longo do século XIX, afinal as obras do cais foram encaminhadas, comprovando a preocupação e o empenho de dirigentes e outros moradores em procurar “*cercar com hum caes, bem construído, toda esta cidade*”.¹⁶⁵ Naquele contexto a preocupação econômica fora explícita, afinal a movimentação portuária intensificara-se ao longo dos oitocentos, sobretudo com a consolidação da economia gumífera. Entretanto, também não deixara de ser importante a inquietação com o embelezamento da frontaria de Belém. Ela deveria refletir o crescimento que se dava na cidade, mesmo não sendo este extensivo à totalidade dos habitantes e mesmo não sendo capaz de superar os problemas conectados às águas, tais como os empoçamentos, os alagamentos, o acúmulo de lama, as enfermidades.

Nesse sentido o caminho de águas que levava à capital do Pará deveria culminar com um “*porto de mar*”, capaz de representar a superação do “*gentilismo*”, em terras tão distantes dos centros ocidentais considerados modelos de progresso e civilização.¹⁶⁶ Ele deveria refletir um modo competente de lidar com as águas do Guajará. Todavia, não obstante o empenho de muitos, outros tantos habitantes da cidade, persistiram em outras relações com as águas da baía do Guajará e vivenciaram experiências diversas, entre as quais os banhos de rio, bem vindos em meio ao clima acalorado de Belém do Pará.¹⁶⁷

A planta hidrográfica que exponho a seguir, “do Porto do Pará entre a Fortaleza da Barra e a Bocca do Rio Guamá”, datada de 1889, possibilita certa apreciação do crescimento da cidade, como também das mudanças operadas especificamente ao longo do litoral através das inúmeras obras referentes ao porto, levadas a efeito nos oitocentos.

¹⁶⁵ Discurso com que o Presidente da Provincia do Pará Soares D’Andrea fez na abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial no dia 2 de março de 1838. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 set. 2005.

¹⁶⁶ Expressão registrada no “Discurso recitado pelo Presidente da Provincia do Pará Bernardo de Souza Franco” em 15 de agosto de 1839”. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 set. 2005.

¹⁶⁷ GAY, Peter. *Freud para historiadores*. Acesso em Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

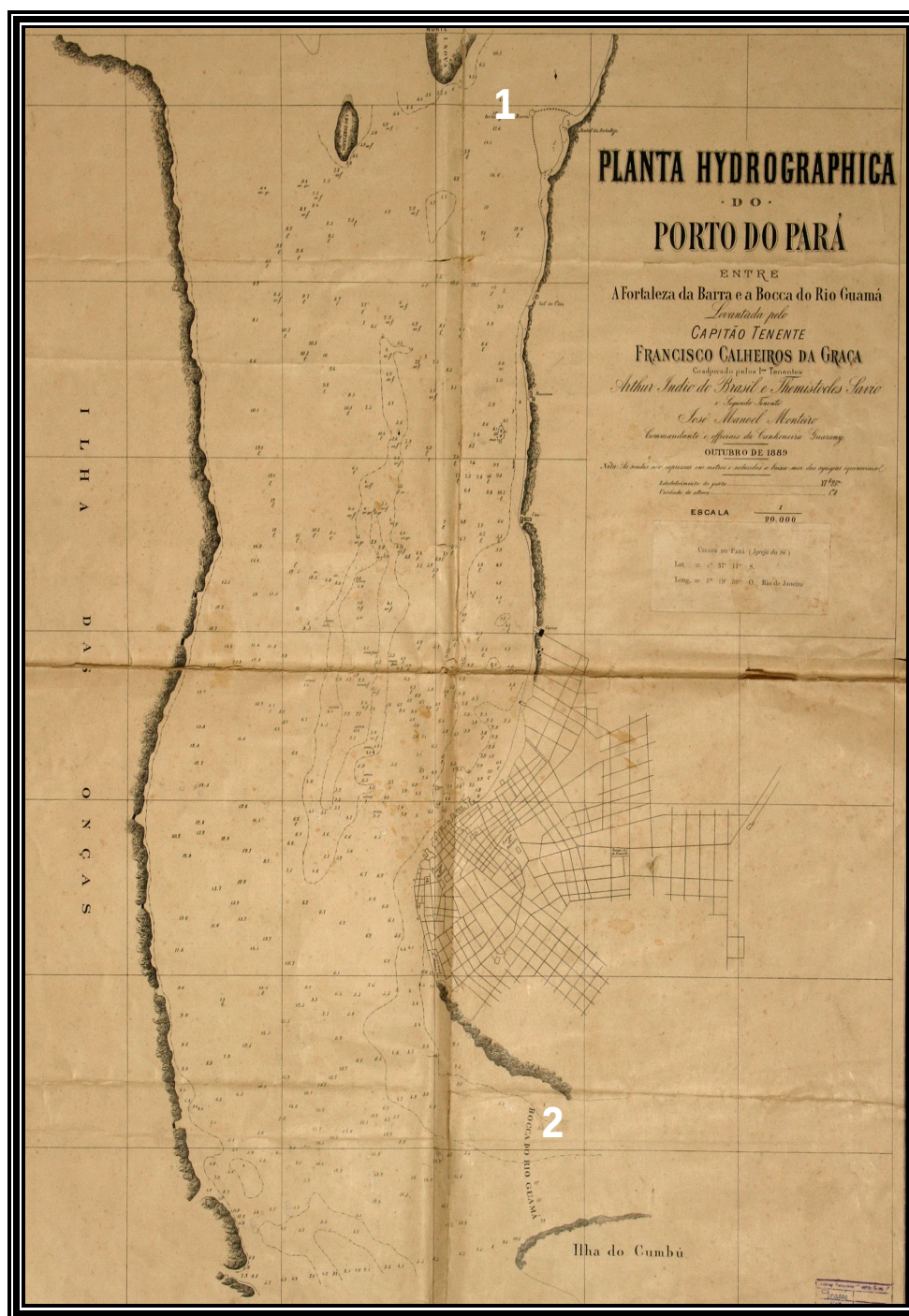


Figura 8 “Planta Hydrographica do Porto do Pará entre a Fortaleza da Barra (1) e a Bocca do Rio Guamá (2)” – (destaques meus)¹⁶⁸

¹⁶⁸ Fonte: Museu Paraense “Emílio Goeldi”/Coordenação de Informação e Documentação/Biblioteca. A planta em questão foi “*levantada pelo Capitão Tenente Francisco Calheiros da Graça coadjuvado pelos 1ºs Tenentes Arthur Indio do Brasil e Themistocles Savio e Segundo Tenente José Manoel Monteiro – Comandante e officios da Canhoneira Guarany. Outubro de 1889*”.

O longo processo de construção do cais denotou não só o confronto de vários moradores com as águas, como também as incansáveis tentativas pelo estabelecimento de vitórias e demarcação destas na própria obra edificada e nos discursos a ela referentes. Ou seja, não era importante apenas a construção do cais pelas motivações que já referi em páginas anteriores, como também para enfatizar e selar as concepções de progresso daqueles que clamavam por ele, que recorriam a tais concepções como argumento e encaminharam-nas ao longo de anos. Nessa perspectiva, o cais expressou as relações sociais urdidas pelos moradores de Belém, como também da província.¹⁶⁹

Em outras palavras, as intervenções regulares na frontaria da capital do Pará, implicaram em relações sociais que denotaram sentimentos diversos em relação à cidade e as muitas águas nela presentes. É fundamental considerar então, que a frontaria da cidade não se constituía no lugar específico do porto para todos os moradores indistintamente, afinal, relembro que entre os habitantes de Belém, existia grande diversidade e esta marcou profundamente as relações com as águas. O que estou buscando afirmar é que se para alguns moradores a frontaria de Belém, com seu belo porto deveria ser um espaço específico de contenção das águas, afinado com as expectativas de expansão comercial, para outros, poderia guardar outros significados tais como espaço de acolhimento, de celebração ou de despedida.

1.4. Águas e banhos

Não há cerimônias nessas abluções tão agradáveis quanto necessárias é comum verem-se homens, mulheres e crianças das classes mais humildes, nadando e mergulhando em direções diferentes, todos ao mesmo tempo.

Daniel Kidder¹⁷⁰

Kidder, conforme relatei em alguns trechos atrás, admitiu ter sua atenção atraída para a abundância de águas, assim como para a diversidade de embarcações que vira em Belém. Ao registrar impressões acerca dos moradores, relacionou-os às águas que o impressionaram, primeiramente. Observou, por exemplo, que ao longo do rio, era possível “*notar numerosas pessoas banhando-se, tanto pela manhã como à tarde*”. Os banhos de moradores de Belém e do Pará não ficaram restritos aos registros do missionário viajante.

¹⁶⁹ ARRÁIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

¹⁷⁰ KIDDER, Daniel Parish. . *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. P 189.

Ressalto que em vários documentos é perfeitamente possível localizar informações acerca do clima “ardente” ou “acalorado” que predominava em Belém durante praticamente todos os meses do ano, mesmo com a regularidade das chuvas. A relação estabelecida entre o frescor do banho e o alívio do calor na cidade emerge, por conseguinte, em inúmeras considerações concernentes aos banhos. Em outras palavras, nem sempre a referência ao banho era associada à ideia de limpeza, asseio do corpo, mas a de conforto, no sentido de alívio, refrigério, para tantos que viviam numa cidade de clima ardente.

Avé-Lallemant também anotou suas impressões acerca das relações entre moradores “nativos” e os rios. Embora referindo-se aos momentos que presenciou durante de sua viagem à Cametá, é possível identificar semelhanças com o que ocorria na cidade de Belém.

Lallemant registrou, por exemplo, que ele mesmo adentrou nas águas do rio para banhar-se e que o banho era mesmo um costume comum entre indígenas, como os do Tocantins, por exemplo, os quais ele pode observar proximamente.

Irresistível atração do majestoso rio! Muitas se vêem homens, mulheres, meninas e meninos entrarem nele sem nenhuma intenção. O homem quer embarcar na canoa, porém mal as ondas lhe chegam aos pés, despe a ligeira roupagem e joga-se na água. A mulher desce os degraus do quintal, para lavar uma cabaça ou um pote e, assim que a água fria lhe lambe as pontas dos dedos, tira também a nívea camisa e apenas de saia, ou inteiramente despida, salta na água, dá umas braçadas, e sai vestindo de passagem outra vez a camisa..¹⁷¹

Para Lallemant indígenas e descendentes tinham uma “*natureza anfíbia*”, ou seja, a afinidade dos mesmos com as águas era considerada tão natural que podia ser comparada à dos peixes. Chegavam a nadar, de acordo com os registros do médico, de modo semelhante aos “golfinhos”, sobretudo as crianças, nas quais a atração pelas águas dos rios também era inequívoca. A respeito disso, o viajante dedicou várias linhas aos folguedos nas águas, marcados por risos, conversas em tom elevado, saltos de árvores e de canoas, contatos prolongados com as águas.

Para o viajante, como médico preocupado com a salubridade e já envolvido com o combate à febre amarela no Rio de Janeiro, o povo de Cametá revelava-se o mais asseado que já vira, principalmente as mulheres, o que considerava um efeito natural dos numerosos banhos que tomavam. Tal afirmação encontrava-se baseada na observação da pele feminina, a qual, segundo ele não só refletia a limpeza propiciada pelas águas, como exalava o cheiro do

¹⁷¹ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No rio Amazonas (1859)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. P. 45.

rio. Enfim, o asseio daquela gente podia servir de modelo para qualquer outro povo, registrou o médico.

Lallemant acreditava que aquele mundo de Cametá era ainda muito indígena, no qual os costumes dos moradores mestiços ainda guardavam fortes marcas dos modos de viver de seus antepassados, ainda não afetados pelos aspectos que permeavam a vida nas cidades, as quais segundo ele guardavam inúmeras vantagens sobre o mundo das “florestas”, mas que também não omitiam seus “*lados sombrios*”. Segundo ele,

Aqui dominará também um dia, aqui, no largo e indômito Tocantins, chegará também um tempo, em que os rostos pálidos, que no clima tropical parecem mais pálidos e macilentos, dominarão também pelo número, como já agora pela superioridade.¹⁷²

Nessa perspectiva, Lallemant, como muitos de seu tempo, consagra a incontinência do que era considerado progresso no século XIX. Isto é, o viajante guardava a convicção de que as alterações operadas em cidades como Belém, por exemplo, ocorreriam inexoravelmente também em outros lugares do Pará, nos quais os habitantes indígenas, vivendo em “estado de natureza” ou muito próximo a este, seriam atingidos pelas mudanças emanadas inexoravelmente pelo progresso. Para o médico, as mudanças operadas pelo progresso resultavam da suposta superioridade creditada aos europeus e Cametá seria indubitavelmente afetada, posto que nela já se operava o encontro entre “*natureza virgem e começo de civilização*”.

As considerações de Lallemant, conectavam-se com seu modo etnocêntrico de ver o outro e de pensar seu próprio tempo. Certamente, conforme já afirmei anteriormente, ele integrava o grupo numeroso daqueles para os quais as ideias de progresso e/ou civilização eram consideradas não apenas normais e/ou necessárias, como também corretas para os homens em geral.

Mas embora Lallemant tenha-se detido nas considerações acerca de moradores de Cametá, entre moradores de Belém era também muito forte a atração pelas águas dos rios. Houve até mesmo aqueles que perderam a vida em banhos tomados nas proximidades de portos e pontes.

Em dezembro de 1854, o jornal “Treze de Maio” noticiou que “*morreu afogado no porto da rua do Norte, por ocasião de hir banhar-se, o menor Zeferino escravo do Conego*

¹⁷² AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No rio Amazonas (1859)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. P. 48.

Jose Manoel Garcia. (...). Em setembro de 1859, o jornal “A Epocha” divulgou que “(...) *apareceu na Ponte de Pedras um rapazinho afogado, o qual indo fora, em mandado de seu mestre, aproveitou o ensejo para banhar-se, tendo em resultado a morte, que alli o esperava. (...)*”.¹⁷³

A Ponte de Pedras também é mencionada em mapas da polícia, constantes em relatórios de dirigentes provinciais. No relatório de 1856, por exemplo, constam dezesseis mortes, por afogamento, de pessoas que buscavam as águas naquela ponte. De conformidade com o presidente provincial Henrique de Beaurepaire Rohan, a morte fora causada pela “*corrente das águas, em se embarção os infelizes, ou pela presença do gynotus electricus, que lhes paralisa os movimentos*”. Ainda segundo o dirigente, “*convinha adoptarem-se meios que evitassem semelhantes desastres*”. Ele acreditava que os banhos eram importantes como “*exercício hygienico*” e, ao que parece, buscou implementar meios de reduzir os ditos acidentes, permitindo a construção de banheiros nas praias da cidade de Belém “*impondo aos empresários a obrigação de proporcionarem as classes pobres o uso gratuito desse tão necessário refrigério*”.¹⁷⁴

No mesmo ano de 1856, houve requerimentos de vários moradores solicitando permissão para construção de banheiros públicos. Apresento a seguir o pleito de Antonio Jose Coelho de Barros, pela riqueza de argumentos referentes ao tema em questão. Declarando-se como “*proprietário e comerciante nesta cidade*”, Antonio Jose solicitou

licença para edificar duas cazas de banho no litoral da cidade, sendo uma no lugar entre a ponte de pedras e a Alfandega, e outra no lugar denominado - escadinhas – em cujos lugares já existiram essas mesmas cazas e aonde existem pontos fiscaes. Os banheiros, serem bem aformoseados, com varanda em roda, um pouco distantes do caes, para os quaes se passara por meio de uma ponte, e de forma que, não só offereçam as precisas commodidades para ambos os sexos, como para ser fiscalizado a qualquer hora do dia ou da noite. Na presença do clima em que vivemos, das desgraças que continuamente ahy se dão de pessoas afogadas, toda a população sente a indeclinável necessidade de taes banheiros (...)¹⁷⁵

¹⁷³ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornais: “Treze de Maio”, 15º anno, nº 418, de 05/12/1854. P. 02. E “A Epocha”, anno II, nº 198, de 05/09/1859. P. 02.

A expressão “*gynotus electricus*” refere-se aos peixes genericamente denominados de elétricos. Neste caso, o dirigente referia-se provavelmente à enguia elétrica. Interessante ver BONI, Renata Saponara. *A pilha de Alessandro Volta (1745-1827): diálogos e conflitos no final do século XVIII e início do século XIX*. Dissertação (mestrado) São Paulo: PUC;SP. 2007.

¹⁷⁴ “Relatorio apresentado á Assembléia Legislativa Provincial do Para no dia 15 de agosto de 1856, pelo presidente Henrique de Beaurepaire Rahan”. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/para>. Acesso em 26 fev. 2005.

¹⁷⁵ APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Requerimentos. Ano: 1856. Caixa: 481. Doc 54.

A solicitação do proprietário e comerciante alerta para o problema das mortes por afogamento, o que parecia ser recorrente na cidade, inclusive nas proximidades da ponte de pedras. Adverte, contudo, que os banheiros seriam formosos, avarandados, cômodos para homens e mulheres e com possibilidade de fiscalização a qualquer hora. A ideia de comodidade aglutina-se a de conforto ou bem-estar ou ainda, segurança e tranquilidade para tantos quantos recorressem aos banheiros. Ou seja, ao buscarem os banheiros as pessoas evitariam o confronto com as águas dos rios, cuja correnteza poderia acarretar danos irreparáveis. Além disso, a exposição de corpos semi-despidos e mesmo completamente desnudos acarretava reclamações além de infringir o artigo 80, capítulo 10º, do “Código de Posturas Municipaes” de 1848, segundo o qual

Ninguém se poderá banhar, ou lavar de dia nos rios, que banhão as Cidades, Villas, Freguezias ou povoados, fóra dos logares para isso marcados por editaes pelas respectivas Camaras, ou nas vallas, póços públicos &, sem ser coberto da cintura para baixo. O infractor incorrerá na multa de cinco mil réis, ou dois dias de prisão.¹⁷⁶

O referido artigo também contém fortes indícios da estreita relação de moradores de Belém com as águas de rios, valas e poços públicos, no sentido de que se serviam daquelas para banhar seus corpos, inclusive diurnamente e até desprovidos de roupas. Seguramente constituiu-se numa lei ignorada não apenas em Belém, como em muitas outras localidades da província, basta lembrarmos, amigo leitor, dos registros de Avé-Lallemant, discutidos em páginas anteriores.

De forma semelhante ao que relatou Lallemant, as duas notícias sobre as mortes por afogamento destacam que os moradores vitimados eram de camadas sociais menos favorecidas: o primeiro era escravo e o segundo um aprendiz ou criado. No primeiro caso, os redatores recorreram à expressão “*por ocasião de hir banhar-se*”, permitindo o entendimento de que havia um certo costume de ir banhar-se no local indicado, o que também pareceu refletir-se na segunda notícia, pois o rapaz “*aproveitou o ensejo para banhar-se*”, ou seja, ele fora em mandado de seu mestre e resolveu tomar banho, certamente motivado pelo calor e pelas águas que pareceram convidativas àqueles que não viam problemas em adentrá-las várias vezes, inclusive em meio às atividades do dia. Muito provavelmente, vários daqueles

¹⁷⁶ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras. Belém. Código de Posturas Municipaes (1848). In: Collecção das Leis da Provincia do Gram-Pará. Tomo X.

moradores tomavam seus banhos completamente despidos, portanto de modo similar aos moradores de Cametá que encantaram Lallemant.

Nos anos setenta dos oitocentos, outro dirigente provincial observou em seu relatório a ocorrência de mortes por afogamento, ou “*asphixia por submersão*”. Alguns assim pereceram em decorrência da embriaguez, como o espanhol José Romão Miguel, encontrado em 15 de janeiro de 1875 e o catraieiro português Manoel d’Almeida, que ao erguer o ferro de sua catraia no porto de Belém, desequilibrou-se por estar muito alcoolizado, caindo no rio e desaparecendo em 4 de junho de 1876. Outros por conta de “*alagamento*” de embarcação, tal como ocorreu com o norte-americano Guilherme, cujo corpo foi encontrado em dezembro de 1875, na margem do rio Anajás, distrito homônimo e com o liberto Joaquim e o menor Raymundo, ambos mortos por afogamento devido ao alagamento da “montaria” na qual viajavam, ao passarem pela ponta do Pinheiro, em 22 de julho de 1876.¹⁷⁷

E embora não fossem muito comuns, houve anúncios de vendas de propriedades que referiram as águas de rio, apropriadas para banhos, como um elemento de valorização do bem em oferta, o que não deixa de ser mais um indício importante da recorrência de inúmeros habitantes da cidade àquela prática. No ano de 1859, o “Diario do Comercio” anunciou a venda de um terreno “(*...*) *já sercado sito na rua do Principe (na estrada Nova) com oito braças de frente vinte e um de fundo com agoa do mar para banho por lhe passar pelos fundos o igarapé do Reducto. (...)*”. O anúncio também pode sugerir a comodidade do acesso às águas para banho a partir do próprio terreno, o que seria distinto do acesso exposto publicamente, como no litoral da cidade, ou em igarapés, ou mesmo nos poços. Além do que poderia ser um acesso as águas consideradas boas, desde que não fossem lançados sobre elas os dejetos que poderiam comprometer a qualidade da mesma.¹⁷⁸

Em maio de 1876, os redatores do jornal “A Provincia do Pará” manifestaram-se acerca dos banhos no “*litoral da cidade*”. Não era, contudo, um texto referente aos perigos dos banhos de rio, segundo eles os banhos nas praias da cidade eram atentatórios à

¹⁷⁷ Relatório apresentado pelo presidente da provincia do Pará Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, , à Assembleia Legislativa Provincial, no dia 15 de fevereiro de 1876. Pará, 1876. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 24 ago. 2006. E “Falla com que o exm. sr. dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 2.a sessão da Assembleia Legislativa da provincia do Pará em 15 de fevereiro de 1877. Pará, Typ. do Livro do Commercio, 1877”. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 24 ago. 2006.

¹⁷⁸ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Diario do Comercio”, anno V, nº 157, de 21/06/1859. P.03.

“*moralidade pública*”, principalmente entre um “*povo civilizado*”, uma vez que vários banhistas usufruíam dos banhos completamente despidos.¹⁷⁹

Não obstante o tom indignado do texto, trata-se de mais um registro importante sobre a afinidade dos moradores de Belém com as águas dos rios, afinal denota que aquele modo de banhar-se se constituía numa prática comum que remontava há tempos idos e que, com o avançar do século XIX, parecia incompatível com valores “*moris*” que, tomando acento nas páginas dos jornais, advertiam para os cuidados com a revelação dos corpos.

Segundo o jornal, “(...) *os soldados da guarda da enfermaria militar tem por costume servir-se da praia entre a mesma enfermaria e o arsenal de marinha para refrescar-se nas horas do calor.*” Além de fazer uso da palavra “*costume*”, os redatores apelaram para o “*dr. Chefe de polícia*”, afirmando que aquela não era a primeira vez que pediam providências, que talvez o senhor chefe não houvesse lido o outro texto relacionado ao assunto e que esperavam, diante de outra notícia, que a referida autoridade considerasse o clamor a ela endereçado, uma vez que se tratava de um problema relativo ao “*bem da moralidade pública*”.¹⁸⁰

O mesmo jornal, de 16 de maio de 1876 publicou um texto sobre os “banhos públicos”, no qual são apresentados os tipos de banhos que devem ser encontrados numa cidade de primeira classe a partir de experiências verificadas em cidades dos Estados Unidos e Inglaterra. Aliás, o redator afirma que escreve de New York. Para ele o banho é também um “*exercício hygienico*”, sinônimo de conforto e todos os habitantes citadinos devem ter acesso ao mesmo. Em relação ao Brasil, declara que as pessoas de maiores recursos deveriam patrocinar a construção de estabelecimentos de banhos “*quase gratuitos*”, “*hospícios marítimos*” para os mais pobres, a fim de possibilitar a esses o usufruto dessa comodidade, bem como, o estabelecimento de tanques ou piscinas para natação nas escolas.

Bem relativa a essa questão é também a contribuição de Américo de Campos, através da obra “Noções Gerais de Hygiene”. Datada de 1912, ela constitui-se em uma espécie de manual de limpeza e/ou asseio tanto individual como coletivo, além de dedicar algumas laudas ao que o autor denomina como “*higiene pública*”. Ao tratar do banho, Campos menciona o de rio. Segundo ele, aqueles seriam os banhos corretos, desde que efetivados em água corrente, pois à semelhança dos banhos de chuveiro permitiam uma limpeza adequada do corpo. Ou seja, a água deveria estar em movimento, a fim de remover as impurezas do corpo. Todavia se o banho ocorresse em lugar de “*remanso*”, no qual “*a correnteza faz*

¹⁷⁹ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem Jornal: “A Província do Para”, anno I, nº 18, de 19/04/1876 . P.02..

¹⁸⁰ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem Jornal: “A Província do Para”, anno I, nº 18, de 19/04/1876 . P.02.

círculo”, as condições guardariam vasta semelhança com os banhos de tanque de natação, piscina e/ou banheiras e, portanto, seriam inadequadas, posto que não ficaria garantida a remoção apropriada da sujidade. Ou seja, as abluções assim realizadas teria sua efetivação em água já usada, e portanto, contaminada pelo que já fora removido do corpo.¹⁸¹

Considero importante ressaltar que, no período em questão, os moradores da cidade de Belém vivenciavam a efervescência do comércio da borracha. A cidade tornava-se mais populosa e o porto, mais frequentado. Assim sendo, numa cidade pensada como próspera e que se pretendia civilizada, os moradores deveriam adequar-se ao uso considerado adequado ou civilizado das águas para banho, mediante as ideias que eram consagradas pelos dirigentes, redatores de jornais, escritores, médicos entre outros. Nesse sentido os moradores não deveriam recorrer a quaisquer locais do litoral da cidade, por exemplo, para banho, assim como também deveriam observar os trajés apropriados para fazê-lo, inclusive nas paragens em que os mesmos fossem permitidos.¹⁸²

Uma vez que a cidade fora construída em espaço repleto de “terrenos baixos”, “igapós”, “igarapés”, além de ser cercada por águas de rios, com amplo litoral e clima acalorado, era compreensível que alguns habitantes da mesma buscassem o alívio dos banhos, inclusive nas águas da fronteira da cidade. Considero importante lembrar que o volume de moradores indígenas e mestiços destes era expressivo e a relação deles com as águas era geralmente muito estreita, conforme registros que apresento. Não obstante os modos indígenas de lidar com as águas, para vários outros moradores, era necessário normatizar os banhos tomados em lugares externos da cidade, tais como o litoral, a ponte de pedras, entre outros. Para tanto foram pensadas regras de controle de conduta, que foram constituídas ao

¹⁸¹ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras. CAMPOS, Américo de. *Noções Geraes de Hygiene*. Belém: Livraria Editora Escolar, 1912.

¹⁸² Segundo Ernesto Cruz, “*pelo recenseamento feito por ordem do governo imperial em 1º de agosto de 1872, Belém possuía 84.867 habitantes. No entanto, três anos mais tarde, o Presidente Pedro Vicente de Azevedo, por ocasião de passar a administração da Província ao seu substituto, o dr. Francisco Maria Correa de Sá e Benevides, dizia em seu relatório que Belém, segundo estatística da época, tinha uma população de 34.178 almas. No fim do século XIX, a estimativa era de 120.000 habitantes.*” CRUZ, Ernesto. *História de Belém – 2º volume*. Belém: UFPA, 1973. Coleção Amazonia. Série José Veríssimo. Pp 148-9. (grifos meus)

Antonio Rocha Penteado apresenta os seguintes dados sobre população de Belém: para 1868 – 30.000 habitantes; 1872 – **34.644** habitantes; 1888 – 60.000 habitantes e 1900 – 96.500 habitantes. Ver PENTEADO, Antonio Rocha. *Belém – Estudo de Geografia Urbana. 2º volume*. Belém: UFPA. 1968. Coleção Amazônia. Série José Veríssimo. P. 204. (grifos meus)

Nazaré Sarges afirma que “*o censo de 1872 estimou a população da capital em 61.997 habitantes, daí deduzir que ocorreu entre 1848 e 1872 um aumento considerável da população belenense, e que o período compreendido entre 1872 e 1890 apresentou um decréscimo da cidade, uma vez que o Censo Geral do Brasil de 1890 estabeleceu a população da capital da Província em 50.064 habitantes. No entanto, segundo o Barão do Marajó, a população de Belém seria no final de 1894 de 100 mil habitantes, o que nos leva a deduzir que o Censo ou a estimativa do Barão de Marajó apresentava o cálculo errado.*” SARGES, Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000. P. 44. (grifos meus)

longo do século XIX e pautadas em modos de pensar marcados por sentimentos de pudor, preocupações com a higiene e com as posturas dos moradores em seu conjunto.¹⁸³

Nesse sentido, retomo o ponto de discussão que remete para a diversidade de modos de pensar e sentir as relações com as águas. A julgar pelos registros na documentação, o processo de enquadramento da conduta dos moradores de Belém em relação às águas foi muito lento em Belém, haja vista que ao longo da segunda metade dos oitocentos ainda fluíram registros de banhos tomados ou em lugares não devidos e/ou com uso de roupas inadequadas.

Além disso, mesmo com o avançar do século XIX, segundo as normas posturais de 1880 era “(..) *proibido, sob pena de vinte mil réis de multa, tomar banhos nos poços e fontes públicas e despido no litoral*”.¹⁸⁴ Por outro lado, convém não esquecer que havia também o sentimento de que as águas podiam ser perigosas e nesse sentido, mensageiras da morte. Ou seja, na cidade molhada, não raramente úmida e quente, chuvosa e lamacenta, foi necessário insistir com as leis em busca do enquadramento das condutas em relação aos moradores que buscassem nas águas algum alívio ou folguedo.

¹⁸³ GAY, Peter. *Freud para historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

¹⁸⁴ Belém. Coleção das Leis da Província do Gram-Pará do Anno de 1880. Tomo XLII. Pará. Typ. Do Diário de Notícias. No Código de Posturas de 1880 foram mantidas as regras estabelecidas no de 1848 com relação a banhos.

CAPÍTULO 2

Em meio às águas, a construção da cidade

Nesse capítulo – “Em meio às águas, a construção da cidade” – meu propósito é focalizar os modos de lidar com as chuvas, os pântanos, os alagados, todos muito presentes na cidade de Belém e nesse âmbito, o processo de esgotamento das águas, uma vez que tanto o acúmulo das águas pluviais, quanto daquelas que estagnavam nos canais e valas era, ao longo do século XIX, pensado como nocivo por alguns habitantes da Cidade do Pará.

A respeito disso, convém lembrar que o conjunto de moradores da cidade, desde a fundação da mesma, apresentava expressiva diversidade. Em outras palavras, de múltiplas etnias e nacionalidades, eram empregados em diferentes ocupações tais como canoeiros, lavradores, criados, comerciantes, soldados, engenheiros, médicos, autoridades administrativas, militares e religiosas, enfim.

Em relação às águas, a documentação aponta para a recorrente preocupação de dirigentes locais, assim como médicos, engenheiros e redatores de jornais, com aquelas que permaneciam estagnadas e a consequente proliferação de doenças. Nesse sentido as águas eram percebidas como portadoras do mal, ou seja, doenças e morte.¹⁸⁵ Para dar combate às “águas más”, vários moradores foram mobilizados hierarquicamente no decorrer dos oitocentos, desde engenheiros, responsáveis pela elaboração e fiscalização das obras pertinentes, aos operários, trabalhadores diretos nas obras de escoamento. Afinal era considerado importante liberar a cidade dos encharcadiços considerados indevidos.

Ao longo do século XIX, o bombardeio desse modo de pensar foi intensificado, numa luta incessante contra as águas pútridas das valas, a lama, as águas que estagnavam nos pântanos, nos terrenos baixos, nas áreas de igapós e também nos quintais. Ou seja, se não fora possível construir uma Belém do Pará em terras elevadas o suficiente para escapar às enxurradas e evitar o acúmulo das águas, então era preciso escorrê-las, esgotá-las, livrando a cidade dos focos proliferadores de desconforto, sujidade e enfermidades. Em outras palavras, naturalizava-se a ideia de construção e consolidação da salubridade em Belém, tal como ocorria em outras cidades, consideradas modelares, do ocidente europeu ou da América.¹⁸⁶

Não obstante o aparente predomínio desse modo de pensar e, portanto, dessa sensibilidade forjada a longo prazo no ocidente e a julgar pelos registros escritos de moradores, havia habitantes que não guardavam consigo tantos receios em relação às tais águas paradas. Logo, eram justamente esses que “precisavam” ser convencidos sobre os

¹⁸⁵ Para melhor refletir acerca dos sentimentos e ações humanas e ambiguidades a eles referentes foi importante a leitura de GAY, Peter. *Freud para historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Valeu também, nesse ponto, a leitura de DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente (1300 - 1800)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

¹⁸⁶ FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: For. Univ., 1987. SEIXAS, Paulo Castro. *Higienismo: Textos que fizeram cidade*. Disponível em [homepage.ufp.pt/pseixas/artigospub/.../Higienismo%20-%20textos%20que%20fizeram%](http://homepage.ufp.pt/pseixas/artigospub/.../Higienismo%20-%20textos%20que%20fizeram%20). Acesso em 13 mai. 2009.

problemas gerados pelas águas estagnadas, pois uma vez convencidos tornar-se-iam aliados na luta contra elas. As operações de combate às chamadas águas más compreendiam vários procedimentos que ao longo dos oitocentos foram registrados na legislação.

É importante ressaltar, entretanto, que as ideias de bem e de mal, ou de bom e ruim, atribuídas às águas apresentavam considerável relatividade em se tratando dos moradores da Belém do Pará do século XIX. As chuvas, por exemplo, poderiam ser consideradas benéficas em determinados momentos, mensageiras de alívio e frescor, sobretudo em se tratando de uma cidade de clima acalorado, de conformidade com registros de diversos habitantes, porém poderia ser percebida e/ou sentida também, como incômoda, causadora de infortúnios até, considerando os lamaçais que constituía, as doenças que poderiam propiciar, os machucados nos pés e nas pernas, sobretudo daqueles que percorriam os logradouros de Belém à guisa de realizar algum trabalho, tal como faziam aguadeiros e outros vendedores em geral, criados domésticos, lavadeiras, entre tantos outros.

Nessa perspectiva, dou prosseguimento à discussão sobre relações estabelecidas entre os moradores de Belém do Pará do século XIX e as águas locais, no processo de construção da cidade no decorrer do século XIX. Encaminhando os estudos desenvolvidos no capítulo anterior, as relações aqui enfocadas serão aquelas que se desenvolveram no interior da cidade ultrapassando a fronteira da mesma e considerando a documentação que pesquisei.

No processo de expansão da cidade ao longo dos oitocentos, foi fundamental que os habitantes construíssem formas de contato com as águas em suas mais diferentes formas e disposições – fossem as das chuvas muito frequentes, conforme já exposto, como aquelas que abundavam nos igarapés e pântanos, nas valas e canais - no sentido de enquadrá-las nos modos de vida considerados pertinentes a uma cidade, na qual tornavam-se mais e mais presentes os discursos em defesa da civilização.

Nessa perspectiva, um dos maiores problemas foi lidar com as águas más, aquelas que por “resistirem” a um esgotamento regular, eram consideradas causadoras de incômodos e enfermidades por vezes fatais. Para tantos que acreditavam nesse processo, era importante convencer os demais moradores a observarem cuidados com relação a essa questão. Ademais, desenvolvera-se no século XIX o debate acerca dos modos de uso e desuso das águas, configurando-se o líquido em questão como mais um elemento do mundo natural a ser negociado. Para tanto, o processo de canalização não poderia ser negligenciado, bem como o uso de intermediários como bombas, torneiras, válvulas, entre outros. Sobre tal questão, é oportuno lembrar que mesmo sem as mediações referidas, a água já se tornara

mercadoria, uma vez que era negociada por aguadeiros, os quais vendiam esse líquido mediante o uso recorrente de outros objetos intermediários, tais como as pipas e os canecos.

No primeiro item desse capítulo é justamente a questão do esgotamento, a temática que procuro focar. Dando continuidade à discussão já iniciada, no avançar do século XIX inúmeros moradores de Belém estreitaram laços com uma proposta higienista, mediante a qual era pensado como essencial livrar a cidade dos empoçamentos e para tanto esgotar as águas e evitar acúmulos das mesmas, sob pena de comprometidos graves para a saúde dos moradores, ou seja, cada vez mais crescia a importância de medidas políticas pensadas como capazes de intervir no meio físico e garantir saúde para os habitantes da cidade.

Ao encontro desse propósito, tornou-se crescente o combate a tudo quanto implicasse em insalubridade e, nessa perspectiva, a incrementação da montagem da rede de esgotos, bem como a canalização da água potável, tornaram-se temas mais regularmente debatidos pelas autoridades dirigentes, bem como pelos redatores de jornais, médicos, engenheiros, enfim.

Intervenções dessa ordem, debatidas com regularidade entre determinados grupos locais – dirigentes, médicos, engenheiros, redatores, comerciantes, entre outros - implicaram em alterações das vias da cidade, bem como dos prédios, em relação às águas. Desse modo, duas questões mostraram-se cada vez mais cruciais: a invisibilidade das águas e o estabelecimento de parâmetros de negociação desse líquido junto aos habitantes.

Para vários moradores da cidade, destacadamente aqueles que almejavam uma Belém enquadrada nos ditames do progresso e de civilização propagados de diferentes modos naqueles tempos, era importante dar prosseguimento ao processo de canalização das águas, ocultando-as dos olhos dos habitantes, sem deixar de possibilitar a movimentação das mesmas através dos encanamentos, por meio dos quais as águas poderiam ser verticalizadas, erguer-se e atingir torneiras, para finalmente retornar, por intermédio destas, ao contato com os moradores. É interessante lembrar que todo esse processo do uso das águas, implicaria em custos que adviriam dos bolsos dos próprios habitantes de Belém.¹⁸⁷

Encanar as águas, ocultá-las, principalmente as servidas e empoçadas, significava também o enquadramento da cidade que se expandia ao longo dos oitocentos, em padrões estéticos valorizados por inúmeros moradores, sobretudo os que se afinavam com modelos de asseio em processo de consolidação nos chamados centros urbanos de grande relevância.

Afinal, por que não implantar redes de esgotos? Por que não ocultar as águas servidas, paradas e fétidas, marcadas pela “*imundície*”, pelos odores pútridos e expostas em valas de

¹⁸⁷ Ver SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007.

diferentes volumes? Por que não possibilitar o esgotamento das águas pluviais através dos referidos esgotos, evitando-lhes o empoçamento, numa contínua celebração pela busca da salubridade? No decorrer do século XIX essas questões povoaram as mentes de inúmeros moradores citadinos do Brasil, em Belém do Pará não foi diferente.

Nos textos jornalísticos, as questões referidas emergiram continuamente, sobretudo quando o jornal opunha-se aos administradores públicos, ou seja, integravam partidos de oposição do governo. Nas palavras escritas de vários dirigentes, elas também insurgiram, buscando indicar que aqueles se mantinham preocupados, e também ocupados, com os problemas relacionados ao saneamento da cidade.¹⁸⁸

Nesse ponto quero ressaltar que nem sempre a canalização dos esgotos implicou na expulsão dos odores fétidos, fato que, no caso de Belém, gerou acirradas polêmicas através dos jornais. Além disso, ampliar os esgotos da cidade, de conformidade com outros estudos - como para a cidade de São Paulo dos oitocentos, por exemplo - denota que a questão da visibilidade guardava relação também com a constatação de micro-organismos na água, os quais poderiam gerar a contaminação desse líquido, corroborando para a propagação de doenças.¹⁸⁹

As águas deveriam, portanto, ser submetidas ao movimento constante de entrada e saída, tal como ocorria com as águas de rios, mares e igarapés, constrangidas a uma movimentação natural relacionada às marés e correntes. Essa necessidade de movimentação da água era pensada como válida para todos os lugares da cidade - tais como ruas, praças, valas, canais, entre outros - bem como aos prédios em geral, incluindo as casas de morada.

Vale destacar, então, que o deslocamento das águas também era pensado como necessário para os interiores de valas e canos de esgotos. Ou seja, tanto quanto era essencial o adentrar das águas, também o era o movimento de saída das mesmas, sobretudo considerando-se o crescimento da cidade, que se expandia com a abertura de ruas, construção de prédios em geral, bem como com o aumento populacional, conforme expus em páginas precedentes. Em

¹⁸⁸ O termo saneamento é recorrente em textos de jornais, plantas e manifestações escritas de dirigentes da cidade do Pará, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. A questão do saneamento relacionado à varíola em Belém, por exemplo, é discutida em RITZMANN, Iracy de Almeida Gallo. *Belém: Cidade Miasmática. (1878 – 1900)*. Dissertação (mestrado). São Paulo: PUC – SP, 1997.

¹⁸⁹ Ver SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. P. 189. A autora analisa a preocupação com a qualidade da água, advertindo que essa "(...) não era uma novidade na São Paulo do século XX. Já no começo da década de 1850, por exemplo, alguns vereadores recomendaram a realização de uma ampla análise da água de todos os chafarizes da cidade." Ver também BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004. P.222. Beltrão adverte que "a discussão sobre a qualidade das águas de Belém era constante e, frequentemente, causava polêmica entre os médicos da cidade. (...)"

outras palavras, o crescimento da cidade implicava no aumento do uso das águas e, por conseguinte, na intensificação do esgotamento das mesmas.¹⁹⁰

Conforme já discuto no capítulo anterior, como o avançar do século XIX, as águas seriam entendidas como elementos integrantes de uma natureza que deveria ser submetida aos saberes científicos, uma vez que podia causar problemas de amplas proporções aos habitantes em geral, tais como as doenças que acometiam a cidade de Belém. Esse modo de pensar foi insistentemente expressado nos escritos dos jornais e das falas, relatórios e mensagens de dirigentes, com também em livros sobre higiene, modos de morar e de lidar com doenças. Penso que tais ideias circularam entre moradores de diferentes camadas sociais, fluindo entre os diversos espaços da cidade ao longo do século XIX e constituindo modos de pensar conectados às ideias de limpeza e salubridade.¹⁹¹

Considero importante salientar, porém, que entre os moradores, conforme indica Bates, havia aqueles para os quais as águas paradas não eram motivo de preocupação, uma vez que conviviam rotineiramente com elas fosse nos quintais das moradias, fosse nos espaços para além dos caixilhos de suas portas e janelas, através do simples caminhar por ruas encharcadas, da frequência aos igarapés e rios e igapós ou da exposição às chuvas frequentes.¹⁹²

Ao longo do século XIX, prevaleceram ideias de ordenamento e, conectadas a esta, de ocultação de certas águas. Entre as águas a ocultar estavam, por exemplo, a domiciliar, as pluviais e as servidas. No processo de canalização da água foi importante o estabelecimento da Companhia de Águas, cujos estatutos foram aprovados em 1881. Todavia, um longo tempo foi demandado até que o maior número de habitantes da cidade pudesse usufruir da água encanada em suas moradias.

Não pretendo sustentar, contudo, que a maioria dos moradores de Belém se ressentisse da ausência da água encanada em suas moradias, na verdade localizei poucos documentos que apontam para o descontentamento dos mesmos em relação a essa questão. Acerca disso é

¹⁹⁰ DULLEY, Richard Domingues. *Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais*. In: Agric. São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, jul./dez. 2004. Disponível em www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-04-2.pdf. Acesso em 28 jun. 2008.

¹⁹¹ Sobre a questão da circularidade de ideias, observando as diferenças contextuais e de objeto, valeram as leituras de BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no renascimento – o contexto de François Rabelais*. São Paulo – Brasília: Hucitec, 1993. E GINSBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹⁹² BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

importante lembrar a recorrência aos poços ao longo de séculos, bem como a possibilidade da obtenção da água em rios e igarapés encontrados na cidade.¹⁹³

2.1. Pântanos e cidade

Pa o Mestre de Campo Jozé Manoel Seabra. Ainda hontem sube que V. S^a tinha mandado os seos Escravos para o útil serviço de desagoamento do Peri, oque meda bem aconhecer oseo desenteresse, apego ezello pello Real Serviço edeque Eu muito louvo, eagradeço aVs^a Ds Ge aVS^a Pará 7 de Dezembro de 1803 = Conde dos Arcos = Sr. Joze Manoel Seabra.¹⁹⁴

O verão ahi vem pressuroso, e, se não houver sérias providencias entre nós, qual a sorte que nos aguardará?

Parece, pois, que é tempo de despertar dessa indiferença com que vai sendo aqui encarado pelos poderes competentes o mal que se nos avesinha.

Além de que vivemos aqui cercados de terrenos pantanosos, grande parte das ruas da capital que tanto dinheiro consome em foguetes, de um sem número de lagoas formadas pelas agoas pluvias que dentro em breve ficarão estagnadas por falta de chuvas que removem as mesmas agoas, tornando assim essas lagoas verdadeiros focos de mephiticas exalações miasmáticas.

(...)”(19/04/1876)¹⁹⁵

Águas dos rios, de igarapés, das chuvas, dos pântanos. A cidade de Belém foi fundada e construída em meio à convivência com as águas. E de conformidade com o que já discuto anteriormente, o princípio básico de que era necessário controlar as águas, contê-las, drená-las, acomodá-las em valas, foi vitorioso ao longo do século XIX. Em relação a essa questão, Alexandre Rodrigues Ferreira escreveu, no século XVIII, que

A Cidade se divide em dois bairros, o da Cidade, e o da Campina. **A cidade em si he plana**, as ruas mais estreitas do que largas, pela maior parte irregulares todas por calçar, e com o seu fundo de tijuco, **com as agoas do inverno fica todo um pantanal**.

A rua mais larga, he a da Cadeia no bairro da Campina, mas essa mesma não he tirada à cordão desde o Largo do Palácio, até o das Mercês, **predomina neste bairro a areia, por isso não é tão pantanosa como o da Cidade**.¹⁹⁶(grifos meus)

¹⁹³ Contrariamente, localizei numerosa documentação - abaixo-assinados, por exemplo - que comprovam o descontentamento de moradores de diferentes logradouros da cidade com a precariedade da iluminação pública, nos anos oitenta do século XIX. Várias foram as queixas acerca dos problemas gerados pela ausência de “candieiros”, inclusive em ruas e estradas consideradas importantes na cidade, como por exemplo a Dr. Moraes.

¹⁹⁴ Correspondência do Conde dos Arcos ao Mestre de Campo, Sr. Joze Manoel Seabra. IN: VERGOLINO-HENRY, Anaiza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A Presença Africana na Amazônia Colonial: Uma notícia histórica*. Belém: Arquivo Público do Pará. 1990. P. 190.

¹⁹⁵ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “A Província do Para”, anno I, nº 18, de 19/04/1876. P.02.

¹⁹⁶ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras. FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Miscelânea Histórica: para servir de explicação ao prospecto da Cidade do Pará 1783-1784*, (texto datilografado). .

Não foram fáceis as lutas pelo enquadramento das águas. Árduas batalhas foram travadas arrebatando, sobretudo, aqueles que acreditavam na importância de viver em função do progresso e do desenvolvimento da “civilização” na capital do Pará e que isso significava, entre outras coisas, promover “melhorias” na cidade conectadas, também, ao processo de organização das águas.

E assim ocorreu, considerando o tempo demandado para efetivação das obras do cais, as preocupações constantes com as construções e reparos de pontes, a diversificação da navegação fluvial - inclusive com a introdução da navegação a vapor - em função do desenvolvimento comercial. Nesse sentido a construção da cidade fundamentou-se na convicção de que era necessário vencer as águas, submetendo-as aos planos de expansão de Belém, nos quais ficaram estabelecidos os diversos traçados de ruas, travessas, largos.

Os planos de expansão fundaram-se por sua vez em convicções não raramente constituídas em cidades da Europa, avaliadas como exemplos a serem observados. Assim sendo, adentrando a cidade a partir do rio, aqueles que chegaram em Belém depararam-se com outras águas, inclusive as que constavam no alagado Piri - no decorrer dos séculos XVII, XVIII e princípios do XIX. E além dessas, com as águas das chuvas regulares e com os acúmulos por essas gerados. A Cidade do Pará também era repleta de terrenos baixos e áreas consideradas pantanosas, algumas delas denominadas de “igapó”, e igarapés a percorriam por diversas partes.¹⁹⁷

Com o avançar do século XIX, os habitantes de Belém em geral conviveram com uma jornada disciplinadora das águas que gerou alterações importantes na cidade do Pará, mas que também precisou conviver com permanências, que para alguns pode ter significado atraso, ou mesmo, estagnação no processo de lidar com a água. Em relação a esse ponto, nos anos setenta do século XIX, o dirigente provincial Abel Graça, registrou que as “*febres paludosas*” que ceifavam vidas em toda a Província do Pará, guardavam íntima relação com as águas abundantes na mesma. Para ele, “(...) *n’um paiz como este, onde o vigor da*

¹⁹⁷ Sobre os igapós é importante ver obra específica de MOREIRA, Eidorfe. *Os Igapós e seu aproveitamento*. Belém: Imprensa Universitária, 1970. O autor adverte que o termo “igapó” tem recebido conceituações diferenciadas no plano científico e que entre os vocabularistas também não há concordância. Todavia, a maioria destes “registra o termo com um sentido mais ou menos uniforme, através de definições como “floresta pantanosa”, “floresta alagada”, “mato alagadiço”, etc., outros omitem a conotação vegetal, fazendo-o mero sinônimo de pântano, charco ou lezíria, sem qualquer referência ao ambiente florestal.” Afirma ainda, que entre as camadas populares havia uma “tendência de empregar o termo neste mesmo sentido”, muitas vezes sob a forma sincopada de “gapó”, referindo-se aos alagados na mata ou fora dela. Salienta, contudo, a importância da presença do *elemento vegetal*. Nesse ponto refere José Veríssimo segundo o qual o termo igapó derivaria de “i (água), cáa (mato) e pó (ter, haver), de icaapó portanto, ‘água que mato tem ou que contém mato’”. P. 10. VERÍSSIMO, José. *Scenas da Vida Amazônica – Com um Estudo sobre as Populações Indígenas e Mestizas da Amazônia* – Primeiro Livro. Lisboa: Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão, 1886. Apud MOREIRA, Eidorfe. *Os Igapós e seu aproveitamento*. Belém: Imprensa Universitária, 1970.

vegetação se pode medir pela força do calor e humidade sempre constante, é forçoso crer n'essas emanações deletérias, resultantes da decomposição constante de detritos orgânicos.”¹⁹⁸

Nunca é demais lembrar também que a cidade teve uma importante atividade agrícola, além da extração do látex e do aquecido comércio ao longo do século XIX, conforme já discutido. Ou seja, para que as atividades econômicas resultassem em frutos significativos, tornou-se essencial o empenho nos modos de lidar com as águas.

Em outras palavras, durante o século XIX foram reforçadas as ideias de que era necessário conviver com a “índole” das águas locais, levando-as a “bem servir” aos moradores de Belém, e do Pará como um todo, o que implicou também em contê-las, ordená-las, através das numerosas obras que fluíram durante os oitocentos, tais como pontes, cais e procedimentos de dessecamento e esgotamento, como a abertura de valas. As obras referentes ao Piri enquadraram-se no contexto em questão.¹⁹⁹

A decisão pelo dessecamento do Piri acarretou o envolvimento de uma diversidade de trabalhadores – a maioria dos quais, moradores de Belém - desde aqueles que detinham o poder decisório das alterações da cidade, até os que se envolveram diretamente nas obras de escoamento das águas.

O Piri: águas, dessecamento e cidade

Adentrando a cidade em princípios do século XIX, ainda seria possível visualizar o alagado do Piri, haja vista as palavras de agradecimento do Conde dos Arcos ao Mestre de Campo, registradas no ano de 1803, conforme consta na epígrafe. E até que as obras fossem encaminhadas, moradores e visitantes de Belém puderam conviver, de distintos modos, com aquelas águas, que inundavam os terrenos próximos conforme os movimentos da maré. Em relação a essa questão, assim registrou Baena: o Piri era um “(...) *terreno de alluvião muito*

¹⁹⁸ “Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1872 pelo presidente da provincia, dr. Abel Graça”. Pará, Typ. do Diario do Gram-Pará, 1872. In: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 23 set 2005.

¹⁹⁹ A documentação indica a preocupação com o enquadramento das águas, de tal forma que a construção da cidade fosse de fato efetivada, apesar da fundação da mesma, em local tão facilmente exposto às inundações e às chuvas abundantes. Ver THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural – Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. E também LENOBLE, Robert. *Historia da ideia de natureza*. Porto: Edições 70, 1990.

baixo inteiramente horisontal, em que duas vezes por dia penetrão livremente as águas da preamar.”²⁰⁰

Quase duas décadas depois, Spix e Martius, ao longo de sua estadia em Belém, reportaram-se com admiração à obra iniciada pelo Conde dos Arcos. Registraram que ele

transformou um trecho de terreno devoluto, que drenou por meio de valas, guarnecendo-o com avenidas de belas árvores, no único logradouro da cidade. As mongubeiras (...) e as sumaumeiras (...), as árvores-do-pão australianas (...), as mangueiras (...), os mombins (...) cresceram em dois decênios, dando troncos frondosos e enfeitam a região aprazível onde existem algumas chácaras esparsas. Com essa eficaz plantação, a cidade do Pará muito lucrou em salubridade e aqui não há as doenças endêmicas, que se observam nos trópicos.²⁰¹ (...)

A planta a seguir, que teria como provável autor o capitão e engenheiro João Rafael Nogueira, mostra em destaque o alagado Piri. A esse engenheiro militar, o governador e capitão general do Gram-Pará e Rio Negro, outorgou a tarefa de encaminhamento da “*exsicação*” do Piri, cabendo aos escravos e livres desafortunados a tarefa de lidar diretamente com as águas do mesmo, haja vista as palavras agradecidas do governador ao Mestre de Campo Jozé Manoel Seabra, pelos escravizados que este encaminhara ao serviço.

Ressalto que além de Nogueira, outros militares e engenheiros tiveram seus nomes ligados ao processo de ressecamento do Piri e à expansão da cidade de Belém, tais como, o sargento Gaspar João Geraldo de Gronsfeld e o engenheiro Teodosio Constantino de Chermont, os quais apresentaram traçados relativos ao Piri e à cidade de Belém e sobre os quais me detenho mais adiante.

²⁰⁰ BAENA, Antonio Ladisláo Monteiro. *Compêndio das Eras da Provincia do Pará*. Coleção Amazônia. Série José Veríssimo. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969. P. 254. O autor nasceu em Lisboa em 1781/2 e chegou no Pará em 1803 acompanhando o capitão-general Conde dos Arcos, no posto de segundo tenente de artilharia. Foi sócio do IHGB. Em 1832 foi convocado pelo Governo para integrar uma comissão cuja tarefa seria a organização e composição da “Estatística da Província”, da qual resultou a obra “*Ensaio Corografico sobre A Provincia do Pará*”. O “*Compêndio das Eras da Provincia do Pará*” abrange estudos sobre temas da história da província no período entre 1615 e 1823. Foi publicado pela primeira vez em 1829.

Uma discussão especificamente direcionada para a obra de Baena pode ser vista em BARROS, Michelle Rose Menezes de. “*Germes de grandeza*”: Antônio Ladisláo Monteiro Baena e a descrição de uma província do norte durante a formação do Império brasileiro (1823-1850). Dissertação (mestrado). UFPA/PPHIST. Belém, 2006.

Sobre transformações na cidade de Belém entre o século XVIII e o XIX ver GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. *As casas & as coisas: um estudo sobre vida material e domesticidade nas moradias de Belém – 1800-1850*. Dissertação (mestrado). UFPA/PPHIST. Belém, 2006. ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP, 1998. REIS FILHO, Nestor. *Imagens de vila e cidades do Brasil Colonial*. CD-ROOM, São Paulo: 1999. COIMBRA, Osvaldo. *A saga dos primeiros construtores de Belém*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

²⁰¹ SPIX, Johann Baptist von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. V. 3. P. 23-4.

de igapó, peixes considerados “do matto, por viverem nos alagadiços cobertos de vegetação alta, o jiju, o jandiá, o jacundá (...)”, o “curimatá”, o “aruaná”, o “tamuatá”, conforme anotou José Veríssimo, eram pescados para consumo alimentar.

Os peixes chamados do mato, muito saborosos todos, são uma das curiosidades da fauna ichthyologica da Amazonia. Habitam não só os lagos e lagoas, cobertos de mato, os igapós centrais e marginaes, mas ainda poças maiores d'água dentro das matas. Alguns, como o tamuatá, meio amphibios, passam terra a dentro, de um sitio para outro. Deste êxodo, feito em bando, aproveitam os moradores para os apanharem.(...) ²⁰⁴

Referindo-se à “pequena pesca”, José Veríssimo registrou que no período das chuvas, tanto os igapós quanto os lagos tornavam-se “menos caudalosos, mais rasos” e propensos à pesca individualizada, através da qual era obtido o “mantimento” para casa. “Nessas águas calmas, escurecidas pela escassez da luz, espessas de apparencia, se abriga na cheia o peixe, e é talvez ahi que principalmente procrea, desova e incuba”. ²⁰⁵

Ao especificar um pouco mais os moradores recorrentes na pequena pesca, o autor refere-se àqueles que usavam arco e flecha e/ou caniços, que percorriam as águas em canoas, ou subiam em “grossos troncos tombados” ou ainda, construíam os mutás, nos quais se posicionavam à espera do peixe. ²⁰⁶

Os moradores assim referidos nas fontes que pesquisei, ou seja, envolvidos mais diretamente com a natureza, com atividades como a pesca, por exemplo, integravam os grupos sociais não abastados, alguns desprovidos de propriedades e bens considerados de maior valor na Belém dos oitocentos. Muitos eram mestiços de indígenas, principalmente, e/ou de negros. Seriam esses os grupos cujas relações com as águas do Piri foram estreitadas ao longo de quase duas centenas de anos.

É importante ressaltar que diversas espécies de animais encontradas nos igapós, também o eram em rios e lagos, o que acredito reforçar que os mesmos fossem obtidos também na área do Piri.

Ao dedicar algumas páginas ao referido “tereno de alluvião” (Piri), Baena registrou que no ano de 1803 o dirigente provincial ordenou o “dessecamento” do mesmo, o que, para

²⁰⁴ UFPA. Biblioteca Central Prof. Dr. Clodoaldo Beckmann. Obras raras. VERISSIMO, José. *A pesca na Amazônia*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C. 1895. P. 107. MOREIRA, Eidorfe. *Os Igapós e seu aproveitamento*. Belém: Imprensa Universitária, 1970. Pp. 26-7. Este autor cita os seguintes peixes como sendo “do mato”: “jandiá ou jaú, o jeju, tambaqui, tamuatá, traíra, etc.”

²⁰⁵ UFPA. Biblioteca Central Prof. Dr. Clodoaldo Beckmann. Obras raras. VERISSIMO, José. *A pesca na Amazônia*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C. 1895. Pp. 99-101.

²⁰⁶ UFPA. Biblioteca Central Prof. Dr. Clodoaldo Beckmann. Obras raras. VERISSIMO, José. *A pesca na Amazônia*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C. 1895. P. 101.

ele constituía-se em obra de suma importância, pois acreditava ser aquele um local de abrigo para insetos de inúmeras espécies, além de impregnar o ar com “vapores pestíferos”, emanados de suas permanentes águas.

No processo de dessecação, contudo, foram construídas valas, apresentadas no desenho de Nogueira, abertas à custa do trabalho de moradores não abastados e do apoio de instrumentos como “*balde de vallador e pá*”.²⁰⁷ A função das valas era justamente a de promover o dessecação, ou seja, por elas as águas deveriam escorrer, percorrendo caminhos para o desague. Entretanto, as valas conservavam águas em seu interior, que empoçadas se deterioravam. Mais uma vez, foram alvo dos comentários de Baena, já que a estagnação gerava mal cheiro e causava as tão temidas emanações pestíferas.

Estudos sobre a cidade de Belém do século XIX indicam o aprofundamento desse modo de pensar. Fundamentados na teoria dos miasmas, em 1881, por exemplo, médicos membros da Inspetoria de Saúde Pública em Belém acreditavam que as febres palustres, biliosas e perniciosas, causadoras de numerosas mortes entre janeiro e junho de 1880, foram ocasionadas pelos pântanos existentes em abundância em torno do perímetro urbano e mesmo dentro deste.²⁰⁸

De conformidade com as palavras do presidente Gama e Abreu, buscava-se realizar obras de escoamento de pântanos como o Una e outros que se estendiam até a estrada de S. Jeronymo, assim como àqueles que alcançavam o Igarapé do Chermont, às proximidades do 11º batalhão. Advertia, contudo, que tais obras só muito lentamente ficavam concluídas, ou seja, o processo de enxugamento dos pântanos da cidade e imediações desta, demandou recursos e empenho de inúmeros moradores, de operários a dirigentes.²⁰⁹

Algumas áreas pantanosas distantes do centro de Belém também causavam transtornos aos moradores que por elas necessitavam transitar. Em 1885, através de um abaixo-assinado, moradores da vila de Ourem, solicitaram à Comissão de Fazenda e orçamento da Assembleia

²⁰⁷ Sobre o uso do “*balde de vallador*” ver “*Memorias Economicas da Academia Real das Ciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas*”. Tomo V. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M.DCCC.XV. Com licença de sua Alteza Real. Pp. 86-9. In: books.google.com.br/books?id=oa43AAAAMAAJ. Acesso em 24 abr. 2009.

²⁰⁸ Esse relato é apresentado por RITZMANN, Iracy de Almeida Gallo. *Belém: Cidade Miasmática. (1878 – 1900)*. Dissertação (mestrado). PUC/SP, 1997. Pp. 183-5. A autora refere o “Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1881 pelo Exm. Sr. Dr. José Coelho da Gama Abreu. Pará, Typ. Do Diario de Noticias de Costa e Campbell, 1881”. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 ago. 2006. Ver também CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004.

²⁰⁹ “Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1881 pelo Exm. Sr. Dr. José Coelho da Gama Abreu. Pará, Typ. Do Diario de Noticias de Costa e Campbell, 1881”. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 ago. 2006.

Legislativa Provincial, que consignasse uma quantia necessária para duas pontes e limpeza da estrada que ia daquela vila para a cidade de Bragança. Para tanto, argumentavam que a referida estrada era uma “*importante via pública*”, posto que por ela iam e vinham moradores de outras vilas e povoações próximas, inclusive da Capital do Pará. Os suplicantes esclareceram que a dita estrada encontrava-se repleta de “*paus cahidos*”, matagais crescidos nos dois lados da mesma, além dos “*lugares pantanosos*” sobre os quais se fazia urgente a construção de pelo menos duas pontes, pois nos tempos invernosos, a travessia das pessoas através deles tornava-se impraticável.²¹⁰

O combate aos pântanos era considerado importante para moradores que acreditavam que aqueles eram espaços propícios ao desenvolvimento de enfermidades, ou ainda, obstáculos a serem superados. Os dirigentes provinciais assim pensavam e nos jornais que circularam na Belém dos oitocentos, os textos reproduziam esse modo de pensar, não raramente expressando o pensamento médico. Todavia, possivelmente para aqueles que mantinham uma convivência rotineira e de longa data com aquelas áreas, estas não se constituíssem em lugares pestíferos.

Relativamente a essa questão, nos anos quarenta, Bates anotou a presença de lavadeiras e aguadeiros, os quais se dirigiam às áreas baixas e pantanosas da cidade para lavar roupas e encher pipas d’água, o que implicava certamente, em idas e vindas pelos ditos terrenos baixos e pantanosos da cidade de Belém. Segundo o naturalista,

(...) o terreno é ligeiramente ondulado, de forma que as áreas secas se alternam com os trechos pantanosos, sendo totalmente diferentes nestes lugares e naquelas a vegetação e a vida animal. Nossa casa ficava na parte da cidade mais próxima do (rio) Guamá, à borda de uma das áreas baixas e alagadiças que compõem uma parte dos arredores da cidade. Esse trecho é cortado por estradas pavimentadas, sendo a principal delas a **estrada das Mongubeiras**, com cerca de um quilômetro e meio de extensão. (...) Essa bela avenida foi construída por volta de 1812, durante o governo do Conde dos Arcos. Ela é cortada perpendicularmente por vários caminhos estreitos e verdejantes, **sendo a região inteira drenada por um sistema de pequenos canais e fossos, através dos quais a maré flui e reflui**, o que mostra como são baixas as terras.²¹¹ (grifos meus)

²¹⁰ APEP. Fundo: Assembléa Legislativa Provincial. Série: Abaixo Assinados. Ano: 1880-89. Caixa Nº3.

²¹¹ BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. P. 14. O autor registrou o ano de 1812, como de governo do Conde dos Arcos, porém, outros registros apontam para o período de 1803-6. A estrada das Mongubeiras atualmente é denominada avenida Tamandaré. CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém: CEJUP, 1992. P. 79.

A descrição de Bates corrobora para o entendimento acerca das áreas constitutivas da cidade - a ondulação reinante, a alternância de áreas secas, baixas e pantanosas, a tendência à formação de alagados. Relacionando essas considerações ao processo de dessecação do Piri, Bates destacou a beleza da avenida, construída a partir do trabalho de drenagem levado a efeito por administradores, engenheiros e “*operários*” em terras mais baixas.

Nesse ponto, é oportuno lembrar que os elementos integrantes da natureza deveriam ser conhecidos e submetidos pelos humanos. Bates, por exemplo, destacou os caminhos verdejantes da estrada das Mongubeiras - árvores de troncos robustos, que se afilavam, e dotadas de flores. O leitor certamente guardou na memória a preocupação demonstrada por Antonio Ladisláo Baena, por exemplo, em relação à classificação de árvores locais, inclusive com a utilidade de cada uma delas para os moradores do Pará.²¹²

Bem, em relação ao Piri, o modo de pensar as águas do mesmo também não foi específico de Baena e nem tão distinto dos modos de pensar a relação com outros elementos da natureza no tocante à questão da utilidade. Em outras palavras, se as águas não eram consideradas úteis aos moradores e até revelavam-se causadoras de enfermidades mortais, era necessário contê-las e/ou eliminá-las, enquadrando-as mediante o que se acreditava constituir as necessidades dos habitantes – uma leitura antropocêntrica, portanto, em relação àquelas águas.

Então, guardar a convicção de que a partir das águas do alagado poderiam fluir miasmas causadores de doenças diversas, foi um argumento a mais para o encaminhamento do dessecação do mesmo. Possivelmente, em decorrência desse modo de pensar, a proposta do engenheiro João Geraldo de Gronsfeld, constante nos mapas apresentados mais adiante, não foi implementada pelos dirigentes.²¹³

²¹² No item anterior, ao discutir a importância das canoas para grande parte dos moradores do Pará, mencionei o quanto era valorizado o emprego de “boas” madeiras, ou seja, as que eram classificadas como apropriadas ou corretas para a construção de embarcações. Sobre isso ver novamente BAENA, Antonio Ladisláo Monteiro. *Ensaio Corografico sobre A Provincia do Pará*. Pará: Typographia de Santos Menor, 1839. Depositado na Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras.

²¹³ O aterramento dos pântanos foi também uma experiência levada a efeito em Fortaleza entre finais do século XVIII e primeira metade do século XIX. VIEIRA JR., Antonio Otaviano. *Entre o futuro e o passado: aspectos urbanos de Fortaleza (1799-1850)*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005. (Coleção Outras histórias, 31).



Figura 10 Planta da Cidade de Grampara - 1773²¹⁴.
Destaques meus – (2) “Cidade” e (1) “Campina”

No mapa a seguir é apresentado um projeto de Gronsfeld, alternativo à planta anterior, mas ainda preservando o Piri, transformado em um lago permanente. Nesse projeto a parte mais antiga da cidade seria protegida pelos muros.²¹⁵

²¹⁴ “PLANTA da Cidade de Grampara fortificada pelo methodo mais simplex e menor despeza q' pode admitir a irregularidade da sua figura e desigualdade de seu Terreno, e em parte pantanoso, e em parte dos obstaculos ou dificuldade, q' se achão na Margem do Rio, q' offerece ao Ill.mo e Ex.mo Sn.r Joao Pereira Caldas, do Conselho de Sua Mage.de Governador e Cappam General do Estado do Grampará, Maranhão, Piauhy, Rio Negro, do Sag.to mor Gaspar João Geraldo de Gronsfeld, 1773”. Fonte: Original manuscrito da Mapoteca do Itamarati (Ministério das Relações Exteriores), Rio de Janeiro. In: REIS FILHO, N. Goulart. CD-ROOM, Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial, 1999.

²¹⁵ De acordo com Reis Filho, o projeto a seguir constituiu-se numa “variante do projeto mostrado pelo desenho anterior. Neste, apenas a parte mais antiga da cidade é protegida por muros e baluartes. Além disso, previa um aprofundamento da área do alagado do Piri, para transformá-lo em um lago permanente, contornando e protegendo a área fortificada pelo lado leste, além de comportas dos dois lados, que o engenheiro chama de antepostas, em sua legenda.” REIS FILHO, N. Goulart. CD-ROOM, Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial, 1999.



Figura 11 Projeto de Gronsfeld - 1773²¹⁶
Destaques meus – (1) “Cidade”, (2) “Campina”

Em meio a essa questão, vale reconsiderar os objetivos expansionistas em relação à própria cidade, ou seja, na visão de dirigentes, ela deveria expandir-se, tornar-se mais populosa e o alagado impunha obstáculos que deveriam ser superados. Aliás, retomando o exposto na planta de João Rafael Nogueira, essa apresentava o traçado de três estradas em sentido horizontal, além de outras, incluindo a que se estendia do “Palácio” ao “São José”. Vê-se, portanto, que as ruas ou estradas foram sobrepostas ao terreno alagadiço, deixando

²¹⁶ Legenda: “Projecto O qual mostra, Como se podia Fortificar Somenta a Cidade, e não incluído a Campina, Pello Methodo mais Simplex q. pode admittir o Terreno pantanoso, ne menos he projectado o Lago do Piraj, que utilidade se pode tirar delle; Primeiro com Suas tres anteportas as quaes feitas de Vigas, faz a Cidade inattacabele, Segundo tira a Camera Grande Donativo pa. os bems do Conselho de Pesca Terceiro tem os Moradores, as suas canoas Siguras nos seus Portos pa. que não Se desincaminhem. Projecto offerece ao Ill.mo e Ex.mo Snr. João Per.a Caldas do Conselho de S. M.e Fid.ma Governador Cap.am General do Gram Pará, Maranhão, Piauí, Rio Negro &”. Fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. In: REIS FILHO, N. Goulart. CD-ROOM, Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial, 1999.

claro que o Piri não seria apenas enxugado, por ele passariam ruas, seriam edificadas casas e cultivados vegetais. As vias em questão selariam a ligação entre a Cidade e a Campina.²¹⁷

A respeito disso, é fundamental destacar que o engenheiro Nogueira não foi o único e nem o primeiro a estabelecer um traçado propondo a construção de ruas através do Piri. O plano geral da Cidade do Pará, datado de 1791 e de autoria do militar e engenheiro Theodosio Constantino de Chermont, além de propor as chamadas valas para escoamento das águas, também continha os traçados de prováveis ruas naquele trecho da cidade, conforme exposto na próxima imagem.²¹⁸

Essa discussão é desenvolvida em estudo sobre cidades da Amazônia no século XVIII, entre as quais Belém, na qual é discutida a questão do abastecimento de água potável para os moradores. Essa já se constituía numa preocupação entre dirigentes ao final do século XVIII e início do XIX, período coincidente com a presença de vários engenheiros militares no Pará e com a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira, o qual dedicou parte de sua narrativa para a questão do acesso da população à água de beber, conforme discutido no capítulo anterior. Com relação aos registros de Rodrigues Ferreira, é importante lembrar que eles foram produzidos num contexto de interesse do governo português em aprofundar conhecimentos acerca das terras do Brasil.²¹⁹

A documentação referida em estudo sobre cidades da Amazônia colonial, realmente aponta para o problema relativo à ausência de fontes geradoras de água considerada potável, bem como para as dificuldades de construí-las naquele contexto, problema esse ainda perceptível em grande parte do século XIX, quando vários dirigentes expressaram preocupação com a questão do fornecimento de “*água de qualidade*” para os moradores, em suas falas, relatórios e mensagens, conforme discutirei mais à frente.²²⁰

²¹⁷ BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*. V. I. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda. 1979. Pp.92-100.

Segundo Baena, nos anos trinta dos oitocentos, Belém estava dividida em duas freguesias ou bairros – a da Sé, iniciada em 1616, e a de Senhora Santa Anna da Campina, estabelecida em 1727. Ele explica que entre a Sé e a Campina havia um terreno baixo que “*decorre atravez do largo de Palacio da Praia ao alagadiço Piri*”. BAENA, Antonio Ladisláo Monteiro. *Ensaio Corografico sobre A Provincia do Pará*. Pará: Typographia de Santos Menor, 1839. Depositado na Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras. P. 233. Ver também JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu: o Tietê em São Paulo 1890-1940*. São Paulo: Alameda, 2006.

²¹⁸ Sobre a importância do trabalho de engenheiros ligados aos dirigentes do Pará no século XVIII é importante ver ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão*. Pp. 251-9. Já referido.

²¹⁹ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Miscelânea Histórica: para servir de explicação ao prospecto da Cidade do Pará 1783-1784*. Texto datilografado.

²²⁰ ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP, 1998. Pp. 251-9.

As obras de “*exsicação*” do Piri demandaram vários anos. A esse respeito, creio que seja interessante lembrar os registros de Spix e Martius, aqui transcritos em páginas anteriores, acerca do que julgaram ser “*o único logradouro da cidade*”, em decorrência da drenagem através de valas e da plantação de árvores que aformosearam o local. Para aqueles visitantes estudiosos, a obra do dirigente nos terrenos do Piri fora de grande valia, pois tornara a cidade mais salubre e construía uma bela área, dotada de avenidas com frondosa vegetação.²²²

Tenho procurado reiterar que a concepção de cidade bela expressada pelos estudiosos que referi, não era exclusiva dos mesmos, contrariamente, era compartilhada por dirigentes e outros grupos locais, para os quais a expansão da cidade era incompatível com terrenos encharcados e considerados insalubres. Entretanto, proceder o dessecamento de tantas áreas, constituiu-se em tarefa para o decorrer do século XIX.

Em mapa de 1823, exposto a seguir e cujo autor foi o engenheiro Hugo de Fournier, áreas alagadiças correspondentes em parte à localização do Piri, constam ainda do desenho representativo da cidade. E a respeito disso é importante enfatizar que mesmo nas duas décadas finais dos oitocentos, mapas referentes à cidade de Belém indicam a “persistência” de “*terrenos baixos*” e “*igapós*” no interior da mesma.

Não obstante os registros indicarem a longa permanência de terrenos encharcados é importante assinalar que, ao longo do século XIX, a ideia de “*enxugar*” a cidade prevaleceu e marcou várias formas de discursos escritos de dirigentes, inclusive através das posturas, conforme discuto ao longo da tese, uma vez que o receio das emanções das águas e que a luta em prol do asseio dos chamados espaços públicos da cidade se consolidava.

A respeito disso, não é demais (re)lembrar que Belém fora fundada e crescera em meio às águas, a despeito de recomendações diversas concernentes à mudança do local da capital do Pará e que remontam ao século XVIII.²²³

As águas, por sua vez, cobraram custos elevados aos habitantes para permanecerem instalados na mesma - precisaram conviver com as enchentes que transformavam ruas e

²²² Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras. BAENA, Antonio Ladislão Monteiro. *Ensaio Corografico sobre A Provincia do Pará*. Pará: Typographia de Santos Menor, 1839. Pp. 256-7. Baena também faz referência a tais obras. Afirma que no Piri, antigo alagado da Juçara, o “*Conde dos Arcos fez sahir estradas de passeio agradável contornadas de airosas Mongubeiras (...)*”.

²²³ Ver o estudo de COIMBRA, Osvaldo. *A Saga dos primeiros construtores de Belém*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2002. Pp 42-3. O autor discute “*a escolha do sítio inicial*”, afirmando que esta logo foi questionada. Citando Roberto Southey, que por sua vez observou as considerações de Bernardo Pereira de Berredo, governador do estado do Maranhão e Gram-Pará entre 1718 e 1722, Coimbra registra que o sítio fora “*mal escolhido, do ponto de vista da conveniência estratégica militar portuguesa porque sua localização entre pantanaes tornava-o indefensável*”.

quintais em “lagoas”, com a lama que se espalhava por inúmeras ruas da cidade, com os odores das valas mal esgotadas, com as epidemias que mortificaram inúmeros moradores durante dezenas de anos nos oitocentos e finalmente com as dores das perdas e o medo.



Figura 13 Carta Topographica da Cidade do Pará –
Destaque meu: algumas áreas alagadiças. ²²⁴

²²⁴ Originais sob a guarda do Ministério da Defesa/Exército Brasileiro/Arquivo Histórico do Exército (AHEx/RJ). De acordo com os registros do AHEx/RJ, esta Carta foi copiada em 1846 pelo Tenente José de França.

E o advento da república, a intensificação das medidas de saneamento e higienização prosseguiram o enfrentamento com as águas adentrando o século XX. Em meio à documentação, um relatório de 1891, do dirigente Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes, apresenta considerações interessantes sobre a “*execução de um serviço geral de exgottos para esta capital*”.²²⁵

Em relação ao escoamento das “*águas dos pântanos e capinzais*”, por exemplo, consta uma consideração do representante da “*Empresa de Obras Publicas no Brazil*”, Manoel Odorico Nina Ribeiro, segundo o qual “*só por atterros ou por um systema especial de drenagem se poderá conseguir o desseccamento dos pântanos d’esta cidade*”. Para tanto retoma o exemplo holandês. Naquele país, o sistema de dessecação implicou na abertura do canal de Amsterdam, no mar do Norte.

Entretanto, é importante não esquecer que as relações com as águas foram também marcadas por momentos de congraçamento, ou seja, nem sempre as águas eram percebidas como inimigas, haja vista que a grande maioria dos moradores organizou suas vidas em meio à convivência com elas. Possivelmente para aqueles que percorreram as ruas molhadas, em meio à chuva e/ou adentraram os rios, o contato com águas guardassem significados únicos, talvez por antecederem (re)encontros queridos, celebrações há muito esperadas, uma resolução aguardada, o descanso de muitos afazeres.

Enfim, o que tento expressar, é a relatividade que acredito haver marcado de modo profundo e talvez indelével, as relações dos moradores de Belém com as águas, afinal eles eram iguais e ao mesmo tempo diferentes e a carga de vivências e sentimentos que portavam consigo, gerou ações e reações ora semelhantes, ora díspares, ante a lida com as águas ao longo do século XIX, a despeito da construção da civilização em Belém.

2.2. As águas de chuvas e os esgotamentos.

²²⁵ “Relatorio com que o Capitão-Tenente Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes passou a administração do Estado do Pará em 24 de junho de 1891 ao Governador Dr. Lauro Sodré, eleito pelo Congresso Constituinte em 23 do mesmo mez”. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2416/000002.html>. Acesso em 3 mai. 2006.

O relatório de Pinto Guedes expõe uma discordância quanto à proposta de arrematação a execução de um serviço geral de esgotos para Belém. Em vista disso, consta do referido relatório uma “*reclamação do representante da Empresa de Obras Publicas no Brazil*”, Manoel Odorico Nina Ribeiro, ao Governo do Estado, sobre a “*Directoria das Obras Publicas*”. A reclamação foi produzida devido à inserção, pela Diretoria de Obras, de cláusulas contratuais “*não cogitadas no edital de concorrência*”, no parecer relativo às propostas para o serviço da rede de esgotos de Belém.

Quem tiver terreno pantanoso dentro dos limites das Cidades, Villas e suas immediações, ou nas freguezias e povoados, onde se conservem agoas estagnadas, será obrigado a aterra-lo, ou a dar esgotamento ás agoas, sendo possível, dentro do praso, que a Camara ordenar, em consequência de exame, que o fiscal tiver feito com dois peritos, lavrando-se disso auto circunstanciado. (...) será o infractor condemnado em dez mil réis ou quatro dias de prizão. (...)²²⁶

Diante das determinações constantes do Código de Posturas, nos anos quarenta do século XIX, a lida com as águas deveria envolver tanto o poder público como cada morador individualmente na promoção do “enxugamento” da cidade, uma vez que esta se apresentava regularmente molhada, com períodos de forte umidade em função da abundância de águas, grande parte das quais provinha das chuvas.

Nesse sentido, para os moradores incomodados com o acúmulo e imobilidade das águas, estas não poderiam permanecer estagnadas, providências como aterramento e esgotamento das mesmas constavam do rol de determinações para o que era pensado como funcionamento correto da cidade em relação à lida com a água. Em outras palavras, as águas acumuladas e expostas em poças, valas, canais e quintais de moradias, passaram a ser entendidas como elementos em oposição à cidade que estava em expansão e que deveria enquadrar-se nos ditames da civilização.²²⁷

Nesse sentido, conforme discuto no capítulo anterior, revelava-se importante para as autoridades dirigentes locais, por exemplo, estimular a emergência de uma sensibilidade relacionada às águas visíveis na cidade. Tal sensibilidade seria marcada pela reação negativa dos sentidos diante dos empoçamentos e dos odores fétidos emanados.

Em resumo, aquelas seriam as águas más, que não deveriam ser toleradas pelos moradores da cidade, os quais por sua vez, precisariam acreditar no processo de civilização da mesma. Desse modo, o percurso das águas pelos lugares de Belém deveria ocorrer de maneira oculta, ou seja, tanto o fornecimento de água potável aos moradores, quanto o esgotamento das águas servidas e pluviais, deveriam funcionar longe do alcance da visão e do olfato, por intermédio de rede(s) de esgoto e de canalização relativa ao abastecimento de água potável até às moradias.²²⁸

²²⁶ Belém. “Código de Posturas Municipaes” (1848). Capítulo 3º - “*Dos pântanos, agoas infectas, limpezas de terrenos, ruas & empachamentos em geral*”. In: Collecção das Leis da Provincia do Gram-Pará. Tomo X.. Parte I. Depositado Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras.

²²⁷ Sobre contradições envolvendo selva e cidade ver LÉON, Claudia Leal. *Um puerto em la selva. Naturaleza y raza em la creación de la ciudad de Tumaco, 1860-1940*. In: Historia Crítica Nº 30, Bogotá, julio-diciembre: 2005.

²²⁸ DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo: ensaio sobre as noções de poluição e tabu*. Lisboa: Edições 70, LTDA. 1991. (perspectivas do homem)

Às Câmaras Municipais era determinado como uma das funções das mesmas o esgotamento de pântanos e “*prover acerca da estagnação de águas infectas*”. Tal determinação já estava prevista, registrou o “Diario de Belém” de 30/08/1868, desde os anos vinte do século XIX, através da lei de 1 de outubro de 1828.²²⁹

art. 66. Terão a seu cargo tudo quanto diz respeito á policia, e economia das povoações, e seus termos, pelo que tomarão deliberações, e proverão por suas posturas sobre os objetos seguintes:

§ 1º Alinhamento, limpeza, iluminação, e **desempachamento das ruas**, cáes e praças, conservação e reparos de muralhas feitas para segurança dos edifícios, e prisões públicas, calçadas, pontes, fontes, aqueductos, chafarizes, poços, tanques, e quaes quer outras construcções em beneficio commum dos habitantes, ou para decoro e ornamento das povoações.

§ 2º Sobre o estabelecimento de cemitérios fóra do recinto dos templos, conferindo a esse fim com a principal autoridade ecclesiastica do lugar; **sobre o esgotamento de pântanos, e qualquer estagnação de águas infectas**; sobre a economia e asseio dos curraes, e matadouros públicos, sobre a collocação de cortumes, sobre os depósitos de immundices, e quanto possa alterar, e corromper a salubridade da atmosfera.²³⁰ (grifos meus)

Ou seja, era necessário submeter as águas a determinadas normas, legislar sobre elas, de tal modo que aos moradores da cidade ficasse esclarecida a necessidade de lidar com as águas mediante recomendações e leis construídas e estabelecidas a partir de saberes reconhecidos como válidos.

Não obstante o empenho dos dirigentes em promover mudanças nos modos de lidar com as águas pantanosas e estagnadas, a própria construção da legislação indica os embates entre poderes constituídos e habitantes que por motivações diversas, construíram suas vivências na cidade em meio às águas consideradas impróprias à saúde e sobrevivência humanas.

Certamente, para grande parte constitutiva dos moradores, a convivência com os pântanos e águas empoçadas não guardava o mesmo significado que para outra parcela integrante da população da cidade. Afinal, seriam idênticos os modos de pensar, a aparência e/ou o embelezamento dos espaços da cidade? Quantos estariam preocupados com a estagnação das águas? Ou ainda com a proximidade dos pântanos, bem como a relação dos mesmos com as febres, epidemias e mortes ocorridas em Belém? Penso que tais questões são em parte respondidas através da insistência da elaboração de dispositivos legais, uma vez que

²²⁹ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem Jornal: “Diario de Belém, anno I, nº 22, de 30/08/1868. P. 01.

²³⁰ Brasil. Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brasil. Jurada a 25 de março de 1824. LEI - DE 1º DE OUTUBRO DE 1828 - Dá nova forma às Câmaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para sua eleição, e dos Juizes de Paz. Título III - Posturas Policiaes. Disponível em <http://www.brasilimperial.org.br/c24a73.htm>. Acesso em 12 dez 2009.

esses denotam justamente a indiferença e/ou a desconfiança e até mesmo o descrédito de muitos habitantes em relação aos ditos perigos atribuídos às águas paradas.²³¹

No que concerne a essa discussão é importante focalizar o Código de Posturas de 1880, no qual o capítulo cinco refere-se justamente ao esgotamento de pântanos. Do artigo quarenta ao quarenta e dois, foi estabelecido que os proprietários de terrenos pantanosos ou alagados deveriam esgotá-los em um prazo máximo de um ano a contar da data de publicação da lei.²³²

As águas pluviais acumuladas nos quintais também deveriam ser esgotadas, desta feita para a rua através de canos ou valas cobertas, tal cobertura poderia ser providenciada em madeira. Desse modo, ficava proibido obstaculizar o “*curso natural das águas pluviais dos quintais de casas visinhas*”, como também “*tapar ou entulhar os esgotos e valas publicas ou edificar sobre elas*”.

Seguramente, para muitos moradores, ações de jogar nos quintais, ou mesmo nas ruas e praças, os restos de alimentos, assim como objetos tidos como imprestáveis, já estavam naturalizadas há longo tempo. A respeito disso, ressalto que os habitantes de Belém não eram os únicos a assim proceder. Estudos acerca do Rio de Janeiro, por exemplo, mostram que tais práticas eram observadas na cidade ao longo de séculos.²³³

Convém lembrar que as cozinhas das moradias eram construídas nos quintais, ou nos “fundos” das casas. Muitas delas conservavam aspecto marcado pela lida diária na preparação de alimentos que requeriam matança de animais, descasque de frutas e legumes, trato de carnes, entre outras ações, nas quais o uso da água era quase sempre uma certeza. Não raramente, os restos emanados das atividades culinárias, inclusive as águas coletadas para esse fim, eram lançados nos terreiros ou quintais propriamente ditos, formando o entulho, a lama e corroborando para o acúmulo de águas nos quintais de várias moradias.

E conforme indiquei, tais atitudes não ficavam restritas aos terreiros, ou seja, para muitos moradores, cujas casas de morada não dispunham de quintais, o ato de lançar restos, ou o indesejável às ruas, poderia funcionar como uma apropriação dos chamados espaços

²³¹ SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *O corpo na cidade das águas: São Paulo (1840-1910)*. In: Projeto História 25 – Corpo e Cultura. São Paulo: PUC-SP/EDUC. Dezembro/02.

²³² Belém. APEP. “Código de Posturas para a Câmara Municipal de Belém”. In: Coleção das Leis da Província do Gram Pará do Anno de 1880. Tomo XLII. Typographia do Diario de Noticias. 1880-1881.

²³³ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Alguns aspectos da questão sanitária das cidades de Portugal e suas colônias: dos saberes olfativos medievais à emergência de uma ciência da salubridade iluminista*. In: Topoi, v. 6, jan.-jun. 2005, pp. 99-142. http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi%2010/topoi10a4.pdf. Acesso em 06 fev. 2010. Ver ainda ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. Pp. 44 a 60 (“a sujeira como hábito”).

públicos, como extensão do doméstico, relativizando, portanto, a relação dos moradores com os logradouros da cidade.²³⁴

Em outras palavras, o ato de lançar para além dos umbrais de portas e janelas, as chamadas “*imundícies*” produzidas nos interiores domésticos, nem sempre significaria uma relação de desprezo para com a cidade e respectivos espaços, mas o estabelecimento de elos que no mínimo aproximavam os espaços da moradia com os da rua. Nesse sentido, ruas e praças, largos, travessas e estradas, constituíam prolongamentos da moradia, tal como terreiros ou quintais.

Para os legisladores, contudo, as águas já desenvolviam um percurso natural que deveria ser observado, ou ainda considerado pelos moradores, mas que nem sempre o era. Da mesma forma, havia aqueles que preferiam entulhar valas e esgotos, motivados por questões diversas, como discuti em algumas linhas atrás, inclusive a de edificar, conforme indica a legislação. Ou seja, tudo leva a crer que a lei refletia a persistência de ações transgressoras ao longo de décadas, indicando que no processo da lida com as águas perpassavam inúmeras tensões.

Não raramente, os jornais apresentavam textos de reclamações acerca do acúmulo de lama em várias vias da cidade, sobretudo no período de maior incidência de chuvas. Estas, convém não esquecer, eram consideradas verdadeiras características do clima da cidade, o que tornava ainda mais grave a indiferença demonstrada por alguns dirigentes, ante os alagamentos observados na cidade e respectivos arredores, assim como a ausência de medidas para escoamento dos pântanos. Sobre estes, no jornal de 30 de agosto de 1868, os redatores do “Diário de Belém” escreveram “*Que diremos quanto ao esgotamento de pântanos, e estagnação de agoas infectas? Que a nossa ilustríssima tem com isso se importado tanto, como com todo o mais.*”²³⁵ Numa clara oposição à “municipalidade”, os redatores dedicaram várias linhas aos comentários acerca dos

pântanos que circundam a cidade, e são focos de molestias, especialmente das febres intermitentes que, na mudança da estações sobretudo, nós accommettem, com quanto podessem ser melhorados por meio de sargetas, que dessem esgoto às suas agoas.²³⁶

²³⁴ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Alguns aspectos da questão sanitária das cidades de Portugal e suas colônias: dos saberes olfativos medievais à emergência de uma ciência da salubridade iluminista*. In: Topoi, v. 6, jan.-jun. 2005, PP. 99-142. http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi%2010/topoi10a4.pdf. Acesso em 06 fev. 2010.

²³⁵ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Diário de Belém, anno I, nº 22, de 30/08/1868 - P. 01.

²³⁶ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Diário de Belém, anno I, nº 22, de 30/08/1868 - P. 01.

Além de proceder a crítica aos dirigentes da cidade, os redatores indicam o método de escoamento que poderia ser empregado, o qual era muito recorrente - o escoamento através de valas, ou sarjetas. Em algumas linhas anteriores, referi que para o escoamento das águas acumuladas em quintais, era estabelecido por lei, que os moradores providenciassem o esgotamento das mesmas por intermédio de valas ou canos. E também, ao discutir a questão do dessecamento do alagado Piri, levado a efeito em princípios do século XIX, fiz referência ao emprego dessa forma de esgotamento de águas. Não é demais reiterar aqui que o princípio permanecia o do movimento, ou seja, era preciso mover as águas, de modo permanente se possível, negando-lhe o descanso, entendido como estagnação e comprometimento da saúde da cidade.

Nesse sentido, as palavras expostas nas mensagens e discursos de dirigentes, bem como em textos jornalísticos, refletiam a preocupação e/ou envolvimento constante com o asseio da cidade de Belém, esse aliás, tinha ares de desejo dificilmente concretizado a contento, considerando-se os registros de insatisfações no decorrer dos oitocentos.

As inquietações que associavam o asseio e o acúmulo de águas eram reforçadas mediante a questão do clima predominante ao longo dos meses do ano, posto que, a concepção de asseio estava relacionada com a ideia de escoamento e ocultação de águas sujas e/ou servidas sempre que possível, por intermédio da abertura de valas e sarjetas, cobertas ou não, e do uso de canalização.

A respeito da questão climática, Antonio Ladisláo Baena registrou em seu *“Ensaio Corografico...”*, concluído em 1832, que *“no Pará não havia diferença de clima, mas sim diferença de tempo na produção dos frutos. Que as chuvas mais assíduas principiãõ regularmente em Dezembro ou Janeiro, e durãõ até julho.”* Afirma também que a temperatura é quase sempre agradável durante as noites, assim como pela manhã, mais ou menos até as oito horas. Com o avançar das horas, a temperatura sofre variações, advindo inclusive o forte calor, nos horários de maior vibração do sol.²³⁷

A excelência do clima também foi anotada por Alfred Russel Wallace. Segundo ele a temperatura oscilava entre vinte e três e trinta graus durante o dia, sendo que as temperaturas mais amenas ocorriam durante as noites e início das manhãs e as mais elevadas, ao final das

²³⁷ BAENA, Antonio Ladisláo Monteiro. *Ensaio Corografico sobre A Provincia do Pará*. . Pp. 19-20.

manhãs e durante as tardes, mas que a incidência de “*boas chuvas*” vespertinas amenizavam o clima, quase sempre acalorado.²³⁸

De modo interessante, Bates também refere as chuvas da tarde, registrando que norte-americanos residentes no Pará afirmavam que o calor não chegava a ser tão forte quanto em outros climas tropicais. Que Nova York e Filadélfia no verão chegavam a ser mais quentes até. Que muitos moradores, inclusive ingleses pareciam viver saudavelmente e mesmo os habitantes que viviam nas proximidades de terrenos pantanosos, não apresentavam problemas de saúde. Para Bates, até o ano de 1848, o Pará apresentou notável salubridade e essa somente ficou comprometida a partir de então, com a incidência de várias epidemias. Para o naturalista fora muito instrutivo constatar a ausência de risco na exposição aos ares noturnos, bem como em morar nas proximidades das águas dos pântanos.

(...) Ficamos agradavelmente surpreendidos ao verificarmos que não havia risco em ficar a pessoa exposta ao ar da noite, nem em morar em terrenos pantanosos. Alguns ingleses, estabelecidos ali fazia vinte ou trinta anos, pareciam tão corados e saudáveis como se nunca tivessem deixado sua terra natal. As mulheres nativas pareciam também conservar sua boa aparência e robustez mesmo quando já haviam deixado de ser jovens. (...)²³⁹

Destaco ainda que para muitos moradores, as boas chuvas eram aquelas que traziam o alívio nas horas de calor numa cidade de clima acalorado. Tais sentimentos não eram, contudo, constantes e gerais, e embora houvesse frequência regular das chuvas em Belém, ao ponto de serem até aguardadas diariamente pelos habitantes em determinados horários, não raramente o vespertino, o convívio com elas podia revelar-se desconfortável e angustiante. É o que relata, por exemplo, Alfredo Ladislau, através da personagem Julinha, em conto intitulado “*Commentarios*”.

Aborrecida com as indiscrições propagadas acerca de sua vida amorosa e sobre as quais soubera em uma visita que havia realizado, Julinha estava “*na imminencia dum dos seus costumados ataques hystericos!*”. Indignada, ela retornara para casa em um bonde, no qual fizera “*péssima viagem*”, pois além da chuva, ainda precisara passar calor no interior do veículo fechado e aturar inconveniências de passageiros “*incivis*”.

O veículo seguia moroso, parando aqui, dando o prego ali, como que achando pouco as horas que levou para chegar ao largo de Palacio. Fôra, a chuva cahia

²³⁸ WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. Pp. 24. Relembro que a viagem de Wallace e Bates ocorreu nos anos quarenta.

²³⁹ BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. Pp. 22-3.

torrencialmente, estalando no calçamento, fustigando o dorso da gorda parelha, que de orelhas murchas corpo fumaçando seguia no passo ligeiro e desenfreado do jaboty. Dentro do carro (...) o calor asphixiava, maugrado a carga d'água que se despencava das nuvens! Pelas sanefas arreadas a água corria até os bancos, e do toldo, grossos pingos desprendiam-se daqui e dali.²⁴⁰

Muito provavelmente, no interior daquele mesmo bonde que transportava Julinha, houvesse passageiros imersos em sentimentos diferentes dos que eram nutridos pela jovem. É possível que, através de Julinha, Ladislau revele impressões sobre o que seria andar de bonde em Belém naqueles tempos – entre os séculos XIX e XX -, inclusive em momentos de chuva. Ou seja, através da personagem, o autor destaca os sentimentos de desconforto ante o calor intenso no interior do veículo fechado e também a necessidade de dividir o espaço do mesmo com passageiros alheios aos chamados bons modos, pensados como necessários à civilização.

Considero importante rever que as chuvas poderiam ser pensadas como boas mediante o papel utilitário de impedir a estagnação das águas nas ruas, ou seja, que propiciava a movimentação das águas paradas, escoando-as de tal modo que evitavam a formação de verdadeiras “*lagoas*” nas vias, largos e praças da cidade e que poderiam favorecer a (re)incidência de doenças. As palavras registradas em jornais fizeram referência a essa questão, considerada um grave problema para os moradores da cidade.

Na “Provincia do Pará” de 19 de abril de 1876, os redatores propuseram-se a chamar a atenção de autoridades e leitores em geral, para os perigos da febre amarela, doença que naquele momento afligia os moradores do Rio de Janeiro e que poderia atingir também a cidade de Belém.

O verão ahi vem pressuroso, e, se não houver sérias providencias entre nós, qual a sorte que nos aguardara?
(...) além de vivermos aqui cercados de terrenos pantanosos, grande parte das ruas da capital apresentam o triste aspecto, para uma cidade que tanto dinheiro consome em foguetes, de um sem numero de lagoas formadas pelas agoas pluviais que dentro em breve ficarão estagnadas por falta de chuvas que renovem as mesmas agoas, tornando assim essas lagoas verdadeiros focos de mephiticas exhalações miasmaticas. (...)²⁴¹

A renovação das águas pluviais conectava-se à ideia de movimento, discutida através da perspectiva organicista referida por Alain Corbin e mencionada nesta tese desde o capítulo anterior. Ao se precipitarem, as águas das chuvas escorriam pelos “*chãos*” da cidade,

²⁴⁰ LADISLAU, Alfredo. *Scenas da vida paraense: ligeiros contos*. Belém: Typographia da Imprensa Official, 1904. Pp. 17-9.

²⁴¹ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR.. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem.. Jornal: “A Provincia do Para”, anno I , nº 18, 19/04/1876. P.02. Sobre a questão das epidemias e cidades ver BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*. V. I.. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltdª. 1979. Pp.370-95.

agitavam as águas acumuladas em poças, favorecendo em maior ou menor intensidade o escoamento do líquido em questão. Mas essa “*renovação*” de águas ocorreria a contento durante os meses de maior precipitação, que seria o período entre dezembro e julho, aproximadamente. Justamente por essa razão, as palavras do jornal alertavam para o “*mal que se avesinha(va)*”, ou seja, a chegada do verão local, quando as chuvas eram menos recorrentes.²⁴²

O tom apelativo dos redatores guardava relação com algumas questões importantes para a cidade de Belém. Nos anos setenta dos oitocentos, conforme já expus, a economia gumífera encontrava-se aquecida, a cidade mais populosa, epidemias continuavam a se abater sobre os moradores e a causar temores em muitos também, inclusive porque Belém não era a única cidade sob aquela ameaça e as notícias sobre as doenças em outras localidades circulavam com regularidade nos jornais. Diante disso, as preocupações com a limpeza de ruas e prédios em geral eram temas cada vez mais frequentes em jornais e manifestações de dirigentes. No mesmo texto há pouco citado, os redatores escreveram que “*imperava um abandono de limpeza*” na cidade e responsabilizava o presidente provincial pela “*indiferença*” para com o problema do escoamento das águas, bem como com a obstrução de valas.²⁴³

Em texto publicado em 1868, redatores do “Diario de Belém” reportaram-se às leis dos anos vinte, referentes às funções da Câmara Municipal, para reclamar da indiferença dos governantes com relação às praças, as quais, segundo eles, estavam convertidas em “*pântanos e deposito de águas infectas durante o inverno*”, especialmente aquelas cujo terreno irregular dificultava o escoamento das águas pluviais, como por exemplo, a praça do Bagé, na qual fazia-se necessário andar sobre tábuas.²⁴⁴

²⁴² Ao tratar das estratégias da desodorização, Corbin discute a “*ascensão das preocupações higienistas no final do século XVIII, o esforço pela permanência de estratégias sanitárias*”. Com relação à lida com a água Corbin adverte para a ambiguidade do uso da mesma – “*limpar significa não tanto lavar, mas antes drenar; o essencial é assegurar o escoamento, a evacuação da imundície*”. Afirma também que “*desde a descoberta de Harvey, o modelo da circulação sanguínea induz numa perspectiva organicista, o imperativo do movimento do ar, da água, dos produtos. O contrário do insalubre é o movimento. (...)*”. CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. P. 122.

²⁴³ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “A Província do Para”, anno I, nº 18, de 19/04/1876. P.02. Sobre epidemias em Belém no período indicado ver na Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras. VIANNA, Arthur. *As Epidemias no Pará*. Pará: Imprensa do “Diário Oficial”, 1906. E também RITZMANN, Iracy de Almeida Gallo. *Belém: Cidade Miasmática. (1878 – 1900)*. Dissertação (mestrado). São Paulo: PUC/SP, 1997.

²⁴⁴ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Diario de Belém”, anno I, nº 22, de 30/08/1868. P. 01. A praça do Bagé foi depois denominada Carneiro da Rocha, como se conserva até hoje. Ver CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. P. 115.

Nos anos oitenta, os jornais locais persistiram com as reclamações acerca de problemas relacionados às chuvas. O “Diario do Gram-Pará” de 9 de março de 1886 publicou num breve texto sob o título de “*intransitavel*” que, “*com as chuvas que tem havido nestes ultimos dias, está intransitável a travessa de S. Matheus, entre a rua Nova de Sant’Anna e o Largo Saldanha Marinho*”. Os redatores acusam o poder público afirmando que caberia à Câmara Municipal tornar a referida rua “*transitável*”, uma vez que tanto transeuntes quanto moradores da mesma, pagavam para obter “*conservação e asseio da cidade*”.²⁴⁵

Em 26 de janeiro de 1887, o “Diario de Noticias”, através de um texto intitulado “*uma grande necessidade*”, queixava-se do lamaçal que se formara no caminho situado entre a travessa dos Mirandas e o Theatro da Paz. De acordo com a escrita dos redatores a situação ficava mais difícil para aqueles que iam aos espetáculos mas não dispunham de recursos para custear os carros de passeio, em vista do que, quando chovia, viam-se obrigados a “*patinar*” o “*lençol de lama*” que se formava, acarretando prejuízos para a saúde.²⁴⁶

Nesse caso o clamor dos redatores conectava-se com a ideia de construção do calçamento público, o qual, desde que submetido às regras de edificação, como por exemplo, o estudo de nivelamento do terreno, somaria positivamente para o processo de escoamento das águas trazidas pelas chuvas.

O calçamento era importante porque nem sempre o escoamento isoladamente era suficiente para conter o processo de formação da lama, o que comprometia, na visão dos reclamantes, a beleza e/ou elegância da área na qual estava situado o Theatro da Paz, frequentado pelas elites locais, proclamado como um orgulho para os moradores da cidade e representado desde os anos sessenta dos oitocentos pela produção de desenhistas, pintores e fotógrafos, conforme refletem as imagens que exponho a seguir. Em outras palavras, a lama era incompatível com a grandiosidade do prédio, bem como com a presença de moradores ilustres que afluíam ao teatro.²⁴⁷

²⁴⁵ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Diario do Gram-Pará”, anno 35, nº 54, de 09/03/1886. P.2. A travessa de São Matheus depois passou a ser denominada travessa Padre Eutiquio. A rua Nova de Sant’Anna foi depois denominada rua Senador Manuel Barata. O Largo Saldanha Marinho hoje é chamado Praça da Bandeira. Ver CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. Pp. 63, 37 e 103, respectivamente.

²⁴⁶ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Diario de Notícias”, de 03/11/1885. P.2. A travessa dos Mirandas depois passou a ser chamada avenida 15 de Agosto e finalmente avenida Presidente Vargas. Ver CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. P. 79.

²⁴⁷ SOUZA, Roseane Silveira de. *Histórias invisíveis do Teatro da Paz: da construção à primeira reforma. Belém do Grão-Pará (1869-1890)*. Dissertação (mestrado). São Paulo: PUC/SP, 2009.

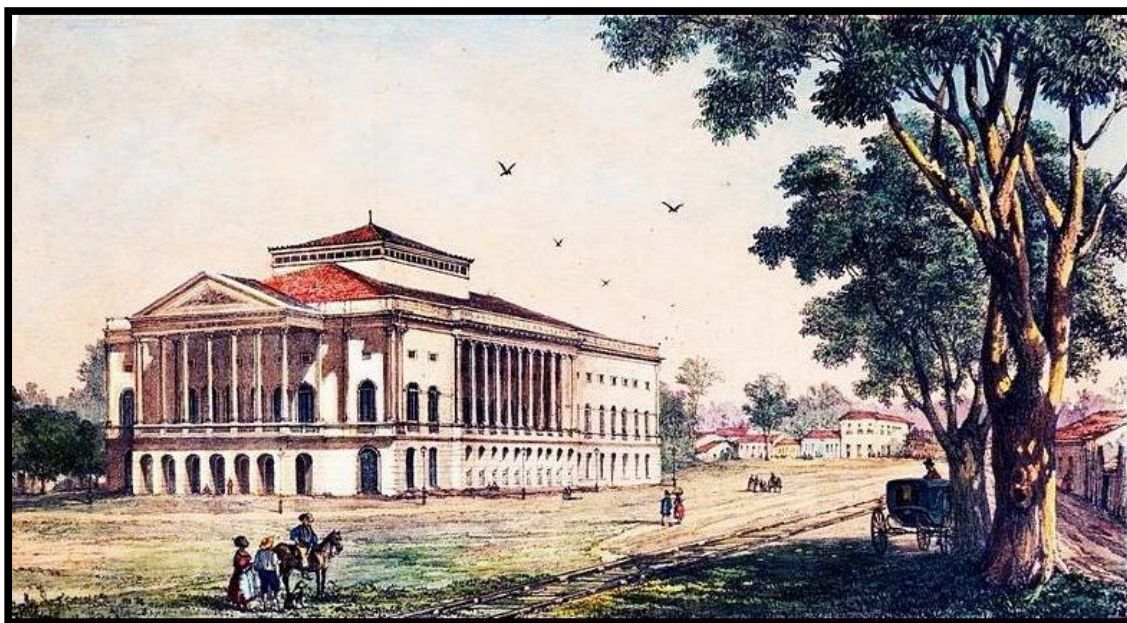


Figura 14 “Theatro N.S. da Paz”²⁴⁸

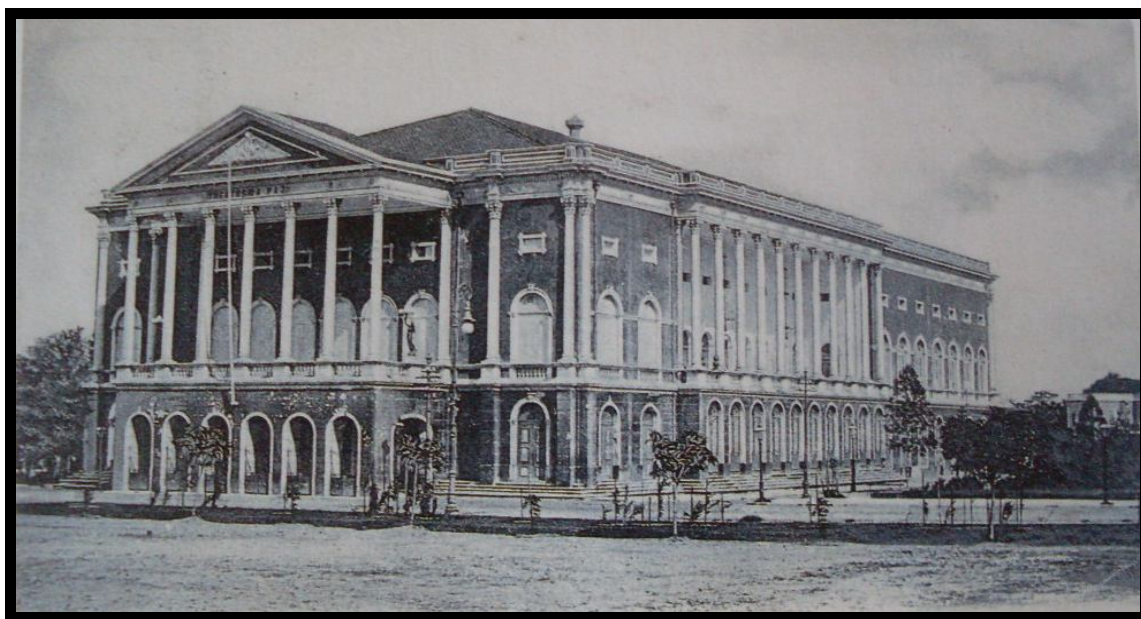


Figura 15 “Theatro da Paz”²⁴⁹

²⁴⁸ A imagem que apresento é um dos desenhos que integra a obra “*Panorama do Pará em Doze Vistas Desenhadas por J. Léon Righini*”, digitalizada por Lucia Mindlin Loeb. A versão digitalizada foi cedida ao CMA/UFPA e encontra-se disponibilizada no site www.ufpa.br/cma. Acesso em 14 set. 2009, às 11:58 hs.

²⁴⁹ A imagem (fotografia) reproduz um dos cartões postais constantes da obra “*Belém da Saudade: A Memória da Belém do Início do Século em Cartões-Postais*”. Belém: Secult, 1996. P. 168. Na obra em questão encontra-se registrado que o Teatro foi inaugurado em 1878 e que “na foto, a fachada original, com a frontaria avançada, apoiada em sete colunas que cobria o terrasse”.

Queixa semelhante foi apresentada nos anos noventa, quando o jornal “O Nacional” expôs uma reclamação acerca do calçamento da estrada da Independência. Segundo a palavra dos redatores, aquela era “*a avenida por onde transitava quase toda a população de Belém*”. Era ela a “*avenida por onde passavam o pobre e o rico, até mesmo os que seguem caminho da ultima morada*”, posto que através dela se chegava ao cemitério de Santa Isabel.

Segundo o jornal, desde as três horas da manhã os trabalhadores de ofícios diversos percorriam aquela estrada, o que se estendia até onze horas da noite e que apesar de tal constatação, o poder público parecia tê-la esquecido, pois quando ocorriam as chuvas a referida avenida

vive na escoação das águas pluviais, que escorrem da via férrea Urbana subindo algumas a um palmo e mais acima do solo tornando-se impossível o transito dos carros de luxo e das carroças d’aqueles que vivem d’ este meio de vida, e, ao mesmo tempo, privada de ser melhor edificada (...).²⁵⁰

Nos textos acima, as chuvas estão associadas aos problemas de trânsito de pessoas e veículos e embelezamento de logradouros considerados importantes em Belém. Essa importância fundamentava-se em valores consagrados em muitas cidades do ocidente, sobretudo as que se pensavam como exemplo de consolidação de modelo civilizado de vida: as avenidas amplas e bem calçadas, algumas ornadas com arborização frondosa e guardando certa simetria, as praças também ornadas com vegetais selecionados mediante critérios específicos, enfim.

De acordo com os redatores, tanto o “*pobre*” quanto o “*rico*”, moradores de Belém, sofriam as consequências do descaso do poder público que não encaminhava as reformas necessárias em largos e avenidas que, uma vez calçados, tornariam a cidade mais enxuta, limpa e, por conseguinte, bela. Logo, são textos que apontam para a necessidade dos dirigentes locais lidarem com uma “característica” climática local – a incidência das chuvas.

Inúmeros jornais circulantes em Belém no século XIX apresentam comentários insistentes em relação à abundância de chuvas e consequentes alagamentos. E muito raramente não é apresentada uma conexão com os problemas de saúde dos moradores da cidade, acometidos de doenças cujas causas estariam nas emanações pútridas de várias águas. Em outras palavras, a cidade era atingida pelas chuvas frequentes e não dispunha de um

²⁵⁰ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal “O Nacional”, anno II, nº 11, 07/11/1897. Pp. 2-3.

sistema eficiente de esgotamento das águas, daí os empachamentos, as águas pútridas, o predomínio da imundície e das doenças.

Além dos jornais, houve moradores que expressaram suas insatisfações e desejos através de abaixo-assinados, tais como alguns moradores da estrada de São José, em 17 de agosto de 1882.

Os abaixo assignados moradores a estrada de S. José, no intuito de lograrem os mesmos benefícios e vantagens, que estão logrando os moradores dos arredores do Palacete Provincial e das ruas Formosa, do Espírito Santo, no tocante ao calçamento pelo (?.) dos parallelipipedos, vêm respeitosamente pedir a [V. Exc^a] se digne mandar que o calçamento da referida estrada, apenas começado, seja prolongado até a extremidade oriental da travessa d'Atalaya.

Os motivos, que levão os supplicantes a se dirigirem à [V. Ex^a] neste sentido, são os seguintes: na estação invernososa essa estrada, que é uma das mais frequentadas, das mais bellas e pittorescas da capital, torna-se quase intrasintavel pela quantidade de lama e de poças d'água, que n'ella se encontrão, como é fácil de verificar-se no verão pra tanta poeria, que impede as famílias de chegarem as janellas e aos transeantes(?.) de (?.) o fato limpo e aceiado. (...)”²⁵¹

Ou seja, o uso dos paralelepípedos era considerado ideal pelos moradores da São José, considerando os “benefícios e vantagens” obtidos com aquele tipo de calçamento tanto no período de maior incidência das chuvas, quanto no verão, quando a poeira tornava-se intensa. Na argumentação, os moradores elencaram motivações afinadas com o discurso de dirigentes, autoridades médicas, redatores de jornais, entre outros, tais como a alta frequência daquela estrada, a beleza da mesma, a formação de poças d'água e lama durante o inverno, além da poeira no verão. Ou seja, para os moradores que reivindicavam o calçamento, a poeira e a lama eram percebidas com inquietação, pois causavam desconfortos, tais como a sujeira dos fatos e dos corpos.²⁵²

É fundamental lembrar também que em tempos de república proclamada e considerando os discursos de progresso e civilização acoplados a ela, alterações relativas aos espaços da cidade eram apresentadas através da palavra escrita de dirigentes, assim como em jornais afinados àqueles ideais.

A respeito disso, retomo o relatório de 1891, de Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes. O leitor talvez recorde que este dirigente estadual transcreveu a reclamação de Manoel Odorico Nina Ribeiro com relação à inserção de cláusulas contratuais “*não cogitadas*

²⁵¹ APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Abaixo-assinados. Caixa 6. Ano: 1882.

A estrada de S. José foi denominada posteriormente avenida 16 de Novembro. A rua Formosa, de rua 13 de Maio e a rua do Espírito Santo, avenida Assis de Vasconcelos. A rua do Atalaya, rua Joaquim Távora. Ver CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. Pp 79, 32 e 33, respectivamente.

²⁵² O fato era um tipo de roupa masculina, considerada de melhor apresentação, de uso domingueiro.

no edital de concorrência”, por parte da Diretoria de Obras Públicas, no parecer referente às propostas para execução da rede completa de esgotos de Belém.

Uma das cláusulas inseridas estabelecia “**augmentar os typos dos canos de esgoito, de modo a servirem tanto para as aguas e materias dos predios e pateos, como para as pluvias das praças e ruas, construindo bocas de lobo nas esquinas com fechaduras hydraulicas**”.²⁵³ (grifos meus)

Este seria o sistema “*tout à l’égout*”, escreveu Nina Ribeiro, no qual “a declividade das galerias deveriam ser as maiores possíveis para produzirem correntes fortes capazes de arrastarem pedras, areias, detritos de toda espécie (...)”. Já o sistema preferido na proposta do Banco Emissor era o “*radical*”, de conformidade com o qual

a canalização seria destinada apenas ao escoamento das matérias do despejo e águas servidas dos prédios urbanos, baseia-se no uso methodico dos declives mínimos, necessários ao escoamento dos líquidos, de modo a garantirem pela velocidade que imprimem na onda do esgoto, a impossibilidade de realizar-se a putrefação d’essas matérias entre o ponto do despejo e os tanques de purificação e filtragem.²⁵⁴

Nesse sistema a canalização usada deveria apresentar a forma oval e as curvas fechadas, diferente do primeiramente descrito, ou “*tout a l’égout*”, cuja canalização deveria apresentar formato circular, ou curvas amplamente abertas. Para Nina Ribeiro, considerando a topografia (superfície quase plana) da cidade de Belém e o fato de que a mesma situava-se em nível pouco acima do rio que a banhava, reforçava a opção pelo sistema radical. Além destes, outros dois argumentos deviam ser considerados, alertava Nina Ribeiro: o sistema “*radical*” mostrava-se eficiente higienicamente e mais econômico para a cidade.²⁵⁵

A despeito dos discursos voltados para a necessidade da execução da rede de esgotos, em mensagem de 1894, o governador Lauro Sodré reportava-se à necessidade que tinha a cidade de Belém de uma “*rede completa de canalisação de exgottos, sendo, como é, por demais imperfeito e deficiente o que n’esse gênero possuímos, sem regra e sem systema.*” O governador salientou ainda que para a boa higiene da capital, seria importante um “*plano*”

²⁵³ “Relatorio com que o Capitão-Tenente Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes passou a administração do Estado do Pará em 24 de junho de 1891 ao Governador Dr. Lauro Sodré, eleito pelo Congresso Constituinte em 23 do mesmo mez”. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2416/000002.html>. Acesso em 3 mai. 2006.

²⁵⁴ “Relatorio com que o Capitão-Tenente Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes passou a administração do Estado do Pará em 24 de junho de 1891 ao Governador Dr. Lauro Sodré, eleito pelo Congresso Constituinte em 23 do mesmo mez”. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2416/000002.html>. Acesso em 3 mai. 2006. A expressão “*tout a l’égout*” significa “tudo ao esgoto”.

²⁵⁵ “Relatorio com que o Capitão-Tenente Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes passou a administração do Estado do Pará em 24 de junho de 1891 ao Governador Dr. Lauro Sodré, eleito pelo Congresso Constituinte em 23 do mesmo mez”. Já referido. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2416/000002.html>. Acesso em 3 mai. 2006.

referente não só aos esgotos de matérias fecais e de águas, como também ao dessecamento de pântanos existentes por longo tempo na mesma. Entendia, contudo, que fosse uma atribuição municipal, uma responsabilidade da Intendência portanto, e que caberia ao Estado o auxílio na efetivação da obra.²⁵⁶

Em outras palavras, nos anos oitenta e noventa, bem como na primeira década do século XX, Belém ainda convivia com a valorização da borracha no mercado externo, e também com o aumento da imigração de “nordestinos” que buscavam trabalho nos seringais. Estudos diversos sobre a cidade de Belém mostram que mesma tornou-se mais populosa e politicamente houve promessas de melhorias que o império não conseguira efetivar.²⁵⁷

Não obstante as expectativas de mudanças com o advento da república, as ditas melhorias, sempre recorrentes nos discursos de dirigentes e textos jornalísticos, não foram tão rapidamente encaminhadas, assim como ficaram restritas a determinados espaços da capital, causando inquietações aos moradores sensibilizados pelo controle das águas.²⁵⁸

Em relação aos habitantes, reitero que os mesmos apresentavam grande diversidade e que, de modos diferenciados, conviveram com as questões relativas às águas. E embora a pesquisa imponha limites, é possível localizar as queixas e insatisfações de alguns - como os comerciantes da travessa Sete de Setembro - em relação ao controle das águas na cidade, conforme exponho mais adiante.

²⁵⁶ “Mensagem dirigida pelo Sr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em 7 de abril de 1894”. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2420/000002.html>. Acesso em 3 ago. 2006.

²⁵⁷ Em quadro demonstrativo sobre os habitantes da capital do Pará, Cristina Cancela apresenta um demonstrativo do crescimento populacional entre os anos de 1801 e 1920. Em 1801, a cidade somava 12.500 habitantes. Em 1868, 30.000. No ano de 1872 havia 61.997. Em 1884, 70.000. Em 1890, 50.064. Em 1896, 90.119. Em 1900, 96.560 e em 1920, 236.402. Sobre o crescimento populacional entre 1801 e 1868, a autora afirma “Neste período, a economia da borracha ascendera, e a renda da província, advinda das taxas de exportações, cresceram mais de 100% entre os anos de 1852 e 1865.” Adverte que “(...) para além das possíveis falhas e divergências na documentação, durante a economia da borracha, a população de Belém ascendeu intensamente.” E destaca que “entre as décadas de 1870 e 1920, cerca de 20% a 25% da população do estado do Pará vivia em sua capital.” CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém – 1870-1920)*. Tese (doutorado). FFLCH/USP, 2006. Ver também WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC:EDUSP, 1993. E BURLAMAQUI, Ruth. *Transformações demográficas numa economia extrativa: Pará (1872-1920)*. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1998 (citada por Cancela).

²⁵⁸ Conforme revelam estudos acerca da Belém daqueles tempos e as palavras escritas de dirigentes como Antonio Lemos, intendente municipal entre os anos de 1897 e 1912, e o governador Augusto Montenegro (1901-9), que buscaram investir em medidas administrativas pautadas em ideias higienistas, acreditando que o processo de civilização da cidade passaria necessariamente por estas. Ambos conviveram com problemas infraestruturais de longa data, inclusive a questão da deficiência no abastecimento de água potável, no sistema de esgotamento e na iluminação pública, as recidivas de alagamentos ocorridos em função das fortes chuvas, a obstrução de valas, docas e canais, entre outros. Sobre a cidade de Belém na virada do século XIX para o XX, a questão da urbanização, migração, higienização, inclusive acerca das fortes chuvas e alagamento da cidade em abril de 1910 ver LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Tese (doutorado). FFLCH/USP, 2006. E SARGES. Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.

2.3. Valas e canos de esgoto.

Os abaixo assignados commerciantes estabelecidos a travessa Sete de Setembro, entre a rua dos Mercadores e Formosa, vem respeitosamente chamar a atenção de V. Ex^a para o estado deplorável e immundo em que se acha aquella travessa, por falta de calçamento e muito especialmente de um cano de esgoto que dê sahida as águas pluvias e as do serviço domestico dos quintaes das ditas cazas; pois, sendo o leito da rua superior ao nível dos assoalhos ficam as águas depositadas debaixo dos mesmos, cauzando assim aos [Suppes] graves prejuízos em mercadorias, diterioramento nos predios, e muito principalmente para a boa hygiene”.²⁵⁹

Encaminhado nos anos oitenta dos oitocentos, o pedido acima remete para a questão basilar desse estudo: o viver numa cidade percorrida pelas águas de rios e igarapés, úmida, repleta de terrenos baixos, detentora de elevado índice pluviométrico e não raramente exposta às enchentes causadas pelas chuvas. Naqueles momentos, várias ruas transformavam-se em rios, cujos leitos eram constituídos de lama. Para os moradores descontentes com aquele estado de coisas, como os comerciantes urgia o empenho dos dirigentes no sentido de fazer esgotar as águas, facilitando a vida daqueles que nela viviam.

Considero importante ressaltar, no entanto, que a solicitação partiu de um grupo de comerciantes de uma determinada rua da cidade, ou seja, é possível que outros comerciantes convivessem com águas empoçadas, sem manifestar inquietação ante as mesmas perante as autoridades dirigentes. Na pesquisa que realizei encontrei raros documentos expressando insatisfação dessa ordem.

A planta a seguir, constante dos escritos do Barão do Rio Branco e do engenheiro Palma Muniz, traçada nos anos oitenta do século XIX, de certo modo vai ao encontro da polêmica instalada na imprensa do período, por exemplo, com relação ao embate entre moradores de Belém e as águas, considerando a incidência de terrenos baixos contidos em Belém, os quais ficavam mais expostos ao avanço das águas e, portanto, requeriam a intervenção das autoridades dirigentes e demais moradores no sentido de esgotar as águas acumuladas.

²⁵⁹ APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Abaixo-assinados. Caixa 6. Ano: 1881. A travessa Sete de Setembro conserva essa denominação e antes foi chamada travessa do Pelourinho. A rua dos Mercadores, depois foi denominada rua Conselheiro João Alfredo. Ver CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. P. 37 e 63.

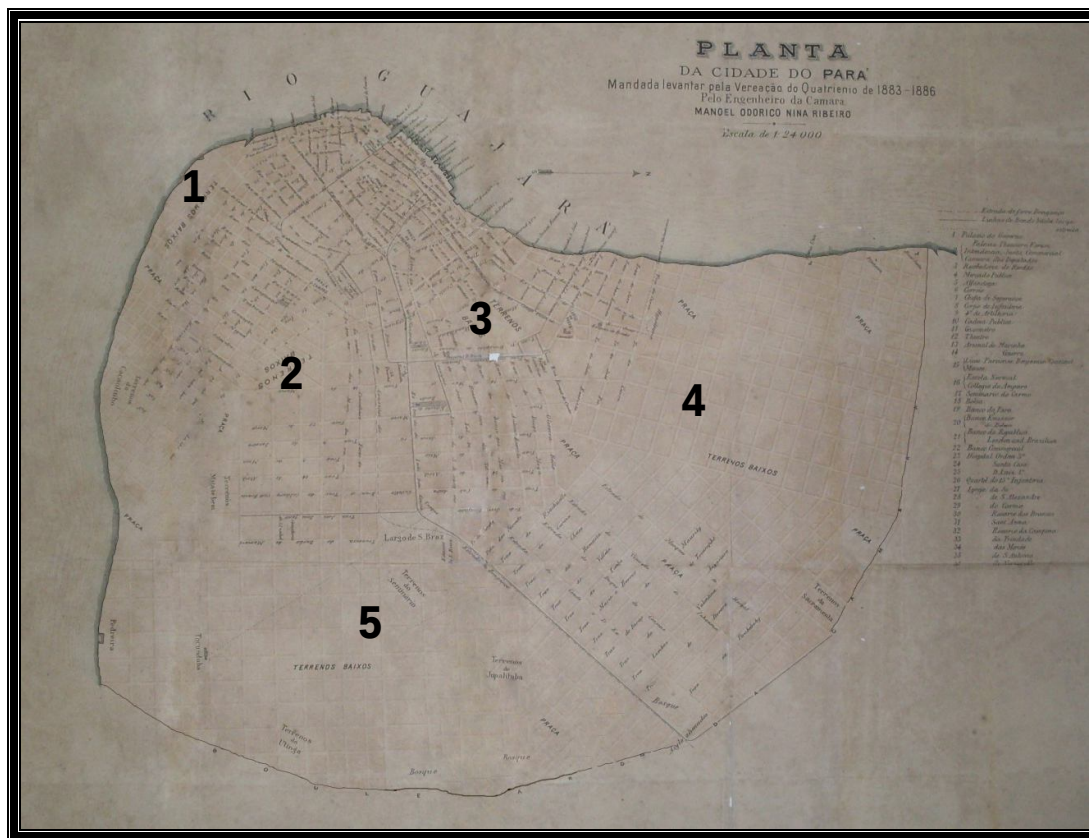


Figura 16 “Planta da Cidade do Pará”²⁶⁰. Destaques meus – “terrenos baixos” (1,2,3,4 e 5)

Os comerciantes estabelecidos na rua “Sete de Setembro” expuseram seu sentimento de desgosto para com a situação que se desenvolvera naquele começo de ano. O pedido deles data de 30 de maio de 1881 e conforme já exposto anteriormente, as chuvas precipitavam-se com mais intensidade na cidade de Belém entre os meses de dezembro e julho. As águas das chuvas ficaram acumuladas juntamente com as águas oriundas dos serviços domésticos transformando os quintais em alagados, os moradores em questão não deixaram de inserir comentários acerca daquelas que eram “*águas depositadas*”, paradas e comprometedoras da “*boa higiene*”. No caso dessa solicitação, o cano de esgoto deveria servir ao escoamento de

²⁶⁰ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras. Planta “*Mandada levantar pela Vereação do Quatriênio de 1883-1886 pelo Engenheiro da Câmara Manoel Odorico Nina Ribeiro*”. De acordo com Palma Muniz, a planta em questão foi desenhada com o objetivo de fazer novamente da demarcação da légua patrimonial concedida em 1627 a mando da Vereação. O engenheiro Nina Ribeiro “*apresentou a planta na qual, além do levantamento da parte urbana da cidade de Belém, projectou o alongamento e alargamento da capital do Estado do Pará, ocupando a area total da primeira légua*”. Ainda segundo Palma Muniz, na demarcação da sesmaria de 1627, a extensão de terras concedida era igual a 4.110 hectares ou 41.100.000 metros quadrados, calculada sobre a planta do engenheiro Nina Ribeiro. Ver MUNIZ, João de Palma. *Patrimonios dos Conselhos Municipais do Estado do Pará*. Paris/Lisboa: AILLAUD & Cia., 1904. P. 98. Sob a guarda do Ministério das Relações Exteriores/1ª Comissão Demarcadora de Limites/Belém, Pará.

águas pluviais e de águas oriundas do serviço doméstico, pois ambas permaneciam empoçadas.

O pedido deles relacionou-se ao cano de esgoto, um objeto avaliado como importante para implementar a movimentação das águas, tornar esse líquido invisível, evitar a estagnação da mesma e consequentes prejuízos. O leitor há de ter observado que os comerciantes em questão argumentavam que suas mercadorias ficariam comprometidas pelo acúmulo de água abaixo dos assoalhos. O cano para esgotar seria, na avaliação dos comerciantes, essencial naquele contexto, inclusive porque o nível da rua era superior ao dos assoalhos, o que tornaria inviável o escoamento das águas retidas.

Ao longo do século XIX, o esgotamento das águas nem sempre ocorreu com a intermediação de canos e mesmo o uso desses objetos não implicou no escoamento total das águas, corroborando para a incidência de odores fétidos. Em suma, a cidade crescia, mas o processo de esgotamento ainda deixava a desejar, de tal modo que a invisibilidade das águas pluviais e servidas fluía lentamente.

Nos anos oitenta do século XIX, uma matéria sobre canos de esgoto, publicada no “Diario de Noticias” remete para uma denúncia considerada importante: através dos canos instalados no arrayal de Nazareth, as matérias fecais seriam depositadas no igarapé localizado atrás do quartel do 15º batalhão, o que comprometeria severamente a higiene do bairro. Segundo os redatores, o serviço de canos de esgoto em Belém parecia um “*mero luxo*”, pois

não possuindo o Pará um estudo completo sobre o nivelamento da sua capital, claro fica que o serviço de esgoto é de todo ponto incompleto e não preenche o fim a que se destina.

Tanto as agoas servidas como as matérias fécaes ficam estagnadas nos canos em quase todas as ruas onde elles existem, e isto em vez de contribuir para a boa hygiene da capital, só serve para prejudicar a saúde publica.²⁶¹

Os redatores chamavam a atenção dos leitores para os odores pútridos que emanavam durante as madrugadas, das ruas canalizadas de Belém, principalmente na “*estação invernosa*”. Para eles, devido a desatenção ao nivelamento da capital, as “*matérias em decomposição exalavam miasmas deletérios*”, pois acumulavam-se, permanecendo estagnadas nos interiores dos canos que, a rigor, deveriam esgotá-las devidamente, desde que tivessem sido observados os cuidados necessários com relação ao nivelamento dos mesmos.²⁶²

²⁶¹ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal “Diario de Noticias”, anno VIII, nº 61, 17/03/1887. Pp. 2.

²⁶² Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal “Diario de Noticias”, anno VIII, nº 61, 17/03/1887. Pp. 2.

O uso dos canos de esgoto não implicou, portanto, em satisfação geral entre os moradores de Belém. E mesmo com o avançar dos oitocentos, a recorrência às valas como vias de escoamento era frequente. Os dirigentes provinciais, até os anos sessenta do século XIX, registraram com maior regularidade informações acerca das valas, essenciais para dar vazão às águas de inúmeros lugares da cidade de Belém. E mesmo com o avançar dos anos e o adentrar do século XX, e dos discursos em prol do progresso e da civilização que deveria imperar naquela que parecia ser uma cidade promissora, valas para esgotamento podiam ser encontradas em vários bairros da cidade, a despeito do apreço pelo embelezamento dos logradouros de Belém.

Em 12 de novembro de 1885, o “Diario do Gram-Para” anunciou que em sessão realizada no dia onze, a Câmara Municipal apresentou um ofício “*pedindo autorização da presidência da província para aumentar em 3.176\$000, a verba destinada a limpeza de valas*”.²⁶³

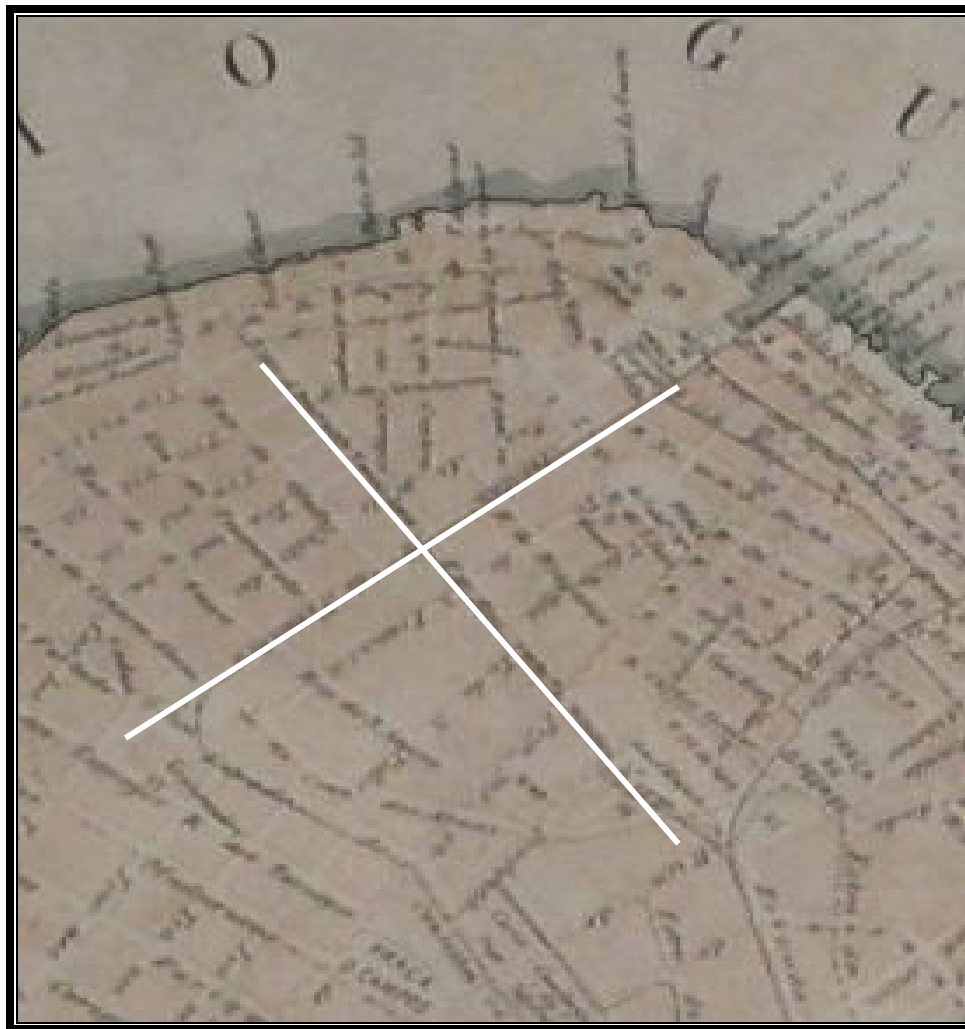
Nas valas era realizado o trabalho de estacamento. Nas maiores fazia-se necessário o estacamento reforçado com madeira resistente. Um exemplo que relembro eram as tão comentadas valas localizadas ao longo das estradas das Mongubeiras, São José e Arsenal – as primeiras, destacadas no detalhe da planta exposta a seguir, riscada pelo engenheiro Nina Ribeiro, nos anos oitenta do século XIX.

Em anos anteriores, década de cinquenta, para essas valas deveriam ser esgotadas as águas pluviais das estradas referidas, bem como as dos terrenos baixos, localizados às proximidades, conforme é possível perceber na planta da cidade que apresentei anteriormente.²⁶⁴

O estacamento era construído com madeira resistente ao tempo e às próprias águas, em relatório de 1852 constam maçaranduba e acapu para as grandes valas da estrada das Mongubeiras. Caso o estacamento fosse descuidado, as margens das valas podiam ruir mais rapidamente, causando a obstrução das valas, reduzindo o movimento das águas escoadas e gerando mais alagamentos.

²⁶³ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal “Diario do Gram-Pará”, anno 34, nº 287, de 12/11/1885. P. 1.

²⁶⁴ Ver Relatório apresentado ao exm.o snr. dr. José Joaquim da Cunha, presidente da província do Gram Pará, pelo commendador Fausto Augusto d’Aguiar por ocasião de entregar-lhe a administração da província no dia 20 de agosto de 1852. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1852. Disponibilizado em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 fev. 2005.



Detalhe, Figura 16
Destaques meus – estradas das Mongubeiras e de São José.

Naquela obra foi usado um cano, estacado também, para esgotar as águas que escorriam do largo da Trindade e circunvizinhanças, em direção às valas. O cano não ficou exposto, recebeu uma cobertura em madeira, um soalho em taboas que media mais de 50 braças, sobre o qual os moradores podiam caminhar.

Devido aos muitos terrenos baixos localizados naquela área, os dirigentes ordenaram a construção de valas menores, pois o acúmulo das águas pluviais era considerado abundante. Em 1852, o presidente da província declarou em seu relatório que seria necessário levar adiante a abertura de um grande canal, há muito tempo pensado, com extensão suficiente para “circunvalar” toda a cidade e unir o igarapé do Arsenal ao do Reducto. Seria um enorme

canal, recebedor das águas de todas as valas e valetas, um sonho de escorrer e enxugar a cidade, que não foi concretizado.

Nos anos sessenta os dirigentes continuavam a reclamar das valas, a registrar que eram obras mal realizadas, que era necessário avaliar a substituição das mesmas por canos de esgotos e/ou canais, que talvez pelos canais pudessem navegar pequenas canoas para abastecer a população residente em áreas mais distantes, enfim. Ou seja, com o avançar do século XIX, fortalecia-se a ideia de que melhorar a cidade significava também enquadrar as águas. Afinal, as águas pluviais em abundância, empoçadas nos logradouros públicos eram as más águas, convidativas de doenças e morte. Combatê-las era um modo de pensar cada vez mais naturalizado.²⁶⁵

O combate às águas indesejáveis passava por ideias integradas de intervenção urbana, através das quais seriam devidamente esgotadas as matérias cloacais, as águas servidas, assim como as pluviais. Além disso, pântanos e terrenos alagados seriam dessecados. As vias em geral, bem como largos e praças receberiam calçamento. Os prédios em geral, inclusive as casas de moradia deveriam ser submetidos às regras de limpeza. A água potável deveria ser fornecida através da devida canalização. Ademais, as referidas intervenções ocorreriam de conformidade com os rigores dos conhecimentos científicos.²⁶⁶

No início dos anos setenta, obras de esgoto e calçamento foram encaminhadas na cidade. Em 1870, o presidente provincial Abel Graça, relatou à Assembleia Legislativa Provincial que obras públicas como o calçamento da cidade de Belém, por exemplo, achavam-se contratadas. As obras de instalação de canos de esgoto e posterior feitura de calçamento foram encaminhadas pelo engenheiro civil Augusto Michel Andreossy, arrematante cujo contrato para implementação das obras remonta a 05 de maio de 1870.²⁶⁷

A obra referente aos canos de esgoto implicaria no emprego de canos de esgoto denominados de 2º e 3º typo, o que compreenderia as chamadas obras de chaminés com

²⁶⁵ “Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa Provincial pelo presidente provincial por s. exc.a o sr. vice-almirante e conselheiro de guerra Joaquim Raymundo de Lamare, em 15 de agosto de 1867”. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1867. Disponibilizado em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. 17 set. 2005.

²⁶⁶ Ver ANDRADE, Carlos Monteiro. *A peste e o plano: o urbanismo do engenheiro Saturnino de Brito*. Dissertação (mestrado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP. 1992.

²⁶⁷ Jornais da capital de Belém apresentaram matérias referentes ao que foi denominado “Questão Andreossy”, devido às discordâncias entre esse arrematante e a Repartição de Obras Públicas. O mesmo arrematante, aliás, também ficou encarregado das obras concernentes ao cais de marinha.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial pelo quarto vice-presidente, dr. Abel Graça”. Pará, Typ. do Diario do Gram-Pará, 1870. Datado de 15 de agosto de 1870. Disponivel em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 23 set 2005.

alçapões e bocas de lobo. Já os calçamentos envolveriam bordaduras, passeios e calçada pelo “*systema de parallelipipedos*”.²⁶⁸

Ao relatar os feitos de sua administração em 1872, o presidente provincial Abel Graça informou que já estavam pagas três prestações referentes aos canos de esgoto, inclusive de tipos distintos, no valor total de 14:302\$650.²⁶⁹

O empenho dos dirigentes provinciais no processo de esgotamento das águas prosseguiu. Em fala proferida em 15 de fevereiro de 1877, o presidente João Capistrano Bandeira de Mello Filho, registrou que o arrematante Andreossy suspendera as obras do calçamento, a qual dependia de material importado. Esse engenheiro esteve responsável pela área composta por ruas e travessas situadas entre a praça de Palácio, rua nova do Imperador e praça do Visconde de Mauá.

De acordo com o dirigente, as galerias de esgoto estavam em andamento, mas não deveriam ser custeadas pela Província, pois faltava um plano melhor estruturado de tratamento de “*matérias sólidas antes de serem lançadas nas águas do Guajará*”. Capistrano registrou que tanto o serviço de esgoto quanto a canalização de água potável, deveriam ser conduzidos por uma mesma empresa especializada, pois a província já despendera “6:938\$880 com a construcção do cano coletor e 7:164\$000 com o cano marítimo”, faltando ainda pagar ao arrematante “4:775\$040 relativa a canos de 3º typo, bordaduras e boccas de lobo”.²⁷⁰

Conjuntamente às queixas de moradores, críticas veiculadas pela imprensa, esforços implementados pelos governantes, ao final dos anos setenta o dessecamento dos pântanos, as obras dos esgotos e calçamento, a desobstrução das valas, continuavam a ser problemas debatidos e todos eles remetiam para o controle sobre as águas. Para José Coelho da Gama e Abreu, presidente da província entre 1879 e 1881, a causa do “*estado mórbido da população*

²⁶⁸ “Relatorio apresentado ao exm. sr. Barão da Villa da Barra em 5 de novembro de 1872, por ocasião de passar a administração da província ao 2º vice-presidente o exm. Sr. Barão de Santarem. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 23 set. 2005.

²⁶⁹ “Relatorio apresentado ao exm. senr. dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides pelo exm. senr. dr. Pedro Vicente de Azevedo, por ocasião de passar-lhe a administração da província do Pará, no dia 17 de janeiro de 1875”. Pará, [Typ. de F.C. Rhossard], 1875. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 23 set. 2005.

“Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1872 pelo presidente da província, dr. Abel Graça”. Pará, Typ. do Diario do Gram-Pará, 1872. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 23 set. 2005.

²⁷⁰ Falla com que o exm. sr. dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 2.a sessão da 20.a legislatura da Assembleia Legislativa da província do Pará em 15 de fevereiro de 1877. Pará, Typ. do Livro do Commercio, 1877. In: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 23 set. 2005.

de Belém, seria a existência dos pântanos que começam no litoral, junto ao arsenal de marinha, e, alargando-se e estendendo-se, chegam até o Igarapé das Almas e do Reducto”.²⁷¹

Em novembro de 1885, a Câmara Municipal recebeu um ofício da presidência da província comunicando que

tendo de submeter a aprovação da Assembléa Provincial um grande melhoramento sobre o dessecamento de pântanos, que os há em abundância n’esta capital, pede que se lhe remetta as plantas e orçamento que sobre esse ponto existirem na secretaria.²⁷²

A respeito disso, a planta a seguir, representando Belém em 1899, destaca os “*terrenos baixos*” e “*áreas de igapó*”, ainda comuns na cidade. Ou seja, Belém chegava ao final do século XIX, com uma expressiva quantidade de terrenos baixos e propensos a alagamentos, além dos pântanos já constituídos, a despeito dos escritos de dirigentes e redatores de plantão e de reclamações de comerciantes sobre ruas empoçadas e enlameadas a comprometer-lhes os negócios.

Com efeito, a imprensa local não dava trégua, sobretudo quando os jornais eram de oposição política aos dirigentes locais. Culpavam-nos pela lentidão e pelo descaso com que tratavam a questão da saúde da população e associavam à demora nas obras de esgotamento, o que favorecia a permanência de pântanos, e com eles as enfermidades que maltratavam os habitantes.

Segundo os redatores do “Diario do Gram-Pará”, nos anos oitenta do século XIX, mesmo populosa em função de seu florescimento econômico, a cidade somava vinte e oito médicos, dos quais poucos pareciam interessados em estudar mais profundamente as causas de tantos males que dizimavam a população, além de demonstrarem grande insegurança em relação ao tema da saúde pública. Diante disso, a questão do acúmulo de água na cidade, aliado ao da precariedade na limpeza de ruas, canais, valas e calhas e obstrução de canos de esgoto, era retomada com frequência.²⁷³

²⁷¹ Falla com que o excellentissimo senhor doutor José Coelho da Gama e Abreu, presidente da provincia, abriu a 2.a sessão da 21.a legislatura da Assembléa Legislativa da provincia do Gram-Pará, em 16 de junho de 1879. Pará, 1879. In: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 23 set. 2005.

²⁷² Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal “Diario do Gram-Pará”, anno 34, nº 287, 12/11/1885. P. 1.

²⁷³ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Diario do Gram-Pará”, anno 34, nº 237, 20/10/1885. P. 01.

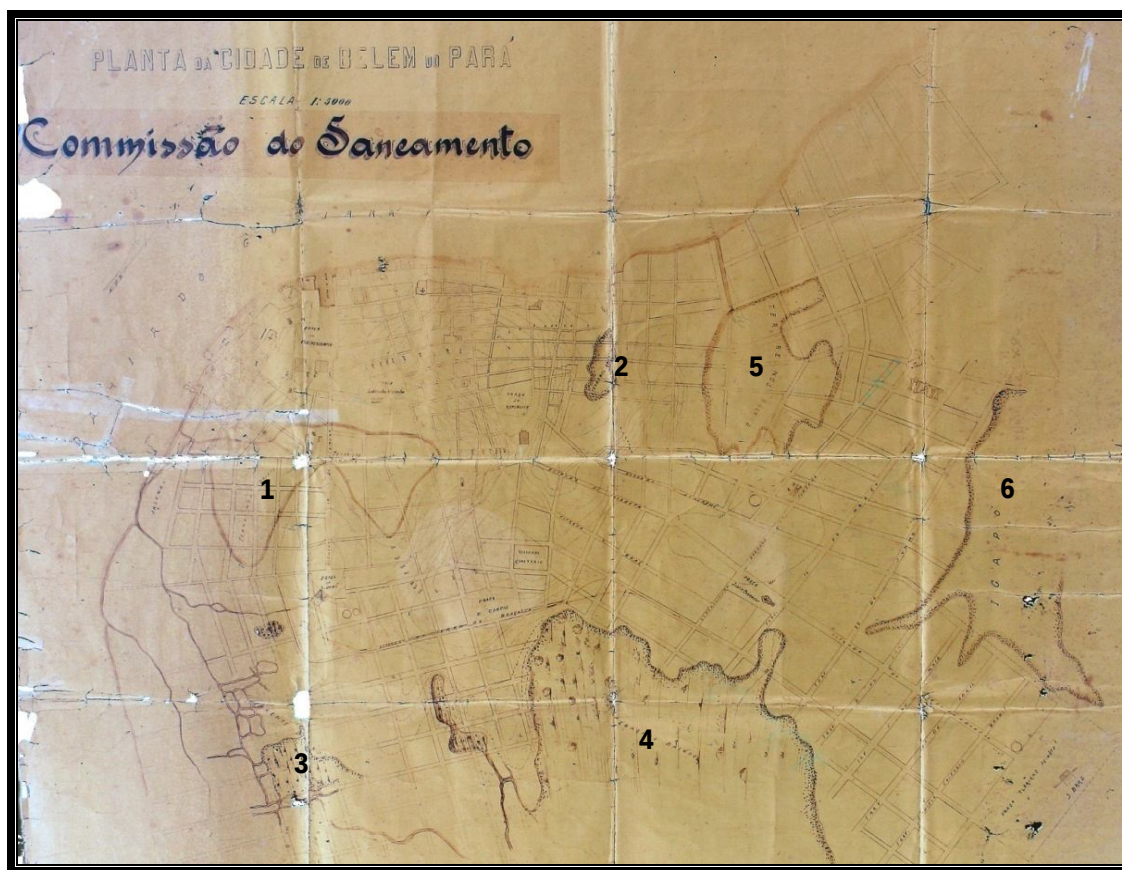


Figura 17 “PLANTA DA CIDADE DE BELÉM DO PARÁ – Comissão de Saneamento”²⁷⁴
 Destaques meus: terrenos baixos (1,2,3,4,5) e áreas de igapó (6)

Ressalto que a limpeza a que me referi, relacionava-se à remoção da lama que muito facilmente se formava em diversos logradouros de Belém, relacionada em grande parte a esse problema estava atrelada a questão do calçamento da cidade. A esse respeito, nos anos oitenta, houve redatores que empregaram suas penas no registro de textos que denunciavam o estado considerado precário de inúmeras ruas da cidade, entre elas a estrada da Independência, que se encontrava com as calhas recheadas de lama, pois os trabalhadores, ao realizarem a dita limpeza, apenas avolumavam a lama no meio da estrada. Ao chover, o resultado desse acúmulo era que as águas voltavam a depositar a vasa nas calhas.²⁷⁵

²⁷⁴ Fonte: Museu Paraense “Emílio Goeldi”/Coordenação de Informação e Documentação/Biblioteca. Belém - Mapa Cadastral – Pará. Comissão de Saneamento Planta da Cidade de Belém do Pará. 1899.

²⁷⁵ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “A Província do Pará”, anno X, nº 2703, de 05/05/1885 - P. 02.

E não obstante o passar dos anos, o adentrar do século XX, a república proclamada e com ela mais discursos de superação do atraso em que se encontrava a cidade sobretudo devido às chamadas incompetências passadas, as queixas persistiram ou em jornais que se opunham aos dirigentes de plantão, ou nos relatórios dos próprios governantes, ou em abaixo-assinados.

A julgar pela palavra escrita da imprensa, crescia o número de moradores afinados com ideais de progresso e que incomodavam-se com o convívio com as águas que formavam lama, empachavam sob assoalhos, encharcavam as vias de trajeto. E nessa mesma linha de pensamento, também se incompatibilizavam mais e mais com ofícios da água ditos “de escravos” e/ou criados em geral, tais como a coleta e o transporte da mesma em vasilhas, pelos logradouros da cidade, em franca exposição aos olhares de todos, ou ainda erguer baldes e latas, dos interiores dos poços.²⁷⁶

Urgia então, pelo menos nos pensamentos de alguns moradores de Belém, a recorrência aos ditos intermediários, objetos que podiam tornar-se invisíveis ao cumprirem suas funções de realizar a conexão entre moradores e águas, preservando o sentido utilitário das mesmas e garantindo o esgotamento daquelas que poderiam comprometer a saúde dos habitantes, bem como a organização da cidade, ou ainda a ordenação do todo.

Os objetos intermediários que refiro eram, por exemplo, os canos de diversos diâmetros, as válvulas de prender água e de segurança, as uniões para encanamento, as torneiras, estas, diferentemente dos outros, permaneciam visíveis, impassíveis, em modelos variados, à espera dos toques de comando que promoveriam o jorro d’água. Vários desses objetos, nos anos oitenta dos oitocentos, eram expostos em anúncios de jornais da cidade.

A canalização da água rumo às residências e prédios em geral, mesmo que morosamente, ganhava o tom de naturalização, ou seja, para muitos dentre os que viviam em Belém, a recorrência ao líquido essencial à vida, assim como o seu processo de esgotamento, também precisavam adequar-se aos ditames do progresso, tal como se fosse uma lei de evolução da vida humana.

²⁷⁶ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal “Diário de Notícias”, anno XV, nº 11, de 07/11/1897. P. 1.

Figura 18 - bombas²⁷⁷Figura 19 – Anúncio de latrinas, canos e variado serviço de encanamento²⁷⁸

²⁷⁷ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Diario de Belém”, anno XIV, Nº 94, de 29/04/1881. P. 03.

²⁷⁸ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Diario de Noticias”, anno VIII, nº 98, de 03/05/1887. P. 04.

A despeito, contudo, da aparente praticidade e comodidade propiciadas por tais objetos, da aura de progresso que os revestia aos olhos de muitos, emergiram observações acerca dos vazamentos e conseqüentes perdas de água, tal como registrou Francisco Bolonha em relação a outras cidades.

(...) Nos serviços de abastecimento d'água particular, deve-se levar em conta o desperdício d'água, devido ao mau funcionamento de válvulas e torneira, aos defeitos comuns e frequentes dos contadores, quando estes são usados e, sobretudo, ao mau aproveitamento da água. (...)

Por exemplo, em Glasgow, que gosava de um abastecimento de 222 litros por habitante, em 24 horas, a perda era de 171 litros, no mesmo espaço de tempo, isto é, 77%.

Chicago com 780 litros diários, por habitante, tem uma perda de cerca de 240 litros, ou sejam perto de 30%.²⁷⁹

Em síntese, o autor em questão advertia para a necessidade de ser considerado o chamado “*coeficiente de reforço*”, ou seja, uma extrapolação diária da quantidade de água a ser ofertada pela empresa responsável. Segundo Bolonha, alguns “*autores notáveis*” afirmavam que esse coeficiente deveria ser igual a 70% da quantidade diária de litros a ser fornecida, mas na maioria das cidades em que este era observado, atingia entre 30% e 50%.²⁸⁰

Nesse sentido, o processo de civilização da água numa cidade marcada pela abundância da mesma, haja vista, a incidência das chuvas, rios e igarapés em profusão, requeria na visão de muitos, não só a constituição de uma “*companhia*”, uma “*empresa*” a partir da qual seria organizado o fornecimento da água potável, como também a observação de determinados princípios, inclusive o que se refere à capacidade de vazão d'água pelos mananciais a serem escolhidos.

Diante disso, foram implementados estudos respaldados nos saberes científicos, entre os quais os trabalhos de engenharia relacionados ao nivelamento do solo citadino, à escolha de mananciais e respectivas nascentes, ao traçado para comunicação dos mananciais com as máquinas e destas com a canalização, da qualidade das águas a serem fornecidas, enfim.

²⁷⁹ UFPA. Biblioteca Central Prof. Dr. Clodoaldo Beckmann, acervo de obras raras. BOLONHA, Francisco. *Canal de Água Preta*. Belém-Pará: Off. Graphics do Instituto “D. Macedo Costa” (Escola Profissional do Estado). 1939. P. 23.

²⁸⁰ UFPA. Biblioteca Central Prof. Dr. Clodoaldo Beckmann, acervo de obras raras. BOLONHA, Francisco. *Canal de Água Preta*. Belém-Pará: Off. Graphics do Instituto “D. Macedo Costa” (Escola Profissional do Estado). 1939. P. 23.

2.4 Direcionando a água aos interiores das casas - a Companhia das Águas

Fica organizada n'esta cidade uma Companhia anonyma que se denominará “companhia das Aguas do Gram-Pará”, com o fim de abastecer a mesma cidade de Agua potável, de conformidade com o contracto celebrado entre o Presidente da Provincia e o engenheiro civil Edmund Compton, em 19 de Fevereiro de 1880. (A rigor, 17 de fevereiro de 1880)²⁸¹

Os trabalhos conectados ao estabelecimento da “Companhia das Águas” foram marcados por polêmicas diversas que envolveram inúmeros moradores de Belém, tais como proprietários de terrenos, tanto os situados às proximidades dos mananciais quanto aqueles localizados em áreas consideradas mais centrais de Belém, redatores de jornais, dirigentes provinciais, engenheiros, “operários”- como eram denominados os trabalhadores contratados para as obras do fornecimento de água, aguadeiros, entre outros.

Os ditos trabalhos relacionaram-se com o propósito de canalizar a água potável até os prédios em geral na cidade, o que implicaria em custos para os moradores. Devido a isso, tanto o contrato, quanto a lei que embasou a celebração do mesmo, foram objeto de debates, sobretudo no início dos anos oitenta do século XIX, na imprensa local.²⁸² A lei, de n. 949 de 19 de agosto de 1879 autorizava “a presidência a contratar, com quem maiores vantagens offerecer, por espaço de 40 annos, a canalisação e abastecimento de água potável n'esta capital, sob differentes condições”.²⁸³

Relacionada à lei, por exemplo, emergia nos escritos jornalísticos bem como nos textos de manifestações dos dirigentes, a questão da gratuidade (ou não) da água para os moradores da cidade, problema que estava estreitamente relacionado com a concepção de que a água como um elemento natural, deveria ser gratuita.

²⁸¹ APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série Ofícios. Ano: 1880 -89. Caixa: 377. Artigo I, do capitulo I (“Da organização e fins da Companhia”) do “*Projecto de Estatutos da Companhia das Aguas do Gram-Pará*”. Enviado ao presidente da província José Coelho da Gama e Abreu, em 07/12/1880, por Edmund Compton. Embora neste documento conste a data de 19/02/1880, em todos os demais que consultei, a data indicada para a assinatura do contrato é 17/02/1880, data observada em outros documentos (ofícios também) referentes à questão do estabelecimento da Companhia. Este contrato foi autorizado mediante a lei n. 949 de 19 de agosto de 1879. Há também referências ao “*termo additivo ao contracto*”, datado de 09/06/1880. Acerca desse último, ver documento encaminhado por Edmund Compton à presidência provincial, datado de 23/09/1880.

²⁸² Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “A Constituição”, anno VII, números 195, 196 e 197, dias 01, 02 e 03 de setembro de 1880. Reporto-me aqui a uma “transcrição” do contrato, constante do jornal, nos exemplares referentes aos dias aqui indicados.

²⁸³ APEP. Colleção das Leis da Provincia do Gram-Pará. Tomo XLI. Parte I. Ano: 1879.

O problema da gratuidade já estava em debate há décadas, conforme discuto em capítulo posterior. Outro objeto de discussão tanto entre os redatores de jornais quanto entre membros da Assembléia Legislativa, foi a ação da iniciativa privada no fornecimento da água. Para alguns, como o deputado G. Cruz, a outorga desse serviço a uma “*empresa companhia*”, era danoso às necessidades da população de Belém. Para ele a medida implicaria numa concessão de privilégios a particulares, que resultaria na isenção dos dirigentes em relação às questões relativas ao fornecimento da água como também na sobrecarga de custos sobre a população.²⁸⁴

Não obstante as discordâncias, a lei foi “*resolvida*” pela Assembleia Legislativa e “*sancionada*” pela presidência provincial. Desse modo, o presidente “*ficava autorizado a contratar com quem maiores vantagens oferecer, por espaço de quarenta annos a canalisação de água potável n’esta capital (...)*”.²⁸⁵

No decorrer dos anos oitenta a polêmica em torno da Companhia alimentou a produção de numerosos textos jornalísticos. O tema da quantidade de água a ser fornecida, por exemplo, foi focalizado em vários momentos, pois para alguns redatores, os setenta e cinco litros diários estimados pela Companhia para cada morador ao longo de dez anos, era muito pouco, considerando que o clima da cidade era acalorado e os mananciais, abundantes.²⁸⁶

Embora não seja meu propósito o aprofundamento dessa discussão, é importante relembrar que a cidade era, pelo menos em parte, abastecida de água considerada potável pelos chamados aguadeiros, os quais recorriam regularmente aos poços do Paul d’Água e vendiam água pelas diversos logradouros de Belém.²⁸⁷

²⁸⁴ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal “A Constituição”, anno VII, n. 194, de 31/08/1880. P. 01. A questão da gratuidade ou não da água potável, aparece em discursos de dirigentes provinciais do Pará desde os anos cinquenta do século XIX. Tal discussão não ficou tampouco restrita à cidade de Belém. A respeito disso, ver SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das Águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

²⁸⁵ APEP. Coleção das Leis da Provincia do Gram-Pará. Tomo XLI. Parte I. Ano: 1879.

²⁸⁶ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal “A Constituição”, anno VII, n. 211, de 22/09/1880. P. 01. O jornal “A Constituição” dedicou inúmeras páginas de críticas ao contrato estabelecido pelos dirigentes locais com a Companhia. Era um jornal afinado com o partido Conservador e de oposição ao governo liberal que vigia nos início dos anos oitenta do século XIX. A questão da quantidade de água por habitante também é discutida neste jornal. Esta questão é referida em SILVA, Ivo Pereira da. *Terra das Águas: uma história social das águas em Belém, século XIX*. Dissertação (mestrado). Belém: UFPA/IFCH/PPHIST, 2008.

²⁸⁷ Sobre os aguadeiros de Belém há os estudos pioneiros de CRUZ, Ernesto. *A água de Belém – sistemas de abastecimento usados na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1944. E também BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004. SILVA, Ivo Pereira da. *Terra das*

A respeito disso, o mapa que exponho a seguir, constante do “Atlas do Império do Brasil” de 1868, localiza a rua do Paul d’Água, bem como o Largo dos Poços.²⁸⁸

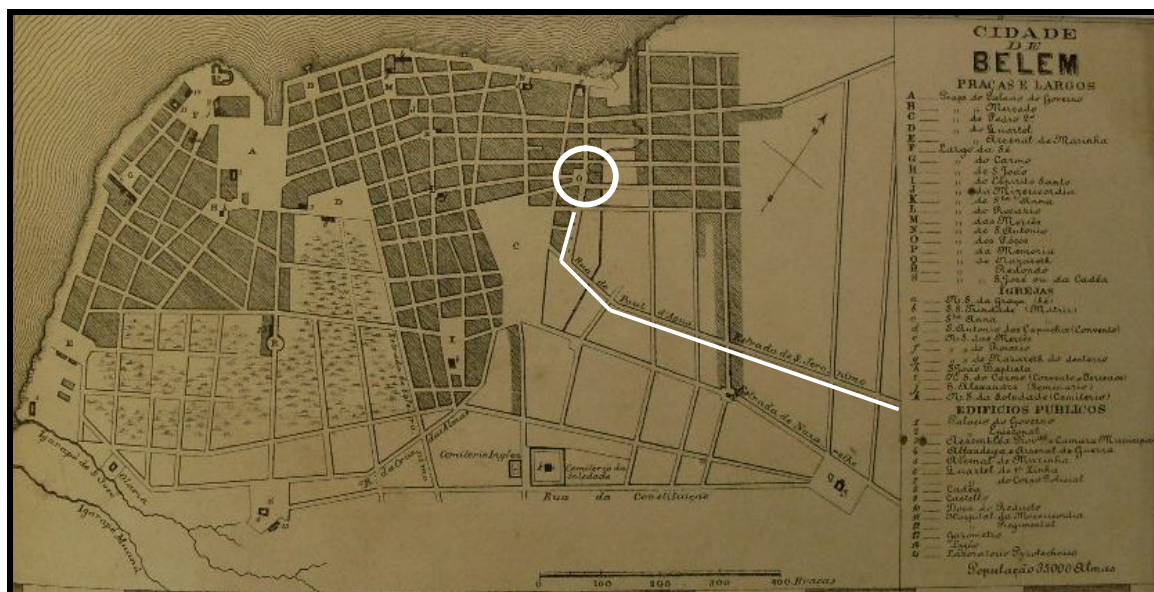


Figura 20 - Mapa da cidade de Belém, com indicações do Largo dos Poços e da rua do Paul d’Água – (Destaques meus)

Assim sendo, os moradores da capital do Pará estavam familiarizados, de algum modo, com a prática comercial da água e possivelmente, não ficariam surpresos com outro tipo de fornecimento não gratuito do líquido em questão. A surpresa certamente adviria em relação aos valores e critérios de cobrança, como, por exemplo, dúvidas quanto a possibilidade de estabelecer negociações de pagamento com os fornecedores.²⁸⁹

Além disso, não eram poucos os moradores habituados ao uso gratuito da água, desde aqueles que dispunham de criados para efetuar a coleta em fontes e poços, até os que providenciavam pessoalmente a obtenção daquele líquido, coletando e transportando suas vasilhas d’água, sem quaisquer recursos para fazê-lo de outro modo. Em estudo que remonta

Águas: uma história social das águas em Belém, século XIX. Dissertação (mestrado). Belém: UFPA/IFCH/PPHIST, 2008.

²⁸⁸ UFPA. Biblioteca Central Prof. Dr. Clodoaldo Beckmann, acervo de obras raras. ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Império do Brasil compreendendo as respectivas divisões ecclesiasticas, eleitoraes e judiciárias*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico. 1868.

²⁸⁹ Em relação a São Paulo, essa questão é discutida em SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das Águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

aos anos quarenta do século XX, é discutida a situação dos moradores de Belém diante dos encaminhamentos dos trabalhos de instalação da Companhia.²⁹⁰

Em outras palavras, durante vários anos permaneceu a recorrência aos aguadeiros, bem como aos poços, fontes e igarapés, pois as torneiras públicas nem sempre correspondiam às necessidades dos habitantes. Estas, aliás, mediante o contrato, deveriam ser em número de “*pelo menos quatro por distrito, além de duas no caes de marinha para o abastecimento dos navios mercantes e uma no arsenal de marinha para o abastecimento dos navios de guerra*”. O valor da água vendida por intermédio das torneiras públicas, não deveria ser superior a um real por litro.²⁹¹

Diante das questões desenvolvidas, bem como do tempo razoável que demandaria o processo de canalização da água potável na cidade, além das disputas políticas, dos debates travados na imprensa, as autoridades dirigentes precisaram tolerar a recorrência ao Paul d’água. Este continuava a gerar preocupações em alguns dirigentes, mesmo às portas dos anos oitenta, segundo se depreende dos registros de José Coelho da Gama e Abreu, presidente provincial, em 1879.

Como é sabido, é d’este local que é colhida a maior quantidade de água consumida na cidade; o bom ou mau estado d’estas fontes é, por conseguinte, objecto muito importante.

Acham-se elles arrematados pelo Sr. Barjona de Miranda que, há pouco tempo, me participou estarem os aparelhos com que é extrahida a água, bem como o motor e deposito completamente estragados. Ordenei ao dr. Jose Felix Soares que examinasse o local e apresentasse o plano e orçamento das obras. Este communicou-me que convinha impedir o uso das águas até que se fizessem os reparos e fosse esgotado o poço, com o que concordei.

Mas havendo muitos pedidos para, por qualquer meio, pôr em serviço os ditos mananciaes pela extrema falta que fazião, o Sr. Barjona de Miranda se promptificou, á expensas suas, a fazer os reparos indispensáveis no motor e na bomba, esgotando os depósitos para a população não sofrer. Aguardo que o engenheiro me participe o acabamento d’estas obras para franquear ao publico o uso d’aquellas águas.²⁹²

Na mesma “*falla*”, o dirigente lamentou a “*má qualidade*” da água que a população consumia em Belém, uma vez que se encontravam diluídas na mesma “*todas as impurezas da cidade*”. Lamentou, como tantos outros anteriormente, “*a existência de extensos paús*” que, rodeando a cidade, contaminavam o ar. Diante de tais problemas reforçava a necessidade de

²⁹⁰ CRUZ, Ernesto. *A água de Belém – sistemas de abastecimento usados na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1944. Pp. 51-2.

²⁹¹ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal “A Constituição”, anno VII, n. 195, de 03/09/1880. P. 01.

²⁹² Fala com que o excellentissimo senhor doutor José Coelho da Gama e Abreu, presidente da provincia, abriu a 2.a sessão da 21.a legislatura da Assembléia Legislativa da provincia do Gram-Pará, em 16/06/1879. Pará, 1879. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 24 ago. 2006.

canalização da água, mediante planejamento baseado em estudos preliminares sustentados por análises e cálculos com respaldo científico. A argumentação construída em prol do estabelecimento da Companhia de Águas fundamentou-se também em formulações dessa ordem.

A Companhia de Águas do Gram-Pará teve seu funcionamento autorizado pelo decreto n. 8244, de 3 de setembro de 1881, com um capital igual a “Rs 800:000\$000”. Edmund Compton era o engenheiro gerente. Outros cinco engenheiros mecânicos integravam a equipe da Companhia: Willian Frederic Wright, Willian Baker, J. A. King, Henry Willian Whitear e M. G. Powels. De acordo com o projeto de estatutos, a duração da mesma estendia-se por quarenta anos, considerados a partir da conclusão das obras, a menos que a quantidade diária do fornecimento de água fosse majorada.²⁹³

Assim como inúmeras obras relativas às águas efetuadas em Belém, a organização dos trabalhos da Companhia precisou considerar características climáticas locais, como por exemplo, o período de maior incidência de chuvas. A respeito disso, relembro que os responsáveis pelas obras do cais de Belém, estendidas pela maior parte do século XIX, também precisaram levar em conta a questão das chuvas, bem como as marés.²⁹⁴ Desse modo, as avaliações do córrego Utinga e dos mananciais Bossuaquara e Antão, por exemplo, passaram por critérios relacionados à “bondade” e quantidade das águas, e a relação destas com a precipitação de chuvas, períodos de estiagens, assim como “existência de matas” nas proximidades dos mesmos.

Considerando essa questão refiro a título de reforço, a certificação assinada por Felix Soares, Martinho Pinto Braga e Antonio Joaquim de Oliveira Campos – integrantes da comissão de engenheiros do governo - segundo a qual “o córrego Utinga dito do Aureliano havia dado no mês de outubro de 1880, mais de três milhões e novecentos mil litros **de água**

²⁹³ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. “*Almanak Paraense de Administração, Comércio, Industria e Estatística*” – Primeiro Anno: 1883. Para: Typ. de Assis e Lemos. Neste almanaque consta a data para o estabelecimento do funcionamento da Companhia.

De acordo com o “Relatorio com que o exm. sr. presidente, dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, passou a administração da provincia ao exm. sr. 1.o vice-presidente, dr. José da Gama Malcher. Pará, Typ. do ‘Liberal do Pará,’ 1882”, o número do decreto era 8243. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 ago. 2006.

Ver também CRUZ, Ernesto. *A água de Belém – sistemas de abastecimento usados na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1944. E também BOLONHA, Francisco. *Canal de Água Preta*. Belém-Pará: Off. Graphics do Instituto “D. Macedo Costa” (Escola Profissional do Estado). 1939. Depositado na UFPA. Biblioteca Central Prof. Dr. Clodoaldo Beckmann, acervo de obras raras.

²⁹⁴ Rever o “Relatorio que o Presidente da Provincia do Pará Antonio Coelho de Sá e Albuquerque apresentou ao Vice-Presidente Fábio Alexandrino de Carvalho Reis ao passar-lhe a administração em 12 de maio de 1860.” In: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 16 set. 2005.

potável de boa qualidade própria para o abastecimento da cidade” (grifos meus).²⁹⁵ Por esta mesma avaliação o Utinga foi considerado o principal manancial d’água para a Companhia, sendo ainda necessário, contudo, que a mesma indicasse outros mananciais que viessem a adicionar os litros d’água diários necessários para completar os seis milhões exigidos pela Administração provincial.

Os documentos que apresentam as considerações a respeito da procura dos necessários mananciais, também revelam determinados aspectos relacionados aos critérios de atribuição de “*boa qualidade*” das águas dos mesmos, embora este não fosse o foco da abordagem dos mesmos. Para o engenheiro Felix Soares, por exemplo, o córrego São Joaquim tinha a qualidade de suas águas comprometida durante o inverno, pois adquiria sabor de “*folhas podres*”, além das águas do mesmo ficarem “*coloridas*”. Para aquele engenheiro, portanto, a boa qualidade da água estaria relacionada à ausência de sabor e de matérias orgânicas decompostas e também, com o predomínio de limpidez da mesma, ou seja, a rigor, a boa água era desprovida de sabor, cor e odor.

Além das considerações que mencionei, a boa qualidade também estava relacionada à conservação das matas próximas aos mananciais. Em vista disso, era preciso estabelecer os limites das referidas áreas, coibir a derrubada da vegetação, evitar a proximidade dos moradores com as nascentes, de modo a afastar os riscos das contaminações, ou seja, era imprescindível “*conservar*” as matas. Possivelmente, para aqueles que examinaram as condições dos mananciais, fosse importante levar em conta a qualidade considerada natural, o que significaria que a boa qualidade da água seria possibilitada pela natureza intacta, ou praticamente intocada pelo homem.²⁹⁶

Em relação a essa questão, o presidente provincial registrou em 1881 que foram realizados estudos sobre a qualidade das águas e também acerca da capacidade dos mananciais Utinga, Boiossucoara e do Antão durante o período de verão, devido a estiagem de chuvas. Foi ratificada a necessidade de desapropriação com o propósito de impedir a redução das matas, pois acreditava-se que uma vez reduzidas, os mananciais também

²⁹⁵ APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série Ofícios. Ano: 1880 -89. Caixa: 377.

²⁹⁶ Ver VICTORINO, Valerio Igor P. *Uma Visão Histórica dos Recursos Hídricos na Cidade de São Paulo*. In: Revista Brasileira de Recursos Hídricos. Vol. 7 n. 1 Jan/Mar 2002, 51-68. ww2.prefeitura.sp.gov.br/.../visao_historica_recursos_hidricos_sao_paulo.doc. Acesso em 25 ago. 2006. LIMA, Maria Goretti C. de e CORRÊA, Antonio Carlos de Barros. *Apropriação de uma unidade de conservação de mata atlântica no espaço urbano do Recife – PE: o caso da reserva de Dois Irmãos*. In: www.ufpe.br/revistageografia/index.php/.../6. Acesso em 25 ago. 2009. Ernesto Cruz também alerta em seu trabalho sobre a necessidade de conservação das matas. Ver CRUZ, Ernesto. *A água de Belém – sistemas de abastecimento usados na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1944. P. 67.

sofrieriam diminuição. Aliás, em todos os terrenos desapropriados, ficou proibida a derrubada de árvores por qualquer órgão, empresa ou pessoa, pois a “*abundância dos mananciais*” estava relacionada à “*conservação do arvoredo*”. Assim sendo ficou resolvido que

junto ao manancial Utinga ou do Aureliano, deveriam ser desapropriadas e conservadas as matas em um espaço de terreno de 1.500 metros de comprimento e 1.000 de largo. Junto ao manancial Boiosucoara 1.000 metros em quadro. Junto ao terceiro manancial, chamado Antão, igual quantidade de terreno.²⁹⁷

Embora de propriedade do governo, as porções em questão seriam usadas pela Companhia, enquanto ela recorresse aos mananciais para o fornecimento de água em Belém.

Há que se considerar, contudo, que as águas de mananciais relativamente distantes da cidade de Belém, não ficavam isentas de modo absoluto, do contato com materiais orgânicos, sobretudo vegetais e estes, por conseguinte, também geravam contaminação. Entretanto, parecia predominar entre os engenheiros, a ideia de que a ação antrópica seria a mais danosa às águas dos mananciais e que, portanto, a desapropriação seria a medida mais acertada não só para a conservação dos mesmos, como também para os procedimentos de canalização das águas que seriam fornecidas.

Em outras palavras, os registros escritos a respeito das obras relacionadas ao fornecimento de água potável, não indicam preocupação com o tratamento químico da mesma, pelo menos na fase inicial dos trabalhos dos anos oitenta do século XIX. Parecia-se acreditar, predominantemente, que as matas protegeriam as fontes de abastecimento e, nesse sentido o próprio debate em torno das desapropriações dos terrenos seria mais um endosso à conservação da suposta boa qualidade.

Felix Soares advertia também para a influência dos verões rigorosos no rendimento dos mananciais, ou seja, nos períodos de seca havia redução na quantidade de água gerada pelos mesmos, logo o fornecimento de água poderia sofrer intensa redução durante o verão, o que já ocorrera, por exemplo, com o do terreno do Sr. Aureliano (Utinga), que rendia dois milhões de litros diários, mais outrora chegou a render cinco milhões.²⁹⁸ Sobre essa questão, o concessionário e engenheiro Compton, registrou que indicara nas plantas, inúmeras nascentes

²⁹⁷ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em 15/02/1881 pelo exm. sr. dr. José Coelho da Gama e Abreu (presidente da província). Pará, Typ. do Diário de Noticias de Costa & Campbell, 1881. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 ago. 2006.

²⁹⁸ APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série Ofícios. Ano: 1880 -89. Caixa: 377. Parecer de 01/10/1880, assinado por Felix Soares.

dotadas de capacidade para suprir diariamente cinco milhões e quinhentos mil litros de água de boa qualidade.²⁹⁹

Edmund Compton ponderava também que as obras da Companhia nas proximidades das nascentes, precisariam considerar o calendário climático local. Desta feita a preocupação do engenheiro era de outro teor, as obras deveriam ser implementadas durante os meses de verão, quando as chuvas eram menos incidentes, do contrário os custos seriam absurdos, frente ao *“combate à quantidade de água que se encontraria nos lugares das operações. Nesta categoria entram a limpeza das fontes e ribeirinhos e preparo dos alicerces do açude para represar a água e do reservatório subterrâneo”*.³⁰⁰

As águas precisaram então, receber a aprovação dos profissionais considerados qualificados para esse fim, a fim de serem incorporadas ao processo de fornecimento à população, conforme expressou, no ano de 1880, em ofício ao presidente Gama e Abreu, o engenheiro Edmund Compton.

Peço á V. Excia se digne expedir as ordens necessárias para o recebimento dos mananciais já apresentados, no sentido que **elles formam parte das aguas approvadas** pelo Governo para o abastecimento d'esta Cidade vendo que não só eu como também os Engenheiros do governo temos examinado em varias occasiões e sempre deram bom resultado.³⁰¹ (grifos meus)

Os trabalhos de engenharia foram numerosos, muitas foram, por exemplo, as plantas produzidas para o desenvolvimento do processo, como por exemplo, plantas dos trabalhos de canalização e distribuição das águas, plantas dos mananciais, plantas dos tanques de ferro para distribuição, plantas dos reservatórios, entre outras.

Em requerimento de 11 de janeiro de 1881, Compton submeteu ao presidente da província Jose Coelho da Gama Abreu, um requerimento no qual descreve uma planta, contida no desenho de número um.

indicando: 1º a posição e extensão dos terrenos que é necessário desapropriar-se, 2º o plano geral das obras principais que devem ser apresentadas, 3º a situação dos mananciais que já foram examinados e aprovados pela comissão de engenheiros nomeada por V. Ex.^a. (...) ³⁰²

²⁹⁹ APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série Ofícios. Ano: 1880 -89. Caixa: 377. Ofício de Edmund Compton à presidência provincial, de 23/09/1880.

³⁰⁰ APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série Ofícios. Ano: 1880 -89. Caixa: 377. Ofício de Edmund Compton à presidência provincial, de 18/11/1880.

³⁰¹ APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série Ofícios. Ano: 1880 -89. Caixa: 377. Ofício do Engenheiro Edmund Compton ao presidente da Província do Pará José Coelho da Gama e Abreu, em 18/11/1880.

³⁰² APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série Ofícios. Ano: 1880 -89. Caixa: 377. No dito requerimento não consta o desenho ou planta referidos.

A planta em questão também tinha o propósito de esclarecer o funcionamento dos “*apparelhos*” que conduziriam a água pela cidade de Belém. Segundo Compton havia um “*ponto de reunião*” das seis principais nascentes do córrego Utinga, a partir do referido ponto, nas proximidades do Marco da Légua, seriam estabelecidas tanto a Estação das máquinas quanto as bombas, “*para o ajuntamento das águas nos reservatórios subterrâneos*”.

Uma vez ajuntadas nos reservatórios, as águas seriam “*aspiradas*” para o encanamento principal por intermédio de bombas a vapor. Através do encanamento, as águas eram depositadas no tanque de distribuição, localizado no largo de São Braz. Nesse ponto, o engenheiro esclarece que tanto as caldeiras, quanto as máquinas a vapor e as bombas eram dotadas de força suficiente para “*impelir a água através do encanamento original, o qual teria o diâmetro de doze polegadas, podendo assim fornecer em 10 e 12 doze horas a máxima quantidade de água exigida pelo contracto (...)*” que era igual a três milhões de litros por dia, de conformidade com o termo aditivo ao contrato, de 09 de junho de 1880.³⁰³

Compton reforça ainda que as bombas, caldeiras, máquinas a vapor teriam condições de funcionar o dobro de tempo em caso de necessidade. A julgar pela palavra escrita do engenheiro, o funcionamento do maquinário visava o melhor atendimento possível aos moradores da cidade. Aliás, os termos do contrato também indicavam esse intento.

Acerca dessa questão, importa considerar também os relatórios da Companhia referentes aos anos oitenta, através dos quais são apontados os supostos avanços da mesma em relação à canalização geral da cidade, assim como o atendimento às moradias. Todavia, paralelamente à consolidação da Companhia e, por conseguinte, do projeto que ela representava, raros eram os anúncios de casas de moradia com água encanada em Belém tanto nas duas últimas décadas dos oitocentos, quanto na primeira do século XX.

Da mesma forma, em quarenta inventários datados entre os anos noventa do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, nenhum indica que nas propriedades descritas houvesse água encanada, o que aponta para a continuidade da recorrência de vários moradores às fontes ou nascentes de águas bem como aos poços, senão públicos, uma vez que suprimidos pelo poder público, aos particulares e que, portanto, o processo de invisibilidade das águas, via encanamentos, ocorria em fluxo distinto do sugerido nos entusiasmados documentos oficiais.

³⁰³ APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série Ofícios. Ano: 1880 -89. Caixa: 377. No dito requerimento não consta o desenho ou planta referidos.

Na imagem que apresento a seguir, coeva aos anos sessenta e setenta do século XIX, Léon Righini construiu uma leitura do Largo da Trindade, na qual é possível observar um dos poços públicos da cidade, repleto de entulho, o que significava a vedação da utilização do mesmo.

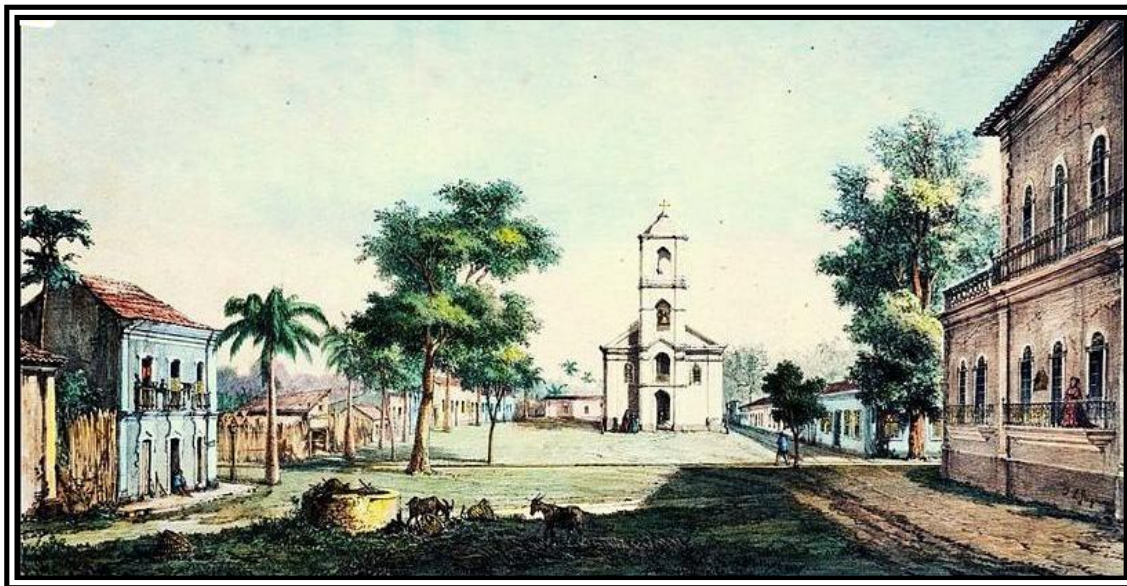


Figura 21 “Largo da Trindade”³⁰⁴

A imagem do poço entulhado pode proporcionar a ideia inicial de que a cidade já não mais recorria aos poços, daí a impressão de abandono daquele recurso pelos moradores. A presença dos animais, representados nas proximidades do poço, pode ser um elemento reforçador dessa ideia, ou seja, o poço já não era mais frequentado, o mato crescera nas proximidades dele e os animais alimentavam-se da vegetação.

Entretanto, o serviço de abastecimento permanente de água canalizada foi oficialmente inaugurado em 1883. Ou seja, a despeito do que poderia sugerir o progresso comercial de Belém, principalmente considerando a economia gumífera, e o próprio crescimento da cidade, o fornecimento de água potável ainda era restrito há poucas horas diárias, o que acarretou para a enorme maioria de moradores, a imposição da conciliação de modos distintos de aquisição e armazenamento de água.

³⁰⁴ CMA/UFPA. O desenho integra a obra “*Panorama do Pará em Doze Vistas Desenhadas por J. Léon Righini*”, digitalizada por Lucia Mindlin Loeb. Versão digitalizada cedida ao CMA/UFPA, disponibilizada no site www.ufpa.br/cma. A imagem em questão foi extraída deste site em 14/09/2009, às 11:48 hs. Segundo Ernesto Cruz “*com o advento da República, a Intendência Municipal não mais permitiu a conservação dos poços nas praças e ruas de Belém*”. CRUZ, Ernesto. *A água de Belém – sistemas de abastecimento usados na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1944. P. 63.

Diante disso, não era incomum que a criadagem de moradias equipadas de água encanada, necessitasse recorrer aos baldes, bacias, latas, entre outros objetos, para provê-las de água, questão sobre a qual me detenho na segunda parte dessa tese. Logo, o fechamento de alguns poços, não significou o término da abertura de outros e principalmente, não acarretou o fim da recorrência aos mesmos, apesar da proibição de manutenção de poços públicos após a república.

Outrossim, no processo de ampliação da canalização, a Companhia operou também, mesmo com os moradores arcando com os custos das obras em suas casas. Lentamente, no decorrer da década de oitenta, os habitantes solicitavam aquele serviço por motivos que poderiam relacionar-se à valorização de suas propriedades, como também à adequação aos modos civilizados de viver na cidade - a busca do que era considerado prático ou mesmo confortável e adequado no processo de obtenção da água. Afinal, para alguns poderia ser importante ostentar torneiras, lavatórios, latrinas com sifões, entre outros objetos, em suas moradias e/ou em seus prédios de trabalho.³⁰⁵

A importância da recorrência a tais objetos poderia residir no processo de construção de sensibilidades marcadas pelo ideal civilizacional tão propagado pelos discursos de dirigentes e jornais, por exemplo, e relacionadas a sentimentos de conforto, satisfação, alívio, e mesmo enquadramento, no tocante aos usos da água, como também nos estímulos gerados por anúncios e conversas. Afinal, para vários moradores definiam-se cada vez mais como inadequadas atitudes consideradas, anteriormente normais com relação à lida com as águas tais como, retirar água dos poços, acondicioná-las em potes, recorrer aos sanitários desprovidos de retretes.

Aos poucos, mediante a consolidação dos ideais de progresso, aos quais se associavam regras de higiene corporal e de moradia, a recorrência ao uso de torneiras, latrinas, entre outros, espalhou-se na cidade, tornando-se quicá para muitos, um ideal a ser consagrado nos

³⁰⁵ Analisando a história do conforto em São Paulo, Denise Bernuzzi de Sant'Anna adverte para a diversidade de significados e funções que o conforto adquiriu na cidade de São Paulo entre os anos de 1870 e 1950, ou seja, os significados do conforto foram vários, assim como os usos do mesmo relacionaram-se tanto ao luxo de minorias abastadas quanto às reivindicações populares de salubridade urbana e bem-estar. Ou seja, “(...) a diversidade de significados e funções que o conforto adquiriu ao longo daqueles anos revelou dimensões da vida urbana fundamentais para a compreensão das divisões entre o supérfluo e o necessário, o fausto e o modesto, o extraordinário e o trivial. (...)”. A autora elucida também que “a história do conforto é, também, aquela da produção e do consumo de produtos capazes de suscitar sentimentos por vezes inusitados: com o comércio de banheiras, duchas, bidês, torneiras e com a massificação do sifão, por exemplo, ganha corpo uma sensibilidade avessa a odores outrora considerados naturais dentro das moradias e nos seus quintais.” SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *História do conforto na cidade de São Paulo*. Anos 90, Porto Alegre, n. 14, dezembro de 2000. P. 162. In: www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/download/.../4098. Acesso em 26 abr. 2009.

interiores das moradias. O processo de canalização da água nas moradias era essencial para a efetivação desse processo e a importância da Companhia em relação a este, também.³⁰⁶

Embora fundamental ante os ditames do progresso nos modos de morar, a canalização da água nas casas de moradas necessitou conviver com as agruras da civilização. Em outras palavras, em fase inicial de organização, a Companhia das Águas deixava a desejar no atendimento aos moradores, pois havia torneiras, mas nem sempre geravam água. Além disso, o poder público teria intensificado, nos anos oitenta, a pressão aos aguadeiros, considerados concorrentes na venda da água, pelos dirigentes da Companhia. A tensão estabelecida levou a eclosão de um confronto social, denominado pela imprensa local de greve de aguadeiros, sobre a qual discutirei mais detidamente no capítulo a seguir.

Não obstante às polêmicas e tensões, a canalização da água prosseguiu. A imagem que apresento a seguir retrata o reservatório localizado no então largo de São Braz, inaugurado em 1884 e que perdura aos dias atuais (século XXI), em funcionamento.



Figura 22 Reservatório d'água em ferro, localizado na Avenida da Independência³⁰⁷

³⁰⁶ Sobre essa questão considero útil a leitura de QUEIROZ, Eça de. *A cidade e as serras*. Porto: livraria Chardron, 1901. Disponibilizado em <http://fibopianos.wordpress.com/correio-diario/>. Acesso em 28 jun. 2009.

³⁰⁷ A imagem (fotografia) reproduz um dos cartões postais constantes da obra *“Belém da Saudade: A Memória da Belém do Início do Século em Cartões-Postais”*. Belém: Secult, 1996. P. 95. Segundo registros constantes nessa obra, o material de que foi constituído o reservatório foi importado da França. A avenida da Independência hoje é denominada Magalhães Barata e o largo de S. Braz, praça Floriano Peixoto.

Nos anos noventa a Companhia das Aguas teve sua desapropriação declarada de utilidade pública – lei estadual nº 127 de 19 de abril de 1893.³⁰⁸ No decorrer dos anos noventa consta, de acordo com as mensagens e relatórios de dirigentes, que eram necessárias mais obras capazes de suprir as necessidades de consumo, uma vez que o custo da água havia sido barateado e estavam a funcionar, em 1897, quarenta e cinco bicas ou torneiras públicas, “*além de não ser pago todo o consumo dos estabelecimentos publicos e hospitaes*”.³⁰⁹

Inegavelmente, havia uma postura governamental, no sentido de propiciar mudanças de sensibilidades e, portanto, de comportamento, entre os moradores da capital do Pará, em relação às águas. Cada vez mais os habitantes conviviam com objetos e ações que, de diferentes modos, relacionavam-se às alterações nos modos de obtenção e usos da água, haja vista que ruas eram escavadas para introdução da tubulação que intermediaria os contatos com as águas.

Ainda no tocante à postura a qual me refiro, vem à tona nos discursos das mensagens e relatórios de dirigentes, a conexão com o cientificismo considerado essencial nos debates republicanos do Pará. No que concerne aos usos das águas nos interiores das moradias, por exemplo, alguns princípios deveriam ser pensados como básicos: as águas deveriam percorrer o encanamento invisivelmente e jorrar das torneiras em lavatórios, bacias e outros objetos similares, mediante o manejo dos moradores. Invisivelmente também, elas deveriam ser esgotadas

Todavia, a despeito das mudanças operadas, inclusive a expansão da rede de abastecimento, conforme exponho na imagem da “planta” de 1908, modos antigos de lidar-se com a água permaneceram, coexistindo com os novos, e também com os objetos e construções que representavam o progresso nas relações com a mesma, tais como a constituição de galerias, colocação de tubos, válvulas e torneiras, todos vulgarizados no processo de expansão da água encanada, processo que significou a luta pela conquista e/ou controle desse líquido na cidade de Belém.

³⁰⁸ CMA/UFGA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA/PA. Série: desapropriação. Data: 25/03/1895. Processo de desapropriação em que é requerente o Governo do Estado do Pará e requerida a Companhia das Aguas do Gram Pará.

³⁰⁹ “Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. Lauro Sodré, governador do Estado, ao expirar o seu mandato, no dia 1º de fevereiro de 1897”. De acordo com a mensagem do governador Lauro Sodré, “no exercício liquidado de 1895-1896, a receita, no valor de 11.808:958\$270, teve uma adição do saldo do exercício anterior (1894-1895) no valor de 2.733:911\$029”. Neste mesmo exercício foi pago à Companhia das Aguas o valor de 1.350 contos. Além disso, constam 2.000 contos, relativos às apólices emitidas para a expropriação do serviço das águas. Disponibilizado em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 03 ago. 2006.



Figura 23 “Planta da cidade de Belém com a rêde de abastecimento d’água”³¹⁰

Na segunda parte desta tese, dou prosseguimento a essa discussão, ou seja, o controle das águas, primeiramente focalizando ofícios, através dos quais foram construídas possibilidades de conexão entre os interiores de moradias e os espaços exteriores as mesmas – aguadeiros, lavadeiras, cozinheiros e cozinheiras. E nesse sentido, busco também discutir a relação entre os ditos ofícios e os usos da água nos interiores das moradias.

³¹⁰ Fonte: Museu Paraense “Emílio Goeldi”/Coordenação de Informação e Documentação/Biblioteca. A “planta” em questão foi desenhada pelo engenheiro civil Augusto Octaviano Pinto, na administração do governador Augusto Montenegro e data de 1908. Contem legendas, as quais indicam respectivamente: linha vermelha “os encanamentos feitos na administração do Dr. Augusto Montenegro” e linha cinzenta, “encanamentos existentes antes d’esta administração”.

Finalmente, discuto a recorrência aos inúmeros objetos da água nos interiores das casas de morada, buscando reiterar que nesse processo fluíram sentimentos múltiplos, relativos à construção de uma cidade que além de cercada pelas águas, cortada por rios e igarapés e repleta de alagados, foi marcada pela expressiva diversidade entre seus moradores. Para tanto, prezado leitor, procurei valer-me da recorrência a outros estudos, bem como às fontes advindas da pesquisa que desenvolvi e em torno dos quais construí reflexões sobre história, natureza e vida material numa cidade percorrida por águas.

II PARTE:
ÁGUAS, CASAS E MORADORES

CAPÍTULO 3

Entre o transportar, o lavar e o cozinhar: ofícios da água e casas de morada

Vende-se por precizão, uma escrava sadia, sem vícios, que sabe lavar emgomar e cozinhar, e entende todo o serviço de uma casa de família; tendo também o préstimo de tecer panno, fiar algodão, tecer toda qualidade de redes e cozer soffrivelmente qualquer obra. Quem da mesma precizar, dirija-se a rua dos Innocentes á casa de Jose Gonçalves Nogueira, que dirá com quem devem tratar.

(“Treze de Maio”, 10/06/1848)³¹¹

Criada. Precisa-se de uma, para cosinhar e lavar para um casal; quer-se morigerada. Rua de Santo Antonio, nº 63, sobrado.

(“Diario de Noticias”, 28/09/1885)³¹²

No decorrer do século XIX as atividades referentes à preparação de alimentos e à lavagem das roupas, sobretudo a primeira, pareciam ser bem consideradas entre os moradores da Cidade do Pará. Tal importância vem à tona através de uma expressiva quantidade de anúncios como esses, mencionados acima, nos jornais de Belém, durante décadas do século XIX. Aquelas eram duas entre tantas outras publicadas e que integravam o cotidiano dos habitantes de Belém, e cujo desenvolvimento dependia da recorrência à água.

Uma questão importante emerge de ambas: a referência à família e/ou ao domicílio, ou seja, as mulheres procuradas através dos anúncios, fossem escravizadas ou livres, deveriam dar conta de mais de uma tarefa, que integravam o “*serviço de casa de família*”, sobretudo o cozinhar e o lavar e engomar, ofícios conectados ao uso da água, fossem no interior da moradia ou nos espaços porta afora, considerados públicos para tantos que viviam na cidade de Belém do século XIX. Neste capítulo essa é uma questão basilar que pretendo discutir, ou seja, os ofícios da água relacionados ao uso da mesma nas moradias de Belém do Grão Pará.

A princípio relembro a inexistência de um serviço de encanamento das águas, durante a maior parte do século XIX em Belém, que possibilitasse o adentrar do líquido no interior das moradias, de tal forma que ao manusear uma torneira pelo menos alguns dos moradores da chamada Cidade do Pará obtivesse de forma direta e garantida o acesso à água. Desse modo, não seria equivocado afirmar que tal forma de acesso ao líquido era desconhecida por muitos moradores da Belém daqueles tempos.

Logo, em relação ao uso da água, entre os habitantes da capital do Pará, era considerado normal proceder a coleta da mesma nos poços, ou nas fontes, ou ainda em rios e

³¹¹ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Treze de Maio”, anno , nº 809, de 10/06/1848.

A rua dos Innocentes, recebeu posteriormente a denominação de rua Riachuelo. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. P. 39.

³¹² Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Diario de Noticias”, anno , nº 218, de 28/09/1885. P.01.

A rua de Santo Antonio conserva esta denominação. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. Op.cit. P. 38.

igarapés, assim como normal também era o uso de objetos essenciais tanto para a coleta, quanto para o transporte da água, a saber: os potes, as cuias, as latas, os baldes enfim.

A necessidade da obtenção da água tornou cada vez mais importante a recorrência aos serviços de trabalhadores, escravizados e/ou livres, que coletavam, transportavam e vendiam água. E em várias residências, nas quais havia pelo menos um criado, escravizado ou não, a execução dos serviços de obtenção da água era atribuída a ele.

De forma semelhante, os serviços relacionados ao uso da água no domicílio, tais como a preparação dos alimentos, a lavagem de objetos e dos cômodos da moradia, a lavagem das roupas, também eram executados pelos trabalhadores domésticos, os quais nem sempre ficavam restritos às atividades do interior da moradia, sendo enviados aos espaços externos a mesma para execução de outras tarefas, consideradas pertinentes não só à condição social daqueles trabalhadores, como também à efetivação das tarefas entendidas como de âmbito doméstico.³¹³

De todo modo, o cotidiano dos moradores da Capital do Pará foi marcado, conforme discuto ao longo dessa tese, pela estreita convivência com as águas dos rios, pântanos, igarapés e chuvas, bem como com as águas dos poços e das fontes. Ou seja, de diversos modos, as águas percorreram todos os lugares da cidade, conectando e também separando os diferentes espaços da mesma. Nesse processo, suscitaram sentimentos diversos: alívio, serenidade, deslumbramento como também o medo, o desconforto e a indignação.

A respeito disso, reporto-me novamente às observações dos naturalistas Spix e Martius, a partir do que escreveram sobre a “*estada na cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará*”, os quais, impressionados ante a “*beleza*” da natureza e “*abundância*” de águas com que se depararam, registraram que

A julgar pela posição desta cidade, à pequena distância do equador (a 1°28' de latitude sul e 51° de longitude oeste de Paris, segundo Condamine; a 1°18' de latitude sul e 50°42'45'' de longitude oeste de Paris segundo Riddle), sobre terreno muito baixo, **junto de grandes superfícies de água**, deveria o seu clima, pela regra

³¹³ A produção historiográfica sobre o emprego de trabalhadores de camadas sociais consideradas inferiores - escravizados, libertos e livres - em atividades diretas é extensa. A seguir destaquei alguns trabalhos: KARASCH, Mary C.. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000. ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1820-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988. SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. São Paulo: Global, 2004. SALLES, Vicente. *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*. Brasília: ministério da Cultura; Belém: Secretaria de Estado da Cultura; Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”, 1988. BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra na Amazônia (Sécs. XVII – XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2001. RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

geral, ser insalubre; deve-se, entretanto, considerar o Pará, entre as **idades costeiras** do Brasil, como das mais saudáveis.(...) ³¹⁴ (grifos meus)

Bem, é importante esclarecer que os dois viajantes estabeleceram comparações entre Belém e outras cidades litorâneas do Brasil nas quais a incidência de moléstias graves era recorrente naquele período. Para eles, a expressiva quantidade de águas favorecia a alimentação à base do consumo de peixes frescos, todavia, os habitantes da cidade consumiam carnes salgadas, bem como a farinha de mandioca, ambas em abundância, o que, segundo os dois estudiosos, era prejudicial à saúde, favorecendo doenças.

Observaram também, que água era a bebida mais consumida pelos moradores, seguida pela cachaça e os vinhos portugueses, sendo estes últimos, itens integrantes da relação dos importados e consumidos geralmente pelos moradores “ricos”.

Nem todas as águas, contudo, eram consideradas saudáveis, ou apropriadas a serem consumidas como bebida. Conforme registraram Spix e Martius, “*águas impuras*” poderiam, em conjunto ou não com a má alimentação, ser causa definitiva de males ao corpo, tais como verminoses e sarampo. Aos olhos atentos e examinadores daqueles que por preocupação, precaução e/ou responsabilidades atribuídas, avaliavam se elas se prestavam ou não às finalidades a que se destinavam, era importante, por exemplo, que a água de beber apresentasse aparência limpa, translúcida, que fosse inodora e desprovida de sabor.

Essa ideia acerca da água não era específica do período dezenoveano. Em sua “*Relação Sumária*” de 1624, Symão Estácio da Sylveira destaca o que seria considerado como “*pureza das águas*” ao referir-se mais especificamente ao “Estado do Gram-Pará”. ³¹⁵

Em seus escritos, Sylveira construiu uma narrativa mencionando o grande número de fontes, a pureza das águas, que segundo ele eram límpidas, ou seja, “*claras*”, além de “*sadias*” e apropriadas para os enfermos. Então, as pessoas acometidas de “*sezões e destemperamentos*”, por exemplo, poderiam sarar mediante os usos das boas águas. Segundo

³¹⁴ SPIX, Johann Baptist Von e MARTIUS, Karl Friedrich Philip von. Viagem pelo Brasil: 1817-1820. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. P. 24. A cidade de Belém também é referida como “Pará”.

³¹⁵ SPIX, Johann Baptist Von e MARTIUS, Karl Friedrich Philip von. Op cit. P. 24-6. Ver também SILVEIRA, Symão Estácio da. *Relação Sumária das Cousas do Maranhão (Dirigida aos pobres deste Reino de Portugal)*. In: PAPAVERO, Nelson [et al]. *O Novo Eden: a fauna da Amazônia brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzon (1500) até o Tratado de Santo Idelfonso (1777)*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002. (Coleção Alexandre R. Ferreira). P. 130. Destaco que ao produzir sua “Relação...”, Silveira estaria possivelmente motivado para a obra da construção do espaço Português no chamado “Novo Mundo”, no caso parte norte do Brasil. Sua obra, portanto, enaltece as terras que “deveriam” ser povoadas por aqueles que no “reino”, poucas perspectiva tinham em relação às próprias vidas.

ele “*affirmome como de vista, que nenhûas aguas destas nossas partes, podem cõpetir em nada com as desta terra (...)*”.³¹⁶

Aliás, os sezões, ou acessos de febres intermitentes, são referidos nos obituários publicados diariamente em jornais de Belém durante praticamente todas as décadas do século XIX, como causa da morte de vários moradores da capital do Pará.

De acordo com Arthur Cezar Ferreira Réis, no decorrer dos vinte primeiros anos dos oitocentos, a cidade de Belém chegou a somar aproximadamente 24.500 habitantes - número registrado por Spix e Martius para 1820 - e o comércio era movimentado, com a presença, inclusive de negociantes ingleses e franceses, favorecidos com o processo de abertura dos portos, ocorrido em 1810. Segundo Réis, também havia atividades comerciais estabelecidas com Estados Unidos, Antilhas, Espanha e Portugal.³¹⁷

Todavia, análises historiográficas também advertem para a persistência da dependência local aos mercados metropolitanos, inclusive porque havia certa regularidade nas comunicações entre o Grão-Pará e Portugal, como também para a questão dos ganhos percebidos por cada habitante. Em outras palavras, nos primeiros decênios do século XIX, as atividades econômicas desenvolvidas na Província, estavam direcionadas para criação de gado, a pesca, a produção de açúcar e aguardente em engenhos, produção de arroz, exportação de algodão e cacau.

Internamente, foi constituída uma discriminação social e étnica ao longo da construção histórica da Capitania e sua capital. Por conseguinte, a maioria dos habitantes era desprovida de fortuna, sendo esta representada por propriedades de imóveis ou estabelecimentos comerciais, ou de prestígio político. Assim sendo, não é possível considerar que entre os moradores do Grão-Pará, ou da cidade de Belém, predominasse uma maioria burguesa, sobretudo nos moldes das cidades europeias. Contrariamente, o que havia era uma maioria formada por trabalhadores escravizados e/ou livres, indígenas inicialmente em grande escala, africanos, numerosos mestiços de diferentes etnias, envolvidos em atividades consideradas menores, no sentido de que não conferiam distinção àqueles que as desenvolviam, mas ao mesmo tempo, sabidas como de suma importância no desenrolar do cotidiano dos habitantes

³¹⁶ SILVEIRA, Symão Estacio da. *Relação Sumaria das Cousas do Maranhão (Dirigida aos pobres deste Reino de Portugal)*. In: PAPAVERO, Nelson [et al]. *O Novo Êden: a Fauna da Amazônia Brasileira nos Relatos de Viajantes e Cronistas desde a Descoberta do Rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Ildefonso (1777)*. Belém (PA): Museu Paraense Emílio Goeldi. 2002. (Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira).

³¹⁷ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Síntese de história do Pará*. Belém/PA; Amazônia Edições Culturais LTDA. (AMADA), 1972. Pp. 81-3.

em geral. Entre elas estavam aquelas que se relacionavam à coleta, armazenamento, distribuição e uso da água.³¹⁸

Nesse ponto chamo a atenção do leitor para o primeiro anúncio, com o qual iniciei este capítulo, pois o anunciante adverte aos leitores do “Diário ...” que a “*escrava*” em oferta “*por precisão*”, ou seja, por alguma necessidade de seus proprietários, era “*sadia, sem vícios*” e entendia de “*todo o serviço de uma caça de família*”, além de fiar, tecer e cozer. Ou seja, ela reunia três importantes condições para quem iria desenvolver serviços no “*universo porta adentro*” no contexto em questão: **ser sadia**, sem viciações e entender de **todo o serviço** de uma casa familiar.³¹⁹ (grifos meu)

Certamente que o conhecimento do serviço pertinente ao universo doméstico implicava também em fazer uso da água uma vez que esta podia percorrer ou ser encontrada em todos os interiores das moradias, embora em dados momentos fosse obtida externamente, não raramente em poços, públicos ou particulares, às vezes localizados a certa distância do domicílio ou através do fornecimento disponibilizado pelos vendedores de água, generalizadamente denominados “aguadeiros” e/ou ainda, por intermédio das torneiras públicas e/ou particulares. O trabalho de aguadeiros e/ou condutores de água foi importante

para as atividades realizadas nos interiores dos domicílios. Encontrados em Belém desde longas décadas do século XIX, percorrendo ruas da cidade, e guardando contatos com fontes e poços.

3.1. Aguadeiros de Belém do Pará

No dia 14 do corrente fugirão a Manoel Marinho Leite, dois pretos, um por nome Manoel, corpulento, retinto, e cerrado de barba, e outro também Manoel, alto, magro, cara redonda, e sem barba, cor fula, de idade de 20 annos, andavão com

³¹⁸ Spix e Martius afirmam que eram “*não menos de 40*” os produtos exportados, entre os quais: *açúcar, cachaça, melado, café, cacau, baunilha, algodão, bálsamo de copaíba, estopa, alcatrão, copal, pau-amarelo (tatajuba, guriúba), mui finas madeiras de marcenaria (como muirapinima, jacarandá, pau-violeta ou pau-da-rainha, pau cetim), madeiras de construção, fumo, piaçaba, salsaparrila, tapioca, arroz, goma (tanto da raiz da mandioca, quanto de outros tubérculos), borracha (da seringueira), (...)*”. SPIX, Johann Baptist Von e MARTIUS, Karl Friedrich Philip von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. P. 32.

Sobre a questão da dependência aos mercados metropolitanos, como também as questões econômicas e político-administrativas que marcaram o relacionamento entre o Grão-Pará e Portugal, é interessante ver COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993. Pp. 92 a 148.

³¹⁹ Ver MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. (apresentação) Elaboradora da categoria “*porta adentro*” para referir-se ao universo doméstico, Maria Izilda adverte que “*na organização de tempo e espaço do universo ‘porta adentro’, (...) ao contrário das transformações urbanas mais explícitas, as alterações viabilizavam-se de formas veladas*”. P. 115.

cavallos vendendo água: quem os entregar ao seu Snr. Nesta Cidade será gratificado, e protesta contra os acoutar.³²⁰

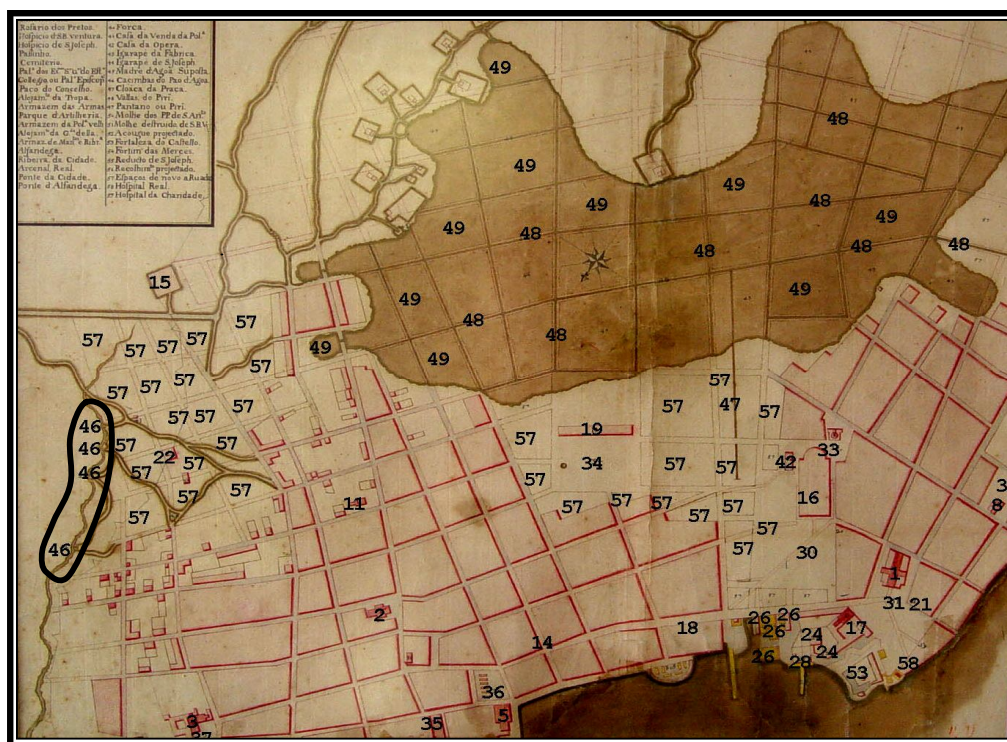
Naquela quarta-feira de fevereiro, os leitores do “Treze de Maio” se depararam com a notícia acima, publicada na seção de “avisos”. Certamente aquela não era a única advertência de fuga de escravos a aparecer em um jornal da capital do Grão Pará, na verdade eram vários os avisos daquela ordem. Aparentemente, Manoel Marinho estava bem informado acerca das atividades de seus escravos homônimos: ambos vendiam água, provavelmente em barris ou pipas, ou mesmo potes de barro, atrelados aos cavalos referidos no texto do aviso. Realmente, os dois escravos escolheram uma atividade que os expunha pelas ruas, travessas, largos da cidade, talvez por já haverem desempenhado aquele trabalho anteriormente, ou por estarem familiarizados com os ganhos de jornais, advindos através do comércio nas ruas.

Possivelmente os dois “Manoéis” coletaram a água a ser vendida nos poços ou cacimbas do Paul d’Água. Aqueles eram locais freqüentados pelos aguadeiros de Belém durante grande parte do século XIX, conforme expus no capítulo anterior, e conforme a leitura do engenheiro Theodosio Constantino de Chermont, constam no traçado do “Plano Geral da Cidade do Pará”, cujo detalhe apresento a seguir.

Quando de sua estada em Belém ao final dos anos trinta dos oitocentos, Kidder também registrou a presença de aguadeiros pelas ruas, os quais, para “*conveniência das famílias*” que não dispunham de número (supostamente) razoável de criados, transportavam “*sobre o dorso de animais pequenos barris de água potável*”. Segundo o relato do viajante, a água utilizada nos “*serviços domésticos*” era obtida no rio e em alguns “*poços feitos nos arrabaldes*”. Não era raro, escreveu Kidder, encontrar, nas madrugadas úmidas de Belém, “*negros e índios com potes de barro à cabeça, a caminho das fontes*”.³²¹

³²⁰ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Treze de Maio”, 24º trimestre, nº 583, de 25/02/1846. P. 04. Sobre usos dos poços em Belém ver CRUZ, Ernesto. *A água de Belém – sistemas de abastecimento usados na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1944. ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP, 1998. BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004. SILVA, Ivo Pereira da. *Terra das Águas: uma história social das águas em Belém, século XIX*. Belém: UFPA/IFCH/PPHIST, 2008. Dissertação (mestrado).

³²¹ KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. P. 204.



Detalhe, Figura 12 “ Plano Geral da Cidade do Pará” – destaque (meu): poços do Paul d’Água.³²²

Em fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial, em 15 de agosto de 1853, o presidente da Província José – Joaquim da Cunha declarou:

procedeo-se ao aterro e empedramento na largura de 30 palmos da estrada do Arsenal. Esta obra que principia no encrusamento dessa estrada com as da Mongubeiras foi de fácil execução nos largos da Trindade e da Polvora até a embocadura da estrada de Nasareth, mas não dahi em diante, onde o terreno se deprime; com tudo a despesa não excedeu a 8\$300 réis por braça quadrada. Tendo-se esgotado a quota, autorisei o dispêndio de mais 2:000\$000 réis, **mais vendo que a parte mais arruinada da estrada de Nasareth se achava prompta mandei parar o seo calçamento para acudir á Rua de Paul d’agua á vista do seu miserável estado pelas aguas, que do largo da Polvora por ella se despenhaõ com ímpeto, e que d’ora em diante seraõ recebidas em um cano de alvenaria.** A Camara Municipal ficará livre da despesa não pequena, que annualmente fazia com essa Rua **sempre arruinada pelas agoas, e pelo continuo movimento dos pesados carros com pipas, que ali vão receber agua para distrubui-la pela Cidade.** Esta obra que pretendo levar ao fim é dispendiosa, mas indispensavel.(grifos meus)³²³

³²² Tirado por Ordem do Ill.mo e Ex.mo Senhor D. Francisco de Souza Coutinho Governador e Capitão General do Estado do Graõ Pará, e Rio Negro. Documento original, sob a guarda do Ministério da Defesa/Exército Brasileiro/ Arquivo Histórico do Exército (AHEX/RJ)/Divisão de História – Mapoteca II. Série: norte. Sub-série: Pará. Há uma reprodução em REIS FILHO, N. Goulart. CD-ROM, *Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, 1999. O plano original consta na obra “Viagem Filosófica” de Alexandre Rodrigues Ferreira.

³²³ “Falla que o Dr. José Joaquim da Cunha, presidente desta Província dirigio a Assembléia legislativa Provincial, na abertura da mesma Assembléia no dia 15 de agosto de 1853”. Depositado em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 fev. 2005.

O relato de Kidder e a manifestação do dirigente remetem, cada um ao seu modo, para a distribuição da água através de aguadeiros com vistas a suprir com água, os diversos lugares da Cidade do Pará. A observação de Kidder, no entanto, remete também para a questão do uso familiar da água, ou seja, o serviço prestado pelos aguadeiros era importante para as famílias que não dispunham de uma criadagem suficientemente numerosa para realizar a coleta do líquido. Ou seja, de conformidade com a visão do viajante, na Belém daqueles tempos, a coleta e a venda de água era um trabalho realizado pela criadagem ou por aguadeiros.

Em outras palavras, eram os trabalhadores domésticos, ou de rua, ou ainda aqueles que desenvolviam os serviços de dentro e de fora da casa, escravizados ou não, os que procediam a coleta da água e que percorriam as ruas, portando os vasilhames nos quais a água deveria ser acondicionada. Andavam pela cidade desde as primeiras horas da manhã, possivelmente para prover as moradias com a água (ou pelo menos parte dela) a ser usada ao longo do dia.³²⁴

Através daqueles trabalhadores foram possíveis conexões entre os exteriores e os interiores das moradias. Ou seja, concorreram diretamente para o processo de domesticação da água, a qual uma vez retirada dos poços, de rios e/ou igarapés, fluía pelas estradas, travessas, ruas e largos da cidade, para finalmente adentrar os cômodos das residências.

Uma vez coletadas, as águas eram remanejadas para os barris, ou para as grandes pipas - semelhantes a que é apresentada por Ernesto Cruz e que exponho a seguir - ou ainda para os potes de barro. Mais tarde podiam ser recepcionadas em outras vasilhas, algumas consideradas mais apropriadas aos interiores das moradas, para serem finalmente usadas nas diversas atividades desenvolvidas no interior do domicílio: a lavagem dos corpos, de objetos em geral, a preparação dos alimentos, enfim.

As estradas do Arsenal e das Mongubeiras, na verdade uma só via sendo uma o prolongamento da outra, foram mais tarde denominadas avenida Almirante Tamandaré. A estrada de Nazareth, passou a ser chamada avenida Nazaré. A estrada do Paul d'Água, foi posteriormente denominada estrada de São Jerônimo e depois avenida Governador José Malcher. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. Pp.79-80.

Sobre os aguadeiros é importante ver os estudos já referidos de CRUZ, Ernesto. *A água de Belém – sistemas de abastecimento usados na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. E também BELTRÃO, Jane. Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. E ainda FONTES, Edilza. *“Preferem-se Português (as)”: trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. Campinas: UNICAMP, 2002. (Tese Doutorado). E SILVA, Ivo Pereira da. *Terra das Águas: uma história social das águas em Belém, século XIX*. Belém: UFPA/IFCH/PPHIST, 2008. Dissertação (mestrado).

³²⁴ Sobre essa questão ver BELTRÃO, Jane. Felipe. Op. Cit. P. 222. A autora afirma que “*eram as gentes de cores que buscavam água nos pontos d’água localizados nos arredores da cidade*”. Sobre a expressão “*gentes de cores*”, a autora esclarece que “a expressão *as gentes* é associada à diversidade cultural que aponta a desigualdade social, sobretudo no caso de negros escravos ou libertos, índios escravos ou livres e caboclos de todos os matizes. As *gentes* remete à exclusão social existente na província. A expressão é utilizada nos documentos de época e pela literatura coeva para indicar pessoas *de cores*, pobres, portanto gente de carne e osso com rostos, costumes, tradições, falares e procedimentos específicos (...)”. Pp. 23-4.

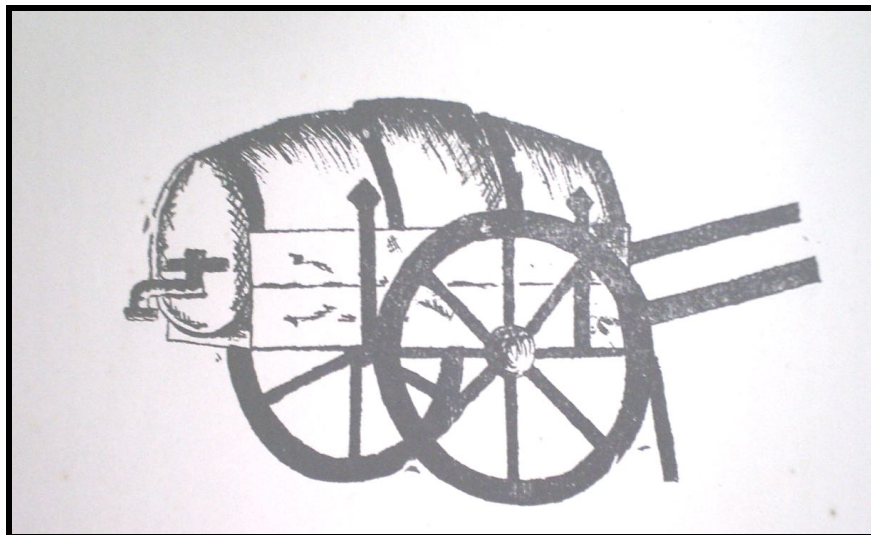


Figura 24 “sistema de pipas usadas pelos aguadeiros no século XIX”.

Uma vez usadas, as águas eram descartadas pelos moradores nos quintais, ou mesmo nas ruas, causando, algumas vezes, os empoçamentos tão condenados pelos higienistas de plantão no período dezanoveano, conforme discuto no capítulo anterior, sobre os esgotamentos das águas servidas.³²⁵

Segundo Ernesto Cruz, nos anos noventa, os aguadeiros vendiam o pote d’água ao valor de 200 réis. O pote era “feito de folha no sistema das vasilhas que os atuais leiteiros usam para distribuição do leite, sendo, então, de tamanho maior, iguais às talhas de barro, porém sem a tampa.”³²⁶

Considero importante ressaltar também que aquela era uma atividade sobretudo masculina e que não localizei, mulheres realizando a venda da água, embora fosse possível o envolvimento de mulheres menos abastadas no processo de obtenção da água, principalmente em poços, e posteriormente em torneiras, localizados nas proximidades de seus lugares de residência e/ou trabalho. Havia, por exemplo, aquelas que coletavam água como parte de seus serviços domésticos. Assim viviam Guilhermina e Francisca, ambas “menores”, somando entre doze e treze anos de idade, que iam regularmente à torneira pública situada na Estrada

³²⁵ A imagem acima consta da obra de Ernesto Cruz. Segundo o autor, em Belém eram numerosos os aguadeiros – “como eram chamados os indivíduos que se dedicavam à venda da água pela cidade” – e grande parte deles era constituída de portugueses. Devido ao elevado número de carroças/carros de condução, o trânsito e as obras municipais sofriam prejuízos, inclusive as obras realizadas no Paul d’Água. In: CRUZ, Ernesto. *A Água de Belém: sistemas de abastecimento usados na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1944. P. 27-9.

³²⁶ CRUZ, Ernesto. *A Água de Belém: sistemas de abastecimento usados na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1944. P. 66.

de São João, inclusive por volta de nove horas da noite, segundo relatou o comerciante Antonio Teixeira da Silva, em depoimento prestado a 01 de junho de 1899.³²⁷

Guilhermina Guedes dos Santos morava com Dona Josephina Barboza Peleja há cinco anos e teria sido deflorada por João Paulo Alves do Nascimento. Em defesa deste, o advogado Themistocles A. Figueiredo registrou que Guilhermina convivia na casa de Josephina

sem o menor recato, **empregada no serviço de encher água na torneira publica, distante da casa de sua moradia um quarteirão e comprando em tabernas,** lugares estes em que ouvia ditérios pouco decentes e aos empuchões com magarefes e garapeiros. (grifos meus)

É importante avaliar que muitas mulheres dificilmente disporiam de recursos fosse para custear a compra da água diretamente de um aguadeiro, fosse para pagar pelo serviço de um trabalhador que se dispusesse a fazê-lo. O processo não deixa claro se esta seria a condição de Josephina, de todo modo, ela mantinha Francisca e Guilhermina em sua casa, empregando-as inclusive e/ou principalmente para os serviços de fora da moradia. O leitor há de recordar a discussão acerca de serviços considerados inferiores, reservados aos criados em várias cidades do Brasil. Comprar em tabernas e buscar água eram entendidos assim.

Com relação ao comércio da água, contudo, outra possibilidade não deve ser descartada, a de que houvesse proprietárias de carros com pipas d'água, que recorressem ao trabalho direto de homens para proceder a venda da água nas ruas de Belém.

De qualquer modo, não são raros os textos escritos (de jornais e de dirigentes provinciais) que fazem referência à importância do trabalho dos aguadeiros na Belém do século XIX. Ou seja, o trabalho desenvolvido por aqueles homens mostrava-se importante por ser necessário aos moradores de uma cidade, na qual inúmeras casas de morada e prédios em geral não dispunham de poço próprio – e nesse ponto, considero importante referir que entre 240 documentos relacionados, entre testamentos e inventários “*post mortem*” principalmente, constam 22 poços ao longo do século XIX, sendo 11 deles construídos antes dos anos oitenta do citado período -, uma cidade na qual o processo de canalização da água somente se deu a partir dos anos oitenta do século XIX e ainda assim de forma incipiente considerando que apenas uma reduzida parcela da população da cidade teria acesso a água encanada.

Na Belém do Pará daqueles tempos, parecia haver um consenso entre os moradores com relação a que habitantes caberia a atribuição do trabalho de coleta e/ou venda d'água, ou seja, a coleta da água, o transporte da mesma através dos caminhos da cidade e a venda do

³²⁷ CMA/UFPA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA/PA. Ano de 1899. Juízo Municipal. “Autos crimes de defloração de Guilhermina Guedes dos Santos, em que é réo João Paulo Alves do Nascimento.

líquido eram atividades historicamente atribuídas à determinada porção de moradores, constituída basicamente por homens, os quais, mesmo apresentando diferenças entre si, foram denominados de um modo geral como “*aguadeiros*” e que, conduzindo seus carros pipas, percorriam ruas, estradas, travessas da cidade, conforme registrou o fotógrafo Felipe Augusto Fidanza, na imagem fotográfica da “*Travessa de São Matheus, também conhecida como Estrada das Mangubas, atual Rua Pe. Eutíquio*”, que exponho a seguir.³²⁸



Figura 25 Fidanza, F. A. “Travessa de São Matheus, também conhecida como Estrada das Mangubas, atual Rua Pe. Eutíquio.”³²⁹

³²⁸ Sobre a obra de Fidanza ver PEREIRA, Rosa Cláudia Cerqueira. *Paisagens urbanas: fotografias e modernidades na cidade de Belém (1846-1908)*. Dissertação (mestrado). UFPA/IFCH/PPHIST. Belém, 2006. FBN/RJ. Coleção “Iconografia”. Os originais da fotografia da travessa de São Mateus, apresentada nesta tese, encontram-se sob a guarda dessa Instituição. De conformidade com os registros da FBN, a travessa de São Mateus era conhecida como estrada das Mangubas, depois denominada Rua Padre Eutíquio. Todavia, Ernesto Cruz registra que havia em Belém uma estrada das Mongubeiras, depois denominada avenida Almirante Tamandaré. Já a estrada de São Mateus, foi depois denominada Rua Padre Eutíquio. Ver CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. Pp. 79 e 63, respectivamente. Bates também deixou registrados, comentários a respeito da estrada das Mongubeiras. Ver BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. P. 14.

³²⁹ Manguba, monguba e munguba são denominações vulgares da *Pachira aquática* (Bombacaceae). De acordo com os estudos que refiro a seguir ela é uma planta “nativa do sul do México até o norte da América do Sul. Na região amazônica, ocorre predominantemente em terrenos sujeitos a inundações periódicas, especialmente às margens de rios e córregos. É uma espécie muito cultivada como ornamental, especialmente para a arborização de praças e jardins. Sua introdução em arborização urbana foi feita pelo botânico e paisagista francês A.F.M.Glaziou, quando de sua estada no Brasil na segunda metade do século XIX.” (grifos meus). In:

A necessidade dos moradores também vem à tona através da fala de José Joaquim Cunha quando este afirma que “o movimento dos pesados carros com pipas era contínuo”, ao ponto de, em conjunto com o fluxo violento das águas das chuvas, tornar “miserável” o estado da rua do Paul d’Água, o que sugere uma mobilização freqüente e regular naquele local, inclusive porque aquela era uma área em que havia diversas cacimbas o que possibilitava o abastecimento de várias pipas ao mesmo tempo.³³⁰



Detalhe, Figura 25

Penso que a fala do dirigente provincial também denota uma certa demora do poder público em intervir no espaço do Paul d’Água. A manifestação de Joaquim Cunha data dos anos cinquenta dos oitocentos, foi quando ele anunciou a inserção de um cano de alvenaria para receber as águas impetuosas que se precipitavam sobre o Paul d’Água.

Não é, portanto, difícil imaginar que durante muitas décadas, os aguadeiros precisaram recorrer à força física e/ou à habilidade e à solidariedade entre eles para manobrar seus pesados carros numa área cujo chão estaria exposto às precariedades que o tornariam quase sempre quebradiço, lamacento e, portanto, irregular.

Nesse sentido até mesmo o comportamento dos animais de tração precisava ser adequado às agruras do ofício. Em outras palavras, a docilidade dos bois era importante, pois do contrário tornaria ainda difíceis as manobras dos carros.

PEIXOTO, Ariane Luna e ESCUDEIRO, Alexandra. *Pachira aquática* (Bombacaceae) na obra “Historia dos Animais e Árvores do Maranhão” de Frei Cristóvão de Lisboa. *Rodriguésia*. 53 (82): 123-130. Disponível em http://rodriguesia.jbrj.gov.br/Rodrig53_82/7-PEIX~1.PDF. Acesso em 07 mar. 2010. E OLIVEIRA, Luciene Zagalo de, CESARINO, Fabiano, MORO, Fabiola Vitti, PANTOJA, Tammya de Figueiredo, e SILVA, Breno Marques da Silva e. Morfologia do fruto, da semente, germinação e plântula de *Pachira aquática* Aubl. (Bombacaceae). Disponível em <http://www6.ufrgs.br/seerbio/ojs/index.php/rbb/article/viewFile/889/732>. Acesso em 07 mar. 2010.

³³⁰ Várias cacimbas do Paul d’água constam do “Plano Geral da Cidade do Pará”, já exposto nesta tese em páginas anteriores. Sobre a importância do Paul d’Água há os trabalhos já citados de CRUZ, Ernesto. *A água de Belém – sistemas de abastecimento usados na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1944. BELTRÃO, Jane. Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004. E SILVA, Ivo Pereira da. *Terra das Águas: uma história social das águas em Belém, século XIX*. Dissertação (mestrado). Belém: UFPA/IFCH/PPHIST, 2008.

Sobre essa questão, no “Diario do Gram-Pará”, de setembro de 1861 foi publicado o seguinte anúncio: *“Vende-se 3 bois muito mansos próprios para carros d’água, quem os pretender falle na rua da Boa Vista n. 16 cc, na loja de Manoel Baptista de Miranda.”* E no jornal “A Provincia do Pará”, de maio de 1876, foi anunciado que *“O agente Lamarão Junior vendera em leilão 4 bois mansos, propios para carros no Paul d’Agoa. A’s 4 horas”*. Ao que parece, os problemas com relação ao estado da rua do Paul persistiram ao longo dos anos.³³¹

Em relação às tensões entre aguadeiros e poder público em Belém, Ernesto Cruz transcreve um reclamação datada de 19/04/1864, do Diretor de Obras Públicas, José Coelho da Gama e Abreu, ao presidente da Província, João Maria de Moraes. No referido documento, Gama e Abreu declara que no dia 18 de abril daquele ano, havia iniciado os trabalhos na travessa do Paul d’Água. Que a obra haveria de ser dispendiosa, ultrapassando a quantia de 1:000\$000 concedida pela Presidência da Província, e sempre em vão, devido ao modo como era realizado o serviço dos carros de venda de água, pois os proprietários dos terrenos nos quais era feita a venda do líquido, apesar dos ganhos elevados com o negócio, não guardavam o devido cuidado para que a água não fosse despejada fora dos limites dos terrenos, assim como gerava o acúmulo de carros de condução, o que transtornava o trânsito no local. O resultado de tal descuido era o constante escorrer da água sobre os calçamentos ali preparados, os quais terminavam arruinados gerando tensões de diversos níveis.

Enfim, diante do exposto, Gama e Abreu solicita ao Presidente, que os proprietários de terrenos de venda d’água fossem impedidos de proceder à venda, a menos que o fizessem nos limites dos ditos terrenos, ou seja, os carros de condução deveriam entrar nos terrenos e somente dentro dos mesmos, receber a água. Para tanto, seria suficiente, a colocação de dois portões em cada extremidade do terreno. Além disso, os cercados deveriam obedecer ao alinhamento da rua.³³²

Em 11/01/1865, já na presidência de José Vieira Couto de Magalhães, foi determinada a desapropriação dos *“terrenos localizados do lado direito e esquerdo da rua denominada Paul d’água, na inteligência de que a despesa com a desapropriação será indenizada pela Câmara Municipal da capital, com os rendimentos da vendagem de água aos que fizessem*

³³¹ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornais: “Diario do Gram-Pará”, nº 2005, Anno VIII, de 10/09/1861. P. 3, “Vendas”. E “A Provincia do Pará”, nº 31, Anno I, de 04/05/1876. P. 1.

A rua da Boa Vista, anteriormente da Praia, foi depois chamada rua da Imperatriz e finalmente avenida 15 de Novembro. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. P.37.

³³² CRUZ, Ernesto. *A Água de Belém: sistemas de abastecimento usados na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1944. “Documentário”.

daquilo uma indústria”, ou seja, a referida indenização da Câmara Municipal seria obtida mediante a cobrança de impostos aos aguadeiros.

Em julho de 1865, a Presidência da Província comunicou oficialmente à Câmara Municipal que os terrenos desapropriados na rua do Paul d’Água, ficariam sob a responsabilidade do Tesouro Público Provincial, o qual poderia organizar a venda da água da forma que avaliasse mais conveniente.³³³

Não obstante os encaminhamentos decididos pelo poder público, parece que os problemas envolvendo aguadeiros, governo provincial e o Paul d’Água estiveram longe de cessar. Pelo menos, é o que denota a matéria do “Diario de Belém”, de 11 de fevereiro de 1871, sob o sugestivo título de “Pergunta”.

A quem pertence o concerto da calçada e valla do Paul d’Água, as obras publicas ou á camara municipal?

A quem quer que seja, deve mandar concertar a calçada, porque não é justo que os **pobres aguadeiros**, que pagam um imposto grande e prestam um grande serviço á humanidade, estejam na (?.) de verem seus carros perdidos, como tem acontecido á muitos; ou verem-se obrigados a vir encher as suas pipas no poço do celebre Mato Grosso, que emprega todos os meios para atrahir ao seu poço os aguadeiros.

Invocamos ao exm. Sr. Presidente da província sobre este pedido e sobre o melhoramento do Paul d’Água, pois só assim deixaremos de beber a tal água da estrada de Nazareth, na qual consta ter sido encontrada uma mucura morta e em estado de putrefação. Assim como pedimos rigor para com os aguadeiros quando comettem falta, assim também pedimos que lhe facultem os meios de bem servirem sem prejuízo de sua propriedade.(O Cezar).³³⁴(grifos meus)

Na matéria em questão, os aguadeiros são enfocados como vítimas das desatenções do poder público. Destaca a importância daquele ofício e adverte para os perigos a que estaria exposta a população da cidade, caso os aguadeiros ficassem definitivamente impedidos de acessar aos poços do Paul d’Água em função da ruína do calçamento do mesmo.

Vale (re)lembrar que na segunda metade dos oitocentos deu-se um crescimento da economia da borracha e que a cidade de Belém, apesar da incidência de epidemias como a varíola, a febre amarela e a cólera, vivenciou impactos relacionados àquele crescimento, inclusive o aumento populacional devido à expansão comercial e consequentes ondas migratórias.

³³³ CRUZ, Ernesto. *A Água de Belém: sistemas de abastecimento usados na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1944. “Documentário”.

³³⁴ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem Jornal: “Diario de Belém”, anno IV, n° 26, de 01/02/1871. P. 1.

O teor do texto jornalístico relaciona-se também e justamente, ao meu ver, à preocupação com o consumo obrigatório de uma água suspeita, uma vez que havia moradores que recorriam, necessariamente, às águas carregadas pelos aguadeiros.

Ernesto Cruz, por exemplo, afirma que, de conformidade com informações contidas em relatório do administrador provincial Pedro Vicente de Azevedo, em 1875, Belém somava 34.178 almas.³³⁵ Já Antonio Rocha Penteado, em estudo de geografia urbana e baseando-se em registros de viajantes, registra que em 1868, Belém contava com 30.000 habitantes, em 1872 somava 34.644, passando para 80.000 habitantes em 1888.³³⁶ Para esses autores a cidade experimentou um aumento populacional decorrente do crescimento da economia da borracha, que demandou mão-de-obra para a província, e da expansão comercial.

Por todas essas questões que menciono aqui, os usos da água tiveram possivelmente suas demandas ampliadas e enquanto as autoridades dirigentes não conseguiram efetivar contratos de concessão capazes de garantir o fornecimento de água encanada aos habitantes cidade, o trabalho dos diversos aguadeiros fluiu pelos vários logradouros da mesma, possibilitando que as águas adentrassem os interiores de casas e prédios em geral.

Nem sempre, contudo, os aguadeiros eram vitimizados nos jornais. No “Diario do Gram-Pará” de setembro de 1861, por exemplo, foi publicado um texto cujo teor era uma reclamação em relação ao comportamento dos aguadeiros durante o trabalho dos mesmos na rua do Paul d’Água. Sob o título de “*A quem competir*” e assinada por “*moradores*”, a publicação buscava intervenção das autoridades municipais naquele espaço, considerado comprometido, até certo ponto para a vida familiar.

A moral pública, exige da autoridade competente medidas corretiva aos termos obscenos, e algazarra inaudita, que diariamente se pratica na estrada do Paul d’Água, pelos aguadeiros e mais adjuntos, a ponto de uma senhora não poder chegar á sua janela (fazendo-se surda, cega e muda) e dando cauza por esta forma, que algumas cazas não achem alugadores, como acontece ás do Sr. José Romão. Desta forma, sendo attendida a lembrança, não só se fará um serviço aos transitantes como aos: Moradores.³³⁷

Parece indubitável que ante a intensa movimentação existente nos espaços dos poços do Paul, o lugar se revestisse de uma sonoridade especial. Afinal, era necessário manobrar os

³³⁵ CRUZ, Ernesto. *História de Belém*, 2º volume. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973. Coleção Amazônia. Série José Verissimo. Pp. 148-9.

³³⁶ PENTEADO, Antonio Rocha. *Belém – Estudo de Geografia Urbana*. 2º Volume. Belém: UFPA. 1968. Coleção Amazônia. Série José Verissimo. P. 204

³³⁷ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Diario do Gram-Pará”, anno VIII, nº 205, de 10/09/1861. P. 1.

carros, cuja engrenagem, mistura de ferro e madeira, emitia som peculiar, além de guiar os animais, bois e/ou cavalos, que mesmo mansos, precisavam das vozes e gestos de comando. De conformidade com o texto do “Diário do Gram-Pará”, havia “*algazarra inaudita*”, regada pelos “*termos obscenos*”.

Bem, muito provavelmente, havia conversas, brincadeiras e risos, gritos até, o que poderia configurar a dita “*algazarra*”. Comentários referentes ao trabalho, aos amores, às dificuldades, às doenças, aos familiares enfim. Em meio à movimentação, as conversas fluíam em altos brados e para vários deles a recorrência às palavras consideradas obscenas por residentes das proximidades, constituísse uma rotina nas trocas de ideias e informações. De qualquer modo, para os ouvidos (supostamente) sensíveis aquela poderia ser uma rotina não grata e acrescida da movimentação e precariedades da própria rua, dificultasse o aluguel de moradias.³³⁸

Acerca de tensões como essas, o registro de uma queixa feita pelo “*maquinista dos poços do Paul d’Água*”, Francisco Valente Loureiro, em 22 de fevereiro de 1873, endossa as dificuldades que cercavam este ofício das águas em Belém. Loureiro queixou-se contra o “*português aguadeiro*” José Vieira Alvarenga, afirmando que este o havia ofendido verbalmente com os epítetos de “*ladrão, filho da puta*”.³³⁹

Loureiro narra que no dia 22 de fevereiro, entre três e quatro horas da tarde, Alvarenga dirigiu-se, como de costume ao local dos poços para encher sua pipa. Não pode fazê-lo entretanto, porque estavam lavando o depósito de água. Diante disso, José Alvarenga ficara “*zangado*” e Loureiro teria tentado acalmá-lo dizendo-lhe que o serviço não tardaria e que a pipa logo estaria cheia d’água. Mas o aguadeiro teria ficado ainda mais enfurecido e retrucado com os insultos já referidos.³⁴⁰

³³⁸ Sobre a questão das ofensas verbais em Belém na segunda metade do séc. XIX ver ALMEIDA, Conceição M. R. de. *O termo insultuoso: ofensas verbais, história e sensibilidades na Belém do Grão Pará (1850-1900)*. Belém: UFPA/CFCH/PPHIST, 2006. Dissertação (mestrado).

³³⁹ CMA/UFPA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA/PA. Juízo Municipal. Injúrias. “Summarissimo pelo crime de injúrias verbaes em que é autor Francisco Valente Loureiro e réo José Vieira Alvarenga”. Ano de 1873.

Edilza Fontes discute inúmeras tensões que marcaram o universo de trabalho dos aguadeiros em Belém. Assim como Ernesto Cruz, destaca que a maioria deles era portuguesa. Observa também que, através de textos jornalísticos, é possível perceber o preconceito contra portugueses na cidade, explícito no discurso da imprensa belenense naquele momento de tensão sociopolítica. Sustenta que “*nestes momentos de conflitos os trabalhadores portugueses são representados como mentores da anarquia, da desobediência às leis, como donos da liberdade ilimitada, assim como bêbados e sujos. Noções preconceituosas eram divulgadas sobre seus locais de encontros, as tabernas. Estas eram os locais de ‘portugueses e vagabundos’, e era neste espaço que os grevistas discutiram suas necessidades e deliberaram sobre suas ações na greve (de 1883)*”. FONTES, Edilza. “*Preferem-se Português (as): trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*”. Tese (doutorado). Campinas: UNICAMP, 2002. Pp 209-10.

³⁴⁰ CMA/UFPA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA/PA. Juízo Municipal. Injúrias. “Summarissimo pelo crime de injúrias verbaes em que é autor Francisco Valente Loureiro e réo José Vieira Alvarenga”. Ano de 1873

Em sua defesa escrita, José Alvarenga declarou que também havia sido injuriado pelo queixoso, assim como havia, tanto por parte de Loureiro, quanto por parte do empresário dos poços daquele Paul, o desejo de explorá-lo, pois haviam pedido 300\$000 réis, para não continuar com o processo.³⁴¹

Na articulação de sua defesa, o aguadeiro admitiu ainda que sempre que ele e demais aguadeiros iam encher suas pipas, precisavam falar em altas vozes, haja vista o barulho ali permanente, razão pela qual algumas das testemunhas afirmavam ter ouvido vozes em tom elevado.³⁴² Aliás, em linhas anteriores já discuto essa questão da incidência dos muitos sons na rua do Paul d'Água e das queixas acerca deles. O amigo leitor há de lembrar-se do descontentamento de vizinhos para com o que chamavam “*algazarra inaudita*” de aguadeiros no local.³⁴³

O conflito, que aqui apresento resumidamente, reflete tensões cultivadas há certo tempo na cidade e agravadas como crescimento da imigração numa cidade em que a economia gumífera expandia-se, o crescimento populacional se evidenciava e as disputas por mercado de trabalho se acentuavam. A troca de insultos denotava a efervescência das tensões, agravadas por mais um confronto nas relações de trabalho com a água.

Mesmo levando em conta as discordantes falas das partes e testemunhas do processo, muito possivelmente, José Alvarenga estava ao final de sua jornada diária de trabalho e sem paciência para aguardar a finalização da lavagem do depósito de água, para então encher sua pipa. Vale relembrar que o aguadeiro que se deslocava pelas ruas da cidade, empreendia esforço físico considerável numa Belém de clima ardente, chuvas frequentes e “*chãos*” quebradiços. Acrescenta-se a isso, as tensões relacionadas às disputas e desavenças no mundo do trabalho.

A respeito das dificuldades com o solo, é importante lembrar também que, não apenas a rua do Paul apresentava problemas que afetavam as manobras dos carros, os documentos indicam que outros espaços da cidade encontravam-se avariados, principalmente nos meses

³⁴¹ CMA/UFPA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA/PA. Juízo Municipal. Injúrias. “Summarissimo pelo crime de injúrias verbaes em que é autor Francisco Valente Loureiro e réo José Vieira Alvarenga”. Ano de 1873.

³⁴² CMA/UFPA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA/PA. Juízo Municipal. Injúrias. “Summarissimo pelo crime de injúrias verbaes em que é autor Francisco Valente Loureiro e réo José Vieira Alvarenga”. Ano de 1873.

³⁴³ CMA/UFPA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA/PA. Juízo Municipal. Injúrias. “Summarissimo pelo crime de injúrias verbaes em que é autor Francisco Valente Loureiro e réo José Vieira Alvarenga”. Ano de 1873. Interessante observar que na rua do Paul também residiam aguadeiros, como Francisco Machado Nunes da Rocha, natural de Portugal e testemunha no processo movido por Francisco Valente Loureiro contra José Vieira Alvarenga. Este, por sua vez, residia na estrada de Nazareth, talvez na parte próxima à rua do Paul. É possível que a pesquisa mais direcionada aos aguadeiros leve à constatação de que vários dentre eles procuravam residir às proximidades da rua do Paul d'Água.

de maior intensidade de chuvas, dificultando até mesmo o deslocamento dos transeuntes. Sobre esse tema, o “Diario do Gram-Pará” publicou, em março de 1886, um texto sob o título de “*Intransitavel*”:

Com as chuvas que tem havido nestes últimos dias, está intransitável a travessa de S. Matheus, entre a rua Nova de Sant’Anna e o largo Saldanha Marinho.

A Camara Municipal se quizesse, poderia tornal-a transitável, fazendo assim um obsequio aos transeuntes e aos moradores da travessa que pagam para a conservação e aceio da cidade.³⁴⁴

Carros pesados, grandes pipas, animais de grande porte - bois ou cavalos - com os quais precisavam observar certo zelo, chãos avariados, necessidade de deslocar-se em horários diversos e talvez por distâncias consideráveis, além da obrigatoriedade de prestar socorro em casos de incêndio, todas essas eram condições de trabalho com as quais os aguadeiros precisavam lidar na cidade de Belém. Mas entre aqueles que se dedicaram a este ofício também, foram construídas diferenciações.³⁴⁵

Na cidade de Belém, como em outras do Brasil oitocentista, havia aguadeiros e aguadeiros, ou seja, alguns, certamente uma minoria, tornaram-se proprietários de terrenos com poços para venda de água, outros, proprietários de várias carroças de condução, tinham sob seu controle os aguadeiros não proprietários, mais que conduziam as carroças do patrão e/ou senhor, efetivando a venda da água. Essa era a situação de Francisco José de Sousa Pinto, residente à rua de São Vicente, o qual anunciou no jornal “A Epocha”, em fevereiro de 1859, a venda de “*todas as suas carroças de condução d’água*”, os interessados deveriam procurá-lo na residência do mesmo.

Sendo um anúncio específico de venda, o jornal não detalha a situação de Francisco José. Mas, talvez ele fosse um aguadeiro também, que conduzia uma de suas carroças e que dispunha de outras, cuja condução outorgava mediante aluguel ou pagamento de jornais. Uma

³⁴⁴ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Diario do Gram-Pará”, anno XXXV, nº 54, de 09/03/1886. P. 2. A travessa de São Matheus foi posteriormente denominada travessa Padre Eutíquio. A rua Nova de Sant’Anna, rua Senador Manoel Barata. O largo Saldanha Marinho, a princípio Largo do Quartel, foi depois chamado, praça da Bandeira. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. Pp. 63, 37 e 103, respectivamente.

³⁴⁵ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de Obras Raras. “Código de Posturas Municipaes” de 1848. In: Collecção das Leis da Provincia do Gram-Pará. Tomo X. 1848. O “Código de Posturas Municipaes de 1848”, capítulo 13º (da segurança e tranqüillidade públicas), art. 10, estabelecia que “*As pessoas, que venderem água em pipas, ou em barris condusidas em carroças, são obrigadas a conserval-os de noite cheios de água, a fim de acudirem promptamente a qualquer incêndio. Os infractores incorrerão na multa de dez mil reis, ou quatro dias de prisão*”.

outra possibilidade é que ele sequer fosse aguadeiro, mas que dispusesse dos carros para água, e dirigisse os usos dos mesmos de carroças de condução com as respectivas pipas d'água.³⁴⁶

Houve aguadeiros que conseguiram ter por propriedade apenas uma carroça com pipa, com a qual desenvolviam seu trabalho regularmente e de onde retiravam seu sustento. Houve ainda aqueles que não eram proprietários, mas sendo homens livres, vendiam sua força de trabalho a outrem. Desse modo, puderam trabalhar para os proprietários de mais de uma carroça, prestando contas de suas vendas de água. E houve também os escravizados, que desenvolviam atividades ao ganho, entre as quais poderia estar incluída a venda d'água. Talvez, antes mesmo da fuga que empreenderam, os escravos de Manoel Marinho, referidos a princípio, estivessem nessa condição.

Um diferenciador social entre aguadeiros poderia ser a condição de acomodação dos animais e dos carros com pipas. Em Belém houve aqueles que puderam dispor de locais específicos para esse fim, ou mediante compra, ou mediante aluguel. No largo da Pólvora, por exemplo, local favorável pela proximidade da rua do Paul d'Água, em julho de 1859, havia um terreno disponível para aluguel “aos aguadeiros”, “com boas acomodações para carros e animaes”, todavia quantos aguadeiros estariam em condições de fazê-lo? Muito possivelmente, uma minoria em Belém. Houve também aguadeiros que acomodaram seus animais em quintais, ou nas ruas. Com o avançar do século XIX, do processo de urbanização e das preocupações sanitárias e do esforço de aformoseamento de espaços da cidade, ficou proibida a acomodação de carroças e cavalos em áreas consideradas centrais.³⁴⁷

Afinal, a venda da água implicava na negociação do líquido transformado em mercadoria numa sociedade na qual as relações capitalistas de produção eram reproduzidas cotidianamente. Ou seja, se a população poderia ter acesso aos poços públicos, ou ao rio e igarapés para obter água gratuitamente, é bem verdade que no decorrer do século XIX a instituição da compra da água foi ratificada. E a despeito das manifestações de alguns dirigentes em favor da gratuidade da água para os moradores da cidade, estes precisaram custear, de modos diversificados, o acesso a mesma, fosse para abrir e conservar um poço,

³⁴⁶ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “A Epocha”, anno II, nº 42, de 22/02/1859. P. 4. “Vendas”. A rua de São Vicente foi depois denominada Paes de Carvalho. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. P.37.

³⁴⁷ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “A Epocha”, anno II, nº 153, de 13/07/1859. P.34. “Avizos Diversos”.

Belém. APEP. “Código de Posturas para a Camara Municipal de Belém”. In: Colleção das Leis da Provincia do Gram-Pará do Anno de 1880. Tomo XLII. Pará. Typographia do Diario de Noticias.

fosse para adquirir a água mediante compra, fosse para pagar o uso da mesma para as companhias contratadas para o abastecimento, nas décadas finais do dezenove.

No contexto em questão, estudos sobre o trabalho dos aguadeiros de Belém são enfáticos ao discutir a mobilização daqueles trabalhadores, mais especificamente, a greve ocorrida em 1883 e que foi noticiada em vários jornais da cidade de Belém.³⁴⁸

A greve foi iniciada em 11 de dezembro de 1883 e, de acordo com o “Diario de Noticias”, os aguadeiros teriam “*reunido no poço da estrada de Nazaré*” e decidido “*não servir a freguezia*” em solidariedade a um colega cuja pipa fora vendida em hasta pública, por haver se recusado ao pagamento da multa que lhe foi cobrada por não ter comparecido ao incêndio da travessa da Princeza.³⁴⁹

No dia 15 de dezembro, o mesmo jornal registrou que “*acreditava que a referida pipa não fora vendida*”, mas que, segundo os mesmos aguadeiros, aqueles que não compareceram ao incêndio já referido, tiveram seus carros e bois sequestrados, ficando os animais extremamente maltratados o que lhes prejudicava o serviço.

Além do “Diario de Noticias”, outros jornais como “A Província do Pará”, “O Diario do Gram-Pará”, “O Liberal do Pará”, “A Constituição”, também apresentaram textos sobre a greve. De modo mais ou menos ácido, os redatores responsabilizavam a Câmara Municipal e a Companhia das Águas pelo fato de inúmeros moradores ficarem sem água. Este aliás, era o mote do discurso jornalístico. Ou seja, se a Companhia cumprisse a obrigação que lhe cabia: instalar maior número de torneiras pelos logradouros da cidade, os moradores não ficariam a mercê dos aguadeiros, das filas, em momentos de greve, nos locais em que as bicas estavam colocadas e dos valores cobrados pelos proprietários das casas e/ou estabelecimentos, nos quais as torneiras ficavam.³⁵⁰

Não obstante o tom predominante dos textos dos jornais, a partir destes e do que estava posto na legislação, é possível inferir que os aguadeiros decidiram pela greve em virtude do descumprimento de compromissos estabelecidos para com eles, por ocasião de incêndios: a não premiação dos três primeiros aguadeiros que chegavam ao local do incêndio

³⁴⁸ Sobre a greve de aguadeiros ver os trabalhos já referidos de CRUZ, Ernesto. *A água de Belém – sistemas de abastecimento usados na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. FONTES, Edilza. “*Preferem-se Português (as)*”: trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914). A autora discute outras greves, realizadas por categorias profissionais nas quais os trabalhadores portugueses eram expressivos: catraieiros, condutores e cocheiros, peixeiros. SILVA, Ivo Pereira da. *Terra das Águas: uma história social das águas em Belém, século XIX*. Já mencionado.

³⁴⁹ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal : “Diario de Noticias”, anno IV, nº 282., de 12/12/1883. P. 2.

³⁵⁰ Os moradores que buscavam as torneiras pagavam pela água, pois os proprietários do local em que as mesmas eram instaladas, também pagavam à Companhia das Águas.

e também as multas que lhes eram impostas pelo não comparecimento nos locais afetados pelo fogo.

O código de posturas de 1880 estabelecia a obrigatoriedade do comparecimento dos aguadeiros com suas respectivas pipas d'água, em caso de ocorrência de incêndios, na capital do Pará. No capítulo XV, o artigo 96 estabelecia que os aguadeiros deveriam “*conservar suas pipas cheias, durante a noite, e conduzi-las aos lugares de incêndio, logo que ouvirem os signaes, sob pena de vinte mil réis de multa*”.³⁵¹

Além disso, no artigo 97, o código previa que “*os aguadeiros, que se recusarem a conduzir as suas pipas aos lugares de incêndio, quando forem chamados, incorrerão na multa de trinta mil réis*”.³⁵²

Quanto ao “prêmio” sobre o qual me referi em linhas anteriores, o artigo 98 do código fixava que “*os três aguadeiros que, com suas pipas, comparecerem primeiro ao lugar de qualquer incêndio serão premiados com a quantia de vinte mil réis cada um, á vista de attestado da autoridade policial do districto*.”³⁵³

Nesse ponto, emergem questões básicas, que se constituíram no cerne dos debates em torno da greve, questões essas que já são discutidas, em parte, por Edilza Fontes: o controle do tempo e das condições de trabalho, a importância dos objetos e dos animais indispensáveis ao ofício de aguadeiro - pipas, carros e bois -, que muitas vezes sofriam danos, os riscos de vida e a exposição a humilhações durante a ocorrência dos incêndios. Possivelmente, os aguadeiros faltosos no momento de incêndio avaliassem que seria mais profícuo preservar o descanso do próprio corpo e dos animais, assim como poupar os carros para as atividades cujo retorno seria certo, ou seja, a venda da água.³⁵⁴

³⁵¹ Belém. APEP. “Código de Posturas para a Camara Municipal de Belém”. Cap. XV (Incendios), art. 95 a 98. In: Coleção das Leis da Provincia do Gram-Pará do Anno de 1880. Tomo XLII. Pará. Typographia do Diario de Noticias. Os “signaes” referidos no artigo 96, seriam expressados pelo soar dos sinos, responsabilidade de sacristães ou sineiros das igrejas da cidade, tão logo fossem sabedores de notícias sobre o incêndio (artigo 95).

³⁵² Belém. “Código de Posturas para a Camara Municipal de Belém”. Cap. XV (Incendios), art. 95 a 98. In: Coleção das Leis da Provincia do Gram-Pará do Anno de 1880. Tomo XLII. Pará. Typographia do Diario de Noticias. Depositado no APEP. Os “signaes” referidos no artigo 96, seriam expressados pelo soar dos sinos, responsabilidade de sacristães ou sineiros das igrejas da cidade, tão logo fossem sabedores de notícias sobre o incêndio (artigo 95).

³⁵³ Belém. “Código de Posturas para a Camara Municipal de Belém”. Cap. XV (Incendios), art. 95 a 98. In: Coleção das Leis da Provincia do Gram-Pará do Anno de 1880. Tomo XLII. Pará. Typographia do Diario de Noticias. Depositado no APEP. Os “signaes” referidos no artigo 96, seriam expressados pelo soar dos sinos, responsabilidade de sacristães ou sineiros das igrejas da cidade, tão logo fossem sabedores de notícias sobre o incêndio (artigo 95).

³⁵⁴ FONTES, Edilza. “*Preferem-se Português (as)”: trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*”. P. 211. Já referida. A autora afirma que “a exigência de ter de socorrer os incêndios, já que não havia corpo de bombeiros na cidade pareceu absurda para os aguadeiros, pois permitiu o controle sobre parte do seu tempo. Outra denúncia feita na greve era que os aguadeiros quando compareciam aos incêndios, eram

A reincidência desses problemas agravou as relações dos aguadeiros com o poder público e possivelmente, fortaleceram teias de solidariedade no exercício do trabalho, de tal maneira que, diante de uma Companhia das Águas cujo fornecimento ainda deixava a desejar, os aguadeiros ainda causaram desconfortos em relação ao uso da água, na Belém de 1883.³⁵⁵

3.2. A Água e a labuta com as roupas.

Quem precisar de roupa lavada e engomada com promptidão e asseio por menor preço do que em qualquer outra parte, dirija-se a estrada da Queimada correspondente a S. José каза n. 14, que lá se dirá com quem deve tratar, assim como será servido no tempo que a queira.
 (“Diario do Gram-Pará, 11/05/1861”)³⁵⁶

Criada. Precisa-se de uma para lavar e engomar, em casa de família, trata-se na rua dos mercadores, n. 12, com Serafim Ferreira de Oliveira e Cia.
 (“Diario de Noticias, 29/06/1887”)³⁵⁷

No século XIX, a lavagem de roupas era um serviço de grande necessidade para muitos daqueles que habitavam em Belém. Aliás, a cidade não se constituiu numa exceção a esse respeito. Num tempo em que ainda não havia as máquinas de lavar, nem os tanques metálicos, com apoio para a esfregação da roupa, ou os varais suspensos, pensados para poupar espaço no processo de secagem das peças, era essencial poder contar com os serviços das lavadeiras.

Conforme discuti no início desse capítulo, os jornais do século XIX que circulavam em Belém, apresentam uma quantidade expressiva de anúncios referentes à oferta e demanda de lavadeiras. Em grande parte, os anúncios em questão eram sucintos e também expressavam a conexão entre os serviços de lavagem e engomagem das roupas. Por outro lado, há também

vítimas de toda “sorte de tropelias” por parte dos soldados, sofrendo prejuízo em seus materiais de trabalho, além de violência por parte dos policiais, os quais descarregavam os sabres nas costas dos aguadeiros.”

³⁵⁵ Sobre a questão do controle do tempo e condições de trabalho é fundamental ver THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Mais especificamente o capítulo 6, sobre “tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”.

³⁵⁶ Fundação Cultural “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Diario do Gram-Pará”, nº 98, Anno VIII, de 11/05/1861. P.3.

A notícia menciona a estrada da Queimada correspondente a S. José. Segundo Ernesto Cruz, a estrada de São José foi depois denominada avenida 16 de Novembro. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém: CEJUP, 1992. P.79.

³⁵⁷ Fundação Cultural “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Diario de Noticias”, anno VIII, nº 143, de 29/06/1887. P.1.

uma longa lista de anúncios referentes às criadas que realizassem todos os serviços de uma casa de família, inclusive a lavagem e a engomação das roupas. Há também anúncios que advertem que a “*criada*” seria necessária tanto para os interiores, ou seja, “para dentro”, quanto para fora do domicílio, ou seja, deveria também dar conta de atender aos chamados “mandados” que emanavam do interior da moradia.

Embora reduzidos de um modo geral, alguns anúncios também apresentavam um elenco de qualificações que a lavadeira, e/ou criada, deveria apresentar, ou então se o anúncio ofertava tais serviços, as “virtudes” do trabalho desenvolvido pela mesma eram também expostas. Como exemplo, remeto para o primeiro dos anúncios com que iniciei este tópico. O aviso é de 1861 e oferece o serviço de lavagem e engomação de roupas mediante critérios valorizados em grande parte do século XIX, como o asseio, a prontidão e o menor preço.

Nesse ponto relembro ao amigo leitor, que a cidade de Belém do Pará, como muitas outras do Brasil daqueles tempos, conviveu com verdadeiras vagas epidêmicas durante todo o século XIX, inclusive era muito provável que persistisse entre os moradores, as lembranças da cólera, que ceifou muitas vidas nos anos cinquenta. E que as autoridades médicas e dirigentes demandavam certos esforços no sentido de, levar a população a não relaxar nos cuidados em relação à limpeza das moradias e das ruas. Aliás, em relação a essa questão também participaram de tal *campanha exortativa* em prol da limpeza, do asseio, da higiene, redatores de diversos jornais da cidade.

Segundo Arthur Vianna, “*as roupas que haviam servido a um finado bem como a dos indivíduos que estiveram em contacto com elle seriam lavadas pelas pessoas encarregadas pela Santa Casa*”.³⁵⁸ O fato de haverem instruções em relação ao trato das roupas de um falecido doente e daqueles que com ele conviveram, não significa que os moradores cumprissem tais prescrições, entretanto não considero prudente estabelecer generalizações. O que me parece também é que emerge em variada documentação, a preocupação com a lavagem das roupas e nesse sentido, é importante considerar que o termo “roupas” talvez se referisse não só aquelas de uso pessoal, como também às de cama, às redes e até mesmo aos panos usados em móveis contidos nos interiores das moradias.

Não observo nos códigos posturais recomendações com relação à limpeza do corpo pelos moradores da cidade, mesmo com a impregnação das doenças, todavia parecia ser importante providenciar a lavagem das roupas. Ao proceder a leitura de vários “abaixo-

³⁵⁸ Fundação Cultural “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras. VIANNA, Arthur. *As Epidemias no Pará. As Epidemias no Pará*. Pará/Belém: Imprensa do Diário Oficial. 1906. P. 111. Instrução de nº 6 das “Instruções para o serviço de desinfecção e caiação das casas em que se derem os óbitos da epidemia reinante e da febre amarela”.

assinados”, de décadas distintas do século XIX, por exemplo, deparei-me com alguns que destacam essa preocupação. Entre esses, os referentes às pensionistas do “Collegio N. Sr^a do Amparo”, uma vez que os “abaixo-assinados” que assumiam responsabilidades pela(s) pensionista(s) junto à administração do colégio, comprometiam-se a “*pagar-lhes os trimestres, assisti-las com vestuário e lavagem de roupa, e tudo o mais que fosse necessário*”.³⁵⁹

No século XIX em Belém, eram as mulheres escravizadas, libertas ou livres, ou ainda de condição social menos favorecida, que essencialmente dedicavam-se ao trabalho da lavagem de roupas. A documentação que pesquisei não contém registros que indiquem a participação masculina neste tipo de ofício referente ao uso da água, no decorrer dos oitocentos.

Da mesma forma não encontrei indícios relacionados ao envolvimento de quaisquer mulheres de condição social abastada e residente em Belém, na labuta com lavagens de roupa. Contrariamente, a documentação revela o envolvimento de mulheres menos afortunadas, consideradas pobres, cujos ganhos com as lavagens eram direcionados para o sustento próprio e, às vezes, ao da família também. Uma dessas mulheres ganhou certa visibilidade através de um auto de perguntas datado de 14/02/1882 e de uma notícia no jornal, acerca de uma suposta agressão da qual teria sido vítima e seu filho Amancio, o autor. Tratava-se de Severiana Thereza da Fonseca, lavadeira, a qual somava 60 anos de idade e que compareceu à chefatura de polícia, com vistas a defender o filho, acusado de agredir a um amigo e a ela.³⁶⁰

Estudos referentes ao cotidiano, cultura e trabalho em cidades, indicam que desde tenra idade, meninas de família menos favorecidas, costumeiramente denominadas pobres, eram iniciadas nos serviços domésticos tais como: cozinhar, lavar, passar, servindo de ama. Essa espécie de treinamento estava aliada, geralmente, às necessidades materiais enfrentadas pela família, como também ao fato de que trabalhos como esses serem considerados como demarcadores do universo feminino, além de serem considerados no rol daqueles que não exigiam processos de aprendizagem mais elaborados. Levando em conta as fontes que consultei sobre essa temática, acredito que esse modo de pensar as atividades pensadas como

³⁵⁹ Depositados no APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Abaixo-assinados. Anos cinquenta a oitenta do século XIX.

³⁶⁰ APEP. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Caixa de 1880-1885.. Auto de Perguntas feitas a Severiana Thereza da Fonseca. Ano de 1882.

femininas, e várias delas referentes aos interiores dos domicílios, tenha encontrado eco entre os habitantes de Belém.³⁶¹

Conforme afirmei anteriormente, inúmeras daquelas mulheres não eram exclusivamente lavadeiras. Comumente, aquelas que lavavam também engomavam as peças, embora ocorressem concentrações de habilidades, ou seja, uma boa lavadeira poderia não ser tão boa engomadeira e vice versa. Não raramente, quando trabalhavam no interior da residência de seus senhores e/ou patrões, elas realizavam um conjunto de atividades que desaguava no funcionamento da casa como um todo, ou seja, na rotina doméstica. Então não é exagero considerar que a lavagem da roupa fosse uma atividade muito importante na organização do domicílio. Inclusive, no caso deste pertencer e/ou acolher uma família de camada social abastada, o lavar e o passar e engomar adquiriam proporções consideráveis, posto que seriam inúmeras as peças a serem limpas, tais como: guardanapos, fronhas, cobertores, toalhas de vários tipos, redes, lençóis, além das roupas de uso pessoal em si e das chamadas “*roupas de casa*”, as quais também deveriam ser lavadas e passadas pela lavadeira, ou criada em serviço na residência.

Considero necessário refletir também acerca do tempo demandado para o desenvolvimento completo da tarefa de lavagem da roupa. A respeito disso, é preciso lembrar que entre a lavagem e a engomagem da roupa, precisava acontecer o processo de secagem da mesma. Afinal aquele era um processo que exigia tempo e certa vigilância. Não convinha, por exemplo, que a roupa quase seca recebesse água de chuva, o que poderia acarretar mau cheiro, ou até manchas e demandar outra jornada de trabalho.

Muito possivelmente, em inúmeras residências as criadas “*para todo o serviço da casa*”, como eram denominadas em anúncios pela imprensa escrita, deveriam conciliar o tempo da secagem com a execução de outra tarefa, uma vez que não era possível, ou aceito pelas patroas ou senhoras, “perder tempo” esperando a roupa secar. Ou seja, era preciso construir uma determinada disciplina de trabalho, que tornasse possível a execução das tarefas ao longo do dia.

A respeito disso, convém lembrar que a distribuição do tempo de execução das tarefas nem sempre dependia das motivações e/ou interesses da criada, pois o volume de tarefas

³⁶¹ Sobre essa questão ver MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. P. 158. Nessa obra, a autora adentra pelo universo da cidade de São Paulo, privilegiando as relações entre patroas e criadas (os), no cotidiano que ela denomina “porta adentro”.

poderia resultar na intervenção das senhoras ou patroas, que não dificilmente, organizariam (espécies de) roteiros dos afazeres diários para suas criadas.³⁶²

Os anúncios revelam também a tentativa de conciliar labores domésticos bem distintos, mas não inconciliáveis de acordo com moradores de Belém. O aviso a seguir, de agosto de 1890, expõe a conjugação de serviços como os de ama e engomadeira: “*Ama. N’esta typographia se dirá quem precisa de uma que saiba engommar. Prefere-se que seja portuguesa, e que durma em casa*”.³⁶³

O anúncio em questão sugere que na dita residência a lavagem da roupa já era efetuada, talvez até em espaços externos ao domicílio, ou realizado por uma lavadeira que acumulasse outra(s) função(ões). Todavia, conforme discuti em algumas linhas atrás, o mesmo não ocorria com o serviço de engomação. Desta feita, é possível que a patroa tenha avaliado a possibilidade de conciliar as tarefas de ama com as de engomadeira, uma vez que ambas poderiam ser efetuadas nos interiores da moradia.

Outra questão era a preferência étnica, explicitamente manifestada na frase “*prefere-se que seja portuguesa*”, ou seja, que não fosse uma ex-escrava, provavelmente com “maus costumes”, inclusive porque além de engomadeira, também seria ama. Existem estudos que discutem a questão da preferência indicada anteriormente. Eles analisam que, no caso da predileção por portuguesas, havia a possibilidade de que essas fossem pensadas como “mulheres mais civilizadas”, com possibilidade de corroborar para a “limpeza étnica” e aprimorar os costumes na capital do Pará.

E a preferência pela etnia portuguesa para criadas de dentro da residência aumentou, de acordo com os anúncios de jornal, após a proclamação da república, com ênfase na questão da morigeração, ou seja, uma criadagem supostamente civilizada somaria positivamente para o aprimoramento da família, principalmente ao lidar com as crianças, e contribuiria para o progresso da cidade em si, ao passo que a presença de empregados domésticos eivados de “maus costumes”, muitos dos quais acumulados nos anos de escravatura, em que acrescentaria para o “progresso” das famílias e, por conseguinte, da cidade?

³⁶² Izilda Matos pondera que em São Paulo “(...) o mais comum era uma única empregada realizar todos os serviços: lavar, engomar, cozinhar e arrumar. As mais experientes faziam verdadeiros malabarismos para executar todas as suas obrigações (...)”. MATOS, Izilda. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. P. 135.

De acordo com as fontes que pesquisei a Belém dos oitocentos praticamente não fugiu a esta regra.

Ver também GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro. 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. P.54.

³⁶³ Fundação Cultural “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal “A República”, anno I, nº 158, de 31/08/1890. P. 01.

Não obstante as preferências construídas ao longo dos oitocentos, é importante lembrar que nem todas as criadas desenvolviam suas atividades exclusivamente nos interiores do domicílio, muitas eram mandadas às ruas para efetuar compras na praia, ou no mercado, ou buscar água em poço próximo, ou levar recados. Além disso, havia lavadeiras que exerciam seu ofício em suas próprias residências, ou mesmo em praças da cidade, à revelia das proibições escritas pelos dirigentes locais, desde a primeira metade do século, tais como a que se segue:³⁶⁴ “*Tambem he vedado corar, enchugar, ou estender roupas nas praças, largos, ruas, e travessas, em armadilhas, e cordas, ou mesmo no chão. O infractor incorrerá na multa de cinco mil réis ou dous dias de prisão.*”³⁶⁵

Ante a necessidade de criados e criadas irem às ruas, não era difícil, durante o longo período da escravidão, que livres e libertos fossem confundidos com escravizados, que não raramente estavam pelas ruas ao ganho. Aliás, inúmeros escravos ditos domésticos, estendiam suas atividades às ruas, trabalhando ao ganho – como na venda de alimentos, carregamento de água e mesmo na prostituição. Em periódicos belenenses, por exemplo, houve quem anunciasse seus interesses em adquirir escravas para desenvolver atividades fora do âmbito domiciliar

Precisa-se de uma preta para vender na rua e para lavar roupa, que seja de boa conduta e fiel para uma casa de pequena família, declara-se que também pode dormir em casa de seu senhor, vindo às 6 horas da manhã e indo às 7 ou 8 horas da noite, não excedendo de 320 réis, por dia, quem a tiver dirija-se a esta tipografia que se dirá quem precisa.³⁶⁶

Este não foi um caso único, a criadagem escravizada considerada doméstica em inúmeros momentos extrapolou as portas do domicílio de seus senhores para desenvolver seus

³⁶⁴ Leila Algranti, registra que “(...) uma família rica possuía sempre negras lavadeiras além de uma mucama encarregada de passar peças finas o que a ocupava pelo menos dois dias por semana. Mas nas casas mais pobres onde só havia um escravo, este era mandado a lavar a roupa nos chafarizes espalhados pela cidade. Havia ainda a possibilidade de se contratar os serviços de uma negra lavadeira que trabalhava ao ganho. (...)”. ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808 - 1822*. Petrópolis: Vozes, 1988. P.89.

Sandra Graham faz referência às idas das lavadeiras aos chafarizes, bem como nos tanques dos cortiços. Discute as condições de trabalho daquelas mulheres, às preocupações das mesmas com o clima - que poderia comprometer a secagem das peças -, com a pontualidade na entrega das roupas, enfim. GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro. 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Pp. 58-9.

Ver também SALLES, Vicente. *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*. Brasília: Ministério da Cultura; Belém: Secretaria de Estado; Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”, 1988. Pp. 171-6.

³⁶⁵ Belém. “Código de Posturas Municipaes” de 1848. Cap. 1 “Das Posturas Especiais”. Art. 155. In: Collecção das Leis da Provincia do Gram-Pará. Tomo X. 1848. Depositado na sessão de Obras Raras da Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”. Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/CENTUR.

³⁶⁶ Jornal: “Treze de Maio”, Belém, anno 6, nº 289, 7 fev. 1854, p.4. Citado por SALLES, Vicente. Op. Cit., P. 175.

misteres nas ruas, principalmente as lavadeiras, uma vez que desenvolviam um serviço que requeria em abundância, a utilização da água ainda não canalizada. Nesse sentido é possível entender a situação de Ambrósia, cujo senhor anunciou em janeiro de 1850 o seguinte:

Roga-se ao sr. que deve 6.080 réis de lavagem de roupa e engomado à preta Ambrósia queira mandar a dita quantia a casa do sr. Da dita preta, para também se lhe entregar a última porção de roupa, que ficou cativa, há mais de 2 meses: (se antes não mandar buscar) se anunciará o leilão da dita roupa, com declaração do nome da pessoa a quem pertence.³⁶⁷

Não obstante haver referido lavadeiras escravizadas, havia em Belém nos oitocentos, aquelas que não o eram. De qualquer modo, escravizadas ou não, enquanto as casas não estavam abastecidas com o sistema de água encanada ou eram desprovidas de poços, a lavagem das roupas dependia das saídas das lavadeiras até os lugares de lavagem, o que poderia demandar o dia inteiro, pois era preciso também, esperar a roupa secar, retirá-la das cordas, arrumá-las e transportá-las cuidadosamente pelas ruas, até o local onde seriam passadas e engomadas. O cuidado no transporte da roupa lavada poderia evitar momentos de desassossego e contrariedade às lavadeiras, pois caso as peças fossem alvejadas com respingos de lama e similares indesejáveis, elas precisariam repetir todo o processo da lavagem.

No caso específico de Belém, considerando que na segunda metade dos oitocentos várias eram as ruas e praças e largos ainda não pavimentados, bem como precisando de reparação por parte do poder público, esses cuidados tornavam-se não só importantes como até indispensáveis, sobretudo no período das chuvas, quando a lama proliferava em vários trechos da cidade, dificultando a mobilidade dos transeuntes, bem como de carroças e carros-pipas e ameaçando a limpeza das roupas lavadas nos poços.³⁶⁸

No caso específico de Belém, Henry Bates registrou que nos anos 40 do dezenove era nos arredores da cidade que ficavam situados os poços públicos. Segundo ele, tratava-se de

³⁶⁷ Jornal: “O Velho Brado do Amazonas”, Belém, anno 1, nº 43, 27 set. 1850, 1 cad., p.4. Citado por SALLES, Vicente. Op. Cit., P. 178.

³⁶⁸ Fundação Cultural “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Diario de Belém”, anno IV, nº 26, de 01/02/1871. P. 1. Sobre a necessidade de reparos em vias públicas, o leitor deve estar lembrado das queixas em relação a rua do Paul, registradas em jornal nos anos setenta. Segundo o redator, o calçamento estava tão danificado que os carros com pipas estavam se quebrando.

áreas pantanosas, onde era lavada toda a roupa da cidade por um número significativo de lavadeiras negras, muito possivelmente escravizadas e “ruidosas”.³⁶⁹

Há também registros acerca da presença das lavadeiras nos limites dos bairros da Campina e Umarizal, conforme afirma Vicente Salles. :

As lavadeiras, em geral pretas e mulatas, habitavam preferencialmente no bairro do Umarizal e exerciam seu humilde ofício no igarapé das Almas, limite do bairro negro com o bairro da Campina, onde habitavam as famílias abastadas para as quais trabalhavam.”

(...) A periferia da Campina beirava os alagados do Piri, pro lado do Arsenal de Marinha, e os alagados do igarapé das Almas, pra banda do Reduto, deixando na outra margem o Umarizal, habitado predominantemente pelos negros.³⁷⁰

A imagem que exponho a seguir mostra uma “vista do Igarapé das Almas”, mencionado por Salles.

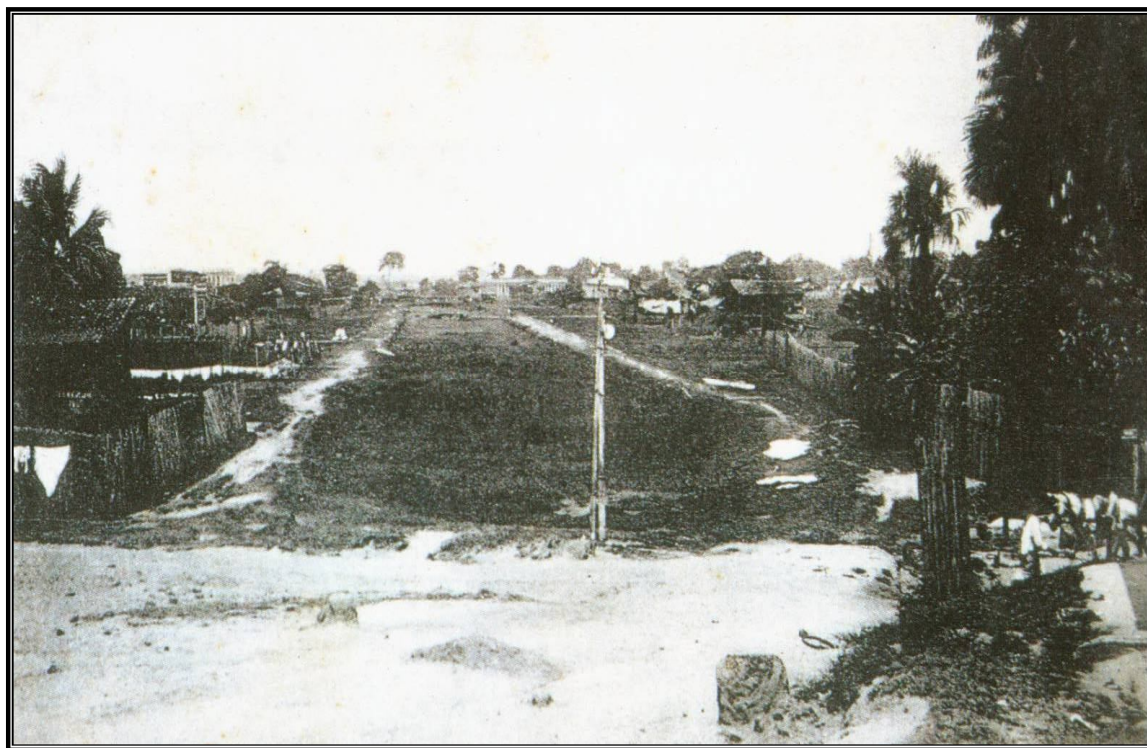


Figura 26 Igarapé das Almas. (Posteriormente foi canalizado e teve a área aterrada.)³⁷¹

³⁶⁹ BATES, Henry Walter. *Um Naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979. P. 14.

³⁷⁰ SALLES, Vicente. *O Negro na Formação da Sociedade Paraense. Textos Reunidos*. Belém: Paka-Tatu, 2004. Pp. 143-5.

³⁷¹ Com as modificações implementadas, no antigo Igarapé das Almas foi construída a Avenida Visconde de Souza Franco. In: “*Belém da Saudade: A Memória da Belém do Início do Século em Cartões-Postais*”. Belém: Secult, 1996. P. 67.

A “planta da cidade de Belém de 1905” apresentada em seguida e, principalmente, o detalhe da mesma, permitem uma localização mais precisa da “banda do Reduto”, referida pelo autor e mais especificamente a doca do Reduto. A planta também favorece uma certa percepção do crescimento da cidade nos primeiros anos do século XX.

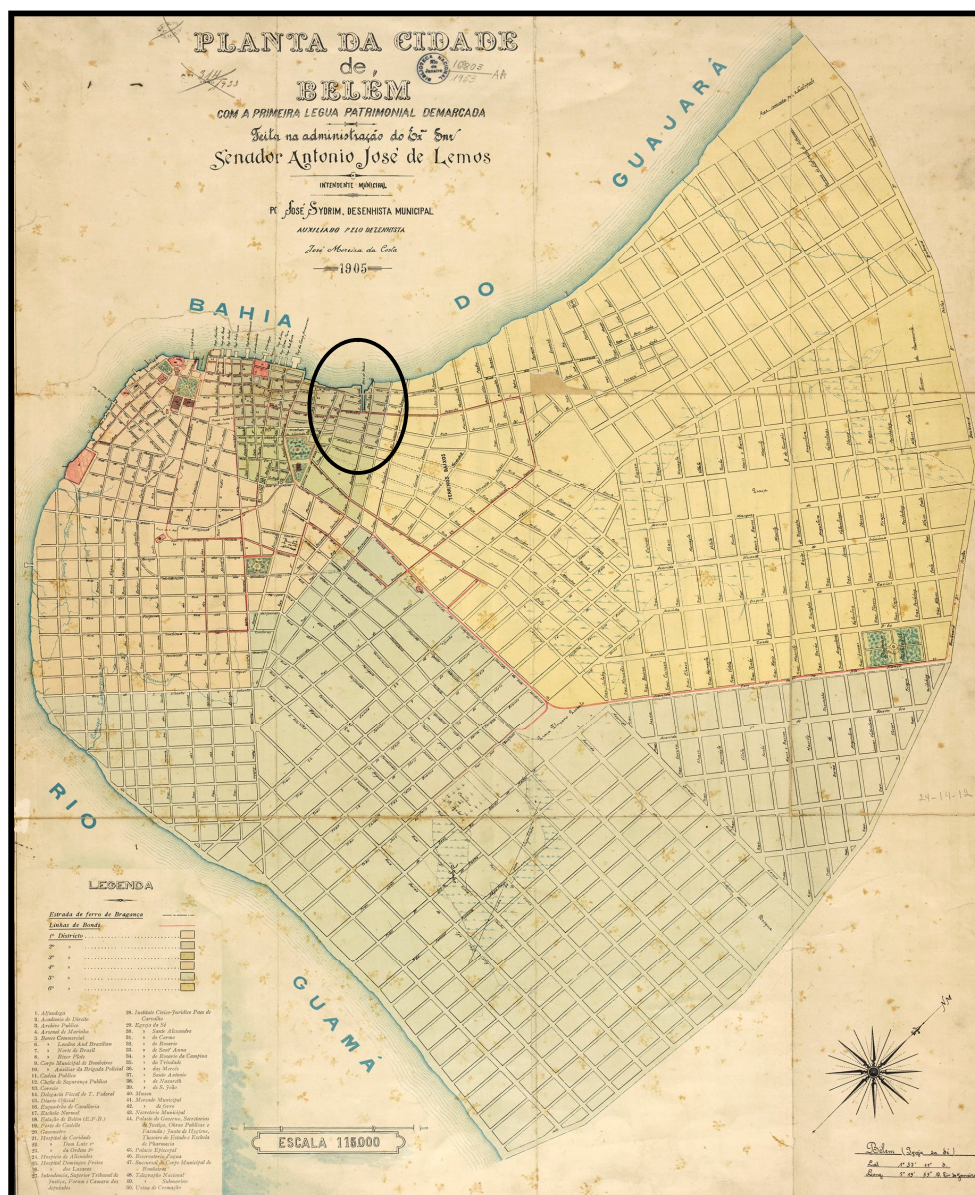


Figura 27 Planta da Cidade de Belém de 1905 – destaque meu: Doca do Reduto.³⁷²

³⁷² FBN/RJ. Coleção “Cartografia”. “Planta da cidade de Belém com a primeira légua patrimonial demarcada por José Sydrim; auxiliado por José Moreira da Costa”. Há uma reprodução na obra “Belém da Saudade: A Memória da Belém do Início do Século em Cartões-Postais”. Belém: Secult, 1996. P. 28.

Inúmeras lavadeiras, por desenvolverem seu ofício em torno dos poços públicos espalhados em inúmeros lugares da cidade, percorriam ruas, largos, praças igualmente espalhados por Belém – há indicações de que realizavam lavagens na travessa da Piedade, nas proximidades dos poços, também nas praças do Rosário, do Carmo, da Trindade e de São José.



Detalhe, Figura 27

Dessa forma, elas desenvolviam vasto conhecimento sobre a cidade e sobre aqueles que nela circulavam. Aprendiam a desvendar certas tramas assim como a urdir outras tantas, consideradas necessárias à trajetória de sua existência.

Como em várias cidades do Brasil do século XX, não eram pouco os trabalhadores que percorriam os espaços ditos públicos: ruas, travessas e estradas, praças e largos. Os aguadeiros principalmente, mas além deles as lavadeiras assim como aqueles que trabalhavam mais diretamente nas moradias, como as (os) cosinheiras (os), frequentavam regularmente os espaços da urbe cumprindo tarefas relativas ao trabalho de cada um, ou às necessidades das casas de morada.

Nesse ponto não é demais relembrar que muitos dentre esses trabalhadores eram escravizados e considerando os séculos de vigência da escravidão no Brasil e da reprodução dessas práticas, estudiosos como Gilberto Freyre, discutiram a relação entre essa questão e a demora no encaminhamento do processo de canalização da água potável e serviço de esgotos nas casas de morada.³⁷³

³⁷³ Para Gilberto Freyre, o fato de escravos suprirem as moradias de seus senhores com água de beber, de cozinhar e de banho, retardou em várias cidades do Brasil, a instalação de serviços de canalização e de esgotos nas casas e sobrados. Ele também remete o leitor para a questão de escravos que transportavam pelas ruas os balaies à cabeça, repletos de produtos. Nesse sentido, ele situa as lavadeiras, que com suas trouxas de roupa suja também à cabeça, integravam esse quadro de escravos e negros em geral no espaço urbano. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2003. P.633. Ernesto Cruz também afirma que “no ano de 1883, quando a Grão-Pará, iniciou o serviço da canalização, apenas 100 prédios possuíam água encanada. (...) Em 1884, aquele número havia subido para 500, presumivelmente, pois nos faltam os algarismos oficiais. (...) Por essa época, a população da capital estava calculada em 12.000 habitantes. Para tão valioso empreendimento, de incalculável benefício para a coletividade

Até o presente momento detive-me na utilização dos serviços de lavagem, coadunado ou não a outros, no interior do domicílio, no contexto dos oitocentos. Mas, a lavagem da roupa podia ser uma atividade desenvolvida no interior do ambiente doméstico da própria lavadeira, ou seja, em sua própria casa e até mesmo, com o auxílio de familiares. Nestes casos, o trabalho poderia acontecer nos quintais, sob o sol ou chuva.³⁷⁴

A roupa suja poderia ser acondicionada em trouxas ou em sacos de lona, ou ainda em cestos. Chegado o momento da lavagem, a lavadeira retirava as peças e levava-as para os recipientes nos quais pudesse encharcá-las. Os recipientes em questão poderiam ser as bacias, ou então as tinas. Possivelmente, conforme sugere o escritor João Marques de Carvalho, usavam uma tábua lisa, sem farpas, como apoio para proceder a esfregação da roupa.

Além da água, as lavadeiras usavam o sabão no processo de remoção da sujeira. Nos anos oitenta do século XIX, a “Mercearia Modelo” publicou um anúncio no “Diario de Noticias”

A's Lavadeiras. Queréis comprar sabão barato?
Vinde á Mercearia Modelo, que encontraréis pães de sabão, a 160, 240 e 320 réis, da
melhor qualidade.
Estrada de S. Jeronymo.³⁷⁵

Novamente recorrendo aos anúncios percebi que em diferentes décadas do século XIX, o sabão era sempre um dos produtos ofertados para venda. A respeito disso, diferentes “*gêneros*” e valores daquele produto foram registrados nos avisos. Dessa forma aparecem, nos anos cinquenta e sessenta por exemplo, referências a: sabão de cacau entre 160 e 200 réis a libra, sabão amarelo a 200 réis, sabão branco a 130 réis a libra, sabão preto a 120 réis a libra em caixa e a 160 rs. a libra a retalho.

e de tamanha relevância para a Província, a estimativa deixava muito a desejar. Não seria isso resultado da resistência dos aguadeiros? Ou produto dos hábitos dos tempos coloniais, da época da fonte das Pepes e dos poços do Paul d'Água?”. CRUZ, Ernesto. *A água de Belém – sistemas de abastecimento usados na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1944. Pp. 55-6.

³⁷⁴ O escritor João Marques de Carvalho nos fala das mulatas Maria e Hortência, mãe e filha respectivamente, que ganhavam seu sustento através da lavagem de roupa na própria casa. As duas moravam na estrada da Constituição (atual avenida Gentil Bitencourt), em uma choupana de palha seca. O trabalho era desenvolvido no quintal, mediante a utilização de tinas. In: CARVALHO, João Marques de. *Hortência*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1989. Pp. 39 a 41.

³⁷⁵ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal “Diario de Noticias”, anno IX, nº 115, de 22/05/1888. P. 01. O sabão era um item muito importado pelos comerciantes locais. Segundo Bárbara Weinstein, na década de noventa essa importação ainda era intensa o que significou concorrência com a fábrica de sabão instalada em 1895. Ver WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993. P. 114.

Em 11 de dezembro de 1857, no “Diario do Gram-Pará”, foi publicado um anúncio de venda de sabão “*na saboaria da rua Longa*”. O anúncio refere-se ao “*sabão de família de muito boa qualidade próprio para lavagem de roupa de algodão, linho e lã, a 160 rs por libra e em caixa a 130 rs*”, também avisa a possibilidade de troca de libra de sabão por libra de sebo, o que também aparece registrado em outros anúncios daquele período. Ainda oferece “*potes de barrela cosida e preparada para lavagem de redes e roupas grossas, a 160 rs; ditas para lavagens de casa e tirar nodoas de azeite ou gorduras a 120 rs, ditas para lavar vidros e typos a 640 rs.*”³⁷⁶

Mas o sabão também poderia ser produzido pela própria lavadeira, como o sabão de cinza, por exemplo, usado para branquear a roupa. A água em que se fervia a cinza, em Belém recebia o nome de barrela. O escritor Marques de Carvalho faz referência ao uso da barrela pela lavadeira Maria e a filha desta, Hortência, na lida com as lavagens que realizavam no quintal de sua moradia.³⁷⁷

Molhar, ensaboar, esfregar, torcer, molhar de novo, retirar o sabão, corar a roupa, eram etapas integrantes do labor das lavadeiras. Em domicílios nos quais houvesse poço, o trabalho poderia ser efetuado nas proximidades do mesmo em tinas pequenas, possível de serem transportadas, ou em bacias. Não encontrei referências ao uso de tanques específicos para lavagem de roupas no século XIX.

Com a inauguração da “Companhia das Águas”, instalaram-se torneiras em vários estabelecimentos da cidade. Segundo Ernesto Cruz, os citados locais de instalação foram: rua da Indústria, depois chamada Gaspar Vianna, no estabelecimento da Firma Ribeiro &Freitas; travessa 1º de Março, na casa de Antonio Ferreira da Graça; Praça Dom Pedro II, na residência de Romão Peres; Largo de Nazaré, depois chamado praça Justo Chermont, no prédio onde morava João José do Nascimento; estrada da Independência, depois denominada avenida Magalhães Barata, na casa da firma Batista Rodrigues & Silva; rua do Espírito Santo, posteriormente Dr. Malcher, nas casa de Reinaldo Marques da Silva e Manuel Francisco Esteves. Mas, ainda segundo o autor, poucos eram os moradores a se servirem daquelas

³⁷⁶ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal “Diario do Gram-Pará”, anno V, nº 289, de 11/12/1857. P. 04.

³⁷⁷ Izilda Matos afirma que “*essas mulheres conheciam as técnicas e os segredos de sua ocupação, estratégias para branquear, engomar e passar a roupa, além de produzirem elas próprias o sabão e a goma*”. A autora menciona também, o sabão de cinza. In: MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. P. 145. CARVALHO, João Marques de. *Hortência*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1989. Pp. 40-1.

torneiras. Diante, da notícia a seguir, publicada no “Diario de Notícias” de 16/02/1888, havia certa insatisfação com relação ao fornecimento de água.³⁷⁸

INSULTO Á POPULAÇÃO. Em diversas tabernas d’esta cidade, vê-se uma chapa de metal pregada á parede com esta inscrição em letras grandes: COMPANHIA DAS AGUAS – torneira publica nº ...

O publico, porem, se quer água, compra-a por bom dinheiro, do taberneiro em cuja casa se acha a torneira publica.

Isto é uma grande affronta, que se faz ao povo paraense; porquanto é sabido que essa felizarda companhia, para quem a província não regateou favores, não dá uma só gota d’água e esta generosa população, que, se fosse n’outro qualquer paiz, teria arrancado aquellas insultos as placas a atirado-as na cara da companhia ou de quem teve a lembrança de mandal-as collocar.³⁷⁹

Problemas como esse contribuíram para que os moradores continuassem recorrendo ou aos poços públicos e/ou aos aguadeiros - desde que dispusessem de recursos para custear os recipientes com água - ou aos criados que iam às ruas em busca desse líquido.

Acredito inclusive, na possibilidade de que raras fossem as lavadeiras que buscassem o recurso daquelas torneiras a fim de desempenhar seu ofício. Justamente porque a demanda de água para lavagem de roupa dificilmente seria reduzida, o que resultaria em maiores gastos para a lavadeira, ou para os senhores/patrões, além do desgaste em relação a deslocamentos, esforço físico, entre outros. Conforme procuro mostrar neste estudo, grande parte delas recorria aos poços públicos, ou aos particulares, inclusive nos anos noventa, como por exemplo Olímpia da Costa Brasil e Appolinaria Maria do Espírito Santo, ambas lavadeiras, que regularmente dirigiam-se a um poço situado na “Pratinha”, como era popularmente conhecida a rua dos Mundurucus, a fim de coletarem água para o seu ofício.³⁸⁰

Havia também as lavadeiras que desenvolviam seu trabalho nas praças e largos da cidade, sobretudo em dias de sol forte. Nesses lugares, era possível ver as lavadeiras

Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras. SILVA, Antonio de Moraes. “*Diccionario de Língua Portuguesa*” – Recopilado – dos vocábulos impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito accrescentado. Lisboa: Typographia Lacerdina. Anno de 1813. De acordo com Moraes Silva, “Barrela” era “a decoada de água embebida em saes vegetaes, que se deita na roupa, para sair bem lavada”. “Corar”, “dar còr (...) dar cor branca ao linho”.

³⁷⁸ CRUZ, Ernesto. *A Água de Belém: sistemas de abastecimento usados na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1944. Pp 53-4.

³⁷⁹ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal “Diario de Noticias”, anno IX, nº 37, de 16/02/1888. P. 02.

³⁸⁰ APEP. Fundo: Segurança Pública. Série: Autos Crimes. 1890. Autos crimes de assignação de termo de bem viver em que é queixosa Augusta Campello e querellada Olímpia da Costa Brasil. Datado de 1896.

acocoradas sobre suas tinas, com as saias erguidas e presas entre os joelhos como um “*calção turco*”, ou junto aos antigos poços, puxando água e conversando em altas vozes.³⁸¹

Lugares que outrora foram área suburbana como a travessa da Piedade, a praça da Trindade e do Carmo, eram, na década de oitenta, regularmente frequentados pelas lavadeiras.

As roupas lavadas eram postas a secar nas praças, o que gerava um espetáculo singular naqueles pontos da cidade. Não raramente, elas também preparavam suas refeições nos mesmos lugares em que procediam à lavagem. O jornal “A Província do Pará” criticou duramente o poder público por tolerar a presença de lavadeiras nas praças e largos da cidade.

Em 29 de abril de 1885, foi publicada uma matéria sob o título “*Lavanderias nas praças publicas*”, na qual o redator em tom de ironia e crítica aos dirigentes locais reclamava do desrespeito ao código de posturas municipais, reportando-se ao artigo 75 do mesmo, segundo o qual “*é igualmente proibido corar, enxugar ou estender roupa nas praças, largos, ruas e travessas, em armadilhas, cordas, ou no chão, salvo em lugares designados pela câmara. O infractor pagará a multa de dez mil réis*”.³⁸²

Através dessa matéria é possível entrever elementos que marcaram o trabalho de mulheres lavadeiras em Belém, que precisaram recorrer aos espaços considerados especificamente públicos, mas que, para elas, nem sempre se definiram daquela forma, uma vez que neles não somente desenvolviam seu trabalho, como trocavam ideias, informações e confidências, expressando intimidades em meio ao capinzal e/ou nas proximidades dos poços.³⁸³

De acordo com a narrativa do autor, o que teria motivado a produção do texto jornalístico, foi o fato de várias lavadeiras realizarem suas lavagens de roupa na praça do

³⁸¹ A expressão “calção turco” é empregada por Marques de Carvalho quando refere o modo como a lavadeira Maria prendia a saia entre os joelhos antes de inclinar-se sobre a tina. Ver CARVALHO, João Marques de. *Hortência*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1989. Pp. 58.

³⁸² Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal “A Província do Pará”, anno X, nº 2698, de 29/04/1885 Já citado. De acordo com Maria de Nazaré Sarges, o jornal “A Província do Pará” foi fundado em 1876 por Francisco de Souza Cerqueira, Antônio Lemos e Joaquim José de Assis. Com a criação do Jornal, “Antonio Lemos assumiu de vez sua condição de jornalista, dividindo a responsabilidade da redação do jornal com o seu proprietário, dr. Joaquim José de Assis”. Lemos era membro do Partido Liberal, em 1885 foi eleito por esse partido, deputado provincial pelo 1º e 5º Distritos. Naquele mesmo ano de 1885, a administração provincial estava sob controle do Cônego Siqueira Mendes, do Partido Conservador e Lauro Sodré iniciou em Belém a propaganda republicana. In: SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do “Velho Intendente” Antonio Lemos (1869-1973)*. Belém: Pakatatu, 2002. Pp. 47-8.

Sobre o pagamento de multas ver Belém “Código de Posturas para a Câmara Municipal de Belém”, Cap. XIII, Art. 90. In: *Collecção das Leis da Província do Gram Pará do Anno de 1880*. Tomo XLII. Impresso na Typographia do Diario de Noticias. 1880-1881. Depositado no APEPA.

³⁸³ Ver ALGRANTI, Leila Mezan. *Famílias e Vida Doméstica*. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

quartel d'artilharia "(...) em um dia de sol brilhante, que realça o quadro de uma lavanderia pública (.?.) na cidade". Aliás, o redator afirma considerar "curioso o aspecto que apresentam algumas praças e ruas da capital, transformadas diariamente em lavanderias públicas" e critica o poder público por agir com "bonomia" em relação às mulheres que exerciam aquele ofício.³⁸⁴

O texto em questão chama a atenção do leitor para o que é considerado contraditório numa capital como Belém, ou ainda, em "nossa civilização".

Aqui, roupas de um branco de neve se balançam, suspensas em cordas passadas de um a outro cercado da projectada arborização; mais longe, redes, lençõs, ceroulas, (.?.)... cobrem a verde relva, fazendo contraste com o charco ou a lama que ao lado é alimentada pelas águas da lavagem.

Alli, um grupo de lavadeiras, saía a tira-collo, acocoradas junto às tinas, se grazinam, se apostropham, se redizem em voz alta um mexerico de criada posto à conta da patroa, ou a anedota arranjada sobre a peça de roupa, entre mãos.³⁸⁵

À guisa de reivindicar a atenção das autoridades para a observação postural, o redator de "A Provincia do Pará", tornou possível o conhecimento acerca de permanências importantes na cidade de Belém, ou seja, havia lavadeiras que nos anos oitenta dos oitocentos, à revelia de códigos reguladores, continuavam a recorrer aos espaços considerados explicitamente públicos da cidade, e que aos olhos de diversos moradores, deveriam ser aformoseados através dos cuidados da Câmara Municipal, para desenvolver o seu ofício.

No ano de 1891, o jornal "A Republica" publicou, ressaltando que foi uma medida acertada, que as lavadeiras de Belém foram intimadas a não mais estenderem as roupas lavadas nas praças e ruas da cidade. As infratoras seriam multadas.³⁸⁶

Medidas como essa restringiram cada vez mais o desempenho desse trabalho ao âmbito do domicílio, fosse este o dos patrões, ou o da própria lavadeira.

Estudos indicam que muitas lavadeiras, em São Paulo, por exemplo, passaram a trabalhar nos quintais das residências dos patrões, inclusive com água encanada. Possivelmente essa prática reproduziu-se em várias cidades do Brasil, inclusive em Belém.³⁸⁷

³⁸⁴ O largo acima referido era chamado Largo do Quartel. Posteriormente foi denominado Saldanha Marinho e finalmente Praça da Bandeira. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. P. 103.

³⁸⁵ Fundação Cultural do Pará "Tancredo Neves"/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará "Arthur Vianna", sessão de microfilmagem. Jornal "A Provincia do Pará", anno X, nº 2698, de 29/04/1885. P. 02.

³⁸⁶ Fundação Cultural do Pará "Tancredo Neves"/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará "Arthur Vianna", sessão de microfilmagem. Jornal "A República", anno II, nº 382, de 05/06/1891. P. 02.

³⁸⁷ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. P. 149.

3.3. Água e alimentação: a água domiciliar e a preparação de alimentos.

Vende-se uma escrava preta de 30 anos de idade mais ou menos, garantindo-se ser perfeita cosinheira e engomadeira, sem vícios nem molestias, com 3 filhos tendo um 8 anos de idade, outro 5 anos e o terceiro 3 anos. A tratar a Rua dos Mercadores, sobrado n° 6 BB.³⁸⁸

No decorrer do século XIX, vários anúncios de jornal, muito semelhantes ao apresentado acima, expressaram tanto a oferta quanto a procura por trabalhadores (as) dedicados à preparação de alimentos em Belém – eram os cozinheiros e cozinheiras. Nos domicílios, das mais diversas camadas sociais, a rotina doméstica era marcada por um número significativo de tarefas voltadas à confecção de alimentos, todavia, inúmeros moradores não podiam dispor de trabalhadores domésticos em suas residências, posto que isso implicava em custos com os quais a grande maioria não poderia arcar. De qualquer modo, muito possivelmente, era nas atividades de cozinha que a água domiciliar seria mais absorvida.

O anúncio acima, similar a tantos outros, aponta indícios da condição social daqueles que ofereciam a “*escrava preta*” à venda: eram prováveis moradores do sobrado situado na rua dos Mercadores, que pareciam apreciar e/ou saber o quanto que para o período em questão, era importante alertar aos possíveis interessados que a dita escrava não só era “*perfeita*” nos ofícios que desenvolvia, como também “*sem vícios*” e sadia, posto que não portava “*moléstias*”. Ou seja, uma escravizada considerada ideal, mediante os padrões vigentes naquele período, para serviços do interior do domicílio familiar.

A partir da observação da expressiva quantidade de anúncios referentes às cozinheiras e cozinheiros, não raramente conectados a outras atividades relacionadas à vida domiciliar, percebi que os moradores que podiam arcar com os custos relacionados a esse ofício, buscavam alugar ou adquirir (mediante compra) aqueles tipos de trabalhadores, evitando assim, e considerando o longo período de vigência da escravidão no Brasil, um envolvimento direto com a execução de tarefas associadas ao trabalho escravo e no âmbito em questão, aquelas realizadas nas cozinhas das residências cujos moradores dispunham de alguma criadagem, ou mesmo de possibilidades pecuniárias para custear pelo menos uma criada, ou ainda adquirir um (a) único (a) escravo (a) que cumprisse com essa função.

³⁸⁸ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Diário de Belém”, anno IV, nº 37, de 15/02/1871. P. 02. A rua dos Mercadores foi também chamada rua da Cadeia, por localizar-se nela, o presídio da capital do Pará. Posteriormente recebeu a denominação de rua Conselheiro João Alfredo. Ver *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. P. 41.

Enfim, o que estou buscando expressar é que o ofício de cozinhar, embora essencial no cotidiano dos habitantes e na vida domiciliar, foi, assim como a lavagem de roupa, a coleta e o transporte de água, considerado inferior, realizado por sujeitos desprovidos de riqueza e instrução, integrantes de etnias “*inferiores*”, muitos dos quais escravizados ou libertos.

Ofícios como esses, que aqui mencionei, eram provavelmente considerados para inúmeros habitantes da cidade, como trabalho de escravo (ou de negro), não condizente, portanto, com a condição de ser livre e/ou proprietário, por exemplo.³⁸⁹

A respeito dessa questão Debret apresenta, em um relato, algumas considerações acerca dos motivos de haver no Rio de Janeiro, o costume de usarem os negros como carregadores para mercadorias e pessoas. Segundo ele, aquele costume:

Embora pareça estranho que nesse século de luzes se depare ainda no Rio de Janeiro como costume de transportar enormes fardos à cabeça dos carregadores negros é indiscutível que a totalidade da população brasileira da cidade, acostumada a esse sistema que assegura a remuneração diária de escravos empregados nos serviços de rua, se opõe à introdução de qualquer outro meio de transporte, como seja, por exemplo, o dos carros atrelados. Com efeito, a inovação comprometeria dentro de pouco tempo não somente os interesses dos proprietários de numerosos escravos, mas ainda a própria existência da maior classe da população, a do pequeno capitalista e das viúvas indigentes, cujos negros todas as noites trazem para casa os vinténs necessários muitas vezes à compra das provisões do dia seguinte.³⁹⁰

Na Cidade do Pará, houve também moradores que conseguiram dispor de escravizados para oferecer, mediante venda ou aluguel, a quem pudesse absorvê-los para a execução das tarefas voltadas à ordem domiciliar, inclusive às referentes à obtenção da água e ao ofício de cozinhar, conforme expressa o anúncio publicado no “Diário de Belém”, no ano de 1871.³⁹¹

³⁸⁹ Ver TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza. *Preconceito Racial: Portugal e Brasil-Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1988. E também BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra na Amazônia (Sécs. XVII – XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2001. E ainda SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

³⁹⁰ DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1978. P. 234. In: TERRA, Paulo Cruz. *Cenas de trabalho: carregadores negros nos relatos de viagem sobre o Rio de Janeiro (1808-1850)*. www.anpuh.uepg.br/Xxiii-simposio. O autor afirma ainda que “a historiadora Mary Karasch, por sua vez, nos lembra que as atividades manuais eram altamente desprezadas pelos senhores, principalmente as sem especialização como a dos carregadores. Sendo assim, os senhores colocavam seus cativos nessa função não só por que eles poderiam lhes trazer algum rendimento, enquanto escravos ao ganho, mas também por que não era próprio que eles a exercessem, enquanto senhores”. Ver KARASCH, Mary C.. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000. p.183. (grifos meus).

³⁹¹ A respeito disso, lembro ao amigo leitor que nos anos setenta a cidade refletia efeitos da expansão da economia da borracha, tanto que em 1871, o presidente da província, Abel Graça, declarou perante a Assembléia Legislativa que a borracha ultrapassava o cacau em exportação, ou seja, 4.890.089 contra 3.381.246 quilos, respectivamente. Deu-se também a vinda de inúmeros sertanejos, expulsos pela seca, gerando crescimento populacional na província, como também em Belém. Sobre os dados quantitativos que aqui registro ver

Discuti em páginas anteriores que foram muitos os anúncios referentes aos ofícios desenvolvidos nos domicílios, ou, conforme registrado em vários anúncios, casas de famílias, nos quais tanto se ofertava quanto se procurava, por exemplo, mulheres que reunissem as habilidades de pelo menos dois ofícios domésticos, sendo que um deles era, quase sempre, o de cozinhar. Moradores da cidade faziam variados esforços para ter no domicílio uma pessoa que desenvolvesse o ofício de cozinhar, de tal forma que o/a contratante (senhora ou patroa, principalmente) pudesse se esquivar de fazê-lo. A grande maioria dos habitantes, contudo, dificilmente poderia arcar com os gastos referentes a uma cozinheira ou cozinheiro, fosse escravizado(a), liberto(a) ou livre.

No caso da notícia aposta, publicada nos anos setenta, uma escrava que seria “*perfeita cosinheira*”, poderia custar em torno de 550 mil réis, considerando o período de expansão do comércio gumífero e o fato de ter a escrava em questão, três filhos. Sendo perfeita em seu ofício, deveria possuir domínio dos usos do forno e do fogão, além de ser habilidosa no trato geral dos alimentos, dosagem de temperos, constituição dos pratos salgados e doces, e obviamente, precisaria saber lidar com a água no desenvolvimento de suas tarefas, uma vez que esta era um elemento importante, e em vários casos até essencial, no processo de preparação de pratos culinários, doces ou salgados. A respeito disso cito, por exemplo, o trato de aves. Após serem abatidas, deveriam ser mergulhadas em água muito quente para que fosse procedida a depenação, após o que a ave seria tratada para recepção de temperos e cozimento.

Considerando-se ainda, que a referida escrava não poderia ser adquirida por pessoas desprovidas de maiores recursos, ela realmente deveria exercer o ofício com a destreza necessária a uma casa de família de maiores recursos e, muito possivelmente, capaz de exigências bem mais rigorosas no tocante à elaboração dos pratos e respectivos sabores, afinal não era sem razão que os anúncios referentes às cozinheiras recorriam a adjetivos como “*perfeita*”, “*excelente*”, “*boa*”, ou então “*sofrível*”, “*razoável*”, entre outros.

O jornal “Diario de Belém”, por exemplo, em 14 de fevereiro de 1871 anunciou que “*José G. de Oliveira e Cia. a rua da Industria tem para alugar uma **perfeita cosinheira***”. E no mesmo dia, o “Diario..” anunciou também a compra de “*(...) um escravo de 20 a 30 annos de idade, sadio, sem vícios, e que seja **bom cosinheiro** a tratar no armazem de Jose G. de Oliveira (...)*”.³⁹² (grifos meus)

Ser uma “perfeita cozinheira” ou um “bom cozinheiro” implicava em dominar os meandros do ofício. Nesse sentido não bastava o rotineiro ou trivial, era necessário também além de selecionar adequadamente os alimentos, utilizar as panelas e vasilhas adequadamente, além de zelar pelas mesmas. A limpeza das vasilhas, panelas, copos, pratos, entre moradores que não dispunham de maiores recursos, também deveria ser assumida por quem cozinhasse.

As vasilhas eram de tipos bem diversos, algumas das quais confeccionadas em argila, como alguidares, gamelas, panelas, potes e bilhas. Além dessas havia as frigideiras, panelas e tachos em metal como cobre, arame e latão, alguns dos quais certamente guardavam semelhança com os que são apresentados a seguir.³⁹³

Vasilhas e demais objetos de uso culinário, uma vez utilizados na preparação de alimentos precisavam ser lavados para nova utilização. Na lavagem, além da água, também deveria haver o emprego do sabão, conforme expus em páginas anteriores. Uma panela, ou um alguidar mal lavados, poderiam comprometer os sabores de outro alimento a ser preparado.

Houve, contudo, recomendações em relação ao trato das vasilhas confeccionadas em metal. Os anúncios sugerem através do título “*conselhos diarios*”, como poderia ser procedida a limpeza dos mesmos.

Os vasos e utensílios de folha de flandres que servem ao fogo, perdem o brilho e ficam mais ou menos ennegrecidos. É fácil entretanto restituir-lhes o lustre primitivo, esfregando-os com cinza e azeite por meio de um trapo. A mistura deverá ter a consistência de massa, quase fluida. Pode-se também limpar e abrilhantar os utensílios de folhas de Flandres, fazendo-os ferver com cinza de madeira e alguns cristaes de soda.³⁹⁴

³⁹² Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Diário de Belém”, anno IV, nº 36, de 14/02/1871. P. 03.

³⁹³ Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura. MUSEU DA CASA BRASILEIRA. Os objetos expostos integram o “conjunto de vasilhas dos séculos XVIII e XIX, em latão ou cobre, que pertenceram ao pintor paulista Pedro Alexandrino” (constantes do acervo do referido Museu). Possivelmente tachos e caldeirões, citados na documentação acerca dos moradores da cidade de Belém do Pará, apresentaram formatos semelhantes a esses.

³⁹⁴ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal “A Provincia do Pará”, anno X, nº 2932, de 12/02/1886. P. 02.



Figura 28 Tacho de cobre sem tampa



Figura 29 Caldeirão de cobre sem tampa



Figura 30 Caldeirão de latão com tampa



Figura 31 Tacho de latão

Aproveito para ressaltar que durante a maior parte do século XIX, na cidade de Belém, como em outras do Brasil, a cozinha não era um espaço notoriamente referido na documentação. Inventários e anúncios publicados em diferentes décadas do século XIX, indicam que mesmo algumas moradias amplas e avaliadas em valores razoáveis, pareciam não conter cozinha, ou então não consideravam relevante mencioná-la na descrição da moradia.

Possivelmente então, a limpeza da cozinha como um todo, à base do uso da água e talvez do sabão, não se constituía em prática comum entre os moradores. E o fato de não ser

prática regular entre os que habitavam a cidade, guarda também o sentido de que, embora fosse um local da moradia do qual emanavam sabores diversos, indispensáveis e prazerosos, não era considerado necessário o procedimento de limpeza detalhado e frequente do mesmo.

Não creio, contudo que tal atitude em relação à cozinha implicasse numa atribuição de desimportância absoluta à mesma pelos moradores de Belém, contrariamente, era um local cuja produção era relevante nos domicílios, todavia não era considerado fundamental, proceder a limpeza ou o asseio da mesma. Aliás, a documentação indica que muitas cozinhas eram de chão batido, ou seja, não tinham piso assoalhado, ou ladrilhado, ou cimentado, durante a maior parte do século XIX, o que tornava praticamente inviável o recurso da lavagem do chão bem como de mesas e/ou bancadas.

Através das descrições de residências em testamentos, inventários e anúncios de venda, leilão e aluguel, percebi que a citação da cozinha, bem como do banheiro e/ou latrina, quando feita vem ao final do texto, o que pode ser um indício da localização daqueles espaços da moradia, ou seja, ao final da mesma. Tal é possível observar, por exemplo, nos inventários de Anacleto Raimundo Alves da Cunha, falecido em 12 de abril de 1822 em Belém e do Conego Felis José Ramos, cujo falecimento data de 13 de dezembro de 1822.

Anacleto era proprietário de um quarto de casas situado na travessa das Mercês, com uma casa na frente, duas outras interiores, copiar, cozinha e quintal, avaliada em 400\$000 (400 mil réis). José Felis, era possuidor de dois quartos de casas, ambos na rua do Aljube e contendo cada um, duas casas na frente, uma interior, cozinha e quintal. Cada quarto da casa foi avaliado em 150\$000 (150 mil réis).³⁹⁵

E no decorrer do século XIX, a alocação dos cômodos não apresentou grandes alterações, a julgar pela documentação que consultei. Em 25 de fevereiro de 1838, teve início o inventário do major José Candido Ferraz, falecido em 17 de fevereiro de 1837. Ele fora proprietário de dois quartos de casas térreas situados na rua da Barroca, sendo um avaliado em 400\$000 (400 mil réis) e o outro em 500\$000 (500 mil réis). O primeiro foi descrito da seguinte forma: corredor, sala, alcova e copiar assoalhados, dois quartos interiores. E o

³⁹⁵ Sobre esta questão ver GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro. 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. P.45.

CMA/UFPA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA. 2ª Vara Civil – Cartório Odom Gomes. Auto de Inventário dos bens do Reverendíssimo Conego Felis Jose Ramos. 1823.

CMA/UFPA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA. Juízo de Orfãos. 2ª Vara Civil – Cartório Odom Gomes. Auto de Inventário dos Bens do casal de Anacleto Raimundo Alves da Cunha.. 1822.

A travessa das Mercês passou a chamar-se travessa Frutuoso Guimarães. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. P. 63.

A partir do exposto na documentação, “quarto de casas” era aparentemente um conjunto de moradias, semelhante a uma vila na qual a cozinha e o quintal, poderiam ser comuns.

segundo, também com corredor, sala ladrilhada, duas alcovas assoalhadas, copiar (metade deste assoalhada), quarto no interior e cozinha.³⁹⁶

Também é importante registrar que em várias descrições de moradias, não consta a cozinha. Em 02 de agosto de 1876, foi iniciado o inventário de Dona Victória Maria Pestana. Segundo a descrição documental, a casa em que morava continha “*meio corredor*”, sala, alcova, dois quartos, varanda e quintal. E pelo estado arruinado em que se achava, foi-lhe atribuído o valor de 800\$000 (800 mil réis).³⁹⁷

Possíveis equívocos à parte, parece que a casa de Dona Victória, mesmo nos anos setenta, não continha cozinha, ou um espaço entendido como tal por quem a descreveu. Talvez a preparação de alimentos ocorresse na varanda, ou mesmo no quintal. A água deveria vir de fora, quem sabe por intermédio de aguadeiros, uma vez que não havia poço no quintal. Dona Victoria era também proprietária de cinco escravas, a saber: Anna - cozinheira, Simplicia e Prudencia - lavadeiras, Raymunda - engomadeira e Eufрасina – filha de Prudencia. Possivelmente, aquelas trabalhadoras desenvolviam seus ofícios fora da moradia de sua senhora, sobrevivendo de seus ganhos, ou talvez fossem alugadas e desenvolvessem seus ofícios em “casas de família” na cidade.

Caso semelhante ao de Dona Victoria foi o de Antonio Joaquim de Sousa Martins, cujo inventário data de 1881. Ele fora proprietário de uma casa, localizada na travessa São Matheus que continha, segundo descrição registrada: “*um pequeno jardim na frente, corredor, sala, saleta, alcova, quarto atrás da saleta e varanda ou copiar*”. Toda assoalhada e forrada de acapu. A frente de pedra e cal e o mais em tijolo.

Parece pouco provável que na casa de Antonio Joaquim, também proprietário de um terreno, avaliada em 18:000:000 (18 contos de réis), não houvesse cozinha. Todavia, esse cômodo não consta da descrição. Uma outra possibilidade em relação a essa ausência de nota, seria o desenvolvimento das atividades de cozinha em um dos cômodos mencionados na descrição, possivelmente a varanda.³⁹⁸

³⁹⁶ CMA/UFPA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA. Juízo de Orphãos. 2ª Vara Civil – Cartório Odom Gomes 1838. Auto de Inventário dos bens do major José Candido Ferras.

A rua da Barroca foi depois denominada Gurupá.. In: CRUZ, Ernesto. *Belém: aspectos geo-sociais do município*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1945. Volume 1. P. 46. Esta obra encontra-se sob a guarda da Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras.

³⁹⁷ CMA/UFPA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA. Autos Civeis de Inventarios de Donna Victoria Maria Pestana – Juízo de Direito da Segunda Vara da Provedoria de Capellas e Resíduos da Capital do Pará. Ano de 1876.

³⁹⁸ CMA/UFPA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA. Autos Civeis de Inventarios de Antonio Joaquim de Sousa Martins – Juízo de Direito da Segunda Vara da Provedoria de Capellas e Resíduos da Capital do Pará Ano de 1881.

Os inventários acima referidos foram, contudo, exceções na pesquisa que procedi até o presente momento, pois a referência à cozinha em inventários e anúncios passou a ser cada vez mais expressiva à medida que avançou o século XIX. Entretanto, considero importante observar que nem todos os moradores dispunham de recursos para que fosse procedido o inventário dos bens de seus falecidos parentes ou amigos. Essa possibilidade é interessante pois, grande parte dos imóveis descritos, continham de quatro a cinco cômodos, alguns deles assoalhados e com ares em madeira e telha, ou seja, não se tratavam de moradias mais modestas, barracos cobertos com palha e entijucados, por exemplo.

Uma outra questão importante é a ausência de descrição dos cômodos referidos na documentação até agora pesquisada, inclusive das cozinhas, ou seja, salvo alguma referência considerada importante para o inventariante, ou para o responsável pela venda ou aluguel da casa como, por exemplo, se havia cômodos forrados, assoalhados e/ou ladrilhados, ou ainda janelas com peitoril, ou portões em grades de ferro.

É possível, contudo, rastreando na documentação, identificar alguns “trastes” considerados apropriados à labuta da cozinha das “*casas de família*” da Belém do século XIX, ou conforme expresse em alguns documentos o “*trem de cozinha*”. Entre os objetos em questão havia mesas, bancadas, fogões (alguns em ferro), petisqueiro, guarda-louças, bilheiras, entre outros.

Decerto os saberes da cozinha convergiam para o bom manuseio da água doméstica, afinal os alimentos dependiam do uso da água senão em todo, pelo menos em parte de seu processo de confecção. Logo, a atenção da cozinheira com o uso do fogão deveria convergir para o ato de reparar na quantidade de água ainda contida na vasilha na qual se cozia o alimento, sob pena de o mesmo vir a secar além da conta, queimar e perder-se, ou seja, era necessário observar a necessidade de acrescentar água no alimento que estava sendo preparado, ou então a retirada do mesmo do calor do fogo.

3.3.1. Uso da água na preparação de alimentos

O uso da água na preparação de alimentos era, conforme afirmei anteriormente, fundamental, sobretudo na confecção de alimentos “*úmidos*”, ou então molhados. Nesse ponto, (re)lembro que era necessário observar cuidados quanto ao tempo de cozimento. A respeito disso, e conforme registram estudos acerca de alimentação e dietética, no caso das

A travessa São Matheus, acima citada foi depois denominada travessa Padre Eutíquio. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. P. 63.

carnes e da maioria dos legumes, o médico e naturalista Francisco de Melo Franco, no século XIX, propunha duas modalidades de preparação: “*a seca e a úmida*”. Para ele o cozimento era essencial para tornar os alimentos mais digeríveis.³⁹⁹

Na forma “*úmida*” de preparação das carnes era importante cozinhar lentamente em quantidade reduzida de água, zelando, contudo pelo tempo de cozimento, pois, caso fosse longo, elas perderiam os nutrientes na água e tornar-se-iam secas. Entretanto, o caldo daí gerado poderia ser usado em outras receitas, ou mesmo como alimento, uma vez que concentrava sabores tanto das carnes como dos temperos. Uma vez que o alimento era capaz de dissolver-se na água, ele teria condição necessária para nutrir. Realmente, a documentação indica que o uso de caldos era recorrente em relação aos enfermos e convalescentes, pois seria mais uma forma de buscar o restabelecimento dos mesmos.⁴⁰⁰

Em obra escrita anteriormente a de Francisco de Melo Franco, Francisco da Fonseca Henriquez, adverte

A água é fria e úmida, e, ainda que sendo pura não nutra, é muito necessária para a boa nutrição do corpo e para a bem ordenada economia de sua máquina, porque ajuda a distribuir o alimento depois de **cozido no estômago**, facilita a circulação do sangue e a depuração das impuridades excrementícias que a natureza continuamente elimina pelos ductos para este fim destinados; excita o apetite, conforta o estômago, laxa o ventre, modifica a ação com que o calor natural se emprega no úmido substantifico, tempera o excandescente empireuma das entranhas, rebate o furor da cólera, reprime o arqueu do estômago, deprime a exaltação do suco pancreático, mitiga a sede e parece que recreia a alma, quando, entre as ânsias de uma sede incompescível, acha na sua frialdade o refrigério e o alívio. Tudo isso faz a água quando é boa; mas, quando é má, ofende o estômago, perverte o cozimento e, segundo as suas qualidades, assim excita os danos.⁴⁰¹ (grifos meus)

Para Henriquez, a bondade da água poderia ser atestada desde que a mesma fosse “*clara, pura, insípida e sem cheiro*”, o que poderia ser constatado pelos sentidos externos de cada um. Além disso, “*para saber se é tênue, leve e delgada, é necessário ver se se cozem os legumes nela com facilidade, porque eles não se cozem bem na água que é crassa, senão na que é leve e delgada.*” Henriquez afirma também que a melhor água seria a água das fontes,

³⁹⁹ O médico e naturalista Francisco de Melo Franco é estudado em COUTO, Cristina. *Arte de cozinha: alimentação e dietética em Portugal e no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. Pp. 72-3. A autora estuda a obra de Franco “*Elementos de higiene ou ditames teóricos, e práticos para conservar a saúde, e prolongar a vida*”, publicada pela primeira vez no ano de 1814 pela Academia Real das Ciências de Lisboa.

⁴⁰⁰ FRANCO, F. M., “*Elementos de higiene ou ditames teóricos, e práticos para conservar a saúde, e prolongar a vida*”, Pp. 98-9. Apud COUTO, Cristina. *Arte de cozinha: alimentação e dietética em Portugal e no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. P. 77.

⁴⁰¹ HENRIQUEZ, Francisco da Fonseca. *Âncora Medicinal: para conservar a vida com saúde*. Texto modernizado e glossário: Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (UFMT); Sílvia de Almeida Toledo Neto (USP); Heitor Megale (USP). São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. O autor foi médico do rei de Portugal D. João V, que reinou entre 1707 e 1750, ano em que morreu.

desde que observadas na mesma as condições que ele já indicou. Em seguida viriam as águas de chuva, poço, rio e finalmente, lagoa⁴⁰²

Durante o século XIX, na cidade de Belém havia moradores que assim pensavam, o que é perceptível em anúncios publicados em jornais, sobre casas para vender ou alugar, nas quais consta a observação acerca da origem e qualidade da água disponível nas mesmas. Embora não se constituísse na maioria dos tipos de avisos, pois era muito mais comum a publicação de anúncios sobre casas com poços, no jornal “Treze de Maio”, por exemplo, numa terça-feira de abril de 1854, foi publicado o seguinte:

Avizos diversos. - Antonio Bernardo Santa Maria, aluga sua rocinha sita no Paul d'água, com diversas arvores fructíferas, e **duas nascentes de excelente agoa constantemente correndo, e por isso superior as outras de poços**; quem a pretender dirija-se ao annunciante no largo da Sé.⁴⁰³ (grifos meus)

No jornal “A Provincia do Pará” de abril de 1884, foram anunciados terrenos e uma casa situados em ruas próximas, a saber na estrada dos Mundurucus e na rua do Conselheiro Furtado. Segundo anunciante, os terrenos “*são situados em lugar alto, e em um d’elles há uma nascente d’água*”, as vendas dos mesmos poderiam ser a retalho ou por lote. Neste caso, são omitidos comentários acerca da qualidade da água oriunda da nascente, entretanto esta é mencionada como um elemento de valorização do terreno.⁴⁰⁴ (grifos meus)

Quando as casas e/ou terrenos anunciados continham poço, vários anunciantes ressaltavam que a água era “boa” ou “potável”, ou seja, alertavam para a possibilidade do uso doméstico, tanto como bebida dos moradores, como para a preparação de alimentos. Em função disso, a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo com o crescimento da atividade comercial, alguns moradores acomodavam nas cozinhas de suas moradias potes e bilhas, que poderiam ser dispostos em bancos para potes e/ou bilheiras, outros podiam recorrer ao uso de talhas de barro, objeto similar ao que exponho nesse texto e destinado ao acondicionamento de água potável.⁴⁰⁵

⁴⁰² HENRIQUEZ, Francisco da Fonseca. *Âncora Medicinal: para conservar a vida com saúde*. Texto modernizado e glossário: Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (UFMT); Sílvia de Almeida Toledo Neto (USP); Heitor Megale (USP). São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. P. 216.

⁴⁰³ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Treze de Maio”, 14º anno, nº 322, de 25/04/1854, P. 04.

⁴⁰⁴ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “A Provincia do Pará”, anno X, nº 2699, de 30/04/1885. P. 04. A estrada dos Mundurucus e a rua do Conselheiro Furtado, referidas no anúncio, hoje denominam-se respectivamente rua dos Mundurucus e avenida Conselheiro Furtado.

⁴⁰⁵ MUSEU PAULISTA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Acervo do Serviço de Objetos.

É possível também, que a ideia do “cozimento” dos alimentos no estômago, mediante o auxílio da água ingerida, fosse compartilhada por alguns habitantes de Belém, afinal inúmeros dentre eles eram de origem portuguesa, ou de outra nacionalidade do velho mundo europeu.

De qualquer modo, aqueles(as) que exerciam o ofício de cozinhar precisaram recorrer ao uso da água em vários processos como, por exemplo, o cozimento do feijão, preparação de ensopados e cozidos à base de carne de gado, peixe, carne de porco e aves, além disso, no preparo do arroz e no cozimento de batatas e cebolas, entre outros.

Os jornais circulantes no século XIX revelam, através da movimentação dos portos, a entrada de produtos como cominho, cebola, manteiga, farinha de trigo, pimenta, vinagre, chá, sal, açúcar, café, bacalhau, banha de porco, entre outros.

A documentação indica que inúmeros moradores consumiam chá e café. Objetos como cafeteiras, chocolateiras, chaleiras e bules, alguns dos quais semelhantes a esses que exponho a seguir, foram dados a descrever em inventários realizados ao longo do século XIX.⁴⁰⁶

Na verdade, ainda a julgar pela documentação, vários moradores adquiram pratos fundos, sopeiras, tigelas e conchas, o que indica a preparação de caldos, sopas, pirão, doces com calda e similares e nesse ponto é importante atentar para as disponibilidades de alimentos na cidade, bem como para a influência de diferentes construções culinárias.



Figura 32 “Talha ou filtro de cerâmica lisa com leves ornamentos de frisos”

⁴⁰⁶ MUSEU PAULISTA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Acervo do Serviço de Objetos. (bules apresentados no texto)



Figura 33 Bule para café com tampa, em prata, século XIX

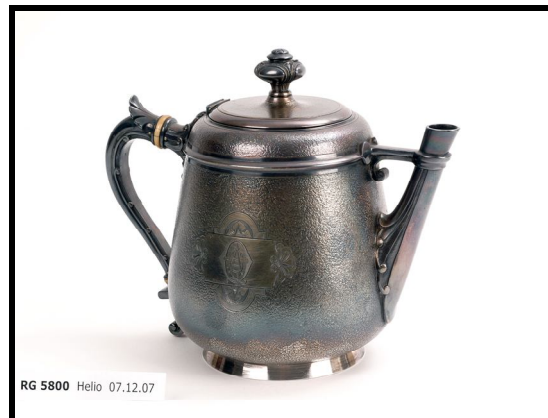


Figura 34 Bule para chá com tampa, em prata, século XIX

Na obra “Cozinheiro imperial”, cuja primeira edição data de 1840, e que teria sido o “primeiro livro de cozinha publicado no Brasil de que se tem notícia”, há inúmeras receitas para caldos e sopas. Muito possivelmente, na cidade de Belém, assim como em outras localidades, aqueles (as) que lidaram com a preparação de tais tipos de alimentos e que recorreram obrigatoriamente ao uso da água para fazê-lo, desenvolveram receitas para confecção dos mesmos, além de seguirem as orientações de outros (as).⁴⁰⁷

Os caldos são referidos como alimento rotineiro entre os habitantes da cidade, inclusive em casos de enfermidade. O escritor Marques de Carvalho, por exemplo, no romance “Hortência”, faz referência ao uso do caldo como alimento administrado aos doentes do Hospital da Santa Casa de Misericórdia.

- Qué tomá um **caldo**, nha mãe?
 (...) Mas a velha Maria conservou-se calada, impassível agora, continuando a encará-la com a mesma tenacidade imutável.
 (...)
 A rapariga olhou-a. lembrou-se do caldo que lhe trouxera e foi inutilmente que tentou fazer-lhe tomar o conteúdo da **tigela**: os dentes cerrados não permitiam a introdução da **colher** na boca.⁴⁰⁸ (grifos meus)

Xícaras, tigelas, conchas, pratos fundos e colheres, inclusive específicas para sopa, eram objetos associados ao consumo alimentar dos caldos e sopas e tal uso não ficou restrito à Belém. Em 19/02/1905, Dona Maria de Nazareth Paes Ferreira faleceu na Cidade do Pará, aos

⁴⁰⁷ COUTO, Cristina. *Arte de cozinha: alimentação e dietética em Portugal e no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. P. 119.

⁴⁰⁸ CARVALHO, João Marques de. *Hortência*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1989., Pp. 176-8.

75 anos de idade, sem testamento escrito. Entretanto, de acordo com testemunhas presentes no momento de sua morte, ela teria confirmado o afilhado João Maria de Lima Rodrigues como seu herdeiro. Por consequência, João requeria o cumprimento da vontade da testadora, constante num testamento nuncupativo, o que suscitou uma longa discussão jurídica.⁴⁰⁹

Entre as testemunhas arroladas a favor do requerente, estava Custodia Florentino Cabral, de 59 anos de idade, cearense, a qual declarou que no dia em que Maria de Nazareth sentiu-se mal, ela (testemunha) foi até à cozinha “*buscar um caldo*” e ao retornar com o mesmo, viu o médico prestando atendimento à enferma, que poucas horas depois veio a falecer. (grifo meu)

No processo de descrição e avaliação dos bens de D. Maria de Nazareth, constam 17 colheres para sopa, das quais 07 eram de prata, 02 conchas para sopa e 06 colheres de prata para chá. Muito provavelmente, as dez colheres para sopa eram de uso regular, uma vez que não eram de prata.

De acordo com a documentação havia possibilidades diversas de caldos e sopas para o consumo dos habitantes de Belém, pois era possível manipular peixe, aves, carne de boi/vaca, a ainda tubérculos e legumes para a preparação dos mesmos. Aliás, o receituário brasileiro construído ao longo do século XIX, contém inúmeras receitas de caldos e sopas, várias delas de influência marcadamente portuguesa. Essa pode ser verificada no primeiro capítulo da obra “Cozinheiro Imperial” de 1877, na qual há 111 pratos específicos de caldos e sopas, 40,5 % dos quais são de influência lusa.⁴¹⁰

Muitos moradores da Cidade do Pará, como de outras localidades da capitania/província, faziam uso da farinha d’água, inclusive como acompanhamento para caldos e outros alimentos. Spix e Martius, que estiveram no Pará em 1819, fazem referência ao uso da farinha de mandioca (farinha d’água), em conjunto com o peixe seco e a carne salgada, vindos do Marajó.

(...) A farinha, obtida da raiz da mandioca, é submetida aqui, como em geral nas partes mais setentrionais do Brasil, a um tratamento posterior, que tem como fim torná-la menos suscetível a deteriorações. É exposta a um começo de fermentação, acrescentando-lhe água, e, como isso, engrossa e fica mais saborosa para o paladar do nortista. Chama-se então de farinha de água esse preparado, e, segundo se diz,

⁴⁰⁹ CMA/UFPA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA. Autos de testamento nuncupativo para redução a pública forma em que são testadora D. Maria de Nazareth Paes Ferreira e requerente, João Maria de Lima Rodrigues. Ano de 1905.

⁴¹⁰ COUTO, Cristina. *Arte de cozinha: alimentação e dietética em Portugal e no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. P. 123-6.

esse produto favorece o desenvolvimento de febres intermitentes mais que a farinha comum. (...).⁴¹¹

A variedade das carnes preparadas, bem como os tipos de temperos recorrentes na confecção, guardava em geral, estreita relação com a condição social dos moradores de cada domicílio. O que, em última instância, estabelecia limites aos procedimentos de quem cozinhava. Não era difícil, por exemplo, que a (o) cozinheira (o) de uma casa de família menos abastada, precisasse lidar mais frequentemente, com as partes consideradas inferiores do boi, ou seja, as vísceras. Penso que não seja indispensável afirmar que o processo de cozimento dos “*intestinos*” do boi, por exemplo, necessitava do uso obrigatório e repetitivo da água por período longo, uma vez que a consistência dessas partes demanda longo período de cozimento.

A respeito da questão relativa ao consumo de “*intestinos*” de boi e/ou vaca, o jornal “Diario do Gram-Pará”, de 09/03/1886, divulgou a seguinte notícia: “*Pelo mercado. O activo Sr. Administrador do mercado publico mandou lançar ao rio, nos dias 7 e 8 grande quantidade de intestinos em estado de putrefacção que ia sendo vendida a pobre população.*”⁴¹²

No que dizia respeito ao uso da água nos alimentos, é importante destacar, também, a remoção dos excessos de sal existentes em alguns tipos de carne, usadas em Belém no século XIX, conforme exposto anteriormente. Acerca dessa questão, o jornal “A Provincia do Pará” de 27 a 29/01/1885, publicou uma matéria sobre “*salubridade da alimentação*”, assinada por Pedro Soares Caldeira. Segundo o autor

(...) Não ha inconveniente em tirar dos peixes e mariscos salgados, todo o sal, pois que o gosto, aparentemente perdido, volta logo que o sal refinado lhes é adicionado no prato; e o mesmo succede com as carnes salgadas. O methodo de lançar-se todo o sal no vaso em que se cozinha, concorre entre nós, pelo uso que fazemos da farinha de mandioca, para desde tenra idade nos acostumarmos ás comidas adocicadas, o que me parece prejudicial. (...)⁴¹³

Através do texto publicado o autor adverte os moradores do Pará quanto aos perigos no uso abusivo (segundo ele) do sal, principalmente quando era adicionado aos alimentos e à

⁴¹¹ SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 198. V. 3. P. 24. Para os dois naturalistas, aquela não era uma comida saudável embora a terra fosse fértil, ou seja, os habitantes do Pará alimentavam-se mal.

⁴¹² Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Diario do Gram-Pará”, anno XXXV, nº 54, de 09/03/1886, P. 02.

⁴¹³ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “A Provincia do Pará”, anno X, nº 2627, de 29/01/1885. P. 02.

água para cozimento. Para Soares esse era um método equivocado de lidar-se com a preparação dos mesmos. Segundo o autor, o sal produzido e retirado das salinas não estava isento de *“organismos prejudiciais e impurezas, visto não haver meio de obstar a entrada de águas de má qualidade de envolta com as boas para a formação do sal, nas épocas apropriadas ao recebimento dessas águas”*.⁴¹⁴

Para Pedro Soares, ao devastar as florestas os homens promoviam a impermeabilidade do solo. Com as chuvas, as inundações eram frequentes dando origem a muitos pântanos. Com novas inundações, os pântanos transbordavam para os rios e estes, com o volume de água aumentado, lançavam-se com maior ímpeto para o litoral e assim, as águas do mar misturadas com as dos rios, adentravam nos tabuleiros das salinas, comprometendo a qualidade do sal.

Os textos assinados por Pedro Soares refletem preocupação com a contaminação que poderia ocorrer a partir do contato das águas consideradas de qualidade inferior – pântanos – com as águas *“boas”*. Declara-se preocupado com a sciencia da alimentação do homem, a qual poderia somar para o fortalecimento do corpo humano. Afirmar pertencer

ao número dos humildes observadores populares, que notão os fatos, registrão-nos, e proporcionão occasião, com seus trabalhos preparatórios, a que os homens da sciência empreguem seu tempo em altas cogitações especulativas.⁴¹⁵

No período enfocado, o discurso higienista era reforçado nos jornais e nos discursos de autoridades. Embora grande parte dos habitantes de Belém não procedesse a leitura dos jornais, vários outros, como Pedro Soares o faziam. Segundo o autor, não era incorreto o costume local de submeterem as carnes (de peixe, como o pirarucu e o bacalhau, por exemplo, ou de gado) extremamente salgadas, à submersão na água, a fim de que parte do sal fosse removida, e somente então, fosse providenciado o preparo do alimento.

Para ele o tempero dos peixes deveria ocorrer à mesa, com o uso do sal refinado, livre de impurezas que comprometiam a saúde. Recomenda também que os peixes não devem ser muito salgados antes de serem cozidos, pois isso arruinava a delicadeza de seus sabores além de corroborar para a deteriorização a mesma.

⁴¹⁴ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “A Província do Pará”, anno X, nº 2625, de 27/01/1885. P. 02.

⁴¹⁵ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “A Província do Pará”, anno X, nº 2625, de 27/01/1885. P. 02.

3.3.2. Cozinheiro, cozinheira, compradeira

Procuravam-se em Belém, na segunda metade dos oitocentos, homens e mulheres para os serviços de cozinha. A princípio parece-me que as mulheres eram as preferidas para cozinhar nos domicílios e como alternativas a essas, havia os moleques e moças, com certo saber ou inclinação para o ofício de cozinhar.

Quanto aos homens, encontrei com maior incidência, a preferência pelos mesmos em cozinhas de hotéis, hospitais, barcos, restaurantes, cafés, armazéns, ou seja, espaços que no decorrer do século XIX consolidavam-se como locais de trabalho e, portanto, espaços mais *pertinentes* ao masculino, ou seja, separados do espaço considerado doméstico, no sentido de acomodação da família, tal como é referido em vários documentos da Belém dos oitocentos: as “*casas de família*”. Entretanto, isso não se constituiu em regra geral, pois houve residências nas quais a preferência definiu-se por cozinheiros.

Através do viajante e naturalista Alfred Russel Wallace, por exemplo, tive notícias de Izidoro, um “*negro velho*”, segundo o naturalista, contratado para trabalhar como cozinheiro e “*pau para toda obra*”, desde o final dos anos quarenta, quando ele e Bates chegaram na Cidade do Pará. Wallace afirma que Izidoro era um bom cozinheiro, dono de um saber culinário variado ao ponto de brindá-los com diversos tipos de assados e guisados, apesar da “*quota diária de bifes duros*”. Além dos pratos já referidos, Izidoro sabia fazer café e chá e após servi-los pela manhã, “*ia à cidade buscar os mantimentos frescos para o consumo diário*”.⁴¹⁶

Em várias residências, ser “*boa cozinheira*” implicava também em ser “*boa compradeira*”, o que significava que era preciso saber mobilizar-se pelos espaços da cidade, freqüentar mercados, trocar informações, disputar espaços, lidar com os vendedores e além disso, saber escolher as carnes, as frutas, os legumes e nesse sentido, saber identificar os alimentos em fase de deterioração e providenciar a compra, mediante os desejos dos donos da casa.

⁴¹⁶ WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. P. 93.

Nos anos quarenta por exemplo, as posturas municipais estabeleciam que a “*carne de porco picada*” seria vendida ou nos talhos ou em bancas localizadas no Largo das Mercês. Aquele também seria o local, enquanto não houvesse um mercado municipal, para a venda de “*hortaliças, ovos, frutas, aves*”, assim como o “*pescado fresco*” e outros provimentos. O referido largo foi um local necessariamente freqüentado pelas comradeiras, dentre as quais havia cozinheiras, pelo menos até o funcionamento do referido mercado, construído nos anos sessenta do século XIX e apresentado na imagem a seguir.⁴¹⁷



Figura 35 Mercado Municipal em Belém do Pará construído em 1867⁴¹⁸

O costume de enviar as cozinheiras ao mercado para proceder às compras perdurou no século XIX. O noticiário jornalístico registra que, nos anos oitenta, algumas delas, inclusive,

⁴¹⁷ Fundação Cultural Tancredo Neves/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras. Belém, “Código de Posturas Municipaes” de 1848. Cap. 1 “Das Posturas Especiais”. Artigos 158-9. In: Collecção das Leis da Provincia do Gram-Pará. Tomo X. 1848.

O largo das Mercês teve sua denominação modificada para Praça Visconde do Rio Branco. CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. P.119.

⁴¹⁸ Cartão postal que expõe a fachada principal do Mercado Municipal em Belém do Pará. Construído em 1867, ele foi reformado em 1908. Possivelmente foi muito freqüentado pelas cozinheiras e cozinheiros domésticos dos oitocentos, que para lá se dirigiam a fim de comprar os alimentos a serem trabalhados para as refeições. Entre estes estaria por certo, a carne de gado. In: *Belém da Saudade: A Memória da Belém do Início do Século em Cartões-Postais*. Belém: Secult, 1996. P. 77.

compareciam ao mercado de pesca, munidas de bilhetes de seus senhores/patrões, com os quais obtinham maior prontidão no atendimento, por intersecção do fiscal do governo. Afinal, inúmeros eram os moradores, inclusive as senhoras/patroas, que empenharam esforços para manterem-se distantes de tarefas e ambientes considerados nada glamurosos, como por exemplo, proceder compras de carnes no mercado.⁴¹⁹

Então, habilidades se completavam naquele labor de importância singular para o funcionamento das moradias. Adquiridos ao longo da vida, aqueles saberes foram vivenciados, reelaborados articuladamente no tempo e compartilhados no cotidiano daqueles que desempenhavam as funções de cozinheiros(as).⁴²⁰

Em alguns anúncios os interessados nos serviços de cozinheira declaravam preferir que a mesma dormisse na casa dos senhores e/ou patrões. Foi o que publicou o “Diario de Noticias de novembro de 1885: *“Cosinheira. Na casa do Dr. Uchôa, á travessa das Mercês, precisa-se de uma cosinheira, ou cosinheiro. Sendo cosinheira, prefere-se que durma em casa.”*⁴²¹

Embora houvessem labores domésticos comuns aos dois sexos, não raramente eram as mulheres que desenvolviam os mais diversos ofícios referentes ao domicílio, inclusive a lida com a cozinha. Este ofício implicava numa série de tarefas que, dependendo da moradia, poderiam ter seu início registrado às primeiras horas do dia, justamente com a busca de água, conforme registrou Kidder em sua estada em Belém ao final dos anos trinta. A partir da obtenção da água, inúmeros preparos de cozinha seriam viabilizados, a começar por chás e cafés.

Nesse sentido vale a pena lembrar que, sobretudo nas primeiras décadas do século XIX, era menor o número de moradias dotadas de poço em Belém, o que tornava necessária a ida de trabalhadores domésticos, que poderiam acumular a função de cozinheiros, livres, libertos ou escravizados, segundo assinalaram Kidder e Bates nos anos quarenta, aos poços públicos, ou outras fontes de água.

⁴¹⁹ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Diario de Noticias”, anno VIII, nº 147, de 03/07/1887, P. 02.

⁴²⁰ THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 18 – Introdução. O autor afirma que “(...) *A criança faz seu aprendizado das tarefas caseiras primeiro junto à mãe ou avó, mais tarde (freqüentemente) na condição de empregado doméstico ou agrícola. (...) O mesmo acontece com os ofícios que não têm um aprendizado formal. Com a transmissão dessas técnicas particulares, dá-se igualmente a transmissão de experiências sociais ou da sabedoria comum da coletividade*”.

⁴²¹ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Diário de Notícias”, anno VI, nº 261, de 17/11/1885, P. 03.

Com o avançar do século XIX, o número de poços na cidade aumentou. Mesmo com a depopulação advinda com as epidemias e lutas que ceifaram vidas, a população de Belém aumentou, inclusive com as imigrações em função da economia gumífera, em expansão conforme já discutido anteriormente, a partir dos anos setenta do XIX. Com isso, os moradores precisaram prosseguir suas mobilizações no processo de obtenção da água, pois conforme já discutido anteriormente, mesmo com a inauguração da Companhia das Águas em 1881, as moradias beneficiadas eram bem poucas. E ainda assim, um processo de canalização que levasse água para um número maior de cômodos no interior dos domicílios também demandava tempo e, sobretudo, recursos.

O jornal “A Provincia do Pará, de 17/03/1885, na “secção de annuncios” publicou uma notícia acerca do aluguel de uma rocinha, aparentemente bem provida de água.

Aluga-se. A rocinha, à travessa 25 de Março, canto da estrada de S. Jeronymo, com assommodações para grande família, **água potavel, para consumo de casa, e encanada para dentro da casa até a cozinha e banheiro**, tendo um grande depósito com bomba de patente e torneiras e muitas arvores fructíferas e espaçoso terreno para plantação; á tractar na mercearia ‘Pechincha’, ao largo das Mercês n. 30.⁴²²(grifos meus)

O anúncio acima tem a singularidade de descrever a propriedade a partir do que foi considerado mais importante no interior da mesma: o acesso à água. Interessantemente, a cozinha e o banheiro são os únicos espaços da casa a serem mencionados, inclusive em função de haver água encanada em ambos, o que não ocorre com os demais cômodos integrantes dos interiores da moradia. Possivelmente, para os proprietários, e/ou responsável pela publicação do anúncio, considerando que o período em questão, anos oitenta, ocorria em Belém a expansão dos serviços da Companhia de Águas e, portanto, seria conveniente buscar a atenção de possíveis inquilinos acenando com novas possibilidades de conforto com o

⁴²² Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “A Provincia do Pará”, anno X, nº 2665, de 17/03/1885. P. 04. Algumas casas, além do poço, também dispunham de tanque. Em, 19/04/1860 o jornal “Diário do Gram-Pará” publicou um anúncio sobre o aluguel da seguinte casa, para moradia de família: “*Aluga-se uma bonita casa com bons commodos para família, com grande quintal, com 2 poços e tanque; quem a pretender alugar procure no fim a travessa do Passinho, virando para a esquerda (rua da Paciência) casa n. 1.*” (grifos meus). Exemplar depositado na Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal “Diario do Gram-Pará”, anno VII, nº 37, de 19/04/1860. P. 03.

Sobre a “travessa do Passinho”, corresponde à atual travessa Campos Sales. Quanto à rua da Paciência, corresponde à atual rua Carlos Gomes CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. Pp. 63 e 38, respectivamente.

processo de canalização atingindo a cozinha e o banheiro, espaços da moradia nos quais o uso da água era maior do que nos demais.

Aquele, todavia, foi um dos poucos anúncios incomuns, mesmo entre os publicados nos anos oitenta acerca de moradias. Além disso, apesar do advento da Companhia, a busca de água nos poços e através dos aguadeiros não cessou.⁴²³

De qualquer modo, mesmo em dias chuvosos, os que tinham a função de comprar, deveriam desempenhar suas funções e enfrentar o mau tempo, a umidade e as condições precárias de algumas ruas, a fim de providenciar as refeições. Que sentimentos adviriam daqueles momentos em relação aos espaços percorridos? Os anúncios e demais textos que consegui reunir, bem como os abaixo assinados não expõem relatos sobre tal questão. Era como se aqueles trabalhadores estivessem em seus devidos lugares, mesmo em meio ao lamaçal que parecia incomodar a tantos outros, conforme textos contidos nas páginas dos jornais.

O dia precisava então, começar bem cedo para várias cozinheiras e cozinheiros. Quanto ao horário de encerramento dessas atividades laborais, também poderia ficar comprometido pelo número elevado de atividades, sobretudo quando o trabalhador em questão morava na casa do senhor ou patrão. Aliás, o leitor deve lembrar-se das referências acerca da presença de cozinheiras no mercado de pesca, por exemplo.

Diante disso, estudos sobre a escravidão urbana em cidades do Brasil discutem acerca de privilégios que vários escravos domésticos teriam em relação aos seus senhores. A documentação indica que processo similar ocorria com os trabalhadores domésticos não escravizados, os quais também poderiam estabelecer com seus patrões, relações de solidariedade e amizade também. Nesse sentido, é possível que nas residências em que se contou com o trabalho da cozinheira, as relações de proximidade entre esta e os membros da família fossem mais estreitas, uma vez que a preparação dos alimentos acontecia no espaço destinado à cozinha, ou seja, em um dos interiores do domicílio, o que requeria a permanência da cozinheira por um tempo maior nos espaços da residência.⁴²⁴

⁴²³ Em se tratando da cidade de Belém do Pará, ainda hoje, no século XXI, muitas moradias não dispõem de água encanada fornecida pela COSANPA (Companhia de Saneamento do Pará). As queixas são inúmeras, veiculadas, sobretudo, através da imprensa. Há ruas inclusive, com a canalização pronta, mas a água não chega às residências. Em decorrência disso, vários moradores recorrem à instalação de poços artesianos.

⁴²⁴ ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1820-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988. Pp. 83-4. “(...) os privilégios que um escravo pudesse vir a ter não estavam relacionados com o trabalho que desenvolvia, mas com a relação que se estabelecia entre ele e seu senhor e com as expectativas de ambos”.

Vicente Salles por exemplo afirma que a criadagem, tanto nas cidades como nas fazendas, era melhor tratada e que, por terem às vezes uma relação de maior proximidade com seu senhor, até gozavam de privilégios. Para

Por conseguinte, considero prudente refletir que para trabalhadores e trabalhadoras da cozinha, em momentos diversos, o domicílio poderia tornar-se o espaço gerador das alianças/solidariedades, como também de inconveniências e perigos. Estar, portanto “*porta adentro*” do mesmo poderia significar uma exposição a sofrimentos insondáveis, algumas vezes até maiores do que os perigos existentes das ruas. Nesse sentido é possível pensar a questão do controle do tempo de trabalho das cozinheiras ou cozinheiros, por parte de senhores/patrões, no domicílio.⁴²⁵

Uma cozinheira, por exemplo, podia retardar seu regresso ao domicílio em que trabalhava, por avaliar que administrando seu tempo, poderia tanto proceder às compras, quanto resolver um assunto pessoal pendente, retornando, talvez apressadamente, por atalhos que ela já vislumbrara em suas andanças, para a preparação do almoço. Ou ainda, ante o acúmulo de tarefas a desempenhar, uma cozinheira poderia deliberadamente demorar mais tempo que o considerado normal nas ruas, retardando seu retorno ao domicílio e assim, a contínua lida com a água, gamelas, temperos, carnes e necessariamente, o fogão. Poderia até, inventivamente, construir uma justificativa para seu atraso, desculpar-se e prometer que faria o possível para que a situação não mais se repetisse. Em outras palavras, cozinhar nos domicílios belenenses, permitia aos cozinheiros e cozinheiras um certo controle sobre seu tempo e sua vida, a partir de ritmos distintos de trabalho, lazer e descanso. Todavia não é possível estabelecer generalizações acerca dessa questão.⁴²⁶

tanto Salles apoia-se nas reflexões de Gilberto Freyre em “Casa grande & senzala”. Ver então SALLES, Vicente. *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*. Brasília: Ministério da Cultura; Belém; Secretaria de Estado da Cultura; Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”, 1988. P. 172.

⁴²⁵ Acerca disso, Sandra Graham sublinha que “*Dentro da casa, o trabalho se dava à volta da cozinha. De lá, as cozinheiras mandavam para a família pratos que, como comida-padrão, incluíam feijão-preto cozido com carne seca (...), muitas vezes peixe – especialmente bacalhau – arroz, às vezes verduras, carne cozida em fogo brando ou assada ou, ainda, frango ensopado com batatas. (...) Uma criada preparava o café, que os brasileiros costumavam tomar ao levantar. (...) Longas preparações resultavam no almoço, o qual (...) terminava com os doces caseiros (...). Finalmente, o café forte e doce, sorvido rapidamente das xicrinhas. No fim da tarde, a criada servia um chá ou jantar leve. (...)*”. In: GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro. 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Pp. 45-6.

⁴²⁶ THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 280. Analisando a questão do tempo, a disciplina de trabalho e o capitalismo industrial, E. P. Thompson enuncia considerações, que, até certo ponto auxiliaram-se a refletir sobre esse tema em relação às cozinheiras de Belém no século XIX. Analisando a produção manufatureira através do sistema de trabalho em domicílio, ele verificou que este demandava muita busca, transporte e espera de materiais. Ele adverte para a multiplicidade de tarefas que o mesmo trabalhador precisava realizar numa única oficina. Para Thompson o que temos aí é uma irregularidade dos padrões de trabalho antes do desenvolvimento da indústria em grande escala. Guardando os devidos limites metodológicos, temporais e espaciais, essa irregularidade discutida por Thompson, levou-me a refletir acerca do trabalho das cozinheiras e cozinheiros domésticos na Belém dos oitocentos, posto que: aqueles trabalhadores realizavam uma multiplicidade de tarefas, dentro e fora do domicílio, que não raramente precisavam completar-se para lograr êxito. Estavam, contudo, sujeitos às intercorrências, o que dificultava uma estipulação precisa de cronograma de trabalho.

Então, estar na rua nem sempre trazia significados de perigo maiores para aquelas pessoas. É possível até que tenha havido momentos em que estar na rua significou para algumas delas, instantes de alívio e renovação, em contraposição às exigências do trabalho que demarca a cozinha domiciliar, ou seja, os locais de trabalho como a cozinha, por exemplo, poderiam assumir sentidos muito diversos, subvertendo o que era considerado limpo ou sujo, alegre ou tenso, tranqüilo ou inseguro.

Era, portanto, prolongado e repleto de detalhes o trabalho dos cozinheiros e cozinheiras no século XIX. E a cidade de Belém não foi uma exceção em relação às condições de trabalho construídas pelos moradores em relação a essa questão. Nas cozinhas localizadas ao final da moradia, em algumas, na área externa – quintais - trabalhadores domésticos dedicavam-se a uma labuta que demandava tempo, habilidade, conhecimento, além da necessidade de conciliar com outras tarefas.

E seria possível desenvolver tantas atividades sem o recurso da água? Afinal o uso do líquido na cozinha deveria ser essencial, inclusive na preparação de alimentos que exigiam a adição da água. E mesmo que a cozinha não fosse devidamente lavada, bem como a mobília nela contida, fazia-se necessário usar a água para a limpeza dos objetos, tal como é mostrado nos “conselhos diários”.

A presença deles foi importante nos domicílios, pois durante o século, observou-se a reprodução de seus papéis e a procura por seus serviços em prol do funcionamento da ordem domiciliar considerada ideal no século XIX.

CAPÍTULO 4

Objetos da água em casas de morada

(...) é necessário que seja boa, e a que se houver de julgar por boa há de ter as propriedades seguintes: há de ser pura, limpa, clara, translúcida, insípida, sem sabor algum, sem cheiro, tênue, delgada e leve, de sorte que com facilidade se aquece e se esfrie, e possa permear os hipocôndrios e distribuir-se facilmente pelo corpo.(...)⁴²⁷
Francisco da Fonseca Henriquez, médico do Rei D. João V

De conformidade com as discussões anteriores que venho desenvolvendo, é possível que o pensamento manifestado por Henriquez tenha sido compartilhado por muitos daqueles que residiam na cidade de Belém do Pará, em diferentes períodos do século XIX.

Referências às “boas águas”, ou às “águas de excelentes qualidades”, bem como ao sentido atribuído a tais expressões, emergem de diferentes fontes que pude acessar no decorrer dessa pesquisa. A respeito disso, era importante para inúmeros moradores, por exemplo, observar a limpeza e conservação dos utensílios nos quais o líquido seria depositado. Assim como era importante, atentar para as características das águas presentes em nascentes ou poços e nesse ponto, se o líquido em questão era “claro”, límpido, livre de sujeira aparente, bem como de odores, acreditava-se que o mesmo estivesse em perfeita ordem e apropriado, para determinados usos humanos, tais como, a preparação dos alimentos e a saciação da sede.

Ao discutir questões relativas aos ofícios da água no capítulo anterior precisei referir-me a alguns dos objetos de uso doméstico recorrentes no desempenho dos ditos ofícios. Incorporados cotidianamente pelos moradores da cidade, os objetos da água não tiveram, contudo, significados idênticos para aqueles que habitaram em Belém. Aliás, é importante considerar mais uma vez, que os que viveram na Cidade do Pará eram também diversos entre si, eivados de singularidades que emergiam no cotidiano por eles construído.

Penso então, que possivelmente os significados relacionados aos objetos da água, variaram mediante a conjugação de elementos considerados importantes nos diversos contextos observados no interregno escolhido para essa pesquisa. Nesse sentido, conforme afirma Daniel Roche, é preciso considerar que tanto na abundância, quanto na escassez relativas ao consumo de um bem é necessário considerar a série de elementos que incidiram sobre o mesmo além dos fatores econômicos, a saber: as implicações morais, as questões de ordem religiosa, os elementos intelectuais.⁴²⁸

⁴²⁷ HENRIQUEZ, Francisco da Fonseca. *Âncora Medicinal: para conservar a vida com saúde*. Texto modernizado e glossário: Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (UFMT); Sílvio de Almeida Toledo Neto (USP); Heitor Megale (USP). São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. A obra foi escrita em 1721.

⁴²⁸ ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. P. 25.

Conforme afirmei anteriormente, esse interregno encontra-se balizado entre as primeiras décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX. A historiografia voltada para a discussão da história do Pará e, mais particularmente, da cidade de Belém, tem consagrado os chamados momentos de tensão que marcaram politicamente a primeira metade do século XIX, entre os quais a questão da participação do Pará na invasão da Guiana Francesa (1809), logo após a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, quando inúmeros paraenses foram enviados à Guiana numa ação de represália à França Napoleônica.

Acerca desse tema, Ernesto Cruz afirma que *“cumprindo o que lhe determinava o governo da metrópole, ordenou o capitão-general do Pará, Tenente General José Narciso de Magalhães e Menezes, a organização de um corpo expedicionário composto de 600 homens”*. A tropa em questão ficou sob o comando do Tenente-Coronel Manoel Marques e partiu, através das águas, a 8 de outubro de 1808 *“numa escuna de 12 peças de pequeno calibre, dois ‘cuters’ de 8 peças cada um, três barcas canhoneiras, uma sumaca, uma lancha e um iate”*.⁴²⁹

Segundo Arthur Cezar Ferreira Réis o Capitão General José Narciso precisou solicitar *“(...) a cooperação do comércio, que forneceu os elementos financeiros para a preparação da coluna”*, ou *“Corpo de Voluntários Paraenses”*, pois havia carência de recursos do Estado para o cumprimento das instruções quanto à constituição da coluna e efetivação da ocupação de Caiena.⁴³⁰

Não obstante as considerações constantes acerca dos *“possíveis encargos para a população da Amazônia brasileira”*, tais como a retenção de parte da mão-de-obra masculina da Província no processo de ocupação de Caiena, a documentação que pesquisei, não indica alterações nas relações dos moradores de Belém para com os usos das águas nos espaços da cidade, em função da situação específica da ocupação da Guiana.⁴³¹

Com a devolução de Caiena à França em 1817, as tropas retornaram à Belém. Há também indicações historiográficas de que a província do Grão-Pará encontrava-se em crise tanto econômica quanto política naquele período. Todavia, em que ponto aquelas tensões alteraram as relações dos moradores com as águas? Pelo visto, os menos afortunados continuaram dirigindo-se aos poços e fontes, rios e igarapés em busca da água pensada como

⁴²⁹ CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. 1º volume. Belém: Governo do Estado do Pará. 1973. P. 132.

⁴³⁰ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Síntese de História do Pará*. Belém/PA, Manaus, Guanabara: Amazônia Edições Culturais LTDA (AMADA). 1972. P.73.

José Narciso de Magalhães e Menezes é referido com patentes distintas pelos dois estudiosos em questão, ou seja, Ernesto Cruz e Arthur C. Ferreira Reis.

⁴³¹ SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. P. 33. O autor não amplia esclarecimentos sobre os ditos *“encargos...”* acima mencionados, todavia é importante considerar que tal abordagem não se constitui no foco de seu trabalho.

“boa para beber”. Os aguadeiros continuaram sua lida. E as vasilhas de barro e folhas de flandres continuaram a ser usadas no processo de acomodação e transporte da água.⁴³²

Nos anos trinta ocorreu a luta social cabana. Objeto de vários estudos historiográficos, a “cabanagem”, como ficou cunhada historicamente aquela luta, expressou insatisfações reinantes na província e que emergiram em intensos confrontos em relação aos dirigentes locais.

Contando com a participação de moradores de condições diversas, entre livres e escravizados da capital do Grão-Pará, como também dos arredores da mesma, a luta cabana constituiu-se numa efervescência política marcada por motivações diversas e que sofreu fortíssima repressão das autoridades constituídas, sob a regência do governo central.⁴³³

Ao longo da pesquisa localizei algumas referências importantes àquela luta social, embora, não necessariamente relacionadas à temática central proposta para esse capítulo. Em meu percurso aos “Autos de Prestação de Contas de Testamento”, por exemplo, deparei-me com o de Dona Josefa Joaquina de Souza, falecida em 04 de julho de 1827. Dona Josefa fora herdeira e testamenteira de sua também falecida irmã, Maria Francisca de Souza, e como tal foi chamada a prestar contas da testamentaria junto ao Juiz Municipal da Cidade do Pará, no ano de 1854.

⁴³² Outra questão recorrente historiograficamente é a que se relacionou à Revolução Liberal do Porto, que teve como implicações a reverberação de ideias liberais por intermédio da imprensa em Belém, bem como o processo de adesão à independência do Brasil, no ano de 1823. De modo semelhante à questão relativa ao envio de expedicionários à Guiana, no decorrer da pesquisa não identifiquei ligações estreitas entre o tema dos usos da água e as ideias políticas associadas ao chamado vintismo no Pará. Sobre essa questão ver COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993. O historiador adverte que “(...) na história da Amazônia, o período compreendido entre 1820 e 1850 assinalar-se-ia pela dominância de um processo social e político profundo: o da transição das estruturas da sua sociedade entre a antiga ordem colonial e as novas condições ditadas pela emancipação política do Brasil e pela formação do Estado nacional brasileiro. (...)”

(...) É necessário precisar que a proclamação do Vintismo no Grão-Pará não se deveu apenas à capacidade de mobilização política de Filipe Patroni, ou à presumível consciência de seus coparticipantes, em relação tanto ao significado emprestado pelos promotores do movimento à Regeneração de Portugal como à importância que o estabelecimento de uma ordem constitucional metropolitana poderia representar para os interesses do Grão-Pará. Fatores de ordem conjuntural, econômicos, na sua dominância; políticos e mentais na sua representação exterior, condicionaram a posição assumida pelos elementos da pequena burguesia local inclinando-os a promover o reconhecimento e a adesão pela Capitania ao constitucionalismo vintista. É importante considerar, inicialmente, que, entre 1806 e 1820, o Grão-Pará conheceu uma acentuada redução das suas rendas, devido à diminuição da exportação dos produtos da sua economia essencialmente extrativista, com reflexos sensíveis sobre a sua sociedade. Já em 1808, por exemplo, e mesmo com a abertura dos portos, dois anos depois, e com um incipiente comércio praticado por ingleses na sua capital, o déficit das suas rendas atingia um montante da ordem de 97:731\$785.” Pp 92-5.

⁴³³ RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da Provincia do Pará desde os anos de 1821 até 1835*. 3v. Belém: UFPA, 1979. SALLES, Vicente. *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*. Brasília: Ministério da Cultura; Belém: Secretaria de Estado da Cultura; Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”, 1988. Também de Salles, *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém: CEJUP, 1992. FERREIRA, Eliana Ramos. *Em tempo Cabanal: cidade e mulheres no Pará Imperial – primeira metade do século XIX*. Dissertação (mestrado). Belém: 1999. São Paulo: PUC.

Uma vez que Dona Josefa Joaquina já falecera, o filho desta, Francisco Bernardo da Silva, declarou que sua mãe havia cumprido regularmente as funções de testamenteira de Dona Maria Francisca “*o que tudo provaria, a não serem queimados os Cartórios desta Cidade em 1835*”. Este, contudo, não foi o único registro de auto de prestação de contas, em que consta a referência aos ditos cartórios queimados em 1835.⁴³⁴

Além das questões políticas acima aventadas e consagradas pela historiografia sobre o Pará e Belém, ao longo do século XIX os moradores da cidade de Belém conviveram com as vagas epidêmicas, bem como com o crescimento da economia gumífera, incrementada pela demanda do comércio internacional, sobretudo na segunda metade do século XIX, e, além disso, com a própria expansão da cidade, construção de prédios com tipologia variada, ruas, praças e largos, intensificação da imigração e crescimento comercial.

Com relação às doenças que emergiram entre os moradores da cidade durante o século XIX, relembro ao leitor que existe uma produção historiográfica mais específica que aponta para a eclosão da varíola, febre amarela, sarampo e cólera.

Vianna, por exemplo, a partir da consulta aos livros dos cemitérios, registra em seu trabalho os números de vidas ceifadas pelas doenças que acometeram moradores da cidade. Segundo ele, a varíola, por exemplo, causou 5.229 mortes em cinquenta e seis anos, ou seja, compreendendo o interstício entre 1851 e 1905. Para ele o mau serviço desenvolvido no porto de Belém teria favorecido o ingresso da doença, primeiramente por intermédio dos africanos que por ele adentravam a cidade e, mais tarde, através daqueles que emigravam para Belém, vindos de províncias contaminadas, tais como os chamados “cearenses”.⁴³⁵

A historiografia dedicada a essa questão refere que, desde o final do século XVIII, um elenco de medidas foi recomendado pelas autoridades médicas, para tentar conter a varíola, tais como

a denúncia obrigatória dos doentes; remoção e isolamento das vítimas; asseio das ruas e praças com a remoção do lixo e de animais mortos; disparos de pólvora seca nas ruas mais afetadas pela epidemia; queima do fumo de alcatrão pelas ruas; e o uso de perfumes pelas pessoas e nos ambientes da casa.⁴³⁶

⁴³⁴ CMA/UFPA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA/PA. Série: Autos de Prestação de Contas de Testamentária. Auto de Prestação de Contas do Testamento da finada Dona Josefa Joaquina de Souza. Ano de 1854. Depositado no CMA/UFPA.

⁴³⁵ Fundação Cultural “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras. VIANNA, Arthur. *As Epidemias no Pará*. Pará/Belém: Imprensa do Diário Oficial. 1906. Arthur Vianna (1873-1911) era jornalista, professor, historiador e cronista. Era também farmacêutico, pela Escola de Farmácia do Estado do Pará e foi diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Pará de 1902 a 1906.

⁴³⁶ RITZMANN, Iracy de Almeida Gallo. *Belém: Cidade Miasmática. (1878 – 1900)*. Dissertação (mestrado). PUC – SP, 1997. P. 98.

Posteriormente, já no século XIX, mesmo com a recorrência ao uso da vacina, que consistia numa intervenção direta nos corpos dos moradores da cidade, o chamado “*asseio da cidade*” continuava a ser uma necessidade. Este deveria atingir as casas de moradia bem como os prédios públicos. Ou seja, era necessário, além de se curar os doentes, cuidar da desinfecção dos espaços da cidade em geral. É importante ressaltar, porém, que não houve unanimidade com relação ao procedimento da desinfecção, pois havia médicos que discordavam quanto à eficácia do mesmo.⁴³⁷

A febre amarela, facilitada pelo desconhecimento acerca dos mosquitos transmissores, “abundantes na quadra invernos”, causou 1.126 mortes entre 1850 e 1863, manifestando-se ainda nas outras demais décadas do século XIX.

Belém possui apenas um terço de tanto da sua área urbana calçada, de modo que, pelo inverno, o acumulo de águas pluviais é enorme, já nas vias públicas, já nos quintais das casas e nas baixas pantanosas.

As depressões do terreno são numerosas, grandes e quase todas sem escoadouros suficientes, ficando as águas represadas até serem infiltradas pelo solo ou evaporadas pelo sol.⁴³⁸

Para Vianna, a indiferença de grande parte dos moradores na lida com as águas, propiciava aos transmissores, os culicídeos, as condições favoráveis à sua reprodução. Ele afirma que os naturais do Pará, bem como os estrangeiros há muito estabelecidos na terra, não sofriam os ataques da doença. Tal imunidade não se estendia, contudo, aos estrangeiros recém-chegados em Belém.⁴³⁹

⁴³⁷ Sobre a desinfecção já observei as descrições de Arthur Vianna no capítulo anterior. Ver VIANNA, Arthur. Op. Cit. P. 111. E também RITZMANN, Iracy de Almeida Gallo. *Belém: Cidade Miasmática. (1878 – 1900)*. Dissertação (mestrado). PUC – SP, 1997. Pp. 101-4.

Sidney Chalhoub, ao discutir “o surgimento da ideologia da higiene” em relação ao Rio de Janeiro, afirma que em 1853 foi analisado um projeto de “regulamento dos estalajadeiros” e no que se referia às condições de higiene, estes eram obrigados a conservar suas casas no “melhor asseio possível”, o que implicaria em conduzir o “lixo, as águas sujas e outras matérias imundas” para os locais nos quais o despejo era autorizado. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P30. (grifo meu).

Sobre a desinfecção no Recife por ocasião da incidência da cólera nos anos de 1855-6, período coincidente ao de Belém do Pará, ver ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004. (Série Teses). P. 368.

⁴³⁸ Na Fundação Cultural “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras. VIANNA, Arthur. *As Epidemias no Pará*. Pará/Belém: Imprensa do Diário Oficial. 1906. Pp. 62-3.

⁴³⁹ Sobre essa questão ver também RITZMANN, Iracy de Almeida Gallo. *Belém: Cidade Miasmática. (1878 – 1900)*. Dissertação (mestrado). PUC – SP, 1997. E ainda TEIXEIRA, Luis Antonio. *Da Transmissão Hídrica a Culicidiana: a febre amarela na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo*. – Revista Brasileira de História, ano/vol. 21, nº 041. Associação Nacional de História. São Paulo, Brasil. Pp. 217-242.

As relações dos moradores de Belém do Pará com as águas em suas moradias foram perpassadas por todas essas questões, inclusive porque, no desenrolar do século XIX, fortaleciam-se os ideais civilizadores, justificadores em grande parte, embora não unicamente, das chamadas melhorias pensadas por autoridades dirigentes, bem como por outros residentes na Cidade do Pará a serem empreendidas nas ruas, moradias e nos corpos daqueles que nela viviam.

Nesse sentido, a lida com a água foi considerada de suma importância e assim, este líquido passou a frequentar mais regularmente as páginas dos periódicos e dos discursos de dirigentes. Quanto aos moradores em geral, buscavam prevenir-se com objetos de formas e funções variadas, confeccionados em matéria prima de maior ou menor valor monetário, mas que guardavam a importância de poder de intermediação nas relações com a água.⁴⁴⁰

À guisa de melhor entender os usos da água em Belém do Pará, recorri a um levantamento de trezentos autos cíveis (de inventários, testamentos e prestação de contas de testamentária), 01 termo de depósito e 01 ofício de polícia, bem como textos jornalísticos de diferentes teores, publicados ao longo do século XIX e primeira década do século XX, além de plantas da cidade de Belém, autos crimes, manifestações de dirigentes provinciais, códigos de posturas municipais, entre outras fontes históricas. Foi possível submergir numa leitura de vida material relacionada aos usos e/ou não usos das águas por aqueles que viveram na cidade de Belém e, por conseguinte, a recorrência daqueles habitantes a objetos cujos formatos, constituição e valores foram marcados por multiplicidades.

Que objetos aparecem nos documentos pesquisados? Quais seriam seus papéis funcionais? E, sobretudo, haveria significados diversos atribuídos a eles? Quais e por quê? Com o propósito de discutir estas como outras questões, busquei realizar leituras ou interpretações em torno dos utensílios recorrentes no cotidiano de moradores da capital do Grão-Pará, que me foram revelados através da pesquisa. Ou seja, busquei refletir em torno das relações construídas e/ou desconstruídas por sujeitos históricos em geral, enfocados em suas relações com as águas que interpenetravam a cidade em sua totalidade como também, e mais especificamente, as moradas.⁴⁴¹

⁴⁴⁰ Sobre os medos das epidemias ver DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Pp. 107-50. Na Fundação Cultural “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras. VIANNA, Arthur. *As Epidemias no Pará*. Pará/Belém: Imprensa do Diário Oficial. 1906. BELTRÃO, Jane. Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004.

⁴⁴¹ Ver “RODRIGUES, Carla. *Butler e a desconstrução do gênero* (resenha). In: Revista Estudos Feministas. vol. 13 Nº1. Florianópolis Jan./Apr. 2005. Ainda sobre essa questão ver REDE, Marcelo. *História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material*. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. Nova série, v. 4, 1996.

Em outras palavras, o que estou insistindo em discutir neste capítulo, é ainda a mesma questão básica sobre a qual reflito em páginas anteriores: a disciplinarização das águas e, por conseguinte, dos usos e dos não-usos das mesmas, numa dimensão que adentrou os micro-universos dos moradores da cidade de Belém, ou seja, as casas de morada que foram constituídas na cidade ao longo do século XIX.

Ora, para os moradores daquela cidade que se formava, foi fundamental construir formas de contatos com as águas também no interior de suas residências, para tanto era essencial que tais contatos estivessem submetidos às regras consideradas satisfatórias e compatíveis com o cotidiano desses moradores. O que implicaria dizer que para aqueles sujeitos, o saber morar relacionava-se sobremaneira também com o saber lidar com as águas, o que poderia revestir-se de variados sentidos, sobretudo porque estas não apenas precisariam adentrar pacificamente às moradias, ou seja, intermediadas por mãos, braços e ombros de moradores, como também, independentemente dos desejos de seus habitantes, poderiam invadir os interiores das moradas, ultrapassando espaços de maior circulação, pensados a partir de copiares, varandas, ou saguões.⁴⁴²

Nessa perspectiva, mediante as chuvas frequentes que se abatiam sobre a cidade, as águas poderiam sim, de modos diversos, causar incômodos a alguns moradores. Acredito também que em decorrência disso, seja importante considerar a possibilidade de que alguns habitantes tenham desenvolvido interesses em forrar alguns cômodos de suas moradas, assim como se preocuparam em cerrar janelas e portas em momentos de fortes chuvas.

Ao declarar os bens de seus sogros – Antonio Coutinho de Miranda e Anna Francisca Maciel Coutinho – falecidos respectivamente em 1835 e 1836, Francisca Maria Ferreira Coutinho, menciona uma “*morada de casas de sobrado*” na rua do Norte s/n, medindo três braças de frente e dezoito braças e três palmos de fundos. Teria a referida morada em seu andar superior sala e alcova, sendo ambas forradas, três quartos interiores com grades de ferro nas janelas e caixilhos de vidraça. Ainda segundo consta no inventário, a morada teria a mesma disposição de cômodos em seu andar térreo.⁴⁴³

⁴⁴² Estudos discutem a constituição de corredores, escadas e saguões como espaços de distribuição e circulação nos interiores dos domicílios. Tais espaços aprofundariam determinadas hierarquias (de classe e/ou de gênero), atendendo ao desenvolvimento de necessidades conectadas de diversos modos ao crescente individualismo. Então, estes espaços possibilitavam o percurso no interior das moradias de modo a isolar ou unir os compartimentos. Sobre essa questão é interessante ver o trabalho de LIMA, Tânia Andrade. *Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX*. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. Nova série, v. 3, 1995.

⁴⁴³ Segundo Ernesto Cruz “*a rua do Norte foi a primeira rua aberta em Belém pelos colonizadores portugueses, no século XVII*”. Posteriormente foi denominada rua Siqueira Mendes. CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. Pp. 37-9.

O uso de forros nas moradias, inclusive naquelas consideradas mais amplas e/ou melhor localizadas restringia-se geralmente às salas e alcovas e em algumas outras, estendia-se aos quartos. Contudo à medida que o século XIX avançava, o uso dos forros em outros cômodos das casas ganhou maior frequência, embora não se tornasse uma generalidade. Admito, porém, que não posso oferecer garantias quanto à relação entre o uso de forros nas moradias e a proteção com relação às águas. Reitero que o que faço é vislumbrar uma relação possível entre as duas questões.⁴⁴⁴

No dia 26 de fevereiro de 1881 teve início o inventário de Antonio Joaquim de Sousa Martins. Este era possuidor de uma casa situada na travessa de São Matheus. A julgar pela relação de imóveis constante no inventário, possivelmente aquela era a residência de Antonio Joaquim. A casa tinha um pequeno jardim na frente, corredor, sala, saleta, alcova. Atrás da saleta um quarto e ainda uma varanda e um copiar. Era toda assoalhada e forrada de acapu. A frente fora construída em pedra e cal e o restante da moradia em tijolo.

Todavia, se em alguns momentos poderia revelar-se uma presença inóspita, em muitos outros a água nos interiores das moradas mostrava-se fundamental. A importância a que me reporto emerge ainda agora, através da documentação referente ao século XIX, quando é possível alcançar as notícias acerca dos objetos que pertenceram a alguns dentre aqueles que habitaram a cidade, objetos que tiveram certamente, importâncias múltiplas para cada um deles.

Muitos daqueles objetos foram recorrentes nos usos das águas não somente no século XIX, como também em períodos anteriores, chegando mesmo a adentrar o século XX. Os usos de copos, garrafas, bilhas, potes, tornaram-se possivelmente, cada vez mais vulgares ou comuns, sobretudo daqueles objetos confeccionados em barro, madeira, ou metal considerado menos valioso no período em questão.

É possível então que a posse de objetos com tal tipologia, não corroborasse para o processo de distinção ou mesmo de ostentação daqueles moradores que eram possuidores dos mesmos, uma vez que o próprio valor de mercado dos objetos possuídos fosse considerado ínfimo, sobretudo quando comparados aos objetos confeccionados em material de mais valor, como a prata por exemplo. Ou seja, penso que o possível processo de vulgarização do uso de inúmeros objetos da água, possa ser pensado como um elemento esclarecedor da omissão dos

⁴⁴⁴ CMA/UFPA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA. Juízo de Orphãos – Auto de Inventário em que são inventariados Antonio Coutinho de Miranda e Anna Francisca Maciel Coutinho e inventariante Francisca Maria Ferreira Coutinho. Anno de 1837.

mesmos em grande parte de testamentos e inventários, produzidos em diversos períodos do século XIX, mas, sobretudo, nas duas décadas finais do mesmo.⁴⁴⁵

Uma outra possibilidade para a exclusão de referência de objetos de usos da água em testamentos e inventários, fosse talvez um processo de mudança na constituição do documento, ou seja, na estruturação ou feitura do mesmo, de tal forma que fosse registrado apenas os bens considerados dignos de citação. Essa dignidade estaria provavelmente relacionada ao valor de mercado atribuído ao bem possuído, principalmente em caso de tratar-se de inventariados de moradores mais afortunados, cujo volume de posses fosse considerado tão expressivo financeiramente que as simples descrições de objetos comuns, e/ou de baixo valor, fossem descartadas por seus inventariantes.

Nesse sentido observo que alguns moradores possuidores, por exemplo, de vários bens imóveis, tiveram seus inventários produzidos com a descrição específica desses bens apenas, embora pareça evidente que, pelo menos no prédio de moradia do inventariado, houvesse outros bens, objetos de uso diário, inclusive aqueles relacionados à intermediação com as águas.

Foi o que percebi através das fontes que trouxeram à tona um pouco das histórias de habitantes da cidade de Belém como João da Costa Machado, Lizarda Maria da Purificação, José Pereira Rebello Braga, João Pereira da Silva e a mulher deste Domingas Maria do Espírito Santo, Veríssima Maria do Couto, Jesuíno Ribeiro da Silva, entre muitos outros.⁴⁴⁶

É importante considerar, contudo, que em anúncios de leilão, ou de venda e aluguel de moradias, determinados objetos referentes aos usos da água eram mencionados como importantes para “*casas de família*”. Era o caso, por exemplo, de lavatórios e banheiras, registrados em número reduzido de inventários, além de alguns anúncios, como os referidos em outras páginas.

⁴⁴⁵ Sobre a economia dos bens culturais, bem como a produção de seus consumidores e os gostos destes, assim como as distintas formas de apropriação de alguns desses bens é importante ver BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

⁴⁴⁶ CMA/UFPA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA. 2ª Vara Civil – Cartório Odom Gomes. Caixa de 1811. Auttos Cíveis de Inventários a que se procedeo por falecimento de João da Costa Machado. CMA/UFPA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA. 2ª Vara Civil – Cartório Odom Gomes. Caixa de 1810-11. Auttos Cíveis de Inventários a que se procedeo por falecimento de Lizarda Maria da Purificação. APEP. Fundo: Juízo de Órfãos da Capital. Série: Autos de Inventários e Partilhas. Caixa de 1848. Autos de Inventários e Partilhas dos bens que ficaram por falecimento de José Pereira Rebello Braga. CMA/UFPA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA. Cartório Fabiliano Lobato. Caixa de 1864. Autos de Inventários dos bens que ficaram por falecimento de José Pereira da Silva. CMA/UFPA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA. Autos Cíveis de Inventário e Partilhas em que é inventariada Veríssima Maria do Couto e inventariante Antonio Rodrigues de Lima. Datado de 1875. APEP. Fundo: Juízo de Órfãos e Ausentes da Capital. Série: Inventários e Partilhas. Caixa de 1880. Autos Cíveis de Inventário e Partilhas em que é inventariado Jesuíno Ribeiro da Silva e inventariante Donna Maria Lobo da Silva.

4.1. Adentrando as moradias

No alvorecer dos anos noventa do século XIX, o jornal “A Republica” publicou um texto que noticia o “suicídio” de Domingos Pereira de Lemos, identificado pelos redatores no referido jornal como “*preto, maranhense, de 43 annos de idade*”. Domingos morava em uma casa considerada “*modesta*”, situada na rua dos Martyres, sob o nº 28.⁴⁴⁷

Segundo o jornal “(...) o quarto onde Domingos suicidou-se é um pobre compartimento onde a miseria se mostra em toda sua nudez.(...)Uma mesa de pinho a um canto, sobre esta um espelho pequeno, uma bilha cahida e um cachimbo ainda quente.(...)”.⁴⁴⁸

Com ele residiam outras pessoas, que aparentemente não integravam o parentesco consanguíneo do mesmo: a “*preta velha*” Agueda Raposo e o “*rapaz*” Armindo Ribeiro de Moraes.

Como o próprio título da notícia anuncia, o foco do redator é a morte por “*estrangulação*” de Domingos. Contudo, ao longo da narrativa, percebi elementos interessantes à temática trabalhada neste estudo, ou seja, os objetos da água nos interiores das moradias.

A respeito disso chamou minha atenção o destaque do narrador para uma descrição dos interiores da “*modesta*” morada de Domingos. Para ele, a miséria era explícita no quarto do desafortunado maranhense. No discurso do redator, ela saltava aos olhos inclusive através dos objetos ali encontrados: uma mesa de pinho, um espelho pequeno, um cachimbo quente, uma bilha caída. Para ele, objetos comuns, nada que conferisse ao sofrido maranhense, alguma distinção naquela sociedade. Ou seja, o discurso parece indicar que era de uso comum ou vulgarizado, entre moradores da capital do Grão-Pará, inclusive os considerados mais pobres ou desprovidos de maiores recursos, as mesas de pinho, assim como pequenos espelhos e bilhas, objetos simples, trastes comuns que poderiam ser encontrados nos interiores de várias moradias, inclusive daquelas consideradas mais modestas para os padrões daqueles tempos.

⁴⁴⁷ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “A República”, anno I, Nº 76, de 23/05/1890. P. 02. A rua dos Martyres atualmente é denominada 28 de Setembro. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém: CEJUP, 1992. P. 38.

⁴⁴⁸ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “A República”, anno I, Nº 76, de 23/05/1890. P. 02.

O texto jornalístico ressalta que Domingos teria cometido o ato extremo no quarto que ele ocupava dentro da moradia. O cômodo estava “*immerso em trevas*” como se escondesse o corpo inerte do maranhense. Talvez, no interior da moradia, que não era ocupada unicamente por ele, o quarto envolvido em sombras fosse um local de intimidade para Domingos, ou seja, o espaço da moradia no qual ele poderia mergulhar em solidão, remoer suas angústias enquanto saboreava o fumo, saciar a sede e até mesmo decidir seu modo de morrer, cercado por seus objetos de uso pessoal, como, por exemplo, a bilha - utensílio usado para acondicionar “*água para beber*”, ou seja, água considerada potável, em condições de ser ingerida pelas pessoas, naqueles tempos do século XIX. O quarto de Domingos confundia-se com ele, ocupante, e expressou a dor que consumiu o maranhense.⁴⁴⁹

A bilha estava sobre a mesa, no quarto de Domingos, de fato as bilhas não eram no século XIX, objetos que, em geral, as pessoas depositassem diretamente sobre o solo. Aqueles que faziam, uso da mesma, dispunham-na geralmente sobre móveis como mesas, geralmente localizadas nas cozinhas. Todavia, não há e possivelmente não havia no passado, regras rígidas para isso, portanto os que apreciavam beber a água da bilha poderiam deslocar este objeto para interiores diversos da residência, como os quartos, conforme acabamos de observar, e acomodá-las sobre bancas, caixas e/ou cômodas.

Em algumas casas de moradia, havia também uma peça de madeira apropriada para o encaixe das bilhas e, às vezes conjuntamente de potes, que era denominada “*bilheira*”.⁴⁵⁰

Na Belém daqueles tempos, as bilhas poderiam ser confeccionadas geralmente em barro, mas também em cobre, ou ainda em estanho. Eram como garrafas, nas quais se acreditava, que a água ali depositada permanecia em temperatura ideal para ser ingerida. No jornal “A Epocha”, por exemplo, de setembro de 1859, consta que Antonio Augusto de Siqueira Pinto continuava a vender em sua taverna uma variedade de bilhas que garantiam o frescor da água.⁴⁵¹

Muito possivelmente, Domingos era um entre os inúmeros moradores de Belém, a possuir ou recorrer ao uso das bilhas, para acondicionar água *potável* nos interiores de sua

⁴⁴⁹ Nesse ponto convido o leitor a rever as considerações de Francisco Henriquez, cujos conselhos foram por mim mencionados na epígrafe inicial deste capítulo. Ele consagra princípios referentes ao reconhecimento da água potável. HENRIQUEZ, Francisco da Fonseca. *Âncora Medicinal: para conservar a vida com saúde*. Texto modernizado e glossário: Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (UFMT); Sílvio de Almeida Toledo Neto (USP); Heitor Megale (USP). São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. Pp. 215-6.

Sobre o leito e o quarto individuais ver CORBIN, Alain. “*O Segredo do Indivíduo*”. In: PERROT, Michelle (dir.) [et al]. *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁴⁵⁰ Bilheira era uma peça de madeira usada para encaixar os potes de barro e/ou bilhas.

⁴⁵¹ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “A Epocha”, anno II, nº 198, de 05/09/1859. P. 04.

moradia. A julgar pelo silêncio em relação às referências a esse objeto em inventários *post mortem*, era um utensílio cuja recorrência tornara-se comum no cotidiano das pessoas que viviam na Cidade do Pará.

Não obtive acesso a um testamento ou ao inventário *post mortem* de Domingos. Também não localizei um auto de corpo de delito, ou um termo de depósito de seus bens. É possível também que o maranhense não tenha deixado um testamento e que também não sido encaminhada a constituição de um inventário de seus bens, uma vez que implicava em custos que nem sempre podiam ser assumidos pelos familiares dos falecidos.

De qualquer modo, mediante o texto jornalístico que expôs o drama de Domingos, tratava-se de um homem desprovido de maiores recursos em vida e que escolhera morrer isoladamente em meio aos seus parques pertences, no interior de seu quarto.

Independentemente dos registros acerca das posses de Domingos, bilhas e potes não eram objetos da água dos mais encontrados em inventários e principalmente em testamentos. Em 240 documentos que pesquisei até o presente momento, entre testamentos, inventários e termo de depósito apenas neste último há o registro de uma bilha. Essa constatação, contudo, não me permite asseverar que o uso da bilha inexistia em Belém.

Anúncios de jornais, em diferentes décadas do século XIX, indicam que moradores da cidade buscavam adquirir este objeto mediante compra, ou seja, eles eram relacionados como produtos disponíveis nos estabelecimentos comerciais. Tratavam-se, todavia, de objetos que em torno dos quais os sujeitos históricos dos quais obtive notícias, construíram uma noção de vulgarização, ou seja, parecia ser importante obtê-los, afinal o acondicionamento da água no interior dos domicílios requeria certa variedade de utensílios. Todavia eram desconsiderados enquanto pertences cujo valor, fosse o financeiro ou o artístico, atribísse algum tipo de distinção ou diferenciação social ao proprietário do mesmo.

Na publicação do “*Movimento do Porto*”, o jornal “Treze de Maio” apresenta a listagem de produtos trazidos do Maranhão no patacho brasileiro “*Quatro amigos*”. Entre os produtos consta “*um cesto com bilhas de barro*” o que aponta a possibilidade da ocorrência de um comércio interprovincial desse produto. Entretanto, havia olarias em Belém.⁴⁵²

Além das bilhas, a água potável podia ser acondicionada em potes, garrafas e garrafões, os quais poderiam ser arranjados sobre mesas ou bancos. Há inventários que referem a posse de bancos para potes e/ou para bilhas, como por exemplo, o inventário de João de Castro Freitas, de 1881. Entretanto não mencionam a posse de potes e/ou bilhas

⁴⁵² Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Treze de Maio”, 14º ano, nº 255, de 19/11/1853. P.4.

propriamente ditos. Não obstante esse silêncio, há relatos de viajantes dos quais emergem referências interessantes quantos a usos de potes, por exemplo.⁴⁵³

À medida que se visitam as cidades brasileiras, pouca cousa se nos apresenta tão remarcadamente característica quanto os potes d'água que os negros levam sobre a cabeça.⁴⁵⁴

As únicas pessoas que geralmente se encontram no Pará, pela manhã, são negros e índios com potes de barro à cabeça, a caminho da fonte.⁴⁵⁵

Além da intermediação desses objetos, a água potável freqüentava as mesas de refeições das diversas moradias de Belém através dos copos, garrafas, sopeiras, pratos fundos, colheres, como também de chaleiras, chocolateiras, xícaras, colheres de chá e de sopa. Estes foram os objetos que inicialmente considerei como aqueles que recepcionariam a água à mesa.

Há inventários *post mortem* que contêm informações mais completas acerca desses objetos, destacando, por exemplo, o material em que eram confeccionados - se em cobre, latão, ferro, prata, vidro, louça. Parecia ser importante também apresentar, mesmo que de modo nem sempre detalhado, os aspectos decorativos de cada um dos objetos, se eram pintados e de que cor. O tamanho também parecia ser importante e era esclarecido, não raramente, através de termos como “pequeno”, “grande”, “menor” e “maior”.

Além das características que acabei de mencionar, também era interessante considerar em diversos inventários, o estado de conservação do objeto, ou seja, se estava “*muito usado*”, ou simplesmente “*usado*”, ou “*amassado*”, enfim. Esse conjunto de observações corroborava no processo de atribuição de valores em moeda corrente. A exemplo dessa questão, destaquei algumas informações contidas nos registros do inventário do casal Joaquim Ribeiro Pacheco e Josefa Maria Calandrini, falecidos em 1820 e 1819, respectivamente, ambos sem testamento.

Em maio de 1820 foi iniciado o inventário dos bens do casal. Entre estes constam uma chaleira de “ferro”, já “usada” e avaliada em \$500 (quinhentos réis).

⁴⁵³ CMA/UFGA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA. Caixa de 1881. Autos cíveis de inventário de João de Castro Freitas. De 26/08/1881.

⁴⁵⁴ KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*, p. 57. In: Equipamentos, usos e costumes da Casa Brasileira. Vol. 2. Fichário Ernani Silva Bruno. São Paulo: Museu da Casa Brasileira. 2001.

⁴⁵⁵ KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*, p. 188. In: Equipamentos, usos e costumes da Casa Brasileira. Vol. 2. Fichário Ernani Silva Bruno. São Paulo: Museu da Casa Brasileira. 2001.

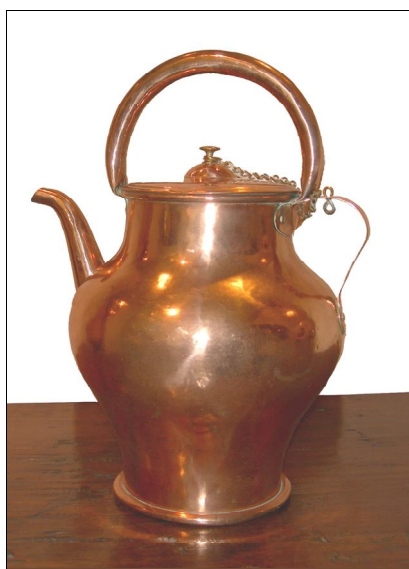


Figura 36 chaleira de cobre com tampa e corrente⁴⁵⁶



Figura 37 chaleira de cobre com tampa

Duas chaleiras de “cobre” “maiores”, a 3\$200 (três mil e duzentos réis) cada uma. Outras duas, número quatro, avaliadas em 2\$560 (dois mil, quinhentos e sessenta réis). Uma chocolateira de “cobre”, já “usada” e de tamanho “grande”, que foi avaliada em 1\$200 (um mil e duzentos réis).⁴⁵⁷

Importante retomar aqui, que antes de iniciar o percurso que a levaria até os interiores das moradias, a água considerada potável precisava ser introduzida nas residências. Tal introdução foi também diversa ao longo do interregno no qual estou me detendo, ou seja, ao longo do século XIX e primeira década do XX, os moradores de Belém obtiveram água para beber e para as demais necessidades internas das residências, principalmente em função das visitas regulares aos poços públicos e/ou particulares. Entretanto, conforme procurei analisar em capítulo anterior, seria um equívoco grave afirmar que unicamente os próprios moradores tenham pessoalmente recorridos aos poços, como também as idas aos poços não significaram a única forma de obtenção da água “boa de beber”.

⁴⁵⁶ Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura. Coleção do Museu da Casa Brasileira. Os objetos acima expostos integram o “conjunto de vasilhas dos séculos XVIII e XIX, em latão ou cobre, que pertenceram ao pintor paulista Pedro Alexandrino”. Possivelmente algumas chaleiras listadas nos documentos históricos referentes aos moradores da cidade de Belém do Pará, apresentaram formatos similares a esses.

⁴⁵⁷ CMA/UFPA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA. Cartório Odom Gomes. Caixa de 1820. Autos de Inventários dos bens do Casal de Joaquim Ribeiro de Sousa Pacheco e sua mulher Donna Jozefa Maria Calandrini. Cartório Odom Gomes. Caixa de 1820.

Este inventário foi um dos poucos em que encontrei, na descrição dos objetos inventariados, o registro do número, como uma provável referência ao tamanho do objeto.

Houve também o recurso aos vendedores de água, denominados em geral como “*aguadeiros*”. Somente a partir dos anos oitenta do século XIX, o processo de encanamento para fornecimento domiciliar de água começou a ser efetivado na cidade e ainda assim a coleta do líquido dava-se de modo diverso, pois as visitas aos poços permaneceram, assim como a venda de água, intermediada pelos “*aguadeiros*”, mesmo nos primórdios do século XX, uma vez que o processo de canalização da água no que dizia respeito ao abastecimento domiciliar ocorreu paulatinamente na cidade de Belém.

Apesar de ocorrer parcimoniosamente, o processo de encanamento das águas foi, desde tempos idos no século XIX, uma das preocupações presentes nos discursos de autoridades dirigentes no Pará. Em relação a isso, considero relevante mencionar que, no ano de 1856, o presidente da Província Sebastião do Rego Barros, registrou sua preocupação com o encanamento das águas potáveis.

Preocupação semelhante aparece em outros documentos, como no relatório do vice-Presidente Ambrósio Leitão da Cunha, de 15 de agosto de 1858 no qual é apresentado um relato acerca das possibilidades de proceder-se o encanamento de água de “*boa qualidade para beber-se*”.

Esclarece que o citado encanamento deveria ser construído até os chafarizes, os quais sequer existiam no período em que o dito dirigente se manifestava, ou seja, os anos cinquenta, mas que seriam edificadas também em um total de doze a serem espalhados pela cidade mediante determinação da Presidência da Província.

Nesse sentido é fundamental lembrar que a referida pauta de discussão daqueles dirigentes, conectava-se aos ideais civilizadores em voga no século XIX para inúmeras sociedades do mundo ocidental, ou seja, era importante desenvolver sensibilidades administrativas para com a questão do uso da água, em outras palavras, aquele era também, um problema importante a ser enfrentado pelos moradores em geral de Belém, considerando que essa era uma cidade na qual havia aqueles para os quais era importante enquadrar a capital do Grão-Pará no rol das sociedades ditas civilizadas.

Nessa perspectiva as manifestações dos dirigentes, em diferentes períodos, reforçam a necessidade urgente de proceder-se o encanamento da água potável, pois segundo eles, a população de Belém necessitava acessar mais facilmente, a água para beber. Tal necessidade

impunha-se tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, pois, a água considerada de boa qualidade era escassa na cidade, mesmo em se tratando dos poços existentes na mesma.⁴⁵⁸

4.1.1. (Ainda) Usos dos poços.

A respeito dessa observação acerca dos poços, é pertinente relembrar que, ao longo do século XIX, era importante informar se as “casas de moradia” anunciadas para aluguel ou venda nas páginas dos periódicos, dispunham de poço. Inclusive, tal dado informativo parecia ser tão importante quanto um outro: a existência de quintal com árvores frutíferas ou capinzal para venda ou consumo dos animais.

Além disso, o leitor deve estar lembrado de que, não raramente acoplada à referência do poço, havia a observação quanto à qualidade da água ali existente. Assim foi quando Joaquim de Souza Mesquita anunciou que dispunha de uma rocinha para alugar “*no fim do largo da Pólvora ao entrar a rua da Cruz das Almas*”.⁴⁵⁹

Segundo os dizeres do anúncio, a rocinha de Joaquim dispunha de “*boa água para beber*”. Possivelmente, no período em questão, a concepção sobre a chamada “*água de boa qualidade*” ou “*boa para beber*”, guardasse fortes conexões com modos de pensar emanados de tempos passados.

Sobre esse aspecto ressalto a “Relação Sumária” de Symão Estácio da Sylveira, de 1624, na qual o militar destaca, entre outras questões, a “*pureza das águas*” referindo-se mais especificamente ao “*Estado do Gram-Parà*”.⁴⁶⁰

Em seus escritos, Sylveira construiu uma narrativa etnocêntrica, na qual mencionava o grande número de fontes, a pureza das águas, que segundo ele eram límpidas e sadias,

⁴⁵⁸ Exposição apresentada pelo Exm.º Senr Conselheiro Sebastiao do Rego Barros, Presidente da Província do Gram-Pará ao Exm. Senr Tenente Coronel de Engenharia Henrique de Beaurepaire Raham, no dia 29 de Maio de 1856, Por occasião de passar-lhe a Administração da mesma Província.” Disponibilizado em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 26 fev. 2005.

A boa qualidade, como nos idos dos séculos XVI e XVII, relaciona-se à limpidez da água. Diante disso as águas do rio Una foram consideradas impróprias para beber, posto que no inverno ficavam turvas. Relatório lido pelo Vice-Presidente da Província Dr. Ambrosio Leitão da Cunha, na abertura da primeira sessão ordinária da Assembleia Legislativa no dia 15.08.1858. Disponibilizado em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 set. 2005.

⁴⁵⁹ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. O anúncio referido encontra-se no jornal “Diario do Gram-Pará, anno VIII, nº 221, de 02/10/1861. P. 3.

O largo da Pólvora e a rua da Cruz das Almas, posteriormente receberam outras denominações, conservadas até hoje e que são, respectivamente, praça da República e rua Arcipreste Manoel Teodoro. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. Pp. 103 e 37.

⁴⁶⁰ SYLVEIRA, Symão Estácio da. *Relação sumária das cousas do Maranhão* (1624). In: PAPAVERO, Nelson et all. *O Novo Êden: a Fauna da Amazônia Brasileira nos Relatos de Viajantes e Cronistas desde a Descoberta do Rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Ildefonso (1777)*. Belém (PA): Museu Paraense Emílio Goeldi. 2002. (Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira). P. 130.

apropriadas mesmo para os enfermos. Então, as pessoas acometidas de “*sezões e destemperamentos*”, por exemplo, poderiam sarar mediante os usos das boas águas.

O infinito número de fontes que esta terra produz, é também parte de seu clima fresco. (...) Afirimo como de vista, que nenhuma água destas nossas partes, podem de algum modo competir com as desta terra. Disto faz grandes elogios o Padr Ioseph da Costa, na sua historia natural e moral das Indias e me serão testemunhas, as aguadas que aqui chegaram, que pela grande excelência que possuem foram presenteadas, advindo desse gesto, mais pedidos das mesmas.⁴⁶¹

Ainda nessa direção e conforme comentei em laudas anteriores, Francisco da Fonseca Henriquez, em sua “*Âncora Medicinal*”, produzida em 1721, afirma que, quando boa, a água é muito importante para a nutrição do corpo, uma vez que, entre outras coisas, ajuda a distribuir o alimento pelo estômago, contribui para a circulação sanguínea, funciona como laxante no “*ventre*”, sacia a sede.

Não obstante essas considerações, o médico do rei D. João V advertia, conforme epígrafe desse capítulo, que a boa água deveria ser “*clara, pura, limpa, insípida e sem cheiro*” e que a percepção disso “*corria por conta dos sentidos externos*”.⁴⁶²

Tal modo de pensar também pode ser observado, por exemplo, nos anos quarenta do século XIX quando em discurso perante à Assembléia Legislativa Provincial, João Antonio de Miranda, presidente da Provincia do Pará, indicou alguma inquietação quanto à acessibilidade dos moradores de Belém à “*boa água*”.

A Capital da Província não tem um chafaris: **a agua potavel em grande parte é má.** Lembro-vos um expediente. **A melhor agua, que se acha na Cidade, é denominada – das Pepes** – cuja nascente existe na rocinha pertencente á casa dos Educandos. Poder-se-hia mui facilmente levantar um chafaris no meio da praça Pedro Segundo, condusindo para elle a agua da pepes, attenta a sua proximidade, ou procurando-se faser-a apparecer no ponto designado. (...).⁴⁶³ (grifos meus)

⁴⁶¹ “O infinito numero de fontes, que esta terra produce, são tâbê muita parte de sua frescura. (...) Affirmome como de vista, que nenhûas aguas destas nossas partes, podem cõpetir em nada com as desta terra: de que faz grande encarecimêto o Padre Ioseph da Costa, na sua historia natural, & moral das Indias, & me serão testemunhas, as reliquias das aguadas que aquj chegarão, das quaes, por grande excellencia, se fizerão presentes, sendo muitos mais os petitórios.” SYLVEIRA, Symão Estácio da. *Relação sumária das cousas do Maranhão* (1624). In: PAPAVERO, Nelson etti alli. *O Novo Êden: a Fauna da Amazônia Brasileira nos Relatos de Viajantes e Cronistas desde a Descoberta do Rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Ildefonso (1777)*. Belém (PA): Museu Paraense Emilio Goeldi. 2002. (Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira). P. 130.

⁴⁶² HENRIQUEZ, Francisco da Fonseca. *Âncora Medicinal: para conservar a vida com saúde*. Texto modernizado e glossário: Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (UFMT); Sílvia de Almeida Toledo Neto (USP); Heitor Megale (USP). São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. Pp. 215-6.

⁴⁶³ Discurso recitado pelo Exm. Snr Doutor João Antonio de Miranda, presidente da Provincia do Pará. Na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1840. Pará, Typographia de Santos & menor. Disponibilizado em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 set. 2005.

A inquietação que referi há pouco também pode ser percebida em outros documentos, como o relatório há pouco referido, do vice-Presidente Ambrósio Leitão da Cunha, no qual é apresentado um relato acerca das possibilidades de proceder-se o encanamento de água de “boa qualidade para beber-se”.⁴⁶⁴

Esclarece que o citado encanamento deveria ser construído até os chafarizes, que por sua vez seriam edificadas também em um total de doze e serem espalhados pela cidade mediante determinação da Presidência da Província.⁴⁶⁵

De qualquer modo, mesmo no início dos anos sessenta do século XIX, conforme analiso há algumas páginas atrás, continuava sendo importante para os moradores, que as casas tivessem poços, ou que houvesse algum nas proximidades, ao qual fosse possível recorrer nos momentos considerados necessários.

Os poços de Belém, fossem particulares ou públicos, eram invariavelmente visitados por expressivo número de pessoas. Além dos já citados aguadeiros, relembro aqui a frequência de lavadeiras. Em decorrência dessas e de outras necessidades construídas nos espaços da cidade, sobretudo nos momentos em que se convivia com as epidemias, era preciso deslocar-se até eles, lançar no interior dos mesmos o balde ou a lata amarrada a uma corda a fim de retirar a água, encher vasilhas, carregá-las para o interior das moradias e enfim derramar o líquido em potes, bilhas, garrafas, repetindo a operação sempre que necessário, constituindo uma rotina marcada pelo soerguimento da água ao nível de fazê-la cumprir as funções que lhe foram historicamente atribuídas a saber: as lavagens, a preparação de alimentos, a mitigação da sede.⁴⁶⁶

Em relação a esse tópico, é importante rememorar que ao longo do XIX, os moradores de Belém conviveram com vagas epidêmicas diversas, tais como a varíola, a febre amarela, o sarampo, o cólera e por conseguinte, com as experiências diversas e dolorosas da morte. Nos interiores das moradias as formas de contato com as águas durante a lida com as enfermidades também foram importantes e demandaram idas e vindas aos poços e fontes, pois era preciso saciar a sede dos enfermos, limpá-los, assim como limpar as moradias, ou seja, naqueles

⁴⁶⁴ A boa qualidade aqui referida relaciona-se à limpidez da água. Nesse sentido as águas do rio Una foram consideradas impróprias para beber, posto que no inverno ficavam turvas. Relatório lido pelo Vice-Presidente da Província Dr. Ambrosio Leitão da Cunha, na abertura da primeira sessão ordinária da Assembleia Legislativa no dia 15 de agosto de 1858. Disponibilizado em <http://www.wcr.uchicago.edu/content/brazil/para.htm>. Acesso em 25 set. 2005.

⁴⁶⁵ Relatório lido pelo Vice-Presidente da Província Dr. Ambrosio Leitão da Cunha, na abertura da primeira sessão ordinária da Assembleia Legislativa no dia 15 de agosto de 1858. Disponibilizado em <http://www.wcr.uchicago.edu/content/brazil/para.htm>. Acesso em 25 set. 2005.

⁴⁶⁶ BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 2004. (Debates)

momentos de forte tensão era preciso recorrer ao dispêndio de esforços ainda mais repetitivos e intensos, que iam além daqueles já rotineiramente desenvolvidos em momentos de não ocorrência de epidemias.⁴⁶⁷

O conjunto gestual que mencionei constituía o cotidiano de muitas pessoas, moradoras da Belém do século XIX. Tratava-se de sequências gestuais construídas historicamente em meio às questões que demarcaram as vivências dos habitantes da cidade afinal, o uso dos poços não se constituía numa ação natural, no sentido de que independesse do desejo e/ou do envolvimento dos moradores da cidade de Belém.

Todavia, é possível que para muitos dentre estes, assim fosse considerado, uma vez que se tornara possível, ao longo de mais de duas centúrias proceder-se à abertura de poços assim como aprender a retirar dos mesmos a água necessária aos usos diversos dos moradores. A respeito disso, em dezembro de 1861, o “Diário do Gram-Pará” anunciou que

na **casa em obras** fronteira á quinta das laranjeiras do sr. João Antonio Henrique, na estrada de S. José, precisa-se de pintura, e de **abertura de um poço**; quem queira isto contractar pode dirigir-se á mesma.⁴⁶⁸ (grifos meus)

Ainda acerca da recorrência ao uso dos poços no século XIX, Francisco Bolonha relata-nos em obra editada em 1939 que

No meiado do século passado, conta-me meu velho pae, quase nonagenário, de phenomenal e angelical memória das cousas, que se passaram na sua meninice, a população da cidade era abastecida por poços excavados em grande numero de casas, (...) donde a água para todos os fins domésticos era tirada a baldes. Nesse tempo não se conheciam os usos publico e industrial da água, sendo ela limitada ao uso particular.⁴⁶⁹

Certamente que os poços não se constituíam em lugares únicos da água na Belém do século XIX. entretanto, ao longo do desenvolvimento da pesquisa e, por conseguinte, com a

⁴⁶⁷ Na Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras, ver VIANNA, Arthur. *As Epidemias no Pará*. Pará/Belém: Imprensa do Diário Official. 1906. E BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004. A autora afirma que havia descontentamentos das “*gentes de cores*”, residentes em Belém, devido às dificuldades maiores na época da epidemia de cólera (anos cinquenta do XIX). Tais dificuldades estariam relacionadas aos usos da água para manutenção da higiene das casas, ou seja, em caso de falecimento de um enfermo do cólera, a casa deveria ser lavada, bem como os móveis, os utensílios e roupas. A lavagem deveria ocorrer sob as vistas da polícia. (P.224).

⁴⁶⁸ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Diário do Gram-Pará”, anno VIII, nº 285, de 14/12/1861. P. 3. A estrada de São José corresponde atualmente à avenida 16 de Novembro. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. P. 79.

⁴⁶⁹ UFPA. Biblioteca Central Prof. Dr. Clodoaldo Beckmann, obras raras. BOLONHA, Francisco. *Canal de Água Preta*. Belém-Pará: Off. Graphics do Instituto “D. Macedo Costa” (Escola Profissional do Estado). 1939.

ampliação de meu contato com as fontes pude aprender que as referências aos poços, são inúmeras e diversas, o que denota o nível considerável de importância atribuído aos mesmos por aqueles que efetivaram escritos acerca do uso da água por moradores de Belém.⁴⁷⁰

Cercada por rios, banhada pelas chuvas, a construção da cidade deu-se em meio à convivência com as águas. Mas o processo de apropriação da mesma visando o uso doméstico demandou contatos mais assíduos com a abertura de poços nos quintais ou então, com os poços já existentes, fossem esses de particulares, ou públicos.

4.1.2. “Distribuídas pelos chafarizes”: o circuito das águas nos discursos dos dirigentes.

A historiografia sobre a cidade de Belém tem consagrado que ao longo do século XIX, a cidade vivenciou inúmeros intercursos importantes acerca dos quais é possível encontrar um expressivo número de pesquisas e produções textuais. Conforme esclareci introdutoriamente, ao definir este recorte temporal, pretendi visualizar a construção das relações entre os moradores de Belém com as águas presentes na cidade ao longo de aproximadamente um século.

Desse ponto em diante, optei então, em buscar compreender os modos de pensar de dirigentes da Província com relação à questão dos usos da água pelos habitantes da capital do Grão-Pará. Para tanto, foi necessário analisar relatórios de presidentes provinciais de diferentes décadas ao longo do século XIX.⁴⁷¹

Conforme já indiquei anteriormente, antes mesmo da segunda metade do século XIX, a preocupação com a água considerada potável e de qualidade para a população de Belém aparece referida em discursos e falas de administradores locais. Cabe aqui, todavia, uma observação, em relatórios governamentais anteriores aos anos quarenta do século XIX, não localizei referências regulares aos usos das águas potáveis pelos moradores de Belém, nem tampouco, sinais de preocupações governamentais em relação a temas como qualidade ou quantidade das águas potáveis de Belém. Existem, contudo, outros registros relativos a essa questão, como os escritos de Alexandre Rodrigues Ferreira e Antonio Ladislau Baena, já aludidos por mim ao longo da presente tese.

⁴⁷⁰ Sobre a importância dos poços na França dos séculos XVIII e XIX, ver ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. Pp.197-202.

⁴⁷¹ Essa discussão também é encaminhada por CRUZ, Ernesto. *A água de Belém – sistemas de abastecimento usados na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1944. E também por SILVA, Ivo Pereira da. *Terra das Águas: uma história social das águas em Belém, século XIX*. Dissertação (mestrado). Belém: UFPA/IFCH/PPHIST, 2008.

Outras eram as questões frequentes nos relatórios, tais como tranquilidade pública, melhoramento do porto e de alguns calçamentos, pacificação de indígenas, navegação, segurança pública, instrução pública. Em praticamente todos os textos oriundos dos diversos pronunciamentos dos dirigentes da província, é possível encontrar trechos que se reportam ao Recolhimento das Educandas desvalidas, por exemplo.

A respeito disso, é importante mencionar parte do pensamento de João Antonio de Miranda, segundo o qual, a instrução poderia estar “*melhor dirigida e animada*” na Província do Grão-Pará. Contudo a instrução era “*filha da paz pública e da tranqüilidade dos espíritos (...)*” e ambas foram possibilitadas pelo trabalho dos dirigentes que deram combate aos “*rebeldes*” que por algum tempo “*desgraçaram*” a província.⁴⁷²

As referências à “boa água” emergiram mais regularmente em relatórios, falas, mensagens registradas a partir dos anos quarenta do XIX. A respeito disso, retomo o discurso de João Antonio de Miranda, presidente da Província do Pará, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de agosto de 1840, já citado anteriormente.

Diante da Assembleia, o dirigente local expressou preocupação pelo fato de que Belém, em sendo capital da província, dispunha de água potável de qualidade comprometida, além de não ter qualquer chafariz. Segundo registrado no discurso de João Antonio, e já mencionado nesta tese, uma ressalva caberia à água da nascente das Pepes, considerada “*a melhor água*” de Belém.

Então, se fosse construído um chafariz no centro da Praça Pedro Segundo, seria possível conduzir para ele justamente a água das Pepes. Ora, uma vez disponibilizada através do chafariz e sendo, como parecia acreditar o dirigente, apropriada para beber, atenderia às necessidades do *povo*, o qual, segundo a narrativa do discurso, estaria então, bem servido.

Além daquela, o chafariz também teria uma outra função, possivelmente pensada como igualmente importante à de fornecer água, posto que é também referida no discurso: o aformoseamento da praça: “*mandei alinhar e plantar o largo da pólvora, á que dei o nome de – Praça Pedro 2º, - tencionando levantar no centro ate o fim do anno um chafaris*

⁴⁷² Discurso recitado pelo Exm. Snr Doutor João Antonio de Miranda, presidente da Província do Pará. Na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1840. Pará, Typographia de Santos & menor. Disponibilizado em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 set. 2005.

O dirigente refere-se ao confronto denominado historicamente “Cabanagem”. Conforme expressei anteriormente, foi uma luta social desenvolvida na Província do Grão-Pará em meados dos anos trinta do século XIX, que contou com um esquema repressivo importante e cujos ecos reverberaram ao longo da segunda metade do século XIX. Em correspondências estabelecidas entre presidentes da Província do Grão Pará e da Província de São Paulo, no decorrer dos anos quarenta, cinquenta e sessenta do século XIX, o tema da “tranqüilidade reinante”, da “perfeita paz”, do “perfeito socego”, foi predominante. Ver a expressiva correspondência produzida entre presidentes da província do Grão-Pará e da província de São Paulo. Sob a guarda do Arquivo do Estado de São Paulo. Série: Manuscritos/Ofícios do Estado do Pará, 1833 a 1889. Caixa 10.

elegante.” Ou seja, o discurso expressa a valorização do embelezamento do local público através do chafariz, objeto com o qual as pessoas estariam em contato, fosse pela necessidade de buscar a água, fosse pelo ato de contemplar a construção ao circular na praça, ou por razões outras.⁴⁷³

O discurso também argumenta implicitamente que o chafariz seria importante por ser um objeto com o qual os moradores poderiam interagir por diversas maneiras, através do olhar, dos toques, do reconhecimento da importância do mesmo como veículo intermediador entre eles e as águas que seriam usadas em suas casas.⁴⁷⁴

Enfático, o discurso argumenta ainda que *“talvez se julgasse mais apropriado qualquer outro largo no centro da cidade, e mais acessível aos commodos publicos; mas me persuado, que aquelle é preferível por causa do merecimento da água.”* Nesse ponto convém lembrar que a água viria da fonte da Pepes, considerada de melhor valor.⁴⁷⁵

Dirigente provincial do Pará de fevereiro a novembro de 1840, João Antonio de Miranda parecia acolher em seu discurso a ideia de que, a qualidade da água é que deveria ser observada primeiramente. Já a comodidade da proximidade de alguns locais seria secundária.

Bem, à primeira vista, este é mais um discurso, entre tantos outros que foram expostos por presidentes da província do Grão Pará, que parece apresentar um caráter generalizador em relação às condições de vida e de trabalho dos moradores de Belém que buscavam água nos locais públicos destinados a isso. Nesse sentido, todos foram generalizadamente denominados como integrantes do “povo”, o qual necessitava, segundo o documento em questão, de melhores serviços no que se refere à questão do abastecimento de água.

É preciso não esquecer, contudo, que buscar água não era um ato praticado por todos os moradores indistintamente, é importante lembrar que aquela era uma ação que resultava em vários esforços físicos. Primeiramente os deslocamentos, ou melhor, o esforço de ir e vir, portando um objeto que acondicionasse a água, não raramente os potes de barro.

⁴⁷³ Discurso recitado pelo Exm. Snr Doutor João Antonio de Miranda, presidente da Provincia do Pará. Na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1840. Pará, Typographia de Santos & menor. Disponibilizado em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 set. 2005.

A praça Pedro II, referida no discurso acima, atualmente é denominada praça da República. In: CRUZ, Ernesto. *A água de Belém – sistemas de abastecimento usados na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1944. Belém: CEJUP, 1992. P.103.

⁴⁷⁴ Discurso recitado pelo Exm. Snr Doutor João Antonio de Miranda, presidente da Provincia do Pará. Na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1840. Pará, Typographia de Santos & menor. Disponibilizado em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 set. 2005.

⁴⁷⁵ Discurso recitado pelo Exm. Snr Doutor João Antonio de Miranda, presidente da Provincia do Pará. Na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1840. Pará, Typographia de Santos & menor. Disponibilizado em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 set. 2005.

No retorno, o referido objeto estaria repleto de água, o que resultaria num aumento tanto do peso do mesmo quanto do desconforto em transportá-lo. Todavia, não deixava de constituir um modo de tornar viável a entrada da água nas moradias. Seria na realidade mais um, entre os esforços de submissão do líquido indispensável à vida humana, ao cotidiano dos moradores de Belém. Para o dirigente provincial, o chafariz, seria então, um intermediador capaz de amenizar tal esforço.

Em relação à questão aqui abordada também é importante lembrar que o transporte dos potes abastecidos com água era feito, muitas vezes, por escravos e considerado por inúmeros moradores indistintamente, como um serviço menor, ou seja, desclassificado, se levarmos em conta a hierarquia estabelecida entre os serviços prestados em cidades do Brasil no período em questão.⁴⁷⁶

Acerca desse ponto, acredito que seja importante retomar as considerações de Henry Bates. O viajante e naturalista registra o movimento de lavadeiras e aguadeiros nas áreas pantanosas ou baixas, nas quais estavam localizados, nos anos quarenta do século XIX, poços públicos da capital do Pará. A imagem a seguir, “Planta da Cidade do Pará”, apresenta alguns poços de acesso público na cidade de Belém, como também o desenho de áreas alagadiças, fonte de preocupação das autoridades dirigentes no XIX, conforme discuti em capítulo anterior.

Vale lembrar que o pântano do Piri, constante na planta a seguir, sofreu intervenções diretas do poder público, a partir da primeira década do século XIX, o que permitiu o avanço do processo de urbanização da cidade. O engenheiro Gaspar Gronsfeld apresentou proposta para o reordenamento de Belém, considerando a presença das águas, ou seja, aproveitando o curso natural das mesmas. Todavia, os governantes optaram pelo aterramento do alagadiço.

As obras foram encaminhadas desde princípios do século XIX (1803), quando era governador e capitão general do Grão-Pará D. Marcos de Noronha e Brito, o Conde dos Arcos. Mas, conforme expus no segundo capítulo, as ações de dessecação demandaram algumas dezenas de anos, influenciando certamente os modos de viver dos habitantes de Belém.⁴⁷⁷

⁴⁷⁶ Relembro que Jane Beltrão registra que tarefas de fundamental importância para a vida cotidiana dos moradores de Belém eram confiadas às *gentes de cores*, como, por exemplo, a busca de água. In: BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004. P. 222.

⁴⁷⁷ Sobre essa questão, vida material e domesticidade ver o importante trabalho de GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. *As casas & as coisas: um estudo sobre vida material e domesticidade nas moradias de Belém – 1800-1850*. Dissertação (mestrado) - UFPA/IFCH/PPHIST. Belém, 2006.



Figura 38 Planta da Cidade do Pará⁴⁷⁸

Segundo Bates, na madrugada úmida, grupos de trabalhadores, homens e mulheres, negros, espanhóis, portugueses, indígenas, mestiços em geral, divertiam-se, discutiam e tagarelavam em meio aos seus ofícios, adicionando mais vida aos pântanos, ruas e praças da cidade.⁴⁷⁹

Não obstante o tom quase poético do relato de Bates e mesmo do encantamento que ele, como um viajante e naturalista vivendo em uma cidade distinta daquelas que ele já conhecia na Europa ocidental, parecia sentir e denotar em seus escritos, não localizei fontes

⁴⁷⁸ Ministério da Defesa/Exército Brasileiro/Arquivo Histórico do Exército (AHEx/RJ)/ Divisão de História – Mapoteca II. Série: norte. Sub-série: Pará. “Planta da Cidade do Pará”. “Explicação”: 1) A Sé; 2) Igreja e Convento do Carmo; 3) Colegio dos P.P. da Comp^a; 4) N. S. do Rosario da Cidade; 5) Sto Crucifixo; 6) Palacio dos Governadores; 7) Alfandega; 8) Quarteis; 9) Cazas das Canoas; 10) Praça do Pelourinho; 11) O Pacinho; 12) Padres das Mercês; 13) Mizericordia; 14) N. Sr^a do Rosario da Campina; 15) Acougue; 16) Armazem da Polvora; 17) Forte das Mercês; 18) Forte do St^o Crucifixo; 19) São João; 20) O Páo d'Agoa; 21) Poços; 22) Forca. (grifos meus). Documento original.

De acordo com os registros do AHEx, ignora-se a data dessa planta, porém segundo Nestor Goulart Reis, ela data de 1780 e foi desenhada pelo engenheiro militar Gaspar de Gronsfeld. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Vilas e cidades do Brasil Colonial*. 1999. CD-ROOM.

⁴⁷⁹ BATES, Henry Walter. *Um Naturalista no Rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. Pp. 12.

que indiquem a presença de moradores não qualificados como pobres, desprovidos de fortuna e/ou escravizados nos locais de abastecimento de água realizando as atividades concernentes à coleta da mesma. Ou seja, estes como outros serviços, continuavam a ser realizados pelos ditos não-civilizados (e alguns tidos como semi-civilizados), isto é, indígenas, africanos e vários dos mestiços desses, conforme registraram Spix e Martius por conta de sua presença na cidade de Belém na segunda década do século XIX.⁴⁸⁰

Nos anos cinquenta, um outro texto, desta vez uma “falla” dirigida à Assembleia Legislativa Provincial em 15 de agosto de 1853, pelo presidente da província José Joaquim da Cunha, relata que precisou prestar socorro à rua do Paul d’água, devido ao estado miserável em que a mesma se encontrava decorrente da enxurrada de águas que incidiam sobre a mesma. O leitor deve estar lembrado de que, no capítulo anterior, transcrevi essa fonte justamente no tópico referente aos aguadeiros de Belém.⁴⁸¹

Em sua manifestação, Joaquim da Cunha faz várias menções importantes com relação aos problemas que a municipalidade enfrentava com as águas. A Rua do Paul estava, segundo ele, em “*miserável estado*” devido às águas que desciam com violência do Largo da Pólvora. Que aquela dita rua estava quase sempre a sofrer com as águas que a inundavam e além disso, tinha o calçamento danificado pelas manobras dos inúmeros carros com pipas que lá iam diariamente.⁴⁸²

O texto da “falla” de José Joaquim da Cunha já não expressa a preocupação com o acesso à água supostamente potável da fonte das Pepes. Suas atenções voltaram-se para a conservação da rua do Paul, segundo ele “*arruinada pelas águas*”. Possivelmente José Joaquim referia-se às águas das chuvas que, ganhando velocidade na inclinação significativa existente no local, causariam extremo desconforto a alguns habitantes que residiam ou precisariam transitar na área em questão.

Conforme discuti em algumas páginas anteriores, ao tratar dos ofícios da água, diferentes tensões desenharam-se na área do Paul, inclusive envolvendo aguadeiros, os quais,

⁴⁸⁰ SPIX, Johann Baptista Von e MARTIUS, Carl F. P. Von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: E. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1981. Pp. 25-6.

⁴⁸¹ Falla que o Exmº Snr. Dr. José Joaquim da Cunha, presidente desta Província, dirigio a Assembléa legislativa Provincial, na abertura da mesma Assembleia, no dia 15 de agosto de 1853. Pará, Typographia de Santos & Filhos, 1853. Depositado no site <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 fev. 2005.

A rua ou estrada do Paul d’água, acima mencionada, recebeu posteriormente as seguintes denominações: estrada de São Jerônimo e avenida Governador José Malcher, sendo esta última, mantida até hoje. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. P.80.

⁴⁸² Falla que o Exmº Snr. Dr. José Joaquim da Cunha, presidente desta Província, dirigio a Assembléa legislativa Provincial, na abertura da mesma Assembleia, no dia 15 de agosto de 1853. Pará, Typographia de Santos & Filhos, 1853. Depositado no site <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 fev. 2005.

tinham a função de distribuir água na cidade. Por intermédio deles a água considerada potável adentrava o interior de moradias daqueles que podiam arcar com os custos da mesma.

Nessa fala, contudo, não refere o dirigente algum processo de encanamento de águas potáveis para os moradores da cidade. O silêncio acerca do tema ainda persiste no relatório apresentado por Angelo Custodio Correa, 1º vice presidente da Província por ocasião da posse de Sebastião do Rego Barros na administração da mesma.⁴⁸³

No que se refere ao processo de enquadramento das águas que dificultavam a vida dos moradores da cidade, o texto de Angelo Custódio esclarece que destinou verbas, a partir da quota de 20:000\$000 réis encaminhados pelo Governo Central, para o processo de dessecamento dos pântanos que existiam praticamente ao redor de toda a cidade. Manifesta ainda sua preocupação com a construção da “vala principal”, que deveria receber as águas oriundas das sarjetas a serem construídas nos pântanos.

Mas o tema do encanamento das águas potáveis não caiu no esquecimento das autoridades. Algumas delass deixaram registros expressando suas inquietações, e embora eu não tenha encontrado notícias de queixas e/ou requerimentos dos moradores em geral da cidade de Belém com relação a essa questão, creio na possibilidade de que os dirigentes estivessem motivados também, por descontentamentos expressados em textos esporádicos, escritos por redatores da imprensa, insatisfeitos com a chamada precariedade do fornecimento de água potável.

De qualquer modo em 1858, em relatório do vice-presidente da província Ambrosio Leitão da Cunha, é possível encontrar inúmeros parágrafos dedicados ao que ele chama de “*importante serviço de dotar a esta cidade com melhoramento notável de tanta importância, como é o encanamento de agoa potavel para consumo de sua população*”.⁴⁸⁴

Segundo Leitão da Cunha, a população de Belém necessitava de água para beber, todavia, a água potável existente somava “*pequena quantidade*” em relação aos moradores e que, sobretudo os pobres, enfrentavam grandes dificuldades para adquiri-la.

De acordo com aquele dirigente, a população de Belém somava cerca de 22.000 habitantes, à época da construção do documento. Sobre essa questão, resalto que há registros

⁴⁸³ Relatório feito pelo Exm. Senr. Doutor Ângelo Custodio Correa, 1º Vice Presidente desta Província, por ocasião de dar posse da administração da mesma ao Exm. Senr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros, em o dia 16 de novembro de 1853. Pará. Typographia de Santos & Filhos. 1853. Disponibilizado no site <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 fev. 2005.

⁴⁸⁴ Relatório lido pelo Exm. Senr. Vice Presidente da Provincia Doutor Ambrosio Leitão da Cunha, na abertura da primeira sessão ordinária da (?.) Legislatura da Assembleia Legislativa Estadual no dia 15 de agosto de 1858. Pará, Typographia Commercial de A. J. R. Guimarães. Disponibilizado no site <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 set. 2005.

diversos relacionados à quantificação da população da Cidade do Pará. A Secretaria de Governo da Província registra, por exemplo, o número **aproximado** de 39.075 habitantes no município da Capital entre os anos de 1853 e 1854, sendo 21.665 nas freguesias da Sé, Trindade e Campina e 17.410, nas freguesias de “*Bemfica, Inhangapy, Barcarena, Moju, Acará, Bujarú, São Domingos e Capim*”. (grifo meu)⁴⁸⁵

Penso então que a cifra aproximada de 22.000, referida por Leitão da Cunha, guardasse uma possível relação com as freguesias da Sé, Trindade e Campina, do Município da Capital, no ano de 1858. De qualquer modo, no relatório em questão, ele apresentou à Assembleia Legislativa Provincial os resultados de estudos de engenharia acerca do encanamento da água potável, solicitados por seu antecessor, João da Silva Carrão.

Que em uma linha recta de 2.545 braças entre um ponto escolhido no rio Una e o paul d'ágoa existem os ribeiros da Barraca, do Mucaja, e a fonte da Sabina, que dão em vinte e quatro horas 100 pollegadas d'ágoa, da melhor qualidade possível para beber-se, fornecendo d'ella todos juntos 3.644.5(?.) 0 litros.

Que a essa massa de agoa se póde juntar a da nascente do rio das Almas, com cem pollegadas nas vinte e quatro horas, e que forneceria o total de 3.302.780 litros d'ágoa: a qual pode ser encanada naturalmente até o Paul, e ahi ser elevada por meio de uma machina, afim de poder prestar-se ao consumo, em qualquer ponto da cidade.

Que avaliando em cerca de 22.000 almas que devem consumir agoa n'esta cidade, teremos que aquellas vertentes poderão fornecer a cada pessoa 100 litros diários, o que daria 2.200.000, havendo um excesso de 3.362.780 litros para o crescimento da população, e para as reduções no volume das agoas, provenientes de infiltrações, evaporações, etc.

Que estes cálculos baseão-se em medições feitas no fim do mez passado, e consequentemente no verão, e que por isso deve temer-se uma diminuição tal nas

⁴⁸⁵ IHGB/RJ. Coleção “Manuel Barata”. Os dados números constantes no texto podem ser localizados no “*Mappa Aproximado da População da Provincia do Pará no Anno de 1853 a 1854*”. Secretaria do Governo da Provincia do Pará, sendo secretário do governo, João Silveira de Sousa.

Nazaré Sarges registra que, segundo Baena, em 1833a população de Belém compunha-se de 13.247 habitantes. Em 1848, o conselheiro Jeronymo Francisco Coelho, em relatório de 1/10, declarou que Belém continha 16.092 habitantes, considerando neste caso, as freguesias da Sé, Sant’Anna e Santíssima Trindade.

Bates, por sua vez, registrou que em 1819, Belém possuía em torno de 24.500 habitantes, cifra que foi alterada para 15.000, em 1848, devido aos “distúrbios” causados pela luta social dos anos trinta. Retornando em 1859, Bates afirmou que Belém teria mais ou menos 20.000 habitantes.

Sarges também alerta para os dados dos censos, como o de 1872, no qual constam 61.887 habitantes para Belém, e o Censo Geral do Brasil, de 1890, segundo o qual a cidade possuía 50.064 habitantes. Entretanto, ela adverte, segundo o Barão de Marajó, ao final de 1894 Belém somava 100.000 habitantes. O que aponta para possíveis erros documentais. SARGES. Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000. Pp. 44-5.

Jane Beltrão adverte para os numerosos “eventos” que contribuíram para dizimar os habitantes de Belém. Em 1850, por exemplo, a cidade somaria em torno de “16 mil almas”. Nos anos 40 e 50, com a incidência do cólera, da varíola e da febre amarela, a depopulação foi profunda. BELTRÃO, Jane. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004. Pp. 32-3.

agoas em qualquer estada da estação, que possa alterar sensivelmente os referidos algarismos, de forma a vir faltar agoa para o encanamento que se deseja.

Que o rio Una não foi contemplado, por não dever ser aproveitado, visto como suas agoas, que no verão são límpidas tornão-se turvas no inverno.

Que, finalmente, também se não contemplou a agoa do Paul, que é a que hoje consome a maior parte de nossa população, a qual feito o encanamento pôde entrar como auxiliar em quadra extraordinariamente secca.⁴⁸⁶

Uma vez expostas as conclusões a que haviam chegado os engenheiros encarregados dessa questão, Leitão da Cunha advertiu no relatório em questão que era necessário resolver o problema da carência de fundos para proceder-se ao andamento da obra. Segundo ele se o tesouro público dispusesse de tais recursos, a população de Belém teria o benefício de modo completo, ou seja, além do acesso à água potável encanada, esta seria gratuita. Uma vez que faltava ao poder público tais recursos, seria preciso apelar para alguma empresa que não só se dispusesse a desenvolver a obra, como também a distribuir a preços reduzidos, ou “*módicos*”, segundo registra o relatório.

As bases, para o funcionamento da empresa que assumisse a obra seriam então a concessão de privilégio exclusivo para a venda da água por um período de sessenta anos, a serem contados a partir do quinto ano. Nos referidos sessenta anos, todos os trabalhos deveriam ser concluídos.

Além da concessão do privilégio exclusivo na venda do líquido a empresa também teria

Garantia de juros até 8 por cento sobre o capital de 200.000,000 ou sobre o realmente dispendido, se for menor, por espaço de dez annos, contados do praso concedido para a conclusão da obra, devendo porém abonar-se a companhia aquelle juro semestralmente antes da conclusão das obras, em relação aos capitais chamados desde as datas das entradas, sem obrigação de restituição, qualquer que venhão a ser os dividendos que fizer a companhia.

Concessão dos terrenos necessários para o estabelecimento de depósitos d'água, seu encanamento, edificação de chafarizes, do machinismo e armazéns.

Tornar o thesouro provincial a quinta parte das acções da companhia, sendo preferidos os particulares.⁴⁸⁷

Considero importante reiterar que, mediante o contrato acima mencionado, caberia ao Estado a concessão dos terrenos nos quais seriam edificados os chafarizes e estabelecidas as máquinas necessárias ao processo de elevação das águas a serem expostas no jorro. Ou seja,

⁴⁸⁶ Relatório lido pelo Exm. Senr. Vice Presidente da Provincia Doutor Ambrosio Leitão da Cunha, na abertura da primeira sessão ordinária da (?.?) Legislatura da Assembleia Legislativa Estadual no dia 15 de agosto de 1858. Pará, Typographia Commercial de A. J. R. Guimarães. Disponibilizado no site <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 set. 2005.

⁴⁸⁷ Relatório lido pelo Exm. Senr. Vice Presidente da Provincia Doutor Ambrosio Leitão da Cunha, na abertura da primeira sessão ordinária da (?.?) Legislatura da Assembleia Legislativa Estadual no dia 15 de agosto de 1858. Pará, Typographia Commercial de A. J. R. Guimarães. Disponibilizado no site <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 25 set. 2005.

no processo de canalização em discussão em vários momentos do século XIX a ideia da elevação da água fazia-se também presente. Era preciso erguê-la a certa altura, sob o devido controle, para então devolvê-la aos moradores que procurassem os chafarizes em busca da água.⁴⁸⁸

Em relação ao governo a empresa responsável deveria iniciar seus trabalhos dentro de dois anos da data da assinatura do contrato, após o qual estaria sujeita à multa de 400.000 réis por cada mês que ultrapassasse cinco anos da referida data.

As águas encanadas deveriam ser distribuídas pelos doze chafarizes, situados em lugares diversos da cidade, conforme designação do Presidente da Província. Conforme a necessidade de novos chafarizes fosse constatada pelo poder público, o Presidente da Província poderia mandá-los construir através da companhia. Neste caso ela teria mais cinco anos de privilégio por chafariz.

A empresa deveria disponibilizar a água nos chafarizes para venda diária, desde às quatro horas da madrugada até às nove da noite. O valor cobrado jamais deveria exceder a 20 réis por caneco de doze frascos. O presidente da Província poderia reduzir o valor cobrado pelo caneco quando os dividendos, ao longo de três anos, ultrapassassem 20 por cento. Nesse caso o valor do caneco seria de 20 réis. Entretanto, se os dividendos sofressem redução, embora superiores ainda a 20 por cento, o preço do caneco poderia chegar em 10 réis. Esse seria o valor mínimo por caneco.

No caso de incêndios a hospitais, quartéis e casas públicas de beneficência que usassem a água dos chafarizes, a companhia deveria concorrer com a água de forma gratuita. Considero importante ressaltar que, não raramente, os jornais da Belém do século XIX noticiavam a ocorrência de incêndios, provocados por diferentes motivos e quase sempre marcados pelo desespero dos moradores, inclusive daqueles que buscavam ajudar na extinção do sinistro.

De qualquer modo, esse espírito de solidariedade, sempre enaltecido e estimulado entre as pessoas em geral, deveria revestir também os compromissos estabelecidos em relação à companhia que viesse a assumir o controle do fornecimento de água. A ausência de água nos chafarizes poderia implicar em multa de 100 a 300.000 réis, desde que fosse comprovada a culpa ou negligência da companhia.

⁴⁸⁸ Denise Bernuzzi de Sant'Anna analisa a questão do uso dos chafarizes na São Paulo do século XIX. Diferentemente de Belém do Pará, a cidade de São Paulo no século XIX, continha inúmeros chafarizes. Para chegar até aqueles, a água percorria inúmeros caminhos, a céu aberto, não raramente atravessando propriedades particulares, como quintais, por exemplo. A autora discute as tensões oriundas das disputas pelos usos da água desde seus percursos, até a chegada aos chafarizes. SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das Águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

Ao final do prazo de concessão do privilégio, todas as máquinas, obras e pertences da companhia passariam a ser provinciais e a companhia seria dissolvida.

Considerando os termos do relatório, creio que o mesmo explicita que o processo de canalização da água potável não implicaria num fornecimento direto desse líquido nas residências e/ou demais prédios construídos. Ou seja, nos anos cinquenta em Belém a discussão sobre o referido processo esteve conectada à construção de chafarizes, tal como ocorria em outras cidades do Império.

Para Leitão da Cunha, seriam necessários inicialmente doze chafarizes, espalhados por pontos diversos da cidade. Conforme tenho discutido, o pensamento do dirigente coadunava-se com a lógica de relacionamento com a água tida como potável naqueles tempos do século XIX, ou seja, os habitantes poderiam usufruir de forma bem mais racional das águas se os andarilhos, aqueles aos quais eram atribuídas as responsabilidades da busca desse líquido, pudessem acessar os locais de fornecimento, entendamos aqui os chafarizes, em tempo cada vez menor.

Nesse sentido é importante não esquecer que inúmeros criados (as), escravizados ou não, realizavam serviços dentro e fora das moradias, os quais não raramente, se completavam, tais como as compras de alimentos no mercado, a busca da água em poços ou fontes e as lavagens de roupas nas proximidades dos poços.

No decorrer dos anos sessenta do século XIX o debate em torno do fornecimento da água potável para os moradores teve continuidade. Todavia as falas, relatórios, mensagens dos governantes tiveram outros temas, outras questões, muito diversas e de interesse para os dirigentes no período, tais como, instrução pública, saúde, administração provincial, navegação, todas estas ocupavam um maior número de linhas e, às vezes, de laudas nos textos.

Afirmo seguramente que o processo de canalização da água considerada potável era um assunto presente nos debates, contudo, parecia não avançar do discurso para o encaminhamento de providências com relação à sua efetivação. Então o que percebi foram apresentações de propostas e exposição de ideias acerca da necessidade de realizá-lo em Belém, que os moradores necessitavam, que deveria haver, de algum modo, gratuidade no fornecimento da água, desde que este fosse governamental.

Com relação às propostas de outorgar a empresas o processo de canalização, os debates também prosseguiram. Em relatório de 06 de agosto de 1868, por exemplo, Joaquim Raymundo de Lamare, alertou para o fato de que cada vez mais se acreditava que tal obra precisava ser encaminhada. Refere também que vários poços da cidade já apresentavam

reduzida quantidade de água, o que seria difícil de enfrentar sendo Belém uma cidade de clima “ardente”.

Para ele, os chafarizes seriam importantes para “refrescar” a atmosfera, mais já defendia que a empresa que assumisse o fornecimento da água, se obrigasse a instalar duzentas a trezentas bicas de água na cidade. Além disso, seria importante que o governo mandasse estabelecer bacias de águas nas praças públicas. As águas de bacias e chafarizes deveriam ser distribuídas gratuitamente pelo governo, registrou o dirigente.⁴⁸⁹

Outrossim, o mesmo dirigente advertia que convocou mediante edital, os concorrentes na arrematação da empresa de canalização da água potável para Belém, que recebeu seis propostas, mas que todas implicavam em ônus superior ao permitido em lei.⁴⁹⁰

Os governantes conectavam cada vez mais explicitamente, os discursos em prol do fornecimento da água potável com a necessidade, de expandir o processo civilizacional na cidade de Belém. Logo, uma cidade que se “engrandecia”, não poderia abrir mão de tão importante serviço aos seus habitantes.

Acerca dessa questão, em relatório datado de 16 de maio de 1869, o presidente da província José Bento da Cunha Figueiredo ressaltou o seguinte:

Estou convencido pois de que a lei provincial teve a melhor execução, que lhe era possível procurar, e não estou menos convencido de que dentro de mui poucos annos esta opulenta capital terá conseguido o mais importante melhoramento, direi o primeiro na ordem do que reclama o seu engrandecimento, retardado sem dúvida pelas mas condições hygienicas, em que se acha, e pelo encarecimento espantoso de todos os meios de subsistência.⁴⁹¹

⁴⁸⁹ Relatório da Repartição de Obras Públicas. Anexo 27, que integra o Relatório de 06 de agosto de 1868, com que o Excellentíssimo Senhor Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra Joaquim Raymundo de Lamare passou a administração da Província do Gram-Pará para o Excellentíssimo Senhor Visconde de Arary, 1º Vice-Presidente. Typographia do Diário do Gram-Pará. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 21 set. 2005.

⁴⁹⁰ Relatório de 06 de agosto de 1868, com que o Excellentíssimo Senhor Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra Joaquim Raymundo de Lamare passou a administração da Província do Gram-Pará para o Excellentíssimo Senhor Visconde de Arary, 1º Vice-Presidente. Typographia do Diário do Gram-Pará. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 21 set. 2005.

A lei citada pelo governante é a Lei Provincial 251, de 23 de setembro de 1867, que além de autorizar o governante a contratar o serviço do encanamento da água potável com quem melhor condições oferecesse. Em contrapartida, a Província garantiria durante 32 anos, os juros de oito por cento ao ano, até atingir o capital de oitenta mil libras esterlinas o que corresponderia ao capital de rs 1.010:526\$320, no ano de elaboração e aprovação da lei. Essa lei é explicada no “Relatório com que o Excellentíssimo Senhor Presidente da Província Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo entregou a administração da Província do Gram-Pará ao Excellentíssimo Senhor 2º Vice-Presidente Coronel Miguel Anonio Pinto Guimarães. Em 16 de Maio de 1869. Pará. Typographia do Diario do Gram-Pará. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 21 set. 2005.

⁴⁹¹ Relatório com que o Excellentíssimo Senhor presidente da Província Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo entregou a administração da Província do Gram-Pará ao Excellentíssimo Senhor 2º Vice-Presidente Coronel Miguel Antonio Pinto Guimarães em 16 de maio de 1869. Pará: Typographia do Diario do Gram-Pará, 1869. Disponibilizado no site <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 23 set. 2005.

O discurso de Bento da Cunha baseia-se em estudos de engenharia que ele declara haver solicitado ao engenheiro José Felix Soares. Tais estudos teriam relação tanto com os mananciais, quanto com as técnicas de encanamento.

A despeito do contrato com 33 cláusulas celebrado entre o coronel e empresário Augusto Correa e o governo provincial, parece que os problemas com relação ao abastecimento de água potável em Belém continuavam inquietando os dirigentes provinciais do Gram-Pará. Acerca dessa questão, em relatório de 1870, o quarto vice-presidente da Província, Abel Graça, informou que ainda em agosto daquele ano anunciara através da secretaria do governo, que este aceitava receber propostas para o contrato do abastecimento de água potável para Belém.⁴⁹²

Desta feita, as bases do contrato estabeleciam o privilégio de quarenta anos e prorrogação por mais cinqüenta, à razão de cinco anos por cada chafariz de acordo com o aumento e demandas da população. Findos os noventa anos as obras passariam a pertencer à Província.

A venda da água ocorreria mediante o valor de oitenta réis por hectolitro. A água seria retirada de mananciais localizados fora da capital por intermédio de máquinas hidráulicas ou a vapor à uma altura suficiente para ser encanada por toda a cidade, distribuída em chafarizes e conduzida para os lugares mais elevados da cidade.

Multas também eram previstas no contrato, um conto de réis, por exemplo, para cada dia de interrupção da distribuição das águas e de duzentos mil réis em caso dos chamados serviços parciais.

Novamente, ao que parecem indicar os relatos dos dirigentes, nenhuma proposta efetiva foi concretizada. Então, em 1872, apresentaram-se outras duas propostas, uma de Alexandre F. Wilson e a outra de José Paulino Von Hoonholtz, Manuel Antonio Pimenta Bueno e Francisco Gaudencio da Costa. Ambas, segundo o relatório do presidente da província, em desacordo com a lei nº 632 de 20 de outubro de 1872, em alguns de seus pontos, uma vez que

A lei a que se refere Cunha Figueiredo é a de nº 251, de 23 de setembro de 1867, referida na nota anterior e explicada no “Relatório com que o Excellentíssimo Senhor Presidente da Província Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo entregou a administração da Província do Gram-Pará ao Excellentíssimo Senhor 2º Vice-Presidente Coronel Miguel Anonio Pinto Guimarães. Em 16 de Maio de 1869. Pará. Typographia do Diario do Gram-Pará. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 21 set. 2005.

⁴⁹² Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na Primeira Sessão da 17ª Legislatura pelo quarto Vice-Presidente Dr. Abel Graça. Pará: Typographia do Diario do Gram-Pará, 1870. Disponibilizado em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 23 set. 2005.

(...) a primeira, a de A. Wilson, pede uma subvenção de 25 contos de réis por 30 annos, a segunda pede uma garantia de juro de 8 % sobre um capital calculado em 1.200 contos de réis, juros que deixarão de existir quando a companhia der um dividendo de 12%. A primeira proposta offerece agua gratuita ao povo, o que não acontece á segunda, cuja água é vendida.⁴⁹³

Mesmo em desacordo com a lei em alguns pontos, para o presidente da Província a proposta de A. Wilson seria mais vantajosa, em vários aspectos, uma vez que o proponente comprometia-se a distribuir a água gratuitamente à população de Belém, o que compensaria o preço de nove réis por litro, cobrado aos cofres públicos. Já na segunda proposta eram cobrados oito réis por litro ao tesouro, contudo, Von Hoonholtz, Pimenta Bueno e Gaudencio da Costa propunham vender a oitenta réis o hectolitro aos moradores.

Com relação ao privilégio para o encanamento da água, na proposta de A. Wilson, este teria a duração de trinta anos subvencionados. Já na proposta de Bueno, Costa e Hoonholtz, o dito privilégio teria a duração de quarenta anos, com direito de exigir-se prorrogação por mais cinco anos por cada chafariz que se julgasse necessário, a fim de que a empresa pudesse vender em seu benefício, a água em um número maior de chafarizes.⁴⁹⁴

Ainda no mesmo ano de 1872, é referido um contrato assinado pelo governo provincial com o vice-consul dos Estados Unidos da América Francisco Maria Cordeiro e José de Villa-Flôr, ambos residentes no Rio de Janeiro, para que realizassem o abastecimento d'água potável. Segundo o relatório, o contrato não acarretou ônus para o tesouro provincial, além do privilégio concedido aos contratantes.⁴⁹⁵

No referido contrato consta a obrigatoriedade de instalação de oito chafarizes em lugares a serem decididos de conformidade com a lei 632 de outubro de 1870. Os chafarizes

⁴⁹³ Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 18ª Legislatura em 15 de fevereiro de 1872 pelo Presidente da Província Dr. Abel Graça. Pará: Typographia do Diario do Gram-Pará, 1869. Disponibilizado em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 23 set. 2005.

A lei nº 632, supracitada, concedia a empresa ou companhia que se organizasse para o abastecimento de água, um privilégio por noventa anos, sem subvenção ou garantia de juros.

⁴⁹⁴ De acordo com o engenheiro José Félix Soares, o sacrifício imposto ao povo bem como a duração do privilégio para o encanamento eram os dois principais elementos considerados, para que se processasse a análise das vantagens de cada proposta. Para ele a proposta de A. Wilson não acarretava sacrifícios ao povo de Belém, porque a água seria distribuída gratuitamente. In: Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 18ª Legislatura em 15 de fevereiro de 1872 pelo Presidente da Província Dr. Abel Graça. Pará: Typographia do Diario do Gram-Pará, 1869. Disponibilizado em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 23 set. 2005.

⁴⁹⁵ Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 2ª sessão da 17ª Legislatura em 15 de fevereiro de 1872 pelo Exm. Sr. Barão da Villa da Barra em 5 de novembro de 1872 por ocasião de passar a administração da Provincia ao 2º Vive-Presidente o Exm. Sr. Barão de Santarem. Em anexo ao relatório consta o “Termo de Contracto”. Pará: Typographia do Diario do Gram-Pará, 1869. Disponibilizado em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará>. Acesso em 23 set. 2005.

seriam aparelhados com torneiras de metal amarelo com candelabros, inclusive para o serviço noturno.

A água seria vendida nas casas particulares através do transporte em carroças com pipas a um preço máximo de sessenta réis por pote de vinte litros. Já o preço da água coletada diretamente nos chafarizes, era de até vinte réis por cada barril de vinte e cinco litros, aproximadamente. Ou seja, parecia que o empenho dos dirigentes, bem como dos propositores dos serviços de fornecimento de água, encaminhava-se para o atendimento de determinados moradores, ou segmentos da população de Belém, justamente aqueles que poderiam dispor de recursos para arcar com os custos do fornecimento. Possivelmente eram aqueles moradores que praticamente não despendiam esforços na lida com a coleta da água, posto que recorriam a criados, escravizados ou não, bem como aos aguadeiros.

Quanto à expressiva maioria da população, precisaria dirigir-se diretamente aos pontos de coleta da água, possivelmente aguardar a vez de coletar o líquido em alguns momentos, além de pagar por ele. Ou então, recorrer aos poços, públicos ou particulares, ou fontes, ou igarapés encontrados na cidade.

Os moradores que desejassem dispor de água encanada em seus prédios também deveriam recorrer à empresa. Este serviço implicaria em até três mil réis mensais, por quatrocentos litros diários fornecidos. Além disso, o encanamento e depósitos seriam pagos pelos proprietários interessados.

Não obstante a preocupação estampada pelos dirigentes em seus discursos, há indicativos de que o processo de fornecimento de água potável com intermediação de contratos estabelecidos com o governo provincial não apenas alongou-se no século XIX em Belém, como foi marcado por tensões importantes. Não parecia ser simples estabelecer um avanço no processo de obtenção da água, mesmo de conformidade com nortes civilizadores modestos, uma vez que nos anos setenta do século XIX, era possível encontrar cidades no Brasil com rede de água potável já encaminhada, como foi o caso, por exemplo, de Porto Alegre, cidade na qual este tipo de rede foi iniciado em 1869, Recife, que desde o século XVIII já contava com chafarizes para o fornecimento da água, São Paulo, conforme expus em páginas anteriores.⁴⁹⁶

⁴⁹⁶ Silveira, A.L.L., 1998, *Hidrologia Urbana no Brasil*, in : Braga, B.; Tucci, C.E.M.; Tozzi, M., 1998, *Drenagem Urbana, Gerenciamento, Simulação, Controle*, ABRH Publicações nº 3, Editora da Universidade, Porto Alegre. P.6. Silva, Elmo Rodrigues da. *O curso da água na história: simbologia, moralidade e a gestão de recursos hídricos*. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro; s.n; 1998. Escola Nacional de Saúde Pública. Pp. 48 a 50. ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

Um elemento marcante em todo aquele processo era a continuidade dos serviços dos aguadeiros, ou seja, embora avançasse o século XIX, alguns deles ainda exerciam o ofício, ainda que em meio às tensões com o poder público. O documento a seguir evidencia momentos de descontentamento e reivindicação de aguadeiros e fornecedores de água potável, pelos idos de 1875.

Os abaixo assignados aguadeiros e fornecedores d'agua potável dos habitantes desta capital vem respeitosa e perante [V. Ex^a] recorrer do oneroso lançamento ultimamente feito em suas pipas de conduzir água, pelo (?.) dos Direitos Municipaes. Os [Suppotes], [Exmo][Senr] tem pago constantemente suas licenças ou impostos sem a menor reclamação pois nunca escedo de vinte e cinco mil réis, ate o corrente anno em que forão lançados em trinta e cinco mil réis por carroça de conduzir agoa, ora já é manifesta injustiça equiparar-se e imposto das pippas com o dos carros de conducção , que não tem onos algum enquanto aquellas são obrigados a accodirem aos incêndios a qualquer hora do dia ou noite sem a menor retribuição, antes soffrem seus onos grandes prejuízos pelo atropelo com que é feito esse serviço, pois ficão muitas vezes sem poderem fornecer agoa a seus fregueses, não só por terem de manda-las concertar, como por ficarem os animaes estropiados e muitas vezes inutilizados. Os [Suppes], [Exmo Snr] não se furtão ao pagamento do imposto que tem pago nos annos anteriores, mais o que ora lhes exige é, por certo, exagerado, e por isso recorrer a [V. Ex^a] na esperança de serem attendidos em vista das ponderações que apresentão a [V. ex^a] de quem (...)⁴⁹⁷

Conforme já visto no capítulo anterior, a despeito de ser “*negócio fácil e rendoso*” para vários deles, eram grandes os transtornos enfrentados rotineiramente pelos aguadeiros de Belém, sobretudo ao recorrerem ao Paul d’água para proceder o abastecimento de suas pipas.⁴⁹⁸ Com o decorrer do período dezenoveano, intensificou-se o empenho dos dirigentes em estabelecer contratos para abastecimento da água. Nos anos setenta, foram procedidos exames dos poços do Paul, revelando, segundo registros de Ernesto Cruz, a ausência de higiene do local. Diante disso, o poder público assumiu a limpeza do local, a qual implicou em 15 contos de réis.

Diante do exposto, é possível o poder público tenha optado pela decisão de onerar os custos da licença para os aguadeiros, atitude que por sua vez não só descontentou a esses trabalhadores, como aprofundou as inquietações em torno dos usos da água, afinal fosse através dos aguadeiros, ou do poder público estabelecido na cidade. Os moradores conviviam

⁴⁹⁷ APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Abaixo-assinados. Anos: 1870-75. Abaixo assinado de 24 de março de 1875.

⁴⁹⁸ CRUZ, Ernesto. *A água de Belém – sistemas de abastecimento usados na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1944. Pp. 27. Cruz considerava a venda a água, “*melhor negócio. Fácil e rendoso*”. Não obstante a importância do estudo pioneiro desse historiador, é preciso lembrar que a diversidade marcante entre os habitantes de Belém do Pará, não excluía os aguadeiros. Ou seja, havia desigualdades importantes entre os moradores que se dedicaram à venda de água. Vários não eram proprietários dos carros e pipas que levavam, por exemplo.

com um persistente e crescente processo de comercialização da água, cada vez mais subvertida em mercadoria. E afinal, para inúmeros moradores restavam as alternativas de resistências aos custos considerados exorbitantes e/ou injustos. Nessa perspectiva é possível (re)pensar os esforços dos aguadeiros, como também daqueles que investiam nos poços, como melhores opções para a obtenção da água mais barata.⁴⁹⁹

Mediante os problemas em torno do abastecimento, os poços continuavam a ser importantes para a população, sobretudo os particulares. Vários eram os anúncios de casas para vender e/ou alugar, publicados em jornais do período, que mostravam que o fato de uma moradia dispor de poço, seria uma vantagem importante de ser ressaltada.

Em 1885, o “Diario do Gram-Pará” anunciou durante quatro dias, a venda de uma “puchada” com sala, três quartos, cozinha, poço, localizada na travessa 14 de março entre as estradas de Nazareth e S. Jeronymo. Também anunciou o leilão de três casinhas situadas na travessa dos Jurunas. Em 1886, o mesmo “Diario” anunciou a venda de uma “rocinha” localizada na estrada de São João, a qual continha casa com acomodações para reduzida família, poço e árvores frutíferas.

No mesmo ano de 1886, publicou o anúncio de venda de outra “rocinha”, situada na travessa da Glória e que continha jardim, gradeamento de ferro na frente, sala espaçosa, quatro quartos, cozinha, dispensa, banheiro, poço de água potável, bem como outras benfeitorias. Ou seja, para os anunciantes, mesmo nos anos oitenta do século XIX, o poço na moradia era uma benfeitoria, um investimento com vistas à obtenção de uma água, senão gratuita, pelo menos com um valor de troca mais em conta, numa cidade em que o fornecimento de água já estava submetido a contrato.

Nesse sentido, o poço poderia ser comparado em importância, às plantações de árvores frutíferas, colocação de grades de ferro, feitura e conservação de jardins, colocação de assoalhos entre outras. Possivelmente, no decorrer daquele século, mesmo às vésperas do advento do século XX e com o abastecimento de água já contratado, o poço significaria segurança e tranquilidade na obtenção da água para o consumo de inúmeros moradores de Belém.⁵⁰⁰

⁴⁹⁹ CRUZ, Ernesto. *A água de Belém – sistemas de abastecimento usados na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1944. Pp. 27 e 36. Ver também Silva, Elmo Rodrigues da. *O curso da água na história: simbologia, moralidade e a gestão de recursos hídricos*. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro; s.n; 1998. Escola Nacional de Saúde Pública.

⁵⁰⁰Fundação Cultural “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Diario do Gram-Para”, anno 34, nº 249, de 03/11/1885. P.3 (“Annuncios – uma puchada...”). Idem, nº 280, de 11/12/1885 – P.3 (“leilões - de três cazinhas...”). Idem, ano XXXV, nº 33, de 12/02/1886-P. 01 (“Annuncios – Rocinha e Rocinha a travessa da Gloria”).

4.2. Dimensão social dos objetos da água

Minhas reflexões iniciais, quando da escolha do tema estudado neste trabalho, levavam-me a acreditar que ao longo do século XIX, mudanças expressivas teriam deixado marcas profundas nas relações construídas entre os moradores de Belém e as águas contidas na cidade e arredores. Nessa perspectiva refleti, a princípio, na possibilidade de que, mediante a preocupação preponderante em várias sociedades ocidentais, com o progresso civilizacional, os moradores da Belém do Pará ao longo do século XIX, houvessem absorvido de modos diversos, porém explícitos, ideais civilizadores com relação aos usos da água de tal maneira que, em suas formas de lidar com ela, os ditos ideais estariam irremediavelmente refletidos, assim como estariam refletidas também as mudanças nas formas de relacionamento com a água.

Não obstante minha forte convicção em tais possibilidades, a pesquisa revelou uma tendência nitidamente conservadora em relação aos usos da água em Belém, bem como aos modos de usos da mesma pelos moradores da cidade. Um exemplo que posso antecipar é, por exemplo, o uso de objetos mais refinados de intermediação com a água, como lavatórios em bancadas, banheiras e filtros, torneiras e bombas, os quais raramente aparecem nos inventários e testamentos da maior parte do século XIX e emergem lentamente, em anúncios de jornais da segunda metade do século.

Em outras palavras, moradores de Belém demonstraram de várias maneiras, preocupações com a coleta da água, e de conformidade com seus recursos, cuidaram de providenciá-la, bem como de acondicioná-la em suas moradias mediante padrões considerados condizentes, ou satisfatórios no contexto em questão. Daí o interesse na aquisição de objetos “*apropriados*” para a recepção do líquido. Nesse ponto, alguns manifestaram seu interesse pela aquisição de objetos valiosos, exuberantes, confeccionados em prata e/ou cobre. Ou seja, uma busca de distinção via objetos da água, que se intensificou, à medida que a cidade sofria as consequências da expansão gumífera e uma definição cada vez mais nítida de camadas sociais elitizadas, incorporadoras de padrões burgueses cada vez

A estrada de Nazareth, hoje é denominada avenida Nazaré. A estrada de São João, antes estrada da Olaria, atualmente é denominada avenida Senador Lemos. A travessa da Glória hoje em dia é denominada travessa Rui Barbosa. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém: CEJUP, 1992. P.63 e 80. A travessa dos Jurunas, posteriormente foi denominada avenida Roberto Camelier.

mais consolidados no século XIX, a saber: a valorização da casa e da família, do sentido de privacidade e individualidade, do sucesso via enriquecimento e reconhecimento.⁵⁰¹

Para muitos outros moradores, que eram obrigados a empreender caminhadas em busca da água, e estando essa nem sempre tão próxima, a tarefa poderia significar sacrifícios, aborrecimentos, inquietações, afinal, seria possível estar nas ruas preservando sempre o sentimento de serenidade? Entretanto, andar nas ruas também poderia significar satisfação, alegria por oportunidades e/ou informações recebidas, ganhos extras por atividades realizadas, enfim, as ruas, largos e praças de Belém, foram também lugares de reciprocidades.

Aqueles que iam às ruas em busca da água, nos poços públicos, por exemplo, eram geralmente criados, trabalhadores escravizados, livres, ou libertos. Homens e mulheres que percorriam os caminhos externos às moradas - ruas, becos, largos de Belém do Pará deparando-se com antigos conhecidos e recém-chegados. A água que transportavam adentraria as moradias e seria então domesticada, nos objetos de uso interno das casas.⁵⁰²

Mas aqueles que se deslocavam com a água, também podiam percorrer os espaços diversos das moradias. Afinal, também na capital do Grão-Pará os padrões valorativos da família e da casa ganhavam consistência e mediante a edificação crescente de necessidades, , fosse preciso percorrer corredores, ou pátios e copiares, ou talvez passar correndo pelo quintal e adentrar a moradia pela porta dos fundos simplesmente para deitar, sobre o chão da cozinha, o pote d'água.

Espaços de circulação nas moradias – copiares, corredores, pátios, quintais, poderiam conectar mundos que eram ao mesmo tempo, de moradia, trabalho, descanso e lazer, borrando fronteiras entre o público e o privado, elementos dinâmicos e historicamente passíveis de redefinição, considerando as diversidades que marcavam as vidas dos moradores de Belém. Ao mesmo tempo, no interior das moradias, eles separavam cômodos parecendo atender a demandas de individualismo.⁵⁰³

⁵⁰¹ LIMA, Tânia Andrade de. *Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX*. Já referido.

⁵⁰² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984. A autora discute a interlocução entre os sujeitos históricos que, na São Paulo do século XIX, circulavam pelas ruas da cidade tratando da sobrevivência e construindo estratégias possibilitadoras do sustento próprio e da família.

⁵⁰³ Ver MATOS, Maria Izilda Santos de. *A cidade, a noite e o cronista: São Paulo e Adoniran Barbosa*. Bauru, SP: EDUSC, 2007. A autora ressalta que “os conceitos, os sentidos e as práticas do público e do privado, seja quanto a espaço, ação ou propriedade, não são universais nem estáveis. O processo de construção e de segmentação do público/privado carrega na sua trajetória inter-relações desenvolvidas através de um discurso legitimador que vem atrelado desde a origem ao ocultamento de toda uma tensão e indefinição entre esses aspectos”. Pp. 27-9. Da mesma autora, ver *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. Pp. 37-40. E ainda LIMA, Tânia Andrade de. *Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX*. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. Nova série, v. 3, 1995.

Tendo por base as considerações que esbocei, pretendo discutir então, as continuidades e/ou permanências que marcaram as relações estabelecidas entre habitantes de diferenciadas condições sociais e os usos da água na capital do Grão Pará.

4.2.1. Objetos da água à mesa

Entre os objetos que enquadrei como de uso de mesa, reuni alguns que penso poder considerar de uso indireto da água como chocolateiras, chaleiras, sopeiras, pratos fundos, xícaras e respectivas colheres. Ou seja, não eram objetos para acondicionamento da água potável propriamente dita, mas eram preenchidos com alimentos nos quais o uso desse tipo de água era recorrente. Por outro lado, reuni também aqueles que, a partir da observação das fontes pesquisadas, considero como *objetos literais da água*, a saber: os copos, garrafas e garrafões, potes, bilhas e também os púcaros.

Bem, intermediada por todos esses objetos, a água considerada potável freqüentava as moradias, acompanhando as refeições dos moradores da cidade de Belém e/ou saciando-lhes a sede em momentos alheios aos repastos.

A documentação que coletei indica a recorrência dos moradores de Belém aos objetos de uso específico da água durante todas as décadas do século XIX, como também a primeira do século XX. Não obstante a afirmação que acabo de fazer, em cinco inventários *post mortem*, um testamento e um termo de depósito, esta recorrência se faz presente de modo muito reduzido, ou seja, bilhas e potes são bem pouco referidos, e quantidades mais expressivas desses objetos aparecem geralmente quando os inventariados eram negociantes, como José Antonio Nunes e Caetano Publio da Cunha Braga. Registrei alguns desses dados no quadro a seguir:

Quadro 6 – Potes e bilhas de moradores de Belém – 1810/1905

NOME	ANO DA FONTE	FONTE	POTES	BILHAS	MONTANTE
Manoel Joaquim de Faria Maciel	1810	inventário	01		7:904\$800
José Antonio Nunes	1826	inventário	624		7:833\$660*

(Continua...)

(cont...) Quadro 6 – Potes e bilhas de moradores de Belém – 1810/1905

Joaquim Maria Franco	1838	inventário	03		677\$680
Rodolfo Caetano da Fonseca Galvão	1858	termo de depósito	01	01	
Veríssima Maria do Couto	1875	inventário	01		194:240\$000
Caetano Públio da Cunha Braga	1876	inventário	175		11:938\$283
Maria de Nazaré Paes Ferreira	1905	testamento	06		63:915\$350

Fonte: APEP – termo de depósito e CMA/UFPA – testamentos e inventários post mortem. (elaboração minha)

Esclareço que as informações que presto, no quadro anteriormente exposto, advêm de uma coleta de 240 autos cíveis (de inventários e prestação de constas de testamentária), 01 termo de depósito e 01 ofício de polícia. O fato de predominar nestas fontes pesquisadas o silêncio acerca desses dois objetos levou-me a pensar possibilidades de explicação para o acondicionamento da água potável no interior dos domicílios.⁵⁰⁴

Primeiramente, arrisquei-me ao exercício mental de imaginar que tais objetos fossem desconhecidos da grande maioria dos sujeitos que localizei em minha pesquisa. Nesse sentido valeram ensaios reflexivos, considerados talvez absurdos por você leitor, do tipo: bilhas eram objetos raros na capital do Pará, mesmo aquelas confeccionadas em cerâmica. Os potes possivelmente eram menos raros, daí serem quantitativamente mais encontrados nos autos.

Uma outra possibilidade que avaliei, e sobre a qual o leitor esteja talvez lembrado, foi o fato de que, por opção dos inventariantes que “davam a descrever” os bens dos inventariados nos inventários *post mortem*, ou mesmo de cada testador, nos respectivos testamentos, ou ainda de cada testamenteiro chamado à obrigação da prestação de contas, objetos como potes e bilhas, confeccionados geralmente em cerâmica, não mereciam gastos

⁵⁰⁴ CMA/UFPA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA/PA. Autos Cíveis de Inventário dos bens do finado Manoel Joaquim de Faria Maciel. Datado de 19/11/1810. Autos Cíveis de Inventário dos bens do finado José Antonio Nunes. Datado de 05/05/1823. Nem todos os bens descritos neste inventário apresentam avaliação. Procedi à somação daqueles que a continham e obtive um valor parcial que registrei aqui. Autos Cíveis de Inventário dos bens do finado Joaquim Maria Franco. Datado de 17/12/1838. Autos Cíveis de Inventário e Partilhas em que é inventariada Veríssima Maria do Couto e inventariante Antonio Rodrigues de Lima. Datado de 1875. Autos cíveis de Inventários em que é inventariado Caetano Publio da Cunha Braga e inventariante Filipe José de Lima. Datado de 01/02/1876. Autos de testamento nuncupativo para redução a publica forma em que são testadora Dona Maria de Nazareth Paes Ferreira e requerente: João Maria de Lima Rodrigues. Datado de 29/09/1905.

APEP. Fundo: Secretaria de Polícia da Província. Série: Ofícios-1858. Termo de Depósito dos objetos encontrados na casa onde faleceu Rodolpho Caetano da Fonseca Galvão. No referido “Termo” não consta a avaliação dos objetos relacionados.

com tinta e papel, e sobretudo taxas, para serem mencionados, posto que eram facilmente perecíveis e de baixo custo financeiro, daí a omissão dos mesmos na documentação. A bilha de Rodolfo Caetano, por exemplo, que referi acima, não se encontra avaliada no respectivo termo de depósito.

Admito que esta segunda explicação me parece ser a mais passível de aceitação, uma vez que à exceção de dois autos cíveis, que referem objetos quebrados, garrações especificamente, “sem valor” atribuído pelos avaliadores, dentre os 238 restantes, os registros constantes envolvem bens de raiz, a saber prédios, casas e terrenos, bem como as heranças e esmolas em dinheiro, dívidas e créditos. Estes são os elementos prioritariamente constantes na documentação pesquisada. Ou seja, os objetos referidos e nesse caso, os objetos da água, são aqueles confeccionados em metal tais como: prata, cobre, estanho e zinco. Ou ainda em louça ou em vidro. As colheres de prata, por exemplo, para sopa ou para chá, são referidas em inventários de diferentes anos no decorrer do século XIX.

Isso, todavia, não era o que ocorria com as bilhas. Entretanto, observei que a tal omissão não se repetia em anúncios de jornais. Publicadas em periódicos situados entre os anos de 1853 e 1885, notícias de diferentes teores apontam para o uso de bilhas na capital do Pará. Além de serem produzidas na própria cidade de Belém, havia também a entrada desse objeto produzido no Maranhão. O jornal “Treze de Maio”, de 19 de novembro de 1853, conforme referi em algumas páginas atrás, registra no “movimento do porto”, que o patacho brasileiro “Quatro Amigos” transportava em sua carga a ser desembarcada em Belém, um cesto de bilhas. Contudo, não constam informações acerca da quantidade específica de bilhas, e tampouco o valor atribuído ao dito cesto.⁵⁰⁵

Houve anúncios em que o uso da bilha para acondicionamento da água esteve associado ao frescor deste líquido. É o caso do anúncio publicado por Antonio Augusto de Siqueira Pinto, também referido por mim anteriormente, proprietário de uma taverna no largo de Santo Antonio, o qual afirma ter para vender “*um lindo sortimento de bilhas para a agoa estar sempre fresca*”. Antonio Augusto também não informa valores de custo para as bilhas.⁵⁰⁶

O termo “sortimento” indica variedade de tamanhos e formas das bilhas em oferta, sendo que todas indistintamente teriam a qualidade de garantir o esperado frescor da água. Em outro anúncio que publicou, o mesmo Antonio Siqueira adverte aos fregueses para o fato de

⁵⁰⁵ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Treze de Maio”, 14º anno, nº 255, de 9/11/1853. P. 04.

⁵⁰⁶ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “A Epocha”, anno II, nº 198, de 05/09/1859. P.03.

que dispunha de “*bilhas de barro amarello para conservar água sempre fresca*”, sobre as quais novamente não informa o valor.⁵⁰⁷

Por intermédio dos anúncios jornalísticos creio que seja possível acreditar numa recorrência regular ao uso das bilhas como objeto importante no sentido de conservar a água de beber em temperatura agradável ou refrescante ao paladar. Em 1860, por exemplo, o comerciante Antonio Pereira de Macedo, com estabelecimento localizado no Largo da Misericórdia, anunciou que dispunha de bilhas para venda aos seus fregueses, entre outros objetos de uso da água tais como bacias, copos, garrafões, colher.⁵⁰⁸

Bilhas também foram expostas à venda na olaria de Penacova, com a ressalva de que se tratava de objetos muito bem “fabricados” e de baixo custo, embora não esclareça o valor em moeda circulante.⁵⁰⁹

Nesse sentido a despeito da omissão predominante em fontes como inventários *post mortem*, testamentos, prestação de contas de testamentária e arrolamentos, nos anúncios de jornais os indícios quanto ao uso das bilhas são mais significativos.

Em relação às bilhas, os potes foram bem mais referidos na documentação. Todavia, cabem aqui alguns esclarecimentos, os 624 potes, constantes no inventário de José Antonio Nunes, foram adquiridos em nome dele ao longo de quatro anos (1815 a 1819). Dos 624 potes, 49 foram encaminhados para uma certa Sr^a Gama, no ano de 1819.⁵¹⁰

José Antonio era também proprietário de terrenos, quartos de casa e casas propriamente ditas. É provável que fosse considerado um homem afortunado entre tantos desprovidos de recursos. Porém, ele havia contraído dívidas que certamente comprometeram seus bens. O montante do que possuía foi avaliado em 7 contos, 833 mil e 660 réis. As informações contidas em seu inventário apontam para os débitos que contraiu com outro José Antonio, de sobrenome Pereira Guimarães, comerciante, testamenteiro e inventariante de José Antonio Nunes.

Através das informações prestadas por José Antonio Pereira, pude apreender alguns valores relativos aos potes comprados por José Antonio Nunes.

⁵⁰⁷ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “A Epocha”, anno II, nº 58, de 14/03/1859. P.04.

⁵⁰⁸ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Diário do Gram-Pará”, anno VII, nº 14, 16/01/1860. P.04.

⁵⁰⁹ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Diário do Gram-Pará”, anno VII, nº 68, de 26/3/1860. P.4.

⁵¹⁰ CMA/UFGA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA. Autos Cíveis de Inventário dos bens do finado José Antonio Nunes. Datado de 05/05/1823.

Tabela 1 - Quantidade de potes, com respectivos valores, comprados por José Antonio Nunes

DATA	Nº DE POTES	VALOR TOTAL
18/08/1815	37	3\$700
26/05/1816	58	5\$800
23/06/1816	40	4\$000
23/08/1816	200	20\$000
20/12/1816	50	5\$000
18/06/1817	100	10\$000
18/10/1817	100	10\$000
20/10/1819	49	5\$8000

Fonte: inventário de José Antonio Nunes

Nesta negociação o valor unitário predominante dos potes foi de 100 mil réis. Referente quantia era considerada, muito possivelmente, modesta para os moradores de Belém daqueles tempos, ou seja, acessível para muitos dos habitantes necessitados de dispor de potes e bilhas para acondicionar água em suas moradias. O mesmo valor de 100 mil réis, foi atribuído aos “3 potes para água”, expostos à venda no botequim de Joaquim Maria Franco, comerciante português residente em Belém, falecido em 13 de dezembro de 1838.⁵¹¹

Para melhor mensurar, em 1810, no inventário *post mortem* de Manoel Joaquim de Faria Maciel, consta um “pote de cobre velho e amassado”, cujo valor atribuído pelos avaliadores é de 800 réis, ou seja, sete vezes mais do que os potes de barro de José Antonio Nunes, confeccionados nos anos vinte do século XIX, e do português Joaquim Maria Franco,

⁵¹¹ CMA/UFPA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA/PA. Autos Cíveis de Inventário dos bens do finado Joaquim Maria Franco. Datado de 17/12/1838. No inventário de Joaquim não constam entre os bens, casa ou prédio de moradia. Possivelmente, Joaquim residia em cômodo contíguo ao botequim, situado à travessa do Pelourinho e do qual tirava seu sustento, ou então alugava um local para residir. A travessa do Pelourinho foi depois denominada travessa 7 de Setembro. In CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. P. 63.

expostos à venda em 1838. Ou seja, é provável que a matéria prima – o cobre - e talvez o tamanho do objeto em si, tenham concorrido para tal discrepância.

Nos anos setenta foi possível a Caetano Publio da Silva Braga, adquirir 175 potes, os quais foram avaliados em seu inventário *post mortem*, a 60 réis cada um. Mas Caetano era provavelmente, um negociante, e os potes deveriam constituir-se em objetos a serem comercializados por ele. O montante dos bens de Caetano resultou em quantia próxima a 12 contos de réis, parte da qual adviria de seus 175 potes, mas ele também era possuidor de 4 casas na estrada de São Jerônimo, sendo que uma delas, no valor de 1 conto e 500 mil réis, foi considerado muito arruinada pelos avaliadores. As demais foram avaliadas em 4 contos de réis, 4 contos e 500 mil réis e 8 contos de réis. Em nenhuma das descrições apresentadas consta a existência de poço, fonte de água ou tanque. Também não continham banheiro.⁵¹²

Considerando a maioria dos moradores da cidade, Caetano poderia ser considerado um homem de razoável fortuna, membro de uma certa elite da cidade, um homem possuidor de algum recurso, que poderia permitir-se o desenvolvimento de negócios, como o faria provavelmente com os potes, e mesmo com aluguéis. Suas casas, entretanto, eram como muitas outras construídas em Belém: desprovidas de água.

Já os potes de Maria de Nazaré Paes Ferreira, cuja relação de bens remonta a 1905, foram avaliados em meio a uma série volumosa de outros objetos, inclusive móveis e joias de uso pessoal da testadora, tudo em “*mao estado*” e totalizando 550 mil réis, impossibilitando-me estabelecer comparações com os valores atribuídos a este tipo de objeto da água em outros momentos. De qualquer modo, é bem provável que o valor dos potes, declaradamente “*de barro*”, fosse modesto para os parâmetros da época.⁵¹³

Maria de Nazaré Paes Ferreira somava 75 anos de idade ao falecer, era proprietária e teve seus bens avaliados em um total de 63 contos, 915 mil e 350 réis. Um valor considerável, se comparado ao de Caetano. Na verdade dos três “prédios assobradados” dos quais ela era proprietária, dois foram avaliados em 20 contos de réis e um em 10 contos de réis. Todavia nenhum deles continha banheiro e/ou latrina.

Devido à forte querela em torno da herança por ela deixada, os autos de seu testamento, apresentam inúmeros detalhes acerca dos bens por ela possuídos. Era possuidora de 4 prédios, além da casa em que residia. Em dois deles havia sentina e em apenas um, também havia banheiro. Em 1905, era cada vez mais possível encontrar-se casa e/ou prédios,

⁵¹² A estrada de São Jerônimo foi depois denominada Avenida Governador José Malcher. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. P. 80.

⁵¹³ Neste caso optei por usar a expressão “relação de bens” por tratar-se de um testamento nuncupativo, conforme já referi. Além disso, o documento encontra-se fragmentado, desprovido de suas folhas iniciais.

com latrinas e banheiros em Belém. Geralmente, tanto um quanto o outro ficavam na parte externa à casa, no quintal por exemplo. Assim ocorrera em uma das casas de Maria de Nazaré, avaliada em 750 mil réis e em “má estado”, segundo os avaliadores. Aliás, os avaliadores também concluíram que os demais bens de Nazaré, também estavam em mau estado: colheres de prata, conchas para sopa, taxa de cobre e 6 potes de barro, um filtro de barro, uma tina de acapu.

Além de potes e bilhas, outros objetos de uso da água à mesa frequentaram as moradas de Belém ao longo do século XIX tais como: copos, garrafas, sopeiras e pratos fundos, colheres, chaleiras, chocolateiras. Logo, bilhas e potes não foram os únicos objetos da água possíveis de serem encontrados naquelas moradas. Os interiores de vários domicílios poderiam conter diversos e diferentes objetos relacionados aos usos da água à mesa.

Dispostos em diferentes e diversos compartimentos das casas, estes e outros objetos entravam em contato com as águas que adentravam as moradas. Desse modo, serviam para recebê-la, ou guardá-la ou ainda disponibilizá-la aos usos dos moradores.

Alguns daqueles objetos não foram reservados especificamente aos usos da água, mas também de outros líquidos como as licoreiras e respectivos copos para licor e ainda os copos para vinho.⁵¹⁴

Ao falecer em Belém, na primeira década do século XIX, Jozé Lopes da Fonseca deixou como inventariante sua mulher, Dona Francisca. Na descrição e avaliação dos bens do casal, destaquei os que se seguem com a avaliação atribuída à época:⁵¹⁵

Tabela 2 - Objetos adquiridos pelo morador José Antonio Nunes e valores dos mesmos

OBJETOS	VALOR ATRIBUIDO NA AVALIAÇÃO
1 bandeja de prata	600 réis
6 colheres lizas de prata	7 mil 850 réis

(Continua...)

⁵¹⁴ O termo “traste” é encontrado em autos cíveis de inventários e, sobretudo, de testamentos em Belém, como em outras cidades do Brasil, ao longo do século XIX. O uso do mesmo era recorrente como sinônimo de objetos de uso pessoal ou da casa de moradia.

⁵¹⁵ CMA/UFPA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA. Cartório Odom Gomes. Inventario a que se procedeo por fallecimento de Jozé Lopes da Fonseca. Datado de 07/07/1810.

(cont....) Tabela 2 - Objetos adquiridos pelo morador José Antonio Nunes e valores dos mesmos

1 bacia d'arame	2 mil e 100 réis
1 taxo de cobre grande	21 mil réis
6 colheres de prata	9 mil réis
5 colheres lisas de prata c/pouco uso	5 mil e 280 réis

Fonte: CMA/UFPA – Inventario post mortem de Jozé Lopes da Fonseca. (elaboração minha)

Com o falecimento de Manoel Pinto Marques, também em Belém, provavelmente nos anos oitenta do século XIX, o irmão deste, Raymundo Dinis Pinto Marques, procedeu o inventário dos bens do falecido. Dentre os objetos relacionados na descrição e avaliação de bens, destaquei os seguintes com respectivos valores:⁵¹⁶

Tabela 3 - Objetos adquiridos pelo morador Manoel Pinto Marques e valores dos mesmos

OBJETOS	VALOR ATRIBUÍDO NA AVALIAÇÃO
6 calix para vinho	2 mil réis
46 pratos	8 mil réis
16 pares de xícaras	3 mil réis
8 colheres de prata	4 mil réis
11 colheres para chá	3 mil réis
2 duzias de colheres p/ sopa	6 mil réis
1 tacho de cobre	12 mil réis
16 copos para água	6 mil réis

Fonte: CMA/UFPA – Inventario post mortem de Manoel Pinto Marques. (elaboração minha)

⁵¹⁶ CMA/UFPA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA. Autos Cíveis de Inventários de Manoel Pinto Marques. Juízo de Orphãos. Datado de 22/10/1890.

Jozé Lopes da Fonseca faleceu em novembro de 1808 e Manoel Pinto Marques, em fevereiro de 1890. No interregno entre as duas mortes e respectivos inventários, é possível perceber a continuidade no uso, como também na importância de inventariar-se objetos confeccionados em cobre, arame e prata.

Todavia houve uma redução nos valores em mil réis atribuídos a objetos como: colheres de prata, que em número de seis unidades, na primeira década do século XIX foram avaliadas em 9 mil réis. Já as oito colheres de prata, registradas no inventário da última década do mesmo século, foram avaliadas em 4 mil réis. Ou seja, objetos em prata continuavam a merecer, para inúmeros moradores, destaque entre seus pertences, embora com valores tão distintos. É possível mesmo que tal distinção ocorresse em função de uma maior popularização ou do uso desses objetos à mesa, ou da recorrência ao uso da prata.

Ressalto, contudo, que nem sempre tais objetos estavam relacionados ao uso direto da água potável. Colheres, por exemplo, algumas vezes de prata, poderiam servir na condução de sopas, chás, cafés, chocolates, fazendo-se acompanhar, portanto, das xícaras com respectivos pires, como também dos pratos.⁵¹⁷

Maria Victoria dos Santos, por exemplo, falecida em Belém em fevereiro de 1848, possuía três *chocolateiras de cobre*, sendo duas pequenas e em bom estado e avaliadas em 2 mil réis, enquanto a terceira considerada “velha” pelos avaliadores, teve o valor atribuído de 320 réis. E Antonio Jozé Machado, falecido em abril de 1851, possuía uma *cafeteira grande*, avaliada em 1 mil réis, além de um bule de louça dourada, avaliado conjuntamente a uma *mantegueira* e um *assucareiro*, em 688 mil e 500 réis.⁵¹⁸

Conforme discutimos anteriormente, cafeteiras e chocolateiras recepcionavam possivelmente, as águas adicionadas ao café, ao chocolate e aos chás. É interessante considerar, entretanto, que nem todos os moradores eram possuidores de tais objetos, o que poderia implicar em adaptações de outros tipos de vasilhas para a feitura dessas bebidas.

Os pratos por sua vez eram importantes receptáculos para as sopas e demais alimentos à base de molhos e caldos. Para que tais alimentos estivessem acessíveis às pessoas nos momentos das refeições, era necessária a intermediação dos pratos, os quais não raramente,

⁵¹⁷ Sobre os usos de pratos e pires considerei importante a leitura dos trabalhos de LIMA, Tânia Andrade. *Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no rio de Janeiro, século XIX*. Já referido. Além desse, também é interessante, *Chá e simpatia: Uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista*. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. Nova série, v. 5, 1997.

⁵¹⁸ CMA/UFPA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA. Juízo de Orfãos da Capital do Pará.. Traslado dos Autos de Inventário dos Bens do casal de Francisco José da Costa, por falecimento de sua mulher donna Maria Victoria dos Santos, os quaes por appellação sobem do Superior Tribunal da Rellação da Cidade de São Luis do Maranhão. Datado de 16/02/1848. E Authos Cíveis de Inventario e Partilhas Amigáveis que entre si fizeram a viúva e herdeiros do finado Antonio Jozé Machado. Datado de 22/04/1851.

em caso de alimentos assim confeccionados, deveriam apresentar um formato mais específico, ou seja, uma maior concavidade. Eram os “*pratos fundos*”, alguns dos quais em formato similar ao que é exposto através da imagem a seguir



Figura 39 - Prato fundo com borda recortada, séc. XIX⁵¹⁹

Ao ser aberto em 1837, o inventário de Maria Victoria do Nascimento apresentava uma relação com os seguintes objetos referentes aos usos da água *potável*: “*dois copos para agoa (100 réis os dois); 7 tijelas e pires ordinários (280 réis no total) e uma dúzia de pratos fundos usados, no total de 240 réis*”. E no inventário de João de Castro Freitas, aberto em 1881 constam os seguintes objetos de “*mobília*” : “*uma sopeira, meia dúzia de cálices, meia dúzia de copos para agoa, um lavatório, um banco comprido para potes e bilhas*”, sendo o valor total de tais objetos (incluindo também uma *taboa de engomar*) igual a 50 mil réis.⁵²⁰

Em diferentes períodos, alguns moradores tiveram acesso a um número aparentemente expressivo desses “trastes”, levando-se em conta as longas listas constantes nos inventários. Mas houve também, aqueles que municiaram modestamente suas moradas, inclusive com os ditos objetos “da água”, se o leitor estiver atento há de lembrar-se do caso do *desafortunado* maranhense Domingos, que na simplicidade de seus aposentos, reunia parques bens, dentre os quais destaquei a bilha.

⁵¹⁹ MUSEU PAULISTA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Acervo do Serviço de Objetos.

⁵²⁰ CMA/UFPA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA. Auttos cíveis de Inventários dos bens da falecida Donna Maria Victoria do Nascimento. Caixa de Inventários de 1835-7. E Auttos cíveis de Inventários dos bens de João de Castro Feitas. 1880-1.

Já Donna Verissima Maria do Couto, falecida nos anos setenta do século XIX, dispunha de um *banco de madeira usado para potes*, avaliado em 1 200 réis, um *pote e pucaro*, avaliados em 500 réis. Todavia dispunha também de *duas colheres de prata* avaliadas em 7 200 réis, uma *bacia de arame*, sob o valor de 8 mil réis e um *taxo de cobre*, cujo valor atribuídos foi de 6 mil réis. Sendo assim, o adentrar da água nos domicílios, bem como a permanência da mesma nos interiores dos mesmos estariam submetidos a determinadas regras de utilização dos objetos da água.

No inventário de D. Verissima não há esclarecimentos quanto à matéria prima com a qual foi confeccionado o pote. Segundo informações constantes no mesmo inventário o pote e respectivo púcaro foram vendidos por 1 500 réis. Os púcaros eram geralmente metálicos, alguns com bordas denteadas, com a finalidade de evitar que fossem levados diretamente à boca por quem fizesse uso dos mesmos, pois com eles retirava-se a água dos potes.

As imagens a seguir, guardando as devidas especificidades, tornam possível um melhor entendimento acerca de formatos e matéria prima usados na confecção de púcaros.⁵²¹ As duas primeiras imagens representam objetos do acervo do Serviço de Objetos do MP/USP. A terceira imagem foi extraída da obra “O Aguadeiro”, de Mario Ypiranga Monteiro, o qual registrou que tratava-se de um “*tipo rústico de cantareira*”, na qual encaixavam-se o pote, ou talha, e os copos de vidro. Ao lado desses objetos, o púcaro, cujos dentes e orifícios visavam impedir o contato direto.⁵²²

A respeito disso, reporto-me aqui ao português Gregório Ferreira da Costa, morador na cidade de Belém, casado com Donna Anna Maria de Moraes e falecido nos anos cinquenta dos oitocentos. Juntos eram possuidores de cinco salvas de prata de diversos tamanhos e feitios, assim como doze pratinhos de prata para servirem a copinhos. Ou seja, possivelmente o casal Gregório e Anna Maria considerava importante dispor em sua morada de objetos considerados refinados para o período em questão. Ou então, talvez não levassem em consideração tal importância, mas sim a oportunidade de ostentar o poder da posse, perante àqueles que usufruíam de seus contatos e/ou convívio. Ou seja, dispor de objetos de uso doméstico em prata poderiam significar distinção, requinte, elegância, perante os outros.

⁵²¹ O púcaro é um tipo de vasilhame com asa ou cabo, usado para extrair líquidos de outros recipientes. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. RJ: Editora Nova Fronteira, 1986.
CMA/UFPA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA. Autos Cíveis de Inventário e Partilhas em que é inventariada Verissima Maria do Couto e inventariante Antonio Rodrigues de Lima. Datado de 1875.

⁵²² MONTEIRO, Mario Ypiranga. *O aguadeiro: subsídios para a história social do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas. 1977. Segundo os editores, a primeira edição data de 1947.

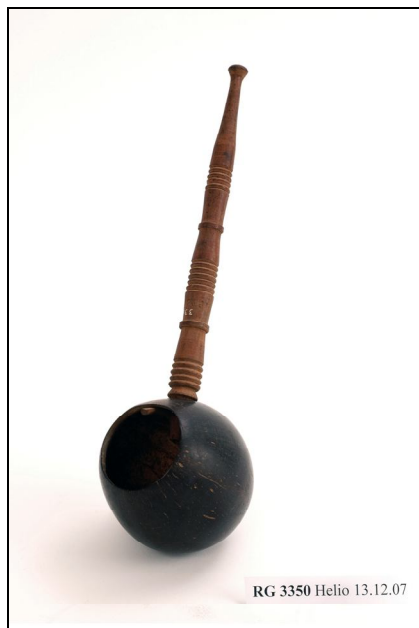


Figura 40 Púcaro com concha em coco e cabo de madeira⁵²³



Figura 41 Púcaro em prata, usado em batizados, séc. XIX⁵²⁴

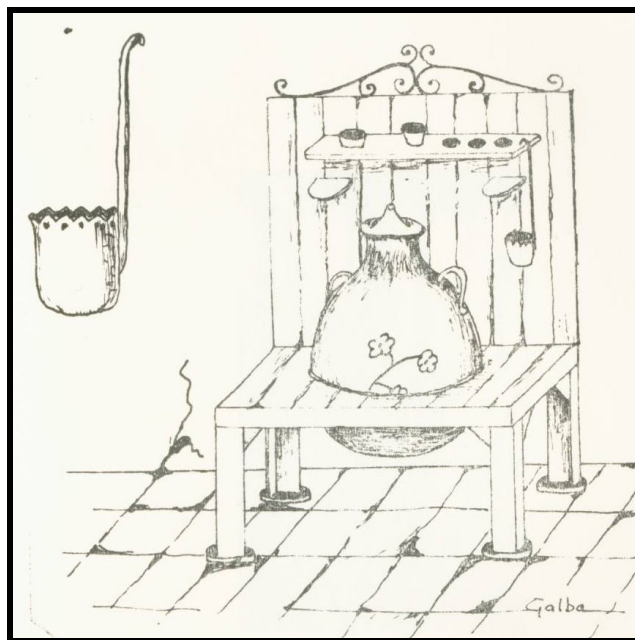


Figura 42 Pote encaixado na cantareira e púcaro denteado, usado para coletar a água de beber. Detalhe: púcaro.⁵²⁵

⁵²³ MUSEU PAULISTA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Acervo do Serviço de Objetos.

⁵²⁴ MUSEU PAULISTA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Acervo do Serviço de Objetos.

⁵²⁵ MONTEIRO, Mario Ypiranga. *O aguadeiro: subsídios para a história social do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas. 1977. Páginas anexas, sem numeração. Segundo o autor, ele próprio

Possibilidades à parte, acredito que as águas de beber existentes na casa de morada de Gregório percorressem em momentos específicos os cômodos da moradia, mediante o amparo de salvas e pratinhos. Gestos elegantes, refinamento no uso da água potável, na cidade que se pretendia civilizada era preciso (re)educar os modos diários, inclusive aqueles que se relacionavam aos usos mais simples da água, como a ingestão da mesma. Tais reformulações, se a princípio ficavam restritas a uma minoria da população, com o tempo deveriam atingir parcelas mais amplas dos moradores, inclusive os menos afortunados, consolidando um modo de vida cada vez mais sincronizado com os ideais de progresso, evolução, civilização.⁵²⁶

As listas inventariadas possibilitam então a construção de versões acerca das relações estabelecidas entre as condições sociais dos moradores enfocados e a posse e uso de objetos “da água” existentes em suas moradas, em diferentes momentos históricos da capital do Pará.

Nesse ponto, relembro ao leitor que, nas décadas de oitenta e, sobretudo, noventa, a cidade de Belém experimentava os efeitos do crescimento comercial propiciado pela economia da borracha. Com o aumento da demanda internacional por esse produto, a partir dos anos setenta, ocorreu um crescimento da produção e exportação da borracha com vistas ao mercado exterior. Em função disso impôs-se a necessidade de mão-de-obra, do que resultou o estímulo à imigração interna e com isso, a chegada de cearenses, paraibanos, pernambucanos, entre outros, que premidos pelas precariedades em seus locais de origem, buscavam melhores condições de vida no Pará e no Amazonas.⁵²⁷

teria esboçado o desenho, que foi aprimorado por Galba. Os objetos estariam no interior da moradia de Manoel de Sousa, em Terra Nova, ano de 1942.

⁵²⁶ CMA/UFGA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA. Autos de Contas do Cumprimento do Testamento do finado Gregório Ferreira da Costa. Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal em Correção.

Ao discutir “diferenciação social e sistemas de objetos no século XIX”, Tânia Andrade Lima analisa “mudanças estruturais que foram responsáveis por novas formas de comportamento, mais condizentes com os interesses da burguesia ascendente, que ao conseguir alcançar o poder, procurava estabilizar-se por todos os meios disponíveis”. Daí, segundo a autora a busca da burguesia por requinte, elegância, distinção, atributos indispensáveis para o reconhecimento da mesma. Seria então a busca da legitimação através dos símbolos da nobreza que, anteriormente desprezados, foram adotados posteriormente como modelos de ascensão e afirmação enquanto elite. In: LIMA, Tânia Andrade. *Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX*. Já referido.

⁵²⁷ Segundo Weinstein “embora o preço, a produção e as tendências demográficas, nas décadas de 1850 e de 1860, tenham sido extremamente estimulantes, o início da década de 1870 apresentou uma súbita queda nos preços, que deu início a um período de estagnação demográfica e produtiva, particularmente no baixo Amazonas. (...)”. Mas ela afirma também que “Em 1877, os preços da borracha começaram a subir rapidamente, estimulando o deslocamento na direção de novas zonas seringueiras (tanto no Pará como na região oeste mais afastada) e a rápida expansão da rede comercial do Pará. (...)”. “(...) em 1878, a cidade de Belém inaugurou o primeiro símbolo de vulto da prosperidade que acabava de atingir – o teatro que foi de modo otimista denominado Teatro da Paz, estrutura arquitetônica refinada cujas luxuosas poltronas de veludo e colunas de mármore haviam sido compradas com quilos de borracha bruta.” Para esta autora, foi nos últimos anos da década de setenta que a expansão da economia da borracha conheceu sua expansão. In: WEINSTEIN, Bárbara. A

A seca dos anos de 1877 e 1880 levou muitos sertanejos a abandonar suas casas e até familiares. Muitos, dentre os chamados “*retirantes da seca*”, rumaram para o Pará e passaram a constituir a mão-de-obra fundamental dos seringais. Alguns terminaram por viver em Belém, por não se adaptarem às difíceis condições de vida na selva, o que interferiu profundamente nas relações sociais urdidas entre os moradores da cidade. A presença cada vez maior dos chamados “cearenses” criou tensões devido às disputas por mercado de trabalho, muitas das quais desaguarão em ocorrências policiais e autos crimes.

Estudos históricos discutem as dificuldades enfrentadas por aqueles que se debateram, durante anos, com o “*fenômeno climático e social*” da seca. No Ceará, por exemplo, entre os anos de 1791-3 ocorreu a chamada “*Seca Grande*”, descrita como violento flagelo no sertão. Aquela não foi a única vez que os sertanejos conviveram com a seca, outras vieram, adentrando os oitocentos. Em decorrência disso, a chuva era muito bem vinda para os moradores dos sertões, pois era sinônimo de sobrevivência. Se as chuvas tardavam, se não eram vislumbrados sinais da mesma, restava a alternativa da migração.⁵²⁸

Ao chegarem à cidade de Belém, os sertanejos passavam a conviver com as chuvas, com a cidade molhada, com a umidade presente no ar e também, com igarapés e rios, facilmente acessados a partir dos caminhos da cidade. Também conviveram com a consolidação do processo de comercialização da água e com as tensões em torno dessa questão.

Considerando as dificuldades por eles enfrentadas, é possível que ante a abundância de águas, o impacto sentido pelos sertanejos estabelecidos em Belém e na Província de modo geral, tenha sido considerável. Afinal o que significaria para tantos deles, os contatos tão regulares e próximos com as chuvas que encharcavam os espaços de Belém?

borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920. São Paulo: HUCITEC: Editora da USP, 1993. Pp. 87-9.

⁵²⁸ Sobre a questão específica da seca no sertão ver VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. *O Açoite da Seca: Família e Migração no Ceará (1780-1850)*. Apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto/MG, novembro de 2002.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: HUCITEC:EDUSP, 1993. Além desses, ver também SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000. A autora afirma que a “questão da imigração é um assunto dominante nos discursos oficiais, seja através de Mensagens, Relatórios dos presidentes de Província, de Falas ou da legislação pertinente ao assunto (...)”. P. 50. A expressão “retirantes da seca”, pode ser observada em LIMA, Araújo. *Amazônia, a Terra e o Homem*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL., 1975, P. 85, apud SARGES, p. 50.

De qualquer modo, não foram poucos aqueles que ao optarem por tentar a vida no Pará em função das possibilidades de sustento que eram oferecidas, depararam-se com outros problemas, resultantes da exploração de mão-de-obra na economia da borracha, dos parcos ganhos e dos endividamentos. Ou seja, se diante de todos os seus sentidos, a presença da água se fazia imperiosa, o que poderia gerar certo alívio e contentamento, outros dissabores se estabeleceram levando a distintos direcionamentos em suas vidas.

A partir da obra de Palma Muniz, Roberto Santos registra uma “*soma parcial*” de 58.384 imigrantes, oriundos do “*nordeste*” do Brasil, vindos para o Pará no período situado entre 1855 e 1916. E são abundantes os documentos que mostram moradores de Belém egressos do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, envolvidos em questões de ordem policial. “*Homicídio*”, “*desordem*”, “*embriaguez*”, “*gatunagem*”, “*ofensas à moral*”, são alguns dos delitos pelos quais muitos deles foram detidos, conforme indico no primeiro capítulo dessa tese, ao referir-me às migrações e a cidade de Belém.⁵²⁹

A despeito do envolvimento nas transgressões do período, os “*nordestinos*” do século XIX somaram braços no mundo do trabalho, desenvolvendo as mais diversas atividades, compartilhando dramas e alegrias na cidade que se transformava. Entre eles havia alfaiates, doceiros (as), cozinheiros(as), vendedores (as) ambulantes, carpinas, como também proprietários de estabelecimentos comerciais bem sucedidos e que construíram uma vida abastada em Belém.

Em conjunto com portugueses, espanhóis, entre outros imigrantes que também rumaram para Belém, os egressos dos sertões não raramente denominados “*cearenses*”, povoaram a cidade, formaram famílias, habitaram casas e vivenciaram múltiplas experiências, entre as quais aquelas que perpassaram pelas lidas com a água.⁵³⁰

4.2.2. Água e limpeza das casas.

⁵²⁹ Ao longo desse estudo procurei reiterar que a cidade de Belém teve moradores marcados por enorme diversidade. Nesse sentido não é incorreto pensar na cidade como múltipla, no sentido de que eram muitas “*Beléns*” do Pará, nas quais inúmeras etnias, naturalidades e nacionalidades conviveram ao longo dos séculos em que a cidade foi construída.

⁵³⁰ SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. P.100. O autor apresenta os dados da “*imigração nordestina registrada no Pará*”, recorrendo aos registros de Palma Muniz, *Imigração e colonização – história e estatística, 1616-1916*. Belém: Imprensa Oficial, 1916.

No livro de ocorrências policiais de 1905, constam inúmeros registros referentes aos delitos que eu mencionei no texto. Depositado no APEPA. Fundo: segurança pública. Série: ocorrências policiais. Ano: 1905.

Cristina Cancela destaca que alguns nordestinos construíram fortuna no Pará. Ela cita o cearense Guilherme Augusto de Miranda Filho, proprietário de casa de aviação e inúmeros seringais existentes no rio Acre. In: CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém – 1870-1920)*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 2006. P. 266.-7.

O asseio da cidade não poderia prescindir da limpeza das moradias. Outros objetos da água associados ao processo de limpeza no interior das moradias aparecem também nas fontes pesquisadas para este estudo, são eles: tinas, lavatórios, tanques, banheiras, urinóis e latrinas. Localizados em distintos cômodos das moradias e relacionados a múltiplas e distintas funções, tais objetos eram, contudo, menos recorrentes na documentação que pesquisei. Na realidade, excetuando as tinas e os urinóis, os demais aparecem com maior frequência nas descrições contidas em inventários, sobretudo a partir dos anos setenta dos oitocentos.

Manoel Joaquim Guedes, por exemplo, falecido em Belém em novembro de 1871, era possuidor de vinte e quatro penicos. Porém, a julgar pela relação de bens descritos e avaliados nos autos de inventários, Guedes era comerciante e ao falecer, detinha um expressivo estoque de objetos provavelmente importantes para os moradores da cidade de Belém, ou seja, que ele sabia pela vivência de comerciante, serem regularmente usados. Na cidade em que a maioria das moradias não dispunha de latrina, o uso dos urinóis era importante no “dia-a-dia” dos moradores. Possivelmente este foi mais um objeto que teve sua utilização vulgarizada, pois raros foram os inventariantes que se deram ao trabalho de os registrar, salvo em alguns casos, como o de Joaquim Guedes.⁵³¹

De conformidade com códigos de posturas, elaborados ao longo do século XIX, os materiais recolhidos nos urinóis não deveriam ser lançados “*nas ruas, estradas, travessas, praças, cáes, poços, fontes, e mais lugares públicos da cidade*”. Ressalto que tal proibição consta de códigos posturais que datam de 1848, como também naqueles que passaram a vigorar em 1880. Aliás, no código de posturas de 1848, todo material coletado nos penicos, não poderia ser lançado em quintais, pátios, canos de casa e ruas. Os canos seriam específicos para as águas pluviais e os lugares nos quais as “imundícies” em geral deveriam ser lançadas, seriam determinados pela Câmara Municipal. Os infratores incorreriam em multa equivalente a 10 mil réis, ou quatro dias de prisão.⁵³²

Através desses utensílios, os moradores de Belém construíam relações com as águas que fluíam pelos interiores de suas moradas. Os urinóis, por exemplo, precisavam ser lavados periodicamente, uma vez que a limpeza das moradias e de tudo quanto continha a mesma, era

⁵³¹ APEP. Fundo: Juízo de Órfãos da Capital. Série: Inventários e Partilhas. Autos Cíveis de Inventários dos bens deixados por Manoel Joaquim Guedes. Datado de 22/10/1890.

⁵³² Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Belém. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de Obras Raras. Código de Posturas Municipaes (1848). In: Collecção das Leis da Provincia do Gram-Pará. Tomo X.

Belém. Código de Posturas para a Camara Municipal de Belém”. In: Collecção das Leis da Provincia do Gram-Pará do Anno de 1880. Tomo XLII. Pará. Typographia do Diario de Noticias. Depositado no APEP.

recomendável por aqueles que acreditavam na eficácia desse procedimento contra a propagação de doenças.

Além dos urinóis, houve moradores que optaram pelo uso da tina. Essa, nas casas em que havia, poderia ser empregada como depósito para água, ou poderia servir para banhos, ou ainda para operacionalizar as lavagens de roupas, conforme discuti anteriormente ao tratar dos ofícios da água.

Na documentação pesquisada, encontrei referências a apenas cinco tinas de acapu. Dona Theresa de Assumpção Madureira Pantoja, por exemplo, falecida em 1875, possuía uma “*grande tina de acapu*”, avaliada em 4 mil réis. Donna Verissima Maria do Couto, falecida em 1872 também dispunha de uma, em acapu e avaliada em 1 mil réis. Dona Maria de Nazaré Paes, falecida em 1905, também fora possuidora de uma tina (sem valor específico atribuído no testamento). E o casal Vicente José de Moura e Francisca das Chagas Paes, falecidos em 1830 e 1827 respectivamente, tinham entre seus pertences duas tinas pequenas, avaliadas conjuntamente em 480 réis.

De qualquer modo, as tinas poderiam guardar as águas a serem usadas, como também acomodar águas servidas, oriundas da lavagem de roupas por exemplo, a serem despejadas em quintais, no próprio chão da moradia, ou na rua. Seria possível aos agentes do poder público disponibilizar a permanente atenção?

Ao descrever a casa de morada de Donna Verrisima Maria, o escrivão Marcelino Marques de Lima registrou que a mesma estava situada na rua dos Martyres, continha, corredor, alcova, um pequeno quarto seguido de varanda. Mais uma “*puchada*” com três quartos e cozinha. A madeira dos ares até a alcova em pernas mancadas e o resto de caibro. Parte da morada era soalhada e parte era ladrilhada.⁵³³

Talvez uma inquietação se abata sobre você leitor, ao pensar: em que lugar da morada de D. Verissima, ficaria a tina? Essa indagação não é muito fácil de ser respondida, sobretudo se dependermos do escrivão Marcelino Lima. Ora, pensar sobre a tina a princípio levou-me a refletir em espaços da moradia tais como quintais e banheiros. Entretanto, a casa de morada de D. Verissima, nos anos setenta do século XIX, parecia não dispor desses lugares.

As casas de morada dos demais possuidores de tinas, não contêm descrição nos documentos que pesquisei. Entretanto talvez um sobrado, contendo duas salas, duas alcovas correspondentes às salas, corredor, varanda, “*puchada*” com quatro quartos, cozinha, quintal e

⁵³³ CMA/UFGA. Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA. Autos Cíveis de Inventários de Donna Theresa de Assumpção Madureira Pantoja. Datado de 1875. E Autos Cíveis de Inventário e Partilhas em que é inventariada Verissima Maria do Couto e inventariante Antonio Rodrigues de Lima. Datado de 1875.

poço, pertencente a Dona Thereza de Assumpção Madureira Pantoja, fosse o seu local de residência. Entretanto, quanto à localização da grande tina da qual a referida senhora era possuidora, persiste a mesma dúvida advinda em relação à D. Verissima.

Bem, se a tina era usada para banhos, ela poderia ficar em um dos quartos, mediante as necessidades dos moradores, talvez, no caso de D. Verissima, no quarto menor, próximo à alcova, ou em um daqueles situados na “*puchada*”. E a tina de D. Thereza? Adjetivada como “grande”, talvez ficasse na cozinha, a receber a água coletada no poço.

Não obstante a indicação de possibilidades, a ideia de que em Belém houvesse moradores que recorressem aos quartos para o procedimento do banho não deve ser refutada. Estudos acerca da “*polícia médica*” na cidade do Recife, século XIX, constataam que os dirigentes demonstravam preocupações com o processo de salubridade da cidade, tais como Aquino Fonseca, presidente da Comissão de Higiene Pública em 1855, o qual defendia a oferta de água “*fácil e abundante*” para a população.⁵³⁴

Aquino da Fonseca associava a saúde pública ao consumo expressivo da água e defendia a instalação de tubos que levassem o líquido até as casas de ricos e pobres. Além disso, advertia que

(...) Não se entretendo a saúde só com a água de beber, é preciso que as casas, bem construídas, possam ter **quartos acomodados a banhos**, e mesmo promover a construção de estabelecimentos especiais em que a população, a baixo preço, possa banhar-se, como sucede nas melhores cidades da Europa. (grifos meu)⁵³⁵

Estudos indicam também que na França e na Inglaterra, nos anos 60 dos oitocentos, a tina era usada como objeto de higiene dos corpos, inclusive para banhos, tomados mediante a obediência de períodos específicos, como a menstruação, por exemplo, e guardando cuidados devidos para evitar doenças.⁵³⁶

A tina poderia estar localizada também, na cozinha, o que facilitaria o acesso às águas a serem utilizadas na confecção de alimentos, bem como nas lavagens dos objetos recorrentes na culinária, como também na limpeza do assoalho e do ladrilho, que recobriam o chão da moradia. Em relação a essa questão das lavagens, é importante relembrar que a cidade de

⁵³⁴ MIRANDA, Carlos Alberto Cunha de. *Da Polícia Médica à Cidade Higiênica*. Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, v. 59, p. 67-90, 2002.

⁵³⁵ MIRANDA, Carlos Alberto Cunha de. *Da Polícia Médica à Cidade Higiênica*. Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, v. 59, p. 67-90, 2002.

⁵³⁶ Ver CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Pp. 227-9. E também de Corbin: “*O Segredo do Indivíduo*”. 442-5. Já citado. E ainda VIGARELLO, Georges. *O limpo e o Sujo: a higiene do corpo desde a Idade Média*. Lisboa: Editorial Fragmentos Ltda., 1985.

Belém conviveu com ondas epidêmicas ao longo do século XIX e que as autoridades conclamavam os moradores à prática do asseio da moradia em si, sobretudo quando houvera a constatação da presença da doença na mesma. Ou seja, proceder espontaneamente à lavagem da moradia mediante os princípios higiênicos consagrados no contexto em questão, indicava absorção de valores essenciais no processo de aperfeiçoamento da sociedade e poderia então, conferir distinção àqueles que a praticavam.⁵³⁷

Não obstante a possibilidade do uso da tina no processo de limpeza da moradia, acredito na possibilidade de que o uso de tinhas de elevado porte fosse reduzido entre a maioria dos moradores da cidade, uma vez que os valores atribuídos àqueles objetos poderia ultrapassar 1 mil réis.

A respeito dessa questão da limpeza da moradia, Américo de Campos, em obra publicada em 1912, afirma que

o meio que melhor assegura a limpeza proveitosa, é a lavagem, com água e sabão, de soalhos, portas, barras, vidraças, etc, no mínimo duaz vezes por cada mez. As varreduras não limpam, não prestam, nada adiantam; contentam apenas a vista.⁵³⁸

Banheiras e lavatórios eram objetos destinados a asseios dos corpos no interior das casas de morada. Todavia raros são os autos cíveis de inventários que apresentam em suas listas esses objetos. Nos jornais, sobretudo a partir dos anos sessenta do século XIX, constam alguns indícios acerca de prováveis usos daqueles objetos. Através de um aviso sobre um leilão em 1885, o “Diário do Gram-Pará”, informa aos interessados que o agente Guerreiro Junior, venderá em sua agência utensílios diversos para “*casa de família*”. Dentre esses cita um *lavatório com jarro e bacia*, além de *bilheira*, *aparelho para jantar* e outro para *chá, copos, cálices*, entre outros.⁵³⁹

⁵³⁷ O escritor Marques de Carvalho, por exemplo, nos fala da tina utilizada pela lavadeira Maria no romance “Hortência”. CARVALHO, João Marques de. *Hortência*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado de Cultura, 1989. P. 58. Sobre a questão das lavagens de moradias devido à ocorrência de epidemias ver BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004.

⁵³⁸ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras. CAMPOS, Américo de. *Noções Geraes de Hygiene*. Belém: Livraria Editora Escolar, 1912.

Américo de Campos era “estudioso de assuntos amazônicos”. Autor de obras acerca do Pará. Pertencia ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará, do qual era membro da comissão de revista. In: ROCQUE, Carlos. *Grande Enciclopédia da Amazônia*. Belém do Pará: Amazônia Editora Ltda. 1968. 2 v. P. 395.

⁵³⁹ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “Diário do Gram-Pará”, anno 34, nº 221, de 01/10/1885. P. 2.

Sobre a questão da propaganda de utensílios domésticos e outros estudos sobre cultura material ver SILVA, João Luiz Máximo da. *O Impacto do Gás e da Eletricidade na Casa Paulistana (1870 – 1930) – Estudos de cultura material no espaço doméstico*. São Paulo: FFLCH/USP, 2002. Dissertação (mestrado). E também CARVALHO,

O mesmo jornal acima também anuncia que no estabelecimento “Torre de Alakoff”, situado à travessa do Passinho, há grande sortimento de *lavatórios* à disposição dos moradores da cidade.

A disponibilização dos objetos à comercialização é indicativa das possibilidades apresentadas pelo mercado naquele contexto, considerando, sobretudo, o aquecimento propiciado pela economia gumífera e o aprofundamento do processo de fornecimento da água enquanto mercadoria. Todavia, também aponta para o processo de aprofundamento da disciplinarização dos corpos em relação às regras de preservação da higiene, principalmente, no caso dos lavatórios, o asseio das mãos, bem como a lida com os mecanismos de funcionamento das torneiras.

O anúncio faz-se acompanhar das imagens dos lavatórios que apresento a seguir, os quais continham torneiras metálicas (“*nickelladas*”), o que era considerado importante para evitar o contato das mãos com águas já utilizadas, mas que demandava o processo de canalização da água até o local do lavatório, fosse este local uma residência, escritório ou repartição, (conforme consta no anúncio), processo este que se efetivou a partir dos anos oitenta do século XIX, a longo prazo, em Belém.⁵⁴⁰ A respeito disso Ernesto Cruz afirma que

Ao longo dos anos oitenta, a colocação dos canos para a residência dos consumidores, era feita pelos operários da Companhia, que cobrava pelo material empregado, os seguintes preços: canos de 1 ½ polegada, 600 réis (Cr\$0,60); de ¾ de polegada, 900 réis (Cr\$0,90); de uma polegada 1\$200 réis (Cr\$1,20), por metro corrente.⁵⁴¹

Vânia. *Gênero e Artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1870-1920*. Tese (doutorado). São Paulo: USP/FFLCH, 2001. ().

⁵⁴⁰ Ver SANT’ANNA, Denise Bernuzzi. *É possível realizar uma história do corpo?*. In: SOARES, Carmen Lúcia (organizadora). *Corpo e história*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção educação contemporânea). E também da mesma autora. *Cidade das Águas: histórias e usos dos rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. Já mencionado.

⁵⁴¹ CRUZ, Ernesto. *A Água de Belém: sistemas de abastecimento usados na capital desde os tempos coloniais até os dias hodiernos*. Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1944. P. 52



Figura 43 Bacia para lavatório



Figura 44 Lavatório de mármore

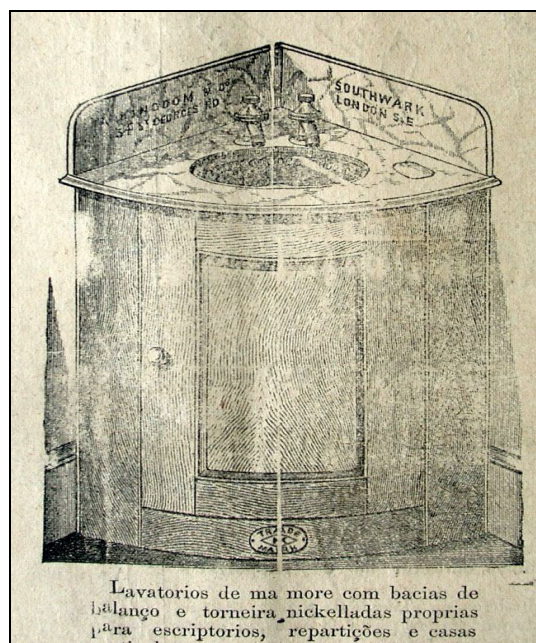


Figura 45 Lavatório (outro modelo)

Intermediadas por conjuntos distintos de objetos, a água pode percorrer todos os interiores das casas de morada e foram provavelmente motivadoras de momentos marcados por múltiplos sentimentos, tais como, tensão, serenidade, alívio, entre outros. Parte desses momentos também ficou registrada através da produção de discursos e obras de cunho acadêmico e/ou instrucional nas quais algumas inquietações e/ou expectativas, no que

concerne às formas de usos da água, ficaram esboçadas. A respeito disso refiro o trabalho de Américo de Campos, “*Noções Geraes de Hygiene*”, editado em 1912.⁵⁴²

Nessa produção o autor expõe suas preocupações com a higiene que deveria permear tanto as moradias, quanto os corpos, de pessoas em geral que residiam na capital do Pará, dotada que era de importantes especificidades, entre as quais, o clima acalorado.

Em “*Noções Geraes de Hygiene*”, Américo de Campos discute a importância dos usos “corretos” da água nos banhos. Neste caso, inicialmente defende o banho diário como um recurso extremamente necessário aos moradores de Belém, submetidos que estavam ao clima quente reinante na cidade. Para ele os banhos mais adequados à obtenção da limpeza corporal seriam aqueles tomados sob o chuveiro, tal como é possível apreender nas seguintes considerações do autor.

O chuveiro procura-nos uma lavagem commoda, completa e fácil. Primeiro, molha-se o corpo todo com alguns jactos; em seguida, passa-se, esfregando, o sabão por todo elle, e, por fim, recebe-se novos jactos de água limpa que nos livra com segurança do que queríamos. (...) ⁵⁴³

Desse modo, para homens com modo de pensar semelhante ao de Américo de Campos, a água emanada dos chuveiros seria considerada mais adequada para proporcionar a limpeza necessária aos corpos. Para tanto seria de bom tom que as residências fossem dotadas deste recurso tão importante à higiene corporal. Importante considerar também que os banhos realizados sob os chuveiros, deveriam ocorrer em local reservado, ou seja, o banheiro.

Quanto ao uso das águas depositadas em tinhas e/ou banheiras, Campos advertia acerca da necessidade de ensaboar-se antes de adentrar à água, lavando cuidadosamente as regiões axilares, inguinais e anal, bem como os pés, por serem áreas nas quais acumulava-se mais suor.

Campos recomendava ainda que, sempre que possível, devia o banhista manter-se fora da vasilha na qual estivesse depositada a água e que o mesmo recorresse a outros objetos intermediadores da coleta da água, tais como canecas ou cuias a fim de molhar o corpo com água sempre limpa. Ou seja, a renovação e conservação da limpeza corporal deveriam contar com cuidados atentos em relação ao manuseio da água a ser utilizada.

⁵⁴² Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras. CAMPOS, Américo de. *Noções Geraes de Hygiene*. Belém: Livraria Editora Escolar, 1912. É também interessante o trabalho produzido por CHERMONT, Olympio Leite. *Casas para Trabalhadores – Breve Estudo*. Belém: Tip. Da Imprensa Oficial, 1899. Olympio Chermont era natural do Pará, foi engenheiro municipal e ajudante da comissão de saneamento de Belém entre os séculos XIX e XX.

⁵⁴³ CAMPOS, Américo de. *Noções Geraes de Hygiene*. Belém: Livraria Editora Escolar, 1912. P.

A ideia aqui presente era a da contaminação, isto é, submergir em água na qual outros também já o fizeram desconsiderando cuidados tidos como essenciais implicaria em proliferação de enfermidades certamente indesejáveis, pois em casos como esse, a água seria o lugar no qual ficariam depositados os germes causadores de doenças.

A despeito de existirem tais recomendações, até o presente momento de desenvolvimento da pesquisa, encontrei raras referências à existência de banheiros em moradias de Belém, mesmo nas décadas de oitenta e noventa do século XIX. Além disso, não observei na legislação, referência à obrigatoriedade da construção de banheiros nas residências e sim, a proibição expressa em códigos de posturas de diferentes períodos do século XIX, quanto à conservação de águas estagnadas nos quintais.

No “Código de Posturas Municipaes” de 1848, em seu capítulo 3º (dos pântanos, agoas infectas, limpezas de terrenos, ruas e empachamentos em geral), artigo 17º, fica determinado que *“Ninguém poderá lançar, ou consentir, que se lance aguas infectas nas ruas, quintaes, pateos, estradas, e canos de casas, devendo estes servir sómente para dar sahida ás aguas pluvias. O infractor incorrerá na multa de dez mil réis ou quatro dias de prisão.”*⁵⁴⁴

No “Código de Posturas para a Camara Municipal de Belém” de 1880/81, está registrado no capítulo IV (asseio da Cidade), artigo 38, que *“É prohibido conservar nos quintaes animaes mortos, immundicies, aguas estagnadas, cloacas abertas, sob pena da multa de vinte mil réis.”*⁵⁴⁵

Talvez o leitor considere estranha a referência que fiz às águas estagnadas em quintais, todavia, existem autos que evidenciam em suas narrativas, os momentos em que os moradores tomavam seus banhos justamente nos espaços bem próximos aos quintais, do que poderiam resultar os indevidos empoçamentos.

Em agosto de 1895, por exemplo, Joaquim Marques e Florentino da Conceição Nogueira tiveram um forte entrevero pelo fato de Florentino haver ido tomar banho completamente nu, no quintal da casa em que morava.⁵⁴⁶

Segundo relato do escrivão Manoel da cunha Lima, Florentino era jardineiro, não sabia escrever e somava 48 anos de idade. Era natural do Pará e residia no largo da Memoria

⁵⁴⁴ Belém. Código de Posturas Municipaes (1848). In: Collecção das Leis da Provincia do Gram-Pará. Tomo X. Depositado na Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de obras raras.

⁵⁴⁵ Belém. Código de Posturas para a Camara Municipal de Belém”. In: Collecção das Leis da Provincia do Gram-Pará do Anno de 1880. Tomo XLII. Pará. Typographia do Diario de Noticias. Depositado no APEP.

⁵⁴⁶ APEP. Fundo: Chefatura de Polícia. Série: Autos. “Autos crimes de exame de corpo de delito procedido em Florentino da Conceição Nogueira”. Início do auto em 12/08/1895.

em um dos quartos anexos à taberna do português Joaquim Marques.⁵⁴⁷ No depoimento de Florentino consta que ele

regressava de seo trabalho para sua casa (...), e tendo de tomar banho como era costume, procurou atraz da casa um lugar mais reservado para tomar seo banho, que nessa ocasião deram lhe uma forte pancada nas costas e virando se o respondente reconheceo Joaquim Marques que se achava junto delle e nada dissera (...); que Joaquim Marques retirou-se para seo estabelecimento e em seguida o respondente vestio se e veio á taberna saber de Joaquim porque elle lhe batia visto que não era a primeira vez que elle alli tomava banho; que Joaquim Marques nada lhe respondeo atirando-lhe cal sobre a cara que apoz isto pegou uma enxada que se achava no estabelecimento e desfeixou no respondente uma pancada, a qual este aparou com o braço esquerdo; que ao receber a pancada sentio que lhe havia quebrado o braço e sahio para a rua em procura de policia, que ao chegar ao largo da Memória ahi encontrou duas praças de cavallaria as quaes queixou se de Joaquim Marques, que foi prezo pelos mesmos.⁵⁴⁸

De conformidade com o depoimento de Florentino, o fato de estar tomando banho no quintal no dia em que foi abordado por Joaquim Marques, não era uma novidade, daí ele não entender a agressão do taberneiro. Este por sua vez, diante das inquirições legais, declarou que Florentino estava tomando banho no quintal “*em trajos menos decentes*” e que resolveu retirá-lo do lugar a fim de evitar que sua mulher e a família do senhorio da casa pudessem encontrá-lo. As testemunhas convocadas para depor, confirmaram a versão de Joaquim.

O incidente em questão exemplifica um fato recorrente na cidade de Belém, uma vez que o quintal era comum com os das outras casas, ou seja, no caso em questão não havia cercas estabelecendo separação entre os terrenos de cada moradia. Então, ao decidir tomar o seu banho despido e em área não reservada, Florentino teria assumido, considerando o entendimento de Joaquim, uma postura “*não decente*” perante as famílias ali residentes, segundo o registro de depoimento da testemunha Antonio Esmeraldo Martins. Ainda de acordo com Esmeraldo, o português Joaquim Marques teria dito à Florentino que “*enchesse a sua lata da água e fosse tomar banho no banheiro*”, ou seja, era importante que Florentino buscasse área apropriada para a limpeza de seu corpo a fim de que ficasse devidamente preservado o “respeito” às famílias, e sobretudo, às mulheres.

⁵⁴⁷ O largo da Memoria teve sua denominação alterada para “Redenção” e “Infante Dom Henrique”. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. P.119. Atualmente é denominado Praça Infante Dom Henrique, na confluência da avenida Nazaré com a travessa Quintino Bocaiuva.

⁵⁴⁸ APEP. Fundo: Chefatura de Polícia. Série: Autos. “Autos crimes de exame de corpo de delito procedido em Florentino da Conceição Nogueira”. Datado de 12/08/1895.

Diante do conflito que se estabeleceu entre os dois homens, o banheiro emerge, nas palavras de Joaquim Marques, como o lugar correto para o banho corporal. O local propício para a (possivelmente completa) nudez, do corpo a ser lavado. As ações do banho não deveriam ser presenciadas por outros, muito menos, em se tratando de um homem, por mulheres residentes nas proximidades.

Era um modo de pensar que se consagrava e se impunha, sobretudo na segunda metade do século XIX, mas que não era geral entre os moradores. Para o jardineiro Florentino, tomar o banho no quintal, mesmo que em trajes menores, após um dia de trabalho era um procedimento costumeiro já naturalizado por ele, provavelmente para diversos habitantes de uma cidade na qual moradias compartilhavam quintais e poços, também o fosse. Além disso, ele declara que “*procurou atraz da casa um lugar mais reservado para tomar seo banho*”, daí não entender a atitude do taberneiro.⁵⁴⁹

Joaquim Marques, entretanto, parecia considerar natural que Florentino buscasse o espaço do banheiro e não outro, supostamente “*mais reservado*”, no quintal, o que comprometeria o espaço familiar, de ampla circulação feminina, esfera do privado, uma vez que para banhar-se ficaria despido total ou parcialmente.⁵⁵⁰

Na verdade, é provável que se assim procedesse, o jardineiro comprometesse a outros homens ali residentes, ou seja, ao desrespeitar às mulheres e famílias, Florentino estaria afrontando aos pais e maridos em questão, a saber o taberneiro Joaquim Marques e o senhorio. Ora, considerando o século XIX como um período de consagração do lar, da família em diversas sociedades ocidentais, o argumento do taberneiro parecia importante. Ressalto também que Joaquim Marques desenvolvia suas atividades de comerciante em espaço anexo ao de sua moradia e o senhorio também residia no mesmo prédio. De certo modo, os espaços que eram consagrados naquele contexto às esferas do público e do privado, mesclavam-se em determinados momentos, o que propiciava transtornos e enfrentamentos.

Nesse sentido, preservando a moral e o pudor, a água coletada na lata d'água e transportada para o espaço banheiro, viabilizaria o *banho decente*, reservado a um espaço mais específico, delimitado. Decerto o banheiro referido por Joaquim Marques não continha chuveiro ou torneira, logo, a água deveria ser coletada, derramada na lata e, desse modo, levada ao banheiro. O líquido seria levado ao corpo por intermédio de outros objetos, talvez cuias, ou latas menores, através de movimentos repetitivos de flexão.

⁵⁴⁹ Ver MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. Pp. 37- 40.

⁵⁵⁰ MATOS, Maria Izilda Santos de. *A cidade, a noite e o cronista: São Paulo e Adoniran Barbosa*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

O banheiro, mesmo de dimensões reduzidas, tornava possível a observação do corpo, a aplicação do sabão e/ou sabonete, a limpeza das partes mais íntimas. As paredes do banheiro, mesmo que construídas em madeira, resguardavam os corpos desnudos dos olhares indiscretos e/ou descuidados. Usar uma lata com água para o banho serviria para contabilizar o líquido e poupar esforço em relação à coleta e transporte da água até o banheiro.

De qualquer modo, o auto é referente ao exame de corpo de delito realizado em Florentino e não adentra em outras questões como, por exemplo, a proibição de empoçar água nos quintais, bem como os perigos de proliferação de doenças que tal atitude poderia gerar, além das implicações legais resultantes da mesma, de conformidade com os debates acerca dos cuidados com a higiene na época. De acordo com os registros do auto, parece que os moradores estavam focados no motivo da agressão apontado pelo taberneiro. Não esboçam, portanto, preocupações outras, com as disposições do código de posturas referentes ao escoamento das águas, por exemplo.

O confronto entre os dois vizinhos não foi em absoluto o único dessa ordem. E nesse sentido é importante observar que o século XIX já estava aproximando-se de seu final. Logo, a discussão em prol da preservação dos corpos em relação aos olhares estranhos, a questão do pudor, do *“banho que se tornava momento de intimidade”*, tão presentes para muitos que viveram na Belém daqueles tempos, não se constituía contudo, numa generalidade para os moradores daqueles tempos.⁵⁵¹

E ainda assim, entre 240 documentos constitutivos do banco de dados por mim trabalhado e considerando as 383 moradias mencionadas, entre sobrados, casas assobradadas, rocinhas, *“puchadas”* e casas térreas, localizei referências a 12 banheiros. Ora, talvez numa primeira impressão, certamente precipitada, tais números pudessem indicar uma certa despreocupação dos moradores da cidade para com a limpeza pessoal, todavia podem apontar também para a recorrência a outros modos de proceder a lavagem corporal, inclusive com os recursos de banheiras, tinhas, baldes, ou ainda, latas, conforme mencionado por Esmeraldo, vizinho de Florentino e Joaquim, todos moradores do Largo da Memória na Belém do século XIX.

Á guisa de reforço com relação ao que acabei de referir, mesmo em moradias consideradas de maior valor financeiro, posto que construídas em áreas avaliadas como de valor imobiliário mais elevado dentro da cidade de Belém da época em questão, assim como amplas em sua edificação, com muitos cômodos, assoalhadas e forradas, a construção de

⁵⁵¹ VIGARELLO, Georges. *O limpo e o Sujo: a higiene do corpo desde a Idade Média*. Lisboa: Fragmentos, 1985. Pp. 171-3.

banheiros parecia não integrar a chamada normalidade do cotidiano dos moradores da capital da província do Grão-Pará.

Além dos registros constantes em autos que acessei, em jornais do século XIX observei anúncios de venda, aluguel e leilão de “casas” ou “prédios”, que contêm fortes indícios de que os proprietários de prédios nos quais havia banheiro, tivessem-no construído na parte final do imóvel, ou seja, nas proximidades do quintal, ou ainda na própria área deste, isto é, fora do prédio propriamente dito ou, a certa distância dos demais compartimentos.

A respeito disso, observei que os anúncios aos quais me referi, apresentam os imóveis a partir de uma sequência muito similar de disposição dos cômodos que o formam, ou seja, em princípio sala, corredor, alcova, quartos, para finalizarem com a cozinha, banheiro e quintal, no caso desses últimos, quando havia.

Em março de 1885, por exemplo, o jornal “A Província do Pará” anunciou a venda de *“uma boa casa, com frente de azulejo, contendo sala de visita com 2 janellas, corredor, alcova, sala de jantar, quartos na puchada, quintal amurado, banheiro, latrina etc, sita á rua da Pedreira, entre as travessas da Gloria e do Principe”*.⁵⁵²

O mesmo jornal anunciou em março de 1886, o leilão de uma rocinha

contendo o prédio 5 janellas na frente, todo de azulejo, 2 salas, 2 alcovas correspondentes, forradas e assoalhadas de acapú e pão amarello, grande sala de jantar, 2 puchadas com 5 quartos, dispensa, **cozinha, banheiro, latrina com depósito fora**, pateo no centro, fechado no fundo, **poço de tijollos, com excelente água, bomba, encanamento d'água**, muitas arvores fructíferas, jardim na frente pelo lado meridional, etc., medindo 22 mts e 20 cm de largura, e 82 mts e 8 cm de comprimento. O prédio, que é solidamente construído com alicerces e paredes de pedras e tijollos, esta situado na rua da Cruz das Almas, pela praça de Pedro II.⁵⁵³(grifos meus)

Do mesmo modo, em 1861, o jornal “Diario do Gram Pará” anunciou em outubro, a venda de *“um quarto de caza por acabar, n. 222 no fim da rua das Flores, com 3 braças e ½*

⁵⁵² Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “A Província do Pará”, anno X, nº 2667, de 19/03/1885. P.1. As travessas da Gloria e do Principe acima referidas foram posteriormente denominadas travessas Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. P.63.

⁵⁵³ Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Jornal: “A Província do Pará”, anno XI, nº 2959, de 16/03/1886. P.1. A rua da Cruz das Almas recebeu posteriormente a denominação de Arcipreste Manuel Teodoro e a praça de Pedro II, atualmente é denominada Praça da República. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. Pp.37 e 103, respectivamente..

de frente e 18 de fundos, a frente tecida de pedra com sala, corredor, duas alcovas, bom poço e fruteiras".⁵⁵⁴

Em dezembro do mesmo ano, o "Diário..." anunciou a "*venda de dous prédios sitos na travessa da Gloria ns. 41 e 43, sahindo á estrada de S. Jeronimo, contendo cada um sala, alcova, corredor, copiar e varanda, 3 quartos, dispensa, cosinha, e despejo, quintal e poço, sendo tudo assoalhado, salas e alcovas forradas*".⁵⁵⁵

Ou seja, em diferentes décadas do século XIX, as salas, alcovas e quartos eram compartimentos de maior importância no interior das casas de morada, considerados indispensáveis nas moradias em geral, edificadas na cidade de Belém, conforme expus no capítulo anterior ao discutir ofícios da água, mais especificamente o trabalho de cozinheiras e cozinheiros. Todavia, a medida que o século XIX avançava, a cozinha e os banheiros e latrinas adquiriram reconhecimento e importância enquanto partes dos interiores das casas, ou seja, outros modos de ver e pensar e portanto, outras relações foram sendo construídas entre os moradores e aqueles lugares de estar na moradia.⁵⁵⁶ Em decorrência disso, também difundia-se a importância do uso da água na limpeza desses lugares da residência, tal como exorta Américo de Campos quando afirma

Nas cosinhas a limpeza deve ser extrema. As melhores mesas para as cosinhas devem ser as de mármore; na falta, as mesas de madeira devem ser cobertas com toalhas assejadas. Durante os trabalhos culinários, as mezas deverão, além das toalhas, ser forradas com folhas de papel, onde cairão os restos das substancias que servirão para os alimentos. Concluidos os trabalhos, todos os papeis são retirados, embrulhados cuidadosamente, para que nada caia no chão do que sobre elle estiver, e mettidos na lata sanitária.(...)⁵⁵⁷

Os percursos da água poderiam ocorrer, portanto, tanto no sentido do adentrar a moradia a partir das ruas, quanto no sentido inverso, ou seja, de evadir-se das casas de morada

⁵⁵⁴ Fundação Cultural do Pará "Tancredo Neves"/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará "Arthur Vianna", sessão de microfilmagem. Jornal: "Diário do Gram-Pará", anno VIII, nº 247, de 29/10/1861. P. 4. A rua das Flores foi posteriormente denominada Lauro Sodré e depois Ó de Almeida. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. P.37.

⁵⁵⁵ Fundação Cultural do Pará "Tancredo Neves"/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará "Arthur Vianna", sessão de microfilmagem. Jornal: "Diário do Gram-Pará", anno VIII, nº 285, de 14/12/1861. P.3. A travessa da Gloria passou a ser chamada travessa Rui Barbosa e a estrada de São Jeronimo é denominada hodiernamente como avenida Governador José Malcher. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. Pp.63 e 80, respectivamente..

⁵⁵⁶ Ver GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. *As casas & as coisas: um estudo sobre vida material e domesticidade nas moradias de Belém – 1800-1850*. Dissertação (mestrado). UFPA/PPHIST. Belém, 2006. ALGRANTI, Leila Mezan. *Famílias e vida doméstica*. IN: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁵⁵⁷ Fundação Cultural do Pará "Tancredo Neves"/CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará "Arthur Vianna", sessão de obras raras. CAMPOS, Américo de. *Noções Geraes de Hygiene*. Belém: Livraria Editora Escolar, 1912. P. 155.

em direção aos lugares externos, tais como ruas, largos e praças. Tais percursos precisavam contudo, da intermediação diversificada de inúmeros objetos.

Estes objetos eram recorrentes, provavelmente, na construção do cotidiano daqueles que viveram em Belém durante um significativo período de cem anos aproximadamente. Muito possivelmente, tiveram aqueles objetos importâncias diversas para aqueles que os possuíram e os conservaram, ao ponto de constarem nas listas inventariais que agora, no século XXI, pude acessar.

Os diversos patamares de importância de alguns desses objetos vêm também à tona através das declarações testamentais, nas quais os sujeitos enfocados expressaram seus desejos finais enquanto viventes deste mundo e destinaram seus bens, fossem estes modestos ou requintados segundo os padrões estabelecidos no interregno em questão, àqueles pelos quais guardavam apreço ou consideração.

Entre os *objetos da água relacionados à higiene no interior das moradias e* localizados na documentação pesquisada, aparecem tinas, bacias (de zinco, de cobre e de arame), lavatórios, banheiras, baldes, cuias, torneiras e bombas, todos em materiais, formatos e padrões decorativos diversos.

A água que passava pelos objetos acima mencionados era usada para o asseio em geral: dos interiores da moradia, de objetos contidos na mesma, dos corpos dos moradores, dos objetos de uso pessoal dos mesmos, como roupas, por exemplo.

Existe a possibilidade de que a água recorrente para o processamento da higiene geral não fosse necessariamente considerada potável, ou seja, é possível que os moradores estabelecessem diferenças entre a água utilizada para beber e as águas usadas para a limpeza em geral.

Vários eram, portanto, os usos atribuídos a ela pelos habitantes da cidade. Possivelmente então, a água considerada potável *freqüentava* objetos que poderiam diferenciar-se daqueles que recepcionavam as águas dos banhos e asseios, conforme discuti a algumas páginas atrás.

De qualquer modo, enformadas nos vários objetos daqueles moradores, as águas percorreram os interiores das casas de morada e foram certamente testemunhas de momentos de júbilo ou desprazer, serenidade ou inquietação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto geográfica quanto historicamente, a cidade floresceu em função da água. “Flor das águas” – eis uma antonomásia que se ajustaria muito bem à capital paraense, tal a significação do elemento hídrico na sua vida.⁵⁵⁸
Eidorfe Moreira

No processo de construção dessa tese, preocupou-me reiterar que a constituição da cidade de Belém ao longo dos oitocentos, guardou uma relação muito profunda com as águas. Nesse sentido relembro que a história da fundação daquela que foi chamada “Cidade do Pará”, esteve intimamente relacionada com a edificação do “Forte do Presépio” localizado na confluência da baía do Guajará com o rio Guamá, e irremediavelmente conectada com a abundância de rios em suas proximidades e com a existência de igarapés, alagadiços e pântanos nos interiores da mesma.

Nessa perspectiva, procurei sustentar primordialmente que a construção de Belém é também a história da “*conquista*” das águas, a qual, implementada pelos moradores da cidade, bem como por aqueles que a visitavam regularmente ou não, implicou em conhecer e organizar diversamente, as muitas águas presentes – desde a constituição de saberes sobre a localização das águas ao longo do espaço da cidade, até às opções relativas ao uso e controle delas. Além disso, impôs-se também a luta pela obtenção de água potável, uma vez que os moradores acumularam saberes acerca do que caracterizaria tal água.

Desse modo, solidarizo-me com as palavras do estudioso Eidorfe Moreira, referido na epígrafe. Na expansão da cidade de Belém, as águas se constituíram em fundamental elemento dinamizador e a capital do Pará “*floresceu em função das águas*”. Basta lembrar a questão do dessecamento do Piri, opção considerada mais acertada por dirigentes da época, para conquistar-se a grande área submetida pelas águas e que demandou anos de estudos, discussões em torno das propostas sobre a permanência ou não daquele “*pântano*”, além do envolvimento direto dos moradores com os elementos naturais nele contidos – água, terra, fauna e flora.

A documentação pesquisada apresenta interesses e necessidades gerais e específicas dos moradores em relação às águas. Indistintamente, por exemplo, os habitantes adentraram as águas dos rios e percorreram longos caminhos de águas, recorrendo às embarcações de diferentes tipos, muitas delas de pequeno porte, movidas a remos, já que a maioria dos moradores não dispunha de recursos para munir-se de embarcações de grande porte.

⁵⁵⁸ MOREIRA, Eidorfe. *Belém e sua expressão geográfica*. In: Obras reunidas de Eidorfe Moreira. Belém: Cejup, 1989 v.I. P. 66.

Moradores de Belém também demandaram esforços pela obtenção da água para o consumo pessoal e doméstico, uma vez que este era um líquido indispensável para as lavagens de objetos e confecção de alimentos, todavia, à semelhança do que ocorreu em várias outras cidades do Brasil, as diferenciações e diversidades que marcavam o conjunto dos habitantes, foram importantes para balizar modos de lidar com as águas, tanto aquelas que se localizavam nos arredores e espaços da cidade, quanto as que eram levadas para os interiores de casas de moradia e prédios em geral.

Busquei identificar especificidades, considerando a variada documentação pesquisada, entretanto, deparei-me com dois problemas, primeiramente o fato de que esta não fora suficiente para estabelecer demarcações mais precisas acerca das origens dos moradores, de suas motivações para viver na cidade de Belém, as condições econômicas dos mesmos e, por conseguinte, seus modos de pensar a relação com a água, principalmente numa cidade afetada por chuvas frequentes, cercada e repleta desse líquido. O outro problema refere-se ao tempo demandado para o prosseguimento da pesquisa, o que pode nortear outras proposições para estudos históricos vindouros acerca das relações dos moradores de Belém do Pará com as águas.

Nesse processo investigativo optei por observar como nortes teóricos e metodológicos as discussões relativas à história, natureza e vida material. Desse modo organizei a tese em duas partes, conforme o prezado leitor pôde observar, sendo a primeira voltada mais especialmente para as reflexões acerca das ideias sobre natureza e, mais especificamente, acerca de água. E a segunda parte, integrada às relações dos moradores com objetos importantes, alguns até essenciais, nos modos de lidar com a água.

A respeito disso, lembro que não pretendi estabelecer uma divisão rígida entre as duas partes do texto, busquei discutir mais detidamente os assuntos que emergiram do estudo da documentação, mediante uma disposição dos mesmos em conexão com temas mais gerais. Devido a isso, mesmo na primeira parte da tese, avaliei que fosse necessário construir discussões sobre a vida material dos moradores de Belém, considerando as relações destes com as águas.

A princípio, meu propósito era estudar principalmente, as relações dos moradores da cidade de Belém do Pará com as águas consideradas adequadas para uso doméstico, durante o século XIX, ou seja, as águas potáveis. Nesse sentido, busquei investigar os usos dos poços, a recorrência aos aguadeiros bem como aos objetos de coleta e acondicionamento da água, referidos na documentação pesquisada (relatórios de dirigentes, inventários e testamentos, jornais, entre outros). O processo de construção da tese apontou para a necessidade de

investigar também, as relações dos moradores com as águas do entorno da cidade, bem como com as águas presentes nos interiores da mesma, identificando os objetos que se constituíram em essencialidades na lida com as águas e a consequente expansão da cidade ao longo dos oitocentos.

Nesse ponto volto a ressaltar que entre o início do século XIX e o início do XX, os habitantes de Belém conviveram com os conflitos sociais importantes, entre os quais a luta social cabana nos anos trinta e com as administrações provinciais afinadas com o poder central e implementadoras da repressão aos que eram considerados rebeldes; com epidemias diversas, tais como a varíola, a cólera, a febre amarela; e ainda, com a expansão da economia extrativa da borracha, na segunda metade do século XIX. Também nos oitocentos, os moradores da cidade de Belém vivenciaram a escravidão, além de conviverem com as questões pertinentes às migrações e ao trabalho.

Conforme refiro anteriormente, Belém era uma cidade de migrantes. Na tese, não fiz a opção pela análise mais detida da relação dessa questão com os usos da água, o que pode ser considerado uma limitação da mesma, contudo, procurei indicar que ao longo do século XIX, a cidade revelou crescimento populacional, a despeito das perdas havidas por conta das lutas políticas travadas e recidivas de doenças.

A diversidade populacional implicou indelevelmente na heterogeneidade de sensibilidades em relação às águas, ou seja, o conjunto de habitantes em Belém não era monolítico, apresentava práticas culturais variadas e que corroboravam para sentimentos também diversos em relação às águas, tais como respeito, temor, aversão e alívio.

Indígenas e mestiços destes, por exemplo, estavam costumeiramente envolvidos com as atividades nos rios – remavam com habilidade e por conhecerem os caminhos guiavam os viajantes. Vários dentre eles garantiram o sustento trabalhando nos rios e nos trapiches da cidade, mantendo grande proximidade com as águas. Aos olhos de outros moradores, repletos de estranhamento ante a sensibilidade de indígenas e mestiços destes em relação às águas, seus saberes eram úteis diante da abundância de águas no entorno da cidade e da necessidade de deslocamento.⁵⁵⁹

⁵⁵⁹ “Também Manuela Carneiro da Cunha aponta para esta dinamicidade, ao observar que *“a cultura não é algo dado, posto, algo dilapidável também, mas algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados (...)”* e, ainda, que *“o significado de um signo não é intrínseco, mas função do discurso em que se encontra inserido e de sua estrutura”*. CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil. Mito, História, Etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 101. Apud FLECK, Eliane Cristina. *Sentir, Adoecer e Morrer – Sensibilidade e Devoção no Discurso Missionário Jesuítico do Século XVII*. Tese (doutorado). Porto Alegre: PUC/IFCH, 1999. Disponível em www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000268.pdf. Acesso em 29 out. 2009.

Por outro lado, deu-se a constituição de toda uma construção textual – legislação, formação escolar, jornais, festividades e celebrações religiosas - afinada com a elaboração de outra sensibilidade, considerada adequada para uma cidade que crescia, que se pretendia civilizada e portanto, em consonância com modelos pensados como apropriados. Ou seja, tratava-se de estabelecer sobre as águas o devido controle, ampliar a autoridade do homem sobre a natureza, possibilitando o progresso, a evolução, sinônimos do que era pensado como melhoria para a cidade.

Em torno dessa discussão, relembro o discurso de 1838 do presidente provincial Soares D’Andrea, o qual já referi ao longo da tese, e que afirmava que A Província do Pará dispunha de “*vantagem sobre as outras do Império, de poder realizar quase todas as suas comunicações por água (...)*”. Para tanto, o dirigente defendia que a província deveria empregar a mão-de-obra considerada ociosa em obras públicas necessárias para encurtar as distâncias.

Tal modo de pensar não era exclusivo de Soares D’Andrea, tratava-se de uma concepção política, uma forma de lidar com os que eram considerados rebeldes, observada em muitas outras cidades e períodos do Brasil no decorrer do século XIX. Assim sendo, uma espécie de classe pensada como subalterna, constituída de diversos grupos, que poderiam ser escravizados, libertos e/ou livres seria recorrente no processo de melhoramento das condições de uma província que acabara de vivenciar o confronto cabano. Saliento que, com o avançar do século XIX, esse entendimento acerca dos lugares dos sujeitos históricos viventes em Belém no mundo do trabalho, permaneceu em vigor.

Esclareço, contudo, que tive dificuldades em lidar com a categoria “classe”, uma vez que a pesquisa limitou minhas expectativas em relação a uma melhor apreciação das posturas dos sujeitos identificados na pesquisa, como sendo de uma determinada “classe”. O que estou tentando esclarecer é que acredito que fosse necessária uma pesquisa mais ampliada para estabelecer um certo mapeamento acerca das posturas de grupos e/ou classes sociais em relação à lida com as águas.

Todavia, convém lembrar que de um modo geral, inclusive para alguns moradores escravizados, as atividades consideradas próprias de sujeitos com este estatuto jurídico eram consideradas degradantes, o que não me possibilita afirmar que assim o fosse para outros, igualmente escravizados. Esse modo de pensar foi uma construção efetivada ao longo da história do Brasil, conforme indicam outros estudos.

O crescimento populacional tornou-se expressivo a partir da segunda metade do século XIX, em consonância com a expansão da economia da borracha. Tal crescimento continuou a

ostentar como marca indiscutível, a diversificação. Conforme tenho registrado, Belém contou com expressiva quantidade de moradores migrantes, oriundos do Ceará, por exemplo, muitos dos quais partiam de sua terra de origem em busca de melhorias, advindas do trabalho prometido nas terras os seringais. Muitos acabaram por fixar moradia em Belém, engajando-se no mercado de trabalho “desqualificado”, como por exemplo, aqueles que se relacionavam ao controle e organização das águas - reparos e construção de pontes, limpeza de valas, calhas e ruas, a coleta de água em poços e posteriormente, em torneiras públicas. A lavagem de roupas e o emprego entre a criadagem de casas de morada.

A lavagem de roupa, por exemplo, foi cada vez mais impelida para os interiores das moradias, de tal modo que as roupas fossem lavadas nos quintais, distante, portanto, dos espaços mais propriamente públicos, tais como as praças. Nos anos oitenta, a partir do fechamento dos poços públicos, a “lavagem pública da roupa” ficou cada vez mais comprometida, além das proibições previstas para a prática da mesma. Convém lembrar também que, após a lavagem, as roupas eram expostas ao sol, o que também acontecia em locais públicos, incomodava alguns moradores que supostamente manifestavam-se através dos jornais, por exemplo, transgredindo o código de posturas.

Não obstante o desprezo de inúmeros moradores para com diversos trabalhos relacionados diretamente às águas, eles precisavam ser realizados e era justamente entre os habitantes denominados genericamente de “pobres”, que era recrutada a mão-de-obra empregada naquelas atividades. Aliás, em autos crimes não é raro encontrar-se registros de falas referentes ao valor do trabalho, mesmo sendo o trabalho considerado simples ou humilde, uma vez que era importante prover o sustento honestamente e não ser enquadrado como vadio.⁵⁶⁰

Na verdade, a história da cidade foi marcada por transgressões e conflitos, inclusive nos modos de lidar com as águas. Haja vista, as divergências entre o poder público e os aguadeiros, por exemplo, as imposições posturais às lavadeiras e ao costume dos banhos em lugares considerados públicos. Entretanto, nos oitocentos, as vidas dos moradores de Belém

⁵⁶⁰ APEP. Fundo: segurança pública. Secretaria de Polícia da Província. Chefatura de Polícia.. Autos crimes sobre o termo de bem viver exigido por Jacyntho Ignacio Monteiro Arantes, a parda livre Jesuína Maria da Conceição. Ano de 1880. “Segundo o relato de Jacyntho, Jesuína era uma *‘mulher de vida dissoluta e immoral dada quotidianamente a embriaguez e assim, com gestos e palavras offende não só a vizinhança como diretamente a família do queixoso.’* Várias testemunhas neste processo depuseram que realmente Jesuína era *‘dada a embriaguez’*, todavia era *‘trabalhadeira’* e não *‘vadia’*, ou seja, *‘vivía constantemente a trabalhar’* com *‘panellas n’a cabeça’* fazendo vendas pelas ruas. Ou seja, o trabalho seria, conforme enfocarei mais adiante, um atenuante importante para Jesuína, afinal, embora criasse constrangimentos através de impropérios que pronunciava eventualmente, era capaz de produzir e vender regularmente”. Apud ALMEIDA, Conceição M. R. de. *O termo insultuoso: ofensas verbais, história e sensibilidades na Belém do Grão Pará (1850-1900)*. Dissertação (mestrado). Belém: UFPA/CFCH/PPHIST, 2006. P. 57.

também foram marcadas pelas celebrações, festas, momentos de conagração que preencheram as existências dos moradores.

O noticiário jornalístico, a palavra escrita de dirigentes provinciais, as produções literárias, estão prenhes de referências às inúmeras celebrações realizadas na cidade. Em meio a elas, os habitantes indistintamente traçaram suas relações com as águas. Não foram poucos, por exemplo, os que jogaram o entrudo ou que compareceram às celebrações religiosas em meio às águas das chuvas invernosas, ou à lama acumulada nos diversos logradouros. Em jornais e crônicas constam histórias de moradores que submetiam-se à lama e empoçamentos para participar da festividade de Nossa Senhora de Nazaré, durante o mês de outubro.

Nesse sentido não seria inadequado afirmar que havia várias “Beléns”, nas quais moradores marcados por similaridades e também por profundas diferenciações conviveram e construíram um cotidiano do qual a relação com as águas foi um elemento constante. Entendo contudo, que no tocante a tais relações, predominaram as semelhanças de sensibilidade, no sentido de que naturalizavam-se ideias de que morar bem significava ter sua moradia em local não alagadiço, por exemplo, ou ainda, livre dos lamaçais e que aqueles que assim não pensassem deveriam ser educados para fazê-lo, em nome do progresso, da vitória de um modo civilizado de conviver com as águas. Nesse sentido, a adesão a tal modo de pensar deveria ser geral, de tal maneira que mesmo os ditos pobres e/ou iletrados o incorporassem em seu “dia-a-dia”.

Da mesma forma também era necessário observar cuidados quanto ao acondicionamento da água potável nos interiores das moradias, fosse em potes, bilhas ou filtros, os quais deveriam permanecer devidamente limpos, asseados. Ou seja, lidar com a água deveria implicar na incorporação de hábitos de higiene, reproduzidos em regular frequência tanto nos interiores das moradias quanto nos ditos espaços públicos da cidade.

Com o avançar dos oitocentos, em relação ao controle das águas, houve o predomínio do discurso civilizador. Essa preponderância fluiu de uma construção realizada a longo prazo, fixou-se além do século XIX e materializou-se por intermédio das obras levadas a efeito, bem como da legislação aprovada.

Nesse ponto, ressalto que de um modo geral, os moradores da cidade buscaram desenvolver modos de controlar as águas, ou seja, de conhecê-las, percorrê-las, apropriar-se delas levando-as consigo para os interiores de suas casas e prédios em geral. Ou seja, no processo de submissão das águas a culminância seria o fluir desse líquido para o interior de moradias e prédios em geral. Uma vez constante dos interiores, aquela seria uma água privada, à qual recorreriam, sempre que desejassem os moradores.

Mas as águas servidas assim como as pluviais também foram objeto de preocupação de dirigentes locais. Engenheiros foram envolvidos em cálculos para estudos sobre o nivelamento e escoamento das águas da cidade praticamente plana e cheia de baixos terrenos e igapós. Médicos manifestaram-se, inclusive através de jornais, sobre a necessidade de dar esgotamento às águas paradas. Os alertas e discursos repetiam-se, em função de dar combate aos sentimentos de indiferença que pudessem corroborar para a permanência das águas estagnadas e conseqüentes males que elas proliferariam, acreditavam.

Ao longo dos oitocentos a mobilização dos moradores para o combate às águas paradas obedeceu a uma hierarquia de certo modo conhecida - desde engenheiros, responsáveis pela elaboração e fiscalização das obras de esgotos, aos chamados “operários”, trabalhadores diretos nas obras de escoamento. Tratava-se de dar continuidade ao processo de controle e organização das águas, desta feita, promovendo o esgotamento de modo a secar a cidade e ocultar de olhos e olfatos educados, as “águas más”.

No decorrer dos oitocentos, o princípio do saneamento foi intensamente discutido pelos dirigentes, sobretudo com o eclodir das epidemias e o crescente número de mortos. A luta contra as águas pútridas das valas, a lama, as águas dos pântanos, dos terrenos baixos, das áreas de igapós e também dos quintais foi amplamente intensificada.

O empenho propalado pelas autoridades dirigentes nem sempre encontrava, conforme expus no decorrer da tese e já discutido em outros estudos, o eco esperado nos moradores da cidade, advindo daí a insistência dos grupos de estudiosos e dirigentes. Tratava-se, portanto, de naturalizar a ideia de consolidação de vitória da salubridade em Belém, procurando aproxima-la, de certo modo, das cidades cujas mudanças alavancaram-nas nos degraus da evolução. Nesse sentido, as cidades exemplares ou evoluídas estariam no ocidente europeu e partes restritas da América.

A ideia de evolução de superação dos costumes considerados inferiores, contaminou indistinta e lentamente moradores de diferentes camadas sociais da cidade. Foi um processo lento, que adentrou pelo século XX, mas que recebeu atenção de dirigentes de plantão para proliferar-se entre distintas camadas sociais, através das escolas, da palavra escrita em livros e jornais, das leis implementadas em códigos posturais. A insistência era necessária, posto que se encontrava em pauta, a promoção de mudanças nos modos de pensar e sentir, ou mais especificamente, nos modos de pensar as relações com as águas e com a cidade de Belém e, mais especificamente, com as moradias. Nessa perspectiva, o sentimento de apreço pela cidade, local da moradia, englobava também o sentido de desejá-la limpa, livre de águas

pútridas, com valas e canais funcionando a contento, com canos de esgoto desenvolvendo suas funções e calçamentos alinhados.

A movimentação das águas deveria ser regular, mediante os princípios reguladores do progresso, ou seja, a estagnação a nada de proveitoso levava, então as águas deveriam ser devidamente esgotadas em todos os espaços da cidade, como também nos interiores domésticos. Por conta desse modo de pensar, o deslocamento das águas também era pensado como necessário para os interiores de valas e canos de esgotos. Em outras palavras, a cidade continha água em abundância, era importante organizar tanto a entrada quanto a saída da mesma tanto nos espaços ditos públicos, como também dos interiores das casas de morada.

Afinal, a expansão da cidade refletiu também o surgimento de moradias, muitas em condições precárias, conforme registram os jornais ao descreveram os cortiços, por exemplo, e conjuntamente os quintais cheios de água estagnada e lama, bem como o mal cheiro reinante contaminando o ar e comprometendo a saúde dos habitantes que, desprovidos de recursos, precisavam submeter-se a tantas agruras.

Finalmente, mais uma vez advirto que no decorrer da pesquisa não emergiram, de modo explícito, os sentimentos da grande maioria dos habitantes em relação às expectativas “evolucionistas” de grupos afinados com tal modo de pensar. Todavia, entendo que a repetição dos escritos, inclusive das leis, relativos à necessidade de saneamento, de cultivo dos hábitos de limpeza, tanto corporal quanto da moradia e dos logradouros, tendem a refletir as permanências de costumes adversos às “leis de progresso e evolução” abordadas por determinados grupos militantes das mesmas.

Importante reforçar também que no processo de canalização da água para os interiores das moradias, foi importante o estabelecimento da Companhia de Águas, no início dos anos oitenta dos oitocentos. Embora a maioria dos moradores da cidade tenha ficado excluída da canalização da água potável, os dirigentes da companhia e da cidade de Belém, anunciavam a expansão desse processo, o que significava o aprofundamento da invisibilidade da água, assim como a intensificação do processo de domesticação da mesma.

Outrossim, o movimento daqueles moradores que iam e vinham em busca da água que acondicionariam nas moradias, deveria declinar e ser substituídos por outros, que ocorreriam cada vez mais nos interiores das casas. Mas, tal mudança demandou alguns anos, pois a companhia estabeleceu torneiras em vários pontos da cidade, além do que, havia queixas quanto ao funcionamento regular das mesmas.

É possível então, que a maioria dos moradores de Belém não se ressentisse da ausência da água encanada em suas moradias, sobretudo nos primeiros anos de atuação da

companhia. Nesse ponto convém lembrar o trabalho dos aguadeiros, a persistência dos poços, senão os públicos, fechados nos anos noventa do século XIX, os particulares, solidarizados por alguns, bem como a possibilidade da obtenção da água em rios e igarapés e pântanos, encontrados na cidade. Permanências e transformações, coexistindo no processo de controle das águas em Belém.

A respeito disso, é fato que os moradores precisaram arcar com custos relativos à canalização em suas moradias. Muito possivelmente, tal imposição retardou o processo nos interiores de muitas moradas, o que contribuiu para a persistência da mobilização de alguns moradores pelos logradouros da cidade, em busca da obtenção da água. Acerca dessa questão, é importante lembrar que o dia-a-dia das moradias implicava em afazeres relacionados aos usos da água. Em decorrência disso, destaquei alguns ofícios, que denominei “da água”, que guardavam íntima relação com as casas de morada, e não raramente, com os espaços das ruas, travessas e praças – o de aguadeiro, lavadeira e cozinheira (o).

Ao discutir questões relativas aos ofícios da água referi vários objetos usados pelos trabalhadores. Pipas, potes, bacias, canecos, baldes, tinas, panelas, caldeões, chaleiras e bules, cuias, pratos fundos e copos, são apenas alguns dentre outros tantos, que foram incorporados cotidianamente pelos moradores de Belém. Os ditos objetos, porém, tiveram significados diversos para aqueles que recorreram a eles. Tais significados estiveram conectados ao contexto também diverso do século XIX, ao longo do qual os moradores conviveram com conflitos sociais intensos, inúmeras enfermidades, mortes, atividade comercial expressiva, crescimento populacional, efetivação de obras públicas ligadas às transformações da cidade e as importantes celebrações religiosas, como as festividades do Espírito Santo, da Trindade e a de Nossa Senhora de Nazaré, todas com procissão, realização de missas e comemoração ao longo de dias.⁵⁶¹

Conforme tenho repetido, as relações com as águas, de algum modo estiveram presentes guardando importâncias variadas naqueles momentos. Afinal a água, conforme escreveu Daniel Roche em relação à “*França da Idade Média à era industrial*”, “*intervinha em primeiro lugar na formação das cidades e na construção dos seus espaços. Ela impunha*

⁵⁶¹ ALMEIDA, Conceição M. R. de. *O termo insultuoso: ofensas verbais, história e sensibilidades na Belém do Grão Pará (1850-1900)*. Dissertação (mestrado). Belém: UFPA/CFCH/PPHIST, 2006. Pp. 28-9.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. P. 188. Em relação à “força simbólica da água”, o autor registrou que “a água acompanhou a vida dos homens nas sociedades pré-industriais e tradicionais, do nascimento até a morte, do batismo aos rituais funerários; (...). A Igreja, por suas liturgias, conferia à água um lugar importante, e nisso também ela encontrava um terreno propício para invadir as “superstições” dos povos e controlá-los. (...) A água modelava o imaginário coletivo associando o pensamento científico, a invenção dos poetas e a dos artistas.”

equipamentos e toda uma maquinaria cuja complexidade aumentava e, com ela, as despesas urbanas.”⁵⁶² Em Belém, observando as especificidades, o processo de organização das águas não foi tão diferente.

Florescida entre as águas, “*geográfica e historicamente*”, conforme anotou Eidorfe Moreira, a capital do Pará foi expandida sobre e entre elas. Muitos eram os caminhos de águas e muitas, as águas dos caminhos. Indispensável a todos os moradores da cidade, foram as águas submetidas a princípios de ordenação.⁵⁶³

Obtida nos poços e fontes, acondicionada em potes e pipas, a água considerada potável adentrou moradias e foi ocultada em bilhas e filtros. A princípio pelas mãos dos habitantes, até que por intermédio de canos e torneiras, ganhou a invisibilidade considerada adequada ao “inexorável” progresso e invisivelmente era esgotada. Todavia o processo em questão não fluiu igualmente para todos os moradores, e mesmo no decorrer do século XX e princípios do XXI, inúmeros são os habitantes de Belém, atingidos pela carência de água e às voltas com a abertura de poços e usos de baldes, latas, bacias, potes e bilhas.

Sempre entrelaçada às relações construídas com as águas, Belém prosseguiu seu crescimento ao longo do século XX. Devido a isso, este não pode ser pensado como um estudo concluído, pois é possível estabelecer outros diálogos a partir das relações construídas entre os habitantes e as águas em Belém e no Pará.

⁵⁶² ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. P. 186.

⁵⁶³ MOREIRA, Eidorfe. *Belém e sua expressão geográfica*. In: Obras reunidas de Eidorfe Moreira. Belém: Cejup, 1989.

FONTES

1) Manuscritas:

CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA / UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA.

AUTOS CIVEIS DE TESTAMENTO

Autos de testamento nuncupativo para redução a pública forma em que são testadora D. Maria de Nazareth Paes Ferreira e requerente, João Maria de Lima Rodrigues. Ano de 1905.

AUTOS CÍVEIS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TESTAMENTOS

Auto de Prestação de Contas do Testamento da finada Dona Josefa Joaquina de Souza. Ano de 1854.

Autos de Contas do Cumprimento do Testamento do finado Gregório Ferreira da Costa. O testamento é de 10/04/1850.

AUTOS CIVEIS DE INVENTARIOS

Autos Cíveis de Inventários a que se procedeu por falecimento de Lizarda Maria da Purificação. Datado de 09/03/1810.

Autos Cíveis de Inventários a que se procedeu por falecimento de João da Costa Machado. Datado de 30/05/1811.

Auto de Inventário dos bens do Reverendíssimo Conego Felis Jose Ramos. Ano de 1823.

Auto de Inventário dos Bens do casal de Anacleto Raimundo Alves da Cunha. Ano de 1822.

Autos cíveis de Inventários dos bens da falecida Donna Maria Victoria do Nascimento. Datado de 22/05/1837.

Auto Cíveis de Inventário em que são inventariados Antonio Coutinho de Miranda e Anna Francisca Maciel Coutinho e inventariante Francisca Maria Ferreira Coutinho. Anno de 1837.

Auto Cíveis de Inventário dos bens do major José Candido Ferras. Datado de 25/02/1838.

Autos Cíveis de Inventários dos bens deixados por Manoel Joaquim Guedes. Datado de 09/11/1871.

Autos Cíveis de Inventarios de Donna Victoria Maria Pestana – Juízo de Direito da Segunda Vara da Provedoria de Capellas e Resíduos da Capital do Pará. Ano de 1876.

Autos Cíveis de Inventarios de Antonio Joaquim de Sousa Martins – Juízo de Direito da Segunda Vara da Provedoria de Capellas e Resíduos da Capital do Pará Ano de 1881.

Autos Cíveis de Inventários dos bens de João de Castro Freitas. Datado de 26/08/1881.

Autos de Inventários dos bens que ficaram por falecimento de José Pereira da Silva.

Autos cíveis de inventário de João de Castro Freitas. Ano de 26/08/1881.

Autos de Inventários dos bens do Casal de Joaquim Ribeiro de Sousa Pacheco e sua mulher Donna Jozefa Maria Calandrini. Cartório Odom Gomes. Ano de 1820.

Autos Cíveis de Inventário dos bens do finado Manoel Joaquim de Faria Maciel. Datado de 19/11/1810.

Autos Cíveis de Inventário dos bens do finado José Antonio Nunes. Datado de 05/05/1823.

Autos Cíveis de Inventário dos bens do finado Joaquim Maria Franco. Datado de 17/12/1838.

Autos Cíveis de Inventário e Partilhas em que é inventariada Verissima Maria do Couto e inventariante Antonio Rodrigues de Lima. Ano de 1875.

Autos cíveis de Inventários em que é inventariado Caetano Publio da Cunha Braga e inventariante Filipe José de Lima. Datado de 01/02/1876.

Autos de testamento nuncupativo para redução a publica forma em que são testadora Dona Maria de Nazareth Paes Ferreira e requerente: João Maria de Lima Rodrigues. Datado de 29/09/1905.

Autos Cíveis de Inventário dos bens do finado José Antonio Nunes. Datado de 05/05/1823.

Autos Cíveis de Inventario a que se procedeo por fallecimento de Jozé Lopes da Fonseca. Datado de 07/07/1810.

Traslado dos Autos de Inventário dos Bens do casal de Francisco José da Costa, por fallecimento de sua mulher donna Maria Victoria dos Santos, os quaes por appellação sobem do Superior Tribunal da Rellação da Cidade de São Luis do Maranhão. Datado de 16/02/1848.

Authos Cíveis de Inventario e Partilhas Amigáveis que entre si fizeram a viúva e herdeiros do finado Antonio Jozé Machado. Datado de 22/04/1851.

Autos Cíveis de Inventário dos bens do finado Joaquim Maria Franco. Datado de 17/12/1838.

Autos Cíveis de Inventários de Donna Theresa de Assumpção Madureira Pantoja. Ano de 1875.

Autos Cíveis de Inventário e Partilhas em que é inventariada Verissima Maria do Couto e inventariante Antonio Rodrigues de Lima. Ano de 1875.

Pesquisei e trabalhei mais detidamente com um conjunto de 300 autos cíveis de inventários, testamentos e prestação de contas de testamentaria. Disponho aqui, os que são referidos no decorrer da tese.

Série: desapropriação.

Processo de desapropriação em que é requerente o Governo do Estado do Pará e requerida a Companhia das Aguas do Gram Pará. Datado de 25/03/1895

AUTOS CRIMES

Fundo: Tribunal de Justiça do Estado/PA. Juízo Municipal

Autos crimes de defloramento de Guilhermina Guedes dos Santos, em que é réo João Paulo Alves do Nascimento. Ano de 1899

Summarissimo pelo crime de injurias verbaes em que é autor Francisco Valente Loureiro e réo José Vieira Alvarenga. Juízo Municipal. Ano de 1873.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Fundo: Secretaria da Presidência da Província

Série: Requerimentos.

Série: Offícios diversos

Série: Offícios da Repartição de Obras Públicas.

Série: Offícios do Colégio Nossa Senhora do Amparo.

Documentação relativa principalmente à segunda metade do século XIX.

Fundo: Secretaria de Polícia da Província

Série: Abaixo-Assinados

Fundo: segurança pública.

Série: ocorrências policiais. Ano: 1905.

Autos Crimes

Autos crimes de exame de corpo de delito procedido em Florentino da Conceição Nogueira. Ano de 1895.

Autos crimes sobre o termo de bem viver exigido por Jacyntho Ignacio Monteiro Arantes, a parda livre Jesuína Maria da Conceição. Ano de 1880.

Autos crimes de assignação de termo de bem viver em que é queixosa Augusta Campello e querellada Olímpia da Costa Brasil. Ano de 1896.

Auto de Perguntas feitas a Severiana Thereza da Fonseca. Ano de 1882.

AUTOS CIVEIS DE INVENTARIOS**Fundo: Juízo de Órfãos e Ausentes da Capital**

Autos de Inventários e Partilhas dos bens que ficaram por fallecimento de José Pereira Rebello Braga. Ano de 1848.

Autos Cíveis de Inventário e Partilhas em que é inventariado Jesuíno Ribeiro da Silva e inventariante Donna Maria Lobo da Silva. Datado de 01/05/1880.

Autos Cíveis de Inventários de Manoel Pinto Marques. Juízo de Orphãos. Datado de 22/10/1890.

2) Impressas:**ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

Collecção das Leis da Provincia do Gram-Pará:

“Código de Posturas Municipaes” de 1848. In: Collecção das Leis da Provincia do Gram-Pará. Tomo X. 1848;

“Código de Posturas para a Câmara Municipal de Belém”. In: Collecção das Leis da Provincia do Gram Pará do Anno de 1880. Tomo XLII. Impresso na Typographia do Diario de Noticias. 1880-1881.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ “ARTHUR VIANNA”**SEÇÃO DE MICROFILMAGEM**

“*Almanak Paraense de Administração, Comércio, Industria e Estatistica*” – Primeiro Anno: 1883. Para: Typ. de Assis e Lemos.

Jornais:

O Paraense, nº 2 de 25/05/1822;

Treze de Maio, 21º trim., nº 503, de 03/05/1845; Treze de Maio, 24º trimestre, nº 583, e 25/02/1846; Treze de Maio, nº 809, de 10/06/1848; Treze de Maio, 14º anno, nº 255, de 19/11/1853; Treze de Maio, 14º anno, nº 265, de 13/12/1853; Treze de Maio, 15º anno, nº 418, de 05/12/1854; Treze de Maio, 14º anno, nº 322, de 25/04/1854;

A Epocha, anno II, nº 42, de 22/02/1859; A Epocha, anno II, nº 58, de 14/03/1859; A Epocha, anno II, nº 135, de 18/06/1859; A Epocha, anno II, nº 134, de 17/06/1859; A Epocha, anno II, nº 198, de 05/09/1859;

Diario de Belém, anno I, nº 36, de 19/09/1868; Diario de Belém, anno I, nº 22, de 30/08/1868; Diario de Belém, anno IV, nº 26, de 01/02/1871; Diário de Belém, anno IV, nº 36, de 14/02/1871; Diário de Belém, anno IV, nº 37, de 15/02/1871; Diario de Belém, anno XIV, nº 94, de 29/04/1881;

Diario do Gram-Pará, anno V, nº 289, de 11/12/1857; Diário do Gram-Pará”, anno VII, nº 14, 16/01/1860; Diário do Gram-Pará, anno VII, de 26/3/1860; Diario do Gram-Pará, anno VII, nº 37, de 19/04/1860; Diario do Gram-Pará, anno VIII, nº 98, de 11/05/1861; Diario do Gram-Pará, anno VIII, nº 205, de 10/09/1861; Diario do Gram-Pará, anno VIII, nº 221, de 02/10/1861; Diario do Gram-Pará, anno VIII, nº 285, de 14/12/1861; Diário do Gram-Pará, anno 34, nº 221, de 01/10/1885; Diario do Gram-Pará, anno 34, nº 287, de 12/11/1885; Diario do Gram-Para, anno 34, nº 249, de 03/11/1885; Diario do Gram-Para, anno 35, nº 54, de 09/03/1886;

Diario do Comercio, anno V, nº 157, de 21/06/1859;

A Provincia do Para, anno I, nº 18, de 19/04/1876; A Província do Pará, anno X, nº 2627, de 29/01/1885; A Provincia do Pará, anno X, nº 2667, de 19/03/1885; A Província do Pará, anno X, nº 2698, de 29/04/1885; A Província do Pará, anno X, nº 2699, de 30/04/1885; A Provincia do Pará, anno X, nº 2703, de 05/05/1885; A Provincia do Pará, anno X, nº 2932, de 12/02/1886; A Provincia do Pará, anno XI, nº 2959, de 16/03/1886;

Diario de Noticias, anno IV, nº 282, de 12/12/1883; Diario de Noticias, anno , nº 218, de 28/09/1885; Diario de Notícias, anno VI, de 03/11/1885; Diário de Notícias, anno VI, nº 261, de 17/11/1885; Diario de Noticias, anno nº 61, 17/03/1887; Diario de Noticias, anno VIII, nº 143, de 29/06/1887; Diario de Noticias, anno VIII, nº 147, de 03/07/1887; Diario de Noticias, anno IX, nº 37, de 16/02/1888; Diario de Noticias, anno IX, nº 115, de 22/05/1888; Diario de Noticias, anno XV, nº 11, de 07/11/1897.

O Nacional, anno II, nº 11, 07/11/1897;

A Constituição, anno VII, n. 194, de 31/08/1880; A Constituição, anno VII, números 195, 196 e 197, dias 01, 02 e 03 de setembro de 1880; A Constituição, anno VII, n. 211, de 22/09/1880; A República, anno I, nº 76, de 23/05/1890; A República, anno II, nº 382, de 05/06/1891.

Também desenvolvi a pesquisa em outros jornais, tais como “O Paraense”, “O Teo Teo”, “O Beija-Flor”, “O Incentivo”, “Gazeta de Notícias”, “A Arena”, A Estrela do Norte”. Liste aqui os que foram recorrentes na escrita da tese.

SEÇÃO DE OBRAS RARAS

Collecção das Leis da Provincia do Gram-Pará:

“Código de Posturas Municipaes” de 1848. In: Collecção das Leis da Provincia do Gram-Pará. Tomo X. 1848;

“Código de Posturas para a Câmara Municipal de Belém”. In: Collecção das Leis da Província do Gram Pará do Anno de 1880. Tomo XLII. Impresso na Typographia do Diario de Noticias. 1880-1881.

BAENA, Antonio Ladisláo Monteiro. *Ensaio Corografico sobre a Província do Pará*. Pará: Typographia de Santos Menor, 1839

CAMPOS, Américo de. *Noções Geraes de Hygiene*. Belém: Livraria Editora Escolar, 1912.

CARVALHO, João Marques de. *A Bubônica: revista de sucesso paraense em 1 acto e quatro quadros*. Belém: A Provincia do Pará, 1904.

CHERMONT, Olympio Leite. *Casas para Trabalhadores – Breve Estudo*. Belém: Tip. Da Imprensa Oficial, 1899.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Miscelânea Histórica: para servir de explicação ao prospecto da Cidade do Pará 1783-1784*, (texto datilografado).

LADISLAU, Alfredo. *Scenas da vida paraense: ligeiros contos*. Belém: Typographia da Imprensa Oficial, 1904.

_____. *Terra Imatura*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971. (Coleção literatura paraense. Série Inglês de Souza).

SILVA, Antonio de Moraes. “*Diccionario de Língua Portuguesa*” – Recopilado – dos vocábulos impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito accrescentado. Lisboa: Typographia Lacerdina. Anno de 1813.

VIANNA, Arthur. *As Epidemias no Pará*. Pará/Belém: Imprensa do Diario Official. 1906.

Belém. Corpo de Bombeiros. Regulamento do Corpo de Bombeiros Municipal. Belém: secção de obras d’Provincia do Pará. 1909.

Plantas/Mapas

Planta “Mandada levantar pela Vereação do Quatriênio de 1883-1886 pelo Engenheiro da Câmara Manoel Odorico Nina Ribeiro”.

MUSEU PARAENSE “EMILIO GOELDI”/COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO/BIBLIOTECA.

Mapa da costa do Pará, com os rios Guamá, Acará, Capim e Gurupy. 1900.

Belém - Mapa Cadastral – Pará. Comissão de Saneamento Planta da Cidade de Belém do Pará. 1899.

Planta da cidade de Belém com a rede de abastecimento d’água.

BIBLIOTECA CENTRAL PROF. DR. CLODOALDO BECKMANN/UFPA

Obras raras

ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Império do Brasil comprehendendo as respectivas divisões ecclesiasticas, eleitoraes e judiciárias*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico. 1868.

BOLONHA, Francisco. *Canal de Água Preta*. Belém-Pará: Off. Graphics do Instituto “D. Macedo Costa” (Escola Profissional do Estado). 1939.

VERISSIMO, José. *A pesca na Amazônia*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C. 1895.

VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: UFPA, 1970. (Coleção Amazônica).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES/1ª COMISSÃO DEMARCADORA DE LIMITES/BELÉM, PARÁ.

MUNIZ, João de Palma. *Patrimônios dos Conselhos Municipais do Estado do Pará*. Paris/Lisboa: AILLAUD & Cia., 1904.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO/RJ

Coleção “Manuel Barata”: “Mappa Aproximado da População da Província do Pará no Anno de 1853 a 1854”. Secretaria do Governo da Provincia do Pará.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Coleção “Iconografia”. Fidanza, F. A. “*Travessa de São Matheus, também conhecida como Estrada das Mangubas, atual Rua Pe. Eutíquio.*”

Coleção “Cartografia”. “Planta da cidade de Belém com a primeira légua patrimonial demarcada / por José Sydrim; auxiliado por José Moreira da Costa”.

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO

“Planta do Pantano chamado Piri”.

“Planta da Cidade do Pará”.

MUSEU PAULISTA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Acervo do Serviço de Objetos

MUSEU DA CASA BRASILEIRA

“Conjunto de vasilhas dos séculos XVIII e XIX, em latão ou cobre, que pertenceram ao pintor paulista Pedro Alexandrino”.

ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE LISBOA/PORTUGAL.

Conjunto de documentos: Erário Régio - “Carta para Martinho de Souza Albuquerque, Governador e Capitão General da Capitania do Pará datada de 21 de maio de 1787.”

SÍTIOS

www.ufpa.br/cma - Centro de Memória da Amazônia/UFGA

“Panorama do Pará em Doze Vistas. Desenhadas por J. Léon Righini” – digitalizada por Lucia Mindlin Loeb.

<http://www.brasilimperial.org.br/c24a73.htm> -

Brasil. Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brasil. Jurada a 25 de março de 1824.

<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pará> - Center for Research Libraries

Discurso que o presidente da Provincia do Pará Soares D’Andrea fez na abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial em 2/03/1838. Typographia Restaurada de Santos e Santos menor.

Discurso recitado pelo Presidente da Provincia do Pará Bernardo de Souza Franco, por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15/08/1839. Pará, Typ. de Santos & menor, 1839.

Discurso recitado pelo Doutor João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Pará, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1840. Pará, Typ. de Santos & menor, 1840.

Discurso recitado pelo Presidente da Provincia do Pará Bernardo de Souza Franco, por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 14 de abril de 1841. Pará, Typ. de Santos & menor, 1841.

Discurso recitado pelo exm.o snr. Dr. João Maria de Moraes, Vice-Presidente da Provincia do Pará, por ocasião da abertura da 2ª Sessão da Quarta Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de agosto de 1845. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1845.

Falla dirigida por Jeronimo Francisco Coelho, presidente da Provincia do Gram-Pará á Assembleia Legislativa Provincial na abertura da sessão ordinária no dia 1 de outubro de 1848. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1848.

Relatorio feito pelo Presidente desta Provincia Jeronimo Francisco Coelho e entregue ao 1º Vice Presidente em exercício o Dr. Ângelo Custodio Correa em 1 de agosto de 1850. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1850.

Relatorio apresentado ao exm.o snr. dr. José Joaquim da Cunha, presidente da provincia do Gram Pará, pelo commendador Fausto Augusto d'Aguiar por ocasião de entregar-lhe a administração da provincia no dia 20 de agosto de 1852. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1852.

Falla que o Dr. José Joaquim da Cunha, presidente desta Província dirigio a Assembleia legislativa Provincial, na abertura da mesma Assembleia no dia 15 de agosto de 1853.

Relatorio feito pelo Exm. Senr. Doutor Ângelo Custodio Correa, 1º Vice Presidente desta Província, por ocasião de dar posse da administração da mesma ao Exm. Senr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros, em o dia 16 de novembro de 1853. Pará. Typographia de Santos & Filhos. 1853.

Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Para no dia 15 de agosto de 1856, pelo presidente Henrique de Beaurepaire Rohan. Typ. de Santos & filhos, 1856.

Discurso da abertura da Sessão Extraordinaria da Assembleia Legislativa Provincial do Pará em 7 de abril de 1858. Pelo Presidente Dr. João da Silva Carrão. Ty. Do Diario do Commercio.

Relatório lido pelo Vice-Presidente da Província Dr. Ambrosio Leitão da Cunha, na abertura da primeira sessão ordinária da Assembleia Legislativa no dia 15 de agosto de 1858. Pará, Typographia Commercial de A. J. R. Guimarães.

Relatorio que o Presidente da Provincia do Pará Antonio Coelho de Sá e Albuquerque apresentou ao Vice-Presidente Fábio Alexandrino de Carvalho Reis ao passar-lhe a administração em 12 de maio de 1860. Pará, Typ. Commercial de A.J. Rabello Guimarães, 1860.

Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa da Provincia do Pará pelo presidente Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1 de setembro de 1862. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa da Provincia do Pará dirigido pelo Presidente da Provincia Francisco Carlo de Araujo Brusque no dia 1 de novembro de 1863. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1863.

Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa Provincial pelo presidente provincial por s. exc.a o sr. vice-almirante e conselheiro de guerra Joaquim Raymundo de Lamare, em 15 de agosto de 1867. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1867. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1867.

Relatório de 06 de agosto de 1868, com que o Excellentissimo Senhor Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra Joaquim Raymundo de Lamare passou a administração da Provincia do Gram-Pará para o Excellentissimo Senhor Visconde de Arary, 1º Vice-Presidente. Typographia do Diário do Gram-Pará.

Relatorio com que o Excellentissimo Senhor Presidente da Provincia Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo entregou a administração da Provincia do Gram-Pará ao Excellentissimo Senhor 2º Vice-Presidente Coronel Miguel Anonio Pinto Guimarães. Em 16 de Maio de 1869. Pará. Typographia do Diario do Gram-Pará.

Relatorio apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na Primeira Sessão da 17ª Legislatura pelo quarto Vice-Presidente Dr. Abel Graça. Pará: Typographia do Diario do Gram-Pará, 1870.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial pelo quarto vice-presidente, dr. Abel Graça. Datado de 15 de agosto de 1870. Pará, Typ. do Diario do Gram-Pará, 1870.

Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1872 pelo Presidente da Provincia Abel Graça. Pará, Typ. do Diario do Gram-Pará, 1872.

Relatorio apresentado pelo exm. sr. Barão da Villa da Barra em 5 de novembro de 1872, por ocasião de passar a administração da província ao 2º vice-presidente o exm. Sr. Barão de Santarem. Typ. do Diario do Gram-Pará. 1872.

Relatorio em que o exm. Sr. doutor Domingos José da Cunha Junior, presidente da provincia, abriu a 2.a sessão da 18.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial em 1 de julho de 1873. Pará, Typ. do Diario do Gram-Pará, 1873.

Relatorio apresentado ao exm. senr. dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides pelo exm. senr. dr. Pedro Vicente de Azevedo, por ocasião de passar-lhe a administração da provincia do Pará, no dia 17 de janeiro de 1875. Pará, Typ. de F.C. Rhossard, 1875.

Relatorio apresentado pelo presidente da provincia do Pará Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, á Assembléa Legislativa Provincial, no dia 15 de fevereiro de 1876. Pará: Travessa de S. Matheus N. 29, 1876.

Falla com que o exm. sr. dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 2.a sessão da Assembleia Legislativa da provincia do Pará em 15 de fevereiro de 1877. Pará, Typ. do Livro do Commercio, 1877.

Falla com que o Doutor José Coelho da Gama e Abreu Presidente da Provincia Abriu a 2ª Sessão de 21ª Legislatura da Assembleia Legislativa da Província do Gram-Pará, em 16 de Junho de 1879.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1881 pelo exm. sr. dr. José Coelho da Gama e Abreu. Pará, Typ. do Diario de Noticias de Costa & Campbell, 1881.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1881 pelo exm. sr. dr. José Coelho da Gama e Abreu. Pará, Typ. do Diario de Noticias de Costa & Campbell, 1881.

Relatorio com que o exm. sr. presidente, dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, passou a administração da provincia ao exm. sr. 1.o vice-presidente, dr. José da Gama Malcher. Pará, Typ. do “Liberal do Pará”, 1882.

Relatorio com que o Capitão-Tenente Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes passou a administração do Estado do Pará em 24 de junho de 1891 ao Governador Dr. Lauro Sodré, eleito pelo Congresso Constituinte em 23 do mesmo mez.

Mensagem dirigida pelo Sr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em 7 de abril de 1894.

Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. Lauro Sodré, governador do Estado, ao expirar o seu mandato, no dia 1º de fevereiro de 1897.

Procedi a consulta de todas as falas, relatórios e mensagens disponibilizadas no site, relacionei contudo, a documentação que refiro ao longo da tese.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No rio Amazonas (1859)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Coleção Amazônia. Série José Veríssimo. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.

BATES, Henry Walter. *Um Naturalista no Rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

RAIOL, Domingos Antonio. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, 3 v.

SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. 3 v.

VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

BIBLIOGRAFIA

- ADONIAS, Isa e FURRER, Bruno. *Mapa: Imagens da Formação Territorial Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emilio Odebrecht, 1993.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- _____. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007.
- ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP, 1998.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808 - 1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ARIÈS, Philippe e CHARTIER, Roger. *História da vida privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. *História da vida privada, 4*
- ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.
- ARRUDA, Gilmar (org.). *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no renascimento – o contexto de François Rabelais*. São Paulo – Brasília: Hucitec, 1993.
- BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 2004. (Debates)
- BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004.
- BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra na Amazônia (Sécs. XVII – XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2001.
- BEZERRA NETO, José Maia e GUZMÁN, Décio de Alencar. (Orgs.) *Terra Matura: Historiografia e História Social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- BOURG, Dominique (direção). *Os Sentimentos da Natureza*. Lisboa: Instituto Piaget. 1993 (Coleção – Perspectivas Ecológicas).
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II. Vol. I*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda. 1979.
- _____. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II. Vol. II*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda. 1979.
- _____. *Civilização material e capitalismo – séculos XV-XVIII / Tomo I*. Lisboa – Rio de Janeiro: Edições Cosmos, 1970.
- _____. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BRESCIANI, Stela e NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2004.

- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Global, 2004.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COELHO, Geraldo M.. *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém, CEJUP, 1992.
- COIMBRA, Osvaldo. *A Saga dos primeiros construtores de Belém*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *O Território do Vazio; a praia e o imaginário social*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- COUTO, Cristina. *Arte de cozinha: alimentação e dietética em Portugal e no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.
- CRUZ, Ernesto. *A água de Belém – sistemas de abastecimento usados na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1944.
- _____. *História de Belém*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973. V. 1 e 2. (Coleção Amazônia)
- _____. *Belém: aspectos geo-sociais do município*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1945. Volume 1.
- _____. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992.
- _____. *História do Pará*. 1º volume. Belém: Governo do Estado do Pará. 1973.
- CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. *Pequena Chorographia da Provincia do Pará*. Belém: Typ. do Ciaro de Belem, 1887.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna: oito ensaios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente (1300 - 1800)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DIEGUES, Antonio Carlos (organizador). *A imagem das águas*. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Unidas Brasileiras/ USP, 2000.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo: ensaio sobre as noções de poluição e tabu*. Lisboa: Edições 70, LTDA, 1991. (Perspectivas do Homem).
- ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador – Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. Vol. 1.
- _____. *O Processo civilizador – Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. Vol. 2.

- FARIA, Sheila de Castro. *Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *A cidade dos encantados: pajelança, feitiçaria e religiões afro-brasileiras na Amazônia – 1870 - 1950*. Belém: EDUFPA, 2008 (Coleção Vicente Salles).
- FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Hucitec / Bahia: EDUFBA, 1996.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. São Paulo: Global, 2004.
- _____. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro, PUC/Nau, 1996.
- _____. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: For. Univ., 1987.
- FRÚGOLI Jr., Heitor, ANDRADE, Luciana Teixeira de, PEIXOTO, Fernanda Arêas. (Orgs.). *As cidades e seus agentes: práticas representações*. Belo Horizonte: PUC Minas/Edusp, 2006. (Coleção Temas urbanos).
- FULLER, Cláudia Maria. *Os Corpos de Trabalhadores: política de controle social no Grão-Pará*. Belém: UFPA/Laboratório de História/Dptº de História-CFCH, Fascículos, nº 1, 1999.
- GAY, Peter. *Freud para historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GINSBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____.
 GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro. 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GOUBERT, Jean –Pierre. *La conquête de l'eau. L'avènement de la santé à l'âge industriel*. Paris: R. Laffont éditeur, 1986.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na posmodernidade*. Rio de Janeiro: DP&a, 1999.
- HOBBSBAWN, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu: o Tietê em São Paulo 1890-1940*. São Paulo: Alameda, 2006.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34/Nova Fronteira, 1998.
- LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- LENOBLE, Robert. *Historia da idéia de natureza*. Porto: Edições 70, 1990.
- LEVI, Giovani. *Herança Imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 87-130.
- MARANHÃO. Haroldo. *Pará, Capital: Belém: memórias & pessoas & coisa & coisas da cidade*. Belém: Supercores, 2000.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *A cidade, a noite e o cronista: São Paulo e Adoniran Barbosa*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. (Org.) *História ambiental paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

- MARTINS, José de Souza (org.). *Vergonha e Decoro na Vida Cotidiana da Metrópole*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MEIRA FILHO, Augusto. *Contribuição à história de Belém*. Belém: Imprensa Universitária, 1973-1974. (primeiro volume).
- _____. *Contribuição à história de Belém*. Belém: Imprensa Universitária, 1973-1974. (segundo volume).
- MOREIRA, Eidorfe. *Amazônia: o conceito e a paisagem*. Rio de Janeiro: Agência da SPEVEA, 1960. (Coleção Araújo Lima; 3).
- _____. *Os Igapós e seu aproveitamento*. Belém: Imprensa Universitária, 1970.
- _____. *Belém e sua expressão geográfica*. In *Obras reunidas de Eidorfe Moreira*. Belém: Cejup, 1989 v.I.
- MUNIZ, João de Palma. *Imigração e Colonização - História e Estatística (1616 – 1916)*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1919.
- QUEIROZ, Eça de. *A cidade e as serras*. Porto: livraria Chardron, 1901. In: <http://fibopianos.wordpress.com/correio-diario/>
- _____. *Contos*. São Paulo: Martin Claret, 2004. (Coleção A Obra-Prima de Cada Autor).
- PAPAVERO, Nelson etti alli. *O Novo Êden: a Fauna da Amazônia Brasileira nos Relatos de Viajantes e Cronistas desde a Descoberta do Rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Ildefonso (1777)*. Belém (PA): Museu Paraense Emílio Goeldi. 2002. (Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira).
- PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- PENTEADO, Antonio Rocha. *Belém – Estudo de Geografia Urbana*. 2º Volume. Belém: UFPA. 1968. Coleção Amazônia. Serie José Verissimo.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PERROT, Michelle et all (org.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Síntese de História do Pará*. Belém/PA, Manaus, Guanabara: Amazônia Edições Culturais LTDA (AMADA). 1972.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Vilas e cidades do Brasil Colonial*. 1999. CD-ROOM.
- RIBEIRO, Karla Tereza Silva. *Água e Saúde humana em Belém*. Belém: Cejup, 2004 (Coleção Megam/2).
- ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- ROWLAND, Robert. *Antropologia, história e diferença: alguns aspectos*. Porto: Edições Afrontamento. 1987.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves: *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. Depositado na biblioteca da Academia Paraense de Letras.

SALLES, Vicente. *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*. Brasília: ministério da Cultura; Belém: Secretaria de Estado da Cultura; Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”, 1988.

_____. *O Negro na Formação da Sociedade Paraense. Textos Reunidos*. Belém: Paka-Tatu, 2004.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das Águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SCHWARCZ, Lilia. *História e Antropologia: embates em região de fronteira*. P. 27-8. In: SCHWARCZ, Lilia & GOMES, Nilma (orgs.). *Antropologia e História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, Antonio de Moraes. “*Diccionario de Língua Portuguesa*” – Recopilado – dos vocábulos impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito accrescentado. Lisboa: Typographia Lacerdina. Anno de 1813. Depositado na Seção de Obras Raras da Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”.

SOLLER, Maria Angélica e MATOS, Maria Izilda S. *A cidade em debate*. (Org). São Paulo: Ed. Olho d’Água, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. *O Vale do Amazonas e a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas*. São Paulo: Ed. Nacional, Brasília, INL, 1975.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural – Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A formação da classe operária inglesa I – a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A formação da classe operária inglesa II – a maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A formação da classe operária inglesa III – a força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOCANTINS, Leandro. *Amazônia: natureza, homem e tempo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: Ed. Civilização Brasileira, 1982.

TRINDADE JR. Saint-Clair Cordeiro da e SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da (orgs). *Belém: a cidade e o rio na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005.

UHL, Steven e SOUZA, Eliene Lopes de (orgs). *A Questão da Água na Grande Belém*. Belém: UFPA/Casa de Estudos Germânicos, 2004.

VIEIRA JR., Antonio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)*. Fortaleza: edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004.

_____. *Entre o futuro e o passado: aspectos urbanos de Fortaleza (1799-1850)*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005. (Coleção Outras histórias, 31).

VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo: a higiene do corpo desde a Idade Média*. Lisboa: Fragmentos, 1985.

VERGOLINO-HENRY, Anaiza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A Presença Africana na Amazônia Colonial: Uma notícia histórica*. Belém: Arquivo Público do Pará. 1990.

WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC:EDUSP, 1993.

“*Belém da Saudade: A Memória da Belém do Início do Século em Cartões-Postais*”. Belém: Secult, 1996.

MONOGRAFIAS/DISSERTAÇÕES/TESES

ALMEIDA, Conceição M. R. de. *O termo insultuoso: ofensas verbais, história e sensibilidades na Belém do Grão Pará (1850-1900)*. Dissertação (mestrado). Belém: UFPA/CFCH/PPHIST, 2006.

ALMEIDA, Conceição. *Imagens Negras, Espelhos Brancos — um estudo sobre mulheres negras ao final do século XIX em Belém do Pará (1885 a 1892)*. Monografia (especialização). Belém: UFPA, 1994.

ANDRADE, Carlos Monteiro. *A peste e o plano: o urbanismo do engenheiro Saturnino de Brito*. Dissertação (mestrado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP (mimeo.). 1992..

ARRUDA, Euler Santos. *Porto de Belém do Pará : origens, concessão e contemporaneidade*. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

AUGUSTO, Isabel Teresa Creão. *Entre o ter e o querer : domicílio e vida material em Santa Maria de Belém do Grão-Pará (1808 – 1830)*. Dissertação (mestrado). Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2007.

BONI, Renata Saponara. *A pilha de Alessandro Volta (1745-1827): diálogos e conflitos no final do século XVIII e início do século XIX*. Dissertação (mestrado). São Paulo: PUC/SP, 2007.

BORDALO, Carlos Alexandre Leão. *O Desafio das Águas numa Metrópole Amazônica: Uma Reflexão das Políticas de Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de Belém-PA (1984 – 2004)*. Tese (doutorado). Belém: UFPA/NAEA/PDTU, 2006.

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém – 1870-1920)*. Tese (doutorado). FFLCH/USP, 2006.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e Artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1870 – 1920*. Tese (doutorado). USP/FFLCH. 2001.

- COSTA, Magda Nazaré Pereira da. *“Pobres e Delinqüentes?: o cotidiano de vida e de trabalho de livres e libertos na Belém de 1841-1871”*. Monografia (especialização). Belém: UFPA, 1996.
- FARIAS, W. Gaia. *A construção da República no Pará (1886-1897)*. Tese (doutorado). UFF. 2005.
- FERREIRA, Eliana Ramos. *Em tempo cabanal: cidade e mulheres no Pará imperial – primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado. PUC de São Paulo, 1999.
- FLECK, Eliane Cristina. *Sentir, Adoecer e Morrer – Sensibilidade e Devoção no Discurso Missionário Jesuítico do Século XVII*. Tese (doutorado). Porto Alegre: PUC/IFCH, 1999. Disponível em www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000268.pdf. Acesso em 29 out. 2009.
- FREHSE, Fraya. *Vir a ser Transeunte: civilidade e modernidade nas ruas da cidade de São Paulo (entre o início do século XIX e o início do XX)*. Tese (doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2004.
- FONSECA, Filomena Pugliese. *Equipamento do Engordador: testemunho arqueológico industrial da captação de água na cidade de São Paulo*. Dissertação (mestrado). São Paulo: USP/FFLCH, 2003.
- FONTES, Edilza. *“Preferem-se Português (as)”: trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. Tese (doutorado). Campinas: UNICAMP, 2002.
- GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. *As casas & as coisas: um estudo sobre vida material e domesticidade nas moradias de Belém – 1800-1850*. Dissertação (mestrado). Belém: UFPA/CFCH/PPHIST, 2006.
- LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Tese (doutorado). São Paulo: USP/FFLCH, 2006.
- LOPES, Siméia de Nazaré. *O Comércio Interno no Pará Oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855*. Dissertação (mestrado). Belém: UFPA/NAEA/PLADES, 2002. Disponível em
- RITZMANN, Iracy de Almeida Gallo. *Belém: Cidade Miasmática. (1878 – 1900)*. Dissertação (mestrado). São Paulo: PUC – SP, 1997.
- SILVA, Elmo Rodrigues da. *O curso da água na história: simbologia, moralidade e a gestão de recursos hídricos*. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 1998.
- SILVA, Ivo Pereira da. *Terra das Águas: uma história social das águas em Belém, século XIX*. Dissertação (mestrado). Belém: UFPA/IFCH/PPHIST, 2008.
- SILVA, João Luiz Máximo da. *O Impacto do gás e da eletricidade na Casa Paulistana (1870-1930): estudos de cultura material no espaço doméstico*. Dissertação (mestrado). São Paulo: FFLCH/USP, 2002.
- SOUZA JÚNIOR, José Alves de Sousa. *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820-1823)*. Dissertação (mestrado). Campinas/SP, 1997.
- SOUZA, Roseane Silveira de. *Histórias invisíveis do Teatro da Paz: da construção à primeira reforma. Belém do Grão-Pará (1869-1890)*. Dissertação (mestrado). São Paulo: PUC - SP, 2009.

VILAR, Dalmo Dippold. *Arqueologia industrial e a evolução tecnológica do abastecimento de água na cidade de São Paulo: dos Franciscanos à Companhia Cantareira*. Dissertação (mestrado). São Paulo: USP/FFLCH, 2003.

GOMES, Edvânia Torres Aguiar. *Recortes de paisagens na cidade do Recife: uma abordagem geográfica*. Tese (doutorado). São Paulo: USP/FFLCH, 1997.

TEXTOS/ARTIGOS

ACEVEDO-MARIN, Rosa Elizabeth. *Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX*. Trabalho apresentado no I SITREAMA. Belém, 26-8 de março de 2002. In: ww2.ufpa.br/naea/gerencia/ler_publicacao.php?id=196. Acesso em 02 abr. 2009.

ALMEIDA, Josimar Paes de. *Ciência e Meio Ambiente: a interdisciplinariedade na constituição do pensamento ecológico*. In: Revista de História Regional, vol. 2, Inverno, 1997.

ARRUDA, Gilmar. *Monumentos, Semióforos e Natureza nas Fronteiras*. In: ARRUDA, Gilmar (org.). *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2005.

BEZERRA NETO, José Maia. *José Veríssimo: Pensamento Social e Etnografia da Amazônia (1877/1915)*. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000300006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt#back. Acesso em 11 fev. 2010.

BOSI, Antônio de Pádua. *As Águas das Cidades (1850-1920): usos e negócios*. In: História & Perspectivas, Uberlândia (36-37):109-132, jan.dez. 2007.

BURGUIÈRE, André. *A Antropologia Histórica*. In: LE GOFF, Jacques. História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e Cultura Material: uma introdução bibliográfica*. Anais do Museu Paulista, ano/vol.8/9, número 009. São Paulo, Brasil. 2003. Pp. 293-324.

CLIFFORD, James. *Culturas viajantes*. In: ARANTES, Antonio. *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papirus, 2000.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Hermenêutica do Cotidiano na Historiografia Contemporânea*. In: Projeto História (Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História). SP/Nº 17/NOV./98.

DRUMMOND, José Augusto. *A HISTÓRIA AMBIENTAL: temas, fontes e linhas de pesquisa*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 177-197.

DULLEY, Richard Domingues. *Noções de Natureza, Ambiente, Meio Ambiente, Recursos ambientais e Recursos Naturais*. In: Agricultura, São Paulo, v. 51, n.2, p. 15-26, jul/dez, 2004. Disponível em www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-04-2.pdf. Acesso em 28 jun. 2008.

FARIAS, Sheila Siqueira de Castro. *Fontes textuais e vida material: observações preliminares sobre casas de moradia nos Campos de Goitacases, sécs. XVIII e XIX*. In: Anais do Museu Paulista, Nova Série, Nº1, 1993.

FLECK, Eliane Cristina. *Nas franjas do texto e do tempo: sensibilidades no espaço das experiências reducionistas*. UNISINOS - São Leopoldo - RS. <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rh/n156/a04n156.pdf>

FONTES, Edilza J. O. *Galegas, negras e caboclos: trabalho e relações étnicas em Belém (1880-1890)*. In: *A Mulher na Modernidade*. SANTOS, Eunice Ferreira., ÁLVARES, Maria Luzia., D'INCAO, Maria Ângela. (Org.). Belém: GEPEM/CFCH/UFPA, 1997.

_____. *Prefere-se portuguesa: mercado de trabalho, racismo e relações de gênero em Belém (1880-1896)*. In: *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*. Belém: Universidade Federal do Pará. v. 12, p. 67-84, 1993.

GADAMER, Hans-Georg. *O significado hermenêutico da distância temporal*. In: *Verdade e método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1997, v. 1.

GUERREIRO, Rui e GODINHO, Sónia. *Sobrevalorização da Cartografia Náutica Antiga*. In: *Anais do Instituto Hidrografico*, Nº 18/2005-2006. Ministerio da Defesa Nacional Marinha. Lisboa. P.09 a 24. In: http://websig.hidrografico.pt/www/content/documentacao/anais/anais_2005_2006.pdf#page=9.

GUPTA, Akhil e FERGUNSON, James. *Mais alem da cultura: espaço, identidade e política da diferença*. In: ARANTES, Antonio. *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papirus, 2000.

GUZMAN, Decio de Alencar Guzmán. *Ciência e Censura: a Inquisição e os engenheiros-matemáticos no Grão-Pará (séc. XVIII)*. In: <http://www.forumlandi.com.br/bibliotecaArq/cienciaecensura.pdf>

LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. *Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX*. Anais do Museu Paulista, Nova Série, Nº1, 1993.

LEÓN, Claudia Leal. *Um puerto em La selva. Naturaleza y raza em La creación de La ciudad de Tumaco, 1860-1940*. In: *Historia Crítica* Nº 30, Bogotá, julio-diciembre: 2005.

LIMA, Tânia Andrade. *Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no rio de Janeiro, século XIX*. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. Nova série, v. 3, 1995.

_____. *Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, II (3); 44-96, Nov. 1995-fev. 1996. In: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v2n3/a04v2n3.pdf>

_____. *Chá e simpatia: Uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista*. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. Nova série, v. 5, 1997.

McGRATH, David. *Parceiros no Crime – o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional*. *Novos Cadernos NAEA*, vol 2, nº 2 – dezembro 1999. Disponível em www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/109/367. Acesso em 18/06/2009.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. *Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público*. In: *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. II, nº 21, 1998.

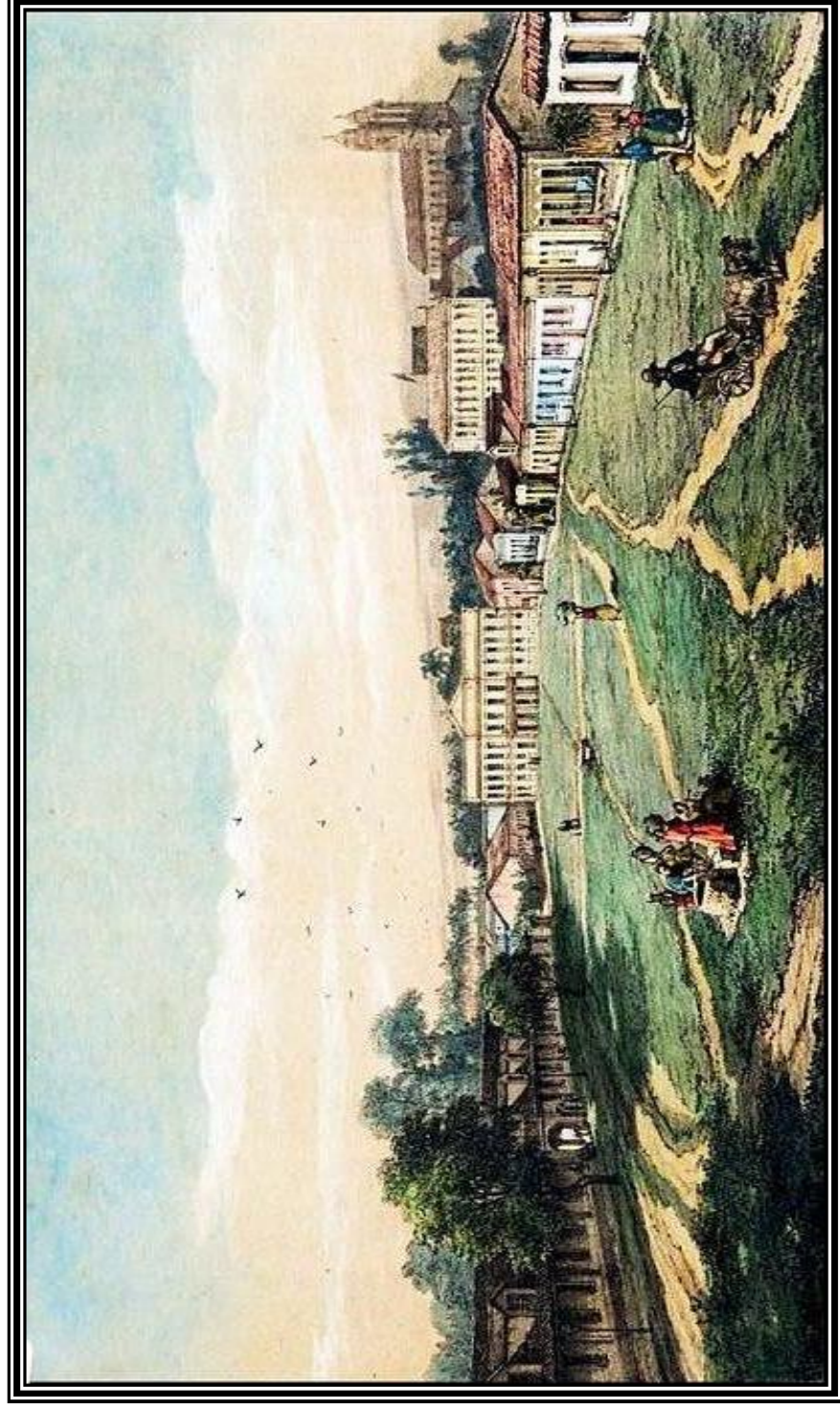
MIRANDA, Carlos Alberto Cunha de. *Da Polícia Médica à Cidade Higiênica*. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 59, p. 67-90, 2002.

OLIVEIRA, Luciene Zagalo de, CESARINO, Fabiano, MORO, Fabiola Vitti, PANTOJA, Tammya de Figueiredo, e SILVA, Breno marques da Silva e. *Morfologia do fruto, da semente, germinação e plântula de Pachira aquática Aubl. (Bombacaceae)*. Disponível em <http://www6.ufrgs.br/seerbio/ojs/index.php/rbb/article/viewFile/889/732>. Acesso em 07 mar. 2010.

- OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de Oliveira. *Em casas térreas com alcovas: formas de morar entre os setores médios em São Paulo, 1875 e 1900*. In Anais do Museu paulista, ano/vol.8/9, número 009. São Paulo, Brasil. Pp. 55-76.
- PÁDUA, José Augusto. *Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia no Brasil*. In: PÁDUA, José Augusto (org.). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987. P. 14. (Coleção Pensando o Brasil).
- PEIXOTO, Ariane Luna e ESCUDEIRO, Alexandra. Pachira aquática (Bombacaceae) na obra “Historia dos Animais e Árvores do Maranhão” de Frei Cristóvão de Lisboa. *Rodriguésia*. 53 (82): 123-130. Disponível em http://rodriguesia.jbrj.gov.br/Rodrig53_82/7-PEIX~1.PDF. Acesso em 07 mar. 2010.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Alguns aspectos da questão sanitária das cidades de Portugal e suas colônias: dos saberes olfativos medievais à emergência de uma ciência da salubridade iluminista*. In: Topoi, v. 6, jan.-jun. 2005, PP. 99-142. http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi%2010/topoi10a4.pdf. Acesso em 06 fev. 2010.
- REDE, Marcelo. *História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material*. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. Nova série, v. 4, 1996.
- RICCI, Magda M. O. *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*. Disponível em www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02.pdf. Acesso em 12 mar. 2009.
- RODRIGUES, Carla. *Butler e a desconstrução do gênero* (resenha). In: Revista Estudos Feministas. vol. 13 N°1. Florianópolis Jan./Apr. 2005.
- SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *O corpo na Cidade das Águas: São Paulo (1840-1910)*. In: Projeto História – 25 – corpo & cultura – São Paulo – Dezembro/02 – Pp.99-113.
- SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos. *O povo das águas pretas: o caboclo amazônico do rio Negro*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.113-143, dez. 2007. In: www.scielo.br/pdf/hcsm/v14s0/06.pdf. Acesso em 18/06/2009.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Belém "Um outro olhar sobre a Páris dos Trópicos (1897-1911)"*. In A cidade em debate. Maria Angélica Soller e Maria Izilda S. Matos (orgs.) São Paulo: Olho d' Água, 1999.
- SEIXAS, Paulo Castro. *Higienismo: Textos que fizeram cidade*. In: homepage.ufp.pt/pseixas/artigospub/.../Higienismo%20-%20textos%20que%20fizeram%20
- SILVEIRA, A.L.L., 1998, *Hidrologia Urbana no Brasil*, in : Braga, B.; Tucci, C.E.M.; Tozzi, M., 1998, *Drenagem Urbana, Gerenciamento, Simulação, Controle*, ABRH Publicações nº 3, Editora da Universidade, Porto Alegre.
- SORIANO NETO, Manoel. *Jerônimo Coelho – Ministro da Marinha (Uma Abordagem Sumária)*. In: MS NETO - cdocex.eb.mil.br
- SPINDOLA, Haruf Salmen. *Territorialidade em Minas Gerais durante a crise do sistema colonial*. In: FERREIRA, Leila da Costa e DUARTE, Laura (orgs). *Diálogos em Ambiente e Sociedade no Brasil II* (Coleção Cidadania e Meio Ambiente). São Paulo: Annablume. 2008.
- VIGARELLO, Georges. *O Corpo inscrito na História: imagens de um “Arquivo Vivo”*. In: Projeto História – 21 – história e imagem – São Paulo – Novembro/00 – Pp.225-36.
- _____. *O trabalho dos corpos e do espaço*. In: Projeto História – 13 – São Paulo – Junho/96 – Pp.7-20.

- VICTORINO, Valerio Igor P. *Uma Visão Hídrica dos Recursos Hídricos na Cidade de São Paulo*. In: Revista Brasileira de Recursos Hídricos. Vol. 7 n. 1 Jan/Mar 20002, 51-68.
ww2.prefeitura.sp.gov.br/.../visao_historica_recursos_hidricos_sao_paulo.doc
- VIVEIROS, Maria Lucilia Araujo. *Os interiores domésticos após a expansão da economia exportadora paulista*. In: Anais do Museu Paulista, junio-diciembre, año/vol. 12, número 012. Universidade de São Paulo, ao Paulo, Brasil. 2004. Pp. 129-160.

ANEXOS



Largo do Quartel

Fonte: CMA/UFPA. O desenho integra a obra “*Panorama do Pará em Doze Vistas Desenhadas por J. Léon Righini*”, digitalizada por Lucia Mindlin Loeb. Versão digitalizada cedida ao CMA/UFPA, disponibilizada no site www.ufpa.br/cma. A imagem em questão foi extraída deste site em 14/09/1009, às 11:55 hs.

HAMMOND & COMP.

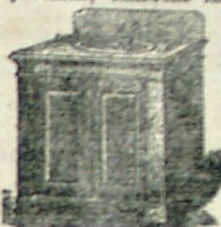
N. 12, RUA FORMOSA, N. 12

Encanadores de gaz, agua e esgoto

Um grande deposito de latrinas inglezas de diversos systemas, tambem la-



vatorios e mictorios, tubos de barro de todos os tamanhos e por pregos mais rasos e de que em qualquer outra parte, candieiros para gaz dos gos-



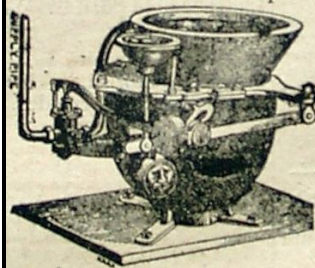
tos mais modernos, globos, arandellas e castigas, Bombas de metal e de ferro, de alta e baixa pressao, ralos de cobre para banhos de chuva, valvulas de retencao, bombas artesianas, tubos de borrachos e galvanizados, ditos de cobre, metal, chumbo e bor-



guichos de metal para regar parasitas, tubos de ferro pre-



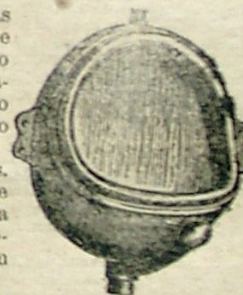
racha, mangueira de lona de diversos diametros.



para casa de

Recebem encomendas para qualquer trabalho de encanacao, sendo este feito mediante previo ajuste, garantindo-se a qualidade do material e a boa execucao do trabalho.

Recommenda-se aos srs. mestres de obras, antes de fazerem qualquer compra dos objectos acima mencionados, de pedirem precos em



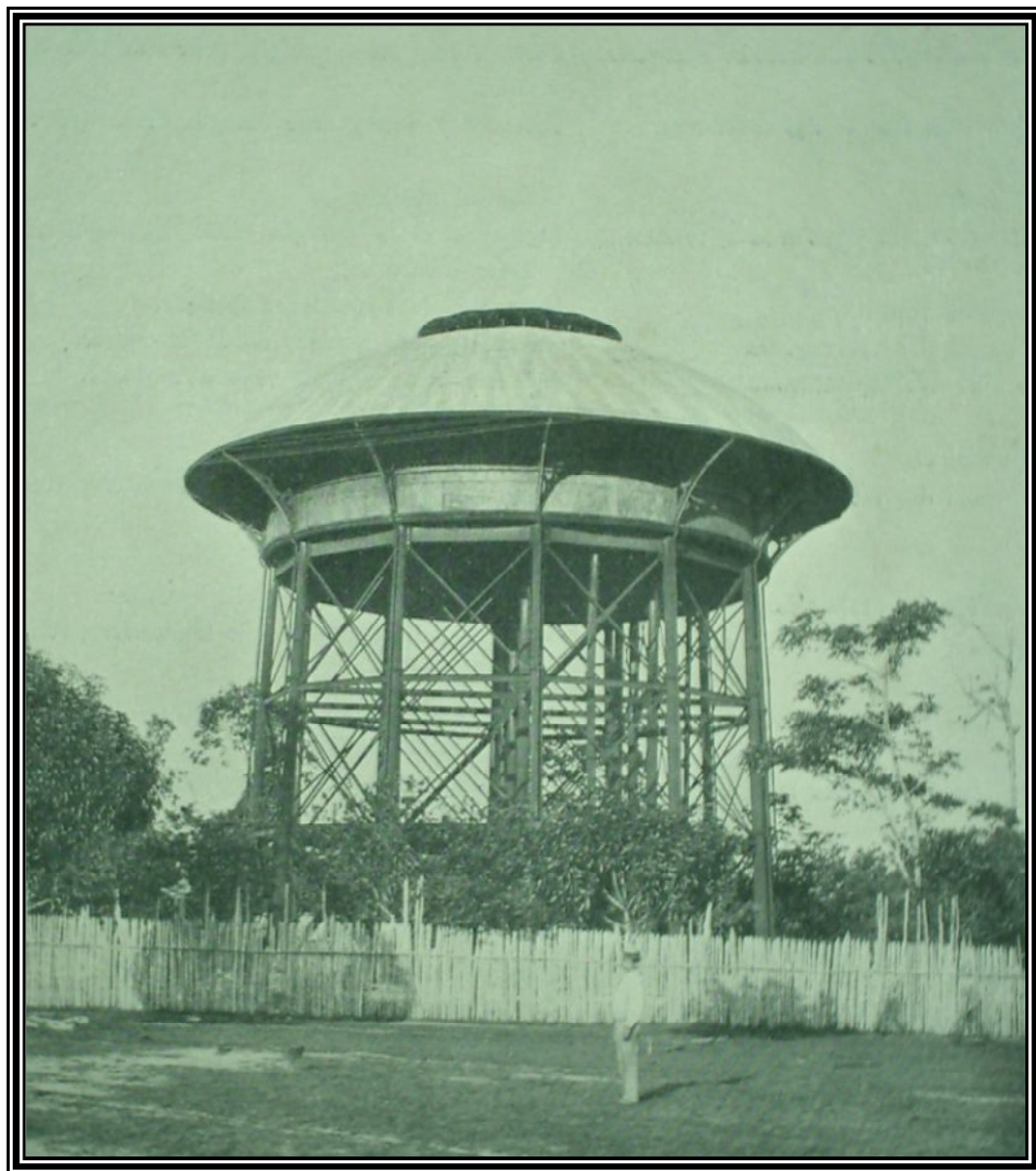
Hammond & Comp.

N. 12, Rua Formosa, N. 12

ENCANADORES D'AGUA AUTORIZADOS PELA
COMPANHIA DAS AGUAS

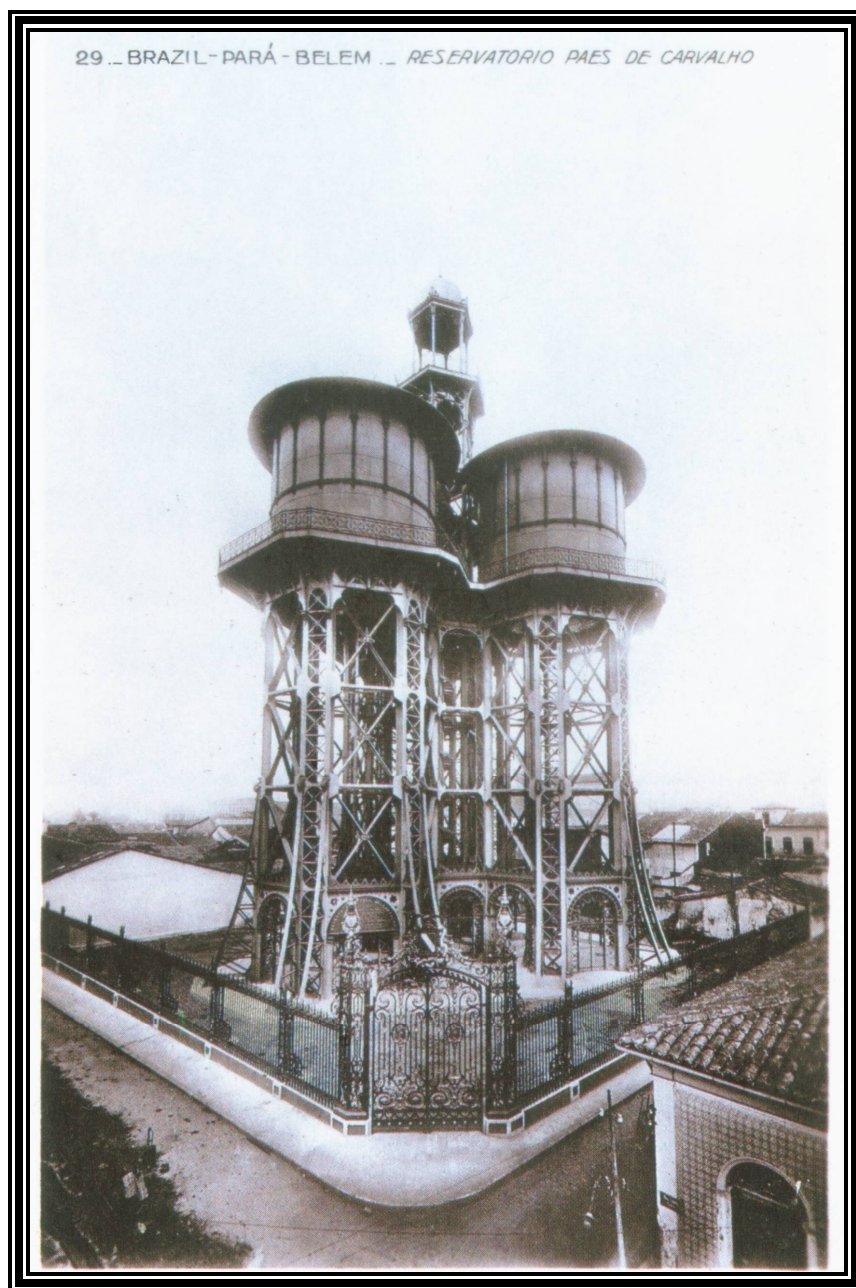
Anúncio em jornal

Fonte: Fundação Cultural do Pará "Tancredo Neves"/ CENTUR. Biblioteca Pública do Estado do Pará "Arthur Vianna", sessão de microfilmagem. Jornal: "Diario de Noticias", anno VIII, nº 98, de 03/05/1887. P. 04



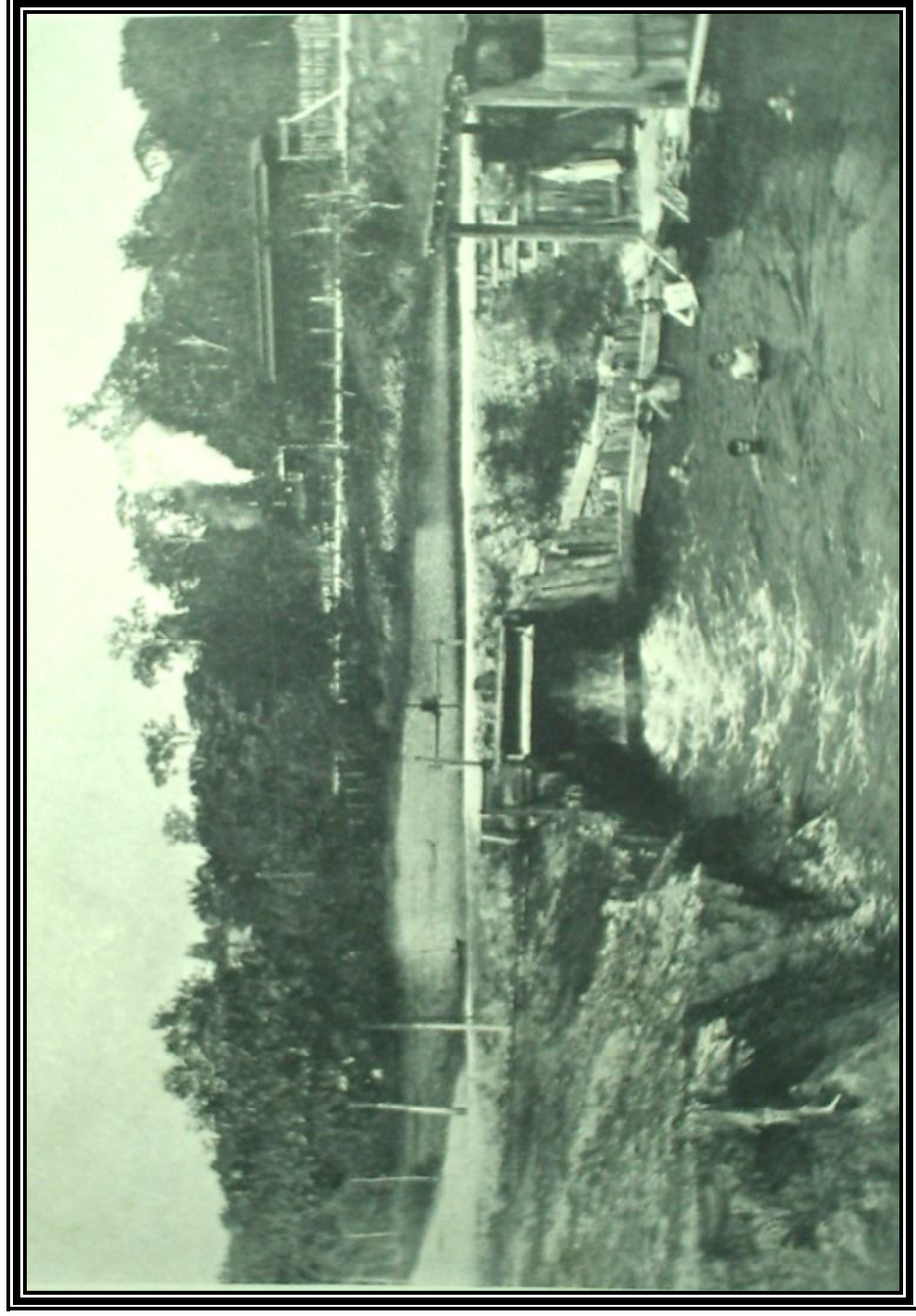
Reservatório d'Água

Fonte: Album do Pará em 1899 na administração do Governo de Sua Excia. O Snr. Dr. José Paes de Carvalho. Parte descriptiva do Dr. Henrique Santa Rosa. Photographias e composição de F. A. Fidanza. Segundo Ernesto Cruz, “o depósito do largo de São Braz, que ainda hoje existe, foi inaugurado em 1884. (...) Construído em grossas chapas de ferro, compunha-se de três grandes caldeiras e d’outros aparelhos, precisos ao funcionamento de cem mil litros d’água por hora”. CRUZ, Ernesto. *A água de Belém – sistemas de abastecimento usados na Capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1944. P. 55.



Reservatório Paes de Carvalho

Fonte: “*Belém da Saudade: A Memória da Belém do Início do Século em Cartões-Postais*”. Belém: Secult, 1996. P. 95. “Inaugurado em 1912, foi demolido em 1965. Em ferro pré-fabricado encomendado em Paris, teve sua montagem sob a direção de Francisco Bolonha.” P. 119.



Maguary, Estrada de Ferro de Bragança

Fonte: Album do Pará em 1899 na administração do Governo de Sua Excia. O Smr. Dr. José Paes de Carvalho. Parte descritiva do Dr. Henrique Santa Rosa . Photographias e composição de F. A. Fidanza. P. 38.